



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**IVAN CARLOS COSTA MARTINS**

**FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE  
AJUSTE FISCAL E DE AVANÇO DA EXTREMA DIREITA**

**FORTALEZA**

**2024**

**IVAN CARLOS COSTA MARTINS**

**FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE  
AJUSTE FISCAL E DE AVANÇO DA EXTREMA DIREITA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Educação da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutor em Educação.**

**Área de concentração: Educação Brasileira.**

**Orientadora: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado  
e Rocha.**

**FORTALEZA**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M343f Martins, Ivan Carlos Costa.  
FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE AJUSTE  
FISCAL E DE AVANÇO DA EXTREMA DIREITA / Ivan Carlos Costa Martins. – 2024.  
654 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha.

1. educação. 2. extrema direita. 3. fundamentalismo religioso. 4. materialismo histórico-  
dialético. 5. neoliberalismo. I. Título.

CDD 370

---

**IVAN CARLOS COSTA MARTINS**

**FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE  
AJUSTE FISCAL E DE AVANÇO DA EXTREMA DIREITA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Educação da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutor em Educação.  
Área de concentração: Educação Brasileira.**

**Orientadora: Profa. Dra. Antônio Rozimar Machado  
e Rocha.**

Aprovada em: 08/07/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antônio Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alba Maria Pinho de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Justino de Souza Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena de Brito  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Dias Araujo  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À  
*Lindinalva*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Carlos Gabriel, Ana Gabriela e Graziely Vitória pela fé, pela esperança e pelo amor.

Ao meu pai, Carlos, *in memoriam*, e à minha mãe, Lindinalva, pelo carinho e pelo incentivo.

À Roberta, pela compreensão de tantas horas dedicadas aos estudos.

À minha orientadora, Antônia Rozimar Machado e Rocha, pela presença e pela interlocução profunda.

Aos amigos Emanuel Rodrigues e Jane Menezes, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Também, à Elida Schirmer, à Evelyn Taylor Haney, *in memoriam*, ao Jonas Fernandes e à Irani Cavalcante.

Aos meus irmãos, Adriano, Francisco, Daniel e André, pela companhia e pelas resenhas. Também, às minhas tias, especialmente, Lucíola e Lígia, aos meus tios e aos primos e primas, especialmente, Valdequinho.

Ao pessoal da Escola Bíblica Ecumênica, pela reflexão de uma espiritualidade evangélica e plural. E ao Grupo de Estudos Marxistas: Debates Populares.

À Banca das Qualificações e à Banca da Defesa, Alba Maria, Antônia Rozimar, Justino de Sousa, Lúcia Helena, Raquel Dias e Valdemarin Coelho pela leitura cuidadosa e inquietante do texto e pelas generosas contribuições.

Aos professores Clarice Zientarski, Eduardo Chagas, Emanuel Freitas, Fabio Sobral, Francisco Ari, Messias Dieb e Silvana Pinho pelo aprendizado.

Aos camaradas que conheci na Pós-graduação, especialmente, Elisângela Maria, Érico Cardoso, Hermeson Claudio, Jair Galvão e Paula Mathias.

Aos funcionários da Programa de Pós-graduação em Educação da UFC, na pessoa do Sérgio Ricardo, pelo trabalho dedicado.

À CAPES, pela Bolsa de Pesquisa.

*Embora eu tenha quase uma felicidade  
E uma tristeza por saber que vou embora  
Embora eu tenha tanto medo da saudade  
Sempre me encontro junto com minha viola*

*Embora eu tenha que viver sempre da hora  
Às vezes, fujo para poder viver agora  
E, também, tenho que guardar coisas por dentro  
Embora tenha que engolir coisas por fora*

*Às vezes, tenho que fazer minha cabeça  
Uma sentença me explode na memória  
E reconheço antes que o mal aconteça  
E sigo avessa até chegar à vitória*

*Embora eu queira viver só fazendo verso  
Mudando rimas, procurando uma saída  
Mesmo que saiba que a realidade é fuga  
Vou me limpando na sujeira dessa vida*

*Embora eu veja que esse mundo anda errado  
Eu ando certo vivendo dentro do erro  
Eu sou errado sempre nesse meio-termo  
Eu ando perto, mas sempre vivo de lado*

*E cumprimento o lado que é do outro lado  
O outro lado que é o outro lado do preço  
E só não falo porque ele foi censurado  
Porque é do lado do lado de lá do verso*

Beto Mi, Para não dizer que não falei do verso

## RESUMO

A presente Tese analisa em que medida as propostas educacionais de fundamentalistas religiosos, socialmente relacionadas à extrema direita e ao neoliberalismo, excluem a perspectiva de uma formação crítica e emancipatória e fortalece os interesses de uma educação para formação do ser humano religioso, do indivíduo estranhado e do sujeito disponível ao trabalho sob a forma capitalismo. A tentativa do sistema capitalista por adestrar o ser humano, especialmente, tentando manipular sua subjetividade e orientá-la a favor do desenvolvimento social do capital, explica a razão pela qual avançam a extrema direita e o fundamentalismo religioso e se aprofundam os ataques à educação. A presente pesquisa tem por tema geral a relação social entre religião e educação, precisamente, o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e a política educacional e, por isso, considera, criticamente, possíveis projetos fundamentalistas para a educação, articulados ao ajuste fiscal e à extrema direita. O objetivo geral da pesquisa é analisar a ideologia de fundamentalistas religiosos expressas em projetos educacionais, à luz do materialismo histórico-dialético. Para tanto, apresenta os principais aspectos da formação e do desenvolvimento cultural, econômico, educacional, religioso e social da sociedade brasileira; examina os elementos constitutivos do modelo neoliberal em um contexto de crise do capital e suas relações com a educação e com a religião; compreende o bolsonarismo como movimento sociopolítico formado por um consórcio pelo poder em um contexto internacional e nacional de avanço da extrema direita e do fundamentalismo religioso; descreve a gênese, o desenvolvimento histórico e a função social do fundamentalismo religioso na sociedade e nas lutas de classes; e analisa as propostas, planos e projetos que o fundamentalismo evangélico tem para educação, utilizando como exemplos a educação domiciliar e o Escola Sem Partido. Como princípios teórico-metodológicos o trabalho está respaldado no materialismo histórico-dialético, com destaque para as categorias de dialética, história, ideologia, materialismo e práxis. A pesquisa apresenta, entre seus resultados, o anticomunismo e o irracionalismo como sínteses didáticas da dialética de negação de valores; e como síntese didática dialética de afirmação de valores os conceitos de autoridade, fanatismo, guerra, liberdade, medo, negócio, racionalidade, sacrifício e verdade.

**Palavras-chave:** educação; extrema direita; fundamentalismo religioso; materialismo histórico-dialético; neoliberalismo.

## ABSTRACT

The present Thesis analyzes to what extent the educational proposals of religious fundamentalists, socially related to the far right and neoliberalism, exclude the perspective of a critical and emancipatory formation and strengthen the interests of an education for the formation of the religious human being, the alienated individual, and the subject available to work under capitalist forms. The attempt by the capitalist system to train the human being, especially trying to manipulate their subjectivity and orient it in favor of the social development of capital, explains why the far right and religious fundamentalism are advancing and why attacks on education are deepening. The present research has as its general theme the social relationship between religion and education, precisely the Brazilian evangelical religious fundamentalism and educational policy, and therefore critically considers possible fundamentalist projects for education, articulated with fiscal adjustment and the far right. The general objective of the research is to analyze the ideology of religious fundamentalists expressed in educational projects, in the light of historical-dialectical materialism. To this end, it presents the main aspects of the formation and cultural, economic, educational, religious, and social development of Brazilian society; examines the constituent elements of the neoliberal model in a context of crisis of capital and its relations with education and religion; understands Bolsonarism as a sociopolitical movement formed by a power consortium in an international and national context of the advancement of the far right and religious fundamentalism; describes the genesis, historical development, and social function of religious fundamentalism in society and in class struggles; and analyzes the proposals, plans, and projects that evangelical fundamentalism has for education, using homeschooling and the School Without Party as examples. As theoretical-methodological principles, the work is based on historical-dialectical materialism, with emphasis on the categories of dialectic, history, ideology, materialism, and praxis. The research presents, among its results, anti-communism and irrationalism as didactic syntheses of the dialectic of negation of values; and as didactic synthesis of affirmation of values, the concepts of authority, business, fanaticism, war, freedom, fear, rationality, sacrifice, and truth.

**Keywords:** education; far right; historical-dialectical materialism; neoliberalism; religious fundamentalism.

## RESUMEN

La presente Tesis analiza en qué medida las propuestas educativas de fundamentalistas religiosos, socialmente relacionadas con la extrema derecha y el neoliberalismo, excluyen la perspectiva de una formación crítica y emancipatoria y fortalecen los intereses de una educación para la formación del ser humano religioso, del individuo alienado y del sujeto disponible para el trabajo bajo la forma de capitalismo. El intento del sistema capitalista por adiestrar al ser humano, especialmente, tratando de manipular su subjetividad y orientarla a favor del desarrollo social del capital, explica la razón por la cual avanzan la extrema derecha y el fundamentalismo religioso y se profundizan los ataques a la educación. La presente investigación tiene como tema general la relación social entre religión y educación, precisamente, el fundamentalismo religioso evangélico brasileño y la política educativa, y por ello, considera, críticamente, posibles proyectos fundamentalistas para la educación, articulados al ajuste fiscal y a la extrema derecha. El objetivo general de la investigación es analizar la ideología de fundamentalistas religiosos expresadas en proyectos educativos, a la luz del materialismo histórico-dialéctico. Para ello, presenta los principales aspectos de la formación y el desarrollo cultural, económico, educativo, religioso y social de la sociedad brasileña; examina los elementos constitutivos del modelo neoliberal en un contexto de crisis del capital y sus relaciones con la educación y con la religión; comprende al bolsonarismo como movimiento sociopolítico formado por un consorcio por el poder en un contexto internacional y nacional de avance de la extrema derecha y del fundamentalismo religioso; describe la génesis, el desarrollo histórico y la función social del fundamentalismo religioso en la sociedad y en las luchas de clases; y analiza las propuestas, planes y proyectos que el fundamentalismo evangélico tiene para la educación, utilizando como ejemplos la educación en el hogar y la Escuela Sin Partido. Como principios teórico-metodológicos, el trabajo está respaldado en el materialismo histórico-dialéctico, con énfasis en las categorías de dialéctica, historia, ideología, materialismo y praxis. La investigación presenta, entre sus resultados, el anticomunismo y el irracionalismo como síntesis didácticas de la dialéctica de negación de valores; y como síntesis didáctica dialéctica de afirmación de valores los conceptos de autoridad, fanatismo, guerra, libertad, miedo, negocio, racionalidad, sacrificio y verdad.

**Palabras clave:** educación; extrema derecha; fundamentalismo religioso; materialismo histórico-dialéctico; neoliberalismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 1º encontro da UNECON .....	139
Figura 2 – Folheto Campanha Eleitoral .....	315
Figura 3 – Compromisso político com pastores da cidade.....	374
Figura 4 – Quadrilátero de autoridade da Bíblia.....	378
Figura 5 – Quadrilátero da leitura da Bíblia .....	379
Figura 6 – Envio às escolas e às universidades .....	432
Figura 7 – Encontro de jovens .....	458
Figura 8 – A ordem natural do lar .....	492
Figura 9 – Fontes do conhecimento .....	496
Figura 10 – 40 dias de jejum pelas universidades .....	528

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Textos em que Engels e em que Marx mencionam os princípios teórico-metodológicos .....	39
Quadro 2 – Direitos sociais na Constituição Federal de 1988.....	190
Quadro 3 – Ministérios e Secretarias do Governo Bolsonaro.....	306
Quadro 4 – Textos de Engels e de Marx em que se menciona a religião .....	462
Quadro 5 – Correspondências em que Marx e em que Engels mencionam a religião .....	464
Quadro 6 – Benefícios da educação domiciliar segundo seus proponentes .....	537

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento evangélico no Brasil .....	27
Tabela 2 – População residente, por religião .....	28
Tabela 3 – Percentual evangélico por década .....	435
Tabela 4 – Crescimento numérico entre evangélicos de Missão e entre evangélicos Pentecostais.....	435
Tabela 5 – Obras contemporâneas acerca de teóricos da religião .....	467

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABU	Aliança Bíblica Universitária
AI	Ato Institucional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Aned	Associação Nacional de Educação Domiciliar
BBB	Bancada da Bala, da Bíblia e do Boi
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CEO	<i>Chief Executive Officer</i> / Diretor Executivo
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de jovens e adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESP	Projeto Escola Sem Partido
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus

JOCUM	Jovens Com Uma Missão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MBL	Movimento Brasil Livre
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização da Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-militares
PRB	Partido Republicanos
Prouni	Programa Universidade para Todos
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPI	Preço de Paridade de Importação
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUS	Sistema Único de Saúde
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> / Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO OU O CAMINHO DE IDA</b> .....	18
<b>1.1 Problemas de pesquisa ou a relação social entre Educação e Religião</b> .....	24
<b>1.2 Objetivo geral e objetivos específicos</b> .....	25
<b>1.3 Justificativa ou razões para pesquisarmos sobre Educação e Religião</b> .....	25
<b>1.4 O materialismo histórico-dialético como princípio teórico-metodológico aplicado à Educação</b> .....	36
<b>1.5 Esclarecendo nossas opções de investigação e de exposição</b> .....	58
<b>2. “BRASIL! MOSTRA A TUA CARA”</b> .....	62
<b>2.1 Do início da colonização à colonização permanente.</b> .....	62
2.1.1 <i>Colonização</i> .....	64
2.1.2 <i>Escravidão</i> .....	66
2.1.3 <i>Capitanias hereditárias</i> .....	71
2.1.4 <i>Religião</i> .....	74
<b>2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira</b> .....	86
2.2.1 <i>Neoliberalismo: crise do capital e “solução” neoliberal</i> .....	103
2.2.2 <i>Educação e neoliberalismo: a educação como mercadoria</i> .....	135
<b>2.3 Neoliberalismo e subjetividade: uma nova subjetividade ou a subjetividade manipulada pelo capitalismo?</b> .....	152
2.3.1 <i>A vida precede a consciência</i> .....	154
2.3.2 <i>Neoliberalismo e subjetividade: o ser humano a serviço da produção de riquezas</i> .....	158
2.3.3 <i>Trabalho estranhado e estranhamento nas relações sociais</i> .....	170
<b>2.4 Estado, Democracia e a Constituição Federal de 1988</b> .....	175
2.4.1 <i>O Estado contemporâneo está a serviço das classes dominantes</i> .....	176
2.4.2 <i>Crise da Democracia liberal</i> .....	183
2.4.3 <i>A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais</i> .....	189
2.4.4 <i>Direito à educação</i> .....	192
<b>2.5 Das manifestações de junho de 2013 ao golpe contra a Democracia e contra Dilma Rousseff</b> .....	199
2.5.1 <i>O contexto geral das manifestações de rua</i> .....	201
2.5.2 <i>Ciclos petistas e Governo Dilma I</i> .....	203
2.5.3 <i>Algumas pautas das manifestações de rua</i> .....	209
2.5.4 <i>O ódio de classes</i> .....	219
2.5.5 <i>Deposição de uma Presidente democraticamente eleita e... Honesta</i> .....	223
<b>3. O BOLSONARISMO COMO MOVIMENTO SOCIOPOLÍTICO</b> .....	231
<b>3.1 O Governo Temer (2016-2018)</b> .....	232

3.1.1 Política de Preços da Petrobrás.....	234
3.1.2 Emenda Constitucional 95.....	235
3.1.3 Terceirização Irrestrita.....	238
3.1.4 Reforma Trabalhista.....	239
3.1.5 Reforma do Ensino Médico.....	240
3.1.6 Base Nacional Comum Curricular.....	242
3.1.7 Presença de militares no governo.....	243
3.1.8 Breve digressão crítica acerca do Governo Temer.....	249
<b>3.2 Ondas mundiais de extrema direita.....</b>	<b>254</b>
<b>3.3 Bolsonarismo: a extrema direita (re)assume o poder no Brasil.....</b>	<b>274</b>
3.3.1 Consórcios pelo poder: a estranha e complexa trama do bolsonarismo.....	280
3.3.2 Dinâmica de atração e repulsa dentro do bolsonarismo.....	294
3.3.3 Ministros da Educação do Governo Bolsonaro.....	299
3.3.4 A prática bolsonarista: ações, irracionalidades, subjetividades e valores.....	302
<b>4. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO.....</b>	<b>322</b>
<b>4.1 Fundamentalismo religioso.....</b>	<b>323</b>
4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando.....	324
4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo religioso evangélico brasileiro.....	331
4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas: Teonomia, Reconstrucionismo, Teologia do Domínio e a Profecia das Sete Montanhas.....	360
4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia.....	375
4.1.5 A dificuldade de um conceito acerca do fundamentalismo religioso.....	384
<b>4.2 Capitalismo e religião.....</b>	<b>398</b>
4.2.1 Teologia da Prosperidade e Teologia da Batalha Espiritual: os novos significados para o dinheiro e para o sofrimento humano.....	407
<b>4.3 Conversão: acolhimento e identidade.....</b>	<b>427</b>
4.3.1 Crescimento numérico e presença social: grandes igrejas, grandes negócios.....	434
4.3.2 Crescimento e função social do fundamentalismo religioso evangélico.....	447
<b>4.4 Notas sobre Engels e sobre Marx para uma sociologia da religião.....</b>	<b>459</b>
4.4.1 Relação de textos e correspondências de Engels e Marx em que mencionam a religião.....	462
4.4.2 Engels e Marx como sociólogos da religião.....	466
<b>5. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>483</b>
<b>5.1 A relação social entre educação e religião.....</b>	<b>484</b>
<b>5.2 Conhecimento religioso ou teológico é, realmente, conhecimento?.....</b>	<b>493</b>
5.2.1 As supostas quatro formas do conhecimento humano.....	494

<i>5.2.2 Apresentação e crítica ao suposto conhecimento religioso ou teológico</i> .....	497
<b>5.3 Projetos educacionais que se fundamentam na religião ou projetos religiosos que se expressam na educação</b> .....	515
<i>5.3.1 Concepções teórico-metodológicas do fundamentalismo religioso para Educação</i> ....	516
<i>5.3.2 Projeto educação domiciliar e Projeto Escola Sem Partido: expressões do conservadorismo e do reacionarismo</i> .....	533
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SÍNTESE PARA O CAMINHO DE VOLTA</b> .....	556
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	580

## 1. INTRODUÇÃO OU O CAMINHO DE IDA

*Tem gente que passa a vida inteira  
Travando a inútil luta com os galhos  
Sem saber que é lá no tronco  
Que está o coringa do baralho.  
Raul Seixas*

Nossa Tese analisa em que medida as propostas educacionais de fundamentalistas religiosos, socialmente relacionadas à extrema direita e ao neoliberalismo, excluem a perspectiva de uma formação crítica e emancipatória e fortalece os interesses de uma educação para formação do ser humano fundamentalista religioso, do indivíduo estranhado e do sujeito disponível ao trabalho sob a forma capitalismo.

A presente pesquisa tem por tema geral a relação social<sup>1</sup> entre religião e educação, precisamente, o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro<sup>2</sup> e a política educacional e, por isso, considera, criticamente, possíveis projetos fundamentalistas para a educação. Por certo, a articulação entre religião e educação no Brasil não é algo novo. Ao contrário, a história da educação, no maior país latino-americano, e mesmo em todo o Continente, constata-se, é atravessada pela religião, ou seja, a religião sempre esteve presente nas práticas escolares (Saviani, 2010;

---

<sup>1</sup> Durante nossa pesquisa, nos expressamos em termos de relação social. De acordo com Marx, as “[...] relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas [...]” (Marx, 2017a, p. 102). Segundo o autor: “[...] Essas relações não são relações do indivíduo com o indivíduo, mas do operário com o capitalista, do arrendatário com o proprietário fundiário etc. Suprimida essas relações, estará suprimida a sociedade [...]” (Marx, 2017a, p. 93-94). O autor ainda adverte que os “[...] mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais” (Marx, 2017a, p. 102). Ao se relacionarem no interior da sociedade cuja principal preocupação é a produção de riquezas, e intermediados pelas mercadorias, as relações sociais são objetificadas em termos mercantis, através da forma mercadoria.

<sup>2</sup> Por fundamentalismo religioso evangélico brasileiro compreendemos a imbricação entre religião e política e a atuação política e social de segmentos evangélicos brasileiros. Referimo-nos a uma interpretação fundamentalista da Bíblia, a considerá-la revelada, inspirada, inerrante e infalível palavra da divindade e, portanto, válida não apenas para pautar uma ética individual, mas, sobretudo, o comportamento ético e moral de toda sociedade, o que inclui as políticas públicas. Diversos líderes religiosos fundamentalistas evangélicos brasileiros consideram que suas interpretações fundamentalistas da Bíblia estão acima da Constituição Federal brasileira querendo, portanto, estabelecê-la como norma social. Conferir Capítulo “4. Fundamentalismo religioso”.

Hilsdorf, 2007)<sup>3</sup>. No entanto, no período da redemocratização<sup>4</sup>, além da permanência deste imbricamento tanto na Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB N. 9.394/96)<sup>5</sup> quanto na Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>6</sup> (Gonzalez; Dias, 2022), dando, portanto, certo arcabouço jurídico, há um novo ator religioso impondo-se no espaço público: os evangélicos, em substituição ao catolicismo romano (Bastian, 1997; Alencar, 2019).

À medida que uma sociedade qualquer se apresenta como religiosa, cujo assentimento geral seja determinada confissão de fé, de tal maneira que a fé religiosa não se restrinja ao espaço privado do indivíduo e, sim, que se exijam políticas públicas que considerem a fé religiosa, fundamentadas no discurso de considerar o interesse majoritário da referida sociedade, utilizando o próprio Estado, a educação passa a ser um espaço privilegiado de inserção da religião, de disputa religiosa, não de todas as religiões, mas de uma que, com novos atores, se pretende hegemônica. Porque na medida em que o Estado passa a responder à religião, explicitamente ou não, ou ainda, a contemplar interesses político-ideológicos religiosos, exigidos por pastores e parlamentares evangélicos (Dip, 2018; Villazón, 2015), o processo educativo estará marcado pela religião. Por processo educativo compreendemos a

[...] “inculturação” nas tradições e nos costumes (ou aculturação, no caso de procederem não do dinamismo interno, mas do externo), na instrução intelectual em seus dois aspectos, o formal-instrumental (ler, escrever, contar) e o concreto (conteúdo do conhecimento), e, finalmente, na aprendizagem do ofício (compreendida aqui aquela forma específica que é o treinamento para a guerra). [...] (Manacorda, 2010, p. 16).

Neste sentido, a educação aparecerá – compreenda-se a educação atravessada pela religião –, formalmente, através das políticas públicas educacionais,

---

<sup>3</sup> A rigor, a relação entre religião e educação atravessa toda história do Ocidente (Manacorda, 2010), não sendo, portanto, privilégio do Brasil ou da América Latina.

<sup>4</sup> Considera-se redemocratização o período histórico de restauração da Democracia após regimes políticos ditatoriais. No caso brasileiro, destacam-se dois momentos: 1945, depois da Era Vargas, e 1985, quando se inicia o processo de redemocratização, sendo consumada em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal. Em nossa pesquisa, a referência será sempre a este último período, também chamado de Nova República, a exceção dos casos em que se nomeie expressamente a primeira redemocratização.

<sup>5</sup> Art. 33: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (BRASIL, 1996).

<sup>6</sup> Acerca do Ensino Religioso, a BNCC inicia afirmando que: “O ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural. Nesse processo, o sujeito se constitui enquanto ser de imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica)” (Brasil, 2017).

dos currículos, dos programas político-pedagógicos e dos espaços escolares (Brandão, 2007); e informalmente, como a ideologia religiosa transmitida pelos profissionais de educação, seja repassada intencionalmente ou não às crianças e adolescentes. Do ponto de vista formal, das leis que regem a educação, haja espaço para o tema religião (Conf. LDB; BNCC), ou mesmo, que se extrapole ao ensino de determinada doutrina religiosa, ela pode ser compartilhada de maneira informal, através de práticas religiosas no ambiente escolar. Há duas dimensões, portanto. Uma delas é a religião como conteúdo escolar, como parte do currículo, como disciplina em sala de aula. Outra, mais sutil e perspicaz, ainda que igualmente significativa, é a religião como estilo de vida (Pape, 1994), isto é, que também se apresente como linguagem e como prática escolar, no chamado “currículo oculto” (Giroux, 1997).

O Brasil, na primeira quadra do século XXI, se defronta com a permanência da religião no espaço público-educacional. Entretanto, como já afirmamos, o pensamento religioso sempre esteve arraigado na história da educação brasileira<sup>7</sup>. Em verdade, constatamos que a “[...] inserção do Brasil no chamado mundo ocidental deu-se, assim, por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese.” (Saviani, 2010, p. 26). Por quase quatro séculos a educação brasileira esteve sob o controle da religião, de forma que o trabalho catequético era de cunho pedagógico e a prática pedagógica incluía a catequese (Saviani, 2010), “formando” trabalhadores para um projeto de colonização. As missões de franciscanos e jesuítas<sup>8</sup> uniam catequese e instrução (Saviani, 2010), sendo estes últimos apoiados tanto pela Coroa de Portugal<sup>9</sup> quanto por autoridades locais, tendo seus colégios se convertido em “[...] instrumento de formação da elite colonial [...]” (Saviani, 2010, p. 56). Diante do ideário iluminista das

---

<sup>7</sup> Dermeval Saviani formula a seguinte periodização das ideias pedagógicas no Brasil: “1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3º Período (1932-1947): Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova; 4º Período (1947-1961): Predomínio da influência da pedagogia nova; 5º Período (1961-1969): Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista; 6º Período (1969-1980): Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista; 7º Período (1980-1991): Emergência da pedagogia histórico-crítica e propostas alternativas; 8º Período (1991-1996): Neoconstrutivismo, neotecnicismo, neoescolanovismo. [...]”. (2010, p. 14-15).

<sup>8</sup> “Além de franciscanos e beneditinos, outras ordens religiosas se fizeram presentes no processo de colonização do Brasil, como os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos, tendo desenvolvido alguma atividade educativa” (Saviani, 2010, p. 41).

<sup>9</sup> “Em 1564 a Coroa portuguesa adotou o plano da redizima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados na colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos [...]” (Saviani, 2010, p. 49).

Reformas Pombalinas, permaneceu a tensão com a religião e com instituições religiosas de educação.

Hilsdorf (2007) afirma que mesmo no movimento dos Pioneiros da Educação Nova (1932), a presença de pensadores alinhados ao catolicismo já era notadamente expressiva. Saviani lembra que “[...] a principal bandeira de combate dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino [...]” (2010, p. 257) e a acusação de “infiltração marxista” (Idem, p. 260) na educação. Um decreto de Lei<sup>10</sup> reestabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas e o conflito veio à tona com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O resultado da ruptura entre cristãos católicos e a Associação Brasileira de Educação foi a criação, em 1933, da Confederação Católica Brasileira de Educação. Mesmo com a Reforma Capanema permaneceu uma tensão entre a educação católica, maior representante da educação tradicional, e a Pedagogia Nova. O apoio da Igreja Católica aos governos de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945) tinha um preço.

Decorridos alguns anos de debates e embates<sup>11</sup>, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil, em 20 de dezembro de 1961, Lei N. 4.024, ocorre em um cenário nacional e internacional conturbado, de busca de direitos e de um plano efetivo para educação, às sombras da Guerra Fria, crise da Pedagogia Nova e necessidade de uma formação que comportasse o trabalho. Saviani (2010) destaca a forte atuação de católicos na aprovação da primeira LDB, disputando espaços e conquistando generosas isenções fiscais às inúmeras escolas religiosas católicas da época. Para se ter uma ideia disso, à altura, a LDB dispunha que: “O registro dos professôres de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.” (Art. 97, § 2º). Contraditoriamente, apresentavam-se religiosos, defensores da laicidade do Estado e o próprio Estado disputando a educação e a formação para o trabalho.

Posteriormente, após o processo de redemocratização do país (pós-ditadura de 1964), há um reordenamento desses grupos no sentido de manter as conquistas dos anos de 1960 e ampliá-las. A Constituição Federal de 1988 aprovou

---

<sup>10</sup> O Decreto N. 19.941, publicado em 30 de abril de 1931, reestabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas.

<sup>11</sup> Os debates da primeira LDB iniciaram-se ainda em 1948 e se estenderam com a aprovação somente em 1961. O processo foi pontuado por intensos embates protagonizados por grupos que altercavam a garantia de vantagens financeiras à oferta privada de ensino, majoritariamente, católica romana (Romanelli, 2008).

os princípios da educação que, subsequentemente, seriam normatizados pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, LDB N. 9.394/96, cujo Art. 19 afirma que:

As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. III - comunitárias, na forma da lei. **§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas.** (Brasil, 1996, grifo nosso).

Observamos, pelo exposto, a forma paradoxal de tratar a temática religiosa nas políticas educacionais do país. A legislação educacional salvaguarda o ensino religioso – tanto através da disciplina de ensino religioso quanto de escolas confessionais –, contexto jurídico de Laicidade do Estado, conforme entendimento consolidado na própria Constituição Federal de 1988 (Oro, 2011; Zylbersztajn, 2012; D’Ávila-Levy; Cunha, 2018). Através de isenções fiscais, de perdão de dívidas e de financiamento público, o próprio Estado atua em favor dessas organizações religiosas-educacionais. Nas disputas em torno das políticas educacionais relacionadas até o momento, os defensores e promotores da educação religiosa/confessional penderam sempre para o conservadorismo<sup>12</sup>. O conservadorismo é uma característica da educação atravessa pela religião.

Na atualidade, a pauta religiosa adentrou ainda mais no campo educacional a partir de novos atores ligados aos segmentos evangélicos (Bastian, 1997; Alencar, 2019; Almeida, 2019) e de projetos educacionais específicos que, de alguma forma, se justificam através da religião. Tal fenômeno caminhou em paralelo com o processo de recrudescimento nacional da extrema direita e o conseqüente arrefecimento das forças progressistas, que foram perdendo terreno no campo político e institucional, especialmente, a partir das manifestações de rua de 2013 (Tabagiba; Trindade; Teixeira, 2015)<sup>13</sup>, fenômeno semelhante ao que ocorreu mundo a fora; da pauta dos costumes, da propaganda anticomunista, enraizada na história brasileira, e de um

---

<sup>12</sup> A preocupação dos jesuítas com a educação de indígenas estava mais perto de um projeto particular da Congregação do que dos interesses da Igreja Católica Apostólica Romana, em uma disputa de poder no interior do catolicismo.

<sup>13</sup> Dialeticamente, havia a necessidade da adesão de movimentos sociais e seus dirigentes aos governos do Partido dos Trabalhadores a fim de administrar o Estado e garantir espaços para os referidos movimentos. Este movimento histórico necessário de cooptação à gestão do Estado, aliado a outros fatores da correlação de forças, resultou em um esvaziamento dos movimentos sociais e na desmobilização social.

discurso de moralização da sociedade, como se os graves problemas sociais brasileiros tivessem sua solução na moral individual; dos ajustes fiscais realizados desde 2015, atravessando, portanto, três governos – Governo Dilma II, Governo Temer, Governo Bolsonaro –, a implementar políticas econômicas nomeadamente neoliberais e de redesenho do Estado brasileiro. Observaremos com mais atenção essa realidade.

O Brasil vivenciou, em 2016, o golpe político, midiático e jurídico (Jinkings; Doria; Cleto, 2016), que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016 – PT), instalando um movimento célere de derrocada da Democracia, de perdas substanciais de direitos trabalhistas<sup>14</sup>, no Ajuste fiscal<sup>15</sup>, iniciado no Governo Dilma II e aprofundado na gestão de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018 – MDB). Paralelo a esses acontecimentos, acompanhamos a escalada de Jair Messias Bolsonaro (PSL, à época), apoiado por diversos segmentos sociais, incluindo os evangélicos, assumindo, em 2019, a função de Presidente da República Federativa do Brasil. Sua gestão (2019-2022) foi marcada pela manutenção e aprofundamento das políticas econômicas neoliberais (Bolle, 2019; Dweck, 2021); por escândalos de corrupção (Hailer, 2022; Redação, 2022); pelo negacionismo científico em relação a medidas sanitárias e protetivas contra a SARS-CoV-2 (Senado Federal, 2021)<sup>16</sup>. Neste governo, os evangélicos ganharam assento de destaque em secretarias e ministérios, inclusive, no Ministério da Educação<sup>17</sup>. Lamentavelmente, a Educação também foi marcada por escândalos e indícios de corrupção, especialmente, com a existência de *lobby* de pastores que cobravam “pedágio” para reuniões no Ministério e propina para liberação de recursos (O Globo, 2022).

A conjuntura brasileira passou a ser marcada, entre outros aspectos, pelo moralismo, com predomínio da chamada “pauta dos costumes”; pela negação da ciência, em um intenso processo de divulgação de notícias falsas e de deslegitimação de instituições educacionais, científicas e suas funções educativas (Alonso, 2019; Solano, 2019; Abrucio, 2021), com acusações de que as universidades eram centros

---

<sup>14</sup> Conf.: Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017; Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.

<sup>15</sup> Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

<sup>16</sup> Para avaliações mais completas do retorno da extrema-direita e o Governo Bolsonaro (2019-2022) remetemos a: Cruz; Kaysel; Cudas, 2015; Demier; Hoeveler, 2016; Avritzer; Kerche; Marona, 2021.

<sup>17</sup> Damares Regina Alves (2018-2022), pastora, esteve à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; André Luiz de Almeida Mendonça (2020-2021), pastor, chefiou o Ministério da Justiça e Segurança Pública e foi indicado ao Supremo Tribunal Federal, como “ministro terrivelmente evangélico”; e Milton Ribeiro (2020-2022), pastor, comandou o Ministério da Educação.

de plantio de maconha, de produção de drogas sintéticas e de doutrinação (Estadão Conteúdo, 2019). Sob o argumento de “gasto do contribuinte”, o pedido de fechamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é justificado pelo “[...] nítido aparelhamento ideológico de vés [sic] socialista na Universidade [...]” (Seara; Vidon, 2023). Escolas e faculdades passaram a receber “visitas” que questionavam a autonomia do professor em sala de aula (Redação Pragmatismo, 2017); o conteúdo ministrado, especialmente, referentes à Ditadura Civil-militar de 1964 e discussões sobre gênero e sexualidade (Assunção, 2022); que propunham que professores e professoras fossem filmados (Estadão Conteúdo, 2019; G1, 2018); e assédios de alunos e alunas e seus pais e responsáveis ao trabalho docente. De imediato, algumas dessas ações foram rechaçadas e proibidas, a exemplo de filmar professores e professoras em sala de aula (Cardim, 2019). Aportes legais e projetos como o Escola Sem Partido (Penna, 2018) e *Homeschooling* (educação domiciliar)<sup>18</sup> ganharam relevo e o discurso religioso passou a ser instrumentalizado, de forma persecutória, sobre a escola e sobre os profissionais da educação. Estes elementos, acrescidos de outros, permitirão uma afirmação decisiva mais adiante.

Assim, emerge o nosso problema de pesquisa, enraizado na história da formação brasileira, instigado pelo crescente fundamentalismo religioso que ganhou corpo no país e que avança sobremaneira sobre o campo educacional, mesmo em um contexto de Estado democrático – nos limites da democracia burguesa. Nas páginas seguintes colocaremos, com mais clareza, o problema, a hipótese, os objetivos e a justificativa da pesquisa e, finalmente, a discussão acerca do método.

### **1.1 Problemas de pesquisa ou a relação social entre Educação e Religião**

O problema de pesquisa que se identifica no presente trabalho se constitui a partir da relação social entre educação e religião fundamentalista no Brasil contemporâneo. A relação social entre educação e religião fundamentalista no Brasil contemporâneo levanta algumas questões: Quais circunstâncias fazem da escola um campo privilegiado de disputas de fundamentalistas religiosos? Quais relações entre fundamentalismo religioso e projetos educacionais no Brasil contemporâneo? Quais

---

<sup>18</sup> A partir deste momento, utilizaremos “educação domiciliar” ou “educação doméstica” para nos referirmos ao *homeschooling*.

articulações entre neoliberalismo, extrema direita, bolsonarismo, fundamentalismo religioso e projetos educacionais brasileiros? Quais são as bases teórico-epistemológicas e metodológicas da perspectiva educacional adotada pelo fundamentalismo religioso? Em que lugar da luta de classes estão os projetos do fundamentalismo religioso para educação?

Um problema de pesquisa comporta, em si, vários problemas menores. Do ponto de vista metodológico, um grande problema a ser resolvido precisa ser decomposto em problemas menores a fim de alcançar o objetivo maior. Objetivos específicos são a busca de solução dos problemas específicos (Rodrigues, 2007), à medida que a pesquisa avança para de dar conta do todo.

## **1.2 Objetivo geral e objetivos específicos**

O objetivo geral da presente pesquisa é: *Analisar a ideologia de cunho fundamentalista religioso para educação no Brasil contemporâneo, à luz do materialismo histórico-dialético.*

Os objetivos específicos são:

1. *Apresentar os principais aspectos da formação e do desenvolvimento cultural, econômico, educacional, religioso e social da sociedade brasileira.*
2. *Examinar os elementos constitutivos do modelo neoliberal em um contexto de crise do capital e suas relações com a educação e com a religião.*
3. *Compreender o bolsonarismo como movimento sociopolítico formado por um consórcio pelo poder em um contexto internacional e nacional de avanço da extrema direita e do fundamentalismo religioso.*
4. *Descrever a gênese, o desenvolvimento histórico e a função social do fundamentalismo religioso na sociedade e nas lutas de classes.*
5. *Analisar as propostas, planos e projetos que o fundamentalismo evangélico tem para Educação utilizando como exemplos a educação domiciliar e o Escola Sem Partido.*

## **1.3 Justificativa ou razões para pesquisarmos sobre Educação e Religião**

Na presente seção, apresentamos as justificativas para que uma pesquisa acadêmica se ocupe da relação social entre educação e fundamentalismo religioso. Relacionamos, descritivamente, as seguintes razões: o crescimento do número de evangélicos no Brasil; seu envolvimento na política pública, especialmente, dentro e a partir da Câmara dos Deputados; seu interesse especial pela educação; a perspectiva de que a educação pública está sob ataque; e a possível contribuição científica desse trabalho para o processo humano-social emancipatório.

Com efeito, a presente pesquisa se justifica pelo vínculo umbilical histórico entre educação e religião, no Brasil (Hilsdorf, 2007). De fato, a conjunção do binômio educação-religião não é uma novidade do Brasil do século XXI, ao contrário, suas origens estão na chegada dos portugueses (Saviani, 2010) ou do surgimento do Brasil como o conhecemos. Apesar da relação histórica entre educação e religião, queremos manter nosso olhar para o presente e para o futuro imediato. Resgataremos certos elementos históricos com o objetivo de apenas perceber as consequências no hoje – o caminho que nos trouxe até aqui – e vislumbrar o amanhã como construção histórica humana. Como já assinalamos: a história da educação no Brasil é a história da educação atravessada pela religião, da religião que instrumentaliza a educação e se utiliza de instituições educacionais para sua promoção<sup>19</sup>.

Assim, há uma novidade, por assim dizer, no cenário político-educacional brasileiro: os evangélicos<sup>20</sup> conseguiram se impor no espaço público-social (Bastian, 1997; Alencar, 2019), à medida que passaram a pautar as discussões em torno das políticas públicas<sup>21</sup>, incluindo, por óbvio, a educação, em consonância com o avanço do conservadorismo (Apple; Oliver, 2013), da direita (Suárez, 2013) e da extrema direita (Abrucio, 2021) na educação. Trata-se, assim, tanto de um novo ator (os evangélicos), como de uma expansão de suas fronteiras, além da educação confessional, esforçando-se para se apresentar no currículo e na prática docente. Esta

---

<sup>19</sup> As escolas confessionais nos parecem não apenas o ambiente para atendimento da demanda educacional de fiéis religiosos, mas de promoção da religião da sócia-mantenedora como proselitismo.

<sup>20</sup> Compreendemos “evangélicos” como um segmento sociorreligioso plural. Apesar de comumente serem mencionados genericamente, “os evangélicos” são bem distintos: existem evangélicos fundamentalistas religiosos, que são maioria, chegando à hegemonia ideológica evangélica; e existem, também, evangélicos conservadores, progressistas, socialistas etc. A noção do conceito “evangélicos” dependerá do contexto ao qual estivermos nos referindo. No Capítulo “4.1.1 Para entender Babel...” definiremos, adequadamente, “os evangélicos”.

<sup>21</sup> Outros objetos das ideias políticas fundamentalistas, como as políticas públicas de saúde e as pautas identitárias (Cunha; Lopes; Lui, 2017; Cunha, 2020), estão fora do escopo da presente pesquisa. Entretanto, provavelmente, o(a) leitor(a) fará as devidas mediações com outras áreas sociais além da educação.

mudança do domínio social, como religião majoritária, de expressão católica romana à evangélica, vem ocorrendo em toda América Latina (Bastian, 1997). Apesar de tanto católicos apostólicos romanos quanto protestantes e evangélicos serem cristãos (Eliade; Couliano, 2019), isto é, pertencerem ao Cristianismo, são expressões diferentes e divergentes de uma mesma matriz religiosa – embora haja, no interior do catolicismo, movimentos que se alinham aos mesmos argumentos conservadores de grupos evangélicos (Oro, 1996). Acrescenta-se a isso que a identidade protestante brasileira se formou no espírito anticatólico (Mendonça, 1990), ou seja, na negação do catolicismo como expressão “genuína” do Cristianismo, ou melhor, da “fé genuinamente evangélica”. Esta disputa entre cristãos católicos e cristão protestantes se intensificaria em um contexto de mercado religioso.

Tabela 1 – Crescimento de evangélicos no Brasil

Variável – População residente (pessoas)														
BRASIL														
Ano x Religião														
População residente, por religião														
1991					2000					2010				
Católica Apostólica Romana	Católica Romana	Evangélicas	Evangélicas de origem pentecostal	Sem religião	Católica Apostólica Romana	Católica Romana	Evangélicas	Evangélicas de origem pentecostal	Sem religião	Católica Apostólica Romana	Católica Romana	Evangélicas	Evangélicas de origem pentecostal	Sem religião
	121.812.771			6.946.221	124.980.132		26.184.941	17.975.249	12.492.403	123.280.172		42.275.440	25.370.484	15.335.510

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2011.

O crescimento do cristianismo evangélico no Brasil é constante (Tabela 1). O dado mais importante do ponto de vista da religião no Brasil, dentro do objetivo da pesquisa, é o seguinte: “Em 30 anos, o percentual de evangélicos passa de 6,6% para 22,2%” (IBGE, 2012). Ou seja, houve um contínuo e significativo crescimento. Há, entretanto, outras informações relevantes: em termos de futuro sinalizava-se, já no Censo de 2010, um crescimento do número de brasileiros e brasileiras que se declaram “sem religião”, chegando a 8%; e o aumento de pessoas que se identificam

como “desigrejadas”. No Brasil contemporâneo dois grandes segmentos religiosos, católicos e evangélicos, disputam hegemonia ao mesmo tempo em que floresce os “sem religião”, isto é, descrentes, ateus e agnósticos e os “desigrejados”, ou seja, pessoas que mantêm a fé evangélica sem vínculo institucional. Ainda que nem todos os evangélicos sejam identificados com o fundamentalismo religioso, o crescimento no número de evangélicos significa, em termos, o crescimento de fundamentalistas religiosos evangélicos<sup>22</sup>.

Tabela 2 – População residente, por religião<sup>23</sup>

Variável – População residente, por pessoas									
Ano 2010 x Religião									
190755799	123280172	42275440	7686827	25370484	1461495	3848876	588797	15335510	643598
Brasil	Católica Apostólica Romana	Evangélicas	Evangélicas de Missão	Evangélicas de origem pentecostal	Outras religiões cristãs	Espírita	Umbanda e candomblé	Sem religião	Não determinada e múltiplo pertencimento

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2011.

O crescimento evangélico é o crescimento do número de cristãos que se autoidentificam com as (múltiplas) expressões evangélicas do cristianismo protestante em terras brasileiras (Bonino, 2003; Mendonça, 2008; Spyer, 2020; Cunha, 2022), especialmente de pentecostais e neopentecostais (Tabela 2). Por isso, além de ser o crescimento de um segmento religioso, significa mais. O crescimento no número de evangélicos se expressa através da aquisição de prédios e construção de templos, surgimento de gravadoras e editoras evangélicas, abertura e concessão de rádios e redes de televisão, inserção de programações em emissoras de televisão abertas e fechadas, realização de centenas de programações presenciais e virtuais. Torna-se, assim, um pujante mercado consumidor (Capelo, 2012; Terra, 2015). De fato, há uma complexa e azeitada engrenagem que se retroalimenta em função do objetivo central: maior poder político-econômico (Macedo; Oliveira, 2008; Dip, 2018; Lasmar, 2019).

<sup>22</sup> Conferir a seção “4.3.1 Crescimento numérico e presença social...”.

<sup>23</sup> Ao destacarmos os segmentos religiosos em nossa Tabela 2, excluímos outras religiões, como: Católica Apostólica Brasileira, Católica Ortodoxa, Judaísmo, Hinduísmo, Religiões Orientais, Islamismo e Novas Religiões Orientais. Nossa escolha se deve em razão de nossos objetivos envolvendo o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro.

Evidencia-se, ante o exposto, o enriquecimento de denominações evangélicas e seus empresários-pastores (Antunes, 2013). O crescimento do número de evangélico está relacionado à *prática evangélica*<sup>24</sup>.

Em linhas gerais, o crescimento evangélico ocorre em um contexto geral de ascensão da extrema direita, que tem sido compreendida como direita (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015; Miguel, 2018; Nicolau, 2020), nova direita (Casimiro, 2018) e extrema direita (Mudde, 2022); conservadorismo ou novo conservadorismo (Demier; Hoeveler, 2016; Lacerda, 2019) ou, ainda, conservadorismo radicalizado (Strobl, 2021); tradicionalismo (Teitelbaum, 2020); e mesmo como bolsonarização (Solano, 2019). A associação entre nova direita e bolsonarismo (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019; Dieguez, 2022) deve ser analisada. No entanto, especialmente naquilo que concerne ao nosso objeto de pesquisa, devemos considerar a relação entre fundamentalismo religioso e extrema direita<sup>25</sup>.

Justifica-se, ainda, pela presença dos evangélicos na política brasileira (Lasmar, 2019; Cunha, 2022). Como dito anteriormente, o crescimento numérico desses religiosos impõe, como representatividade sociopolítica, a eleição de políticos evangélicos ou alinhados às pautas evangélicas (Dip, 2018; Araújo, 2022), tendo como modelo os Estados Unidos da América (Silva; Barbosa, 2019; Mez, 2022). Possivelmente, a experiência do Governo Bolsonaro, que contou com amplo apoio social evangélico<sup>26</sup> e presença desse grupo nos quadros burocráticos do Estado brasileiro, sirva para avaliar e, do ponto de vista evangélico fundamentalista do projeto de poder (Macedo; Oliveira, 2010; Dip, 2018), realizar uma “correção na rota” e efetivar a construção, para as eleições presidenciais a partir de 2030, de um nome genuinamente evangélico. Calcula-se, a partir do constante crescimento evangélico, que eles se tornem majoritários neste período, capazes, portanto, de eleger um nome de consenso. É a Presidência da República a chave para efetivar políticas públicas e chegar ao Supremo Tribunal Federal (Cunha; Lopes; Lui, 2017; Cunha, 2020).

---

<sup>24</sup> Tomaremos o conceito de *prática evangélica* como uma relação dialética entre a ideologia evangélica, isto é, a cosmovisão evangélica, e a prática evangélica conservadora, favorável ao capitalismo e, em muitos momentos, reacionária.

<sup>25</sup> Frente a todos conceitos vinculados ou utilizados à compreensão do movimento contemporâneo à direita, de radicalização da direita, utilizaremos o conceito de *extrema direita*. Conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita”.

<sup>26</sup> Quase todas as lideranças evangélicas de projeção nacional, midiáticas ou não, se alinharam ao projeto do bolsonarismo em 2018. O que se constitui uma novidade já que em eleições anteriores (no século XXI) havia uma divergência maior entre elas, inclusive, apoiando o Partido dos Trabalhadores.

A Presidência da República orientada por evangélicos, como ocorre nos Estados Unidos da América – em que pastores atuam como “conselheiros do presidente” (Ramos, 2019) –, parece ser o modelo perseguido por religiosos fundamentalistas brasileiros. Não se trata, propriamente, de orientação e sim de que um (ou vários) pastor(es) atue(m) como “conselheiro(s) do presidente” (Folha de São Paulo, 2019). Nesse sentido, ainda que procurem interferir em políticas públicas<sup>27</sup>, como manter e expandir políticas que beneficiem as igrejas evangélicas e suas lideranças (Agência O Globo, 2021), a educação tem sido uma esfera privilegiada de disputa, tanto em relação ao seu conteúdo, seu currículo, quanto ao fazer educacional, ao método do trabalho docente. Dois projetos de Lei que surgiram ou ganharam destaque recentemente têm como justificativa a religião, a fé da pessoa ou da família: o Escola Sem Partido e a *educação domiciliar*.

No Congresso Nacional brasileiro uma das bancadas de maior expressão socio-midiática é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>28</sup>. A origem recente de evangélicos na política brasileira se deu durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (Freston, 1993). O nascimento da FPE materializou-se durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003. Predominantemente composta por cristãos evangélicos, a bancada evangélica integra, também, outras confissões de fé através de afinidade ideológica. Genericamente, afirma “defender a família”, “a vida” e a “liberdade” (Bulgarelli, 2018; Dip, 2018; Cunha, 2022). São formas retóricas de apresentar suas pautas e demandas, se oporem às políticas públicas de saúde da mulher que contemplem o direito ao aborto assistido e às pautas identitárias das pessoas identificadas como LGBTQIA+<sup>29</sup>. Além disso, exercem um importante papel de *lobby* evangélico no Congresso Nacional (Léon; Guadalupe, 2020).

---

<sup>27</sup> Ainda não está claro, por exemplo, exatamente qual foi a participação do empresário-pastor Silas Malafaia aconselhando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro durante a Pandemia da Covid-19 (Carta Capital, 2019). Porém, suspeita-se que essa participação foi de grande relevância. Numa conjuntura, digamos, mais republicana, seria de se esperar, em condições tão extraordinárias como de uma Pandemia, que a Presidência contasse com assessoria especializada de pesquisadores e epidemiologistas, mas deu-se exatamente o contrário.

<sup>28</sup> A Bancada da Bíblia expressa bem os “interesses evangélicos” e se associa, normalmente, às bancadas da Bala (indústria armamentista e defensores do armamento ou legalização das armas para uso pessoal e recreativo) e do Boi (ruralistas e agronegócio), formando a Bancada BBB (Guadalupe, 2020; Mariano; Girardi, 2020).

<sup>29</sup> LGBTQIA+, trata-se de uma sigla para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e, representados pelo sinal de mais (+), todas as outras orientações sexuais e de gênero.

Em vista de tudo isso, no Brasil a religião toma os noticiários. Observamos, primeiro, a religião como notícia. São centenas de páginas, em dezenas de veículos de comunicação, trazendo notícias envolvendo “os evangélicos”. É difícil considerar irrelevante alguma dessas matérias – mesmo daquelas que expõem suas contradições. Em segundo lugar, é a religião sendo propagada como notícia ou a utilização dos meios de comunicação, inclusive, não religiosos, como a imprensa comercial, para propagação da doutrina religiosa ou promoção da religião, isto é, formar o consenso social de poder “dos evangélicos”. Em terceiro lugar, os religiosos detêm e dominam uma fração dos aparelhos de comunicação, como emissores da TV aberta e fechada, rádios comerciais, comunitárias e a mídia virtual. Paralelamente a isso, surgem vários livros e artigos científicos que tratam do tema da religião, especificamente, dos evangélicos (Lasmar, 2019; Iacomini, 2020; Spyer, 2020; Cunha, 2022; Araújo, 2022; Siqueira, 2022)<sup>30</sup>. Ao tomar os noticiários, a religião acaba pautando a discussão pública, mais ainda, capturando a agenda política. Parece-nos, portanto, que justificamos, adequadamente, nossa pesquisa em relação à religião – que, como veremos, trataremos, no devido momento, em termos de “fundamentalismo religioso”. Mas, a religião não está sozinha em nossa pesquisa: ela aparece socialmente vinculada a outras dimensões sociais imprescindíveis: a educação, a economia (neoliberalismo) e a política (extrema direita).

Mencionamos, à guisa de introdução, que uma série de acusações têm sido desferidas contra professores, professoras, profissionais da educação, escolas e universidades que, de fato, compõem grande parte de atores e instituições educacionais. Vereadores, Deputadas e até um Ministro da Educação<sup>31</sup> orientavam a que professores e professoras fossem filmados(as) durante seu trabalho em sala de aula; algumas autoridades, valendo-se do respaldo do voto popular, chegaram a visitar – leia-se invadir – escolas em uma pretensa justificativa de fiscalizá-las; escolas e universidades foram apontadas como “centros de doutrinação” e instituições de

---

<sup>30</sup> Relacionamos apenas as obras de autores brasileiros tratando do cenário nacional. Para referência ao contexto norte-americano remetemos a: Lins da Silva (Org). *Uma nação com alma de Igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA*; Silva; Barbosa. *Religião e política nos Estados Unidos: Jarry Falwell e a presença do fundamentalismo evangélico no espaço público americano*; Du Mez. *Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*; Keddie. *Jesus Republicano: como a direita reescreveu os evangelhos*.

<sup>31</sup> Além de políticos vinculados ao Movimento Brasil Livre (MBL), merecem destaque a deputada estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo (PSL) (G1, 2018) e o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub (Basílio, 2019). Ambos incentivavam alunos e alunas a filmarem professores e professoras em sala de aula.

Ensino Superior acusadas de terem vastos campos de plantação de maconha<sup>32</sup> e laboratórios para produção de drogas sintéticas.

Tarcísio Gomes de Freitas (PRB) assumiu o governo do estado de São Paulo, em 2023, com a promessa, dentre outras, de modernizar a educação. Eleito na esteira do antipetismo e agregando votos, principalmente, do interior, o governador soube se apresentar como um “bolsonarista moderado”<sup>33</sup>. À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo nomeou Renato Feder, ex-Secretário de Educação do Paraná. Nesta gestão, chama atenção, de imediato, os contratos milionários sem licitação, especialmente, quando os contratos – no valor de R\$ 200 milhões – foram com uma companhia ligada ao Secretário (Serafini, 2023). Feder foi CEO da Multilaser e hoje é seu acionista (Empresa, 2023). Professores e professoras têm apresentado preocupações com: “[...] A precarização da carreira, a falta de opção de material didático impresso e a estrutura deteriorada das escolas incomodam mais [...]”. A opção do governo por renunciar aos livros físicos<sup>34</sup>, a partir do 6º ano (Ferneda; Bernardes, 2023), tem se mostrado um erro em, pelo menos, duas direções: primeiro por ir na contramão das melhores práticas no mundo<sup>35</sup>; segundo porque as cartilhas digitais contêm graves erros de conteúdo<sup>36</sup>.

Além disso, constatou-se que um aplicativo, *Minha Escola SP*, foi instalado “automaticamente” – sem consentimento pessoal – em celulares de professores, professoras, alunos, alunas e responsáveis. Como afirmou Carlos Giannazi, este tipo de iniciativa é “[...] uma violação inaceitável à privacidade e à segurança tecnológica [...]” (Bernardo, 2023). Curiosamente, o mesmo “erro” foi cometido no Paraná

---

<sup>32</sup> Algumas universidades têm direito – mediante ordem judicial – ao cultivo de cannabis para fins terapêuticos/medicinais, dermatológicos e alimentares (Biancarelli, 2020). Nenhum dos casos contempla fins recreativos ou produção para consumo e venda.

<sup>33</sup> Teremos oportunidade de problematizar o conceito de “bolsonarismo moderado”. A razão pela qual tomamos dois parágrafos para tratar da educação no estado de São Paulo é porque nos parece um acelerado processo de bolsonarização da educação. Outra expressão da bolsonarização da educação seria a militarização da educação pública.

<sup>34</sup> “O governo de São Paulo, através da Secretaria de Educação, decidiu não aderir ao material didático e pedagógico do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), do Ministério da Educação, para os alunos do ensino fundamental e ensino médio da rede estadual a partir de 2024. No lugar, será usado material próprio e digital. A informação foi confirmada nesta terça-feira (1) ao G1” (Patriarca; Rodrigues, 2023).

<sup>35</sup> A Suécia retomou o uso dos livros físicos após perceber o retrocesso no processo educacional (Tenente, 2023). Após a experiência com a educação 100% digital, o país voltou atrás frente ao crescimento do analfabetismo funcional e que as crianças estavam perdendo o hábito da leitura.

<sup>36</sup> “Livros didáticos distribuídos para alunos do ensino fundamental da rede estadual de São Paulo em 2021 foram impressos contendo erros de ortografia como ‘Ingraterra’, erros de informação, além de palavras cruzadas que não completam” (Pauluze, 2021).

(Palhares, 2023), quando o Feder era Secretário de Educação por lá. Os recuos, por parte do governo estadual, no sentido de retomar os livros físicos e solicitar exclusão do aplicativo dos celulares – com abertura de inquérito civil no Ministério Público –, demonstram mais a importância da correlação de forças, da mobilização da sociedade, especialmente, dos profissionais da educação, do que autocrítica acompanhada de uma consciente revisão de princípios por parte da Secretaria de Educação. Os princípios que orientam a implementação das iniciativas acima mencionadas permaneceram, o que houve foi apenas um recuo tático. Apesar de apresentar-se como um perfil técnico, a condução da política educacional em São Paulo evidenciou o alinhamento com setores empresariais e ideológicos na educação<sup>37</sup>. É um caso exemplar de como a educação tem sido entregue a gerentes, administradores, gestores de tecnologias e a *coaching*.

Pouco importa se existe ou não uma ação articulada, como se os elementos que destacamos nos parágrafos acima tivessem uma mesma origem, coordenados para um objetivo. O fato que se impõe é a desmoralização da prática docente, dos profissionais da educação e do ambiente escolar, como se este fosse tóxico, altamente prejudicial à saúde e à formação de adolescentes e jovens. Não estamos falando apenas de questionar a educação e a prática docente, exigindo melhores condições de trabalho e de aprendizagem, da necessidade de um Plano Nacional de Educação, por exemplo. O que se apresenta é a tentativa de imposição de uma agenda para educação, que nos leva a concluir que a educação está sob ataque (Martins, 2019; 2021). Não seria exagero afirmar que, durante a última década, diversos golpes têm sido deferidos contra a educação. O que começou com “queremos escolas padrão FIFA”, em 2013, parece se apresentar hoje como políticas neoliberais e reacionárias para educação.

Chamamos atenção de que a “educação está sob ataque” (Martins, 2019; 2021). Elencamos onze áreas e situações para sustentar essa afirmação, quais sejam: “[...] a reação do mercado financeiro ao anúncio da Reforma do Ensino Médio [...]”; a tensão entre “[...] religiosidade, pluralidade e laicidade do Estado [...]”; a regulamentação do educação domiciliar, promessa do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro que acabou esbarrando no Supremo Tribunal Federal; diploma de

---

<sup>37</sup> Além do exposto, podemos mencionar o uso de inteligência artificial para elaboração de aulas (Bocchini, 2024) e o projeto de militarização da educação pública.

Graduação independente do resultado do Trabalho de Conclusão de Curso; a queda na qualidade das instituições de Ensino Superior, as públicas, em razão do corte de investimentos, e as privadas, pela precarização da formação; corte de recursos no *Sistema S*; tentativa de reescrever a história do Brasil nos livros didáticos, especialmente, em referência à Ditadura Civil-militar; tentativa de militarização de escolas públicas; “O atual quadro de profissionais que vêm ocupando os Ministérios vinculados à educação e cultura também é preocupante [...]”; acusações diversas a professores e professoras e a proposta do *Escola Sem Partido* (Martins, 2021, p. 61-69). Essa relação revela o cerco que se dá sobre a educação, em frentes municipais, estaduais e federal.

Assumimos que a educação brasileira, em todos os seus níveis, pode ser melhor. Nas fases inicial e intermediária, consideramos, com base nos exames internacionais, que precisa melhorar<sup>38</sup>. O período da Pandemia alargou o histórico abismo que separa a educação pública da educação privada. Em verdade, a educação é uma daquelas questões históricas para as quais as soluções, mesmo paliativas, que seriam as que se dão nos limites da sociedade capitalista, dependem das lutas de classes e da correlação de forças. Soluções definitivas apenas com a superação do capitalismo (Sousa Junior, 2010; Mészáros, 2008). As tentativas contrarreformistas da educação brasileira<sup>39</sup> alcançaram seus objetivos; a própria descontinuidade de um projeto nacional de educação deve ser compreendida à luz do projeto neoliberal. Saviani considera a ausência de um sistema de educação<sup>40</sup>, a relação teoria-prática-organização<sup>41</sup> e a descontinuidade<sup>42</sup> como os três grandes

---

<sup>38</sup> Em 2021, Progress in International Reading Literacy Study (Pirls) realizou uma avaliação do nível de leitura dos estudantes, analisando a capacidade de localização de informações, interpretação, articulação de ideias e análise crítica de texto. O Brasil fez apenas 419 pontos, ficando com a quinta pior colocação, em um total de 43 países (Toledo, 2023).

<sup>39</sup> Desde a inserção da política econômica neoliberal no Brasil, especificamente, a partir da Conferência de Jomtien, na Tailândia (1990), o Brasil passa por contrarreformas que pretendem ajustar os modelos e currículos educacionais às demandas do cenário produtivo (Shiroma; Evangelista, 2002).

<sup>40</sup> “[...] a falta de um sistema de educação em nosso país é uma questão que vem do final do século XIX [...] O Brasil não fez isso, e foi ficando atrasado em matéria de educação, ou seja, foi acumulando um déficit histórico que nos cria problemas muito sério na atual circunstância [...]” (Saviani, 2011, p. 93).

<sup>41</sup> “[...] um segundo problema, portanto, é a situação de uma prática que incorpora organizacionalmente determinados ingredientes teóricos, e nós, ao nos propormos a transformação da prática, formulamos uma nova teoria, mas nem sempre atentamos para o fato de que temos que mudar essa organização objetiva que está articulada em virtude de outra teoria, para que se viabilize a nova teorias das condições práticas” (Saviani, 2011, p. 92).

<sup>42</sup> “O trabalho educativo tem que se desenvolver num tempo suficiente para que as habilidades, os conceitos que se pretende sejam assimilados pelos alunos, de fato, se converterem numa espécie de

problemas da materialidade da ação pedagógica (Saviani, 2011). Por mais que tenhamos críticas aos testes padronizados (Ravitch, 2011), eles demonstram como o aprendizado de crianças e adolescentes brasileiros está aquém, se comparados a outros países emergentes ou países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Então, quando questionamos o que tem sido apresentado como solução para educação pelos setores econômica e politicamente dominantes, não negamos que ela precise, de fato, melhorar, especialmente, se a análise partir de um ponto de vista contra hegemônico, isto é, a partir de um projeto educativo pensado coletivamente e gestado pela classe trabalhadora.

Assim, não estamos tratando de um cenário em que tenhamos que proteger a educação – por falta de palavra melhor adjetivaremos como – de qualidade<sup>43</sup> contra suas fraquezas e ameaças internas e externas. Dermeval Saviani (2020) caracteriza a política educacional brasileira desde o final da Ditadura Civil-militar como filantropia, de protelação, de fragmentação e de improvisação. Nossa reflexão acontece diante de uma educação que precisa melhorar, tendo diferentes projetos e um deles avança, com êxito, na adequação da educação à formação para o trabalho, como exigido pelo capitalismo contemporâneo. É um contexto geral delicado em que as próprias necessidades sociopolíticas neoliberais exigem maior comprometimento, diante de uma conjuntura geopolítica em profunda mudança, de disputas econômicas e tecnológicas, e um país de capitalismo periférico que carrega atrasos históricos. É uma reflexão crítica desafiada pela crise contemporânea do capitalismo<sup>44</sup> e da crise da escola. Representantes das classes dominantes utilizam dados verdadeiros – ou parcialmente verdadeiros – a respeito da educação, muitos dos quais descontextualizados, para implementar a agenda da extrema direita, do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo para educação. Portanto, o caminho que vislumbramos é outro projeto educacional. As respostas para educação não virão do seu empresariamento: a saída não está em tornar a educação mercadoria. Ao

---

segunda natureza. Ora, isso exige tempo. A continuidade é, pois, uma característica própria da educação [...]” (Saviani, 2011, p. 107).

<sup>43</sup> Por escola de qualidade, seguimos a compreensão de José Carlos Libâneo: “[...] escola de qualidade é a que, antes de tudo, por meio dos conteúdos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais de que vivenciam e participam” (Libâneo, 2016, p. 60)

<sup>44</sup> “A crise da escola, segundo a forma como se apresenta hoje, por sua vez, sob muitos aspectos, se coloca como um desafio à análise de cunho marxiano, justamente porque está diretamente associada aos fatores da estrutura em crise da dinâmica mundializada do capital [...]” (Sousa Junior, 2014, p. 254).

contrário, devemos fazer emergir seu caráter de aprendizado; naqueles aspectos de democrática, gratuita, laica, obrigatória e universal; integralmente formativa, compreendendo o científico, o técnico, o esportivo e o artístico; vinculada a outras políticas sociais, como garantia de alimentação, habitação, saúde, lazer e cultura; seu aspecto crítico e emancipatório.

Por fim, espera-se que essa pesquisa contribua para o processo emancipatório dos próprios sujeitos da educação, sejam eles os que estão na condição de docentes ou de discentes. A emancipação humana é o horizonte da transformação social e da nova sociedade para homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, a educação e a pesquisa educacional críticas são necessárias, já que oportunizam o debate em torno de temáticas caras à classe trabalhadora e à construção de um mundo novo. Deixemos claro que a educação é necessária, mas não é suficiente. Ao nos propormos, inclusive, ressaltar a luta de classes e o lugar do fundamentalismo religioso e de seus projetos educacionais nesta luta, demarcamos a perspectiva o lugar desta pesquisa. É imprescindível, para uma perspectiva emancipatória, a compreensão da própria condição humana, não como acidente ou vontade dos deuses. Em termos práticos, significa a percepção das lutas de classes, as razões para as desigualdades, uma educação política comprometida com a transformação. Esta educação abrange tanto elementos políticos, de transformação pessoal e social, de intervenção pública, quanto elementos técnico-científicos (Demo, 1997), o conhecimento humano historicamente sistematizado e as condições à transmissão e assimilação de conhecimento (Saviani, 2013).

#### **1.4 O materialismo histórico-dialético como princípio teórico-metodológico aplicado à Educação**

Como “[...] a escolha do método de pesquisa é determinada pela natureza do próprio objeto de estudo [...]” (Silva; Hermida, 2021, p. 177)<sup>45</sup>, adotamos o materialismo histórico-dialético, como princípio teórico-metodológico aplicado ao estudo acerca da relação social entre fundamentalismo religioso e educação. Não

---

<sup>45</sup> “[...] Há ainda a necessidade, por parte do pesquisador, de alinhar sua perspectiva ideológica com sua metodologia, tendo em vista o fato de que a escolha de um implica necessariamente na escolha do outro [...]” (Pacífico, 2019, p. 222); “[...] a opção por um método passa a configurar-se como uma decisão tão importante quanto a escolha do objeto de pesquisa [...]” (Paschoal, 2001, p. 3).

falamos em termos de método ou metodologia porque, seguindo a afirmação de José Chasin, “[...] a rigor, não há uma *questão de método* no pensamento marxiano [...]” (Chasin, 1995, p. 389). De acordo com o autor,

Se por método é entendido uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx [...] (Chasin, 1995, p. 389).

Não há método em Engels e em Marx se quisermos transpor aos dois autores um conjunto de regras e procedimentos, semelhantes ao que seria o que se convencionou chamar de método científico. Ao tomarmos a decisão por princípios ou linhas-mestras do materialismo histórico-dialético, não optamos por um “[...] conjunto de operações lógicas, de regras para construção de um objeto, mas sim os passos fundamentais no esforço de captação da lógica do objeto e de sua tradução na mente” (Guimarães, 1999, p. 141). Como afirmaram Hedgard Rodrigues Silva e Jorge Fernando Hermida, “[...] não há regras e procedimentos pré-estabelecidos [...]” (Silva; Hermida, 2021, p. 182), senão “[...] uma atividade prática organizada metodicamente [...]” (Germer, 2020, p. 48), sempre em vista do objeto, da apreensão do real. Segundo Ivo Tonet (2013), o que existe são parâmetros ontológicos na questão de método, isto é, claros princípios metodológicos consolidados dentro do materialismo e a adoção de procedimentos correntes de pesquisa que podem e devem ser indicados. Como o processo mesmo de pesquisa é dialético, “[...] a teoria, que fornece as categorias de análise, necessita, no processo de investigação, ser revisitada, e as categorias de análise, reconstruídas [...]” (Frigotto, 2002, p. 81), a fim de dar conta do próprio movimento do real. Do que passaremos a considerar, iniciaremos, logicamente, por Friedrich Engels e Karl Heinrich Marx, percorrendo, panoramicamente, sobre o desenvolvimento da concepção do materialismo histórico-dialético, especialmente, na superação da filosofia clássica alemã e na crítica à economia clássica e, depois, destacaremos a militância e o ímpeto revolucionário dos dois autores, aspectos sem os quais é impossível uma aproximação adequada ao desenvolvimento teórico-metodológico do materialismo histórico dialético.

Friedrich Engels e Karl Marx desenvolveram<sup>46</sup> a concepção materialista ao longo de suas vidas<sup>47</sup>, expressa em várias obras (Germer, 2020), (Quadro 1), com prioridade para *O Capital*, de Marx, (Benoit, 1996, 2009; Fulda, 2017), variando entre textos mais ou menos acabados que, ainda assim, permanecem indispensáveis, em particular, substanciando nossas reflexões. Muitas destas obras<sup>48</sup> são de caráter polêmico, em que os autores se colocam conceitualmente contra determinadas ideias, pensamentos, posições políticas etc. Partindo do desenvolvimento histórico das categorias para apreensão do real, desde a filosofia clássica na antiga Grécia até os filósofos contemporâneos dos séculos XVIII-XIX, especialmente, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Pierre-Joseph Proudhon, Ludwig Andreas Feuerbach e Bruno Bauer (Engels, 1975; Marx; Engels, 2007; Marx; Engels, 2011; Marx, 2010a; Marx, 2013; Marx, 2017a), Engels e Marx elaboram um caminho próprio para apreensão do real<sup>49</sup>. Sobretudo, este contato com a filosofia clássica alemã se deu em forma de diálogo crítico, em que certos elementos conceituais eram apreendidos e outros rejeitados – a “necessária superação” (Engels, 1975)<sup>50</sup> –, possibilitando um conhecimento novo.

---

<sup>46</sup> Transcrevemos, a seguir, uma nota de Engels: “Seja-me permitido aqui um pequeno comentário pessoal. Ultimamente, tem-se aludido, com frequência, à minha participação nessa teoria; não posso, pois, deixar de dizer aqui algumas palavras para esclarecer este assunto. Que tive certa participação independente na fundamentação e sobretudo na elaboração da teoria, antes e durante os quarenta anos de minha colaboração com Marx, é coisa que eu mesmo não posso negar. A parte mais considerável das idéias e diretrizes principais, particularmente no terreno econômico e histórico, e especialmente sua formulação nítida e definitiva, cabem, porém, a Marx. A contribuição que eu trouxe – com exceção, quando muito, de alguns ramos especializados – Marx também teria podido trazê-la, mesmo sem mim. Em compensação, eu jamais teria feito o que Marx conseguiu fazer. Marx tinha mais envergadura e via mais longe, mais ampla e mais rapidamente que todos nós outros. Marx era um gênio; nós outros, no máximo, homens de talento. Sem êle, a teoria estaria hoje muito longe de ser o que é. Por isso, ela tem, legitimamente, seu nome” (Engels, 1975, p. 103, n. 1).

<sup>47</sup> Trataremos, ao logo do trabalho, como método de Engels e de Marx, desenvolvido e aperfeiçoado por ambos, a despeito da afirmação de Engels, na nota anterior. Além das diversas obras em que ele se dedicou ao tema, a partir de 1877, o essencial foi escrito por ambos, como registrado em *A ideologia alemã* e *A sagrada família*. De acordo com o próprio Engels, “Marx e eu fomos praticamente os únicos que tomara, da filosofia idealista alemã a dialética consciente e a salvaguardaram na concepção materialista da natureza e da história [...]” (Engels, 2015, p. 37). É possível mencionar, por fim, dois textos de Engels que influenciaram profundamente Marx: *Esboço para uma crítica da economia política* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Sobre o primeiro, Marx diria, em 1859, tratar-se de um “[...] genial esboço de uma crítica das categorias econômicas [...]” (Marx, 2007, p. 47).

<sup>48</sup> Certos autores (André, 2018; Augusto, 1999; Benoit, 2009; Chagas, 2011; Duayer, 2019) Pacífico, 2019) priorizam as elaborações de Marx, excluindo, por completo, as obras exclusivas de Engels acerca do materialismo histórico-dialético.

<sup>49</sup> Esta exposição não se trata de considerar o desenvolvimento intelectual de Engels e Marx, tendo em vista que, se fosse o caso, teríamos que discorrer sobre suas biografias e, ainda, examinar as relações estabelecidas por eles com a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa, o socialismo francês e diversas outras organizações revolucionárias. Nos deteremos, na presente seção, apenas aos princípios para compreensão da realidade desenvolvidos por Engels e Marx.

<sup>50</sup> “[...] Para liquidar uma filosofia não basta, porém, proclamar pura e simplesmente que ela é falsa [...] Era necessário superá-la, de acordo com seus próprios postulados – isto é: destruindo criticamente sua forma mas conservando o novo conteúdo adquirido por ela [...]” (Engels, 1975, p. 88).

Engels e Marx não apenas estavam a par dos debates filosóficos de seu tempo, como se inseriram neles. É preciso ressaltar, portanto, o aspecto da criticidade, tanto em relação aos filósofos contemporâneos quanto aos intelectuais da economia política clássica (Engels, 2021; Marx, 2011b; Marx, 2017b)<sup>51</sup>, como “[...] reconstrução do real por meio do pensamento e da exposição (ou apresentação) crítica desse próprio real” (Chagas, 2011, p. 69). A exposição dialética da realidade impõe a dialética como crítica (Müller, 2015), em alguns momentos, necessariamente ácida, mordaz<sup>52</sup>, segundo seus autores.

QUADRO 1 – Textos em que Engels e em que Marx mencionam os princípios teórico-metodológicos

<b>Textos ou fragmentos textuais</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de Escrita</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Crítica teórica a</b>
Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro	Marx	1841	1902	
Crítica da filosofia do direito de Hegel	Marx	1843-1844	1927	Hegel
A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica	Marx e Engels	1844	1845	Bauer Jovens hegelianos
Manuscritos econômico-filosóficos	Marx	1844	1932	Hegel Ricardo Say Smith
Teses a Feuerbach	Marx e Engels	1845	1888	Feuerbach
A ideologia alemã	Marx	1845-1846	1932	Bauer Feuerbach Stirner

<sup>51</sup> “[...] O método de Marx é, como expresso, uma crítica não só à economia clássica, como também à dialética hegeliana [...]” (Chagas, 2011, p. 68).

<sup>52</sup> Talvez, o caso mais emblemático seja a crítica de Marx a Proudhon. Em carta endereçada a Ánnekov, de 28 de dezembro de 1846, Marx escreve: “[...] O sr. Proudhon não nos oferece uma crítica equivocada da economia política porque tem uma filosofia ridícula; ele nos oferece uma filosofia ridícula porque não compreendeu o estado social contemporâneo em sua engrenagem [...] O sr. Proudhon é, da cabeça aos pés, filósofo e economista da pequena burguesia. O *pequeno-burguês*, numa sociedade avançada e por exigência de seu estado, faz-se meio socialista e meio economista, isto é, deslumbrase com a magnificência da alta burguesia e, ao mesmo tempo, solidariza-se com o sofrimento do povo. É, simultaneamente, burguês e povo [...]” (Marx, 2017a, p.187, 196). Um ano depois, no *Prólogo à Miséria da filosofia*, Marx afirmou: “O sr. Proudhon tem a infelicidade de ser singularmente desconhecido na Europa. Na França, tem o direito de ser um mau economista, porque passa por ser um bom filósofo alemão. Na Alemanha, tem o direito de ser um mau filósofo, porque passa por ser um dos melhores economistas franceses [...]” (Idem, p. 43).

A miséria da filosofia	Marx	1847	1847	Proudhon
Introdução – Grundrisse	Marx	1859	1939	Mill Proudhon Ricardo Smith
Posfácio – Capital, vol. 1	Marx	1873	1873	
Dialética da natureza	Engels	1873-1886	1925	
Introdução – Dialética da natureza	Engels	1875-1876	1925	
Anti-Dühring	Engels	1876-1878	1877-1878	Dühring
Antigo Prefácio – Anti-Dühring	Engels	1877	1925	Dühring
Prefácio – Anti-Dühring	Engels	1885	1885	
Do socialismo utópico ao socialismo científico	Engels	1877	1880	Fourier Hegel Owen Simon Utopistas
Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã	Engels	1886	1886	Feuerbach Hegel
Prefácio à edição inglesa – Do socialismo utópico ao socialismo científico	Engels	1892	1892	

FONTE: Elaborado pelo autor.

Fundamentalmente inspirados por Hegel e Feuerbach<sup>53</sup> (Germer, 2020), o materialismo histórico-dialético, em Engels e Marx, surge da necessidade de

<sup>53</sup> Engels realiza, em *Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, uma importante avaliação crítica da filosofia de Feuerbach, como é possível perceber no trecho a seguir: “[...] Feuerbach era o único que tinha valor, como filósofo [...] ainda como filósofo, Feuerbach parou no meio do caminho: embaixo era materialista, mas em cima era idealista [...]” (Engels, 1975, p. 103). Marx também havia realizado uma breve avaliação da crítica de Feuerbach a Hegel (Marx, 2010a).

compreender a economia burguesa, a sociedade capitalista (Giannotti, 2017b; Neves; Borba, 2015; Silva; Hermida, 2021). Está baseado, como elaborado pelos autores, em uma ontologia do ser (Guimarães, 1999)<sup>54</sup>, buscando determinações essenciais e gerais do humano, em que o indivíduo é um produto histórico (Chagas, 2011), resultado dialético do desenvolvimento histórico-social. Para Guimarães, o “[...] campo ontológico consiste nas relações e processos efetivos [...]” (Guimarães, 1999, p. 132). Este aspecto é importantíssimo porque “[...] as relações de produção são as relações sociais [...] no interior das quais a produção se desenvolve, condicionadas, no essencial, pela forma vigente da propriedade [...]” (Germer, 2020, p. 64). Neste contexto, em diálogo crítico com Hegel, Marx chegou a duas conclusões no *Prefácio* de 1859, afirmadas, portanto, uma década depois das obras iniciais com Engels:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Chegue também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política [...]” (Marx, 2007, p. 45).

Outro aspecto central no desenvolvimento teórico-metodológico de Engels e de Marx é a característica militante. Eles estavam comprometidos em produzir conhecimento acessível aos trabalhadores e trabalhadoras, tendo como horizonte a transformação social e a realização da nova sociedade (Marx; Engels, 2010b). Por isso, os dois autores se preocuparam em descobrir as leis do modo de produção do Capitalismo, suas relações de produção, circulação e suas tendências (Marx, [s.d.]; Marx, 2017b). O mais popular de seus escritos em parceria, *O Manifesto do Partido Comunista*, é um chamamento aos trabalhadores e trabalhadoras à unidade em torno da revolução comunista (Marx; Engels, 2010b). Em verdade, eles eram intelectuais envolvidos – não apenas como expectadores, e sim de maneira ativa –, com os trabalhadores e com as trabalhadoras: participaram da Liga dos Comunistas, fundaram a Associação dos Operários em Bruxelas (1847) e a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864); colaboraram na imprensa dirigida aos trabalhadores e trabalhadoras, como os Anais Franco-Alemães (*Deutsch-*

---

<sup>54</sup> Posição criticada por Hector Benoit, que conclui “[...] parece-me insustentável uma ontologia dialética marxista [...]” (Benoit, 2009, p. 2).

*Französische Jahrbucher*), a Nova Gazeta Renana (*Neue Rheinische Zeitung*)<sup>55</sup> e o Da Revolução (*Die Revolution*)<sup>56</sup>. De acordo com Justino de Sousa Junior, o “[...] engajamento na luta política em prol das causas democráticas [...] favoreceu a Marx perceber o lugar e a ordem das coisas, identificar com clareza [...] [a] prioridade ontológica [...]” (Sousa Junior, 2021, p. 31). Mesmo no exílio, Marx continuou as atividades revolucionárias.

Certamente, a militância política possibilitou melhor compreensão da realidade, de tal forma que conseguiram, simultaneamente, dirigir-se aos trabalhadores e trabalhadoras e ser “porta-vozes” deles, numa genuína relação de aprendizado mútuo. No entanto, mais do que expectadores, insistimos, Engels e Marx compreendem consciente e ontologicamente o vínculo genérico classista<sup>57</sup> que tinham, como seres humanos, com todos os trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, é preciso mencionar a obra de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845, na qual, dirigindo-se às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha, segundo o autor, procurou fazer justiça apresentando “[...] um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e expectativas [...]” (Engels, 2010, p. 38). Só pôde conhecer de perto a situação da classe trabalhadora inglesa porque conviveu com ela por vinte e um meses. Engels tinha tanta consciência da importância do que estava vivendo que escreveu, no *Prefácio* à referida obra, em 15 de março de 1845:

A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social [...]. (Engels, 2010, p. 41).

---

<sup>55</sup> Recentemente, a Editora Expressão Popular trouxe ao público brasileiro os artigos escritos por Marx e Engels na *Nova Gazeta Renana*, em dois volumes, com organização, tradução, introdução e notas de Livia Cotrim. (Engels, 2020; Marx, 2020). Entre os textos de Engels é possível destacar: O debate sobre a revolução em Berlim; Os debates sobre a Polônia em Frankfurt; Do teatro da guerra; A revolução se aproxima. De Marx, mencionamos: Crise e contrarrevolução; A contrarrevolução em Berlim; A burguesia e a contrarrevolução; Trabalho assalariado e capital.

<sup>56</sup> Como dissemos, destacamos apenas os órgãos de imprensa dedicados aos trabalhadores e trabalhadoras. Caso contrário, seria preciso considerar os artigos de Max em a *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), jornal de orientação burguesa liberal, e o *New York Daily Tribune*.

<sup>57</sup> Talvez, a palavra “vínculo” não seja a mais adequada para expressar a conexão profunda, existencial, entre todos os seres humanos, enquanto seres humanos. A objetivação que ocorre dentro do processo capitalista de produção – à medida em que produz mercadorias o próprio trabalhador se torna, ele mesmo, mercadoria (MARX, 2010a) –, o trabalhador vivencia o processo de estranhamento do gênero humano e o estranhamento do homem pelo homem (Marx, 2010a).

Compreender a situação da classe trabalhadora era essencial para uma teoria socialista e revolucionária (Engels, 2010). Engels sabia que estava diante de uma realidade – a condição miserável de vida da classe trabalhadora – cuja principal tendência era se espalhar por todos os países, à medida em que se aprofundasse a indústria capitalista. Ao mesmo tempo em que expõem as dores de trabalhadores e trabalhadoras, Engels e Marx apresentam a contradição fundamental da sociedade dividida em classes: as lutas de classes (Giannotti, 2017b). Esse aspecto é em tal profundidade e intensidade que a principal obra de Marx é a “[...] sistematização teórica da consciência da classe operária, ou seja, da consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes [...]” (Benoit, 1996, p. 42). A convivência com trabalhadores e trabalhadoras possibilitava não apenas os dados empíricos, mas, ainda, uma perspectiva revolucionária a partir e para os trabalhadores e trabalhadoras<sup>58</sup>, a “[...] mudança das condições históricas de exploração sob as quais se encontravam” (Sousa Junior, 2021, p. 32).

Por fim, Engels e Marx permaneceram aprendendo com a tradição filosófica, em diálogo um com o outro, com outros autores, com outros socialistas e com a classe trabalhadora. Mesmo após as importantes conclusões registradas em *A ideologia alemã*<sup>59</sup>, em que ambos “[...] acertaram as contas com a nossa antiga consciência filosófica [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 47), eles seguiram revisitando suas concepções. Até porque, tanto os seres humanos são “inconclusos” (Freire, 2011)<sup>60</sup>, como a história é dinâmica – necessidade de compreender a contradição – e o Capitalismo segue em mutação – sendo e não sendo o mesmo a todo tempo. Diante da necessidade de compreensão da realidade complexa, Marx percebeu, por exemplo, a imperativa urgência de estudar economia política (Marx, 2007; Marx, 2017d). Ao se deparar com o direito do uso da terra e as leis referentes ao furto da

---

<sup>58</sup> “[...] a análise dessa produção [social capitalista] revelará para Marx não só as leis fundamentais das relações capitalistas de produção, como também o sujeito social que pode conduzir o processo de superação da ordem capitalista e ainda as práticas que pode ser consideradas para a realização desse objetivo” (Sousa Junior, 2021, p. 33).

<sup>59</sup> Apesar de escrita em conjunto, entre 1845-1846, *A ideologia alemã* só foi publicada em 1932. Acerca deste importante texto, Marx escreveu, em 1859: “[...] Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer.” (Marx, 2007, p. 47).

<sup>60</sup> Nas palavras de Paulo Freire: “[...] Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente [...] A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento [...]” (Freire, p. 50, 57).

madeira, ele descobriu que “[...] apropriar-se de madeira verde [...] representa um atentado evidente contra a árvore [e, com isso], representa um atentado evidente contra o proprietário da árvore” (Marx, 2017d, p. 80). Estava diante, portanto, de questões como a propriedade privada, leis que fixam a desigualdade econômica e social, a relação entre propriedade e direito, e o Estado.

Quase duas décadas depois, Marx diria que foi nesta ocasião que “[...] encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais [...]” os quais, prossegue o autor, “[...] proporcionaram-me os primeiros motivos para que começasse a me ocupar das questões econômicas [...]” (Marx, 2007, p. 44). Foi quando, de fato, passou a considerar a centralidade da economia política nas relações sociais. Ao recomençar seus estudos econômicos, em 1840, em Londres, Marx estava diante da expansão da sociedade burguesa londrina, em novo estágio de desenvolvimento graças ao ouro na Califórnia e na Austrália, ele decidiu “[...] começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais [...]” (Marx, 2007, p. 48). As condições objetivas de existência impuseram a Marx limites e desafios. Ainda assim, no sentido de aprendizagem crítica, a dialética de Marx “[...] procura negar e contradizer não só a representação da Economia Política, mas também o próprio logós a partir do qual ele próprio fala [...]” (Benoit, 2009, p. 4). Ou seja, Marx não apenas considera criticamente a economia política clássica e a ideologia alemã, mas sua própria pesquisa está sob escrutínio.

Friedrich Engels, no *Prefácio à edição inglesa*, em 20 de abril de 1892, à obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, se expressou nos seguintes termos:

[...] se conseguimos o fim desejado, se achamos que a coisa corresponde à ideia que dela fazemos, que nos dá o que dela esperávamos ao usá-la, teremos a prova positiva de que, **dentro desses limites**, nossas percepções acerca dessa coisa e de suas propriedades coincidem com a realidade existente fora de nós. Em troca, se acontece termos dado um golpe em falso, geralmente não tardamos muito em descobrir as causas do nosso engano; concluímos que percepção em que se baseava a nossa ação era incompleta e superficial, ou se achava enlaçada com os resultados de outras percepções de um movimento não justificado pela realidade das coisas; quer dizer: havíamos realizado o que chamamos de raciocínio defeituoso [...]. (Engels, 1975, p. 13).

É essencial que o pensamento acerca da realidade, a percepção dela, reflita a realidade em si. Talvez, devêssemos tomar como aplicação e exemplo do

materialismo histórico-dialético a obra mais acabada de Karl Marx<sup>61</sup>, *O Capital*, volume I, revisado e publicado pelo próprio autor<sup>62</sup>, em alemão e em francês<sup>63</sup>. É que, segundo Marx, o desenvolvimento do mais complexo e mais desenvolvido permite compreender o desenvolvimento do mais simples e menos complexo (Marx, 2011b)<sup>64</sup>. No seu desenvolvimento teórico, ele deixou uma série de esboços<sup>65</sup> que demonstram a tentativa de apreensão do real, de compreensão da sociedade capitalista, em diversos extratos de tentativa e erro, até chegar à forma expositiva que considerou a mais adequada. Apesar disso, há diferenças nas redações entre as duas versões alemãs e a versão francesa.

É sabido que o volume 1 de *O Capital* foi publicado durante a vida de Marx não uma, mas duas, e em certo sentido três, versões diferentes, que apesar da sua identidade conceptual básica apresentam entre si diferenças em muitos casos importantes:

- a) A versão original alemã, publicada em 1867.
- b) A segunda edição alemã, que aparece em fascículos de junho de 1872 a maio de 1873 e em um volume único em meados desse último ano. Marx não só fez uma longa série de pequenas alterações e modificações, mas também incorporou numerosos acréscimos, suprimiu muitas passagens da versão original e reformulou completamente partes dela. Para se ter uma ideia de até que ponto Marx reconstruiu, por exemplo, o próprio fundamental capítulo 1 da obra [...], mas, também o texto da última versão do capítulo, acerca de “A Forma do Valor”, que apareceu como apêndice à edição alemã de 1867 [...].
- c) A versão francesa, publicada em fascículos de agosto de 1872 a novembro de 1875. Em parte, nada mais é do que uma tradução (e em muitos lugares uma tradução muito pobre, revisada de forma desigual por Marx) da segunda edição alemã. Mas, também pode ser considerada – para o bem e para o mal

<sup>61</sup> Esta importante intuição surgiu em uma conversa entre Ivan Martins e Gustavo Machado (Martins, Ivan; Machado, Gustavo. Marco Zero. Como ler Marx e Engels. YouTube, 25 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=msWMTcI13Dg&t=22s>>. Acesso em: 27/07/23.

<sup>62</sup> Reconhecemos o importante trabalho de Engels em selecionar, revisar e editar os dois outros volumes d’*O Capital*, os livros II e III, que tratam do processo de circulação de capital e do processo global da produção capitalista, respectivamente. Especialmente, porque não contemplamos grandes divergências teóricas entre Engels e Marx. Engels publicou, ainda, três edições do volume I: a terceira edição alemã, em 1883; a edição inglesa, em 1887; e a quarta edição alemã, em 1890.

<sup>63</sup> Marx e Engels acompanharam com entusiasmo a tradução d’*O Capital* para o russo, realizada por F. Danielson, e publicado em 1872 (Uroeva, 2017).

<sup>64</sup> Obviamente, temos consciência de que Marx está tratando da sociedade burguesa, em que “[...] as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas [...]” (Marx, 2011b, p. 58). No entanto, interessa-nos apenas a ideia de como o mais complexo e mais desenvolvido nos permitem compreender o mais simples e menos desenvolvido. Afirma Marx: “[...] O assim chamado desenvolvimento histórico se baseia sobretudo no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesma [...]” (Idem, p. 59).

<sup>65</sup> São os casos, por exemplo, da *Contribuição à crítica da economia política* (Marx, 2007); de *Para a crítica da economia política*, que contém os manuscritos de 1861-1863, cadernos I a IV (Marx, 2010b); e *Grundrisse*, os manuscritos de 1857-1858 (Marx, 2011b).

– como uma nova versão, a terceira, do volume 1 de *O Capital* (Scaron, 1975, p. VII-VIII, tradução livre)<sup>66</sup>.

Assim, percebemos que Marx não se contentou com a primeira publicação alemã, em 1867. Não apenas seus cadernos lhe serviram de rascunho, borrão, esboço e esquema, todavia, a própria primeira edição d'*O Capital* foi um tipo de obra aperfeiçoada, vendo-se obrigado a revisões a partir de sua leitura por parte do autor e do “grande público”. E, aparentemente, revisões não tanto em relação aos críticos, aos quais dedica algumas linhas no *Prefácio da segunda edição alemã* e, sim, em seu interesse de deixar o texto claro e acessível aos trabalhadores e trabalhadoras<sup>67</sup>. Não se trata, porém, somente de estilo. Enfim, há certas mudanças e variações, reconhecidas pelo próprio Engels. Essas breves considerações são tão importantes que, segundo Scaron, todas são igualmente importantes já que disponibilizou três versões da obra. De nossa parte, acompanhamos essas reflexões sem, no entanto, admitirmos a mesma conclusão do autor. São fatos que existem mais de uma versão d'*O Capital*, que todos os textos referentes ao Volume 1 pertencem a Marx e que os demais (Volumes 2 e 3) pertencem a Marx e Engels. Entretanto, nós consideramos que, cientificamente, a quarta edição em alemão tem prioridade por ser a última versão revisada e publicada por Marx. Não há nenhum indício de que ele realizaria alterações

---

<sup>66</sup> “Es sabido que del tomo 1 de El capital se publicaron en vida de Marx no una sino dos, y en cierto sentido tres, versiones distintas, que pese a su identidad conceptual básica presentan entre sí diferencias en muchos casos importantísimas: a) La versión original alemana, publicada en 1867. b) La segunda edición alemana, que aparece en fascículos de junio de 1872 a mayo de 1873 y en volumen a mediados de ese último año. Marx no sólo efectúa una larga serie de enmiendas y modificaciones menores, sino que incorpora numerosos agregados, suprime no pocos pasajes de la versión original y reelabora totalmente partes de la misma. Para poder formarse una idea de hasta qué punto Marx reconstruyó, por ejemplo, el fundamentalísimo capítulo 1 de la obra [...] sino también el texto de la última versión del capítulo con el de ‘La forma de valor’, que figuraba como apéndice de la edición alemana de 1867 [...]. c) La versión francesa, publicada en entregas de agosto de 1872 a noviembre de 1875. En parte se trata nada más que de una traducción (y en muchos lugares de una muy pobre traducción, desparejamente revisada por Marx) de la segunda edición alemana. Pero también cabe considerarla – para bien y para mal – como una nueva versión, la tercera, del tomo 1 de El capital [...]”.

<sup>67</sup> Até que ponto os textos de Engels e Marx eram compreensíveis aos trabalhadores e trabalhadoras, parece-nos passível de discussão. No *Prefácio da primeira edição alemã*, de 25 de julho de 1867, Marx escreveu que “[...] com exceção da seção relativa à forma de valor, não se poderá acusar esta obra de ser de difícil compreensão [...]” (Marx, 2017b, p. 78). Pois bem, alguns anos depois, precisamente, em 24 de janeiro de 1973, no *Posfácio da segunda edição*, Marx registrou: “O método aplicado em *O Capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram interpretações contraditórias que se apresentam sobre o livro” (Idem, p. 88). Não devemos ver isso apenas como provocação dos críticos e, sim, a intenção de tornar o texto compreensível aos trabalhadores e trabalhadoras. Contraditoriamente, a intenção de popularização das obras de Engels e de Marx entre trabalhadores e trabalhadoras, especialmente, com objetivo de municiá-los teoricamente para uma revolução, pode ter contribuído para a posterior vulgarização de complexos conceitos desenvolvidos pelos dois autores.

posteriores a esta edição. Assim, sob os limites expostos até então, a derradeira edição é a “mais acabada” e a definitiva que temos, a ser comparada com a francesa.

De acordo com Marcos Lutz Müller, o “[...] método de *O Capital* se caracteriza por ser uma exposição crítica, progressivo-regressiva das contradições do capital a partir de sua contradição fundamental” (Müller, 2015, p. 2). Ao propor uma leitura de Marx em diálogo com Hegel, o autor toma como conceito fundamental para Marx, em *O Capital*, a ideia de exposição ou método de exposição, em que o objeto “[...] se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico” (Müller, 2015, p. 2). Perspectiva semelhante é adotada por Eduardo Chagas (2011). Segundo Claus Germer (2020), Engels e Marx conheciam profundamente as leis da dialética de Hegel e as desenvolveram em suas obras. Como observamos, estas leis foram retomadas em *Anti-Dühring*, em *Dialética da natureza* e em *O Capital*: a lei da transformação de mudanças quantitativas em mudança qualitativa, as leis da negação da negação e a lei da unidade e luta dos contrários<sup>68</sup>. De fato, em carta enviada a Engels em 14 de janeiro de 1858, Marx afirma que a releitura da *Lógica*, de Hegel, lhe havia prestado um grande serviço<sup>69</sup>. A apropriação de Hegel ocorreu de forma crítica, com uma diferença substancial: o que Hegel desenvolveu de modo idealista, Engels e Marx o fizeram de maneira materialista (Engels, 2020; Fulda, 2017; Pacífico, 2019; Pires, 1997; Musse, 2005), reconfigurando a categoria de materialismo (Sousa Junior, 2021). No *Posfácio da segunda edição*, Marx se pronunciou nos seguintes termos:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é

---

<sup>68</sup> Em *Anti-Dühring*, Engels (2015) desenvolve, na seção I, dedicada à filosofia, duas leis: a relação entre quantidade e qualidade; e negação da negação. No entanto, foi em *Dialética da natureza* que ele desenvolveu melhor estes elementos. Engels afirmou que “[...] é da história da natureza e da história da sociedade humana que são abstraídas as leis da dialética. Estas são apenas as leis mais gerais dessas duas fases do desenvolvimento histórico, como do próprio pensamento. Elas se reduzem, mais precisamente, sobretudo a três: A lei da conversão de quantidade em qualidade e vice-versa; A lei da interpenetração dos opostos; A lei da negação da negação”. (Engels, 202, p. 111). Lukács (2003) acusaria Engels de utilizar as ciências naturais como modelo e regra dialética.

<sup>69</sup> Em carta de Marx a Engels, de 14 de janeiro de 1858: “[...] En el MÉTODO de elaboración de la cuestión, algo me ha prestado un gran servicio: *by mere accident* [por pura casualidad] había ojeado de nuevo la Lógica de Hegel [...]” (Marx; Engels, 1983, p. 86-87).

mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2017b, p. 90).

Marx foi mais explícito<sup>70</sup> em carta endereçada a Ludwig Kugelmann, de 06 de março de 1868, em que se refere a uma crítica de Eugen Dühring:

[...] Ele sabe muito bem que meu método de exposição NÃO É o de Hegel, porquanto eu sou materialista e Hegel é idealista. A dialética de Hegel é a forma fundamental de toda dialética, porém, unicamente UMA vez despojada de sua forma mística, e isto é precisamente o que distingue meu método [...] (Marx; Engels, 1983, p. 200, tradução livre)<sup>71</sup>.

Marx pergunta: “[...] o que fazer diante da *dialética* hegeliana? [...]” (Marx, 2010a, p. 115). Talvez, esta interpelação seja mais do que uma pergunta retórica; trata-se de um questionamento presente em Engels e em Marx. Em geral, Marx percebe, em Hegel, uma “mistificação”, quando este concebe o objeto na “esfera abstrata da lógica” (Marx, 2013). Para Hans Friedrich Fulda (2017), além da superação do idealismo, Marx opera outra mudança central: virar do avesso a dialética hegeliana, a fim de descobrir seu núcleo racional. De acordo com Hector Benoit, “[...] ainda que dialogue constantemente com a lógica hegeliana, não existe em Marx, propriamente, uma lógica herdada de Hegel” (Benoit, 2009, p. 2).<sup>72</sup>

O “método cientificamente correto” (Marx, 2011b), contempla duas etapas. A primeira é a análise do real, a abstração, por meio do pensamento, de um objeto da realidade, e o exame de cada uma de suas partes; a segunda é a síntese, a realidade pensada, compreendida em si mesma em relação ao todo (Germer, 2020). De acordo com Claus Germer, a exposição que Marx faz acerca do capitalismo, em *O Capital*, é “[...] um concreto do pensamento, isto é, a reconstrução do objeto pesquisado – o capitalismo – no e pelo pensamento [...]” (Germer, 2020, p. 56). A conclusão de Hector Benoit é: “[...] a dialética, em Marx, é um modo de exposição revolucionário, o modo de exposição de *O Capital*: como pressuposto de toda a exposição está posta a totalidade da histórica como luta de classes [...]” (Benoit, 2009, p. 4). Este autor, aliás, destaca como Marx, em *O Capital*, do primeiro ao último capítulo, expõe a luta de

<sup>70</sup> Entre textos em que Marx trata, de forma mais detalhada, da dialética de Hegel, está o capítulo *Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral*, presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

<sup>71</sup> “[...] Él sabe muy bien que mi método de exposición NO ES el de Hegel, por cuanto yo soy materialista y Hegel idealista. La dialéctica de Hegel es la forma fundamental de toda dialéctica, pero únicamente UNA vez despojada de su forma mística, y eso es precisamente lo que distingue mi método [...]”.

<sup>72</sup> Em verdade, há um profícuo debate em torno da influência de Hegel sobre Marx e sua obra e da dependência de Marx em relação a Hegel. Para alguns, Marx não depende de Hegel. Já outros discutem qual a proporção dessa influência do primeiro sobre o segundo.

classes no interior do capitalismo (Benoit, 1996; 2009) e como esta luta é “[...] inseparável da crítica revolucionária desta classe [trabalhadora] ao modo de produção capitalista” (Benoit, 1996, p. 43). A teoria conectada à classe trabalhadora tornava-se uma teoria revolucionária. Portanto, em Engels e Marx, as classes são sujeitos da história (Tonet, 2013) e sujeitos do conhecimento (Benoit, 1996).

O fato de “o método” de Engels e Marx ser um método essencialmente revolucionário, não os impediu de um tratamento científico acerca do capitalismo (Benoit, 1996; Engels, 1975). Ao contrário, indiretamente, ao dialogarem criticamente com teóricos burgueses, eles acabaram revelando que existe um modo de fazer ciência a fim de atender aos interesses dos donos dos meios de produção, nos limites da ideologia burguesa, a favor da manutenção da presente ordem. Eles também não caíram na tentação, sempre presente, por sinal, de comparar o capitalismo com o socialismo. Estabelecer um paralelo direto, ainda que por oposição, confrontando-os, seria, em todo sentido, equivocado, tendo em vista que suas bases oscilariam entre utópicas e idealistas. Ainda que tenhamos a convicção – por força da construção humana – de que na nova sociedade não haverá divisão em classes sociais, e a intuição de que desaparecerá a forma mercadoria, o que está sob escrutínio é o que existe, o capitalismo. Esses elementos teóricos gerais nos permitem avançar destacando alguns aspectos dos princípios teórico-metodológicos, aplicados à educação.

Na contemporaneidade, há diversas possibilidades de aproximação aos temas aqui relacionados – especialmente, às duas categorias centrais de nossa pesquisa, a saber, a educação e a religião –, algumas das quais, mencionamos, são perspectivas empiricistas, metafísicas, idealistas e pseudoconcretas. O materialismo contrapõe-se a correntes filosóficas em que o “[...] o elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito [...]” (Alves, 2010, p. 1). Apesar de proporem uma leitura da realidade, uma compreensão da mesma, não chegam, segundo consideramos, à radicalidade ou, como afirma Gaudêncio Frigotto, elas não “[...] atingem as leis fundamentais da organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas histórico-sociais” (2002, p. 72). O materialismo histórico-dialético tem como sujeito o próprio real (Chagas, 2011), não sendo, portanto, nem subjetivista, nem objetivista e nem idealista. E, para nossos propósitos, não basta apenas descrever os fenômenos, ou sua aparência ou, ainda, o desenvolvimento histórico dos movimentos

e, sim, perceber, a partir de um olhar radical, seus próprios fundamentos, sua essência e o lugar que ocupam dentro da sociedade das mercadorias. É o materialismo “[...] que pode conduzir ao verdadeiro concreto, porque ele o expõe na forma de um resultado desenvolvido [...] até chegar ao concreto total [...]” (Müller, 2015, p. 7-8). Neste sentido, tentamos nos apropriar da

[...] dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade; e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (Frigotto, 2002, p. 73).

A postura materialista se distingue da metafísica por adotar uma concepção dialética em relação ao pensamento, como resultado e parte do processo de construção humana da realidade, a partir da realidade, em relação à realidade (Germer, 2020). Neste sentido, “[...] está implícita a admissão da existência da realidade objetiva, isto é, uma realidade que existe *independentemente* das ideias e do pensamento [...]” (Frigotto, 2002, p. 73). É a partir dessa realidade, histórica, que se exerce a abstração do real, “[...] como processo sistemático e originalmente espontâneo de formação de conceitos pelo ser humano [...] [e] como ferramenta intelectual formal das ciências sociais para as operações de análise teórica [...]” (Germer, 2020, p. 49). Sobretudo, a diferença está em não utilizar, nem mesmo reconhecer, perguntas e respostas para além do indivíduo, das sociedades e do mundo, tendo em vista que é o homem sócio-histórico que “[...] embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos [...]” (Gamboa, 2002, p. 103).

A história cumpre um importante papel, apreendida dialética e materialmente, existindo em sentido dinâmico, daquilo que foi e está a ser humanamente construído. O materialismo histórico-dialético é uma perspectiva dialética acerca da própria história<sup>73</sup>. Pensa no ser humano, em sua existência e na produção das condições para sua subsistência, como ser histórico (Pacífico, 2019). A

---

<sup>73</sup> Ao realizar uma avaliação da filosofia alemã, com destaque para Hegel e Feuerbach, acentuando, especialmente, as diferenças entre idealismo e materialismo, as discussões relacionadas ao pensamento e o ser, o desenvolvimento do próprio materialismo, enquanto teoria histórica e dialética, os avanços nas ciências naturais e humanas, o surgimento das classes no novo modo de produção, o direito e o Estado e, finalmente, a religião, Engels escreve: “As considerações anteriores apenas pretendem ser um esboço geral da interpretação marxista da história; quando muito, alguns exemplos para ilustrá-la [...]” (Engels, 1975, p. 116).

história recebe uma forma materialista dialética desenvolvida, teórica e metodologicamente, por Engels e Marx (Benoit, 2009). Enquanto método de análise, o materialismo “[...] está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto [...]” (Frigotto, 2002, p. 77). Neste sentido, é possível falar em termos de uma ontologia do ser (Guimarães, 1999), em que objetos e fenômenos existem objetivamente e podem ser conhecidos (Martins; Lavoura, 2018).

Ao analisar a realidade em perspectiva materialista é possível perceber quais são suas concepções dominantes, acerca da forma como as sociedades e o mundo se organizam e, ainda, acerca das relações existentes entre elementos particulares e gerais. Como disse Silvio Gamboa, as “[...] pesquisas [materialistas] dialéticas se fundamentam na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos [...]” (Gamboa, 2002, p. 98). Faz-se perceber, assim, tanto a produção material da existência quanto a ideologia dominante e a relação dialética entre elas, sabendo que “[...] ideias e relações sociais são históricas e transitórias [...]” (André, 2018, p. 7). Esta transitoriedade e historicidade das ideias e das relações sociais é esboçada por Engels (1975), de tal maneira que expõe a ruptura do próprio materialismo: de idealista a materialista, de materialista mecânico a materialista histórico e dialético.

Outro elemento importante é a perspectiva da totalidade. De acordo com Sílvio Gamboa, a “[...] compreensão de um fenômeno só é possível com relação à totalidade à qual pertence [...]” (Gamboa, 2002, p. 101). Por totalidade, compreendemos que tudo está em relação dialética com tudo e que a composição do todo é mais do que a soma de suas partes (Silva; Quintela, 2014). Neste sentido, “[...] conceitos básicos que refletem o fenômeno em seus aspectos individual, particular e geral; causa e efeito; necessidade e causalidade; essência e aparência; conteúdo e forma; possibilidade e realidade [...]” (Silva; Hermida, 2021, p. 188), em relação dialética à totalidade<sup>74</sup>. Nas palavras de Hector Benoit: “[...] a dialética é o método através do qual Marx procura reconstruir a totalidade viva do real [...]” (Benoit, 2009, p. 3); é a articulação entre complexos sociais (Tonet, 2013).

---

<sup>74</sup> De acordo com Ricardo Musse, “[...] Identificado com a essência do método de Marx, o ponto de vista da totalidade [expressa por Lukács em “História e consciência de classe”] sobrepuja inclusive outras determinações, consideradas até então suficientes para delimitar suas diferenças diante da ciência burguesa, como ‘predomínio de motivos econômicos na explicação da história’ ou mesmo a prática de ‘contrapor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários’.” (Musse, 2005, p. 384).

Por práxis é essencial compreender que a “[...] a crítica e o conhecimento crítico [estão] para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social”. (Frigotto, 2002, p. 81). A práxis é reflexão e ação visando a transformação (Gamboa, 2002). Uma transformação no sentido de real, de radical, construída por homens e mulheres, sujeitos da história, mediados por questões sociais concretas. De acordo com Justino Sousa Junior:

[...] A práxis é a atividade humana que sedimenta e perpassa toda a formação do ser social na medida em que é a atividade mediadora de toda transformação de realidades naturais e sociais sendo, ao mesmo tempo, transformação do próprio sujeito da práxis [...] (Sousa Junior, 2021, p. 460).

De acordo com Gaudêncio Frigotto, o materialismo histórico-dialético permite “[...] um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento ‘novo’, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação” (2002, p. 79). Como a imagem do tripé pode transmitir a ideia de algo estático, nos apropriaremos da ideia de “tríplice movimento” do materialismo. Primeiro, destacamos sua dimensão crítica. Este aspecto é tão importante que constitui o objetivo principal d’*O Capital*, em que um dos sentidos é “[...] criticar um modo de produção da riqueza essencialmente ancorado no mercado, isto é, na troca de produtos sob a forma mercantil [...]” (Giannotti, 2017b, p. 59). Fundamentalmente, não estava em vista de Engels e Marx a crítica pela crítica, porém, a transformação social (Giannotti, 2017b), novamente, a práxis.

O segundo movimento – a construção do conhecimento novo –, só se torna possível à medida em que se descortina a realidade de uma sociedade que se caracteriza pelo acúmulo de riquezas e pela divisão em classes. O que Marx sintetiza em *O Capital* não é o seu pensamento, e sim a reprodução, em teoria, do movimento de produção e reprodução do capitalismo. Diante de nosso objeto de pesquisa, o materialismo histórico-dialético

[...] permite a abordagem de problemáticas que estabeleçam relações entre educação, ensino e sociedade, a partir do pressuposto de que a razão e a compreensão da realidade concreta são objetivos possíveis na pesquisa e de que a verdade não está no discurso, mas na atividade teórico-prática (práxis), e suas determinações (André, 2018, p. 4).

Está em questão, também, uma afirmação central: é possível chegar ao conhecimento da realidade complexa (André, 2018). Para isto, se faz necessário que façamos a distinção entre aparência e essência (Martins; Lavoura, 2018), ou entre a

essência e o fenômeno – construções históricas mutáveis –, sabendo que o “[...] mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores [...]” (Martins; Lavoura, 2018, p. 229). E, ainda, aceitemos o “princípio da contradição”, que significa “[...] aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial [...]” (Pires, 1997, p. 87). Hector Benoit é assertivo ao destacar a contradição no método dialético em relação à apreensão do real:

[...] Somente pela unidade contraditória entre o Ser e o Devir, entre o lógico e a sua gênese pode-se pensar uma teoria dialética da verdade, uma teoria de desvelamento do mundo que não é somente representação abstrata do real, mas, sim, representação concreta, viva, logos perpassado pelo histórico e que retorna a este como movimento negativo, como negação da negação, como práxis (Benoit, 2009, p. 3).

Para Engels, por exemplo, a vida está em constante movimento, logo, em permanente contradição, “[...] cessa a contradição, cessa a vida e instaura-se a morte [...]” (Engels, 2015, p. 152). Tanto que o autor estabelece a dialética nos seguintes termos: “[...] E a dialética nada mais é que a ciência das leis universais do movimento e da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento” (Idem, p. 171). Ao elaborarem, Engels e Marx, uma nova compreensão da sociedade, elaboram uma nova compreensão acerca do sujeito e vice-versa (Tonet, 2013). É uma compreensão ancorada na práxis. Para Sousa Junior: “[...] A práxis costuma emprestar ao discurso certo valor semântico positivo, ela está associada à ideia de transformação social, de emancipação, de revolução [...]” (Sousa Junior, 2021, p. 405). O terceiro e último aspecto do movimento é, justamente, a nova síntese da práxis.

[...] síntese não é ecletismo, nem soma de partes ou tópicos vindos de outras abordagens; é uma nova maneira de ver, conceber e organizar categorias, muitas delas originadas dentro de outras visões, mas recriadas em novas condições e sob outros interesses cognitivos. (Gamboa, 2002, p. 95).

Em termos da própria práxis, ela significa a apropriação do conhecimento visando a transformação (Silva; Hermida, 2021; Pacífico, 2019). Segundo Sousa Junior: “O traço essencial da prática é mesmo sua capacidade de transformação material da realidade concreta [...]” (Sousa Júnior, 2021, p. 38). Nas palavras de Georg Lukács: “A dialética materialista é uma dialética revolucionária [...]” (Lukács, 2005, p. 64). Para José Arthur Giannotti, sem fugir do rigor científico, *O Capital* é “arma política” (Giannotti, 2017b, p. 59).

[...] a crítica da sociedade burguesa [é] capaz de enriquecer o movimento revolucionário contra o capital. Examina como as formas de dominação e as relações desiguais operantes no mercado de trabalho dependem da reificação das relações sociais, cuja base é o fetichismo da mercadoria, mas se completam nas formas mais desenvolvidas do capital. (Giannotti, 2017b, p. 66).

A crítica, o conhecimento novo e a práxis estão intimamente relacionados. Não há, em termos concretos, como dissociá-los, senão, abstrata e didaticamente. Ao criticar, está se produzindo um conhecimento novo. O conhecimento novo, por sua vez, deve possibilitar a compreensão das correlações de força, das forças de dominação, do poder, e da consciência visando à transformação radical da sociedade e, em termos científicos – materialista histórico-dialético – a construção de uma nova sociedade que, por sua vez, possibilite uma nova práxis.

De tudo o que temos considerado até aqui, o materialismo histórico-dialético, com suas categorias em movimento, se coloca “[...] a favor da classe trabalhadora e de outras classes subalternas que compõem as sociedades classistas [...]” (Silva; Hermida, 2021, p. 179). A teoria elaborada por Engels e Marx é a que explica a sociedade capitalista, suas contradições; ao explicá-la, os autores descortinam, teórica e conscientemente, o movimento de produção e reprodução do capital. Aplicado à educação, o materialismo dialético “[...] possibilita elucidar os processos que envolvem a educação em suas relações na sociedade, contribuindo na compreensão da dinâmica e das contradições em que está imersa” (Silva; Hermida, 2021, p. 189). Ou seja, em nossa compreensão a reflexão acerca da educação em perspectiva materialista passa a considerar os processos sociais de formação do ser humano (Silva; Hermida, 2021), a formação da sociedade brasileira, a relação entre a educação e a totalidade social em um contexto de crise do capitalismo, de avanço da extrema direita e do fundamentalismo religioso, da adoção da agenda de ajuste fiscal.

Apesar da reflexão puramente abstrata – comumente realizada em diversos métodos de pesquisa em educação –, a educação é parte da sociedade, resultado histórico e dialético de uma sociedade. Para a correta eficácia do “método” aplicado, Germer (2020) chama atenção para dois elementos: conhecer o método utilizado e conhecer o fenômeno pesquisado. Assim, para objetos e fenômenos em movimento – como a relação social entre fundamentalismo religioso e educação –, contraditórios, complexos, é imprescindível um método histórico, dialético, que dê conta das contradições (Engels, 2015) e das complexidades do real (Pires, 1997). Para Marx, o “[...] que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios,

sua luta e sua fusão numa categoria nova [...]” (Marx, 2017a, p. 104). Consideramos, em vista da nossa opção teórico-metodológica, isto é, o materialismo histórico-dialético, que estão superadas as dicotomias quantidade-qualidade, particular-geral, sujeito-objeto, analítico-dialítico etc.

Assim, por se tratar de uma pesquisa cujos princípios teórico-metodológicos são o materialismo histórico-dialético, traremos à cena, em vista dos nossos objetivos, devidamente demarcados acima, duas chaves analíticas: as compreensões que Friedrich Engels e Karl Marx tinham acerca do capitalismo e acerca da religião. Por isso, toca em duas esferas sociais importantes: a sociedade capitalista e a religião. Em se tratando da religião, Marx também não escreveu nenhuma obra específica. Ainda que preciosas observações avulsas possam ser encontradas em diversos de seus textos, foi Engels que mais tinta gastou refletindo sobre o tema<sup>75</sup>. Portanto, pertence-nos a tarefa de considerar aquilo que, provisoriamente, chamamos de apontamentos engelsianos e marxianos acerca da crítica da economia política e da religião, em obras individuais e em parceria. Nossa pesquisa expõe, criticamente, os projetos do fundamentalismo religioso para educação, apresentando seus mais destacados intérpretes. Partiremos, portanto, do concreto, que é o ponto de partida efetivo (Marx, 2011b). Assim sendo, não queremos passar a vida travando a inútil luta com os galhos: nós sabemos que é no tronco que está o coringa do baralho.

A apresentação dos nossos princípios teórico-metodológicos nos permite clarear nossa Tese e nossos objetivos<sup>76</sup>. Pretendemos, com esta pesquisa, compreender as imbricações entre economia, política, religião e educação, e como essas questões – que se apresentam como econômicas, políticas, religiosas e educacionais – se colocam no Brasil contemporâneo. Nós consideramos que a sociedade brasileira apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da extrema direita e do fundamentalismo religioso, naquilo que se constitui a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Como demonstramos, na presente seção, houve um significativo crescimento dos evangélicos, no Brasil, e demonstraremos que este crescimento está vinculado à agenda da extrema direita para a América Latina. Torna-se necessário, em vista disso, procurar na história recente, na cultura, na

---

<sup>75</sup> Conferir a seção “4.4 Notas sobre Engels e sobre Marx para uma sociologia da religião”.

<sup>76</sup> A Tese está descrita no primeiro parágrafo dessa Introdução. Com referência aos nossos objetivos: Conferir a seção “1.2 Objetivo geral e objetivos específicos”.

economia, na política, na religião e na sociedade as razões que tornam essa terra fértil para eclosão, amadurecimento e fortalecimento do fundamentalismo religioso. Essa investigação crítica compreende dois movimentos: descrever as propostas, planos e projetos que o fundamentalismo evangélico tem para educação, em conexão com a extrema direita e com o neoliberalismo, e discutir seus pressupostos teórico-metodológicos, exemplificados na educação domiciliar e no Escola Sem Partido, assumidos por setores do Estado e por segmentos da sociedade. Ambos incluem a crença (ou a fé religiosa) como justificativa para se apresentarem como alternativa e necessidade para educação brasileira contemporânea, especialmente, direcionada à escola pública. Finalmente, importa-nos compreender se os projetos educacionais de religiosos fundamentalistas contribuem para a manutenção do sistema capitalista, sua reforma ou mesmo a ruptura com a ordem social e economicamente estabelecida.

Umberto Eco (2005) valoriza o processo de elaboração da Tese, o trabalho que envolve a pesquisa, a análise e a escrita, o que servirá, segundo o autor, para desenvolver a maturidade em trabalhos futuros. Discutiremos conceitos como acumulação primitiva, bolsonarismo, democracia, extrema direita, educação, ensino religioso, fundamentalismo religioso, luta de classes, neoliberalismo, religião e representatividade. A discussão teórico-conceitual aparecerá à medida em que se demandar mais precisão; sendo desenvolvida, portanto, ao longo do texto. Para embasamento teórico desta pesquisa, nós nos apoiamos no estudo de autores clássicos, com destaque para Friedrich Engels e Karl Marx, intérpretes da temática examinada e representantes da perspectiva fundamentalista e da perspectiva neoliberal, em um “resgate crítico” (Frigotto, 2002). Na pesquisa documental, nos debruçaremos sobre documentos e projetos de Lei pertinentes ao tema, além de material midiático produzido pelos fundamentalistas religiosos.

No primeiro capítulo apresentamos uma breve introdução ao tema e à relação social entre educação e religião, como problema de pesquisa. Em seguida, delineamos o nosso objetivo – Analisar as influências do fundamentalismo religioso expressas em projetos educacionais no Brasil, à luz do materialismo histórico-dialético – e expomos as razões para pesquisarmos fundamentalismo religioso e educação: o crescimento do número de evangélicos no Brasil; o envolvimento de evangélico na política pública, especialmente, dentro e a partir da Câmara dos Deputados; o interesse especial dos evangélicos fundamentalistas pela educação; a perspectiva de

que a educação pública está sob ataque, a ser retomada ao longo do trabalho; e a possível contribuição científica deste trabalho para o processo emancipatório. No mesmo capítulo, apresentamos nossas perspectivas teórico-metodológicas: o materialismo histórico-dialético. Finalmente, esclarecemos nossas opções de investigação e exposição a fim de que o(a) leitor(a) saiba por onde caminhamos ao longo trabalho.

No segundo capítulo apresentaremos uma exposição a respeito do Brasil. Não entraremos em muitos detalhes, mas demarcaremos algumas questões significativas, cujo impacto é possível observar no presente. Acentuaremos quatro aspectos: a colonização, a escravização, as capitanias hereditárias e a religião. Em seguida, trataremos do modelo neoliberal e de um neoliberalismo à brasileira, caracterizando o neoliberalismo, com destaque para a crise contemporânea do capital e a relação entre educação e neoliberalismo. Sem demora, trataremos da relação social entre neoliberalismo e subjetividade. Faremos uma pequena discussão acerca do Estado e da Democracia. Retornaremos ao Brasil, com as manifestações de rua na segunda década do século XXI e seus desdobramentos, especialmente, o *impeachment* de Dilma Rousseff e as Eleições de 2018.

No terceiro capítulo trataremos do bolsonarismo como movimento sociopolítico. Para tanto, iniciaremos pelo Governo Temer, apresentando a aceleração do ajuste fiscal e as contrarreformas neoliberais a alcançarem, especialmente, a educação e o trabalho. Passaremos a uma apresentação acerca da extrema direita mundial, seus ciclos e suas características, e chegaremos ao bolsonarismo, momento que em a extrema direita reassumiu o poder em terras brasileiras. Trataremos da estranha e complexa trama do bolsonarismo, da nova forma de fazer política e do consórcio pelo poder do Estado, a reunir diversos segmentos sociais. Veremos a dinâmica de atração e de repulsa no interior do bolsonarismo. Faremos uma breve incursão sobre os ministros da educação do Governo Bolsonaro e finalizaremos com o tema da *prática* bolsonarista: as ações, as irracionalidades, a subjetividade e os valores.

No quarto capítulo entraremos no tema do fundamentalismo religioso. Entretanto, será preciso esclarecer de antemão o que significa protestante e o que significa evangélico. Então, faremos um panorama pela gênese e pelo desenvolvimento histórico do fundamentalismo religioso. Destacaremos, em seguida,

suas principais características e as expressões contemporâneas do fundamentalismo: teonomia, reconstrucionismo, dominionismo e a profecia das sete montanhas, com destaque para a leitura da Bíblia no fundamentalismo religioso evangélico brasileiro. A partir de todo o exposto ao longo do capítulo, teremos condições de discutir um conceito aproximado para o fundamentalismo religioso. Passaremos à relação entre capitalismo e religião, com uma exposição acerca da teologia da prosperidade e a teologia da batalha espiritual. Em seguida, trataremos do crescimento numérico dos evangélicos e da função social do fundamentalismo religioso. Finalizaremos o capítulo com algumas notas de Friedrich Engels e Karl Marx acerca do tema da religião.

No quinto capítulo discutiremos fundamentalismo religioso e educação. Iniciaremos pela relação social entre educação e religião e uma discussão a respeito do conhecimento religioso ou do conhecimento teológico, como aparecem nos manuais de metodologia da pesquisa científica. Em seguida, apresentaremos criticamente as concepções teórico-metodológicas do fundamentalismo religioso para educação, a partir de teólogos fundamentalistas. E exemplificaremos estes pressupostos com os projetos educação domiciliar e Escola Sem Partido, como uma síntese entre fundamentalismo religioso, extrema direita e neoliberalismo.

Finalmente, no capítulo seis faremos as considerações finais, retomando as principais conclusões que o trabalho nos permite fazer, articulando bolsonarismo, extrema direita, fundamentalismo religioso e neoliberalismo, através da síntese didática da dialética de negação dos valores e da síntese didática da dialética de afirmação dos valores: anticomunismo, autoritarismo, fanatismo, guerra, irracionalidade, liberdade, livre mercado, medo, militarismo, nacionalismo, negócio, prática, sacrifício e verdade.

### **1.5 Esclarecendo nossas opções de investigação e de exposição**

Será necessário, logo de início, esclarecer algumas opções de investigação e de exposição da pesquisa<sup>77</sup>:

---

<sup>77</sup> De acordo com Eduardo Chagas, “[...] A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma autoexposição do objeto, senão ele seria acrítico,

(i) Convém destacar que a presente Tese, diante de seu objeto, é política. Soma-se, a isto, que o tratamento teórico-metodológico adotado, o materialismo histórico-dialético é, também, uma perspectiva política. Umberto Eco demonstrou que é falso o dilema entre científico e político na pesquisa acadêmica. Segundo o autor: [...] pode-se dizer que todo trabalho científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento geral, tem sempre um valor político positivo (tem valor negativo toda ação que tenda a bloquear o processo de conhecimento) [...] (Eco, 2005, p. 24). Ao analisar, em perspectiva materialista, a relação social entre fundamentalismo religioso e educação, assumimos o caráter político do presente trabalho, especialmente, ao “[...] informar ações práticas para superar [...]” as contradições e os limites da atual sociedade e “[...] para articular a possibilidade da liberdade humana e da sobrevivência [...]” (Saad Filho, 2010, p. 18). De fato, neste caso, não há como dissociar ciência e política, em vista da imbricação do tema e do método a ele empregado. Fundamentalismo religioso é político (Chauí, 2006; Martins, 2022) e a educação tem implicações políticas. Entretanto, não é o método que torna o tema político e, sim, o próprio objeto. O objeto, político, exige um método que inclua a dimensão política a fim de, adequadamente, dar conta de seu caráter politizador, considerando, histórica e dialeticamente, suas relações sociais e seu lugar no Estado, na sociedade e no sistema de acumulação de riquezas.

(ii) Optamos por tratar os conceitos à medida que forem surgindo. Seria possível antecipá-los, entretanto, tornaria o texto um tanto enfadonho e cansativo ao leitor. Assim, no decorrer da pesquisa, conforme os temas surjam serão, devidamente, conceituados. De maneira mais clara: de acordo com a necessidade cada tema ou conceito será, nos limites de nossa pesquisa, esclarecido. Assim sendo, por exemplo, neoliberalismo será conceitualizado e caracterizado no Capítulo 2, bolsonarismo será conceitualizado e caracterizado no Capítulo 3 e fundamentalismo religioso será conceitualizado e caracterizado no Capítulo 4. A partir das indicações nas notas de rodapé o(a) leitor(a) poderá antecipar os conceitos.

---

mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão (tradução) ideal do movimento efetivo do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do real, de tal modo que o real se ‘espelhe’ no ideal [...]. (Chagas, 2011, p. 57).

(iii) Decidimos pela linguagem pessoal. Eco é persuasivo ao defender que “[...] Escrever é um ato social [...]” (2005, p. 122), portanto, coletivo. Em sendo assim, utilizamos, ao longo do trabalho, a primeira pessoa do plural.

(iv) Além disto, preferimos uma linguagem acessível, precisa e objetiva (Cervo; Bervian, 1996). É fato de que este trabalho se trata de uma Tese e, assim, deve atender a requisitos acadêmicos. No entanto, o objetivo de um(a) autor(a), sobretudo, de um(a) intelectual em formação é, justamente, fazer o seu texto socialmente relevante. Para isso, é necessário um texto de linguagem acessível a fim de que seja, precisamente, lido. As citações em línguas estrangeiras foram traduzidas e os originais estão citadas nas notas de rodapé.

(v) Adotaremos, neste trabalho, o conceito de classe(s) trabalhadora(s) ao invés de classe(s) operária(s); mais-valor ao invés de mais-valia e assim por diante. Com isto, estamos nos apropriando das novas traduções em língua portuguesa brasileira das obras de Engels e de Marx – nos eximindo de quaisquer discussões etimológicas, exegéticas e comerciais que possam envolver estas novas traduções.

(vi) Por se tratar de um tema que envolve a religião, especificamente, o fundamentalismo religioso evangélico, e para dar conta de uma crítica que se exige imanente, haverá várias citações de livros considerados sagrados, mormente, a Bíblia Sagrada. Preferencialmente, utilizaremos a tradução de Almeida Revista e Atualizada. Os casos contrários serão indicados na própria citação.

(vii) Tínhamos esperança de que os dados do Censo 2022 já estivessem disponíveis. Assim, haverá uma lacuna a ser preenchida, futuramente, pelo(a) leitor(a) que poderá, inclusive, perceber se a tendência de crescimento do segmento religioso evangélico se manteve ou não.

(viii) O(A) leitor(a) perceberá uma extensa bibliografia. Consideramos que esclarecemos, minimamente, nossa opções teórico-metodológicas. (a) Os principais autores e as referências presentes por toda pesquisa são Friedrich Engels e Karl Marx. (b) Utilizaremos também alguns intérpretes do marxismo. (c) Procuramos ir aos principais teórico neoliberais: Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, bem como a importantes teóricos fundamentalistas. (d) Lançamos mão de outros autores que de alguma forma são identificados com o marxismo ou autores vinculados ao campo que chamaríamos genericamente de teoria crítica, portanto, não necessariamente, marxistas. O fato de utilizarmos estes autores não significa que

estamos, a priori, em acordo ou em desacordo com a vasta obra teórica que produziram. Nós os utilizamos pela atualidade de suas reflexões e pela contribuição que, julgamos nós, eles oferecem à nossa pesquisa, portanto, estritamente pontual. (e) Utilizamos pesquisas de opinião de diversos institutos e diversos relatórios que dialogam com a temática por nós desenvolvida. Utilizamos relatórios e notas técnicas. Utilizamos diversas pesquisas de opinião acerca do Brasil e do bolsonarismo. (f) Utilizamos documentos e legislações acerca dos temas tratados<sup>78</sup>.

(ix) O(A) leitor(a) perceberá que os capítulos dois e quatro são maiores que os capítulos três e cinco. Optamos por uma divisão didática: a rigor, o capítulo três é uma continuidade do capítulo dois e o capítulo cinco é uma continuidade do capítulo quatro. Em todo o caso, retomaremos nos primeiros capítulos apenas os elementos necessários à nossa discussão e à análise do objeto.

(x) O mais importante: não queremos opor uma teologia que consideramos ruim a uma teologia que poderíamos considerar como uma boa teologia. Não queremos opor uma teologia a outra. O que faremos é analisar propostas fundamentalistas religiosas para a educação na contemporaneidade brasileira.

---

<sup>78</sup> Ao invés de relacionarmos uma por uma, nós o faremos à medida que se tornem necessárias, ou seja, que forem aparecendo em nosso texto.

## 2. “BRASIL! MOSTRA A TUA CARA”

*Não me convidaram para esta festa pobre que os  
homens armaram para me convencer.  
A pagar sem ver toda essa droga que já vem malhada  
antes de eu nascer.  
Não me ofereceram nem um cigarro, fiquei na porta  
estacionando os carros.  
Não me elegeram chefe de nada,  
o meu cartão de crédito é uma navalha.  
Brasil, mostra a tua cara.  
Quero ver quem paga para gente ficar assim.  
Brasil, qual é o teu negócio, o nome do teu sócio.  
Confia em mim.  
Cazuza*

A fim de alcançar nossos objetivos de analisar, no Brasil, a relação social entre Educação e Religião, mais precisamente, educação e fundamentalismo religioso, precisamos considerar os aspectos culturais, econômicos, políticos, religiosos e sociais que tornaram possíveis a ascensão da extrema direita nos últimos anos. Concomitantemente, ressurgem projetos religiosos para educação que, simultaneamente, bebem na fonte do fundamentalismo religioso norte-americano e respondem, no contexto nacional, ao aprofundamento de políticas econômicas neoliberais. Dito isto, retomaremos os elementos mais significativos da história brasileira, desde suas origens colonizadoras; exporemos os princípios da política econômica neoliberal, destacando três de seus teóricos e a formação da subjetividade. Ato contínuo, trataremos das manifestações de 2013 e do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Estas reflexões assentarão as bases para o próximo capítulo, no qual trataremos sobre o bolsonarismo.

### 2.1 Do início da colonização à colonização permanente.

Nas origens da formação histórica brasileira encontram-se determinações socioeconômicas da identidade nacional que se arrastam ao longo dos anos, com maior ou menor influxo a depender da conjuntura. Como bem escreveu Caio Prado Jr: “[...] O *sentido* da evolução brasileira [...] ainda se afirma por aquele caráter inicial

da colonização [...]” (Prado Jr, 2011, p. 29). A história construída, transmitida, apreendida e ensinada carrega elementos determinantes e distintivos. E não têm sido poucas as tentativas de compreender a(s) identidade(s) brasileira(s)<sup>79</sup>. Apesar de nossa “carga genética”, há necessidade de condições objetivas para manifestação de certas características “originais” ou mesmo de sua superação. Possivelmente, o atributo essencial de nossa formação sócio-histórica seja o processo mesmo de colonização, que teve como resultados a cultura escravagista, a religião como parte constitutiva da formação brasileira, a grande propriedade da terra, a miscigenação entre indígenas latino-americanos, portugueses e negros africanos. Na forma de nossa reflexão há uma imbricação entre cultural, econômico, político, religioso e social.

O que chamamos de encontro de culturas, que resulta numa “cultura brasileira” – a rigor seriam “culturas brasileiras” –, se deu no contexto colonialista, de aculturação e de subjugação. Dermeval Saviani (2010) destacaria a articulação dialética entre colonização, educação e catequese. “Articulação dialética” de uma tríade essencial, como veremos. Acrescentaremos, a este propósito, a escravidão e a propriedade da terra. Consideramos que sem a menção à formação socioeconômica brasileira é impossível compreender, adequadamente, o Brasil contemporâneo<sup>80</sup>. Isto porque, como disse Caio Prado Júnior, “o passado que nos fez”. Assim, iniciaremos refletindo acerca destes aspectos e, posteriormente, trataremos da questão neoliberal propriamente dita. Daí extrairemos algumas particularidades, sem as quais, é impossível compreender e pensar o Brasil contemporâneo: o presente como resultado dialético do nosso desenvolvimento socioeconômico e sócio-histórico. Portanto, consideraremos, em ordem, a colonização, a escravidão, as capitânicas hereditárias e a religião. Como afirmamos: no Brasil, o processo educacional é atravessado pela religião, por isso, elas serão tratadas em conjunto.

---

<sup>79</sup> Destacamos os autores considerados clássicos: Caio Prado Júnior (1907-1990); Darcy Ribeiro (1922-1997); Florestan Fernandes (1920-1995); Gilberto Freyre (1900-1987); Raymundo Faoro (1925-2003); Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

<sup>80</sup> Na primeira metade do século XX, Caio Prado Júnior escreveu: “[...] O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual [...]” (PRADO JR, 2011, p. 8). Ele constatou que os problemas sociais – em sentido amplo – do seu tempo já estavam postos pelo menos um século e meio antes. A compreensão do contemporâneo, a que se refere Prado Júnior, abrange desde a colonização até meados do século XX. Nosso “contemporâneo” deve resgatar esta compreensão e avançar até a primeira quadra do século XXI.

### 2.1.1 Colonização.

O aspecto essencial da constituição do Brasil, da nação como nos chegou, do país que conhecemos, é a colonização. O Brasil é resultado de um processo sangrento de colonização. O Brasil é consequência da transformação de Portugal em um país marítimo, uma potência colonial (Prado Júnior, 2011). Para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: “Desde o princípio o impulso para o expansionismo em Portugal seria pautado por interesses comerciais, militares e evangelizadores, equilibrados em boas doses [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 23). A posição geográfica lhe seria favorável, localizado na Península Ibérica. A “descoberta” do Brasil decorre de um processo de mercantilização e competição por novos mercados fornecedores de matérias primas – madeira, tinturas, peles de animais, metais preciosos e especiarias – em que se enfrentam portugueses, espanhóis, ingleses e franceses.

[...] No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu [...] (Prado Júnior, 2011, p. 28).

A mentalidade dos que aqui chegaram era de exploração (Prado Júnior, 2011). Reproduz-se na propriedade da terra da colônia o mesmo poder político e econômico da metrópole. Os grandes setores da economia colonial estão ligados à terra: a grande propriedade, a mineração, a extração e a pecuária. Ainda que, não necessariamente, à posse da terra – no sentido jurídico de direito – como no caso da extração. Todos os empreendimentos econômicos, em maior ou menor grau, apresentam a mesma organização socioeconômica: um “empresário” que explora a mão de obra, a serviço das exportações (Prado Júnior, 2011). Mesmo com os avanços tecnológicos, o essencial se mantém, especialmente, com a inserção do Brasil no novo modo de produção. Na mesma direção devemos perceber a escravidão de negros, no Brasil.

Só se pode entender a montagem de uma instituição do porte do escravagismo moderno atentando-se para a articulação entre a criação de colônias no ultramar e seu funcionamento sob a forma de grandes unidades produtoras voltadas para o mercado externo [...] (Schwarcz; Starling, 2018, p. 91).

De acordo com Darcy Ribeiro (2000), as novas tecnologias utilizadas nas navegações, nas guerras e na comunicação criaram a possibilidade de domínio terrestre através dos mares. É o que, segundo o autor, possibilita a primeira ruptura real com o Feudalismo. Dois processos civilizatórios tiveram, neste momento, a sua origem: os impérios mercantis salvacionistas e o capitalismo mercantil (Ribeiro, 2000). Portugal se insere nos impérios mercantis salvacionistas. As monarquias ibéricas estavam associadas ao papado que, segundo Ribeiro (2000), “alcançou um nível de quase fusão”. Enquanto a Portugal coube o domínio sobre as terras a serem descobertas, à monarquia espanhola pertenceu a direção da Santa Inquisição. Para Ribeiro: “[...] se estabeleceu uma estrutura de poder aristocrático-clerical que regeria, daí por diante, os destinos dos povos ibéricos [...]” (Ribeiro, 2000, p. 111). Com a opção pelo novo colonialismo escravista – economia fundada na mão de obra escrava, com escravização de indígenas e comércio de negros africanos escravizados – criou a dependência de uma mão de obra barata. A expulsão de judeus e muçulmanos, considerados hereges, resultou em um retrocesso econômico e intelectual a Portugal. As classes dominantes viram neste processo apenas a oportunidade de enriquecimento rápido, sem considerar a perda de mão de obra qualificada e capaz de maior desenvolvimento técnico e tecnológico. Todo o contexto fez com que as duas nações, Portugal e Espanha, se tornassem incapazes à Revolução Industrial. Em detrimento do capitalismo, prevaleceu o “mercantilismo de inspiração despótica” (Ribeiro, 2000). A colonização, por parte destas nações, tinha “método”:

Os procedimentos fundamentais de dominação das colônias escravagistas das Américas foram: a erradicação da antiga classe dominante local, a concessão de terras como propriedade latifundiária aos conquistadores, a adoção de formas escravagistas de conscrição da mão-de-obra e a implantação de patriciados burocráticos, representantes do poder real, como exatores de impostos [...]. (Ribeiro, 2000, p. 114).

De pronto, é preciso destacar o assassinato de centenas de milhares de povos nativos, quer resistissem ou não. O novo tempo se constituiu em perdas de vidas e de território para os que aqui residiam. Aos indígenas que foram sobrevivendo aos massacres restaram poucas alternativas, após a chegada dos portugueses. A primeira foi a exploração do trabalho escravo indígena; a segunda foi participar das guerras e conflitos, obrigados a tomar partido entre portugueses e espanhóis. Também no processo com os indígenas havia o binômio catequese e civilização

(Schwarcz; Starling, 2018), em que se conjugavam, entre outros, economia, educação e religião. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling,

[...] com o tempo a Companhia [de Jesus] transformou-se numa verdadeira potência econômica. Se no início viviam da esmola real, aos poucos os jesuítas enriqueceram, emprestando casas, arrendando terras e controlando o rico comércio de especiarias cultivadas nas aldeias por eles dominadas [...] (Schwarcz; Starling, 2018, p. 42).

Se a religião, através de seus emissários presentes nas naus, era partícipe da colonização, ela tinha seus próprios objetivos. Com a estreita aliança entre o trono português e o altar eclesiástico um contribuía com o outro na colonização, e cada um com seu projeto próprio. Havia, certamente, interesses conflitantes cujo resultado dependia da correlação de forças imediatas, com prerrogativa ao rei de Portugal. Não demorou para que a Companhia de Jesus, que concentrava “intelectuais” – em geral, homens com formação acadêmica – e “amizade” com os indígenas passasse a vislumbrar a possibilidade de crescimento e enriquecimento, ao participar da colonização e utilizar seus muitos privilégios político-religiosos. A colonização é apropriação e expropriação cultural, econômica, ideológica e social.

### *2.1.2 Escravização.*

No intenso processo de colonização, de expansão e de apropriação de terras, impõe-se a exploração agrária, com a construção de grandes fazendas, de engenhos e de plantações (Prado Júnior, 2011), que passaram a depender, cada vez mais, de mão de obra escrava. É neste contexto socioeconômico e com a resistência dos indígenas e dos imigrantes que o tráfico de negros ganha força. A compreensão acerca da vida e da relação com a natureza era muito diferente da extração de riquezas para o comércio exterior. Ainda assim, o estilo de vida dos indígenas – incluindo a antropofagia – serviram de justificativa para escravizá-los. De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), os diversos relatos acerca dos indígenas

[...] contribuiu decisivamente para a difusão de uma representação negativa dos nativos americanos, como homens sem ordem e sem fé, sem noções de propriedade, território e dinheiro, ignorantes de instituições como a família e o casamento. Ademais, vinculou-se a imagem da nova terra à de uma gente decadente [...] (Schwarcz; Starling, 2018, p. 22).

Naturalmente, era importante criar uma imagem dos indígenas como bárbaros, desalmados, pagãos, preguiçosos etc. a fim de justificar a captura e escravização. Porém, não era a única imagem que circulava. Os indígenas também eram percebidos como inocentes e desprendidos de riquezas (no sentido colonialista) e de propriedades privadas. A ideia de um paraíso terrestre (Holanda, 2000), um novo Éden, pareciam se confirmar diante das belezas do Novo Mundo. Política e ideologicamente, os colonizadores e seus propagandistas acabam por dissociar as riquezas naturais (das florestas tropicais) de seus habitantes. Em parte, protegidos pela religião, os indígenas se negaram ao trabalho nas grandes propriedades. De fato, o sistema econômico colonial no Brasil precisava disponibilizar constante mão de obra importada (Schwarcz; Starling, 2018). Foi necessário criar uma rota de escravos arrancados da África e lançados no Brasil colonial.

No processo de colonização, o sofrimento e a subjugação dos negros foram ainda maiores do que dos indígenas. Enquanto em relação aos indígenas houve uma tentativa de integrá-los na colonização, por meio da catequese e da missão dos jesuítas, o “[...] negro não teve no Brasil a proteção de ninguém [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 293). As próprias ordens religiosas, um tanto condescendentes com os indígenas, tinham escravos. Os negros eram apenas a força bruta, a ferramenta de uma economia baseada no trabalho escravo. Era uma mercadoria com a qual os proprietários não se preocupavam com qualquer tipo de formação moral ou intelectual (Prado Júnior, 2011), salvo a religião, bastando apenas o batismo, sem, necessariamente, a compreensão da fé católica. Uma mercadoria acessível e substituível no mercado de escravos.

Mesmo os escravos que se ocupavam dos serviços domésticos – da casa do senhor ou do dono da grande propriedade – não se tornavam mais dignos e mais humanos. Quando muito, a ternura da “mãe preta” ou a culinária afro-brasileira eram socialmente aceitáveis (Prado Júnior, 2011). A submissão dos escravos se deu pela força, pela violência. De acordo com Joaquim Nabuco: “A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil [...]” (Nabuco, 2000, p. 101). Constitui-se um erro afirmar que a escravidão nos Estados Unidos da América foi pior

que no Brasil<sup>81</sup>. Em consequência, de um lado, seguindo Prado Júnior, foram pouquíssimas as contribuições do negro para nossa cultura, já que foi “[...] uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 289). Por outro lado, nas condições impostas, surpreende que tenham permanecido contribuições na língua, na dança, nas roupas, na culinária e na religião (Moura, 1992). Portanto, muito maiores do que intelectuais brasileiros do passado haviam percebido. A escravidão se impôs às custas de muito sangue, já que as resistências foram constantes. Possivelmente, uma das mais importantes contribuições sociais do negro foi a resistência.

O desenvolvimento econômico e social brasileiro tem uma peculiaridade: o Brasil passa da Escravidão ao Capitalismo. Há, portanto, uma diferença das Américas em relação à Europa: não houve Feudalismo. A questão fundamental foi estabelecer, ainda que aos poucos, as determinações capitalistas passando, inevitavelmente, pelo trabalho assalariado. No Brasil, a Colônia, o Império e a República conviveram com o trabalho escravo, baseando-se numa economia dependente de mão de obra escrava. Nestas circunstâncias, “[...] o escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito [...] Era uma propriedade privada [...] como o porco ou o cavalo [...]” (Moura, 1992, p. 15-16). De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

[...] a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita. (Schwarcz; Starling, 2018, p. 96).

Diríamos que a escravidão foi o que foi justamente por ter sido um sistema econômico completo. Só assim teria sido possível moldar as condutas, definir as desigualdades sociais, fazer da raça e da cor os marcadores sociais de diferenciação socioeconômica. Foram as relações de senhor e servo nos moldes escravagistas, ou seja, de dono e de propriedade, de senhor e de escravo, que definiram e condicionaram a sociedade brasileira. Para Sílvia Almeida (2019), a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e racismo.

---

<sup>81</sup> Há uma dezena de mitos – que não temos como abordar – acerca da escravidão no Brasil, e esse é um deles. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling lembram, por exemplo, que a expectativa de vida de um escravo norte-americano era de 35 anos, enquanto no Brasil era de 25 anos (Schwarcz; Starling, 2018, p. 94).

Segundo Jessé Souza (2017), a escravidão é a instituição totalizante da sociedade brasileira. Sendo característica apenas do Brasil – e não de Portugal, sua nação colonizadora –, ela fez o país. A escravidão fez o Brasil.

Houve, por parte dos escravizados, reações à condição em que estavam submetidos (Moura, 1988; Schwarcz; Starling, 2018). Entre as estratégias de sobrevivência/resistência é possível destacar<sup>82</sup>: a criação de laços afetivos dos escravos entre si, advindos de lugares distintos e com línguas diferentes, através de associações religiosas e sociais, mediadas ou não pelo trabalho. Os escravos reagiram com violência à violência que sofreram: assassinaram senhores e feitores, organizaram insurreições e fugas individuais ou em massa. Clóvis Moura lembra que os escravos objetivavam “[...] derrotar militarmente seus senhores [...]” (Moura, 1988, p. 263), e fizeram isso inúmeras vezes. Além disso, escravos cometeram suicídios e as escravas fizeram abortos como reações à escravidão de si, à violência sexual e à apropriação dos filhos. Mencione-se ainda que havia barganhas com os senhores proprietários e sabotagens ao trabalho. Ademais, a alimentação, a dança (capoeira<sup>83</sup>) e a(s) religião(ões) africana(s) foram resistências da identidade e da cultura negras. Por fim, a principal organização de resistência era o quilombo. De acordo com Clóvis Moura: “O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo [...]” (Moura, 1988, p. 103). Destaca-se, neste sentido, Palmares<sup>84</sup>.

Para Caio Prado Júnior (Prado Júnior, 2011), a característica principal da sociedade brasileira no início do século XIX era a escravidão. É difícil negar que ela permaneça, ainda hoje, como estigma, no imaginário e na realidade social. Discriminação por classe e por cor, no Brasil pós-abolição. O fato de não ser explicitada, isto é, de não haver um mercado aberto de compra e venda de escravos, não significa que deixou de existir. Ao contrário, o trabalho análogo à escravidão indica

---

<sup>82</sup> Clóvis Moura divide da seguinte forma os protestos dos escravos: “a) *Formas passivas*: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades. b) *Formas ativas*: 1) as revoltas cidadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores e feitores.” (Moura, 1988, p.273).

<sup>83</sup> O art. 402 do Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890, do Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil dizia: “Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena – de prisão cellular por dous a seis mezes. Paragrapho unico. E' considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro” (Brasil, 1890).

<sup>84</sup> Para uma relação de quilombos no Brasil: Moura, 1992, p. 25-30.

sua persistência na contemporaneidade (Poder360, 2023). A escravidão se apresenta, ainda, por meio do racismo, caracterizado como estrutural (Almeida, 2019), ou seja, um aspecto integrador da organização político-econômica da sociedade<sup>85</sup>. Uma sociedade racista cria instituições racistas (Almeida, 2019).

Em linhas gerais, a organização social da colônia formada por uma minoria de senhores e proprietários de terra e uma imensa maioria de escravos e miseráveis circunscreve a sociedade brasileira. O que se coloca, ao longo dos anos, é o surgimento de camadas médias sem alterar, significativamente, os polos resultantes do desenvolvimento brasileiro – da colonização e da inserção do país na economia capitalista. Coube a Joaquim Nabuco uma constatação profética: “[...] A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil [...]” (Nabuco, 1949, p. 181). Talvez, perdurando mais do que ele mesmo imaginasse. Duas grandes heranças desse processo de escravização são a profunda desigualdade social e a dupla consciência desse processo de subjugação<sup>86</sup>. De um lado, uma consciência que se considera superior, digna de possuir escravos, de ser servida, de olhar o outro como instrumento de trabalho, de desvalorização do trabalho, de segregar e marginalizar com base na cor da pele e na forma do cabelo, da herança de grandes propriedades, do acesso ao Estado ou das condições objetivas de nele inserir-se; de outro, uma falta de consciência dos desdobramentos e consequências de um período tão longo de utilização da mão de obra escrava, de pouco ou nenhum acesso aos serviços, aos bens e ao consumo, à educação e à cultura, à igualdade substantiva, da desproteção ao escravo liberto, da aglomeração, exploração e mendicância nas grandes cidades. Joaquim Nabuco foi assertivo quando disse que a escravidão “[...] criou uma atmosfera que nos envolve e abafa todos [...]” (Nabuco, 2000, p. 103).

---

<sup>85</sup> “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 20).

<sup>86</sup> “Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso, mas igualmente perverso [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 14).

### 2.1.3 Capitánias hereditárias.

A questão central que envolve as capitánias hereditárias é a propriedade da terra. As capitánias faziam parte do método de colonização. A decisão de dividir a costa brasileira ocorreu já em 1534 (Abreu, 2000). De acordo com Lília Schwarcz e Heloisa Starling, “[...] a filosofia era simples: como a Coroa tinha recursos e pessoal limitados, delegou a tarefa de colonização e de exploração de vastas áreas a particulares, doando lotes de terra com posse hereditária” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 30). Todas as terras pertenciam ao Rei de Portugal. Os beneficiários seriam os donatários que, em geral, eram oriundos da pequena nobreza (Abreu, 2000). É importante lembrar que a chegada dos portugueses ocorreu em meio aos conflitos entre três nações mercantis. Depois dos portugueses, franceses, holandeses e espanhóis aportaram poucos anos por aqui. O *Tratado de Tordesilhas* tentou disciplinar as terras do *novo mundo* – descoberto e a descobrir – demarcando, através de acordo, quais terras pertenceriam ao Reino de Portugal e quais pertenciam à Coroa de Castela. “[...] Nem se sabia onde esse mundo ia dar, mas ele já tinha dono e certificado de origem” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 24). Os conflitos se seguiram e os indígenas foram arrastados: os franceses tiveram por aliados os Tupinambás e os portugueses os Tupiniquins (Abreu, 2000), em diversas batalhas. De acordo com Capistrano de Abreu, os “[...] donatários seriam de juro e herdade senhores de suas terras; teriam jurisdição civil e criminal [...]” (Abreu, 2000, p. 66); Segundo Lília Schwarcz e Heloisa Starling: “[...] O sistema previa que o donatário tivesse o poder supremo e de jurisdição sobre sua capitania, podendo desenvolver a terra e escravizar indígenas [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 30-31). No entanto, os donatários estavam proibidos de repartir as capitánias.

Mais do que uma forma de organização territorial – utilizada em Cabo Verde e na Ilha da Madeira –, as Capitánias passam a cumprir duas estratégias visando um só objetivo: era preciso explorar e ocupar as terras a fim de dar um destino econômico rentável à metrópole. A terra está intimamente ligada à economia, ou melhor, a economia depende, essencialmente, da exploração da terra e de suas riquezas. As grandes propriedades de terra da colônia geram riquezas a Portugal. É a expropriação das terras brasileiras, de suas imensas riquezas, que servem à metrópole. Também a força de trabalho escravo está vinculada à terra – bem como o mercado de escravos.

O sistema econômico da produção colonial (Prado Júnior, 2011) concentra-se na grande lavoura, operada por trabalho escravo. O que nela se produz tem um destino: a exportação. De acordo com Caio Prado Júnior, são três as principais características dessa economia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo (Prado Júnior, 2011, p. 124).

A fim de sustentar a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, havia necessidade de um elemento determinante da formação brasileira: a violência. Importante destacar que Portugal desconhece o trabalho escravo internamente – na metrópole. Por certo, todos os processos de colonização a que se tem conhecimento foram extremamente violentos. A própria transição na Europa do Feudalismo ao Capitalismo foi extraordinariamente violenta. Nas palavras de Karl Marx: “[...] o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés.” (Marx, 2017b, p. 830). Uma violência vinculada à propriedade da terra, aos meios e aos modos de produção, à força de trabalho. Quanto ao nosso caso, consideremos as palavras de José Bonifácio de Andrade e Silva:

Por que a Providência não consentiu que o Novo Mundo fosse descoberto mais tarde, quando as nações européias estavam já mais cultas e civilizadas? Que de crimes e horrores não se teriam poupado? Não existia equilíbrio algum entre o ataque e a defesa – toda a força e toda a injustiça estavam nos europeus, toda a fraqueza e ignorância nos americanos; portanto foram exterminados quase de repente. A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do Novo Mundo. Aventureiros sem moralidade e sem freios foram irritados pela cobiça, e se tornaram tigres carniceiros.

É coisa grande e bela chamar do fundo das matas aos selvagens, para os civilizar, mas se o deviam ser pelo ferro, pela astúcia e pela imoralidade, melhor fora deixá-los vegetar na sua ignorância e barbaridade, ao menos não aumentaríamos sua miséria; e não os teríamos exterminado. (Andrade e Silva, 2000, p. 68-69).

As reflexões de José Bonifácio são realistas e tocantes: o processo de colonização fora conduzido de forma bárbara, marcado por crimes e horrores, um desequilíbrio completo entre os colonizadores e os colonizados, um verdadeiro extermínio; aquilo que se denomina processo civilizatório ou missão salvacionista foi, na verdade, ferro, astúcia e imoralidade<sup>87</sup>, de promoção da miséria, um verdadeiro extermínio. No encontro dos dois mundos, o Novo acaba por duplicar os problemas

---

<sup>87</sup> A compreensão da moralidade ou imoralidade passa pela condição de poder. As famílias brasileiras, lembra Joaquim Nabuco, surgiram do “[...] cruzamento pelo concubinato, pela promiscuidade das senzalas, pelo abuso da força do senhor [...] em que o interesse verdadeiro da mãe era que o filho não vingasse [...]” (Nabuco, 2000, p. 101).

do Velho. Entretanto, não se trata das moiras tecendo a Roda da Fortuna, ou da Providência conduzindo o curso da história. Todas as decisões e suas consequências foram de homens que tinham o poder de decidir e que sabiam bem o que estavam fazendo. Dificilmente alguém acredita, hoje, em uma “descoberta acidental” do Brasil<sup>88</sup>. José Bonifácio revela uma certa ingenuidade, uma crença no progresso em que algumas dezenas de anos teriam tornado o processo de colonização diferente<sup>89</sup>, de uma forma humanizada, talvez. Muito ao contrário. As ideias de cultura e civilidade passaram a ser marcadas por um sistema ainda mais agressivo, de maior potencial de extermínio e de promoção da miséria, de igual e superior modelo de colonização; nos termos de acumulação primitiva de capital. Como bem destacou Karl Marx: “[...] A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (Marx, 2017b, p. 821).

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling afirmam que a exploração era um empreendimento completamente custeado pela família real. O próprio rei cuidava da supervisão e “[...] se reservava o direito de controlar qualquer conquista, distribuir terras e ter monopólio dos ganhos [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 27). Joaquim Nabuco lembrou que o “[...] território do Brasil foi distribuído entre donatários sem meios, nem capitais, nem recursos de ordem alguma, para colonizar as suas capitanias, isto é, de fato entregue aos jesuítas [...]” (Nabuco, 2000, p. 98-99). Ou seja, os donatários não tinham as condições para realização da missão e o projeto contou, novamente, com os religiosos. Foram estes que “convenceram” os indígenas a participarem do processo de colonização, de se embrenhar mato adentro.

Uma especificidade da organização colonial brasileira é o clã patriarcal. De acordo com Caio Prado Júnior: “[...] É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 304-305). O senhor de escravos, o senhorzinho, o dono das terras era a grande figura de poder da colônia. Mesmo uma autoridade administrativa era obrigada a reconhecê-la e dependia dele para alcançar ou exercer o poder que lhe era conferido (Prado Júnior, 2011). Ao afirmar que quem “[...] realmente possui aí

---

<sup>88</sup> “[...] hoje não se acredita mais nem sequer na tese de que o encontro das terras tenha sido obra do acaso [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 22).

<sup>89</sup> Joaquim Nabuco compartilhava a mesma ideia: “Ninguém pode ler a história do Brasil no século XVI, no século XVII, e em parte no século XVIII (excetuada unicamente a de Pernambuco), sem pensar que a todos os respeitos houvera sido melhor que o Brasil fosse descoberto três séculos mais tarde [...]” (Nabuco, 2000, p. 99).

autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 305), Prado Júnior nos oferece uma chave essencial para compreender o poder patriarcal nas origens do Brasil: ele está intimamente relacionado ao poder econômico. É o poder econômico, a riqueza material, que se apresenta na posse da terra e das riquezas que dela se extrai, que confere o poder patriarcal. Como todo poder, pode manifestar clemência. E, nestes casos, tende a aumentar o próprio poder, como protetor, pai ou padrinho (Prado Júnior, 2011). Como bem afirmou o autor: “Colocado assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e a origem de todas as aristocracias: riqueza, poder, autoridade. [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 307). A expressão da religião (ou a vivência religiosa) dependia do poder e/ou da família patriarcal<sup>90</sup>.

#### *2.1.4 Religião.*

Qualquer forasteiro percebe a força da religião, da magia e da superstição na sociedade brasileira<sup>91</sup>. Ela está presente no jogador que faz o sinal da cruz ao entrar em campo; naquele que levanta as mãos aos céus quando faz o gol ou o técnico que beija o terço quando termina a partida... Na família que dá às mãos em volta da mesa no restaurante e agradece, através de uma oração, a refeição... Nas estátuas na Baía de Todos os Santos e na Praça de Fátima... Nos monumentos à Bíblia em diversas cidades... Nos megatemplos nas grandes cidades... No Cristo Redentor como cartão postal do Brasil... Nos crucifixos e nas Bíblias em espaços públicos e privados... Nos feriados nacionais do Calendário Religioso... Nas grandes romarias, peregrinações e caravanas religiosas, católicas e evangélicas... Nas milhares de catedrais e templos espalhados pelo país... Nas centenas de milhares de conteúdos

---

<sup>90</sup> Segundo Eduardo Hoornaert: “[...] A ‘religião do açúcar’ era vivida através da capela, dos oratórios domésticos, da devoção aos santos, finalmente dos ritos do catolicismo tradicional português que passaram a difundir a ideologia do capitalismo agrário implantado no país. As práticas desta religião eram ligadas à família patriarcal do engenho e dispensavam em grande parte a presença de sacerdotes. [...]” (Hoornaert, 1982, p. 29).

<sup>91</sup> “[...] fico com a sensação de que a religiosidade brasileira, com frequência, trata-se de uma fé de conveniência. É menos um código que determina como viver a vida e mais um recurso que se pega ou se larga conforme as circunstâncias”. (Vickery, 2017). Engels notou algo semelhante na sociedade inglesa: “[...] Se em meados do século um estrangeiro culto se instalasse na Inglaterra, o que mais lhe causaria surpresa seria a beatice religiosa e a estupidez – assim teria êle que considerar – da ‘respeitável’ classe média inglesa” (Engels, 1975, p. 12).

religiosos produzidos e difundidos diariamente... Na inscrição “Deus seja louvado” nas cédulas de Real... Na Frente Parlamentar Evangélica... No deputado Eduardo Cunha que, antes de verbalizar seu voto favorável ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, diz: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação. Voto sim”.

A constatação de Saviani, de que a “[...] colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas [...]” (Saviani, 2010, p. 39), é importantíssima. A religião foi parte central do processo de colonização e, com ela, o processo educacional. Relembremos a articulação dialética entre colonização, educação e catequese. Esta é uma primeira chave para compreensão da história brasileira e, com ela, a participação da religião. A Igreja – maior representante da religião do colonizador – sempre esteve presente. Por causa da onipresença dela, a vida à margem da Igreja não era apenas inconcebível, era impraticável (Prado Júnior, 2011). Neste contexto geral, “[...] as necessidades espirituais se colocam no mesmo plano que as exigências da vida civil. A participação nas atividades religiosas não é menos importante que nas daquela última [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 349). A importância da Igreja era indiscutível (Prado Júnior, 2011). Para termos uma ideia, apenas a Igreja se responsabilizava pela assistência social, pelo cuidado com os mais pobres, desamparados, idosos e enfermos, também, o ensino era de sua responsabilidade, bem como a catequese e a “civilização” dos índios; até mesmo as diversões públicas eram mediadas pela religião. “[...] Emparelha-se à administração civil, e é mesmo muito difícil, se não impossível, distinguir na prática uma da outra em muitos correntes casos [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 351).

Ao participar do empreendimento colonizador, a Igreja tinha seus próprios objetivos. Claro que com a expansão de Portugal ela seria direta e indiretamente beneficiada. Em relação à ordem religiosa dos jesuítas, responsável pela catequese e pela educação no processo de colonização, Prado Júnior afirma que “[...] parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção [...]” (Prado Júnior, 1976, p. 70). Em vistas dos seus objetivos, somos informados que chegaram a lutar com colonos europeus a fim de manter a hegemonia na relação com os índios amazonenses. Então, sob o plano conjunto de colonização afluíam objetivos individuais. É difícil dissociar o aspecto missionário do econômico.

Constituiu-se um marco do “descobrimento” a realização da primeira missa em terras brasileiras. No domingo de *Pascoela* (Páscoa), o Frei Henrique de Coimbra realizou a homilia baseando-se no Evangelho do dia (Abreu, 2000). De acordo com Pero Vaz de Caminha<sup>92</sup>: “[...] pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção” (Caminha, 1963, p. 5). Diante da presença curiosa de indígenas, emergiu o objetivo salvacionista – “salvar essa gente”. No mês seguinte foi erguida a Cruz. Tudo era muito marcado pela religião. Batizou-se de monte Pascoal; e consolidou-se, em parte apenas, o nome de *Terra de Vera Cruz*, isto é, Terra da Cruz Verdadeira<sup>93</sup>. No plano ideológico da colonização, a religião cumpre uma importante função<sup>94</sup>, um movimento messiânico como cruzadas contemporâneas (Ribeiro, 2000).

As “religiões brasileiras”, originalmente, podiam ser delimitadas em torno de suas etnias: religiões indígenas; catolicismo português; religiões africanas. Assim como os imigrantes trouxeram suas religiões, os negros, mesmo na condição de escravos, vieram com o Candomblé e a Umbanda. A identidade religiosa está ligada à identidade cultural: um indígena será religioso segundo seus costumes; um português confessará sua fé de acordo com seu povo; e um negro crerá conforme suas tradições ancestrais. Ainda que haja certa distinção entre expressões religiosas de uma tribo indígena a outra e de um negro de um clã (ou de uma nação) para outro, estão, infinitamente, mais próximos em suas manifestações de fé do que quando cortam os oceanos ou quando um indígena se encontra com um negro. Os processos

---

<sup>92</sup> “[...] É de autoria dele a ‘Carta’ endereçada ao rei de Portugal e hoje considerada oficialmente uma espécie de certidão de nascimento do Brasil: documento fundador e marco da origem da nossa história [...] a ideia era logo registrar a propriedade, mesmo que não se soubesse o que se ia encontrar.” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 28).

<sup>93</sup> Travou-se, em torno do nome, uma verdadeira disputa religiosa e secular (Schwarcz; Starling, 2018). Os religiosos insistiam em manter o nome de Vera Cruz ou Santa Cruz, em uma alusão à “consagração” ou destino da nova terra. Impôs-se, no entanto, o nome em referência ao principal produto comercializado no mercado internacional, Brasil.

<sup>94</sup> A história do Brasil tem recebido uma interpretação religiosa evangélica. Extraímos o seguinte a partir de uma exposição da pastora Ângela Valadão: D. Emanuel (Deus conosco) enviou doze caravelas comandadas por um homem chamado Pedro; eles chegaram no dia da Páscoa, o começo de nossa fé; eles não trouxeram nenhuma imagem de escultura nas caravelas, trouxeram apenas uma cruz; o primeiro nome foi Ilha de Santa Cruz, a mensagem da cruz está na nossa história; quando viram que não era uma ilha, mudou-se o nome para Terra de Vera Cruz, essa é a nossa mensagem, o Brasil tem a mensagem de pregar a verdadeira cruz; várias pessoas que vieram eram judias, fugindo da inquisição; um deles viu a madeira, pau de ferro, e começou a fazer o comércio; o nome do Brasil teria surgido de Barzilai, o judeu que negociou a madeira; na Bíblia, a personagem Barzilai foi amigo de Davi quando fugia de Absalão, o Brasil é amigo de Israel; o Brasil é o país que tem uma missão: socorrer as nações que estão no deserto (Estudos... 2016, transcrição nossa).

de colonização colocaram as religiões em contato, dito de outra forma, a colonização foi o meio e o modo de colisão entre as religiões. A ideia de um “encontro entre religiões” transmite uma compreensão irreal, assim como esconde o componente distintivo da colonização: a violência<sup>95</sup>, que encontrou, por parte da religião do colonizador, a legitimação.

[...] Vistos pelos representantes da Igreja cristã como prática de mera idolatria e sacrifício humano, seus rituais [indígenas] eram entendidos como falsas religiões, praticadas por essas gentes adoradoras do diabo e que nada tinham a ver com a mensagem de salvação e sacrifício do filho de Deus, que teria redimido a humanidade. Por isso mesmo, tais cultos deveriam ser considerados retrocessos inaceitáveis; perigos potenciais e traiçoeiros para a população recém-conquistada. (Schwarcz; Starling, 2018, p. 36).

Se houver, por acaso, uma religião brasileira, de diferentes matrizes religiosas, ela é resultado de subjugação e de sincretismo, do encontro e de desencontro entre pessoas de expressões religiosas diferentes e divergentes, sobretudo, do poder da crença do colonizador sobre os colonizados. Seria mais preciso, neste sentido, falar em religiões brasileiras. Ainda que, num primeiro momento, se busque afinidade a fim de demarcar pontos de aproximação<sup>96</sup> – alguma divindade ou mito religioso parecido –, em nosso processo histórico, a hegemonia se deu por meio da violência e, conseqüentemente, da submissão. Especialmente, quando o resultado da guerra de colonização é interpretado como vitória do deus do povo vencedor. Ao submeter um indivíduo, submete-se sua religião; e a religião de uma pessoa pode ser uma fonte de resistência<sup>97</sup>. O que determina a suposta superioridade não é dispor de um livro sagrado, de uma cultura letrada e, sim, de portar armas letais, de dispor do poder de decidir entre viver e morrer. O sincretismo também é o refúgio dos violentados, dos perdedores, quando procuram, de alguma

<sup>95</sup> “Evidentemente deslumbrado, o relato de Caminha inaugurava, também, outro mito recorrente. O da natureza pacífica, de uma conquista sem violência, uma comunhão que unificou a todos, num mesmo coração e religião [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 28).

<sup>96</sup> Esta tem sido uma das estratégias das missões modernas protestantes: conectar as histórias da Bíblia, especialmente, a de Jesus de Nazaré, a alguma referência cultural ou mítica dos povos a serem alcançados. Duas obras de Don Richardson contribuíram para divulgar essa ideia: *O totem da Paz* e *O fato Melquisedeque*. Acerca das missões católicas na América Latina e no Caribe, Eduardo Hoornaert afirma que: “No início da conquista houve, por parte de bom número de missionários, real preocupação com a tradução do evangelho nas diversas culturas do continente, um pouco por toda parte. Mas, por intervenção das autoridades tanto civis quanto eclesiásticas, a tendência ‘tradutória’ se marginalizou sempre mais, já no final do século XVI, para praticamente desaparecer nos séculos subseqüentes.” (Hoornaert, 1994, p. 329).

<sup>97</sup> Como bem lembra Clóvis Moura: “[...] durante a escravidão o negro transformou não apenas a sua religião, mas todos os padrões das suas culturas em uma cultura de resistência social [...]” (Moura, 1992, p. 34).

forma, preservar suas crenças<sup>98</sup> disfarçadas nas crenças do colonizador (Schwarcz; Starling, 2018). Como bem lembra Clóvis Moura: “[...] Não havia como fugir à religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso, pela classe senhorial e a Igreja Católica, respectivamente [...]” (Moura, 1992, p. 36). O sincretismo é mais resultado cultural e historicamente acidental do que intenção das religiões.

Há formas convincentes de convencer colonizados a abandonarem a própria religião e a se converterem à religião do colonizador. É possível tratar alguém de outra religião como amaldiçoado, incrédulo e pagão, tanto de forma simbólicas como práticas. Torná-lo socialmente excluído e desumanizá-lo através da escravidão. Fora da Igreja não existe vida. Parte-se da negação de direitos de reconhecimento enquanto cidadão, como certidão de nascimento, de casamento – cujo significado se dá apenas na sociedade que os exige – e mesmo de sepultamento, em cemitérios públicos geridos pela religião; como direito à liberdade, ao trabalho e ao voto; como direito de participar da sociedade. Quando o Estado tem uma religião oficial, esta religião se torna passagem obrigatória à vida social. A confissão de fé é a confissão do Estado. É preciso renunciar à fé dos pais (ou do povo) e ser batizado na nova fé para ter um lugar social. Ainda assim, a bênção da religião não é suficiente. É um tipo de adesão que nunca se completa, porque, nestas circunstâncias, a religião é insuficiente para promover qualquer tipo de cidadania ou nacionalidade, quando falam muito mais alto marcadores sociais de classe e raça.

#### 2.1.4.1 Educação e religião no Brasil.

De acordo com Dermeval Saviani, a inserção do Brasil ocorreu em um processo dialético envolvendo a colonização, a educação e a catequese (2010, p. 26). Esta é a razão pela qual optamos em tratar da educação relacionada à religião. Segundo Saviani,

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos apresentados pela

---

<sup>98</sup> Acerca dos negros, por exemplo, é possível dizer que: “[...] As práticas religiosas trazidas na bagagem foram por aqui alteradas, misturadas ao catolicismo e aos cultos populares. Diante das proibições sistemáticas feitas pela Igreja católica, os africanos demonstraram muita habilidade em seus esforços de ocultar crenças sob um manto católico [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 86).

colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os íncolas); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados de práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. (Saviani, 2010, p. 29).

Já insistimos, suficientemente, na função social da religião no processo de colonização. Ela justificou, legitimou e participou do empreendimento colonizador. Apesar da destacada cooperação da religião no processo de colonização, não faltaram atritos entre a Igreja e o Império/Estado (Abreu, 2000). De fato, como enfatizou Saviani, estamos tratando de uma “articulação dialética”. Era necessário conciliar e adequar os projetos pessoais – do Estado e da Igreja – no processo de colonização. Os jesuítas, por exemplo, vislumbravam uma grande igreja nas terras recém colonizadas; foram eles os grandes responsáveis pela educação no Brasil até 1759<sup>99</sup>. E, como afirmamos, nas asas da religião esteve a educação no Brasil<sup>100</sup>.

[...] O que ocorreu na Europa medieval se repetiria na colonização do Brasil: a batina se tornaria o refúgio da inteligência e da cultura; e isto porque é sobretudo em tal base que se faria a seleção para o clero. Ele foi assim, durante a nossa fase colonial, a carreira intelectual por excelência, e a única de perspectivas amplas e gerais; e quando, realizada a Independência, se teve de recorrer aos nacionais para preencher os cargos políticos do país, é sobretudo nele que se recrutarão os candidatos [...]” (Prado Júnior, 2011, 298).

Esteve sob a responsabilidade da Igreja a catequese, o letramento dos indígenas e a instrução pública (Prado Júnior, 2011) disponibilizadas nos centros urbanos. Deu-se prioridade, claro, à formação do clero, tanto que os seminários foram as primeiras instituições de ensino superior (Prado Júnior, 2011). Segundo Eduardo Hoornaert, a “[...] pedagogia da vida cristã estava antes a serviço da doutrinação do que a serviço da educação na fé, esperança e caridade [...]” (Hoornaert et al, 1977, p. 131). Esta constatação é importante para percebermos a dimensão da colonização, ou de como ela foi capaz de instrumentalizar a fé e os recursos da Igreja. Dermeval Saviani (2010) divide a educação colonial no Brasil em três períodos: de 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas até a morte do Padre José de Anchieta (1597) e a promulgação da *Ratio Studiorum*, em 1599; de 1599 a 1759, com a organização e

<sup>99</sup> “Os jesuítas foram indiscutivelmente os pioneiros da educação no Brasil. Até 1759, data em que Pombal os expulsou, tiveram eles absoluta liderança no setor da educação [...]”. (Hoornaert et al, 1977, p. 213).

<sup>100</sup> Para pensar a história da Igreja na América Latina e no Caribe remetemos a: Hoornaert, 1994.

consolidação da *Ratio Studiorum*; e de 1759 a 1808, com a Reforma Pombalina. Durante o período colonial, a Coroa portuguesa adotou a “redízima”, em 1564, um imposto destinado aos colégios jesuítas (Saviani, 2010); a instrução pública passou a ser financiada por um tributo ordinário, em 1772, o “subsídio literário” (Prado Júnior, 2011).

#### 2.1.4.2 Padroado.

A Igreja Católica teve lugar privilegiado no Brasil colônia: “O padroado será a forma através da qual o governo de Portugal exercerá sua função de ‘proteção’ sobre a Igreja católica, religião oficial e única permitida na nação” (Hoornaert, 2008, p. 162). Isso só foi possível porque, com a benção de vários Papas, e títulos de grão-mestre de ordens religiosas atribuídos aos monarcas, reis portugueses governavam civil e religiosamente os povos sob seus domínios. Era dever do rei de Portugal cuidar da religiosidade das colônias. Para se ter uma ideia da extensão desse poder, além da cobrança e administração dos dízimos,

[...] Cabia ao monarca a apresentação dos nomes escolhidos para ocupar o governo das dioceses, das paróquias e outros benefícios eclesiásticos, bem como a obrigação de zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto, de remunerar o clero e de promover a expansão da fé cristã. Na realidade, o monarca português tornava-se assim uma espécie de delegado pontifício para o Brasil, ou seja, o chefe efetivo da igreja em formação. Ao papa cabia apenas a confirmação das atividades religiosas do rei de Portugal. (Hoornaert, 2008, p. 164).

A Igreja Católica “[...] recebeu tratamento diferenciado ao ser incorporada ao Estado na forma do padroado.” (Saviani, 2010, p. 124). Mais do que uma proteção, houve uma incorporação e, neste processo, a necessidade de fazer parte da administração estatal e responder por ela. A Igreja era parte do Estado e, por isso, participante do empreendimento de colonização. Para Caio Prado Júnior havia uma relação maior de dependência: “[...] A Igreja no Brasil se tornara em simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular, seu funcionalismo” (Prado Júnior, 2011, p. 353). A participação na administração estatal não ocorreu apenas pela formação intelectual. Essa relação acaba gerando uma certa tensão entre Igreja e Estado. Ainda de acordo com Prado Júnior: “Por efeito do padroado, a Igreja não gozou nunca, no Brasil, de independência e autonomia [...]” e

prosegue afirmando que os “[...] negócios eclesiásticos da colônia sempre estiveram inteiramente nas mãos do rei, que deles se ocupava través do departamento de sua administração [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 353).

Uma estrutura institucional fora criada com o propósito de evangelização e catequese como parte do processo de colonização: a *Mesa da Consciência e Ordens*. Segundo Caio Prado Júnior: “A Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública [...]” (1961, p. 329). Ao reunir o poder espiritual e temporal, religioso e civil, o rei de Portugal tinha, em termos práticos, maior autoridade em terras brasileiras do que o Papa. Mesmo com certa tensão entre autoridades civis e eclesiásticas, a relação era de colaboração, “de comunhão” (Prado Júnior, 1961). Se, por um lado, a Igreja dominou o Estado, por outro, de acordo com Hoornaert (2008), ela se deixou dominar por ele. Há uma outra constatação acerca da religião: apesar de a sociedade estar fortemente vinculada à religião, ela não foi um “freio sério à corrupção de costumes”. De acordo com Caio Prado Júnior,

[...] O culto fica nos ritos externos, estes sim rigorosamente observados. Quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita. Coisa que não é para admirar: afora as causas gerais e mais profundas que numa sociedade como a nossa da colônia [...] tornam inviável uma compreensão elevada da religião e do seu culto, cabe nisso ao clero, aliás vítima também das mesmas circunstâncias, uma boa dose de responsabilidades. Não cogitou ele nunca, em conjunto, de levar a sério a instrução religiosa: o seu desleixo neste terreno é lamentável, e parece que os sacerdotes não têm outra função na colônia que presidir ou praticar os atos exteriores do culto e recolher os tributos eclesiásticos [...] O resultado de tudo isto não é de admirar, portanto, que tenha sido aquela religião reduzida a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais vazio de qualquer sentimento elevado, e que é ao que se reduziu o catolicismo na colônia. (Prado Júnior, 2011, p. 377).

Joaquim Nabuco havia constatado que o “[...] movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário e social antes que religioso [...]” (Nabuco, 1949, p. 207). Queixava-se, ainda, da omissão – “indiferentismo” (Nabuco) – do clero brasileiro em relação à luta abolicionista<sup>101</sup>. A própria Igreja Católica, através das suas instituições, manteve escravos no Brasil<sup>102</sup>. Foi certo em dizer que: “[...] a escravidão e o Evangelho deveriam mesmo hoje ter vergonha de se encontrarem na casa de Jesus e de terem o mesmo sacerdócio.” (Nabuco, 2000, p. 132). Havia religiosos que condenavam a escravidão e o comércio

<sup>101</sup> “Nem os bispos, nem os vigários, nem os confessores, estranham o mercado de entes humanos; as bulas que o condenam são hoje obsoletas [...]” (Nabuco, 2000, p. 132).

<sup>102</sup> “Grande número de padres possuem [sic] escravos [...] e [este fato] tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente.” (Nabuco, 2000, p. 133).

de escravos, porém, era uma minoria. Já como Deputado por Recife, Nabuco viajou a Roma – anteriormente havia conseguido o apoio dos militares – a fim de conseguir a aprovação do Papa Leão XIII<sup>103</sup> à luta abolicionista. Estava convencido da importância de a Igreja posicionar-se quanto à libertação dos escravos no Brasil, pressionando política e moralmente a Regência portuguesa. O autor representava interesses locais e estava em sintonia com os internacionais. Sabendo ler os ventos da História, o Papa Leão XIII endereçou ao episcopado no Brasil, em maio de 1888, a encíclica *In plurimis*<sup>104</sup>. A religião não apenas se colocou dentro do processo de colonização, seja por seus interesses, isto é, da própria Igreja e de suas ordens religiosas, ou por outros, em aliança ao Império de Portugal, como só se posicionou a favor da abolição quando pressionada a fazê-lo.

A Igreja Católica esteve presente em todas as áreas da sociedade brasileira, em alguns casos com atuação exclusiva, como na assistência social e na educação (Prado Júnior, 1961); e sempre marcando profundamente a cultura brasileira, principalmente, a religiosa, com o surgimento do “catolicismo popular” (Hoornaert, 2008). Em síntese, duas questões merecem destaque: em primeiro lugar, foi a religião oficial do Império e, portanto, beneficiou-se largamente desta posição. Espaços urbanos sofreram influência da religião: as cidades se desenvolveram em torno de um templo católico. Direitos e documentos civis como nascimento, casamento e sepultamento eram mediados pela religião. Em algumas regiões do país a Certidão de Batismo funcionava como registro de identidade e os cemitérios eram restritos a católicos. Essa condição de privilégio, de proteção e de cooperação mudou não apenas através das Constituições<sup>105</sup>, e sim quando a sociedade se torna religiosa pluralmente, que pressionou por mudanças legislativas e quando surgiu o novo ator religioso social, os protestantes – sejam os que vieram por meio do processo de imigração ou aqueles que chegaram através das missões protestantes – apadrinhados por nações protestantes. As questões centrais para a abertura foram as perspectivas iluminista e capitalista acerca de uma República.

---

<sup>103</sup> De acordo com Joaquim Nabuco, o Papa teria dito: “Sua Santidade respondeu: — Ce que vous avez à coeur, Eglise aussi va à coeur. A escravidão está condenada pela Igreja e já devia há muito tempo ter acabado. O homem não pode ser escravo do homem. Todos são igualmente filhos de Deus, des enfants de Dieu. [...]” (Nabuco, 1949, p. 228).

<sup>104</sup> Conf.: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_05051888\\_in-plurimis.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_05051888_in-plurimis.html).

<sup>105</sup> Para um estudo acerca da liberdade religiosa nas constituições brasileira remetemos a: Scampini, 1974-1975.

Mais do que destacar as identidades religiosas no Brasil, nos esforçamos em evidenciar o papel da religião no processo de colonização e a vinda dos religiosos se deu no âmbito da consolidação do capitalismo como forma social predominante. A colonização, por aqui, se deu com apoio da religião: ela foi, indiscutivelmente, uma ideologia que permitiu, legitimou e garantiu a colonização. Mesmo aquilo que pode, genericamente, ser chamado de cultura brasileira, se forma nos termos da colonização religiosa. Então, a religião dominante, entre nós, chega como braço ideológico do Estado colonizador. Ainda que, do ponto de vista constitucional, estivesse estabelecido, em 1891 a laicidade do Estado. Talvez, devamos reconhecer que não experimentamos, no Brasil, efetivamente um Estado realmente laico. Especialmente, porque o suposto vazio deixado pelo catolicismo romano pretende ser preenchido pelo novo ator religioso: os evangélicos.

Em verdade, é possível constatar que nossa história nos assombra em suas ocorrências de tragédia e de farsa. Fomos incapazes de aprender com nossos erros, de corrigi-los e de seguir adiante. Nossa sociedade permanece como que ameaçada por seus fantasmas; acorrentada por seus grilhões. Fomos nós que criamos nossos monstros, nossas correntes. Elas foram, ao longo do tempo herdadas, legitimadas, cimentadas, robustecidas. Após quinhentos anos, assistimos a pessoas negras chicoteadas, arrastadas pelos cabelos, amarradas, jogadas em prisões, assassinadas; observamos a crescente concentração de terras; presenciamos o clientelismo na política e na cultura; e testemunhamos a demonização da religião do outro, ao mesmo tempo em que se assimila elementos rituais em um processo de apropriação e de sincretismo. Se a identidade brasileira permanece em formação, dinâmica como são as pessoas, acertou o cantor e compositor Belchior.

[...] Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos. E vivemos. Ainda somos os mesmos. E vivemos como os nossos pais. Nossos ídolos ainda são os mesmos e as aparências não enganam não. Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém. Você pode até dizer que eu 'tô por fora ou então que eu 'tô inventando. Mas, é você que ama o passado e que não vê. É você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem [...].

Toda essa estrutura do sistema colonial permaneceria por três séculos, sem qualquer mudança substancial (Prado Júnior, 2011). Seriam quatro se considerarmos apenas a escravidão. Uma condição permanente e dependente de expropriação: desde o final do século passado e início do atual o Brasil se aperfeiçoou

para exportação de *commodities*, com destaque para o complexo da soja, carnes, produtos florestais, minério de ferro e seus concentrados, petróleo, complexo sucroalcooleiro e café. Em certo sentido, como afirmamos, arrastamos esses grilhões – da mentalidade colonizada ou colonizadora; da escravidão e da forma desigual das condições das pessoas pretas; da terra e dos grandes latifúndios; e da religião que atravessa a sociedade – ao longo da história. Ao demarcarmos esses aspectos, como disse Caio Prado Júnior, nos referimos “[...] àquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 11). Não conseguimos, efetivamente, dar conta de alguns problemas históricos: da ideologia da colonização, do racismo estrutural, da propriedade da terra, da concentração de riqueza, dos benefícios do Estado a alguns setores sociais, da educação científica, cultural e técnica como direito efetivado, da apropriação privada do bem público e da religião como tutora da sociedade. Certamente, seria necessário, em princípio, assumir a necessidade de enfrentamento e criar estratégias para solucioná-los. É preciso mais do que “boa vontade política”; é imprescindível uma organização social capaz de pressionar e trabalhar pela superação e construção de outra sociedade, no horizonte da emancipação humana.

Naturalmente, o desenvolvimento da sociedade brasileira se dá dentro dos moldes estabelecidos no contexto da colonização – e que perduraria, pelo menos, por três séculos, a escravidão por quatro – e com a lenta inserção do Brasil dentro do capitalismo. Leda Maria Paulani considera que houve cinco fases dessa incorporação brasileira na economia capitalista:

A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, em que o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas [...]

Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos assentados, cada um deles, em produtos qualitativamente distintos [...]

[...] a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação [...] O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora. [...]

[...] esse novo regime de acumulação [pela financeirização] vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro [...]

[...] crescente movimento de financeirização vai transformar o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, inaugurando, nos anos

1990, a quinta e atual fase da história da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação [...] (Paulani, 2012, p. 89-91).

Os significativos avanços não conseguem romper, em definitivo, com aquilo que nos fora legado. Como bem disse Joaquim Nabuco (2000), sobre parte da nossa população a escravidão atuou “como herança de berço”. As distinções de cor e raça, o empobrecimento geral de trabalhadores e trabalhadoras, a precária formação intelectual, cultural e técnica, a propriedade da terra e o enriquecimento de alguns poucos não deixam dúvidas quanto a isso. Talvez devêssemos considerar até que ponto esses elementos presentes na origem (e no desenvolvimento) do Brasil servem às classes dominantes. De fato, afirmamos que certos aspectos são reiteradamente apropriados pela (extrema) direita, emergindo sempre que esta ascende ou retoma o poder. São características latentes, por assim dizer, espíritos adormecidos, evocados sempre que necessários, a se manifestarem como Golpe. Foi assim em 1964, como reação às reformas de base propostas por João Belchior Marques Goulart, e na segunda década do século XXI, durante a crise do capital, com Dilma Rousseff<sup>106</sup>.

Não negamos, por óbvio, as grandes mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas experimentadas pela sociedade brasileira. Alguns acontecimentos históricos – mesmo se considerarmos a tradição das rupturas e intervenções militares, como a Ditadura Civil-militar de 1964 – são tão profundas que marcam, infindavelmente, o Brasil. Reiteramos: não negligenciamos as mudanças e os avanços, mas destacamos que muitas delas fazem, justamente, puxar as rédeas em direção aos grandes marcos estabelecidos desde sempre – durante os períodos de colonização e de emancipação política. Quer dizer, parecem resistir às transformações estruturais. Caio Prado Junior notou em 1976, por exemplo, que o “modelo brasileiro de desenvolvimento” era a consagração e oficialização dos “remanescentes do velho sistema da economia brasileira”, ou seja, “[...] o nosso enquadramento no sistema internacional do capitalismo, que vem a ser o imperialismo, na posição de simples dependência dele [...]” (Prado Júnior, 1976, p. 345). Nas décadas seguintes, a adesão do Brasil ao *Consenso de Washington* não deixaria dúvidas. Desde então, no Brasil se constitui aquilo que Leda Paulani (2012) caracterizaria como “dependência redobrada”.

---

<sup>106</sup> “[...] As classes dominantes brasileiras são conhecidas por sua ação preventiva e seu horror à participação das massas na política; além disso, uma coisa é a correlação de forças real e outra é sua percepção pelas classes e agentes políticos [...]” (Hoeveler, 2016, p. 79-80).

Sem querer recortar a história, seletiva ou anacronicamente, mas apenas pinçando aspectos essenciais, o Brasil da segunda década do século XXI – em continuidade com séculos passados – permanece exportador de *commodities*, passa pelos conflitos no campo, em torno da terra, genocídio indígena, com restrições aos negros, preconceito de cor, pobreza e miséria, privatização das riquezas vegetais e minerais, baixando o custo da mão de obra, em acentuado processo de desindustrialização e crescente desigualdade social<sup>107</sup> e, contraditoriamente, ascende à 8ª economia do mundo. A constituição do Brasil, nos termos que temos destacado, acaba por produzir, também, uma certa consciência (Prado Júnior, 2011). Não deveríamos nos surpreender quanto a isso. É que a vida produz a consciência (Marx; Engels, 2007). Consciência ou identidade do povo brasileiro é uma complexa relação social de consciências e de identidade distintas, determinadas pelas formas de produção e reprodução social durante a colonização, o Império e a República com seus Golpes de Estado. Segundo Joaquim Nabuco: “[...] nem há fator social que exerça a mesma extensa e profunda ação psicológica que a escravidão quando faz parte integrante da família [...]” (Nabuco, 2000, p. 102). O autor destacaria, ainda, as influências da escravidão sobre a nacionalidade, a sociedade e a política, incapaz de aperfeiçoar as raças e como impedimento do desenvolvimento socioeconômico.

## 2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira

*É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e*

---

<sup>107</sup> Enquanto revisamos o texto, a rádio toca Petrúcio Amorim: “Não sou profeta nem tão pouco visionário. Mas, o diário desse mundo ‘tá’ na cara. Um viajante na boléia do destino sou mais um fio da tesoura e da navalha...”.

*que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel.*

*Caio Prado Júnior.<sup>108</sup>*

Delinearemos algumas características do desenvolvimento capitalista no Brasil. Celso Furtado (2000) trata da formação econômica do Brasil nos seguintes termos: os fundamentos econômicos da ocupação territorial; a economia escravagista de agricultura tropical (séculos XVI e XVII); a economia escravagista mineira (século XVIII); a economia de transição para o trabalho assalariado (maior parte do século XIX); e a economia de transição para um sistema industrial (século XX). Caio Prado Júnior (1976) divide a história econômica brasileira da seguinte forma: preliminares (1500-1530); a ocupação efetiva (1530-1640); expansão da colonização (1640-1770); apogeu da colônia (1770-1808); a era do liberalismo (1808-1850); o império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889); a república burguesa (1889-1930); e a crise de um sistema (1930-[1970]?). Já demarcamos o essencial do período colonial: o Brasil era parte do empreendimento pré-capitalista de colonização, a fim de servir como produtor e exportador de matérias-primas para Portugal. Sua condição de colônia não lhe permitiu quaisquer desenvolvimentos além daqueles ligados diretamente à produção. Dependeu, essencialmente, de mão-de-obra escrava, participando de um mercado de escravos que cruzava os mares. Os negros, por sua vez, nada possuíam; eram como peças na engrenagem da produção de riquezas. A principal figura de poder e autoridade, que também detém a riqueza, era o dono da grande propriedade. Apesar de algumas tensões, a Igreja era a grande colaboradora do projeto colonizador. Este modelo, por assim dizer, prolongar-se-ia até início do século XX (Prado Júnior, 1976; 2011). Com o advento da República – o Golpe de Estado de 1889 –, e diante de um quadro internacional favorável, o país ampliava suas forças produtivas e viu, ao mesmo tempo, a consagração da ambição do lucro e do enriquecimento como valor social (Prado Júnior, 1976). O período de transição foi lento, contraditório, com avanços e recuos. Neste novo contexto, entrou em cena um novo estímulo: a finança internacional, impulsionando os setores produtivos de

---

<sup>108</sup> Prado Júnior, 1976, p. 279.

exportação. Com os empréstimos públicos, porém, cresceu a dívida externa. O país, refém de poucos produtos, se tornou vulnerável a crises internacionais – como do café, da borracha e do cacau – e encontrou dificuldades com a mão de obra. A grande propriedade sofreu para se adaptar ao trabalho livre (Prado Júnior, 1976). A própria autonomia dos estados, as antigas províncias, oportunizaram crises internas.

Como a pequena indústria artesanal na colônia não prosperou, a indústria brasileira se estabeleceu “[...] já sem tradição manufatureira, sem condições materiais e sobretudo elemento humano aproveitáveis” (Prado Júnior, 1976, p. 257). Todo o processo de industrialização foi dificultado pela deficiência das fontes energéticas, de uma siderurgia e do mercado consumidor. Estes aspectos demonstravam o atrasado ao qual o país havia sido submetido. De outro lado, a indústria nacional contava com algumas possibilidades: o encarecimento de produtos importados, as tarifas alfandegárias, graças a necessidades do Tesouro Público, a produção de algodão e o baixo custo da mão de obra. Com a Primeira Guerra, cresceu a indústria de alimentação, com exportação de carnes, e a metalurgia. Nesse “[...] ponto de desenvolvimento, a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país” (Prado Júnior, 1976, p. 262). Sua importância para economia nacional, para o equilíbrio das contas externas, fez com que se mantivesse satisfeita com o progresso de então, sem necessidade de aperfeiçoamento e competitividade. A falta de grandes investimentos manteve o retardo de novos processos técnicos e tecnológicos. O Estado brasileiro seria o responsável pelos investimentos<sup>109</sup>. Nas primeiras décadas do século XX, a indústria estaria estreitamente ligada ao “[...] comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado [...]” (Prado Júnior, 1976, p. 265). Por estar subordinada a estes elementos, a indústria brasileira experimentaria diversas crises. Melhor sorte teriam as empresas subsidiárias ou as filiais de grandes empresas estrangeiras no Brasil. Prado Júnior destaca a contradição da evolução do imperialismo no Brasil:

“[...] ao mesmo tempo que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação. Mas também, favorecendo aquele progresso, acumulou

---

<sup>109</sup> “[...] O Estado, sempre grandemente necessitado de recursos, e oferecendo uma aplicação de capital muito mais certa e segura que as indústrias, absorverá todas as disponibilidades das modestas poupanças acumuladas [...]” (Prado Júnior, 1976, p. 264).

no Brasil os fatores com que o país contou e continua contando para sua definitiva libertação. O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação. (Prado Júnior, 1976, p. 283).

É a permanência de uma economia colonial que manteria o Brasil tão vulnerável às oscilações e às crises dos mercados internacionais. A própria evolução da economia mundial ao capital financeiro, ou seja, a financeirização das economias globais, servem ao capital financeiro. O capital financeiro participa, no Brasil, de acordo com Prado Júnior, através de empréstimos públicos e empreendimentos industriais – como o que viria a ocorrer durante a Ditadura Civil-militar. A posição ocupada pelo Brasil no sistema imperialista é secundária e dependente. Os efeitos do imperialismo no Brasil estão relacionados às contradições internas e externas. Para Prado Júnior:

Em primeiro lugar, o imperialismo atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance [...]  
 Doutro lado, a intervenção totalitária do imperialismo na economia brasileira desvirtua seu funcionamento, subordinando-a a fatores estranhos e impedindo sua estruturação normal na base das verdadeiras e profundas necessidades da população do país [...]  
 Finalmente, a ação do capital estrangeiro no Brasil atua como um elemento de constante perturbação das finanças nacionais [...]. (Prado Júnior, 1976, p. 280-281).

Seria possível falar, objetivamente, acerca de um legado da Ditadura de 1964? Para isso, precisamos destacar alguns aspectos deste momento sombrio da história brasileira. Em primeiro lugar, o Brasil experimentou, de 1964 a 1985, uma ditadura plena. Os principais argumentos a favor da Ditadura Civil-militar foram a crise econômica, a corrupção e a ameaça comunista<sup>110</sup>. Esta afirmação – que nos parece óbvia – se torna necessária porque, como veremos, um dos elementos presentes no discurso da extrema direita brasileira é o pedido por uma nova ditadura. Para que se tornasse viável, a ditadura brasileira contou com apoio nacional e internacional. Neste

---

<sup>110</sup> “[...] Os argumentos anticomunistas foram especialmente significativos em 1964 por unirem grupos que tinham divergências em outras questões, por exemplo, liberais e fascistas [...] o anticomunismo prestou outro serviço ao movimento de 1964: contribuiu para a legitimação do novo regime, já que os seus líderes usaram o perigo vermelho para convencer a opinião pública da justiça das ações autoritárias. Entre os militares o anticomunismo foi igualmente útil para superar divisões internas e também para configurar o sentido de missão: ele justificava a intervenção política em 1964 e a ditadura, e garantia um papel aos oficiais como defensores da ordem. Servia, também, para justificar o engajamento em atividades de coleta de informações e de repressão política, tarefas que ocuparam muito os militares naqueles anos” (Motta, 2019, p. 83).

sentido, duas ações foram decisivas: a Marcha Pela Família<sup>111</sup> e o apoio dos Estados Unidos da América<sup>112</sup>: “[...] a crença na ameaça comunista foi o tema mais importante na mobilização golpista, com destaque para a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade [...]’ (Motta, 2019, p. 82). Deve-se destacar que entre os segmentos sociais envolvidos na Ditadura havia o capital nacional e internacional – através de seus respectivos representantes – e a pequena burguesia brasileira mais as camadas médias<sup>113</sup>. Serviu como elemento catalizador o anticomunismo. O clamor dos cristãos brasileiros se fez ouvir em favor da instauração da Ditadura. Por causa dessa conciliação (popular), é possível falar em Ditadura Civil-militar.

O regime ditatorial foi, em segundo lugar, autoritário. Ao se constituir um Estado ditatorial, todo o aparelho estatal, por assim dizer, toda a burocracia de Estado, passou a operar na perspectiva da consolidação e do aprofundamento da Ditadura. Assim foi a organização de instituições repressoras, destacadamente, para investigação – o Serviço Nacional de Informação<sup>114</sup> –, tortura e morte; e a designação de alguns cidadãos como inimigos da Pátria. É preciso mencionar os Atos Institucionais: instrumentos autoritários que procuravam dar um ar de legalidade à Ditadura. Entre 1964 e 1969 foram editados dezessete atos institucionais (Portal,

---

<sup>111</sup> Em 19 de março de 1964 ocorreu, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi convocada e organizada por setores da Igreja Católica e associações feministas conservadoras (Memorial..., [s.d.]).

<sup>112</sup> A *Operação Brother Sam* foi apenas uma entre tantas intervenções dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe. Nela, foram deslocados navios à costa brasileira, em caso de reação à Ditadura (Memorial..., [s.d.]). De fato, nenhuma Ditadura latino-americana foi estabelecida sem o apoio direto ou indireto dos EUA.

<sup>113</sup> Em certos documentos oficiais a Ditadura se autoidentificava como uma revolução vitoriosa. É o caso do Ato Institucional 1: “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte [...]” (Brasil, 1964). No Ato Institucional 2 lê-se: “A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.” (Brasil, 1965). Esta designação cumpre importantes papéis: de autolegitimação e de autopromoção da Ditadura.

<sup>114</sup> Através da Lei N. 4.341, de 13 de junho de 1964, Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco criou o Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo o Memorial da Democracia: “O SNI se tornou o principal órgão de espionagem da ditadura e peça-chave do Sistema Nacional de Informações (Sisni)” (Memorial..., [s.d.]). Ainda de acordo com o Memorial, o SNI articulava-se com os serviços de informação da Aeronáutica (Cisa), do Exército (CIE) e da Marinha (Cenimar); a Polícia Federal; os DOPS estaduais e os serviços secretos das polícias militares. Nos ministérios civis foram instaladas as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs).

[s.d.]), dentre os quais, destacam-se os Atos Institucionais 1<sup>115</sup>, 2<sup>116</sup>, 4<sup>117</sup> e 5<sup>118</sup>. O Ato Institucional 5 (AI-5) foi a representação do fechamento e do endurecimento do regime: suspendendo os direitos políticos; concentrando poderes no Presidente da República para decretação de estado de sítio, intervenção federal, fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras de Vereadores e a cassação dos mandatos políticos. O Estado ditatorial foi capaz de mobilizar a imprensa da época como arma de propaganda utilizando, inclusive, da força.

Em terceiro lugar – algo que poderíamos ter mencionado por ocasião do apoio popular – destacamos o assentimento cristão à Ditadura Civil-militar. Os cristianismos brasileiros – em suas versões católicas e protestantes/evangélicas –, majoritariamente, respaldaram e cooperaram com a Ditadura. Ainda que houvesse pequenos focos de resistência dentro das igrejas, as instituições eclesiais – representadas pelas grandes denominações – abençoaram o regime autoritário, especialmente, em seu início. Não foram poucos os pastores e os líderes cristãos denunciados de subversão por outros pastores e outros cristãos. Enéas Tognini – um dos pioneiros da renovação espiritual entre os Batistas no Brasil<sup>119</sup> – escreveu sobre o Dia Nacional de Jejum e Oração,

---

<sup>115</sup> O Ato Institucional 1, editado pelo Gen. Arthur da Costa e Silva, em 09 de abril de 1964, “Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa” (Brasil, 1964). Na verdade, concentrava os poderes no Comandante das Forças Armadas.

<sup>116</sup> O Ato Institucional 2, de 27 de outubro de 1965, pelo Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, tratava de “Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências” (Brasil, 1965). Na realidade, em nova modificação da Constituição de 1946, excluía da apreciação judicial os atos institucionais.

<sup>117</sup> O Ato Institucional 4, também pelo Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, de 07 de dezembro de 1966, “Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências” (Brasil, 1966).

<sup>118</sup> O Ato Institucional 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, pelo Gen. Arthur da Costa e Silva reza que “São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências” (Brasil, 1968).

<sup>119</sup> “O Pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de *três ondas* de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). [...] A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). [...] A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) [...]” (Freston, 1993, p. 66). As igrejas históricas (Batista, Congregacional, Metodista e Presbiteriana), no contexto da segunda onda do pentecostalismo brasileiro, experimentaram o

[...] Aqui [no Brasil] Deus nos daria também a vitória sobre o comunismo [...] O comunismo ganhava terreno espantosamente. Combater o comunismo era arriscar a própria vida. O chefe do serviço secreto do II Exército me mandou chamar. Tive medo, pois o comunismo já se infiltrava nas Forças Armadas, na Igreja Católica e dalguns pastores evangélicos e seminaristas nosso militavam na “esquerda”. Chegaram a ser chamados de “melancia”, verde por fora e vermelho por dentro. [...] Esse ilustre militar me disse que o “comunismo” é uma força espiritual do diabo, e para combatê-lo só uma força espiritual de Deus. Nossa esperança para salvar o Brasil das garras do comunismo está em vocês, evangélicos [...]” (Tognini, [s.d.], p. 58).

Inspirando-se na convocação de Abraham Lincoln para um dia nacional de jejum e oração, em 30 de abril de 1863, no difícil contexto norte-americano, Tognini se sentiu motivado a mobilizar as igrejas evangélicas brasileiras a um Dia Nacional de Jejum e Oração, em 15 de novembro de 1963. O encontro entre o pastor e o militar fez com que o movimento de *renovação espiritual* – que tinha como braços o programa de rádio Renovação Espiritual<sup>120</sup>, a produção de literatura e os encontros nacionais e regionais de renovação espiritual –, através de um de seus mais destacados líderes, assumisse a campanha religiosa anticomunista. Evidente, o medo do comunismo era um dos motivos principais do jejum, da oração e das pregações. Importante destacar a percepção de que a ameaça comunista era real e que, segundo o autor, se infiltrava nas Forças Armadas, nas igrejas católicas, protestantes/evangélicas e nas universidades; mais ainda, a associação do comunismo ao combate espiritual, como uma força demoníaca que exigiria uma contraforça divina, representada pelas igrejas. Sabendo ou não o seu autor (o militar), doravante os evangélicos empunhariam a bandeira do anticomunismo. Para Tognini: “[...] a resposta a esta batalha do céu foi 31 de março de 1964” (Tognini, [s.d.], p. 62). No panfleto de convite e convocação ao Dia estava

[...] A nossa Pátria enfrenta um período sombrio. Ninguém ignora. A situação é calamitosa e grave, muito mais do que alguém possa pensar. As ameaças estão aí, e pôr toda parte se fazem sentir. Os problemas econômicos cada vez mais sérios, os preços dos alimentos são majorados freqüentemente, o problema da moradia preocupa os nossos governantes, bem como os desemprego; como resultado disso, lutamos com a fome, com a falta de roupa, com falta de escolas com enfermidades com os desajustados que se entregam ao desespero e sucumbem esmagados por êsses complexos

---

*movimento de renovação espiritual*, que acabou dividindo as denominações históricas e criando suas dissidências, entre as quais, podemos destacar: Aliança das Igrejas Congregacionais, Convenção Batista Nacional, Igreja Cristã Presbiteriana, Igreja Metodista Wesleyana, Igreja Presbiteriana Renovada.

<sup>120</sup> “No programa radiofônico “Renovação Espiritual” que ia ao ar cada domingo, pregava contra, contra o comunismo [...]” (Tognini, [s.d.], p. 55).

problemas. E o pior ainda, é que esse estado de coisas cria no povo em geral uma revolta íntima e profunda, estado esse que vai refletir-se em toda a vida nacional. As famílias que vivem hoje com o salário mínimo terminam o mês com alarmantes déficits; ao fim de alguns meses estão sem crédito, procuram solução aqui, ali e acolá. As portas se fecham. Desesperam-se e para tais pessoas, que vêm seus filhos passando fome, enfêrmos e sem dinheiro para tratar-lhes da saúde, que não têm onde morar, nem o que vestir e nem dinheiro para educação e transporte, tanto faz viver como morrer. E chegam a um ponto de saturação manifesto em revolta que os leva a agarrar-se a qualquer tábua de salvação.

É é nessa hora, precisamente nessa hora que surge a oportunidade para “salvadores” ideológicos que não salvam nada. Pregam “revolução” e não resolvem os problemas agudos da nação, visto que ignoram por completo as origens de nossos males.

[...]

E quem resolverá o problema do Brasil? Porventura mudando-se o Governo? A substituição de Ministérios? A reforma Agrária? Modificações em nossa Constituição? O incremento da Indústria? Certo que NÃO!

Na presente conjuntura, e nessa hora sem precedente na história da nação brasileira, *Deus, somente Deus, o Grande Deus poderá resolver os problemas todos de nosso estremecido Brasil.* (Tognini, [s.d.], p. 60).

Enéas Tognini fez um diagnóstico preciso da condição socioeconômica da época: desemprego, endividamento, falta de escolas, de moradia, de roupa, fome, preços dos alimentos (inflação); o desespero e a revolta provocados por tais circunstâncias de vida. O que propôs, no entanto, foi a conversão individual. Em suas palavras: “É certo: um só é o problema do Brasil: O PECADO. Uma só a solução: o poderoso sangue do Senhor Jesus [...]” (Tognini, [s.d.], p. 61). A alternativa aos males sociais, todos eles, era humilhação, arrependimento e confissão de pecados, na esperança de uma intervenção sobrenatural que trouxesse paz e prosperidade aos brasileiros e brasileiras. Mesmo sabendo que a situação geral era grave, calamitosa e desesperadora, as lentes do pastor para compreensão e interpretação da realidade social se restringem à religião: pecado, arrependimento, conversão e salvação. Como facilmente se observa: o crescimento do movimento de *renovação espiritual* e o aumento significativo do número de evangélicos – cerca de 30% da população no presente século – não trouxe mudanças estruturais na sociedade brasileira, em termos de economia, de política e de sociedade. É difícil adjetivar a compreensão de que uma Ditadura, logo, um regime autoritário, de exceção, tenha sido recebido e ratificado como “salvação de Deus para o Brasil”. Os militares se impuseram sob o pretexto de combater a corrupção e a subversão: assumiram e ampliaram a corrupção; e combateram, com mão de ferro, a subversão ao Regime. Em verdade, as condições socioeconômicas brasileira de meados do século XX não apenas permaneceram, elas se agravaram *com* e *após* a Ditadura.

Ainda que se conste que uma ou outra denominação tenha pedido perdão por suas ações à época – de apoio ao regime de exceção –, isto não foi suficiente para uma nova consciência que, por falta de palavra melhor, podemos chamar de mais cristã e mais protestante. O cristianismo se torna relevante na modernidade à medida que procura um diálogo entre os direitos humanos<sup>121</sup>, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e os princípios espirituais de justiça, fraternidade e igualdade proclamados por Jesus de Nazaré<sup>122</sup>. Ao mesmo tempo foi fundamental, na constituição do Estado moderno, o princípio – historicamente defendido pelo Protestantismo – da separação entre Igreja e Estado<sup>123</sup>. Evangélicos retornariam – em 2018 – à defesa da Ditadura Civil-militar, ao apoio acrítico e incondicional ao candidato que defendia o Golpe de 64<sup>124</sup> – e uma possível nova Ditadura – e ao discurso anticomunista, apregoando o medo de fechamento das igrejas e a perseguição aos cristãos – algo que passou a ser conhecido como *cristofobia*.

Por último, ao final da Ditadura prevaleceu, no Brasil, uma série de questões culturais, econômicas, políticas e sociais sem solução. Dois momentos distintos e intimamente relacionados ao crescimento econômico favoreceram o apoio popular e a consolidação do regime ditatorial e ofereceram um hiato às crises socioeconômicas e político-econômicas: primeiro, sob a presidência do Gen. Emílio

---

<sup>121</sup> Boaventura de Sousa Santos (2014) considera que as teologias pluralistas e progressistas – em oposição às teologias fundamentalistas e tradicionalistas – podem contribuir para uma perspectiva de consolidação de direitos humanos contra-hegemônicos, diante do discurso hegemônico dos direitos humanos assentado no liberalismo, no colonialismo e na agenda neoliberal. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos, segundo Boaventura, Deus estaria ao lado dos subalternos, sendo, portanto, um Deus subalterno.

<sup>122</sup> De acordo com Rudolf Bultmann: “O conceito predominante da pregação de Jesus é o do *reinado de Deus* (basileia tou theou). Jesus anuncia sua irrupção imediatamente iminente, que se manifesta já agora. O reinado de Deus é um conceito escatológico. Ele se refere ao governo de Deus que põe termo ao atual curso do mundo, que destrói tudo que é contrário a Deus, tudo que é satânico, tudo o que agora faz o mundo gemer, e, pondo desse modo um fim a todo sofrimento e dor, estabelece a salvação para o povo de Deus que espera pelo cumprimento das promessas proféticas [...]” (Bultmann, 2004, p. 41). Para George Pixley: “Em termos abstratos e gerais, o reino de Deus significa na Bíblia uma sociedade de justiça, igualdade e abundância. Em termos concretos, esse reino orienta projetos históricos diferentes sob diferentes circunstâncias [...]” (Pixley, 1986, p. 117).

<sup>123</sup> Neste aspecto há contradições profundas. Certamente, diante do sistema medieval, o protestantismo legitimou regimes absolutistas; e, posteriormente, se opôs a estes a favor dos estados nacionais. Ao mesmo tempo em que alguns protestantes – considerados mais radicais –, defendiam a separação completa entre Igreja e Estado, outros segmentos protestantes se ligaram aos estados nacionais a fim de garantir sua sobrevivência. Nos Estados Unidos, “[...] os governantes protestantes achavam que só uma Igreja, ligada ao Estado, era uma garantia para a unidade nacional [...]” (Cavalcanti, 1985, p. 128).

<sup>124</sup> “[...] De fato, Bolsonaro exerce uma reivindicação da ditadura militar, usa uma linguagem militar, e assim também o seu contexto de emergência é paralelo ao crescimento e aprovação do papel das Forças Armadas na política brasileira como resposta ao vácuo de poder no contexto do governo de Michel Temer” (Goldstein, 2019, p. 24).

Garrastazu Médici, tendo como Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto. Conhecido como “milagre econômico”, esse período entre 1968 e 1973, contou com investimento público e privado, forte atuação estatal no setor hidrelétrico, na indústria, na petroquímica e na siderurgia; conseqüentemente, trouxe aumento do emprego, incentivo às exportações, queda da inflação e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (Lago, [s.d.]). A crise do petróleo (1973) evidenciou a fragilidade do modelo econômico. Como resposta, em segundo lugar, surgiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), entre 1975 e 1979, sob a presidência do Gen. Ernesto Beckmann Geisel. Para Paulani, “[...] o II PND foi bem-sucedido em completar as caselas que faltavam em nossa matriz interindustrial, tornando a economia brasileira mais forte e menos dependente” (Paulani, 2012, p. 3). Entretanto, nos dois casos o projeto de crescimento era desigual e dependente; com aumento da desigualdade social, da concentração de renda, da riqueza e da explosão da dívida externa.

Em 1982 o Brasil quebrou, naquilo que ficou conhecido como “crise da dívida”. O Brasil que saiu da Ditadura conviveu com o endividamento externo<sup>125</sup>, a dependência do capital internacional, o desemprego, a estagnação econômica, a hiperinflação, o analfabetismo, a ausência de acesso à educação, à moradia e à saúde. A Constituição Federal de 1988 se colocava neste contexto e tentou, por via constitucional, apresentar soluções aos grandes problemas estruturais brasileiros. No entanto, as maiores dificuldades seriam, possivelmente, a reconstrução democrática, especialmente, com a constante tutela<sup>126</sup> ou ameaça militar<sup>127</sup>; a expectativa de que a Democracia seria um recomeço do Brasil; e uma política econômica tentando conciliar antigas e novas aspirações sociais. Provavelmente, o início do processo da

---

<sup>125</sup> “[...] o Brasil tornou-se uma das maiores vítimas da primeira fase do processo de financeirização, quando as finanças foram primordialmente intermediadas e o capital financeiro foi majoritariamente o capital bancário. Como os investimentos do II PND tinham se tornado possíveis graças ao endividamento externo em contratos estabelecidos a taxas flutuantes, a brutal elevação dos juros internacionais ao final dos anos 1970 [...]” (Paulani, 2012, p. 4).

<sup>126</sup> Mencionamos, a título de exemplo, a permanência, na Constituição Federal de 1988, do Artigo 142: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Constituição Federal, Art. 142).

<sup>127</sup> Uma pergunta que pairou sobre o Brasil nos últimos anos foi: “Vai ter golpe?” A princípio, referia-se a uma nova ditadura. Mencionaremos, a propósito das manifestações de rua, os pedidos por intervenção militar. Após as investigações que se seguiram aos protestos de 08 de janeiro de 2023, especialmente, com o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista Inquérito acerca dos Atos Antidemocráticos, é possível afirmar que alguma tentativa em direção ao Golpe de Estado ocorreu.

redemocratização só foi possível com a Lei da Anistia<sup>128</sup>. Se, do ponto de vista da história da humanidade, 21 anos (1964-1985) não representa muita coisa, foram duas ditaduras brasileiras no século XX, totalizando 30 anos; do ponto de vista da história de um país, que traz em si os traços da colonização, da violência e do autoritarismo, é muito tempo. Para ser mais preciso: entre os anos de 1926 e 2022 apenas seis presidentes eleitos pelo voto popular completaram o mandato: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff – primeiro mandato – e Jair Messias Bolsonaro. Doravante, a nação estaria marcada por aquele período sombrio e constantemente ameaçada por seus fantasmas.

Precisamos fazer menção à política educacional. Em 17 de novembro de 1953 foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), “[...] objetivando a elevação do nível e a expansão do ensino secundário no país [...]” (Saviani, 2010, p. 308). No dia 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Um avanço significativo foi a obrigatoriedade de 12% dos recursos federais destinados ao ensino, superando os 10% da Constituição Federal de 1946<sup>129</sup>. Em fevereiro do ano seguinte, já como resultado da vigência da Lei, foi instalado o Conselho Federal de Educação (CFE). Ao mesmo tempo, como previsto na LDB<sup>130</sup>, deu-se seguimento, sob os cuidados de Anísio Teixeira, do Plano Nacional de Educação (PNE). Após aprovado pelo CFE, o

---

<sup>128</sup> “O projeto que deu origem à Lei da Anistia foi redigido pela equipe do general [João Baptista de Oliveira] Figueiredo [...]” (Westin, 2019). Assim diz o Artigo 1º: “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.” (Brasil, 1979). A interpretação que prevaleceu foi a da “anistia de mão dupla”, que beneficiaria, também, funcionários e agentes do Estado brasileiro, envolvidos em crimes de tortura e etc. Nestes termos, a Lei da Anistia foi uma proposta de esquecimento (SOUSA, 2014). O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entrou (em 2008) com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 153) por conta da forma em que a anistia ocorreu. O Supremo Tribunal Federal julgou, em 2010, a ação improcedente.

<sup>129</sup> Os valores e sua destinação serviram de inspiração para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2006.

<sup>130</sup> “Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo. [...] § 2º O Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo” (Brasil, 1961).

PNE foi homologado por Darcy Ribeiro em 21 de setembro de 1962. A primeira LDB foi resultado das divergências em relação à educação: um possível projeto educacional brasileiro, as questões referentes à organização do ensino, as divergências entre escola pública e escola privada, a “educação popular” e a educação das elites<sup>131</sup>. Sua orientação liberal e descentralizadora foi considerada uma vitória (Saviani, 2010). Ainda assim, à medida que a Ditadura se aprofundou, houve a negação do direito à educação: a instrução era programada e o material era de elaboração militar. Destacam-se as disciplinas de *Educação Moral e Cívica*<sup>132</sup> (EMC), *Organização Social e Política do Brasil* (OSPB) e a obrigação da educação profissional no Ensino Médio (1971)<sup>133</sup>. Somente após o ciclo de governos militares, precisamente em 1985, que foi novamente permitido o voto da pessoa analfabeta (Westin, 2016), suplantando a Lei Saraiva, de 1881. Também, pela vinculação ao direito ao voto se viu surgindo nos países dezenas de campanhas contra o analfabetismo<sup>134</sup> e a favor da alfabetização.

A forma exterior – uma Ditadura Civil-militar –, contudo, não modificou a essência do Estado, qual seja, estar a serviço da imensa coleção de mercadorias e a serviço do capital. Não se trata, porém, do que chamaríamos de capitalismo desenvolvido. O esforço de industrialização, que não chegou ao seu objetivo, cobrou um preço altíssimo; e não houve nem mesmo um esboço de reforma agrária ou de qualquer mudança estrutural. De fato, é preciso considerar a Ditadura Civil-militar como reação às reformas anunciadas por João Belchior Marques Goulart, ou, mais precisamente, “[...] para conter uma escalada de lutas sociais [...]” (Melo, 2016, p. 68),

---

<sup>131</sup> “A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. e a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente” (Saviani, 2010, p. 317).

<sup>132</sup> O decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, “Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.” (Brasil, 1969). Este decreto-lei foi revogado em 1993, pela Lei N. 8.663.

<sup>133</sup> Lei N. 5.692, de 11 de agosto de 1971, em que “Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” (Brasil, 1971).

<sup>134</sup> “[...] Daí [do voto condicionado à alfabetização] o surgimento de campanhas ministeriais que se estenderam do final da década de 1940 até 1963: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (1947-1963). Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952-1963); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958-1963); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) (1962-1963) [...]” (Saviani, 2010, p. 316).

de demandas e direitos de diversos segmentos sociais. Ao final da Ditadura, além do que mencionamos anteriormente, tivemos simultâneo crescimento da pobreza, da concentração de renda e maior dependência do país ao capital internacional. Paralelamente, devemos nos lembrar da “[...] intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 [...]” (Filgueiras, 2006, p. 181), como um sinal da contradição instalada na sociedade brasileira.

A Ditadura Civil-militar brasileira enfrentou resistências de setores sociais e religiosos<sup>135</sup>. Se, em um primeiro momento, consolidou-se um apoio social à intervenção, ele não permaneceu o mesmo durante todo o período. A resistência ao regime se manifestou de diferentes formas ao longo do período, porém, em linhas gerais, todas mantiveram o objetivo: restituir o Estado Democrático de Direito. A resistência cultural através das artes, como o cinema, foi intensificada com as propostas do movimento de renovação chamado de “Cinema novo”, que tinha entre suas propostas realizar filmes de apelo popular que discutissem as questões sociais do país, como o subdesenvolvimento, utilizando-se dos valores culturais brasileiros. Destacam-se produções como *Os fuzis* (1965), com direção de Ruy Guerra, ou *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha; na literatura, alguns dos destaques, são: “Quarup” (1967) de Antônio Callado, e *Incidente em Antares* (1971) de Érico Veríssimo; a música popular foi instrumento de resistência em suas múltiplas formas, na MPB, no rock, no samba, no chamado brega, enfrentando desafios de letras que burlassem a censura; o mesmo se pode dizer do teatro, que já vinha com uma experiência popular desde o Teatro Arena, criado em 1953, e que se intensifica com o surgimento de novos Teatros, como Oficina, o Teatro do oprimido, e tantos outros; durante os anos de 1960, portanto, não estavam de fora da resistência a caricatura e as artes plásticas.

Uma linha central da resistência foi o movimento estudantil que na impossibilidade de existir formalmente, foi o principal fornecedor de quadros para a luta armada. Apesar de clandestino e reprimido, foi ele o catalisador de manifestações de massa, como “A passeata dos cem mil” ocorrida em 1968, fortemente reprimida e com o assassinato do estudante secundarista Edson Luiz, o movimento se radicalizou, e muitos dos estudantes passaram a compor os quadros das organizações da luta

---

<sup>135</sup> Parte das ideias acerca da resistência à Ditadura Civil-militar devo a conversas com Jair Galvão no Canal *Marco Zero*. Conf. <<https://www.youtube.com/c/JairGalvao>>.

armada. Márcio Moreira Alves (1993), afirma, sobre a composição das organizações revolucionárias que:

56% eram estudantes ou pessoas que haviam deixado a área estudantil havia pouco tempo, 4% a 5% eram operários não especializados, 4% eram camponeses e 3% militares cassados ou reformados compulsoriamente. Os restantes 32% eram pessoas de condições sociais diversas, mas nenhum era analfabeto. Praticamente não havia negros. A idade média era de 23 anos e 80% eram homens. No Rio de Janeiro, as mulheres eram 26% do total; no Nordeste, eram pouco menos de 11%; no Sul, não chegavam a 2%. (Alves, 1993, p. 47-48).

Nos anos de 1970 novos atores entram na resistência como os movimentos de bairro, destacando-se o movimento de mulheres contra a carestia, ou, das mulheres em busca de seus entes: filhos/filhas, irmãos/irmãs e, pais, presos políticos, muitos dos quais, mortos e/ou “desaparecidos” pelos órgãos de repressão do Estado. A partir de meados da década de 1970 intensificaram-se as mobilizações populares por anistia aos presos e a degredados políticos, o que ocorreu em 1977, ao tempo em que o movimento sindical se renovava na região do ABC paulista, com o chamado Novo Sindicalismo, e nos sindicatos dos bancários. As greves dos metalúrgicos de 1978, 1979 e 1980 ocupam um lugar especial por conta da luta por melhores condições de trabalho e pela importância do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Em grande medida, o “fechamento” do regime a partir do AI-5, levou a construção de mecanismos políticos de enfrentamento através da luta armada revolucionária. Observamos que o enfrentamento ao regime militar promovido pelas organizações revolucionárias, através da luta armada, não se contrapunha apenas à conjuntura de momento, com aumento brutal da repressão, mas, ao mesmo tempo, respondia aos projetos de nação e de ruptura com o capitalismo. O historiador e ex-militante do período, Daniel Aarão Reis (1985), compilou os Programas de dezoito organizações guerrilheiras atuantes no Brasil, entre os anos de 1961 e 1971. O enfrentamento armado ao regime militar não deve ser compreendido apenas como resistência ao regime, senão, como uma etapa aberta da luta de classes no Brasil. Também fazemos uma distinção entre a violência promovida pelo Estado e a violência de resistência à violência estatal.

Todas essas formas de resistência, em maior ou menor grau, articularam-se em movimento de massas sem precedentes na história política brasileira, que nos anos de 1980 culminaria no movimento das Diretas Já, a exigir o fim da ditadura e o

retorno ao Estado Democrático de Direito, com eleições diretas para presidente da República. A ditadura terminou em 1985, sem eleições diretas, o que só ocorreria em 1989. No período da redemocratização (após 1964) destacaríamos: os projetos econômicos subsequentes, que se expressaram tanto em planos econômicos frustrados como nos governos eleitos com a promessa de solução econômica e social. Foram os seguintes presidentes da Nova República: José Sarney de Araújo Costa (1985-1990), em substituição a Tancredo de Almeida Neves; Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992), que sofreu *impeachment*; Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), eleito e reeleito; Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), eleito e reeleito; Dilma Vana Rousseff (2012-2016), sofreu *impeachment* no segundo mandato; Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018); Jair Messias Bolsonaro (2019-2022); Luiz Inácio Lula da Silva (2023-), eleito para um terceiro mandato. Naturalmente, o político precisa apresentar-se como alguém capaz de solucionar as questões na esfera pública.

A economia brasileira experimentou os seguintes planos econômicos: Plano Cruzado I e II (1986); Plano Bresser Pereira (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor I (1990); Plano Collor II (1991); e, finalmente, o Plano Real (1994) que, com base na âncora cambial (Falcão Silva, 2002), conseguiu estabilizar a moeda brasileira em paridade ao Dólar e, de início, reduziu os níveis de pobreza (Rocha, 1996), tendo se esgotado nos últimos anos, dadas as condições desiguais de distribuição de renda e riqueza (Rocha, 2000). Por economia brasileira deve-se compreender a política econômica brasileira adotada por agentes políticos e agentes econômicos que afeta, ainda que de formas distintas, a todos os cidadãos, cidadãs e residentes no Brasil. As sucessivas tentativas de equilibrar a economia brasileira e a adoção do receituário neoliberal evidenciam que a economia é uma ciência política, assim como as consequências são políticas e sociais. Alba Maria Pinho de Carvalho e Eliana Guerra (2015; 2016; 2017)<sup>136</sup> demarcam cinco ciclos da inserção do Brasil ao Ajuste neoliberal:

1. As autoras denominam este primeiro ciclo “de estabilização da economia” (Carvalho; Guerra, 2015; 2016). Abrange o Governo Collor (1990-1992), o Governo Itamar (1992-1994) e o Governo FHC (1995-1998; 1999-2002). Destaca-se, nestes longos dez anos, a implementação do

---

<sup>136</sup> Recentemente, estas autoras desenvolveram estes ciclos até o Governo Lula 3

Plano Real, que garantia a estabilização da moeda e o ajuste estrutural, seguindo o *Consenso de Washington*, ressaltando a política de privatizações;

2. Ao segundo ciclo, elas chamam (Carvalho; Guerra, 2015; 2016) de “consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas”. Trata-se do Governo Lula I (2003-2006) e da primeira metade do Governo Lula II (2007-2008), em que o país emergiu como possibilidade de aplicação financeira – conseguindo reconhecidos graus internacionais de investimentos – e importantes programas de redistribuição de renda;

3. O terceiro ciclo se intitula (Carvalho; Guerra, 2015; 2016) de “articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo”. Compreende a segunda metade do Governo Lula II (2009-2010) e o Governo Dilma I (2011-2014). Destaca-se, neste período, além da continuidade das políticas anteriores, os Programas de Aceleração do Crescimento (1 e 2);

4. Diante da crise do capital e do preço internacional de *commodities*, as autoras (Carvalho; Guerra, 2015; 2016) nomeiam de “ciclo de retomada da ortodoxia rentista, nos moldes do ajuste”. Enquanto durou o Governo Dilma II (2015-2016), ocorreu a retomada do Ajuste Fiscal implementado pelo Ministro da Economia, Joaquim Vieira Ferreira Levy;

5. Por fim, as autoras (Carvalho; Guerra, 2015; 2016) caracterizaram como “ciclo da submissão radical ao ultraliberalismo”. Falamos do Governo Temer (2016-2018) e do Governo Bolsonaro (2019-2022).

Luiz Filgueiras considera que, desde os anos de 1990, houve três distintos momentos de implantação e de evolução do projeto neoliberal no Brasil:

[...] uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI [Modelo de Substituição de Importações] e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). (Filgueiras, 2006, p. 186).

Por certo, uma mesma ideologia político-econômica perpassa todos os governos, em maior ou menor grau, desde a redemocratização. Não houve, nem

mesmo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a implementação de políticas econômicas estruturais alternativas. E isto precisa ser ressaltado. Inexistem rupturas na política econômica brasileira. No máximo, experimentamos uma desaceleração do ajuste neoliberal sem, no entanto, ameaçar o modelo político-econômico. De fato, a dívida pública não foi sequer auditada. Os governos do PT podem ser explicados por dois aspectos que seus próprios partidários anunciavam: a proposta de aliança entre capital e trabalho; e conciliação de classes<sup>137</sup>. Nas duas afirmações, o discurso confirma a prática e uma aliança entre capital-trabalho significa o predomínio do capital, assim como a conciliação de classes constitui-se em um favorecimento das classes burguesas. Constatamos, por exemplo, que os bancos nunca haviam ganhado tanto dinheiro como nos governos Lula I e II (Redação, 2014), superado apenas pelo Governo Bolsonaro (Alvarenga, 2023).

As contradições se evidenciaram em diversos campos políticos, econômicos, sociais e culturais. Podemos mencionar, a título de exemplo, as políticas de acesso ao Ensino Superior e as políticas de Segurança Pública. No primeiro caso, reconhecendo a importância do ingresso de jovens e adultos nas faculdades, através do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), foram recursos investidos nos sistemas privados de educação; no segundo caso, aparentemente, governos estaduais vinculados a partidos de esquerda repetiram as mesmas políticas de combate à violência urbana, de partidários de direita<sup>138</sup>. Parece-nos que a Educação tem sido uma área privilegiada de contradição nos governos petistas, através da publicização, das parcerias público-privadas, da adoção prioritária dos testes padronizados e da manutenção das contrarreformas implementadas no Governo Temer.

---

<sup>137</sup> De acordo com Bresser-Pereira, o Presidente Lula da Silva se propôs “[...] a formar novamente um pacto nacional-popular, com empresários industriais, trabalhadores, setores da burocracia pública e da classe média baixa. O governo terminou de forma quase triunfal, com crescimento de 7,4%, e prestígio internacional muito grande. [...]” (2015).

<sup>138</sup> Seria necessário aprofundarmos essa questão considerando as políticas públicas de segurança implementadas pelos governos petistas à frente da União, dos estados e dos municípios. Poderíamos comparar a Bahia, o Ceará, o Paraná e São Paulo.

## 2.2.1 Neoliberalismo: crise do capital e “solução” neoliberal

Um marco histórico para o neoliberalismo<sup>139</sup> foi o *Consenso de Washington*. Certamente, as principais ideias neoliberais já estavam devidamente publicadas e difundidas<sup>140</sup> duas décadas após a Segunda Guerra. No entanto, quatro aspectos conjunturais foram determinantes para a promoção e difusão das políticas econômicas neoliberais: a) as crises do capitalismo contemporâneo, como as crises do Petróleo na década de 1970, a crise de superprodução de mercadorias e as críticas ao *Welfare State*. b) instituições e organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tornando-se porta-vozes dos interesses capitalistas neoliberais<sup>141</sup>, dispostos a impor suas políticas como premissa de negociação<sup>142</sup>. c) a queda do Muro de Berlim, como símbolo de um sistema que ruiu<sup>143</sup>, mais ainda, oportunizando aos ideólogos capitalistas afirmarem que não restava alternativa ao capitalismo. d) experiências concretas de implementação dos conceitos neoliberais, com destaque para o Chile, com Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, para o Reino Unido, com Margaret Hilda Thatcher e para os Estados Unidos da América, com Ronald Wilson Reagan. Destas questões, em vista de nossos objetivos e do tempo de que dispomos, nos deteremos apenas no primeiro elemento, qual seja, a crise do capitalismo.

### 2.2.1.1 A crise contemporânea do capitalismo.

A crise atual do capital tem sido compreendida como uma “crise estrutural do capitalismo”. De acordo com István Mészáros: “[...] Agora, estamos falando da crise

---

<sup>139</sup> “O termo ‘neoliberalismo’ tem um significado específico no que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostas nos anos [19]70. Essas receitas têm como fonte de inspiração principal as obras de Milton Friedman. Essas idéias, por sua vez, remontam a Hayek e à chamada ‘tradição austríaca [...]’ (Therborn, 1995, p. 139).

<sup>140</sup> Em 1944, Friedrich Hayek publicou *The Road to Serfdom*. Em 1949, Ludwig von Mises publicou *Human action: a treatise on economics*. Em 1962, Friedman publicou *Capitalism and Freedom*.

<sup>141</sup> “[...] O BM e o FMI se converteram em um gigantesco thinktank [sic.] do neoliberalismo [...] para apoiar a pregação neoliberal de seus porta-vozes e para cercar com uma aura de cientificidade tecnocrática as pressões que suas autoridades máximas exercem sobre os governos [...]” (Borón, 1995, p. 94-95).

<sup>142</sup> “[...] Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condições para conceber cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral” (Batista, 1994, p. 6).

<sup>143</sup> “[...] O colapso do comunismo na Europa central e a desintegração da União Soviética, somados à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso neoliberal, facilitaria a disseminação das propostas do Consenso de Washington [...]” (Batista, 1994, p. 7).

estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana [...]” (Mészáros, 2011a, p. 130). Às vésperas do fim da II Guerra Mundial, surgiu um novo sistema monetário<sup>144</sup>, com a utilização do *Dólar* como moeda de troca universal, lastreado em ouro. Ainda havia relação entre moeda e produção. O controle da moeda era o controle da produção. Os sinais da crise se avistavam no horizonte e se impuseram nos anos de 1970. No fim da II Guerra, por força da necessidade, a Europa aderiu a um novo modelo de Estado: *Welfare State*<sup>145</sup>. Com o declínio dos “30 anos gloriosos”, a incapacidade do taylorismo-fordismo de responder à crise de produtividade, com maior inserção da tecnologia e rebaixamento no preço das mercadorias, estagnação da produção e da venda, as relações produção-consumo e salário-consumo, houve uma queda na taxa tendencial de lucro. Nesta época, o papel-moeda não tinha mais o equivalente em ouro<sup>146</sup>. Friedrich Engels e Karl Marx haviam percebido que crises comerciais ameaçavam na sociedade burguesa. Os dois autores escreveram que

[...] O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva a isso? Ao preparo de crises mais extensas e destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las. (Marx; Engels, 2010b, p. 45).

O Capitalismo é um sistema que, à medida que se produz e se reproduz, em sua própria dinâmica socio-reprodutiva, engendra suas crises. Estas crises podem

---

<sup>144</sup> A violência cumpre um importante papel na história, ainda mais, nas dinâmicas do capitalismo. As guerras modernas são expressões da mesma violência do capitalismo. Para certas nações de capitalismo desenvolvido, especialmente, para o imperialismo, as guerras são quase uma exigência do capitalismo.

<sup>145</sup> Um dos antecedentes do *Estado de bem-estar-social* foi o *Plano Marshal*. Segundo Antonio Lassance, “[...] exprimia, em assistência financeira e técnica, uma economia política, uma estratégia de ação integrada, diretrizes de política macroeconômica e de comércio exterior e propostas de integração econômica do continente. O programa de ajuda financeira era, portanto, apenas o vértice de uma política pública bastante abrangente. A ajuda emergencial, com distribuição de alimentos e doação de máquinas e equipamentos, era complementada com investimentos para a reconstrução da infraestrutura dos países destruídos pela guerra e o fomento à sua industrialização e modernização, com vistas a ganhos crescentes de produtividade.” (Lassance, 2021, p. 10).

<sup>146</sup> Para Saad Filho: “[...] a financeirização também apoiou a retomada do imperialismo [norte]americano. A financeirização é uma característica estrutural da acumulação e da reprodução social sob o neoliberalismo [...]” (Saad Filho, 2011, p. 7).

ser cíclicas ou estruturais<sup>147</sup>. Possivelmente, uma diferença seja que as crises cíclicas não afetam *toda* sociedade, ou seja, se restringem a um ou outro aspecto da produção, da distribuição, da circulação ou do consumo. Conforme István Mészáros descreveu: “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada [...]” (Mészáros, 2011b, p. 796-797). Nesta perspectiva, a crise contemporânea do capital se manifesta nos seguintes aspectos principais:

- (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante* [...]” (Mészáros, 2011b, p. 795-796)<sup>148</sup>.

É uma crise que atinge as próprias instituições da Democracia burguesa (Mészáros, 2011b, 2021), como o Estado<sup>149</sup>, os poderes da República, os partidos políticos, os sindicatos, e outras instituições a ela mais ou menos relacionadas, como as igrejas e as famílias<sup>150</sup>. É uma crise global que, mesmo que não alcance todo o globo de forma uniforme, ela o alcança; é uma crise energética, na forma mesmo da produção de energia e seus derivados; é uma crise política, na maneira de fazer política e suas representações, os partidos e os políticos; é uma crise de graves

<sup>147</sup> Ainda não há consenso em como conceituar as crises capitalistas. Mesmo quando existe certo acordo em relação a suas características, as terminologias mudam conforme o autor ou a escola de pensamento. Para fins deste trabalho, acompanharemos Mészáros (2011a, 2011b) na compreensão e caracterização da crise estrutural do capital.

<sup>148</sup> Em *Para além do Leviatã*, no quarto aspecto, Onós lemos: “Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de progressivo [...]” (Mészáros, 2021, p. 125). Nesta obra mais recente, Mészáros substitui “rastejante” por “progressivo”, o que pode sugerir que a despeito de termos específicos devemos pensar na ideia geral acerca da crise estrutural do capital.

<sup>149</sup> “No que se refere ao mundo do capital, as manifestações da crise estrutural podem ser identificadas em suas várias dimensões internas, bem como nas instituições políticas [...]” (Mészáros, 2011b, p. 798).

<sup>150</sup> “Pero lo más llamativo de las crisis no es tanto la transformación total de los espacios físicos, sino los cambios espectaculares que se producen en los modos de pensamiento y de comprensión, en las instituciones y en las ideologías dominantes, en las alianzas y en los procesos políticos, en las subjetividades políticas, en las tecnologías y las formas organizativas, en las relaciones sociales, en las costumbres y los gustos culturales que conforman la vida cotidiana. Las crisis sacuden hasta la médula nuestras concepciones mentales y nuestra posición en el mundo [...]” (Harvey, 2014, p. 11).

consequências e desdobramentos culturais, econômicos, políticos e sociais. É uma crise que afeta diretamente a vida material da classe trabalhadora, a maneira de *ser* e *fazer-se* trabalho, do trabalho e suas condições objetivas e subjetivas, da sobrevivência e da vida.

Como podemos perceber, essas demarcações específicas da crise evidenciam que é uma crise na sociabilidade humana. Ao se estabelecer no modo de produção e reprodução social, alcança todas as dimensões envolvidas nas sociedades mediadas pela mercadoria. No processo da crise emergem diversas contradições do capitalismo. A regressão social impõe-se até mesmo em alternativas anteriores à sobrevivência do capitalismo, como o *Welfare State* e a Democracia representativa. É uma crise que não se soluciona como as anteriores. É uma crise que se apresenta dentro e a partir da financeirização das economias e do capital especulativo que, a despeito da intervenção do Estado, também não encontrará solução nos marcos do capitalismo, como os desdobramentos na segunda década do século XXI – pós-crise de 2008-2009 – nos ensinam.

As crises expõem as próprias contradições do capitalismo. Segundo David Harvey, “[...] todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista se expressam na forma de paroxismos violentos [...]” (Harvey, 1990, p. 206, tradução livre)<sup>151</sup>. Afirmar – como fizemos acima – de que se trata de uma crise a espriar-se por toda sociabilidade humana, não significa admitir que se trate de uma crise que se apresente ou chegue da mesma forma para todos e todas. “A crise evidentemente [não] afeta o capital e os trabalhadores por igual, assim como a base mesma da reprodução das relações de classe [...]” (Harvey, 1990, p. 198, tradução livre)<sup>152</sup>. Em verdade, a crise é desigual para as classes capitalistas e para as classes trabalhadoras. Ela é percebida e recebida de formas distintas a depender da classe à qual um determinado indivíduo pertença. As crises são sempre mais duras e mais comprometedoras para as classes trabalhadoras, que dependem, exclusivamente, da venda da força de trabalho e de determinadas concessões das classes detentoras dos meios e dos modos de produção. Entretanto, dizer isto não é dizer tudo. No interior de uma determinada classe uma mesma crise tem maiores ou menores implicações, a

---

<sup>151</sup> “[...] todas las contradicciones inherentes en el modo de producción capitalista se expresan en forma de paroxismos violentos [...]”.

<sup>152</sup> “La crisis evidentemente [no] afecta al capital y a los trabajadores por igual, así como a la base misma de la reproducción de las relaciones de clase [...]”.

depender se ela atinge a produção, a distribuição, o consumo ou a circulação; se ela alcança o setor primário, a indústria ou os serviços. Mais ainda: uma crise que chegue às classes burguesas pode tencioná-las, dividindo-as em interesses divergentes, fazendo com que alguns segmentos burgueses sobressaiam. Em uma perspectiva imperialista, a crise do capitalismo se desenvolve de maneiras diversas em torno das matérias primas, das forças de trabalho, de concentração e da dispersão da circulação de capital, deflagrando lutas de classes que podem ser pouco homogêneas em vista de necessidades imediatas (Harvey, 1990) das classes trabalhadoras ao redor do mundo.

David Harvey (2014) procura identificar as contradições internas do modo de produção capitalista, contradições estas responsáveis pelas recentes crises do capitalismo. O autor divide essas contradições em três grandes grupos: (i) as contradições fundamentais. São as contradições sem as quais o capitalismo não funciona e às quais é impossível modificar sem transformar o próprio sistema (Harvey, 2014, p. 29). Quais sejam: valor de uso e valor de troca, valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro, propriedade privada e Estado capitalista, apropriação privada e riqueza comum, capital e trabalho, capital como processo ou como coisa e a unidade contraditória entre produção e realização; (ii) as contradições mutáveis são aquelas que evoluem ou são transformadas no processo histórico, que oferecem oportunidade política ao mesmo tempo em que apresentam problemas graves (Harvey, 2014, p. 97-99). São as seguintes: tecnologia, trabalho e descartabilidade humana, divisões do trabalho, monopólio e competição, desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaço, disparidades de renda e riqueza, reprodução social, liberdade e dominação; (iii) as contradições perigosas são aquelas potencialmente fatais e, por isso, mais perigosas no presente (Harvey, 2014, p. 215-218). São: crescimento exponencial infinito, a relação do capital com a natureza e a revolta da natureza humana universalmente alienada.

Segundo István Mészáros, “As condições para administrar a crise estrutural do capital estão diretamente articuladas a algumas importantes contradições [...]” (Mészáros, 2011b, p. 808). Quais sejam:

(1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar” e do sistema de corporações transnacionais;

(2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;

(3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial;

(4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados”. (Mészáros, 2011b, p. 808).

A crise estrutural do capital revela a diminuição da acumulação de capital e a queda da taxa tendencial de lucro. O capitalismo se caracteriza por uma constante e crescente concentração de renda e riqueza e, conseqüentemente, de poder. No entanto, como dissemos, não é uma crise que alcança a todos e todas de maneira uniforme. Até porque as condições de resistir a uma crise difere não apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas entre os próprios capitalistas. Alguns deles conseguem sobreviver e lucrar. O aspecto mais importante é que os dois extremos se mantêm, assim como a ampliação do abismo entre eles: de um lado o aumento de acumulação de renda e riqueza e do outro o aprofundamento da miséria. Ainda assim, qualquer oscilação ou abalo tende a agravar a desigualdade, como no caso da Pandemia da SarsCov-2 em que, mesmo com o Auxílio Emergencial, aumentou a distância entre ricos e pobres (Neri, 2023) e possibilitou o surgimento de novos bilionários.

A mais recente expressão da crise do capital – a crise financeira de 2008-2009 – nos apresenta vários aspectos do capitalismo neoliberal. De acordo com Saad Filho (2011), o neoliberalismo, enquanto sistema de acumulação, possui cinco níveis de instabilidade. (i) O crescente peso das finanças na economia. A falta de qualquer tipo de fiscalização, regulação ou supervisão, faz com que as finanças circulem criando ciclos ou ilhas de ganhos, tornando as economias neoliberais, especialmente, em países de capitalismo periférico, reféns de especuladores. (ii) O último ciclo contou com o desejo voraz de consumo das famílias e de Estados, com maior demanda por mercadorias e capital fictício (Saad Filho, 2011, p. 11). (iii) Foi necessário que o Estado interferisse, sobretudo, os Estados Unidos e o Reino Unido, comprando ações, ativos e Títulos do Tesouro. (iv) Aumento de endividamento de empresas, de famílias, de instituições financeiras e de Estados. (v) Com a transferência de riscos, evidenciou-

se uma série de fragilidades tanto no setor em que a crise se originou quanto em grandes instituições financeiras. Portanto, a manifestação mais recente da crise evidenciou que o mercado não se autorregula. Tanto no liberalismo clássico quanto no neoliberalismo – por assim dizer – há uma defesa intransigente de que o próprio mercado se autorregula. Pois bem, precisou que os Estados criassem regras mais rígidas de supervisão (Bomfim, 2018). As regras originadas em 1930, diante da crise de 1929, não foram suficientes e nem estas últimas o serão. Além disso, o custo da crise foi calculado em mais de US\$ 14 trilhões (Moreno, 2013). Por certo, podemos intuir que esta conta precisou ser paga pelo conjunto da sociedade – leia-se: os trabalhadores e trabalhadoras. Em tudo o que acabamos de dizer, evidencia-se que o capitalismo é incontrolável (Marx, 2017b; Mészáros, 2011b).

Além disso, as crises capitalistas têm oportunizado a “ilimitação” do capitalismo e o seu “auto fortalecimento” (Dardot; Laval, 2016). De fato, há um artifício retórico-ideológico que, quando o neoliberalismo fracassa, “[...] as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado [...]” (Salama, 1995, p. 51). A recente crise de 2008-2009, “[...] conduziu a seu brutal *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 13-14). É preciso ter certa cautela em afirmar que uma determinada crise do capitalismo seria a oportunidade para uma revolução das classes trabalhadoras. Como dissemos, uma crise não é recebida da mesma forma pelas distintas classes; ela não chega da mesma maneira às classes burguesas e às classes trabalhadoras. E como veremos, as crises são oportunidades de negócios para as classes burguesas (Mascaro, 2018) e acabam empurrando as classes trabalhadoras à extrema direita. Já deveríamos desconfiar disto tendo em vista que na abstração do trabalho o ser humano está estranhado de si mesmo e do gênero humano (Marx, 2010a). Torna-se essencial perceber que essa crise estrutural afeta, materialmente e espiritualmente, as classes trabalhadoras. No entanto, Engels e Marx lembram que, no sistema capitalista, a classe burguesa “[...] não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*” (Marx; Engels, 2010b, p. 46). Sob o capitalismo, impõe-se a divisão social do trabalho e o trabalho assalariado, na existência de duas classes distintas e antagônicas a partir da propriedade privada dos

meios de produção. Se, em um primeiro momento, os trabalhadores se colocaram ao lado da burguesia contra o Feudalismo, doravante, os trabalhadores buscarão sua própria revolução: uma revolução proletária, comunista. Apesar de necessária, só será possível com a conscientização e com a organização das classes trabalhadoras de “classe em si” a “classe para si” (Marx, 2017a)<sup>153</sup>.

Se, diante das crises do capitalismo, sobressaem defensores de políticas econômicas neoliberais, é um quadro conjuntural oportuno para retornar às reflexões de Friedrich Engels e Karl Marx. Aliás, é preciso que se diga que, diante das incessantes crises capitalistas dos séculos XX e XXI, especialmente, as de 2008-2009, uma das mais prestigiadas revistas econômicas escreveu: “Governantes do mundo: leiam Karl Marx” (“*Rulers of the world: read Karl Marx!*”) (Rulers, 2018). É uma exortação curiosa, vinda de uma revista de orientação liberal. Mais ainda quando procura, ideologicamente, fazer um balanço histórico das conclusões de Marx, constando que seu diagnóstico estava correto e afirmando que as medidas propostas como solução eram erradas. Certamente, transmite-se um recado às classes burguesas e aos gestores dos Estados. As disputas em torno da economia são disputas econômicas e disputas políticas assim como as disputas em torno da política são disputas políticas e disputas econômicas. As crises contemporâneas – assentadas na própria reprodução capitalista, na alienação do capital, com distinção para o capital financeiro e o livre mercado – apresentam a necessidade da retomada da obra de Marx, especialmente, d’*O Capital* (Giannotti, 2017b) e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras em classe para si.

### 2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo

As principais ideias neoliberais<sup>154</sup> – de um possível projeto neoliberal – estavam postas por volta de 1950, aguardando apenas um momento histórico em que

---

<sup>153</sup> “As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (Marx, 2017a, p. 146).

<sup>154</sup> É possível observar a dificuldade em diferenciar liberalismo de neoliberalismo. Os autores neoliberais pouquíssimas vezes se referiam a si mesmo como neoliberais, mas comumente apenas como liberais (veja o título de Ludwig von Mises “Liberalismo”); e como eles (Friedman, Hayek e Mises)

se estabelecesse um consenso para implementação desta política econômica, com condições objetivas e subjetivas devidamente estabelecidas (Friedman, 1984). Para termos uma noção, em agosto de 1938 vários intelectuais se reuniram em Paris, para o que se tornou “[...] o momento fundador do neoliberalismo [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 71), o *Colloque Walter Lippmann*, Entre outros, estavam presentes Friedrich August von Hayek (1899-1992), Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973) e o próprio Walter Lippman (1889-1974), objetivando a “[...] reorganização e renovação do pensamento liberal contemporâneo [...]” (Mariutti, 2021, p. 1). À ocasião, os presentes criaram o *Comité International d’Étude pour le Renouveau du Libéralisme*. Pouco depois, mais precisamente em 1947, reuniram-se, novamente, em Mont Pèlerin, na Suíça, entre outras personalidades, Frank Hyneman Knight (1885-1972), Friedrich August von Hayek (1899-1992), George Joseph Stigler (1911-1991), Karl Raimund Popper (1902-1994), Lionel Charles Robbins (1898-1984), Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973), Michael Polanyi (1891-1976), Milton Friedman (1912-2006), Salvador de Madariaga y Rojo (1886-1978), Walter Lippman (1889-1974) e Wilhelm Röpke (1899-1966) dando origem à *Sociedade de Mont Pèlerin*. À época, havia a compreensão (ideologia) por parte destes autores que a política do *Welfare State* – bem como o *New Deal* – destruiria, ao mesmo tempo, a liberdade individual e a competência (Anderson, 2003). Para eles, só seria possível a liberdade individual em uma sociedade de livre mercado e a competência individual estava diretamente relacionada à competitividade.

Após a crise das décadas de 1970 e 1980<sup>155</sup>, dois argumentos favoráveis ao neoliberalismo se impunham: o primeiro é que, graças às experiências neoliberais

---

fundamentavam suas considerações no liberalismo. Ao afirmar que “[...] **o Neoliberalismo não é necessariamente uma teoria, mas uma prática política** [...]” e que “[...] **o Liberalismo possui um conjunto de ideias e projetos em torno da econômica, da política e da sociedade** [...]” (Redação Beduka, 2023), em síntese, que “[...] a grande diferença entre liberalismo e neoliberalismo é a parte filosófica [...]” (Idem); ou, ainda, que no liberalismo “[...] A gente consegue criar um sistema de economia que funcione para beneficiar todos através de competitividade, transparência, compra e venda, resultados e meritocracia [...]” e que o neoliberalismo é “[...] uma agenda econômica formulada que vários países adotaram para diminuir inflação, fazer reformas administrativas [...]” (Comunicação, 2020), é desconhecer os próprios autores neoliberais, as relações entre teoria e prática, economia e política e, ainda, o desenvolvimento do capitalismo. Friedman explicita a compreensão que a palavra “liberalismo” passou a ter após a Grande Depressão (Friedman, 1984, p. 14). Consideramos que liberalismo e neoliberalismo são distintos não em seus princípios essenciais – o livre mercado e a não intervenção do Estado – e sim por elementos sócio-históricos.

<sup>155</sup> Milton Friedman escreveu: “Portanto, qual é a função de livros como este? Em minha opinião, é uma função dupla. Primeira: Fornecer assunto para conversas informais [...] Segunda e mais fundamental: Manter em aberto as opções, até as circunstâncias tornarem necessária a mudança [...] Somente uma

em diversas nações de capitalismo desenvolvido, a ideologia neoliberal havia alcançado uma impressionante hegemonia (Anderson, 2003); a segunda é que havia questões que precisavam de imediata solução nos países latino-americanos: a inflação<sup>156</sup> (Williamson, 2002) e a crise fiscal do Estado (Sader, 1995). A queda do Muro de Berlim servia como argumento de que não havia alternativas ante o neoliberalismo (Fernandes, 1995; Netto, 1995). Já consideramos que o neoliberalismo serviu de contraposição teórica e política ao *Welfare State* (Anderson, 2003) e ao Socialismo real. Segundo Perry Anderson (2003), houve três grandes cenários de experimentação neoliberal: os países do centro do capitalismo; os países oriundos da antiga União Soviética; e a América Latina. Foi fundamental a publicação do livro *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*, ao desenhar um programa por/para defensores do livre mercado. Coube a John Williamson (2002) sistematizá-lo (o programa) em instrumentos políticos voltados, sobretudo, à América Latina, a saber: déficit fiscal; prioridades de despesas públicas; reforma tributária; taxa de juros; taxa de câmbio; política comercial; investimento estrangeiro direto; privatização; desregulamentação; direitos de propriedade. Nas palavras do autor: “As políticas econômicas que Washington impõe ao resto do mundo podem ser resumidas como políticas macroeconômicas prudentes, orientação externa e capitalismo de livre mercado [...]” (Williamson, 2002, tradução livre)<sup>157</sup>. Para Paulo Nogueira Batista, estas dez áreas propostas “[...] convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco [...]”

---

crise – atual ou previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das idéias existentes no momento. Esta, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável” (Friedman, 1984, p. 7).

<sup>156</sup> Vejamos o importante depoimento de Perry Anderson: “[...] Existe un equivalente funcional al trauma de la dictadura militar como mecanismo para inducir democrática y no coercitivamente a un pueblo a aceptar las más drásticas políticas neoliberales: la hiperinflación. Sus consecuencias son muy parecidas. Recuerdo una conversación en Rio de Janeiro en 1987, cuando era consultor de un equipo del Banco Mundial y hacía un análisis comparativo de alrededor de veinticuatro países del Sur, en lo relativo a políticas económicas. Un amigo neoliberal del equipo, sumamente inteligente, economista destacado, gran admirador de la experiencia chilena bajo el régimen de Pinochet, me confió que el problema crítico del Brasil durante la presidencia de Samey [sic.] no era una tasa de inflación demasiado alta como creía la mayoría de los funcionarios del Banco Mundial, sino una tasa de inflación demasiado baja. “Esperemos que los diques se rompan”, decía. “Aquí precisamos una hiperinflación para condicionar al pueblo a aceptar la drástica medicina deflacionaria que falta en este país”. Después, como sabemos, la hiperinflación llegó al Brasil, y las consecuencias prometen o amenazan confirmar la sagacidad de este neoliberal local” (Anderson, 2003, p. 17).

<sup>157</sup> “The economic policies that Washington urges on the rest of the world may be summarized as prudent macroeconomic policies, outward orientation, and free-market capitalism [...]”.

(Batista, 1994, p. 18). Está claro, portanto, do que se trata o Consenso de Washington: aprofundamento de medidas essencialmente capitalistas em que a disciplina fiscal estava completamente justificada em vistas do controle da inflação<sup>158</sup>.

Apesar de a agenda neoliberal estar presente em algumas nações – Chile, Reino Unido e Estados Unidos –, o Brasil só se inseriria tardiamente nesta a partir da década de 1990 (Filgueiras, 2006), tempo histórico dos ajustes neoliberais pós-democratização. Como já evidenciamos, este modelo foi levado adiante por todos os governos, desde o primeiro presidente eleito pelo voto popular após a redemocratização. O que significa uma tendência mundial – imposta – de redução do papel do Estado, austeridade fiscal e valorização do livre mercado. Primeiro, com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e a abertura do mercado interno; depois, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2022<sup>159</sup>) e a *reforma do Estado brasileiro*. Possivelmente, o *impeachment* de Fernando Collor tenha deixado o processo inconcluso, sendo necessário a retomada pelo seu sucessor. O Governo FHC retomaria toda a agenda, criando o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob os cuidados do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. É possível caracterizar o Governo FHC como um governo neoliberal e, por isso, reformista – no sentido neoliberal que a palavra adquiriu<sup>160</sup>. De acordo com Carlos Nelson Coutinho: “[...] o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle [...]” (Coutinho, 2012, p. 122). Portanto, acentuaram-se três movimentos: (i) privatização: venda de empresas públicas e da infraestrutura ou as parcerias público-privadas, garantindo à iniciativa privada a gestão dos contratos; (ii) publicização: repassar recursos públicos à iniciativa privada, através ou não de parcerias público-privadas; e (iii) terceirização: terceirizam-se os serviços. Como bem destacou Luiz Filgueiras, o modelo econômico neoliberal no Brasil se

---

<sup>158</sup> “A proposta neoliberal identifica corretamente o equilíbrio das finanças públicas como indispensável ao combate à inflação. A âncora fiscal é sem dúvida, fundamental para restabelecer a confiança na capacidade governamental de gerir a moeda. No entanto, na proposta neoliberal, por razões talvez mais ideológicas do que econômicas, não se faz a necessária distinção entre despesas correntes e de investimentos [...]” (Batista, 1994, p. 20).

<sup>159</sup> A rigor, até 01 de janeiro de 2003.

<sup>160</sup> “[...] O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a idéia de ‘reforma’. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do ‘estatismo’, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’ [...]” (Coutinho, 2012, p. 122).

estruturou da seguinte forma: “[...] 1) a relação capital/trabalho; 2) a relação entre as distintas frações do capital; 3) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e 4) a estrutura e o funcionamento do Estado.” (Filgueiras, 2006, p. 187). Apesar de todo processo histórico, com os governos do PT desacelerando as políticas neoliberais; elas retornaram como fôlego redobrado no Brasil contemporâneo, expressamente, no Governo Temer (2016-2018) e no Governo Bolsonaro (2018-2022). Em síntese: o Consenso de Washington promoveu uma nova reestruturação do capitalismo e do Estado, com princípios muito claros de abertura irrestrita do mercado, equilíbrio fiscal, desoneração fiscal do capital, desregulamentação da econômica, flexibilização das relações de trabalho, programa de reformas administrativas, fiscais e previdenciárias.

Segundo autores contemporâneos (Dardot; Laval, 2016; Han, 2020), o neoliberalismo é uma nova forma de capitalismo. Consideram que

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Às vezes, as palavras podem induzir a erros de compreensão ou de interpretação. Estamos em acordo em que, enquanto sistema normativo, o neoliberalismo amplia “sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Entretanto, isto só ocorre porque o capitalismo é, precisamente, uma ideologia e uma política econômica, a dominação material e espiritual. Afirmar que o capitalismo é uma política econômica é destacar os aspectos políticos da economia e econômicos da política; logo, uma orientação normativa para as relações sociais – entre indivíduos, entre indivíduos e natureza e entre Estados – mediadas pela forma mercadoria. É a compreensão de que a ideologia não se restringe a formas de pensamento, mas que, por estar intimamente relacionada ao modo como os homens providenciam sua sobrevivência, está dialeticamente relacionada à ação. Talvez, as palavras mais adequadas – e através das quais nos orientamos em nossas reflexões – sejam as de Saad Filho: “O neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo [...]” (Saad Filho, 2011, p. 6). Não se trata de um novo modo sócio reprodutivo nem mesmo de uma nova forma de capitalismo, mas o modo de existência do capitalismo

contemporâneo. O próprio desenvolvimento do capitalismo fez com que ele existisse, por condições históricas objetivas e subjetivas, sob o nome de neoliberalismo.

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição. (Thebourn, 1995, p. 182).

Uma das principais afirmativas da ideologia neoliberal, amplamente divulgada, é a necessidade do Estado mínimo. É preciso minimizar o Estado, considerado inchado, e suas áreas de atuação, vistas como exageradas e/ou desnecessárias. Em termos concretos – que significa a aplicação da doutrina neoliberal – o que ocorre é uma redução significativa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e a maximização do Estado a fim de atender às demandas do mercado: garantir a propriedade privada, a apropriação do mais valor, do pagamento da dívida pública, em síntese, a produção e reprodução social, e a repressão aos trabalhadores e às trabalhadoras<sup>161</sup>. Além do uso da força e da violência, o Estado pode utilizar a interpretação das legislações acerca das greves e dos grevistas. É próprio dessa política o corte violento dos “gastos públicos”. Em verdade, mistificam a realidade afirmando que é preciso “cortar gastos”. Como afirmou o Presidente Michel Temer a propósito da Emenda Constitucional 95: “[...] A proposta de emenda constitucional, que estabelece um teto para os gastos públicos, significa cortar na própria carne [...]” (Amaral; Caram, 2016). Não por acaso que a medida passou à história como Teto dos Gastos, ao estabelecer um limite para os gastos públicos. Acontece que, por gastos, deve-se compreender “investimentos”. Afinal, os investimentos todos foram suspensos e o pagamento da dívida permaneceu.

O neoliberalismo se orienta por alguns princípios claros de política econômica. Reiteramos que insiste em apresentar remédios às doenças que ele mesmo causou. O neoliberalismo propõe, para um capitalismo em crise, mais capitalismo<sup>162</sup>, o que só pode resultar, diante da própria dinâmica interna do modelo de produção e reprodução social, mais crises. E este aspecto é um tanto curioso

---

<sup>161</sup> É digno de nota a forma como o Estado recebe e reage às demandas de trabalhadores e trabalhadoras da educação, especialmente, quando há protestos e manifestações de rua.

<sup>162</sup> “[...] Sempre que surgem crises, a resposta neoliberal é de que ‘faltaram reformas’, de que *ainda* há ‘muita regulação’, ‘muitos direitos’, ‘entraves’ e ‘burocracias’. Ou seja, mesmo quando as políticas neoliberais claramente conduzem a desastres sociais, sempre se pode alegar que, na verdade, o programa neoliberal não foi implementado até o fim!” (Hoeveler, 2016, p. 89).

porque, diante da ineficiência de suas soluções – que prevalecem nos últimos quarenta ou cinquenta anos – insistem em aumentar a dosagem dos medicamentos, ao ponto de quase matar o paciente ou, melhor, escolher quais pacientes viver. O Estado, por sua vez, é obrigado a intervir para que todo o sistema não venha a sucumbir. Nesta circunstância contraditória, o Estado se mostra como o comitê gestor da burguesia (Marx; Engels, 2010b). O Estado e seus representantes implementam as políticas econômicas neoliberais, correm para socorrer o sistema e seus agentes e, ainda, persiste no mesmo receituário. Esta dinâmica revelou-se na crise de 2008-2009 e durante a Pandemia da Sars-Cov-2<sup>163</sup>. De acordo com Saad Filho (2011), a crise explicita a instabilidade da reprodução e da acumulação sob o neoliberalismo.

Em verdade, ao relembremos as origens colonialistas do Brasil e o seu lugar na divisão internacional do trabalho, semelhante aos demais países latino-americanos e africanos, ressaltamos um aspecto essencial de nossa identidade cultural, econômica, política e social. E, diante do que acabamos de expor referente às políticas-econômicas neoliberais, afirmamos o caráter neocolonialista dessa ideologia, nas palavras de Paulo Batista: “[...] uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para ‘abrir os portos de países amigos’ [...]” (Batista, 1994, p. 26). As novas estratégias e táticas utilizadas pelo neoliberalismo e seus teóricos – a serviço do imperialismo – não são capazes de esconder os objetivos intrínsecos ou extrínsecos de dominação da ideologia neoliberal. Apesar da ausência de armas convencionais, o projeto é imposto restringindo a tecnologia aos setores primários da economia e relegando o país à condição de dependência.

Sempre existe no capitalismo a possibilidade de uma “crise redentora”. Ou seja, uma crise que seja capaz de gerar certo nível de crescimento econômico com um alto grau de custo social [...] A força do neoliberalismo reside no fato de se apresentar como dogma. Aparentemente, é a única saída possível para a crise [...] (Salama, 1995, p. 155).

Já estabelecemos o que compreendemos por neoliberalismo e o vigor do capitalismo enquanto ideologia<sup>164</sup>. Perry Salama faz uma importantíssima

<sup>163</sup> Em março de 2020, nos inícios da Pandemia no Brasil, o Ministro da Economia Paulo Guedes e o Presidente do Banco Central liberaram R\$ 1,216 trilhão para os bancos (Correio Brasiliense, 2020).

<sup>164</sup> [...] O neoliberalismo é então uma perversa involução do calvinismo: a multiplicação dos pobres e o aumento do sofrimento humano não são mais do que dolorosas mensagens situadas no começo da estrada, indicando que estamos no bom caminho. Mas não é preciso se desesperar: são anúncios

aproximação entre ideologia neoliberal e religião e isto precisa ser aprofundado. Primeiro, o neoliberalismo dependeu de condições muito específicas para se estabelecer: as crises, a crítica ao *Welfare State*, a queda do Socialismo real etc. No entanto, no acirramento desta crise e no surgimento de novas expressões dela, o neoliberalismo apresenta-se como redentor da economia e da sociedade. Entretanto, justamente pelo acirramento da crise e no surgimento de suas novas expressões, o neoliberalismo se apresenta como dogma. Há um caráter religioso salvacionista no neoliberalismo. Sua natureza religiosa redentora deve se apresentar na necessidade de sacrifício<sup>165</sup>. Neste caso, como sem derramamento de sangue não há remissão, o sangue derramado é dos trabalhadores e trabalhadoras. A natureza religiosa dogmática do neoliberalismo se evidencia na insistência das políticas econômicas de ajustes descoladas da realidade material, na insistência de sua eternidade, no seu aspecto idealista, característica de “[...] uma confiança cega na dinâmica do mercado [...]” (Salama, 1995, p. 178), o que evoca outra imagem religiosa: são cegos guiando cegos<sup>166</sup>.

### 2.2.1.3 Três teóricos neoliberais propagandeados no Brasil.

Citemos Friedrich Engels e Karl Marx:

[...] Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época [...]

[...] no interior dessa classe, uma parte aparece como pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência [...] (Marx; Engels, 2007, p. 47-48).

Todo modo de produção tem seus teóricos. Assim foi durante o modo de produção asiático, o escravismo antigo, o feudalismo e, claro, na atualidade, com o

---

transitórios. Não tardarão a aparecer outros, como o pleno emprego, o bem-estar popular e a felicidade individual, assinalando que se chegou ao paraíso neoliberal, onde se poderão recolher os frutos de tanto esforço. O pródigo “derrame” da riqueza é apenas uma questão de tempo. (Borón, 1995, p. 104).

<sup>165</sup> “O discurso de austeridade é mais que figurativo, propondo sacrifícios expiatórios em vista de um futuro melhor. Rigor, austeridade, esforços, sacrifícios, disciplinas, medidas doloridas estão associadas às promessas de futuro, em que a expiação conduz à redenção [...]” (Coelho; Sung, 2019, p. 664).

<sup>166</sup> Retornaremos a esse tema na seção “4.2 Capitalismo e religião”.

capitalismo. Mesmo que em certas situações específicas haja surpresa quanto a defesa da sociedade estratificada, como nos casos de Platão e Aristóteles, isto se deve a determinações e limites histórico-sociais dos autores. Talvez, dadas as circunstâncias históricas de desenvolvimento e de universalização – compreendendo a totalidade social –, o capitalismo, mais que qualquer outro sistema, tenha produzido os seus ideólogos. A ideologia capitalista quer formar, em última instância, o sujeito capitalista e suas derivações<sup>167</sup>; moldar toda uma cultura e a sociabilidade humana objetiva e subjetivamente. Isto só se torna possível com dois movimentos simultâneos e dialéticos: a imposição do próprio modo de produção capitalista, em vista de que a vida produz a consciência; e a construção ideológica – naquilo que ficou conhecido como estrutura e superestrutura – de defesa, legitimação, propaganda e publicidade. Cumprem este importante papel organizações nacionais<sup>168</sup> e internacionais, *think tanks*, a imprensa<sup>169</sup> e certos indivíduos. Então, na estrutura de produção e reprodução social, aqueles encarregados da criação de conceitos, da produção de ilusões, da reprodução da ideologia dominante, cumprem um importantíssimo papel.

Três teóricos neoliberais são populares no Brasil: Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman. Já mencionamos a participação deles na concepção do neoliberalismo. Certas ideias neoliberais se tornaram tão populares que não há necessidade de indicação da fonte; são divulgadas e promovidas sem mencionar seu autor intelectual ou a filosofia que lhes dá suporte. Possivelmente, o mais conhecido dos três seja Ludwig Heinrich Edler von Mises. E isto por alguns motivos. Primeiro, as obras de Mises encontram ampla distribuição e divulgação, no Brasil. Normalmente, são acessíveis (de baixo custo), curtas, objetivas e simples<sup>170</sup>. Como Mises trata muitos temas de forma genérica, isso contribui para que seus textos tenham ampla circulação e adesão. Em segundo lugar, o Instituto Mises<sup>171</sup> cumpre a importantíssima função de concentrar e divulgar as ideias do autor austríaco, através

---

<sup>167</sup> Gramsci (2015) havia notado que, por ocasião do americanismo e fordismo, surgia o “homem industrial”. Martins (2019) chegou a falar em “homem flexibilizado”, como objetivo da Toyotismo.

<sup>168</sup> Organizações e instituições vinculadas ao Estado, ou à própria burocracia de Estado, desempenham o mesmo papel de defesa do Capitalismo e da Democracia burguesa de formas repressivas ou ideológicas, naquilo que Louis Althusser (2013) denominou de Aparelho Ideológicos de Estado.

<sup>169</sup> Por imprensa, compreendemos a grande mídia e a imprensa comercial, sejam aquelas que se utilizam de veículos impressos, radiofônicos, televisivos ou virtuais, “responsáveis” por disseminar notícias e interpretá-las, em produzir consenso social (Chomsky, 2013). Os próprios jornalistas estão pressionados pelo mercado (Bourdieu, 1977).

<sup>170</sup> O melhor exemplo é o livretinho *As seis lições*, de Mises.

<sup>171</sup> Para importância e atuação do Instituto Liberal, Instituto Mises, Instituto Millenium e outras *think tanks*, remetemos a: Hoeveler, 2016; Casimiro, 2018;

do site Mises Brasil<sup>172</sup>, da Mises Academia<sup>173</sup>, do Mises Journal<sup>174</sup>, da Biblioteca Mises<sup>175</sup>, de podcasts<sup>176</sup>, artigos<sup>177</sup> e a Letra Capital Editora<sup>178</sup>. A principal obra de Mises é *A ação humana*, em que desenvolve o conceito de praxiologia da ação humana e suas consequências para economia. No entanto, em nosso país, suas obras mais conhecidas são *As seis lições*, *A mentalidade anticapitalista* e *Liberalismo*. *As seis lições* é a transcrição de palestras pronunciadas por Mises na Argentina, no ano de 1959<sup>179</sup>, evidenciando que o que Mises propõe é mais que liberdade econômica: é uma perspectiva à vida individual e à sociedade. De acordo com o Tom Woods, no *Prefácio à Edição* de 2010: “[...] O liberalismo clássico defende a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio e a paz – os princípios fundamentais dos quais todo o resto do programa liberal pode ser reduzido” (Mises, 2010, p. 20).

Em anos recentes, tem surgido clubes ou grupos em torno do Mises. Além daqueles mais institucionais que mencionamos acima, é preciso destacar o que se tornou um *slogan*, quase uma campanha: “Mais Mises, menos Marx”<sup>180</sup>. O segundo dos teóricos é o Friedrich August von Hayek. Sua principal obra é *O caminho da servidão*. No entanto, outro livro seu que tende a se tornar popular no Brasil é *Os erros fatais do socialismo*. O terceiro dos teóricos neoliberais é Milton Friedman. Também se tornou bastante conhecido pelo programa de TV que conduzia ao lado de sua esposa, Rose Friedman. A principal obra de Friedman, *Capitalismo e liberdade*, conta a colaboração dela, Rose Friedman. O título sintetiza bem os objetivos do livro<sup>181</sup>. Apresentaremos, a seguir, breves considerações críticas apenas àquilo que está em

---

<sup>172</sup> Conf.: <https://mises.org.br/>.

<sup>173</sup> Conf.: <https://misesacademy.com/#>. Oferece Pós-graduação em Economia da Escola Austríaca e Pós-graduação em Direito, Liberalismo e Ciência Política.

<sup>174</sup> Conf.: <https://www.revistamises.org.br/misesjournal>.

<sup>175</sup> Conf.: <https://mises.org.br/biblioteca>. Nela, disponibiliza dezenas de livros gratuitos, em PDF.

<sup>176</sup> Conf.: <https://mises.org.br/podcasts>.

<sup>177</sup> Conf.: <https://mises.org.br/artigos>.

<sup>178</sup> Conf.: <https://www.letracapital.com.br/categoria-produto/instituto-ludwig-von-mises-brasil/>.

<sup>179</sup> Interessante a constatação da presença dos principais teóricos neoliberais na América Latina. Mises esteve em Buenos Aires em 1959 palestrando para jovens estudantes. Friedman e Hayek estiveram no Chile por volta de 1975 assessorando diretamente o Augusto Pinochet.

<sup>180</sup> André Augusto conclui seu artigo com as seguintes palavras: “Em resumo, propor ‘Mais Mises e Menos Marx’ nas universidades hoje é propor a difusão de uma ideologia aristocrática que prega a ditadura de elite, a formação de milícias privadas, a libertinagem da propriedade privada e o fascismo de mercado em lugar da luta contra todo tipo de opressão e autoritarismo que marcou cada momento da vida e da obra de Marx” (Augusto, 2016, p. 145).

<sup>181</sup> “[...] Seu tema principal é o papel do capitalismo competitivo – a organização da maior parte da atividade econômica por meio da empresa privada operando num mercado livre – como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política. Seu tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade dedicada à liberdade e contando principalmente com o mercado para organizar sua atividade econômica” (Friedman, 1984, p. 13).

sintonia com nossos objetivos<sup>182</sup>. O pressuposto essencial dos três é a centralidade do livre mercado.

A. Defesa do capitalismo. A primeira lição dos teóricos neoliberais é a defesa incondicional do capitalismo desde a sua origem. Segundo os autores, o capitalismo é o responsável por todos os avanços da modernidade: “[...] nos países capitalistas, há relativamente pouca diferença entre a vida básica das chamadas classes mais altas e das mais baixas: ambas têm alimento, roupas e abrigo” (Mises, 2009, p. 19). O êxito da evolução humana sob o capitalismo, terá como um dos efeitos a “[...] consciência de poder sobre o próprio destino, a convicção das infinitas possibilidades de melhorar a própria sorte, adquiridas pelo homem em virtude do sucesso [...]” (Idem, p. 42). É no capitalismo que reside a possibilidade de um mundo justo: “[...] a única possibilidade de construirmos um mundo decente está em podermos continuar a melhorar o nível geral de riqueza [...]” (Idem, p. 197).

Contraditoriamente, as riquezas se concentram nas mãos de uma minoria e à maioria resta apenas migalhas, como se observa a partir do grupo dos bilionários. O apetite dos capitalistas é insaciável – assim como o próprio sistema capitalista. Na defesa intransigente do livre mercado, Mises, Hayek e Friedman atacam tudo aquilo que denominam socialismo e utilizam de todos os argumentos à defesa do capitalismo.

B. Inexistência das lutas de classes. De acordo com Mises, na vida real “[...] empregador e empregado são, em última análise, uma só e a mesma pessoa” (Mises, 2009, p. 20). Esta afirmação está baseada na concepção de que dentro do capitalismo prevalece a cooperação: “[...] é a economia de mercado, é o sistema em que a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho se realiza pelo mercado [...]” (Idem, p. 27). É no processo do mercado que “[...] as pessoas estão contribuindo para o funcionamento global da sociedade” (Idem). Apesar de não haver lutas de classes,

---

<sup>182</sup> Seguindo a perspectiva teórico-metodológica que nos propusemos, apenas apresentaremos as principais ideias de cada autor, em suas próprias palavras. A fim de não cansarmos o leitor e, em vista do tempo que dispomos, faremos as devidas considerações ao longo do Capítulo 2.

segundo o autor, existe concorrência: “[...] A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não deixar as coisas como estão [...]” (Hayek, 2010, p. 58). O preço das mercadorias depende da concorrência: “[...] É importante assinalar que o sistema de preços só cumprirá sua função se a concorrência predominar [...]” (Idem, p. 70). Friedman esclarece este aspecto: “[...] O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar [...]” e prossegue “[...] O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender [...]” (Friedman, 1984, p. 23). Na concepção neoliberal, ao invés de relações de classes – proprietários *versus* trabalhadores – o que existe é um outro tipo de relação: consumidor e vendedor, não necessariamente antagônica, mas cooperativa à preservação do livre mercado competitivo.

C. Liberdade e igualdade. Mises também explica o que compreende por liberdade econômica: “[...] significa, na verdade, que é dado às pessoas que a possuem o poder de *escolher* o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade [...]” (Mises, 2009, p. 27). De acordo com o autor: “Quem manda no sistema econômico são os consumidores [...]” (Idem, p. 29). Já mencionamos este novo tipo de relação no tópico anterior. Para Mises: “[...] Todo são livres para mudar seu status [...] [e no sistema capitalista] as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam” (Idem, p. 35). A liberdade econômica é o sistema “[...] para todos os trabalhadores [e] garante a maior produtividade do trabalho humano, e é, por conseguinte, de interesse de todos os habitantes da terra [...]” (Idem, p. 52). A compreensão de desigualdade entre os homens está pressuposta: “[...] Os homens não são iguais e a exigência da igualdade por lei não pode, de modo algum, basear-se na alegação de que tratamento igual é devido a iguais” (Idem, p. 57).

A premissa contemporânea é outra: tratamento diferente para os desiguais<sup>183</sup>. Continuemos. A liberdade individual não concebe objetivo social único: “[...] a liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objetivo único ao qual a sociedade inteira tenha de ser subordinada de uma forma completa e permanente [...]” (Friedman, 1984, p. 194). Nos textos desses autores a palavra “[...] liberalismo [é tomada] em seu sentido original – como o de doutrinas que dizem respeito ao homem livre [...]” (Idem, p. 15). É central no pensamento de Friedman a relação entre liberdade econômica e liberdade política: “[...] a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política” (Idem, p. 17). Claramente, o autor acredita que a liberdade política está intimamente relacionada ao livre mercado.

Na prática, no entanto, é o poder econômico que controla e determina o poder político. Mais do que isso – como a história o demonstra – o capitalismo sabe conviver com regimes autoritários – e lança mão de regimes de exceção quando lhe convém. Mises (2010) e Friedman (1984) afirmam que a economia livre é o capitalismo, uma espécie de cooperação voluntária. Por cooperação devemos compreender a participação ou não em transações ou trocas comerciais. Afirmar que o indivíduo é livre em relação ao mercado é outra forma de mistificar a realidade em que os indivíduos têm a liberdade restringida pela classe à qual pertencem. E a grande diferença é que, enquanto uma vive da renda e da exploração, a outra é obrigada a vender a sua força de trabalho. Vejamos, por exemplo, a seguinte afirmação: “[...] se o poder econômico for mantido separado do poder político e, portanto, em outras mãos, ele poderá servir como controle e defesa contra o poder político” (Friedman, 1984, p. 24). Novamente, a realidade demonstra exatamente o contrário: o poder econômico mantém e determina o poder político. Baste ver como “o mercado” pauta a política econômica e reage às medidas políticas e econômicas de um governo. Como observaram Marx e Engels: “Por liberdade, nas atuais relações

---

<sup>183</sup> Em sua crítica ao Programa de Gotha, Marx havia observado a dificuldade envolvendo o direito e o binômio igualdade-desigualdade. Havia percebido que o Programa mantinha a orientação jurídica burguesa de uma suposta igualdade do direito para os trabalhadores e para os burgueses. Segundo o autor, na perspectiva de uma sociedade comunista, “[...] A fim de evitar todas essas distorções, o direito teria que ser não igual, mas antes desigual” (Marx, 2012b, p. 31).

burguesas de produção, compreende-se a liberdade de comércio, a liberdade de comprar e vender” (Marx; Engels, 2010b, p. 53).

D. Condenação ao Socialismo. Mises, Hayek e Friedman utilizam as palavras “intervencionismo”, “planificação”, “comunitarismo” como sinônimas de Socialismo. Para Mises, o “[...] intervencionismo significa que o governo não restringe sua atividade somente à preservação da ordem [...]” (Mises, 2009, p. 47), como julga que deveria ser. Considera que “[...] *sempre que se interfere no mercado, o governo é progressivamente impelido ao socialismo*” (Idem, p. 56). E, segundo creem os referidos autores, Socialismo é exatamente o oposto de individualismo, a premissa do livre mercado. A característica essencial do individualismo é “[...] o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opinião na esfera individual [...]” (Friedman, 2010, p. 40). As ideias socialistas “[...] só poderiam ser postas em prática por um forte governo ditatorial [...]” (Idem, p. 47), portanto, em discrepância à suposta liberdade liberal. Na questão salarial, por exemplo, “[...] O que entendemos por preço justo e por salário razoável são os preços ou salários usuais, o retorno que a experiência passada nos leva a esperar [...]” (Idem, p. 120). Mesmo que haja uma boa intenção na interferência, “[...] quanto mais nos esforçamos para proporcionar completa segurança interferindo no sistema de mercado, tanto maior se torna a insegurança [...]” (Idem, p. 134).

E. Contrariamente ao que o autor afirma, a grande segurança que existe é justamente do respeito às regras do jogo capitalista – aquilo que se chama de previsibilidade. Mises só aproximaria Fascismo de Socialismo depois da II Guerra, até então, discorria sobre a afinidade entre liberalismos e Fascismo (Augusto, 2016). Teremos oportunidade de mencionar a afinidade de teóricos neoliberais aos regimes de exceção.

F. Defesa da propriedade privada. A propriedade privada é a Jadeíte do neoliberalismo. A afirmação central é que “[...] o único sistema de cooperação humana que, de fato, funciona numa sociedade baseada na

divisão do trabalho, é a propriedade privada dos meios de produção [...]” (Mises, 2010, p. 50). Como a prosperidade só advém com a propriedade privada, ela “[...] não constitui privilégio de seu proprietário, mas uma instituição social para o bem de todos, muito embora possa, ao mesmo tempo, ser especialmente agradável e vantajosa para alguns” (Idem, 59). Não é segredo que o capitalismo se assenta na apropriação privada dos meios e dos modos de produção.

G. Papel do Governo. Uma questão importantíssima dentro do pensamento neoliberal é a definição do papel do governo. Mises afirma que “[...] Compete a ele [o governo] fazer todas as coisas para as quais ele é necessário e para as quais foi instituído [...]” (Mises, 2009, p. 45), o que significa a proteção e a defesa do país. Estas seriam as funções do governo: proteção e defesa de inimigos internos e externos. Agora, quando se trata de pensar a relação do governo na economia, Mises afirma que o papel “[...] é proteger o funcionamento harmônico desta economia contra a fraude ou a violência originadas dentro ou fora do país [...]” (Idem). Nesta perspectiva está a compreensão do Estado: “[...] é a consequência necessária da defesa que faz da propriedade privada dos meios de produção [...]” (Mises, 2010, p. 65). Então, o Estado não garante apenas proteção e defesa de inimigos internos e externos, mas salvaguarda a propriedade privada.

Quanto à Democracia, afirma o autor: “[...] é a forma de constituição política que torna possível a adaptação do governo aos desejos dos governados, sem lutas violentas [...]”, isto é, “[...] Por meio de eleições e acordos parlamentares, processa-se a mudança de governo [...]” (Idem, 69). Opinião semelhante é compartilhada por Hayek e Friedman. Nas palavras de Friedman: “[...] preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos [...]” (Friedman, 1984, 27) são as atribuições do governo. A democracia requer “[...] que as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que existe verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso: este é o seu preço [...]” (Idem, p. 85). Por controle consciente devemos considerar aquilo que

mencionamos acerca do papel do Estado; o acaso deve ser o mercado se autorregulando. “[...] Quem controla a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins [...] O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais [...]” (Idem, p. 104). Estas afirmações bem poderiam ser advindas do *Manifesto*. Talvez, uma confissão de que os interesses econômicos podem suplantar os interesses políticos. De acordo com Friedman: “[...] Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas [...]” (Idem, p. 30) e, por isso, o papel do governo<sup>184</sup> deve ser restrito, permitindo ao mercado cumprir sua vocação de ordenamento da sociedade.

Esforçamo-nos para apresentar uma síntese das ideias dos três teóricos neoliberais mais lidos no Brasil, em suas próprias palavras. Julgamos ser suficiente em vista de nossos objetivos. Além disso, pela própria matéria e pela relação de amizade que havia entre eles – sendo Mises uma espécie de mentor e Hayek e Friedman seus discípulos, ainda que com contribuições próprias –, acabam gravitando em todos dos mesmos temas. Os três, cada um a seu modo, foram profundos críticos do Socialismo e defensores entusiasmados do Capitalismo. Não por acaso, estabeleceram novos parâmetros para o capitalismo contemporâneo. Esforçamo-nos para nos mantermos na orientação teórico-metodológica que adotamos. Como acabamos de ler nos autores neoliberais, o papel do governo é proteger os cidadãos dos inimigos internos e externos, inimigos daquilo que compreendem como sociedade de livre mercado. O próprio mercado – que exige que o governo proteja a propriedade privada dos meios de produção – relaciona seus inimigos. De posse do que acabamos

---

<sup>184</sup> “Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, que se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal não é uma anarquista. Entretanto, fica também óbvio que tal governo teria funções claramente limitadas e não se envolveria numa série de atividades [...]” (Friedman, 1984, p. 39).

de apresentar, na sequência consideraremos criticamente certos aspectos da doutrina neoliberal.

Uma das estratégias mais importantes para que o neoliberalismo se mantenha é fazer com que seja “[...] apresentado como saída única, como ‘a solução técnica’, quando não se trata de nada mais do que a expressão de uma coalizão de interesses das classes dominantes [...]” (Borón, 1995, p. 174). E foi exatamente o que ocorreu nas décadas finais do século passado. Não por acaso que, em geral, nos telejornais e na imprensa comercial, em momentos-chave, os convidados avaliam a economia do país com lentes neoliberais. O objetivo é formar o consenso social (Chomsky, 2013) e conseguir apoio popular, ou melhor, restringir a oposição à implementação de políticas econômicas. Os convidados são apresentados como especialistas, isentos e técnicos, escondendo o caráter de classe que carregam ou que representam. Na mesma direção, é importante que certos teóricos (ideólogos) neoliberais sejam socialmente reconhecidos por determinadas instituições através de premiações. Em 1974 Friedrich Hayek recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. Dois anos depois, foi a vez de Milton Friedman.<sup>185</sup> Determinados aspectos do neoliberalismo, sem novidade, reforçam a ideia de naturalização do capitalismo<sup>186</sup>, tanto no sentido de ser ele um sistema natural – segundo supostas leis da natureza – e uma afirmação indireta de sua perenidade; nas palavras de Karl Marx observando e descrevendo a lógica capitalista: “[...] essas relações são leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. [...]” (Marx, 2017a, p. 110).

Possivelmente, a principal interrogação ante a teoria neoliberal é que ela faz uma distinção entre Capitalismo e Estado. De fato, não há – do que lemos destes teóricos – uma compreensão acerca do Estado que possibilite a qualquer pessoa distinguir, adequadamente, Capitalismo e Estado. Para Friedman, o Estado – aquilo que eles comumente chamam de governo – tem por objetivo “[...] fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as

---

<sup>185</sup> Alguns consideram um verdadeiro acinte que Ludwig von Mises não tenha recebido o Prêmio Nobel: “Como era de se esperar, dois gigantes do pensamento econômico, Ludwig von Mises (1881-1973) e Murray Rothbard (1926-1995), não ganharam o prêmio de economia em memória de Alfred Nobel. Mises, que foi o maior economista de todos os tempos, faleceu exatamente quando este prêmio estava sendo concedido pela quinta vez [...]” (Hülsman, 2013).

<sup>186</sup> [...] Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nessas relações que se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas segundo as leis da natureza. [...] (Marx, 2017a, p. 110).

regras do jogo [...]” (Friedman, 1984, p. 33). Como destacou Perry Anderson, o que o neoliberalismo propõe é “[...] manter um Estado forte em sua capacidade de quebrar o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, porém, limitado no que se refere aos gastos sociais e às intervenções econômicas [...]” (Anderson, 2003, p. 11)<sup>187</sup>. Por isso, com razão se questiona o modelo do Estado neoliberal, sua função e sua atuação. No entanto, é precisamente aqui que a teoria marxista encontra seu vigor e sua relevância: o Capitalismo existe para o Estado capitalista, assim como o Estado capitalista existe para o Capitalismo. Não há Capitalismo sem Estado capitalista assim como não há Estado capitalista sem Capitalismo.

O neoliberalismo tem sido capaz, inclusive, de dar um sentido neoliberal às pautas identitárias – às necessidades das minorias. Assume certo discurso identitário e minoritário desde que não se oponha radicalmente ao capitalismo e à propriedade privada. Tanto Ludwig von Mises (2009; 2010) quanto Milton Friedman (1984) afirmavam que a liberdade econômica significava a liberdade pessoal e que as minorias deveriam adotar o liberalismo, rechaçando quaisquer intervenções do Estado ou da religião. Mises observou que “[...] se a maioria dos cidadãos se concede, em princípio, o direito de impor seu modo de vida à minoria, será impossível ficar só nas proibições contra o uso de álcool, de morfina, de cocaína ou venenos semelhantes [...]” (Mises, 2010, p. 78). Ele trouxe um exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos com cristãos metodistas e fundamentalistas religiosos por volta de 1920, com a Lei Seca: [...] imediatamente após a aprovação da lei que proibia a fabricação e a venda de bebidas alcoólicas, assumiram a luta pela supressão da Teoria da Evolução e conseguiram desalojar o darwinismo das escolas em vários estados [...] (Mises, 2010, p. 79). Ou seja, segmentos da sociedade norte-americana tomaram como conquista, por via legislativa, a Lei Seca, em uma combinação de argumentos religiosos e econômicos – Mises não comenta este aspecto – e avançaram sobre outros espaços e outros aspectos da sociedade, legislando sobre a vida privada e sobre a escola.

Sob o prisma neoliberal, Mises apresenta uma questão: “[...] Dar à maioria o direito de ditar à minoria o que pensar, ler e fazer é dar um basta ao progresso, de uma vez por todas [...]” (Mises, 2010, p. 79). Por essas considerações – em que se aproxima de Mises –, é que Friedman faria um apelo contundente: “[...] os grupos de

---

<sup>187</sup> “[...] mantener un Estado fuerte en su capacidad de quebrar el poder de los sindicatos y en el control del dinero, pero limitado en lo referido a los gastos sociales y a las intervenciones económicas [...]”

nossa sociedade que têm mais razões para preservar e fortalecer o capitalismo competitivo são os minoritários [...] os negros, os judeus, os estrangeiros [...]” (Friedman, 1984, p. 28). Para este autor, o livre mercado representaria as possibilidades de defesa e de ascensão das minorias. Segundo ele, ao consumir um pão, ninguém pergunta por quem cultivou o trigo, seja comunista ou republicano, negro ou branco, exemplifica; e que isto “[...] ilustra como um mercado impessoal separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens contra discriminação [...]” (Idem). É como se houvesse o gérmen da ideia de uma inclusão por meio do mercado, ou, em sentido contemporâneo, inclusão através do consumo, da satisfação das necessidades básicas e imediatas. Karl Marx foi preciso ao descrever a forma mercadoria como “[...] uma relação determinada entre os próprios homens que aqui assume [em seu caráter fetichista], para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...]” (Marx, 2017b, p. 147).<sup>188</sup>

Hayek faz uma diferenciação bastante curiosa: conservantismo *versus* liberalismo<sup>189</sup>. De início, ficamos sabendo, indiretamente, que existe um “falso liberalismo” que deve ser semelhante ao que ele chamada de “conservantismo”. Entre as características mencionadas, o conservantismo é de propensões tradicionalistas, anti-intelectuais e místicas. Em linhas gerais, diversos grupos se identificariam com estes aspectos – especialmente se considerássemos a expressão “conservador nos costumes”. No entanto – como sublinhamos em Hayek –, conservantismo não é nada mais que outra forma de dizer “conservadorismo” e o conservadorismo é a defesa dos privilégios existentes. Ainda que os teóricos neoliberais sejam incapazes de assumir, a pedra angular do capitalismo é a conservação da propriedade privada dos meios e

---

<sup>188</sup> Seria possível uma aproximação com outro conceito marxista: a reificação. “Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário – essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e de ponta-cabeça, em que *monsieur* Le Capital e *madame* La Terre vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas [...]” (Marx, 2017c, p. 892).

<sup>189</sup> [...] o verdadeiro liberalismo distingue-se do conservantismo e é perigoso confundi-los [...] com suas propensões tradicionalistas, anti-intelectuais e frequentemente místicas, ele [o conservantismo] nunca, a não ser em curtos períodos de desilusão, desperta simpatia nos jovens e em todos os demais que julgam desejáveis algumas mudanças para que este mundo se torne melhor. Por sua própria natureza, um movimento conservador tende a defender os privilégios já instituídos e a apoiar-se no poder governamental para protegê-los. A essência da posição liberal, pelo contrário, está na negação de todo privilégio, se este é entendido em seu sentido próprio e original, de direitos que o estado concede e garante a alguns, e que não são acessíveis em iguais condições a outros [...]. (Hayek, 2010, p. 17, grifo).

dos modos de produção e, no alicerce capitalista, há uma classe privilegiada que detém, legalmente, o direito de expropriar a força de trabalho e o mais valor. Como veremos, os movimentos contemporâneos conservadores e fundamentalistas, apropriando-se do discurso neoliberal, fazem é justamente conservar e defender os privilégios existentes<sup>190</sup>. Por estar assentada em um direito de classes, as sociedades modernas reproduzem privilégios de capitalistas, de homens, de brancos.

É nessa perspectiva – neoliberal – que devemos compreender a posição adotada por empresas, institutos e organizações em promover certas pautas identitárias. A cultura tem sido um espaço privilegiado para promoção de uma agenda identitária neoliberal, ou seja, atendendo demandas de minorias a fim de consolidar o capitalismo. São os casos do cinema, dos comerciais e das propagandas. Querem atender consumidores e mercados emergentes ao mesmo tempo que expressam uma demanda social legítima – compreende-se “legítima” na perspectiva neoliberal desde que não proponham a substituição do atual sistema ou a construção de um mundo novo<sup>191</sup>. O centro do modo de produção da existência deve permanecer intocável no capitalismo. Ellen Wood foi assertiva:

O velho conceito liberal de igualdade política, legal e formal, ou uma noção do que se convencionou chamar de “igualdade de oportunidades”, é capaz de acomodar as desigualdades de classe – e por isso não representa desafio fundamental ao capitalismo e seu sistema de relações de classe. [...] (Wood, 2011. p. 221).

As pautas identitárias, ao mesmo tempo em que fragmentam as classes trabalhadoras e atuam no imediatismo – e não negamos que algumas demandas sejam urgentes<sup>192</sup> –, fazem perder de vista a totalidade social, neste caso, as determinações econômicas que impõem a necessidade de uma transformação radical

---

<sup>190</sup> “[...] O conservadorismo é contrário à própria natureza da ação humana. Mas sempre foi programa acalentado pela maioria, pelos inertes, que obstinadamente resistem a todas as tentativas de melhorar suas próprias condições, melhora essa que a minoria dos ativos iniciou. Ao empregar o termo reacionário, quase sempre se faz referência apenas aos aristocratas e sacerdotes que chamavam seus partidos de conservadores [...] Os poderes vigentes não gostam de novas ideias, de novas maneiras de pensar e de novos estilos de arte [...]” (Mises, 2018, p. 132-133). Ludwig von Mises omite que a classe outrora revolucionária, a burguesia, tornou-se a classe a preservar suas conquistas. A respeito do conservadorismo, conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita” e a seção “3.3.4 A prática bolsonarista...”.

<sup>191</sup> Não podemos confundir uma práxis revolucionária com um discurso revolucionário. A retórica revolucionária é admitida dentro do capitalismo, até mesmo para expressar certas demandas revolucionárias de seguimentos da sociedade.

<sup>192</sup> Os casos, por exemplo, do trabalho análogo à escravidão, do racismo estrutural e das situações diárias de racismo, do feminicídio e assassinato de pessoas LGBTQIA+, da igualdade salarial entre homens e mulheres, dos direitos de portadores de necessidades especiais etc.

da sociabilidade humana, a superação do capitalismo, única condição na qual os direitos individuais realmente existirão. A maior evidência disso é existência de duas classes antagônicas e distintas e o poder que uma minoria capitalista detém sobre a maioria de trabalhadores e trabalhadoras. Obviamente, em vista de que lutas de classes são lutas políticas (Marx; Engels, 2010b), é preciso ocupar todos os espaços possíveis e impossíveis, permitidos ou não pelo capitalismo, e realizar a formação das consciências em vistas do processo revolucionário.

É uníssono entre os teóricos neoliberais a ojeriza e a condenação ao socialismo. Na teoria neoliberal, socialismo é quase sinônimo de totalitarismo. Para Hayek, “[...] as consequências imprevistas mais inevitáveis da planificação socialista criam um estado de coisas em que, persistindo a mesma orientação, as forças totalitárias acabarão dominando [...]” (Hayek, 2010, p. 21). Mais adiante, seria ainda mais contundente: “[...] a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências [...]” (Idem, p. 31). De acordo com o autor: “A característica comum a todos os sistemas coletivistas pode ser definida [...] como a organização intencional das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido [...]” (Idem, p. 75). Há mais um aspecto presente no discurso dos teóricos neoliberais: a aproximação entre comunismo e fascismo: “[...] Tornou-se quase um lugar-comum afirmar que fascismo e comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir [...]” (Hayek, 2010, p. 14). Apesar de aproximarem Fascismo e Nazismo de Socialismo, os autores não trazem nenhuma análise mais profunda. É um discurso parcialmente político<sup>193</sup> que omite características teóricas e histórias do Fascismo, do Nazismo e do Socialismo, entre as quais, a principal delas: a defesa da economia capitalista, da propriedade privada, do trabalho assalariado e da mercadoria. Por isso, a aproximação que os teóricos neoliberais fazem dos três sistemas é um discurso completamente ideológico.

Como bem afirmou Georg Lukács, “[...] toda ciência capitalista está, hoje, ideologicamente estruturada para afastar de modo convincente do campo do pensamento a alternativa socialista [...]” (Lukács, 2020, p. 681). De fato, quando os

---

<sup>193</sup> Para efeitos deste trabalho, recolhemos apenas o que consideramos essencial. Para maiores considerações: Mises, 2009, p. 27-59; 2010, 73-75, 93-103; Hayek, 2010, p. 47-53, 75-87; e o texto *Os erros fatais do socialismo*.

ideólogos neoliberais – bem como outros a serviço do capitalismo – declaram que não há alternativa ao capitalismo, que é o melhor e mais desenvolvido sistema humano de produção e reprodução social, que, com sua reforma chegaremos ao ápice da humanidade, estamos diante de vozes que são educadas e cooptadas para fazer exatamente o que fazem: convencer as massas trabalhadoras. Não seria suficiente, a todo tempo, instrumentos repressivos sem os aparelhos de convencimento social (Gramsci, 2014; Althusser, 2013). O pensamento dominante é o pensamento da classe dominante porque esta constitui, ao longo dos anos, instituições que preservam e reverberam seus interesses de classe dominante.

A ideia que os neoliberais têm de liberdade é muito peculiar. A liberdade é uma das principais bandeiras do neoliberalismo. Em todos os casos (Mises, 2010; Hayek, 2010; Friedman, 1984) a liberdade está associada ao mercado ou dele deriva. Nas condições objetivas – da própria existência em uma sociedade capitalista – a liberdade dos indivíduos está condicionada em suas restrições materiais de existência e de ação. É uma liberdade em termos capitalistas, associada, como tudo sob o capital, à forma mercadoria. Mais adequadamente, István Mészáros lembra que “[...] a esfera de distribuição estava *estruturalmente predeterminada* pela consignação inalterável da classe do trabalho a uma posição necessariamente subordinada na sociedade [...]” (Mészáros, 2021, p. 169). Apesar de uma retórica centrada na liberdade individual, como consequência e necessidade do livre mercado (Friedman, 1984), a sociedade capitalista é o esmagamento do indivíduo e das individualidades ao submetê-los à lógica do capital, incluindo, sua subjetividade.

O maior exemplo de implementação da doutrina neoliberal – o Chile – é a grande comprovação de que, para ser levada adiante, a política econômica neoliberal só pode se estabelecer em uma Ditadura. O que revela que, em termos concretos, não há nenhum compromisso real do neoliberalismo – assim como o capitalismo – com princípios de Democracia e liberdade; ou seja, em determinadas circunstâncias, o neoliberalismo apoiará regimes autoritários sempre que lhe for conveniente<sup>194</sup>. Neste sentido, a distinção dos indivíduos, dentro do capitalismo, está no pertencimento de classes e na propriedade de capital. Como ressalta André

---

<sup>194</sup> Em um grau muito menor que o Chile, podemos mencionar o Brasil do século XXI, especialmente, a partir de 2015 com a adoção do ajuste fiscal e das políticas de contrarreformas implementadas após o *impeachment* de Dilma Rousseff. O *Ponte para o Futuro* só poderia ser implementado em um contexto de crise do capitalismo e suas reverberações na sociedade brasileira.

Guimarães Augusto: “[...] a existência de uma ditadura ou democracia é subordinada, no neoliberalismo de Von Mises [e podemos incluir seus discípulos], à manutenção da propriedade privada dos meios de produção [...]” (Augusto, 2016, p. 138). Qualquer ideia real de liberdade não pode ocorrer sob a égide do capitalismo, já que este sistema pressupõe a desigualdade essencial entre as pessoas – não a desigualdade natural, de corpos, de jeitos, de habilidades, de talentos<sup>195</sup> etc. – a partir da classe à qual pertencem; proclama apenas uma liberdade formal. O fato de uma ou outra pessoa conseguir ascender às classes médias apenas comprova a existência de classes<sup>196</sup> – uma das quais se impõe como classe dominante.

Finalmente, precisamos considerar os questionamentos que as políticas de orientação neoliberal têm recebido mundo a fora<sup>197</sup>. Após mais de quatro décadas da imposição dessa agenda político-econômica, é possível avaliar seus resultados. Mais ainda, se considerarmos países e sociedades que serviram de laboratório – como o Chile, durante da Ditadura Pinochet. No início do século XXI, Perry Anderson fez um “balanço provisório” do neoliberalismo. À época, o autor escreveu que:

[...] Economicamente, o neoliberalismo fracassou. Não conseguiu nenhuma revitalização básica de capitalismo avançado. Socialmente, pelo contrário, tem alcançado muitos de seus objetivos, criando sociedade marcadamente mais desiguais, ainda que não tão desestatizadas como se havia proposto. Política e ideologicamente, porém, tem alcançado um grau de êxito quicá jamais sonhado por seus fundadores, disseminando a simples ideia de que não há alternativa a seus princípios, e que todos, partidários ou opositores, têm que adaptar-se a suas normas [...] (Anderson, 2003, p. 18)<sup>198</sup>.

<sup>195</sup> Ainda assim, certas “desigualdades naturais” podem ser facilmente corrigidas, como um desvio de visão ou com uso de uma prótese. Mesmo habilidades e talentos podem ser desenvolvidos através de conhecimento e prática.

<sup>196</sup> Em conversa a respeito do preço do gás, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, escutou o seguinte do seu Ministro da Economia, Paulo Guedes: “Não dá para agradar pobre toda hora. Se você agrada pobre, desagrade o rico e quem manda no país é o rico” (César, 2023). Dificilmente uma definição mais exata poderia ser dada acerca dos interesses de classes que movem as políticas econômicas no Brasil. E o mais importante: a declaração vem de alguém que pertence às classes burguesas.

<sup>197</sup> Ao ser questionado se o Estado manteria seu papel de adotar medida de estímulo econômico após a Pandemia, Ian Bremmer respondeu: “O papel do Estado vai crescer. A Covid-19 afetou os pobres e os trabalhadores com mais força do que os ricos; mais pessoas perderam seus empregos por causa da tecnologia; a rede de seguridade social precisa de mais investimentos. Essas questões já eram grandes e vinham crescendo – o motivo pelo qual vimos aumentar o populismo político no mundo nos últimos anos –, e a Covid apenas acelerou esse movimento, então os Estados terão de dar uma resposta” (Santos, 2021).

<sup>198</sup> “[...] Económicamente, el neoliberalismo fracasó. No consiguió ninguna revitalización básica de capitalismo avanzado. Socialmente, por el contrario, ha logrado muchos de sus objetivos, creando sociedades marcadamente más desiguales, aunque no tan desestatizadas como se lo había propuesto. Política e ideológicamente, sin embargo, ha logrado un grado de éxito quizás jamás soñado por sus fundadores, diseminando la simple idea de que no hay alternativas para sus principios, y que todos, partidarios u opositores, tienen que adaptarse a sus normas [...]”.

A constatação de Anderson é exata. E temos melhor condição de avaliar porque, desde então, experimentamos a permanência da crise estrutural do capitalismo e suas consequências e, ainda, a Pandemia da Sars-Cov-2. Dividindo didaticamente em economia, sociedade, política e ideologia, Anderson nos permite refletir melhor acerca do poder hegemônico ideológico alcançado pelo neoliberalismo. Economicamente, o neoliberalismo tem deixado como herança aquilo que propôs: maior concentração de renda e riqueza e maior desigualdade social. No entanto, contraditoriamente, das condições objetivas advém, dialeticamente, a defesa do receituário neoliberal<sup>199</sup>. Assim, de acordo com Saad Filho, deveríamos distinguir crise *no* neoliberalismo e crise *do* neoliberalismo: “[...] porque, apesar da reprodução do sistema de acumulação ter sido abalada, ela não é ameaçada por nenhuma alternativa sistêmica” (Saad Filho, 2011, p. 13). Ao contrário, mantém-se como exigência prescritiva a despeito das diferenças entre os Estados nacionais.

Que fazer com as cidades de desempregados e miseráveis? Há uma questão concreta: desempregados e miseráveis existem! E não se pode acusá-los de “corpo mole”, negligência, preguiça etc. porque esta realidade advém de uma verdade insofismável dentro do capitalismo: não há emprego para todos e todas! Neste particular, os neoliberais propõem um tipo de auxílio do Estado: “Tampouco se justifica que o estado deixe de auxiliar os indivíduos a eventualidades comuns contra as quais, dada a sua natureza imprevisível, poucos se podem precaver [...]” (Hayek, 2010, p. 128). As políticas econômicas que promovem desemprego em massa são parte do projeto neoliberal e, portanto, o desemprego é altamente previsível. Em outras palavras: o desemprego estrutural é uma consequência à própria lógica do capitalismo (Mészáros, 2011b) e uma estratégia de manipulação da força de trabalho (Marx, 2017b), a fim de reduzir salários e aumentar as taxas de lucro<sup>200</sup>. Pertence a Milton Friedman a ideia de um “imposto de renda negativo”<sup>201</sup>, “[...] seria possível estabelecer

---

<sup>199</sup> “[...] Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região. Independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que esteja concretamente enfrentando [...]” (Batista, 1994, p. 26).

<sup>200</sup> Conferir a seção “2.4.1 O Estado contemporâneo está a serviço das classes dominantes”.

<sup>201</sup> “[...] De acordo com nossa proposta, se a renda for menos de 100 dólares, isto é, 100 dólares abaixo da isenção mais a dedução, terá que pagar um imposto negativo, isto é, receber subsídio. Se a taxa de subsídio for, digamos, 50%, receberá 50 dólares. Se não tiver nenhuma renda e, para efeitos de simplicidade, nenhuma dedução, e a taxa for constante, receberá 300 dólares. Poderá receber mais do que isso, se tiver deduções, por exemplo, por despesas médicas, de modo que sua renda menos as

um nível abaixo do qual nenhuma renda poderia se situar [...]” (Friedman, 1984, p. 174), que seria compreendido e atualizado em termos de “renda mínima”. Entretanto, não chega à raiz do problema: a existência de baixíssimos salários e o crescente fluxo de miseráveis a compor o exército de mão de obra reserva.

Ao final, podemos afirmar com certa tranquilidade que a teoria neoliberal apresenta um completo descolamento da realidade. A possibilidade de aproximá-la do discurso religioso não é acidental (Sung, 2014; Tonet, 2016): o neoliberalismo exige a crença em uma entidade que, supostamente, governaria sobre o conjunto da sociedade: o mercado. É possível constatar o endeusamento do indivíduo, elevando-o à ingênua condição de único responsável e capaz de decidir sua vida e seu destino. Dizemos ingênua porque, sob o capitalismo, e no conjunto da sociedade, o indivíduo depende de determinadas condições objetivas mesmo para sua sobrevivência. O fator decisivo – o econômico – é completamente encoberto pelos neoliberais, ocultado propositadamente<sup>202</sup>, em uma falsa distinção entre os interesses reais dos capitalistas e os interesses do Estado capitalista e os interesses dos capitalistas e os interesses dos trabalhadores. A grande constatação que qualquer pessoa pode fazer ao olhar a realidade é que existem ricos e pobres, é que uns acumulam renda e riqueza às custas dos demais. É preciso colocar em evidência o fracasso total do capitalismo para o conjunto da sociedade, das relações dos indivíduos entre si e dos indivíduos com a natureza; do caminho inevitável da morte para dezenas de milhares de pessoas que estão impedidas de comer; das centenas de milhares de crianças cuja oportunidade inexistente até em sonhos; das populações carcerárias mundo a fora; das famílias em situação de rua; das cidades de desempregados e miseráveis; do adoecimento físico e mental; da diminuição de sujeitos em consequência de sua renda, de sua cor, de seu gênero; do controle financeiro e orçamentário. Para o neoliberalismo, não é o mercado que está para o indivíduo, mas o indivíduo *para* e *a partir* do mercado; uma

---

deduções já seja negativa mesmo antes da subtração da isenção [...]” (Friedman, 1984, p. 174). À questão do valor deste imposto de renda negativo, responde: “[...] O nível preciso dependeria de quanto a comunidade estivesse disposta a permitir” (Idem). Veja que neste caso concreto não é o indivíduo que decide e, sim, a comunidade.

<sup>202</sup> Não se pode acusá-los de ignorância. “A teoria e a tática socialistas, mesmo quando não dominadas pelo dogma marxista, têm-se baseado sempre na ideia de uma divisão da sociedade em duas classes com interesses comuns, porém conflitantes: os capitalistas e os operários [...]” (Hayek, 2010, p. 123). Por isso, utilizamos a palavra ocultamento: propositadamente, eles retiram da equação o elemento distintivo do sistema capitalista.

pessoa só existe enquanto consumidora, por isso exalta-se a competitividade, o individualismo, a meritocracia, sempre em vista do livre mercado.

### 2.2.2 Educação e neoliberalismo: a educação como mercadoria

Como o neoliberalismo é uma proposta econômica de organização da sociedade – por ser essencialmente capitalismo –, não poderia deixar de propor ideias reformistas – no sentido neoliberal – para a educação. Aquilo que Elaine Behring (2008) caracteriza como “contrarreforma”. Aparentemente, a educação estava fora do primeiro entendimento que o Consenso de Washington teve acerca da disciplina fiscal<sup>203</sup>. Baseado na compreensão de investimento em capital humano, Williamson escreveu que “A educação e a saúde, em contraste, são consideradas como objetos essencialmente adequados de despesas governamentais [...] Além disso, tendem a socorrer os desfavorecidos [...]” (Williamson, 2002)<sup>204</sup>. A Educação, assim como a Saúde, eram aceitáveis como despesas públicas, como investimento governamental, desde que atendessem a dois critérios: concentradas na educação primária e na saúde preventiva; e uma forma de beneficiar os “desfavorecidos” (“*disadvantaged*”). Em certo sentido, retomava uma perspectiva neoliberal de Friedman (1984). Porém, não demorou que estes serviços fossem incorporados à reforma do Estado neoliberal, isto é, “[...] tornar a educação um serviço comercial subordinado às leis do mercado internacional [...]” (Abádia da Silva, 2005, p. 258).

A partir dos anos de 1990, portanto, ao mesmo tempo em que se apresenta uma agenda neoliberal para o Estado, desenvolve-se um projeto neoliberal voltado à Educação. Aliás, é curioso que *economistas* e *administradores* se apresentam com

---

<sup>203</sup> Maria Abádia da Silva lembra que houve dois momentos distintos: “[...] as reformas de primeira geração, estimulariam uma maior circulação de capitais na região, nos anos 90. Então, quais são as reformas de primeira geração? A reforma do Estado, da previdência e reforma fiscal, a política de privatização de empresas estatais, a redução orçamentária de gastos públicos nacionais, o controle inflacionário, a política de facilitação de competitividade externa, a desregulamentação e regulamentação pela ótica privada, a estabilidade das instituições bancárias, a liberalização do fluxo de capitais, a obtenção de superávit primário, a política de incentivo do setor privado e de flexibilização dos contatos de trabalho [...] as reformas de segunda geração englobam um aprofundamento da reforma do Estado, dos serviços ofertados pelas instituições públicas: escolas e universidades, e instituições do sistema de saúde. Dentre as reformas de segunda geração destacamos: a implementação dos acordos assinados com a Organização Mundial de Comércio – OMC, a adoção de códigos e normas financeiras internacionais, o combate à corrupção, a intensificação da flexibilidade dos contratos de trabalho, a construção de uma rede de segurança social e a redução da pobreza [...]” (Abádia da Silva, 2005, p. 256-257).

<sup>204</sup> “Education and health, in contrast, are regarded as quintessentially proper objects of government expenditure [...] Moreover, they tend to help the disadvantaged [...]”.

soluções salvacionistas para educação, em muitos casos, desconsiderando por completo as experiências e reflexões dos próprios educadores e educandos<sup>205</sup>. Seguindo à própria lógica neoliberal, a culpa da condição real da educação se deve aos profissionais responsáveis pela educação, especialmente, professores e professoras, tidos como incompetentes e comunistas<sup>206</sup>; de alunos e alunas, considerados relapsos, desinteressados e dignos da formação para o trabalho; e da escola, pública e gratuita, desperdício de recursos públicos. Em nome de uma suposta racionalidade financeira, é preciso reduzir os gastos públicos. Então, vejamos dois exemplos que nos aparecem capazes de exprimir muito bem as ideias neoliberais para Educação. Entender os pensadores neoliberais é essencial para compreendermos os projetos que despontam para Educação.

No entanto, antes de considerarmos as ideias de Milton Friedman e de Murray Rothbard, precisamos lembrar que agências, instituições e organismos internacionais cumprem um importante papel na difusão do projeto neoliberal para Educação, com destaque para o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estas organizações respondem aos objetivos para os quais foram criadas: aos interesses do capitalismo contemporâneo, fazendo do neoliberalismo – senso comum do capitalismo – a “[...] culminação da história humana, a ‘última’ e mais elevada forma de organização econômica e social [...]” (Borón, 1995, p. 95). Ou, no contexto de financeirização da economia, como escreveu Maria Abádia da Silva: “Essas instituições financeiras internacionais desempenham funções centrais na promoção e estimulação das políticas de privatização tanto no campo econômico, quanto no campo social, com a anuência dos governos nacionais [...]” (Abádia da Silva, 2005, p. 258). Para ser mais claro: a Educação é desenhada de

---

<sup>205</sup> A rigor, deveríamos ampliar o leque de supostos especialistas que se dispõem – gentil, voluntaria e desinteressadamente – a pensar a Educação: homens de negócio, banqueiros, especialistas em didática e formação de professores e professoras que estudaram em cursos promovidos pelos organismos internacionais – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – que disseminam as ideias neoliberais ou em/por *think tanks* cuja perspectiva é a educação como mercadoria. Mais recentemente, surgiu o *coaching* preparado para apresentar solução à Educação.

<sup>206</sup> Os argumentos de que os professores são incompetentes, responsáveis pelo fracasso na educação porque são comunistas retornarão no projeto Escola Sem Partido. Conferir a seção “5.3.2 Projeto educação doméstica e Projeto Escola Sem Partido”.

acordo com o modelo do capitalismo contemporâneo. Aproveitando-se das crises nos países de capitalismo periféricos, o BM e o FMI vinculam os empréstimos à adoção dos países às políticas de ajuste fiscal.

A arquitetura da Educação é uma representação da arquitetura neoliberal, específica para Educação. Dizemos específica porque é, especificamente, desenhada e dirigida à Educação. Neste caso, na Educação neoliberal “[...] os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos ‘homens de negócio’ e pelos estrategistas políticos” (Leher, 2015, p. 29). Os mesmos “homens de negócio” e “estrategistas políticos” que desenham as políticas de ajuste fiscal, inspiram as políticas educacionais. Assim, a educação deve espelhar, a depender da particularidade de cada Estado, a agenda neoliberal como um todo e responder, minimamente, à luz da divisão internacional do trabalho, às demandas sociais locais. Por isso, uma política de combate à pobreza através da educação pode ser uma política de combate à miséria extrema; para uma sociedade de altíssimos índices de analfabetismo, é preciso políticas educacionais para ler, escrever e calcular a fim de instrumentalizar minimamente a força de trabalho. Por certo, estas políticas de redução da miséria e de alfabetização são extremamente necessárias, entretanto, o que está em questão é que elas não têm como objetivo a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, ou seja, a superação da desigualdade social e da concentração de renda, próprias do capitalismo, a emancipação humana e o pensamento crítico.

Mencionamos que algumas ideias neoliberais se tornaram populares, verdadeiro senso comum econômico, político e social. No entanto, não podemos confundir a popularidade de uma ideia com seu valor, com sua viabilidade ou com sua capacidade de solucionar problemas, especialmente, quando nos referimos à Educação. Por certo, há questões urgentes e emergentes em relação à Educação: consideramos emergentes os desafios contemporâneos à educação, demandas sociais do novo século; e urgentes aqueles desafios históricos à educação brasileira, como sua qualidade e as condições de apreensão do conhecimento humano sistematizado em uma sociedade desigual. Neste contexto de urgências e emergências históricas, surgem inúmeras propostas para Educação. Dermeval Saviani (2009) tem insistido na necessidade de um Sistema Nacional de Educação e de um Plano Nacional de Educação. Diante do atual momento de desenvolvimento do

capitalismo, Justino de Sousa Junior (2010) propõe retomar a crítica de Marx à educação. De outro lado, queremos dizer, em uma perspectiva neoliberal e conservadora, vejamos as seguintes propostas para Educação:

Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.  
 Legalização do homeschooling.  
 Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.  
 Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.  
 Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.  
 Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.  
 Diminuição da burocracia para o registro de patentes.  
 Redução de impostos das escolas privadas.  
 Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.  
 Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.  
 Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.  
 Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.  
 Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.  
 Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica. (MBL, 2015).

Estas propostas resultam do Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), realizado em novembro de 2015. Por seu caráter eminentemente neoliberal e conservador – em dois casos, possivelmente, até reacionários –, fizemos questão de citá-las na íntegra. Provavelmente, a primeira vez em que, no século XXI, no Brasil, estejam lado-a-lado projetos neoliberais e projetos conservadores (e reacionários) para Educação. A rigor, nós deveríamos considerar o neoliberalismo à brasileira<sup>207</sup>. A Educação deve acontecer dentro das mesmas premissas neoliberais para a economia. A economia está para a sociedade assim como o mercado para a

---

<sup>207</sup> “O essencial, para que ela exerça a sua função de impulsionadora do progresso intelectual, não é que todos sejam capazes de pensar ou escrever, mas que toda causa ou ideia possa ser contestada. Enquanto o direito de dissensão não for suprimido, haverá sempre quem ponha em dúvida as ideias que norteiam seus contemporâneos e submeta novas ideias à prova da discussão e da propaganda [...] Ao tentar controlar esse processo, estaremos apenas impondo-lhe fronteiras e, mais cedo ou mais tarde, provocaremos a estagnação do pensamento e o declínio da razão” (Hayek, 2010, p. 162). Hayek ataca aquilo que considera o “pensamento coletivista”. Como vimos, ele omite a ditadura do capital. A rigor, o que ele critica é justamente aquilo que os neoliberais brasileiros desejam realizar através do Projeto Escola Sem Partido: cercear o pensamento crítico. Por isso, nossa insistência em um “neoliberalismo à brasileira”.

sociabilidade. Assim como o neoliberalismo tem um projeto de sociedade, assim um projeto educacional. O projeto neoliberal para Educação está em sintonia com o projeto neoliberal para a sociedade (Figura 1). A educação neoliberal responde à sociedade neoliberal; a sociedade neoliberal impõe suas próprias exigências para educação, em uma relação dialética entre conservadorismo e neoliberalismo.

Figura 1: 1º Encontro UNECON.

**1º ENCONTRO DA UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES CONSERVADORES**

**PROGRAMAÇÃO:**

**10h00** - Apresentação Musical

**10h30** - Vamos Falar de História?  
 - Conceito e crescimento do fascismo, nazismo e comunismo.  
 - O envenenamento da juventude pelas ideologias totalitárias.  
 - Problemas na Educação brasileira.

**11h30** - Apresentação Literária  
 "Machado de Assis"

**1º Lugar ganhará o livro:**  
 "A LEI - Por que a Esquerda Não Funciona?" De FRÉDERIC BASTIAT

**12h00** - Lanche

**13h00** - **Douglas Garcia - Deputado Estadual PSL/SP**  
 - Apresentação geral do que será a União Nacional dos Estudantes Conservadores (UNECON)  
 - Como organizar os estudantes conservadores nas instituições de ensino.

**14h00** - Competição: "Vá Estudar História!"  
**1º Lugar ganhará o livro:**  
 "A Verdade Sufocada" de Carlos Alberto Brilhante Ustra

**15h00** - **Nikolas Ferreira - Coordenador Direita Minas**  
 - A supressão dos estudantes conservadores no ambiente acadêmico.

**16h00** - Quem Sabe Protesta Ao Vivo  
**1º Lugar ganhará o livro:**  
 "Como Ser Um Conservador" de Roger Scruton

**16 de Março**  
**RUA VERGUEIRO, 2387 - METRÔ ANA ROSA**

**ICON**  
 INSTITUTO CONSERVADOR

Fonte: Convite UNECON: Arquivo pessoal.

Tendo como pano de fundo o que mencionamos acerca das principais características do neoliberalismo e os três teóricos neoliberais (Mises, 2009; 2010; Hayek, 2010; Friedman, 1984), podemos pontuar os seguintes pressupostos de uma

educação neoliberal (Mises, 2010; Friedman, 1984; Rothbard, 2013)<sup>208</sup>: (i) a educação deve privilegiar a liberdade individual e jamais ameaçá-la, mesmo que “liberdade” tenha, dentro do neoliberalismo, o sentido vinculado ao mercado; (ii) a oferta da educação não pode ser exclusividade da escola pública, porque não é dever do Estado e porque apenas a iniciativa privada promove concorrência; (iii) a privatização da educação significa a privatização de tudo o que está relacionado ao fazer educacional: privatizar a oferta de educação; privatizar a gestão educacional; privatizar o currículo e o material escolar; privatizar ou terceirizar os trabalhadores da educação; (iv) somente a educação básica deve ser obrigatória – para alguns dos teóricos –, portanto, cabe apenas ao indivíduo dizer se quer ou não continuar seus estudos em nível superior; (v) não é papel da educação reduzir a desigualdade social; (vi) as políticas educacionais são implementadas pelo Estado ajustador. Claro que nem todos estes aspectos permanecem como idealizados originalmente – à época dos autores. É o caso da competitividade em função dos testes padronizados. Pelo caminho do ajuste fiscal chegou-se ao mesmo objetivo da competitividade entre escolas, discentes e docentes.

Entre os teóricos neoliberais mencionados, o mais radical é Murray Rothbard (2013)<sup>209</sup>. Rothbard lembra que “Toda criança vem ao mundo em determinado ambiente [...] É neste ambiente que ela exercita suas capacidades em desenvolvimento [...]” (Rothbard, 2013, p. 11). No entanto, o autor desconsidera que o ambiente pode se constituir em um fator determinante e limitador<sup>210</sup>, a depender se as relações sociais possibilitarem ou não uma educação condizente com o desenvolvimento humano e com a apreensão do conhecimento humano. O autor fala como se a todas as crianças fossem dadas as mesmas oportunidades de desenvolvimento emocional, físico, intelectual e social. Ele faz bem ao diferenciar instrução formal de educação. Entretanto, a própria instrução formal para ler, para

---

<sup>208</sup> Além das obras citadas, isto é, dos próprios teóricos neoliberais, remetemos às críticas de: Martins, 2019; Vargas; Marques, 2022.

<sup>209</sup> Devemos observar atentamente o desenvolvimento e as conclusões deste autor e compará-las com os autores fundamentalistas que serão mencionados na seção “5.2 Projeto educacionais que se fundamentam na religião...” e na seção “5.3 Projeto educação domiciliar e projeto Escola Sem Partido”.

<sup>210</sup> “Em um sentido fundamental, para dizer a verdade, todos são ‘autodidatas’. O ambiente de uma pessoa, físico e social, não pode ‘determinar’ as ideias e conhecimentos que ela terá quando adulto. É um fato fundamental da natureza humana que as ideias de uma pessoa são formadas por ela mesma; outros podem influenciá-la, mas ninguém pode absolutamente determinar as ideias e valores que o indivíduo vai adotar ou manter durante a vida” (Rothbard, 2013, p. 12). Trata-se, ao mesmo tempo, de uma visão simplista, ingênua e idealizada do desenvolvimento humano.

escrever e para calcular precisa ser socialmente disponibilizada. O autor considera “[...] que o melhor tipo de instrução formal é aquele tipo que é adequado para a própria individualidade [...]” (Rothbard, 2013, p. 16), daí resulta que a melhor instrução é a instrução individual: um professor para um aluno. Sua primeira conclusão é:

Obviamente, a pior injustiça é proibir que pais ensinem seus próprios filhos. A instrução familiar (dos pais) se encaixa no arranjo ideal. É, em primeiro lugar, a instrução individualizada, o professor lida diretamente com uma única criança, e dirigindo-se para suas capacidades e interesses. Em segundo lugar, que pessoas podem saber melhor as aptidões e personalidade da criança do que seus pais? Os pais, em convívio familiar diário e com amor aos seus filhos, são excepcionalmente qualificados para dar à criança a instrução formal necessária. Aqui, a criança recebe atenção especial para sua personalidade. Ninguém é mais qualificado do que os pais para saber o quanto ou em qual ritmo deve-se ensinar a criança, quais os requisitos da criança são para a liberdade ou para orientação etc. (Rothbard, 2013, p. 17).

Rothbard propõe uma questão-chave: “[...] quem deve ser o supervisor da criança, os pais ou o estado? [...]” (Idem, p. 19). Toda sua argumentação é construída em direção a um objetivo: os pais devem ser os responsáveis não apenas pela educação, mas também pela instrução das crianças. Segundo considera, o ambiente familiar é o espaço ideal para instrução individualizada e personalizada. No entanto, devemos questionar: a oposição pais *versus* Estado condiz com a realidade? Os filhos recebem toda educação e instrução apenas do Estado? É o Estado, hoje, único responsável pela educação e instrução das crianças? A realidade material impõe-se e, neste sentido, impõe a própria realidade. Na maioria dos lares, dificilmente se encontram pais e mães disponíveis e em condições de, minimamente, passar tempo de qualidade com as crianças e supervisioná-las nas tarefas de casa. Rothbard apresenta uma perspectiva simplista, ingênua e idealizada da família, da maternidade, da paternidade e do desenvolvimento humano. E teremos oportunidade de aprofundar esta questão<sup>211</sup>. Por agora, é importante destacar que este autor tem sido uma importante referência neoliberal à educação domiciliar.

A segunda conclusão de Rothbard é que a obrigatoriedade da educação, por parte do Estado, é uma política totalitária: “É um indiciamento grave e irrefutável da educação obrigatória estatal que esses totalitarismos modernos estavam ansiosos para instituí-la em seus regimes [...]” (Rothbard, 2013, p. 43). À semelhança de Mises, Hayek e Friedman, o autor realiza uma aproximação superficial entre Fascismo,

---

<sup>211</sup> Conferir toda a seção “5. Fundamentalismo religioso e educação”.

Nazismo e Comunismo, rejeitando completamente este último. De acordo com Neide Vargas e Rosa Marques, Rothbard “[...] sustenta também no campo da educação uma perspectiva antidemocrática e politicamente conservadora, contraposta à educação como um direito por esvaziar significativamente o seu valor social” (Vargas; Marques, 2022, p. 17). Nesta compreensão de que inexistente um valor social na educação – e, por isso, a desimportância do direito à educação –, e na compreensão antidemocrática e conservadora para educação, esse autor neoliberal poderia servir de referência, também, ao Projeto Escola Sem Partido (ESP). Mesmo que o ESP não chegue às últimas consequências de uma perspectiva antidemocrática – uma escola restrita a poucos –, seu caráter antidemocrático e conservador deve ser ressaltado, como veremos<sup>212</sup>. Já se delinea, a partir das reflexões até o presente, os fundamentos neoliberais tanto do ESP quanto da educação domiciliar.

Em relação à obrigatoriedade da educação, não há consenso entre os principais teóricos neoliberais. Para Mises: “[...] a adesão reiterada à política de educação compulsória é totalmente incompatível com os esforços para estabelecer-se a paz duradoura” (Mises, 2010, p. 132). É preciso lembrar que, para este autor, a paz só pode “[...] ser alcançada pela prática do programa liberal, de um modo geral, e a ele ater-se de modo constante e coerente [...]” (Idem, p. 130). Por isso, sua inflexão contrária à educação obrigatória, em que o autor considera que a educação escolar pode alienar a criança da língua e da nacionalidade dos pais, chegando mesmo a coerção política: “[...] o estado, o governo e as leis não devem, de modo algum, preocupar-se com a escola e a educação. A criação e a instrução dos jovens devem ser inteiramente deixadas a cargo dos pais e de instituições e associações privadas [...]” (Idem, p. 134). Rothbard segue na mesma toada, como interpretou Felipe Rangel Celeti no *Prefácio à edição brasileira*: “[...] a instrução pública obrigatória é uma política totalitária [...]” (Rothbard, 2013, p. 7). Já Friedman, reconhece que “[...] o ganho com a educação de uma criança não é desfrutado apenas pela criança ou por seus pais, mas também pelos outros membros da sociedade [...]” (Friedman, 1984, p. 84), em uma aproximação com aquilo que temos delineado como objetivo social da educação. Friedman esclarece que “[...] o mais óbvio seria exigir que cada criança recebesse pelo menos o mínimo de instrução de um tipo específico. Tal exigência poderia ser imposta aos pais sem nenhuma outra ação governamental [...]” (Friedman, 1984, p.

---

<sup>212</sup> Conferir a seção “5.3 Projeto educação domiciliar e projeto Escola Sem Partido”.

84). Parece-nos que o Estado, para o autor, pode exigir a educação das crianças, mas não criar as condições para que essa exigência seja cumprida salvo, em casos específicos, através dos *vouchers* educacionais. Existe concordância (Mises, 2010; Friedman, 1984; Rothbard, 2013) em relação ao Estado retirar-se de oferecer educação, de as famílias arcarem diretamente com os custos da educação, seja através de recursos próprios ou de subsídios governamentais. Uma importante síntese sobre a consolidação das políticas neoliberais para educação foi realizada por María Elena Martínez e Viviana Isabel Seoane:

- a) *institucionalização do paradigma avaliativo*: estabelecimento de indicadores de produtividade e de desempenho de alunos e de professores;
- b) *privatização da gestão política e administrativa da educação*: o neogerencialismo ou “neogestão” (JODAR e GÓMEZ, 2017, p. 390) e a aliança político-administrativa público-privada do Estado em conexão com organizações não governamentais, fundações e empresas;
- c) *cultura empreendedora*: valorização de professores e alunos como empresários de si mesmos e seus efeitos na formação e no trabalho docente;
- d) *(auto)governança e vigilância das emoções*: a gestão e o (auto)controle dos sujeitos da educação através das psicologias positivas e da educação emocional (Martínez; Seoane, 2020, p. 22)<sup>213</sup>.

A lógica aplicada à Educação é a lógica neoliberal. A lógica neoliberal nada mais é do que a lógica do capitalismo. Por isto, é preciso estabelecer na Educação e a partir dela uma nova mentalidade (*mindset*) de adolescentes e jovens promovido pelos interessados na gestão e nos resultados (*stakeholders*) educacionais. Estes novos parâmetros educacionais devem concentrar-se na competitividade, na meritocracia, na proatividade etc.<sup>214</sup>. O resultado é uma educação minimalista e aligeirada, como constatou Leher (2015). No pensamento de Friedman (1984), competitividade e liberdade de escolher são as chaves: o consumidor (da educação) estará protegido do vendedor (da educação) porque terão outros prestadores de serviços (educacionais) com quem podem negociar; o empregado (da educação) estará protegido da coerção do empregador (educacional) porque terá outros

---

<sup>213</sup> “a) *institucionalización del paradigma evaluativo*: establecimiento de indicadores de productividad y rendimiento del alumnado y del profesorado; b) *privatización de la gestión política y administrativa de la educación*: el neogerencialismo o ‘neomanagement’ (JODAR y GÓMEZ, 2017, p. 390) y la alianza público-privadas política y administrativa del Estado en vinculación con organizaciones no gubernamentales, fundaciones y empresas; c) *cultura emprendedora*: optimización de docentes y estudiantes en tanto empresarios de sí mismos y sus efectos en la formación y el trabajo docente; d) *(auto)gobierno y vigilancia de las emociones*: la gestión y (auto) control de los sujetos de la educación a través de las psicologías positivas y la educación emocional”.

<sup>214</sup> As dicas para desenvolver o *mindset* de crescimento em equipes educacionais são: conscientização; atuar de forma diferente de acordo com o *mindset* de cada pessoa da equipe; medir os resultados e não as horas trabalhadas; e, finalmente, investir em *design* voltado para inovação (Estevam, 2022).

empregadores (educacionais) para quem pode trabalhar. Os neoliberais partem do pressuposto de que a pura competitividade melhora a qualidade.

Além de propor um brutal corte nos recursos investidos na Educação pública, alimenta-se o mito dos recursos sem retorno. Primeiro, estabelece-se a perspectiva econômica de suspensão dos investimentos na educação pública a fim de destiná-los aos sistemas privados, depois, busca-se os argumentos para corroborar esta ideia. E um dos principais é que as verbas públicas não retornam, quando aplicadas à Educação. É uma concepção da Educação como *valor*, como um produto a ser disponibilizado no balcão de negócios e cujo retorno deve ser imediato. Reconhecemos que há necessidade de maior transparência quanto à utilização dos recursos<sup>215</sup>, no entanto, isso não pode servir de pretexto para o corte de investimentos. O outro é que o corte de recursos – sejam eles para manutenção ou para investimento – precariza os serviços, fazendo com que a própria população passe a crer que melhor seria privatizá-los. Até para certos segmentos das classes capitalistas, a Educação é uma área estratégica em pesquisa, em desenvolvimento e em inovação<sup>216</sup>.

Quando levamos em conta os investimentos na educação brasileira comparados a países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil investe menos de 1/3 destes países. Para ser mais preciso: [...] a média dos países da OCDE é de mais de US\$ 10 mil, nós estamos em US\$ 3 mil [...] (Capomaccio, 2023). Estes dados são importantes porque, ao contrário do que se propaga, o Brasil investe menos do que deveria em Educação<sup>217</sup>. Por isso,

---

<sup>215</sup> Entre as áreas com maior suspeita de corrupção no Governo Bolsonaro está o Ministério da Educação. Primeiro, com o que ficou conhecido como “gabinete paralelo na Educação”, em que dois pastores intermediavam reuniões (no Ministério da Educação) e a liberação de recursos, em troca de propina. Também, suspeita-se que havia facilidades de liberação de verbas para aliados políticos. Além disto, precisamos mencionar os ônibus e os kits de robótica superfaturados; possíveis desvios dos recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.

<sup>216</sup> Crítica das políticas de *accountability* educacional, Diana Ravitch concluiu: “A educação é a chave para o desenvolvimento de capital humano. A natureza do nosso sistema educacional – seja ele medíocre ou excelente – irá influenciar a sociedade até um futuro distante. E irá afetar não apenas a nossa economia, mas também a vida cívica e cultural. Uma sociedade democrática não pode se sustentar por muito tempo se seus cidadãos são desinformados e indiferentes a respeito de sua história, seu governo e o funcionamento de sua economia. Tampouco ela poderá prosperar se negligenciar a educação de suas crianças nos princípios da ciência, tecnologia, geografia, literatura e artes. O grande desafio de nossa geração é criar um renascimento da educação, um que ultrapasse em muito as habilidades básicas que foram recentemente o único foco da atividade federal [através de testes padronizados], um renascimento que busque ensinar o que melhor que foi ensinado, conhecido e realizado em cada campo de iniciativa humana” (Ravitch, 2011, p. 250).

<sup>217</sup> Em artigo intitulado “Educação não precisa de dinheiro, precisa de docência e decência”, publicado na *Istoé Dinheiro*, Edson Rossi inicia da seguinte forma: “Entre todas as maldades que este projeto fracassado de Nação produz, o dinheiro destinado à educação é a mais indecente de todas. Não pelo

seriam necessárias três importantes medidas: aumentar o valor destinado à Educação, chegando a 10% do PIB; garantir o destino e o objetivo dos recursos; incluindo melhores salários aos profissionais da Educação, melhor assistência aos discentes e a suas famílias, melhores estruturas dos espaços escolares e melhores materiais didáticos. Assim como não se faz boa Educação somente com dinheiro, não se faz boa Educação sem recursos financeiros. É importante considerar que investir em Educação é uma demanda de toda sociedade<sup>218</sup>.

A desigualdade da educação não se apresenta, em sua essência, na dualidade público *versus* privado. Possivelmente, já na superfície se mostre a dualidade educacional entre escolas públicas *versus* escolas privadas. Geograficamente, tanto nos centros quanto nas periferias urbanas é possível encontrar escolas privadas e públicas. Mas, apenas uma delas está presente nos interiores, nos assentamentos e nos territórios indígenas e quilombolas. Privado e público representam projetos distintos, considerando quem tem as condições (econômicas) para pagar, além dos impostos. Estamos, por isso, em desacordo com Bresser-Pereira (1998). De acordo com o autor, o objetivo de um serviço privado, como a Educação, é atender ao público, portanto, seria mais importante diferenciar público estatal de público não-estatal. Em nossa perspectiva, a origem e a finalidade da educação pública são diferentes da origem e da finalidade da educação privada. A educação privada objetiva o público que tem condições de arcar com os custos da educação particular subsidiados ou não. A ideia neoliberal de *vouchers* não soluciona a questão porque essa dualidade educacional representa projetos distintos para as

---

dinheiro em si, mas pela gestão (ou má-gestão) dele. Lula III, o Errante, bateu o pé para que os gastos nesse campo ficassem, de certa forma, fora do Arcabouço Fiscal. Podem crescer longe de amarras. Lula não é um técnico. E se orgulha disso. Ele é um político. Na concepção raiz do termo: um político de partido [...]” (Rossi, 2023). A partir daí, argumenta com base no percentual do PIB investido em educação, nos baixos resultados alcançados por estudantes em testes padronizados e nos indícios de corrupção com recurso destinados a educação. Conclui seu artigo: “[...] Nesta indecência de Nação, educação só terá saída com o trinômio boa docência+muita decência. Ah, e blockchain. Para registrar as patinhas que amam pegar dinheiro público para bolsos privados. Por aqui, eu desconfiaria de político que pede dinheiro para educação. Eles costumam ser ou desinformados ou agem de má-fé.” (Idem). Este artigo se torna um exemplo claro do que temos refletido acerca das perspectivas mercadológicas e empresariais para Educação.

<sup>218</sup> Não seria de todo equivocado se disséssemos que “o investimento na Educação beneficia toda sociedade” ou “o investimento na Educação faz com que toda sociedade ganhe”. Entretanto, essas palavras – como muitas outras – passaram a fazer parte do vocabulário ideológico neoliberal e, por isso, pode dar uma conotação diferente da que adotamos em nossa pesquisa.

classes dirigentes e para as classes trabalhadoras<sup>219</sup>. A formação e a instrução das classes médias estão mais próximas das classes trabalhadoras do que das classes realmente capitalistas, incluindo os valores das mensalidades em escolas privadas<sup>220</sup>.

Naturalmente, a política educacional neoliberal tem implicações para toda Educação. Em termos concretos, a estrutura da escola é afetada pelas políticas adotadas. E este aspecto precisa ser constantemente lembrando. A escola é um ente que faz parte de uma organização maior, que existe em *função de e para* a sociedade. As políticas educacionais contam com o princípio da finalidade, ou seja, elas têm um caráter *teleológico*: (i) O arcabouço legal que – dentro da constituição do Estado democrático de direito – proporciona as condições jurídicas e legais para exercício e funcionamento da Educação. (ii) Para que a Educação se efetive é preciso uma estrutura física adequada ao fazer educacional – *locus educationis* – que proporcione condições objetivas ao aprendizado e à transmissão do conhecimento. (iii) É preciso dar conta das condições operacionais da Educação. (iv) Por fim, os profissionais da educação.<sup>221</sup> A estrutura da escola é determinante ao funcionamento da Educação.

Sucesso e fracasso da Educação têm sido atribuídos, nesse segmento neoliberal, à qualidade do trabalho, da gestão ou à falta de trabalho qualificado e ausência de gestão. Ao associar a qualidade da aprendizagem exclusivamente à qualidade do trabalho docente, impõem aos profissionais da educação um perfil gerencial e técnico. Claro que o fazer educacional exige certo gerenciamento e certa técnica, com expectativa de que as crianças recebam e assimilem a instrução planejada à sua faixa-etária e ao seu nível de conhecimento, entretanto, como proposto por neoliberais, sobressaem o controle e a vigilância: a escola precisa pensar e agir como uma empresa que fornece e lucra com um serviço ou um produto. Professores e professoras devem desenvolver as qualidades profissionais esperadas

---

<sup>219</sup> O que se apresenta no horizonte à educação pública, majoritariamente utilizada pelas classes trabalhadoras, são projetos como o enxugamento do currículo escolar, a militarização da educação pública e o Escola Sem Partido.

<sup>220</sup> Escolas privadas de altíssimo padrão ou, como têm sido chamadas, “escolas de luxo”, se tornaram um mercado atrativo no Brasil. Se há alguns anos a formação de classes burguesas se dava no exterior, tem sido comum o ingresso nestas instituições, cuja matrícula pode chegar a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) e mensalidade a R\$ 14.350,00 (quatorze mil, trezentos e cinquenta reais). (O Globo, 2023). É um caso extremo de educação como mercadoria em um mercado de luxo. Uma curiosidade é que o educador Paulo Freire é a referência em “escolas de elite” no Brasil (Saldaña, 2019).

<sup>221</sup> Algumas obras literárias de ficção científica trazem a possibilidade de um salto tecnológico em que professores humanos serão substituídos por professores robôs, inteligências artificiais capazes de se relacionar e transmitir conhecimento. A literatura tem a vantagem de antecipar tendências, de expressar sonhos e utopias. Se ocorrerá ou não, a ver. Bem como a celeridade destas transformações e o alcance que elas terão.

e exigidas pelo mercado neoliberal, assim como ajudar a desenvolvê-las nos alunos e alunas. O “novo” profissional da educação é o *professor-empresário-de-si-mesmo*. Pierre Dardot e Christian Laval destacam como o neoliberalismo é “[...] um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7), em que a lógica empresarial se torna dominante. Falar apenas em professor-empresário não transmite a ideia por completo. Um professor pode ser um empresário da Educação, fornecendo conhecimento, material ou empresariando um espaço educacional. O *professor-empresário-de-si-mesmo* é alguém que assimilou a ideologia do *ser-empresa*, da autoavaliação de rendimento, do empreendedorismo, da mercantilização e do gerenciamento da vida como uma empresa. E, não se limitando a si mesmo, cobra esse mesmo comportamento dos colegas de trabalho e das crianças e dos adolescentes no ambiente escolar e fora dele.

Dois importantes mecanismos neoliberais para Educação são a publicização e as parceiras público-privadas<sup>222</sup>. O *Programa Universidade para Todos*<sup>223</sup> (PROUNI) é um exemplo de recursos públicos investidos no setor privado educacional. Havia, certamente, uma demanda de jovens precisando acessar o Ensino Superior. Decidiu-se, então, por dois caminhos simultâneos: ampliar o número de universidades públicas e dos institutos federais, aumentando, conseqüentemente, a quantidade de vagas disponíveis; além disso, a concessão de bolsas de estudos possibilitou a expansão de um grande mercado de faculdades e universidades privadas. Os teóricos clássicos do neoliberalismo (Friedman, 1984) defendem que o Ensino Superior deve ser oferecido pela iniciativa privada cabendo ao Estado apenas as séries iniciais da educação.

---

<sup>222</sup> Enquanto revisamos o texto recebemos a seguinte notícia: “O projeto de lei do governo do Paraná que cria o Programa Parceiro da Escola foi aprovado pela Assembleia Legislativa do estado nesta terça-feira (04). A proposta, que começou a tramitar na semana passada, segue agora para a sanção do governo estadual. Apresentado pelo governador do estado, Ratinho Júnior, o projeto prevê a possibilidade de repassar à iniciativa privada a gestão das escolas públicas, com formalização de parcerias entre as escolas da rede pública paranaense e ‘pessoas jurídicas de direito privado especializadas em gestão educacional’. O governo estadual afirma que o Programa Parceiro da Escola pretende ‘desonerar o gestor escolar de responsabilidades administrativas e financeiras, para que possa concentrar seus esforços nos aspectos pedagógicos de sua função, liderando a escola com eficiência e criando um ambiente propício para o ensino e aprendizagem dos alunos’.” (Peduzzi, 2024).

<sup>223</sup> “O Prouni é um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior” (Governo Federal, [s.d.]).

A questão da premiação de escolas, gestores, gestoras, professores, professoras, alunos e alunas, insere-nos nos temas da *competitividade*, da *meritocracia* e da *responsabilização*. A adoção dos testes padronizados tem objetivos e, naturalmente, consequências. Mais do que o reconhecimento, deve-se incentivar o individualismo e a concorrência. O fazer educacional, nestas condições, implica mudanças nas relações entre os próprios profissionais da Educação, *entre* e *com* os docentes, bem como entre discentes e entre escolas. De acordo com Diana Ravitch, a *accountability* era a característica da nova reforma escolar norte-americana inspirada em ideias neoliberais, com “[...] testes que definiam tudo, tomada de decisão baseada em dados estatísticos, escolha escolar, escolas autônomas, privatização, desregulamentação, pagamento por mérito e competição entre escolas [...]” (Ravitch, 2011, p. 37). A adoção das avaliações padronizadas conduziu a punições ou a recompensas. A conclusão de Ravitch após examinar o desenvolvimento e os resultados dos testes padronizados foi: “As políticas que estamos seguindo hoje têm poucas chances de melhorar nossas escolas [...]” (Ravitch, 2011, p. 250). Mesmo diante de experiências fracassadas em diversos países, as políticas neoliberais para Educação permanecem vigorosas, diante da reestruturação produtiva e da flexibilização. De fato, há uma certa *lógica toyotista* aplicada à Educação<sup>224</sup>, naquilo que Ricardo Antunes e Geraldo Augusto Pinto (2017) denominaram “a fábrica da educação”.

A lógica empresarial aplicada à Educação – administração e gerenciamento – conta com objetivos políticos e com objetivos econômicos. A Educação se torna um tema genericamente apropriado e disputado nas eleições, nos debates públicos e por partidos políticos. Registre-se que não apenas a Educação se torna uma bandeira

---

<sup>224</sup> Em certo sentido, não deveria nos surpreender. É que durante anos (e mesmo agora) a lógica da fábrica foi aplicada à escola. De acordo com Mariano Enguita: “Franklin Bobbitt defendeu a introdução do taylorismo na organização do processo educacional, a partir de quatro princípios: 1) fixar as especificações e padrões do produto final que se deseja (o aluno egresso); 2) fixar as especificações e padrões para cada fase de elaboração do produto (matérias, anos acadêmicos, trimestres, dias ou unidades letivas); 3) empregar os métodos tayloristas para encontrar os métodos mais eficazes a respeito e assegurar que fossem seguidos pelos professores; 4) determinar, em função disso, as qualificações padronizadas exigidas dos professores; 5) capacitá-los em consonância com isso, ou colocar requisitos de acesso tais que forçassem as instituições encarregadas disso a fazê-lo; 6) erigir uma formação permanente que mantivesse o professor à altura de suas tarefas durante sua permanência no trabalho; 7) dar-lhe instruções detalhadas sobre como realizar seu trabalho; 8) selecionar os meios materiais mais adequados; 9) traduzir todas as tarefas a realizar em responsabilidades individualizadas e exigíveis; 10) estimular sua produtividade mediante um sistema de incentivos; e 11) controlar permanentemente o fluxo do ‘produto parcialmente desenvolvido’, isto é, o aluno (Bobbitt, 1913: II, II-96)” (Enguita, 1989, p. 127).

política, também o emprego, a saúde e a segurança pública. Os políticos são obrigados a responder aos interesses econômicos e às demandas sociais. Entretanto, não pode existir uma conciliação por parte dos políticos; é que os interesses são antagônicos e eles representam interesses de uma das classes. Não significa dizer que inexista a possibilidade da correlação de forças ou da disputa nos campos sociopolítico e socioeconômico e, sim, que os políticos cumprem um papel dentro do Estado liberal. As reformas neoliberais encontram respaldo político legislativo e legal a fim de se efetivarem socialmente<sup>225</sup>.

Ideias salvacionistas para Educação advêm de diversos profissionais, agentes e organizações. Não poderíamos deixar de mencionar o *Banco Mundial*. Um banco preocupado com a Educação é, realmente, objeto de estudo. Roberto Leher denominou o Banco Mundial de “[...] o ministério mundial da educação dos países periféricos” (Leher, 2015, p. 19). Não poderíamos deixar de mencionar, portanto, o documento mais recente do Banco Mundial para Educação no Brasil, *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. É um título curioso. Vincula duas palavras: ajuste e justiça. Ambas as palavras contêm em seu núcleo *just*. Do que temos considerado, o ajuste se dá em direção à agenda neoliberal. Ao ajustar-se, ajusta-se a alguma coisa. Ou seja, há um parâmetro ao qual esse ajuste deve se colocar. A palavra ajuste está adjetivada pela palavra justiça. É, portanto, um ajuste justo. Por isso, precisamos questionar: Justo em relação a quê? Justo em relação a quem? É um ajuste justo na perspectiva da justiça social? É um ajuste justo na perspectiva da igualdade social? É um ajuste justo em direção a uma nova forma de organização social?

O documento do Banco Mundial traz uma conclusão centrada na ideia do ajuste: “O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Esta é a principal conclusão deste estudo, que analisa as raízes dos problemas fiscais recorrentes do Brasil e apresenta opções para sua solução” (Grupo Banco, 2017, p. 7). Esta afirmação está em sintonia com a proposta do Banco Mundial para países de capitalismo periférico. Para o ensino fundamental e médio, o documento propõe reduzir o número de professores, o que seria alcançado se não houvesse recomposição do quadro docente diante das aposentadorias; e, se caso houvesse extrema necessidade de contratação, que não fosse através de concurso público;

---

<sup>225</sup> Conferir a seção “3.1 O Governo Temer (2016-2018)”.

ainda propõe “Expandir e compartilhar experiências positivas de gestão escolar que demonstraram bons resultados em vários estados e municípios do país [...]” (Grupo Banco, 2017, p. 137), com adoção de avaliações que resultariam em punições ou premiações; e, por fim, expandir legalmente as Parcerias Público-privadas a estes níveis de ensino. Para o ensino superior afirma que “Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB [...]” (Grupo Banco, 2017, p. 137), fazendo que as universidades procurassem outras fontes de financiamento; e, finalmente, “[...] a introdução de tarifas escolares [...]” (Grupo Banco, 2017, p. 138), ou seja, a cobrança de mensalidades, sem deixar de facilitar o acesso a alunos que não podem pagar. O documento elogia os programas PROUNI e FIES. As conclusões e as recomendações do Banco Mundial para Educação estão sempre vinculadas aos gastos públicos, à necessidade de adesão às reformas de ajuste neoliberal e à prioridade de escolas-modelo<sup>226</sup>.

Do que acabamos de ver, o ajuste justo proposto pelo Banco Mundial coloca-se em direção aos interesses capitalistas, pressupondo uma dinâmica educacional que limita a presença e a participação do Estado brasileiro, desconsiderando as próprias necessidades, a história e desenvolvimento da sociedade brasileira<sup>227</sup>. Nelson Cardoso Amaral foi incisivo em sua crítica ao referido documento: “[...] As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicistas e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que possui uma das maiores desigualdades [...]” (Amaral, 2017, p. 1). As conclusões e recomendações do BM possuem uma viseira como ponto de partida e como ponto de chegada: o neoliberalismo. Não é difícil, portanto, estabelecer as aproximações entre as ideias de Mises (2010), de Friedman (1984) e de Rothbard (2013) e o que propõe o Banco Mundial para

---

<sup>226</sup> Uma orientação política educacional do BM é a de políticas focadas, eliminando as políticas consideradas universais. Ao invés de universalização da educação e generalização da qualidade da educação, propõem a destruição destas políticas universais. Propõem, ao contrário, políticas focadas.

<sup>227</sup> José Carlos Libâneo, baseando-se em Torres e Coraggio, descreve da seguinte forma as políticas educacionais do Banco Mundial: “[...] Têm-se, assim, traços básicos das políticas para a educação do Banco Mundial: a) reducionismo economicista, ou seja, definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica; b) o desenvolvimento socioeconômico necessita da redução da pobreza no mundo, por meio da prestação de serviços básicos aos pobres (saúde, educação, segurança etc.) como condição para torná-los mais aptos a participarem desse desenvolvimento; c) a educação escolar reduz-se a objetivos de aprendizagem observáveis, mediante formulação de padrões de rendimento (expressos em competências) como critérios da avaliação em escala; d) flexibilização no planejamento e na execução para os sistemas de ensino, mas centralização das formas de aplicação das avaliações (cujos resultados acabam por transformarem-se em mecanismos de controle do trabalho das escolas e dos professores)” (Libâneo, 2012, p. 19).

educação no Brasil e em países de capitalismo periférico<sup>228</sup>. A adoção das políticas neoliberais para educação tem aprofundado a dualidade educacional brasileira, o empresariamento da educação e a destruição de políticas públicas universais.

[...] num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças [...] (Libâneo, 2012, p.16).

É importantíssimo termos a consciência de que se trata de uma Educação *para* o mercado, ou seja, uma educação *a serviço do* mercado ao mesmo tempo em que *se faz* mercadoria. Estes termos são bastante apropriados para dar a dimensão do projeto em curso. A educação seria mínima, sobretudo, aquela destinada às classes trabalhadoras e seus filhos e filhas<sup>229</sup>; uma educação mínima daria as condições de instrução básica a fim de ocupar alguns postos na divisão internacional do trabalho, no mercado de trabalho, mão-de-obra necessária; e inculcar a ideologia neoliberal, em um processo natural de reprodução social<sup>230</sup>. A Educação como mercadoria estaria inserida na equação *valor que gera valor*<sup>231</sup>, em que, sob o neoliberalismo, “[...] a educação é considerada como um bem de capital” (Laval, 2004, p. 89). No caso em questão, a transformação da Educação em mercadoria tem por objetivo gerar lucros: “[...] As escolas deveriam se transformar em empresas com fim lucrativo na medida em que a eficiência do mercado seria presumivelmente capaz de melhorar o acesso à educação e à qualidade de ensino [...]” (Laval, 2004, p. 91). A mercantilização da Educação contaria com um mercado constante – filhos e filhas das classes trabalhadoras – e um pagador fiel – o Estado. A Educação como mercadoria também expõe a disputa em torno dos recursos públicos. É uma reflexão complexa porque não temos como dissociar *Educação e política educacional* do capital, do capitalismo e das relações de *trabalho*; são elementos sociais dialeticamente

<sup>228</sup> Devemos nos recordar de que o Estado deve se eximir de oferecer Educação e, se o fizer, apenas para as séries iniciais; as famílias devem arcar com os custos da educação, seja com recursos próprios ou através de financiamentos governamentais. Sobretudo, a o ensino superior deve ser ofertado por instituições privadas, ainda que subsidiadas pelo governo (Friedman, 1984).

<sup>229</sup> Consideremos, a este respeito, as contrarreformas neoliberais implementadas durante o Governo Temer. Conferir “3.1.5 Reforma do Ensino Médio” e seção “3.1.6 Base Nacional Comum Curricular”.

<sup>230</sup> De acordo com Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, a escola é uma instituição que reproduz a cultura dominante, conservadora das condições sociais, do poder social; uma forma de legitimação das relações de dominação (Bourdieu; Passeron, 2008). Tomamos a palavra reprodução em seu sentido mais comum e procuramos nos manter na chave analítica utilizada, o materialismo.

<sup>231</sup> D + M + D’, em que dinheiro gera a mercadoria que gera mais dinheiro.

relacionados. Sousa Junior (2014) sintetizou a crise da escola como a desregulação da escola, como a crise dos Estados nacionais e como a crise do trabalho assalariado. A educação como mercaria está estreitamente relacionada à dimensão social do trabalho abstrato, da formação para o trabalho flexibilizado. O capital precisa da Educação porque capitalismo é mais que uma lógica econômica.

“O professor é gente como a gente”. Uma afirmação corriqueira. De fato, o professor é gente. O professor é um indivíduo, uma pessoa, um ser humano, um sujeito. O professor é gente! Agora, o professor é “gente como a gente”? De que gente estamos falando? Da “gente que trabalha” ou da “gente que vive do trabalho da gente”? Afirmar que o professor é gente como a gente que trabalha, que vive do próprio trabalho, que disponibiliza seu tempo de vida, e lembrar que o professor tem outras relações e outras práticas sociais além da docência. Suas relações ocorrem dentro e fora do espaço de trabalho, na escola, em casa e na rua. Outras práticas sociais permeiam sua vida e está sujeito às mesmas determinações socioeconômicas que “a gente”. Também ele vive o estranhamento e a alienação. Também suas relações sociais são mediadas pela mesma forma mercadoria que medeia a sociedade e as relações sociais em geral. Também ele se encontra com a propaganda do empreendedorismo, do individualismo, da meritocracia etc. Essa reflexão nos conduz a uma questão que tem tomado espaço acadêmico e não acadêmico: as relações entre neoliberalismo, trabalho, educação e subjetividade.

### **2.3 Neoliberalismo e subjetividade: uma nova subjetividade ou a subjetividade manipulada pelo capitalismo?**

Uma questão contemporânea que tem chamado atenção de pesquisadores e pesquisadoras (Alves, 2011a; 2011b; Chagas, 2013; Dardot; Laval, 2016; Han, 2020) é a relação entre capitalismo, reestruturação produtiva, neoliberalismo e subjetividade. Em linhas gerais, trata-se da compreensão de que as pessoas adquiriram na sociedade neoliberal – por falta de melhor termo – os valores do neoliberalismo. É a constatação central de que a vida produz a consciência (Marx; Engels, 2007). O capitalismo não é apenas um sistema econômico circunscrito à dimensão monetária. A própria evolução da palavra *economia* pode orientar a uma compreensão adequada: a palavra nos chega através do latim, *oeconomia*, derivada do grego, *oikonomia*, formada pela junção de duas outras palavras: *oik* (de *oikía* casa)

e *némô* (administrar). Economia seria a administração, a direção de uma casa; a organização, a distribuição<sup>232</sup>. Já no século XVI significava, no Brasil, “a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público [...]” (Cunha, 2007, p. 234). Não é difícil imaginar a relação privado-público e a forma como Engels e Marx se apropriaram da “crítica da economia política” para realizar uma profunda análise da sociedade capitalista, e seus desdobramentos em espaços públicos e privados, como uma forma de organizar a vida.

[...] estudar o capitalismo contemporâneo significa estudar um *modo de vida* assim como um ordenamento social histórico, uma cultura e uma organização política. A expansão do mercado, a força impulsora do desenvolvimento capitalista, tem ramificações nos mais remotos rincões da sociedade, já que revoluciona continuamente as relações sociais e as instituições que as governam. O desenvolvimento capitalista está profundamente pessoal e íntimo, de acordo com supostas mudanças culturais, que também estão afetadas, por sua vez, pela expansão dos mercados e sinalizam o que é e o que não é “natural”, “normal”, e o que há que dar por feito. Isto inclui a vida familiar e a maneira em que a sociedade se ocupa de sua reprodução física (Streeck, 2016, p. 254, tradução livre)<sup>233</sup>.

Wolfgang Streeck é assertivo em apresentar o que significa ou representa o estudo do capitalismo contemporâneo, na Sociologia e nas Ciências Humanas. O que se poderia traduzir, adequadamente, como uma abordagem materialista histórico-dialética, aquela que considera a relação dialética entre a produção da vida material e a vida espiritual, ou seja, de que forma a produção da sobrevivência se relaciona material e dialeticamente com as formas do pensamento, a vida individual e as relações sociais, a sociedade e suas instituições. Nossa breve incursão a esse tema terá três momentos: a retomada da afirmação materialista de que a vida precede a consciência, com destaque para a obra *A ideologia alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels; a relação entre neoliberalismo e subjetividade, um diálogo crítico com Pierre

---

<sup>232</sup> Precisamente, de acordo com Isidro Pereira: *oikía* pode significar habitação, casa; bens domésticos, escravos; família, raça (Pereira, 1957, p. 398); e *némô* pode significar distribuir, dividir, determinar ao rebanho parte do pastio que lhe toca, apascentar; alimentar; possuir, ocupar; dirigir, governar; ter por, estimar em; escolher, admitir; distribuir entre si, possuir como próprio; ocupar, habitar; pastar, alimentar-se; administrar, governar (Idem, p. 386).

<sup>233</sup> “[...] estudiar el capitalismo contemporáneo significa estudiar un *modo de vida* así como un orden social histórico, una cultura y una organización política. La expansión del mercado, la fuerza impulsora del desarrollo capitalista, tiene ramificaciones en los más remotos rincones de la sociedad, ya que revoluciona continuamente las relaciones sociales y las instituciones que las gobiernan. El desarrollo capitalista está profundamente interrelacionado con la manera en que la gente organiza incluso su vida social más personal e íntima, de acuerdo con cambiantes supuestos culturales, que también están afectados, a su vez, por la expansión de los mercados y que señalan lo que es y no es ‘natural’, ‘normal’, y lo que hay que dar por hecho. Esto incluye a la vida familiar y a la manera en que la sociedad se ocupa de su reproducción física”.

Dardot e Christian Laval (2016) e com Byung-Chul Han (2020); e o trabalho estranhado, retomando ideias do texto *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx.

### 2.3.1 A vida precede a consciência.

Citemos Karl Marx e Friedrich Engels:

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...] (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Marx e Engels perceberam que existe uma relação profunda entre a produção material da sobrevivência e as formas de pensamento. A descoberta essencial é que a consciência é determinada pela vida. A transformação das condições de sobrevivência muda, histórica e dialeticamente, as formas de pensamento. Os autores esclarecem: “[...] No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 94). São duas maneiras distintas de compreender o ser humano e a existência social. É importante lembrarmos que os dois autores estão dialogando criticamente com a tradição filosófica alemã. Esta tradição, para Engels e Marx, parece aproximar-se – em determinados momentos – da religião, no seu idealismo e na sua mistificação da realidade, na sobreposição do mundo das ideias sobre o mundo das coisas<sup>234</sup>.

Há uma perspectiva do ser humano que, por ser este vivo e reflexivo, seu pensamento é criativo e criador. Mais ainda, que este pensamento criativo e criador é capaz de fazer com que exista de si e para si mesmo, de que, a partir do pensamento, existe e surge a realidade. Portanto, basta refletir acerca das próprias ideias, de suas representações, de seus reflexos ideológicos para compreender tanto o ser humano quanto a realidade. É uma compreensão restrita ao pensamento em que, a rigor, o

---

<sup>234</sup> Engels e Marx perceberam uma certa hierarquia na forma como filósofos (e religiosos) concebiam a história: a história é fruto das ideias e do Sagrado – o lugar que a ideia absoluta ocupada na filosofia hegeliana. “[...] ‘destruição’ do ‘mundo das coisas’ pelo ‘mundo do espírito’ aparece, aqui, como o ‘predomínio’ do ‘mundo dos pensamentos’ sobre o ‘mundo das coisas’. Daí deve resultar, naturalmente, que o domínio que o ‘mundo do pensamento’ exerce desde o início da história é, ao final desta última, apresentado também como o domínio do real, de fato existente, dos pensadores – e em última análise, tal como veremos mais adiante, como o domínio dos filósofos especulativos – sobre o mundo das coisas [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 174).

“[...] que se mostra a ele como produto do *pensamento*, ele poderia ter compreendido como produto da *vida* [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 240). Outra perspectiva, completamente diferente, é a relação dialética entre a vida e a consciência, entre as condições materiais de existência e as formas de pensamento. Por isso que Marx e Engels perceberam que em uma determinada “[...] concepção da história evidencia-se apenas a velha ilusão da filosofia especulativa sobre o predomínio do espírito na história [...]” (Idem, p. 175). A fim de compreender adequadamente a realidade, seria necessário inverter a lógica – como método e como prática – da filosofia clássica alemã.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida [...] (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Marx e Engels enxergaram a inversão da realidade operada na filosofia alemã: havia um predomínio do pensamento, ou seja, das ideias que descem do céu. Seria imprescindível, portanto, ao adotar uma outra perspectiva, realizar a negação da negação do ser humano. O ponto de partida é a realidade material, a concretude da vida, os homens ativos, que se relacionam dentro e a partir da vida real, da sobrevivência. Por isto, o materialismo. É preciso expor o desenvolvimento das forças e dos modos produtivos, bem como a origem e o desenvolvimento das ideias. Por isto, o histórico. Aquilo que os autores chamam de “reflexos ideológicos” e “ecos desse processo de vida” estão em relação à imagem real e à linguagem precedente. Por isto, o dialético. O materialismo histórico-dialético nega a negação que a filosofia clássica alemã faz do ser humano, ao expressar que “[...] a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 41); de que as formas de pensamento surgem de homens e carne e osso, cujo “primeiro pressuposto” é que “[...] os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais [...]” (Idem, p. 33). O pressuposto é a constatação essencial, da qual advém os atos históricos.

[...] o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...]

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades [...]

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renova, diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família* [...]

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece, desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade [...] Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens [...] (Marx; Engels, 2007, p. 32-34).

Do pressuposto essencial – de que é preciso estar vivo para fazer história – advém, de acordo com Marx e Engels, quatro atos históricos. À vida segue a necessidade de permanecer vivo, de satisfação das necessidades vitais. Aquilo que é mais básico e mais elementar, por assim dizer, precisa ser construído: as condições de permanência e de continuidade da vida; a produção dos meios de sobrevivência. À satisfação destas necessidades primeiras surgem novas necessidades e, conseqüentemente, o primeiro ato histórico é retomado. Há uma categoria presente: o trabalho. De acordo com Engels: o trabalho é “[...] a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 1975, p. 63). A possibilidade de satisfação das necessidades e a criação de instrumentos para esta satisfação modifica, a um só tempo, a natureza e o ser humano<sup>235</sup>.

Estar vivo e permanecer vivo, através da criação de instrumentos para satisfação das necessidades, isto é, do trabalho concreto, constitui a renovação da vida. Neste processo de renovação da vida os seres humanos se criam e criam outros seres humanos; eles se constituem enquanto família, “relação entre homem e mulher, entre pais e filhos”. Os autores esclarecem que estes atos históricos não devem ser compreendidos como “[...] três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos

---

<sup>235</sup> “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017a, p. 255).

[...]” (Marx; Engels, 2007, p. 34) da história da humanidade. A concepção e a organização da vida e da sobrevivência, da satisfação das necessidades, do trabalho e da família, aparece, para Marx e Engels, como uma dupla relação: a relação natural, do homem que trabalha; e a relação social: do homem que se constitui em família. Uma característica desta dupla relação destacada pelos autores é a cooperação. Vários indivíduos cooperam entre si. Só então, após explicitar o ato histórico do ser humano, como quatro momentos distintos, é que eles escrevem:

[...] descobrimos que o homem tem também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma linguagem [...] Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens [...] (Marx; Engels, 2007, p. 34-35).

Estava claro para Marx e Engels na revisão crítica que fizeram da filosofia clássica alemã que o ser humano “[...] tem de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’ [...]”. Este é o pressuposto da existência e da história humanas. Após a descrição da relação natural e da relação social, do trabalho e da família, é que surge o segundo pressuposto: a consciência é um produto social. Em perspectiva crítica, advertem que não se trata de consciência pura ou de espírito contaminado pela matéria. Na antiguidade da consciência, ao seu lado, está a linguagem, que: “[...] existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 34-35). Os autores falam em ser humano ativo, agente, em ação, revolucionário. Isto nos conduz a outra categoria central:

[...] explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais (*realen*) de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria [...] (Marx; Engels, 2007, p. 43).

A correta explicação da formação e do desenvolvimento das ideias está na práxis material. Como, também, está na práxis a dissolução das ideias. O ser humano vivo e cuja vida se renova através do trabalho e das relações sociais que estabelece,

da consciência de si e do outro, da linguagem para si e para o outro, consciência e linguagem que surgem “da necessidade de intercâmbio com outros homens”. Estas relações sociais de trabalho e de família, de consciência e de linguagem, fazem surgir consciência e linguagem como produtos sociais. Especialmente, no que temos demarcado, o caráter social da consciência. Ao contrário dos economistas clássicos, Marx e Engels constataram que os indivíduos “[...] são membros de um conjunto social, ou seja, se encontram interligados por meio de relações complexas que determinam seu ser social” (Chagas, 2011, p. 66). Em outras palavras, a “[...] identidade, mesmo em seus aspectos subjetivos, é construída dentro desta relação de forças materiais objetivas [...]” (Pacífico, 2019, p. 229). Como bem destacou Sousa Junior: “Para Marx não só a verdade de um pensamento como o pen[s]ar e o ser que pensa são partes integrantes de uma mesma realidade material [...]” (Sousa Junior, 2021, p. 413). O resultado do pensamento, o ser humano que pensa e, talvez, a própria forma de processar o pensamento são resultados de uma mesma realidade material. Essas considerações nos conduzem a outro aspecto a ser destacado em nossa pesquisa: a relação entre neoliberalismo e subjetividade.

### *2.3.2 Neoliberalismo e subjetividade: o ser humano a serviço da produção de riquezas.*

Como panoramicamente expusemos, Marx e Engels fizeram duas importantes descobertas: a primeira é que indivíduos precisam criar as condições de viver para fazer história, porque só indivíduos vivos fazem história; a segunda é que a consciência é produto das relações sociais. Material, histórica e dialeticamente, as consciências são determinadas por relações sociais concretas, como as mediadas pelo trabalho e pela família. Consideraremos brevemente duas obras de três autores contemporâneos que têm destacado a relação entre neoliberalismo e subjetividade: Pierre Dardot; Christian Larval (2016); e Byung-Chul Han (2020). Ao abordar estas duas obras, queremos destacar o vínculo entre o neoliberalismo – como projeto econômico do capitalismo contemporâneo – e a subjetividade humana – dos sujeitos que se fazem e são formados através de relações sociais. Com isto, criamos o pano de fundo para melhor compreensão do fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e da educação, como se nos apresentam hoje.

[...] *A virada para a psique* e, em consequência, para a *psicopolítica*, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetos intangíveis, como informações e programas [...] Em vez de *superar* resistências corporais, processos e mentais são *otimizados* para o aumento da produtividade. O disciplinamento corporal dá lugar à otimização mental [...] (Han, 2020, p. 40).

Han (2020) menciona que o poder soberano se manifestava com mais ênfase durante o período agrário e que na fase industrial se apresentava o poder disciplinar. Antônio Gramsci percebeu uma mudança significativa ao analisar a reestruturação produtiva americano-fordista: “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo [...]” (Gramsci, 2015, p. 248). Em verdade, as considerações de Gramsci retrocedem a Taylor. Este novo tipo de humano necessário ao novo processo produtivo exigia uma nova ética adequada às imposições da produção. O autor observou a regulamentação da vida privada, das relações sexuais, do uso do álcool, do incentivo do salário; o véu e o discurso puritano<sup>236</sup> dessas “preocupações” com pregações morais, conformistas e instruções para execução do trabalho; a coerção utilizada na formação deste novo humano; e a hipocrisia das classes burguesas, exigindo comportamentos dos trabalhadores que eles mesmos não tinham. Ele descobriu que estava em curso “[...] o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem [...]” (Idem, p. 266). Para que um empreendimento como este – a americanização – alcance seu objetivo, “[...] exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado [...]” (Idem, p. 259). Gramsci apontou, acertadamente, o papel do Estado liberal na formação do novo homem. Eduardo Chagas afirma que “[...] o Estado moderno, longe de suprimir, eleva ao máximo a fragmentação humana [...]” (Chagas, 2013, p. 68). De fato, segundo István Mészáros entre as atribuições do Estado, está “[...] expropriar e usurpar as energias vitais de tomada de decisão do corpo social como um todo” (Mészáros, 2021, p. 49).

---

<sup>236</sup> “[...] As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais [...]” (Gramsci, 2015, p. 267). Gramsci constatou que havia uma barreira ainda, o próprio trabalhador, a rejeitar os valores impostos. Os novos comportamentos só podiam, à época, ser alcançados por coação. No entanto, ele percebeu que isto só duraria até o advento de uma nova forma de sociedade.

As relações sociais e familiares, mediadas pela cultura, pela educação, pela filosofia, pela legislação e pela religião etc. atuam, em maior ou menor grau, na constituição desse novo humano e na perpetuação das condições de estranhamento e alienação.

Todas as relações sociais passam a compor as engrenagens do processo produtivo, em uma relação sinérgica e dialética entre a estrutura e a superestrutura. No entanto, nos dois momentos analisados por Gramsci (taylorismo e fordismo), as próprias forças produtivas ainda não haviam alcançado a possibilidade tecnológica de interiorização – por parte dos próprios trabalhadores – dos valores advindos da produção. O autor não fala em termos de subjetividade: para ele o novo homem é o trabalhador e o trabalhador é o novo homem. A novidade, portanto, destacada por Han, é que na contemporaneidade existe a *subjetividade neoliberal* ou a *neoliberalização da subjetividade*. Perspectiva muito próxima da adotada por Dardot e Laval, para os quais o neoliberalismo é “[...] um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 7). Considerando que as alterações produtivas modificam as relações sociais e, conseqüentemente, a forma como os indivíduos se relacionam (entre si) e as formas de consciências (destes mesmos indivíduos), devemos buscar quais são as singularidades do neoliberalismo na formação da subjetividade humana. Partimos de um pressuposto: “[...] o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno [...]” (Therborn, 1995, p. 39).

De acordo com Han, a sensação de liberdade, promovida pelas sociedades contemporâneas, cumpre um importante papel ao ser apropriada pelo neoliberalismo: “[...] O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um *servo absoluto*, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo [...]” (Han, 2020, p. 10). Para este autor, “[...] O ‘eu’ como projeto [...] submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização” (Idem, p. 09). Neste sentido, “O neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado [...]” (Idem, p. 11). De acordo com Dardot e Laval, o motivo pelo qual as políticas neoliberais se aprofundam sem resistência e mesmo com conseqüências dramáticas é que o neoliberalismo produz uma forma de existência: “[...] a forma como somos

levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 16). Segundo estes autores, o neoliberalismo é uma nova racionalidade que “[...] tende a estruturar e organizar não apenas a ações dos governantes, mas até a própria conduta dos governados [...]” (Idem, p. 17). Lembremo-nos que “racionalidade” foi o mesmo termo empregado por Gramsci.

[...] a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Naturalmente, a nova racionalidade tende a se impor sobre as demais como forma dominante. As racionalidades observadas por Gramsci podem não apenas ser encontradas, mas, mais ainda, estarem suprimidas na racionalidade neoliberal. Assim como o Toyotismo se impõe na reestruturação produtiva, se impõem nas relações sociais o neoliberalismo e a flexibilização, a serviço da acumulação de capital. Entre as características da nova racionalidade destacadas por Dardot e Laval, estão a generalização da concorrência e do empresariamento-de-si-mesmo. Como os autores destacam: “[...] o verdadeiro motor da história continua a ser o poder do capital, que subordina o Estado e a sociedade, colocando-os a serviço de sua acumulação cega” (Dardot; Laval, 2016, p. 23). Esta nova racionalidade – neoliberal – está a serviço da acumulação, da produção de mais valor, da exploração da força de trabalho. Seguindo Ricardo Antunes e Geraldo Augusto Pinto, o novo padrão de acumulação capitalista “[...] tem consequências, também, na própria subjetividade do/a trabalhador/a e nas distintas manifestações do fenômeno da alienação” (Antunes; Pinto, 2017, p. 73), em uma relação dialética entre estrutura e superestrutura. Exige-se do novo trabalhador que se torne o empresário-de-si-mesmo.

[...] essa “teoria” [do capital humano] implica à subjetividade que trabalha, forjar uma concepção de si como “empreendedor/a” que investe na sua força de trabalho como se ela não fosse uma mercadoria, mas parte de um negócio próprio, cuja venda lhe retorna um “capital”. Ser um/a “empreendedor/a”, nesse sentido, é dispor-se a gerenciar a própria vida analogamente à gestão de uma empresa, como um/a “empreendedor/a” capitalista [...] (Antunes; Pinto, 2007, p. 102).

A racionalidade neoliberal leva o empreendedor-de-si-mesmo a “[...] explorar-se voluntária e apaixonadamente [...]” (Han, 2020, p. 44), a ter orgulho de sua própria dedicação e da entrega de tempo de vida. Torna-se a si mesmo um tipo de capital a capitalizar-se; uma mercadoria da qual se faz dinheiro a fim de adquirir outras mercadorias, em um intenso processo de reificação e objetificação. Para Han, a grande novidade é que “[...] Hoje, explora-se a psique [...]” (Han, 2020, p. 46). Por certo, isto só se tornou possível com os avanços tecnológicos derivados da produção. Passou-se do controle dos corpos ao controle da mente; da coerção exterior ao convencimento interior. A mesma inteligência artificial utilizada nos processos produtivos é a que atua nos seres humanos, despertando suas carências e manipulando suas emoções, como o desejo de consumo ou o medo<sup>237</sup>. Han lembra o papel do fracasso na subjetividade neoliberal:

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema [...] no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos. (Han, 2020, p. 16).

Segundo o autor, a exploração autoimposta impede qualquer tipo de revolução contra o sistema explorador. É certo que há um elemento contraditório: realmente, de um lado, os trabalhadores se culpam e, em geral, não percebem o essencial de sua exploração. O que, como consideraremos adiante, se deve às condições de trabalho estranhado, próprias do capitalismo, e de alienação. De outro lado, observamos organizações e protestos de trabalhadores de diversas categorias, o que pode indicar que a “[...] existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 48). Os motoristas de aplicativo em Fortaleza, por exemplo, formaram uma Associação<sup>238</sup> que reivindica direitos e melhores condições de trabalho. Em situações específicas, estes trabalhadores por aplicativos se organizam para defender

---

<sup>237</sup> A manipulação das emoções e dos sentimentos será utilizada não apenas nas relações de produção e nas relações de consumo, mas na política. O medo e o ódio serão categorias mobilizadas politicamente pela extrema direita e pelo fundamentalismo religioso. Conf.: Solano (Org.), 2018; Rocha, 2021. Retemos à seção “3.2 Ondas mundiais da extrema direita” e à seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas”.

<sup>238</sup> Uma delas é a Associação dos Motoristas de aplicativos do Estado do Ceará (AMAP) e a outra é a Associação dos Trabalhadores por Aplicativo de Fortaleza.

colegas de trabalho diante de “clientes abusados”. As greves dos profissionais da Educação e do Meio Ambiente.

Retomemos a importante questão acerca da forma como o neoliberalismo lida com as emoções humanas. De acordo com Han, “[...] A emoção é dinâmica, situacional e performativa. O capitalismo da emoção explora exatamente essas características [...]” (Han, 2020, p. 61). A exploração das emoções através do capitalismo se realiza dentro e a partir das relações de consumo que “[...] introduz emoções para criar necessidades e estimular a compra [...] não consumimos coisas, mas emoções [...] Emoções se desdobram para além do seu valor de uso [...]” (Han, 2020, p. 66). Marx havia percebido que a economia capitalista – baseada na propriedade privada – gerava as carências de produção e de necessidade de mercadorias, especialmente, da mercadoria dinheiro. Segundo o autor, nesta sociedade, “[...] Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição e, por isso, de ruína econômica [...]” (Marx, 2010a, p. 139). É preciso que a mercadoria se apresente como algo a mais do que o seu valor e capaz de significar mais do que é em si mesma, ocultando a relação entre pessoas e expressando a relação entre coisas – a isto, Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”. A exploração capitalista da pretensa liberdade humana, da disposição ao trabalho, da felicidade (do gozo)<sup>239</sup> e da angústia não é algo novo.

Apesar de surgirem novas formas de coerção e controle, externas e internas, impostas ou autoimpostas, o que permanece é objetivo do próprio capitalismo. Ainda assim, estas formas coexistem, sendo maiores ou menores em determinados setores econômicos, em distintas economias nacionais. Em alguns casos evidenciam a perversidade do sistema de produção e de circulação de mercadorias. As dezenas de pessoas resgatadas, no Brasil, de situações análogas à escravidão (Lara; Catucci; Borba, 2023); o crescimento do trabalho infantil nos Estados Unidos (Presse, 2023); o funcionário da uma loja de *fast food* que urinou nas calças (Silva, 2023) porque não tinha intervalo; uma servidora pública a quem foi

---

<sup>239</sup> Ao mesmo tempo em que os algoritmos trabalham para as grandes empresas de *e-commerce*, estimulando cada vez mais a carência e o consumo, as novas tecnologias e os *influencers* digitais permitem uma exposição do estilo e das condições de vida dos ricos. O que deve gerar nos trabalhadores e nas trabalhadoras mais angústia, mais ansiedade e mais desejo de “ser como eles”.

negado atendimento médico no hospital em que trabalha (Dutra, 2023): não permitem outra conclusão senão a intensificação da precarização<sup>240</sup> das relações de trabalho.

Por todos esses mecanismos políticos que agem diretamente na psique, Han (2020) tem adotado a designação de “psicopolítica neoliberal”. Ele afirma que: “[...] A psicopolítica neoliberal se ocupa da emoção *para influenciar ações sobre esse nível pré-reflexivo* [...] [e, por consequência,] representa um meio muito eficiente de controle psicopolítico do indivíduo” (Han, 2020, p. 68). De fato, objetivando sempre o lucro, ao influenciar as ações no nível pré-reflexivo, a “psicopolítica” – ou o sistema mesmo do capitalismo contemporâneo – influencia o trabalhador na aceitação de sua condição de trabalhador, conformando-o a esta condição e mobilizando politicamente suas emoções. No entanto, esse controle subjetivo só é possível porque *existe o controle objetivamente*. O trabalhador submete-se às condições de trabalho porque é obrigado a submeter-se; molda-se às condições de trabalho porque é obrigado a fazê-lo; ilude-se por condições melhores e por mercadorias melhores, de maior valor, porque é condicionado para tal. Em entrevista João Novaes e Rodolfo Machado, *Opera Mundi*, Domenico Losurdo afirmou:

[...] com a televisão e as novas mídias, a classe dominante não tem somente esse monopólio de produção de ideias, mas também, o que é muito importante, o monopólio da produção das emoções. Transmitem-se imagens horríveis que podem ter sido escolhidas em uma série de outras imagens propositalmente ou que pode até ser falsa. [Através desse artifício] se consegue provocar uma indignação geral [na opinião pública] e esse monopólio de produção de emoções que é muito importante para o início das guerras. (Novaes; Machado, 2013).

Os novos sistemas de comunicação, de informação e de propaganda; as redes sociais e os aplicativos de mensagens instâncias; e as mídias digitais cumprem importantes papéis. Não podemos esquecer, nesta relação social, a função das *think tanks*<sup>241</sup>, das *big tech* e, sobretudo, da *big data*. Essas empresas e estas ferramentas são capazes, inclusive, de antecipar comportamentos humanos (Han, 2020). Por isso, Han conclui que “[...] os nossos hábitos digitais proporcionam uma representação muito mais exata de nosso caráter, e nossa alma, talvez até mais precisa ou mais completa do que a imagem que fazemos de nós mesmos” (Han, 2020, p. 85). Os

<sup>240</sup> Conferir a seção “3.1.3 Terceirização irrestrita” e “3.1.4 Reforma trabalhista”.

<sup>241</sup> Conferir a seção “2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo” em que tratamos do papel das instituições e das organizações neoliberais.

pesquisadores Wu Youyoua, Michal Kosinskib e David Stillwell, em um estudo chamado “*Computer-based personality judgments are more accurate than those made by humans*” (“Os julgamentos de personalidade baseados em computador são mais precisos do que aqueles feitos por humanos”), ao analisar apenas interações no *Facebook*, descobriram que modelos computacionais são mais precisos em julgar a personalidade de alguém do que seus amigos; o modelo ainda foi capaz de prever comportamentos, incluindo, atitudes políticas; e, em alguns casos, o computador superou a autoavaliação de humanos. Os autores concluíram – há nove anos! – que: “[...] Os computadores que ultrapassam os humanos no julgamento da personalidade apresentam oportunidades e desafios significativos nas áreas de avaliação psicológica, marketing e privacidade” (Youyoua; Kosinskib; Stillwell, 2015, p. 1036, tradução livre)<sup>242</sup>. Certamente, os autores sabem que computadores que são mais precisos do que humanos em julgar personalidades humanas têm grandes implicações sociopolíticas<sup>243</sup>.

É seguro demarcarmos divergências teóricas que temos em relação a Pierre Dardot, Christian Laval e Byung-Chul Han. De acordo com Han, o neoliberalismo “[...] elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje, cada um é um *trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa*. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa [...]” (Han, 2020, p. 14). Isto nos parece parcialmente claro diante daquilo que consideramos até então. É que o trabalhador nesta condição de auto exploração, de empresariamento de si mesmo, gera valor e mais valor que não permanece consigo. Ora, se aquilo que ele produz não permanece consigo, só pode estar sendo apropriado por um outro. Diferenciamos, portanto, o trabalhador empresário-de-si-mesmo que gera valor do capitalista que vive da expropriação do trabalho de outrem. O autor prossegue naquilo que parece ser uma de suas consequências lógicas: “[...] A luta de classes também se transforma em uma *luta interior consigo mesmo*” (Idem). E conclui:

Com efeito, no regime neoliberal não existe um proletariado ou uma classe trabalhadora que seria explorada pelo proprietário dos meios de produção.

---

<sup>242</sup> “[...] Computers outpacing humans in personality judgment presents significant opportunities and challenges in the areas of psychological assessment, marketing, and privacy.”

<sup>243</sup> De quando o estudo foi publicado surgiram novas formas de interações entre os seres humanos e os computadores, especialmente, o desenvolvimento da inteligência artificial. Algumas destas ferramentas estão disponíveis a quaisquer pessoas conectadas à rede mundial de computadores. Podemos supor, portanto, uma maior expertise na compreensão do ser humano.

Na produção imaterial, de um jeito ou de outro, cada um possui seu próprio meio de produção. O sistema neoliberal não é mais um sistema de classes em sentido estrito. Ele não se constitui por estratos antagônicos da sociedade. É aí que reside a estabilidade do sistema. A distinção entre proletariado e burguesia já não se sustenta. [...]. (2020, p. 15).

Em sentido clássico inexistente o proletariado fabril como forma de trabalho dominante, como das primeiras revoluções industriais. Não significa dizer, porém, que os dois polos da produção sob o signo do capitalismo tenham desaparecido. É que a exploração da força de trabalho e do tempo de vida se constitui em essência a própria acumulação capitalista. Em havendo trabalho vivo e trabalho abstrato, produção de valor e de mais valor, haverá expropriação do trabalho. O fato de o outro não estar identificado – ou ser diluído na antropomorfização do mercado – não descaracteriza sua existência; no entanto, demonstra como na financeirização da economia chegou-se a formas de dominação e de convencimento mais especializadas e mais abstratas. Por isso que Giovani Alves afirmou que nas condições contemporâneas de acumulação capitalista as lutas de classes “[...] tendem a agudizar-se e a se deslocar para dimensões ‘invisíveis’ do cotidiano e do trabalho [...]” (Alves, 2011b, p. 114). Dardot e Laval são mais comedidos do que Han: “[...] as classes mudaram profundamente ao longo do processo de neoliberalização [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 24), o que nos parece uma constatação mais adequada. O deslocamento das lutas políticas não significa o desaparecimento das lutas de classes.

As transformações nos meios e nos modos produção podem alterar a correlação de forças, com o desaparecimento ou encolhimento de algumas classes, como é o caso do operariado fabril, no entanto, não exclui, de forma nenhuma, a própria luta de classes e a existência da correlação de forças, em que trabalhadores são antagônicos a capitalistas. O que testemunhamos é que as novas formas de relações de trabalho, os meios e os modos novos de produção não mudam, em essência, as relações de trabalho, cuja finalidade é o lucro e a expropriação de mais valor. Pouco importa se o pagamento se dá por produto, por produção ou por hora de trabalho, se o salário é fixo ou se depende de metas autoimpostas. Uma parte detém o poder de mandar fazer e outra dispõe apenas de sua força de trabalho, como moeda de troca. Uma mulher que utilize as dependências de um salão de beleza, que leve parte de seus instrumentos de trabalho e sua carteira de clientes, coloca-se na mesma obrigação com a proprietária de repartir seus lucros.

Um homem que, ainda que faça horário diário de trabalho, levando em consideração o “preço dinâmico”, e que estabeleça metas pessoais a fim de sobreviver minimamente, depende completamente da plataforma digital sem a qual não pode negociar e com a qual reparte seus ganhos. Alguém que trabalha com comunicação, com marketing e com a criação de imagens vê-se emparedado com o desenvolvimento da inteligência artificial. Se, anteriormente, era possível saber pelo menos o nome do dono ou ver o seu retrato em alguém lugar do escritório, hoje não tem a menor possibilidade de saber quem são os acionistas que controlam a empresa e que tomam as decisões que afetam milhares de trabalhadores e trabalhadoras do outro lado do mundo; aqueles que manipulam os capitais especulativos.

O fato de o capitalismo neoliberal empregar técnicas mais avançadas de controle e de dominação, especialmente, sobre a subjetividade (Han, 2020), ocorre apenas porque o próprio capitalismo desenvolveu novas técnicas de poder sobre a produção e, conseqüentemente, sobre os corpos e as mentes. Que as novas formas de controle e dominação foram desenvolvidas para aprofundamento, manutenção e desenvolvimento do próprio capital não pode haver dúvidas. Os novos meios tecnológicos, por exemplo, de extração de riqueza, de formação de valor, são os mesmos utilizados como instrumentos *da* força de trabalho e como poder *sobre* a força de trabalho. É a forma da produção, a forma mercadoria, a espriar-se por toda sociedade, determinando as novas relações sociais mediadas pela mercadoria.

O desenvolvimento das formas e dos instrumentos de controle são resultado do próprio avanço do capitalismo, de aumento de lucro e de fortalecimento do próprio sistema capitalista. A questão principal permanece sendo o *valor*. Dito de outra forma: Como é possível aumentar as taxas de lucro? Diminuir os custos de produção e, logicamente, o valor da força de trabalho está entre as principais medidas adotadas desde sempre na era capitalista – aquilo que contemporaneamente se chama medidas de ajuste. Han omite, especialmente, quem controla o controle, quem manipula o poder, quem dá a palavra final. A subjetividade neoliberal não é fruto do acaso, nem do desenvolvimento natural das forças produtivas; é o resultado de um processo histórico, em que o ser humano, uma fração da humanidade, que detém os meios e os modos de produção, dispõe das condições objetivas de formação da subjetividade. Quem desenvolve e controla os algoritmos? Ainda que sejam criados por um trabalhador ou por uma trabalhadora, estão à disposição de alguém que o

utiliza para o lucro: tanto a funcionalidade dos algoritmos quanto os dados e as informações que são capazes de extrair e confeccionar. Por trás de uma inteligência artificial há uma inteligência humana cuja finalidade presente é o mais valor.

Segundo consideramos, o controle permanece o mesmo, em vista de que se trata de relações capitalistas. Não há como negar que são relações de mercado, relações assalariadas. Ainda que o “senhor” seja invisível, aparentemente inexistente, o poder existe. A questão não está na forma do exercício do poder, se coercitivo ou de convencimento, ou o nome a ser invocado, se “soberano”, se “imperador”, se “rei”, se “monarca”, se “dono”, se “possuidor”, se “amo”, se “proprietário”, se “patrão”, se “chefe” ou se “doutor”; não está nem mesmo se o controle se exerce de fora para dentro, isto é, externo, ou de dentro para fora, internamente. O valor da ideologia neoliberal é introjetado pela própria agenda ideológica de formação neoliberal. Empreendedorismo, competitividade, egoísmo etc. não são valores naturais do ser humano. São apreendidos porque são socialmente construídos. As questões essenciais são a permanência da exploração através do trabalho e a precarização das condições de trabalho, cujas implicações nos parecem evidentes são: “[...] a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto-referência pessoal” (Alves, 2011a, p. 3).

Mesmo que as contradições capitalistas não conduzam, inevitavelmente, à ruína do capitalismo e ao nascimento de uma nova ordem (Han, 2020; Dardot; Laval, 2016), como uma leitura economicista de Marx e de Engels pode sugerir, é certo que as contradições possibilitam questionar a própria ordem do capital. A omissão ou negação da concepção fundamental de classes sociais e de lutas de classes só pode servir aos interesses de uma classe: a que detém os meios e os modos de produção. O mesmo papel intencional ou não cumpre a diluição das classes, especialmente a trabalhadora, nos conceitos genéricos de humanidade ou de sociedade. As mesmas condições de estranhamento e de precarização do trabalho “[...] constituem um processo de conformação do sujeito humano que trabalha, caracterizado pela *quebra* dos coletivos de trabalho [...]” (Alves, 2011a, p. 10). Hector Benoit lembrou que “[...] em Marx [e podemos acrescentar Engels e a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético], o sujeito empírico psicológico-individual, o sujeito transcendental e o espírito absoluto, são superados dialeticamente por uma classe social, a classe operária [...]” (Benoit, 2009, p. 4). Nossa compreensão é a de que

permanece uma relação dialética entre sociedade e indivíduo quando, no interior da própria classe trabalhadora, se manifesta indivíduos em sociedade. Na percepção de Ivo Tonet: “[...] as classes sociais são o sujeito fundamental – não o único – tanto da história quanto do conhecimento” (Tonet, 2013, p. 15). As classes como sujeitos de transformações históricas e de produção de conhecimento é uma das bases da perspectiva materialista histórico-dialética.

Ao prescindir da luta de classes, um intelectual acaba omitindo a necessidade da transformação social. No máximo, resta-lhe apenas considerações reformistas. À medida que as pessoas se conformam com a construção social, com os meios e os modos de produção e de reprodução social, e não apenas aceitam como defendem a organização da sociedade, menor a percepção da necessidade de revolução. Por mais que o neoliberalismo se constitua, para alguns, uma nova forma de capitalismo, em nossa perspectiva, se trata do desenvolvimento do capitalismo: um capitalismo que responde, dialeticamente, às condições que ele engendrou e que o engendra. À medida que o capitalismo se faz, faz a sociedade; à medida que conforma, se forma e vice-versa. O capitalismo revoluciona constantemente a sociedade (Streeck, 2016) conforme revoluciona a si mesmo. Também é verdade que à proporção que se revoluciona, revoluciona a sociedade.

Como forma contemporânea do capitalismo, o neoliberalismo tem contado com dois importantes aliados a fim de “manipular”<sup>244</sup> a subjetividade humana: a educação e a religião. Assumindo que nem todas as religiões – ou expressões religiosas ou espiritualidades – coadunem com a concentração de renda e de riqueza e, portanto, com o capitalismo; porém, existem certas expressões religiosas que reproduzem o discurso neoliberal, utilizando-se tanto dos espaços religiosos considerados sagrados quanto da própria linguagem religiosa<sup>245</sup>. Os signos da religião são associados aos valores neoliberais. Nós estamos nos referindo a duas

---

<sup>244</sup> Geovani Alves considera uma “captura” da subjetividade. No entendimento do autor: “[...] ao dizermos ‘captura’ da subjetividade, colocamos ‘captura’ entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências ou lutas cotidianas. Enfim, o processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo *olhar*, mas nas instâncias socio-reprodutivas, como a pletera de valores-fetichismo e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias pré-consciência/inocência do psiquismo humano” (Alves, 2011b, p. 114).

<sup>245</sup> Conferir a seção “4.2 Capitalismo e religião” e a seção “4.2.1 Teologia da Prosperidade e Teologia da Batalha Espiritual”.

concepções teóricas religiosas: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio<sup>246</sup>. Como temos insistido: as bases das ideologias devem ser buscadas na realidade material. É no atual contexto das lutas de classes no capitalismo contemporâneo que se colocam as disputas em torno da educação e da religião.

### *2.3.3 Trabalho estranhado e estranhamento nas relações sociais.*

Precisamos retomar uma segunda chave marxiana que aprofunda a compreensão, acima discutida, acerca da formação subjetiva do trabalhador: o *trabalho estranhado*. As considerações acerca da subjetividade não podem prescindir das condições objetivas que as determinam. São as condições materiais de vida que formam, histórica e dialeticamente, a subjetividade. Neste sentido, como já demonstrado, as relações de trabalho e de família cumprem um importante papel. Por isso, nos propomos a retornar a Marx, neste particular<sup>247</sup>. Mesmo aqueles aspectos que podem parecer mais distantes – como a educação e a religião – não escapam das determinações vitais. As reflexões de Karl Marx são – retomando criticamente os economistas clássicos – a respeito da sociedade moderna em que uma de suas características é a produção e a acumulação de mercadorias. O autor observou que mesmo a economia nacional havia constatado “[...] que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção [...]” (Marx, 2010a, p. 79). Existe, portanto, dentro do próprio processo produtivo uma relação entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho. Há formas diferentes de aproximar-se da realidade, de compreendê-la e de interpretá-la: essa aproximação pode ser idealista e mistificada ou materialista. No segundo caso, buscamos compreender a realidade em sua aparência e em sua essência. E a realidade que se apresenta nas relações de trabalho é que

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna

<sup>246</sup> Conferir a seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas...”.

<sup>247</sup> [...] O que Marx quer mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja. (Chagas, 2013, p. 65).

uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, 2010a, p. 80).

Nas relações de trabalho e de produção dentro da economia capitalista ocorre uma inversão entre trabalhador e mercadoria: a valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens. À medida que vende sua força de trabalho, seu tempo de vida, e é inserido no processo produtivo, o trabalhador produz mercadorias à medida que ele mesmo se torna mercadoria. O trabalhador é uma mercadoria ao mesmo tempo imprescindível, porque gera valor, e descartável, pelas relações impostas através da produção. A efetivação que ocorre através das relações de trabalho – em que se cria valor e mais valor – é a desefetivação do trabalhador (Marx, 2010a). E, de acordo com Marx, “[...] o trabalhador é desefetivado até morrer de fome [...]” (Marx, 2010a, p. 80). No trabalho abstrato o trabalhador não se realiza, ele nega-se; é uma condição de estranhamento. Alves expressou bem a determinação histórica das condições de trabalho: “[...] a cisão primordial da pessoa humana é produto histórico da civilização do capital, com sua acumulação dita primitiva, e não um traço ontológico (ou biológico) na natureza humana” (Alves, 2011a, p. 22).

Marx apresenta quatro momentos do trabalho estranhado, em que o trabalhador produz o (produto de) valor apropriado por outro. O primeiro momento é (i) o estranhamento do produto. Mencionamos no parágrafo anterior a inversão que ocorre no processo produtivo. Para Marx: “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando [*ausarbeitet*], tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio [*fremd*] que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo [...]” (Marx, 2010a, p. 81). O empobrecimento do trabalhador é o enriquecimento do fruto do seu trabalho e, mais ainda, o fortalecimento das condições objetivas que o obrigam ao trabalho abstrato. Este empobrecimento ocorre no mundo interior do trabalhador – diríamos, em sua subjetividade – de maneira que o trabalhador menos pertence a si mesmo. E esta é uma condição objetiva na qual “[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (Marx, 2010a, p. 81), uma circunstância na qual “[...] a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha [...]” (Marx, 2010a, p. 81). O trabalhador perde o vínculo com o objeto que é fruto do seu trabalho. É uma relação estranhada;

cria-se algo que não se reconhece e nem lhe pertence<sup>248</sup>. Neste processo de estranhamento ocorre, ainda, uma diminuição – unilateralidade – do ser humano: “[...] O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (Marx, 2010a, p. 82). Alves denomina esta condição de “vida reduzida”: por estar aprisionado às condições de trabalho, o ser humano “[...] dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumida desenfreada, ele não se desenvolve como ser humano-genérico [...]” (Alves, 2011a, p. 23). O trabalhador é obrigado, permanentemente, a produzir e a adquirir mercadorias apenas para sua sobrevivência imediata.

Como explicou Marx, (ii) o estranhamento se apresenta “[...] também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva* [...]” (Marx, 2010a, p. 82). O meio através do qual o trabalho se realiza também é estranhado. Dito de outra forma: o próprio processo produtivo é um mecanismo de estranhamento do trabalhador. Ele estranha o produto e o desenvolvimento do trabalho<sup>249</sup>. Não é um trabalho “[...] voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório* [...] é um trabalho de autossacrifício, de mortificação [...]” (Marx, 2010a, p. 83). Estas palavras assumem uma conotação mais forte diante de outras palavras que se apresentam no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo: adequação, ansiedade, cansaço, depressão, liquidez. Se o trabalhador é obrigado ao trabalho abstrato para não morrer de fome, a condição de trabalho estranhado mata-o, onerando seu tempo de vida e tornando-o descartável, impedindo-o de realizar-se<sup>250</sup> e privando-o do trabalho concreto. Guardemos a noção de sacrifício<sup>251</sup>. Em seguida, (iii) a condição de trabalho

---

<sup>248</sup> Possivelmente, inspirado em Feuerbach, Marx escreve: “[...] É do mesmo modo na religião. Quando mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador [...]” (Marx, 2010a, p. 81). O estranhamento que ocorre no processo de produção é semelhante ao que acontece na religião.

<sup>249</sup> Novamente, Marx faz uma aproximação com a religião: “[...] Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.” (Marx, 2010a, p. 83).

<sup>250</sup> Um pequeníssimo número de profissionais pode escapar deste aspecto de autorrealização e, como afirmam, encontram sentido e são bem remunerados em suas atividades produtivas. Possivelmente, nesta categoria se encontrem alguns que fazem parte da burocracia do Estado ou dos aparelhos ideológicos. Estes casos apenas confirmam a realidade do trabalho estranhado como forma dominante.

<sup>251</sup> Conferir a seção “2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo” e a seção “4.2 Capitalismo e religião”.

[...] estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (Marx, 2010a, p. 84).

A condição do trabalho sob o capitalismo é de estranhamento em relação ao produto, à produção e ao gênero humano. Impõe-se ao trabalhador uma relação estranhada com o coletivo, com o social, com o universal. Por isso, a ênfase no individualismo – e não apenas no indivíduo. A própria necessidade imediata de sobrevivência contribui para esse processo de estranhamento, com preocupações concentradas no próprio indivíduo e na intensificação da competitividade. Os indivíduos se vêem obrigados a lutar por si e por suas necessidades imediatas objetivas de sobrevivência. Por fim, Marx destaca (iv) “[...] o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem*” (Marx, 2010a, p. 85). Neste contexto de estranhamento, os seres humanos lutam entre si porque há interesses antagônicos de classes; porque a divisão do trabalho impôs duas classes distintas; porque os trabalhadores são feitos concorrentes; porque predomina a ética imposta do egoísmo. O autor esclarece: “[...] a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (Marx, 2010a, p. 86). Um ser humano que se torna instrumento para a riqueza de outro – ou, em termos marxistas, mercadoria que gera dinheiro – corrompe a subjetividade do ser humano, o ser em sua essência. Alves expressou a determinação histórica do trabalho: “[...] a cisão primordial da pessoa humana é produto histórico da civilização do capital, com sua acumulação dita primitiva, e não um traço ontológico (ou biológico) na natureza humana” (Alves, 2011a, p. 22).

As relações sociais de trabalho estranhado ocorrem no interior e a partir da sociedade em que uma pequena parcela se apropria da riqueza. É um trabalho comprometido com o acúmulo de renda e a concentração de riqueza. O processo produtivo estranhado determina, histórica e dialeticamente, as relações sociais, a formação da subjetividade, a constituição dos sujeitos. A educação e a religião, sob determinados aspectos – sublinhamos a educação neoliberal e a religião fundamentalista –, são desdobramentos dessa mesma realidade estranhada, cuja superação é imprescindível. Ou seja, “[...] enquanto a raiz social (a sociedade) da fragmentação, da mutilação humana, não for superada, a dor, o sofrimento subjetivo não pode ser aliviado, sossegado” (Chagas, 2013, p. 67). É possível – vislumbrando

outra condição de produção material<sup>252</sup> – inverter as quatro determinações negativas em positivas: um produto que seja reconhecido pelo trabalhador; um trabalhador que identifica o processo produtivo e a si mesmo na ação produtiva; trabalhador e processo de trabalho que manifestem o gênero humano; e que assegure o homem pelo próprio homem. Enfim, o trabalho abstrato pelo trabalho concreto; o valor de troca pelo valor. Diante do quadro mais geral de estranhamento e de adoecimento – de distensão do projeto neoliberal – agudizam-se as condições de adoecimento e estranhamento, fatores estes crônicos do capital.

Neste contexto, os sujeitos respondem as condições de trabalho a partir de suas realidades de desenvolvimento humano, uma realidade de trabalho que “[...] tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporeidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos)” (Alves, 2011b, p. 114). A condição geral de angústia, de ansiedade, de assédio, de cobrança, de desespero, de fome e de pressão acaba por, inevitavelmente, afetar o corpo: o cansaço mental, o esgotamento, a exaustão, a insônia, o raquitismo, a taquicardia, o tédio, a tristeza etc. Simultaneamente, aquilo que afeta o corpo afeta a mente. Segundo consideramos, o ser humano é um todo conectado e interligado e as divisões entre corpo e mente são apenas didáticas. Mesmo o suicídio pode estar relacionado às condições objetivas de existência<sup>253</sup>. A

---

<sup>252</sup> “O comunismo na condição de suprassunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto apropriação afetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (*Auflösung*) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação (*Selbstbestätigung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução” (Marx, 2010a, p. 105).

<sup>253</sup> O que parece ter surpreendido Peuchet e Marx é que alguns suicídios ocorrem por razões econômicas. Esta foi a mais importante descoberta do artigo *Sobre o suicídio*. O suicídio pode ser consequência da forma como a sociedade se organiza: um sintoma da luta social (Marx, 2006). Por sintoma deve-se compreender que “[...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...]” (Marx, 2006, p. 25). Eles constataram, ainda, que o suicídio tem diferentes fatores entre ricos e pobres: “O número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade; pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. A prostituição e o latrocínio aumentam, então, na mesma proporção [...] As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um nível

miséria adoece<sup>254</sup>. Alguém pode perguntar: “Se for assim como você diz, por que nem todos adoecem?” É preciso observar, nestes casos, como afirmou Alves, “[...] a dialética entre particularidade social e singularidade pessoal de classe [...]” (Alves, 2011a, p. 25). Sob uma mesma condição de exploração e de precarização do trabalho, de controle social e de incentivo à competitividade e ao individualismo, alguns se submetem – a despeito das consequências imprevisíveis – e outros somatizam; alguns se revoltam e outros não, “[...] o que vai depender da dialética entre particularidade social e singularidade pessoal de classe [...]” (Idem).

## 2.4 Estado, Democracia e a Constituição Federal de 1988

Por várias razões, torna-se necessário tratarmos de um tema complexo, o *Estado*. Talvez, entre os principais motivos sejam, à luz do nosso objeto, as relações dialeticamente interdependentes entre Estado e capital, Estado e educação e Estado e religião. Portanto, falar em capital, em educação e em religião é falar sobre o Estado, direta e indiretamente. Ocultar o Estado das discussões que envolvam o capital, a educação e a religião só pode servir aos interesses de ocultar a realidade social ou parte dela, isto é, a função e a importância do Estado na perpetuação do capitalismo<sup>255</sup> e suas estruturas ideológicas. Em vista disso, traçaremos algumas reflexões acerca do *Estado* articuladas à Democracia e à Constituição Federal de 1988.

---

social mais abastado [...]” (Marx, 2006, p. 24). Precisamente, foi David Émile Durkheim que deu um caráter sociológico ao suicídio e, como resultado, publicou, em 1897, a obra *O suicídio*, texto fundamental que fundou a Sociologia moderna, no qual trata do suicídio egoísta, do suicídio altruísta e do suicídio anômico. O que realmente surpreende é que Peuchet, Marx e Engels chegaram à conclusão – que consideramos principal acerca das condições de vida – cinquenta anos antes.

<sup>254</sup> “[...] A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo que necessita onde encontrar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou a morte por fome. Sem dúvida, há entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, roubar; esses morreram de fome ou se suicidaram. Porque no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda da Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria” (Engels, 2010, p. 155).

<sup>255</sup> Tivemos a oportunidade de considerar essa estratégia de ocultamento da relação Estado-capital por parte dos teóricos neoliberais. Conferir a seção “2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo” e a seção “2.2.1.3 Três teóricos neoliberais propagandeados no Brasil”.

### 2.4.1 O Estado contemporâneo está a serviço das classes dominantes

O Estado contemporâneo é uma expressão política dos interesses das classes burguesas e do sistema capitalista. Mesmo que um determinado tipo de mercado e um determinado tipo de Estado não sejam, necessariamente, consensuais, o Estado burguês existe em função da burguesia. Seria possível afirmar que o Estado liberal existe em função do mercado e que a designação “Estado democrático de direito” é apenas uma outra forma de se referir ao Estado burguês ou ao Estado liberal, ou, ainda, ao direito do mais forte<sup>256</sup>. Em todo caso, permanece a relação interdependente entre Estado moderno e capital. A existência do Estado contemporâneo está em seu caráter essencialmente ideológico<sup>257</sup>, está em ser a expressão política das classes dominantes, está na decisão política favorável à expropriação do mais valor<sup>258</sup>, em mediar os possíveis conflitos de classes, em manter a ordem do capital<sup>259</sup>, em garantir as regras do livre mercado e, em casos extremos, o maior aparato repressor da burguesia.

Esta caracterização geral do Estado não exclui o real em movimento – a dinamicidade das sociedades humanas –, as lutas de classes e a correlação de forças. Ao contrário, acentua o Estado como existe na atualidade, como resultado e como expressão das lutas de classes e das correlações de forças. Nossa perspectiva teórico-metodológica consiste em compreender o “[...] processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 42). Significa dizer que para compreender o Estado e a sociedade civil, por exemplo, é imprescindível a categoria da totalidade, da relação que existe, dialética e

---

<sup>256</sup> “[...] o direito do mais forte também é um direito, e que o direito do mais forte subsiste sob outra forma em seu ‘estado de direito’” (Marx, 2011b, p. 43).

<sup>257</sup> “[...] Marx denuncia com extrema clareza o aspecto ideológico desta presumível teoria: o Estado não é apenas um instrumento, um aparato, um conjunto de aparatos, dos quais o principal é aquele que serve ao exercício da força monopolizadora, mas é um instrumento que serve à realização de interesses não gerais, mas particulares (de classe). Marx chega a esta conclusão quando revir a concepção precedente das relações entre sociedade e Estado [...]” (Bobbio, 1979, p. 30).

<sup>258</sup> “[...] Esse tipo de desenvolvimento [da produção de riqueza, da modalidade de apropriação/expropriação e a garantia de sua continuidade] traz consigo a ativação necessária do desdobramento e da união das forças dos *costumes, da tradição e da legalidade* a serviço do processo *global* (abrangente) de *tomada de decisão*, voltado para a *apropriação expropriadora* do tipo histórico [...]” (Mészáros, 2021, p. 93).

<sup>259</sup> “[...] Pois a função corretiva vital das formações estatais historicamente constituídas do capital sempre foi a manutenção e o fortalecimento dos imperativos autoexpansionistas materiais irreprimíveis do sistema, e estes continuam os mesmos inclusive em nosso tempo histórico [...]” (Mészáros, 2021, p. 161-162).

materialmente, entre a produção da vida e as formas de consciência, as maneiras como os povos sobrevivem e se organizam social e materialmente.

[...] A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio (Marx; Engels, 2007, p. 93).

Com o redesenho do Estado pelo neoliberalismo, o Estado não apenas se mantém fiel ao seu destino como comitê gestor dos interesses da burguesia<sup>260</sup>, como, sob os auspícios dos capitalistas, passa a se especializar em suas tarefas referente à relação *capital-trabalho*. Tim Gurner, CEO do *Gurner Group*, em entrevista, afirmou que é importante que a taxa de desemprego salte para 40% ou 50% a fim de que as empresas tenham mais controle sobre os trabalhadores; que, para isto, é preciso que haja sofrimento na economia, “sangrando a economia”; e que “[...] Os governos ao redor do mundo estão tentando aumentar o desemprego para conseguirem uma certa normalidade [...]” (Granado, 2023). Este tipo de declaração expressa muito bem a realidade das lutas de classes ou, mais precisamente, o pensamento das classes dominantes e o papel do Estado nas relações entre as principais classes.

A fala mencionada no parágrafo anterior advém de um dos lados dessa luta de classes; lamentavelmente, aquele que parece ter maior consciência da luta, a classe dominante. Em certo sentido, não seria de estranhar. A forma pela qual as empresas exercem maior controle sobre os trabalhadores é quando as taxas de desemprego aumentam<sup>261</sup>. O sangramento da economia significa, em termos concretos, o sangramento das classes trabalhadoras. É esta classe que, com suor e sangue, vendendo tempo de vida, tendo seu trabalho explorado, produz a riqueza expropriada pelas classes dominantes – é a classe sacrificada. Karl Marx descobriu que: “[...] quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* [...]” (Marx, 2017b, p. 719-720).

<sup>260</sup> “[...] O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2010b, p. 42).

<sup>261</sup> Como afirmou Perry Anderson: “[...] o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente [...]” (Anderson, 2003, p. 14). “[...]el crecimiento de las tasas de desempleo, concebido como un mecanismo natural y necesario de cualquier economía de mercado eficiente [...]”.

Porém, para que isso aconteça – que a economia sangre, que o desemprego aumente e que com estas medidas as taxas de lucro subam – é preciso a atuação dos governos, do executivo no Estado. O Estado e seus agentes políticos atuam, diretamente, no aumento ou na redução das taxas de emprego, através dos investimentos públicos e de sua intervenção na economia. Por tudo isso, e pela lógica da política econômica neoliberal, é importante realizar a *austeridade fiscal*: o discurso apregoado pelos agentes do Estado, por agentes do mercado financeiro, pelos ideólogos e pela imprensa comercial: o ajuste fiscal, a regra fiscal, a disciplina fiscal, a relação receitas-despesas etc. para manter ou aumentar a taxa de desempregados. Diante da repercussão negativa, Tim Gurner se desculpou.

A humanidade assiste a uma imensa concentração de renda e de riqueza. Em 2023 o número de bilionários alcançou o recorde histórico: são 2.781 pessoas no mundo, com a fortuna somada de US\$ 14,2 trilhões<sup>262</sup>. Se os bilionários fossem um país, seria a 3ª maior economia do mundo<sup>263</sup>. As taxas de lucro estão vinculadas ao sistema financeiro e à produção. Na grande maioria das nações há garantias legais e repressivas à circulação do capital. Basta considerar o desenvolvimento das indústrias bélicas no final do século XX e no início do século XXI, como formas de poder político e de poder econômico, e as novas legislações e as adoções de medidas do receituário neoliberal. A própria estrutura do capitalismo proporciona as condições objetivas – e subjetivas – à reprodução do capital nas circunstâncias atuais. O Estado é um destes elementos-chave e, com ele, agentes da burocracia estatal.

Nas atuais circunstâncias, o Estado neoliberal é a resposta adequada ao neoliberalismo, em uma relação social dialética em que Estado e neoliberalismo se retroalimentam e aprofundam as relações de expressão e de interdependência, nas quais ambos dependem um do outro e se expressam adequadamente. O neoliberalismo seria um tipo de política econômica para o capitalismo em crise, para a crise do Estado de Bem-estar Social, portanto, uma teoria que propõe um modelo de Estado neoliberal. Tanto o Estado moderno quanto o neoliberalismo afirmam existir

---

<sup>262</sup> Segundo Tamara Nassif: “Existem mais bilionários do que nunca, cravou o ranking anual da Revista Forbes nesta segunda-feira (1º). São 2.781 no mundo todo, com uma fortuna somada de US\$ 14,2 trilhões –141 pessoas a mais do que em 2023 e 26 a mais do que em 2021, quando o recorde foi estabelecido. O montante, na mesma base de comparação, subiu US\$ 2 trilhões desde 2023, e US\$ 1,1 trilhão desde o recorde de 2021” (Nassif, 2024).

<sup>263</sup> “A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado [...]” (Marx; Engels, 2010b, p. 50-51).

liberdade, representatividade política, representatividade social e o sistema de freios e contrapesos para o Estado e o para mercado. No entanto, isto não significa que o neoliberalismo tenha apreço pela Democracia. Apesar de já termos considerado a relação entre neoliberalismo e Democracia<sup>264</sup>, mais adiante retornaremos ao tema.

O Estado é o grande agente a garantir a apropriação privada do *mais valor*. Leda Maria Paulani foi assertiva: “O Estado sempre funcionou no Brasil como a locomotiva do processo de acumulação [...]” (Paulani, 2021, p. 97). Além de cumprir seu objetivo histórico-social – o capitalismo só existe graças ao Estado moderno –, o Estado contemporâneo atua garantindo o rentismo e o pagamento dos juros. Um pouco do excedente – através de impostos e de tributos – fica com o próprio Estado a fim de manter-se e para certo consolo aos trabalhadores e às trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho, acidentados, adoecidos, “inválidos” e aposentados. Porém, este valor é irrisório frente ao montante transferido, política e legalmente, aos capitalistas. O Estado contemporâneo mantém a lei e a ordem, ou seja, o controle monetário e a execução dos contratos; atua garantindo a formação ideológica e a repressão; age defendendo a propriedade privada; arbitrando as lutas de classes, quando necessário, mas obedecendo a regras (capitalistas) pré-determinadas. Ao contrário de Hayek (2010), o Estado é o ente que dá segurança às classes privilegiadas, os capitalistas<sup>265</sup>. Como Marx questiona e responde:

[...] Qual é, então, o poder do Estado político sobre a propriedade privada? O *próprio poder da propriedade privada*, sua essência trazida à existência. O que resta ao Estado político, em oposição a essa essência? A *ilusão* de que ele determina, onde ele é determinado [...] (Marx, 2013, p. 122).

O poder do Estado é o poder da propriedade privada. A ideologia política transmite a ideia de que o Estado determina quando, de fato, ele é determinado política e economicamente em uma relação dialética entre Estado e capital. De acordo com István Mészáros: “[...] As formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como *executoras* eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem socio-reprodutiva estabelecida [...]” (Mészáros, 2021, p. 200). Ao ser uma das principais instituições do capitalismo, trazer em sua gênese a relação

<sup>264</sup> Para uma aproximação acerca do neoliberalismo e da Democracia, conferir a seção “2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo...” e a seção “2.2.1.3 Três teóricos neoliberais...”.

<sup>265</sup> Para uma compreensão inicial acerca do neoliberalismo e do Estado ou relativa à compreensão que alguns neoliberais têm sobre o Estado, conferir a seção “2.2.1.2 As principais características do neoliberalismo...” e a seção “2.2.1.3 Três teóricos neoliberais...”.

Estado-capital, o Estado deve ser capaz de cumprir suas funções frente ao capitalismo. A repressão é uma medida extrema de impor limites. A repressão se apresenta quando outros mecanismos – ideológicos ou consensuais – falham ou se tornam incompletos. Pode ser utilizada para reprimir manifestações e protestos por mais justiça, por mais igualdade, por mais direitos, como a primeira reação às manifestações de rua em 2013 ou como nos casos de manifestações e protestos de profissionais da educação. No entanto, o principal fator limitador dos indivíduos nas sociedades capitalistas é o mercado. Ele impõe todas as fronteiras e limites. Ele que estabelece, diretamente ou não, o que é liberdade, o que é igualdade e o que é fraternidade. Ele mesmo demarca a possibilidade de consumo e de acesso aos bens essenciais e aos bens supérfluos. O mercado acaba, de uma forma ou de outra, estabelecendo as relações sociais. Relações sociais – como temos nos apropriado – são as relações mediadas pela forma mercadoria. É o mercado que impõe sua agenda ao Estado neoliberal que, dialeticamente, existe para dar conta do neoliberalismo.

Acentuou-se durante e após a promulgação da Constituição Federal de 1988 uma disputa pelo Estado e pelas Políticas de Estado<sup>266</sup>. Em um primeiro momento, diante do ímpeto democratizante, com o fim da Ditadura Civil-militar e o clamor social por Democracia, e a exigência de que, através da política (e do Estado) problemas estruturais da sociedade brasileira fossem enfrentados, imaginou-se uma vitória do segmento social que exigia mais direitos. A nova Constituição, denominada de “Constituição Cidadã”, parecia aglutinar os anseios de diversos setores da sociedade, especialmente, os mais vulneráveis. Por segmentos mais vulneráveis nos referimos àqueles historicamente marginalizados e penalizados durante a formação social do Brasil. Conquistas da nova Constituição foram evidentes, como a universalização da educação. Tivemos oportunidade de mencionar a relação entre

---

<sup>266</sup> “[...] a democratização, com ápice na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ampliar o Estado Brasileiro pela via da Política - a grande Política no dizer gramsciano - construindo o Estado Democrático de Direito, com afirmação e reconhecimento jurídico-institucional dos Direitos Sociais, como fundamento de Políticas Públicas Ampliadas, de caráter universalizante; a *experiência tardia, intensiva e dependente de ajuste ao capitalismo financeirizado*, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capital, na configuração de um *Estado Ajustador - Estado que ajusta e ajusta-se às imposições dos padrões de acumulação capitalista* - a limitar, de diferentes formas, a força da Política, a restringir o domínio da Democracia, desenvolvendo Políticas Públicas Macro Econômicas de Ajuste, a privilegiar superávit primário, equilíbrio da balança comercial, no sentido da rentabilidade do capital financeiro e produzindo, ao mesmo tempo, uma precarização das Políticas Públicas, direcionadas para o atendimento da população brasileira [...]” (Carvalho; Guerra, 2016, p. 271-272).

alfabetismo/analfabetismo e o direito ao voto<sup>267</sup> e os movimentos populares pela educação. No entanto, entre a Lei e sua efetivação existe um abismo que só pode ser transporto pelas lutas de classes e pela correlação de forças<sup>268</sup> favorável aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Outra questão importante e contraditória é a gestão do Estado. Queremos dizer, a administração do Estado, o gerenciamento do Estado. O pensamento que ganha força é que o sucesso do Estado depende de sua gestão. É uma compreensão que advém, sobretudo, da esfera privada, para criticar não apenas a ineficiência do Estado, mas o próprio Estado em suas políticas universais. A ciência da administração concede sua grande contribuição. Essa ideia é a porta de entrada para outras, como a gestão privada do Estado, ou seja, dos bens do Estado, de sua estrutura administrativa e de sua estrutura executiva. Nas campanhas eleitorais, por exemplo, certos candidatos se apresentaram como sendo gestores<sup>269</sup> e não políticos, especialmente, aqueles advindos da iniciativa privada – na boa intenção de contribuir com a administração pública – ou que não possuem uma longa carreira política. Em certos momentos, essa perspectiva se consolidou na expressão “perfil técnico”<sup>270</sup> para cargos eletivos ou cargos de indicação política ou no conceito de *outsider*<sup>271</sup>. Não é difícil perceber que afirmar-se gestor ou técnico é, em si mesmo, declarações políticas. Faz-se política negando-a. Aproveita-se, em geral, da antipolítica ou do discurso antissistema para fazer exatamente o contrário do que afirma: política. Em termos puramente administrativos – portanto, considerando apenas o discurso a respeito da

---

<sup>267</sup> Conferir a seção “2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira”.

<sup>268</sup> “[...] a Lei impõe a si mesma com base em decretar categoricamente a própria viabilidade constitucional em sua simbiose com a relação de forças estabelecida e continuará a prover sua legitimação do Estado com a mesma pretensão categórica radicada na força, até que haja uma mudança mais expressiva na própria relação de forças [...]” (Mészáros, 2021, p. 163).

<sup>269</sup> Merece destaque a campanha de João Dória à Prefeitura de São Paulo apresentando como gestor: “[...] Eu sou gestor. Não tenho nada contra políticos. Mas eu não sou um [...]” (Tavares; Ribeiro, 2017). O mesmo discurso se manteve quando à frente do cargo, consolidando, discursivamente, a imagem que a política deve ser realizada por gestores.

<sup>270</sup> Após a vitória eleitoral à Presidência da República, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro insistiu no que tinha afirmado na campanha eleitoral, em 2018, de que seu ministério seria composto de nomes técnicos.

<sup>271</sup> “[...] Apesar do uso um tanto indiscriminado do termo, podemos dizer que, em geral, o *outsider* preenche ao menos duas destas três características: 1) concorre em eleições por um partido novo ou marginal ao sistema partidário; 2) não tem experiência na política institucional; 3) adota um discurso *anti-establishment* político [...]” (Picussa, 2023, p. 22). Para a utilização dessa categoria pela extrema direita conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita” e a seção “3.3.1 Consórcios pelo poder: estranha e complexa trama do bolsonarismo”.

gestão técnica da coisa pública – o Estado bem gerido é aquele eficiente e eficaz. A boa execução do Estado está intimamente relacionada à função do Estado.

A gestão ou a administração do Estado se impõe como questão importante e contraditória para partidos chamados de progressistas ou de esquerda. Também para eles a gestão ou a administração do Estado está como problema. Ao se referir à política inglesa, Marx constatou que “[...] Nenhum dos partidos vê a razão na política em si; ao contrário, cada um a vê somente na política do partido contrário; nenhum dos dois partidos sequer sonha com uma reforma da sociedade” (Marx; Engels, 2010a, p. 30). O autor observou que os partidos apenas transferiam a culpa pelas condições gerais de pauperismo de parte da sociedade inglesa ao outro partido. Eles identificavam “[...] a razão do pauperismo numa *falha de administração e de beneficência* e, em consequência, valer-se de *medidas administrativas e beneficentes* como meio para sanar o pauperismo” (Marx; Engels, 2010a, p. 32). As soluções que os partidos apresentavam para uma questão real eram melhor administração do Estado e maior generosidade dos cristãos. Aparentemente, os políticos não conseguiam enxergar a raiz do problema – e travavam a inútil luta com os galhos.

O Estado *jamaiz* verá no “Estado e na organização da sociedade” a razão das *mazelas sociais*, como exige o prussiano do seu rei. Onde quer que haja partidos políticos, cada um deles verá a razão de *todo e qualquer* mal no fato de seu adversário estar segurando *o timão do Estado*. Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência *do Estado*, mas em uma determinada *forma de Estado*, que querem substituir por *outra* forma de Estado.

Do ponto de vista político, Estado e *organização da sociedade* não são *duas* coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade. Na medida em que o Estado admite a existência de anomalias sociais, ele procura situá-las no âmbito das leis da natureza, que não recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da *vida privada*, que é independente dele, ou ainda no âmbito da *impropriedade* da administração, que é dependente dele [...]. (Marx; Engels, 2010a, p. 38).

A questão radical que se impõe não é apenas de administração do Estado e, sim, a existência do Estado. O Estado e a organização da sociedade são uma e a mesma coisa. Uma exposição didática do Estado e da organização da sociedade não pode tratá-los como inimigos ou opositores. A organização social capitalista exige um Estado capitalista. Os discursos de naturalização das condições sociais desiguais e de culpabilização exclusivamente individual por uma condição social de miséria e empobrecimento só podem servir para ocultar a forma de organização excludente e desigual de organização da sociedade e do Estado. Por isso que a gestão ou a

administração do Estado se impõe não apenas como questão importante e contraditória para partidos chamados de progressistas ou de esquerda, mas como um tipo de armadilha aos chamados progressistas e de esquerda: Para Marx: “[...] O entendimento *político* é entendimento *político* justamente porque pensa *dentro* dos limites da política [...]” (Marx; Engels, 2010a, p. 40). Ao se propor a administrar ou a gerir o Estado, os políticos progressistas ou os políticos de esquerda devem fazer exatamente o que se propõem: administrar ou gerir o Estado capitalista. Caso percam a perspectiva eminentemente revolucionário do fencimento<sup>272</sup> do Estado, permanecerão apenas como administradores ou gestores do Estado capitalista.

#### 2.4.2 Crise da Democracia liberal

Diversos autores têm sinalizado a crise contemporânea nas democracias ocidentais<sup>273</sup>. Em nossa compreensão, a democracia está em crise porque o capitalismo está em crise. Dito de outra maneira: a crise da democracia é a crise do capitalismo. A crise do capitalismo se espraia por todas as dimensões da sociabilidade humana o que inclui, inevitavelmente, as formas políticas e as representações políticas. Por certo, não significa que se não houvesse crise do capitalismo não haveria um certo “soluço” Democracia. A democracia moderna surge porque, na luta capital *versus* trabalho, o trabalhador não pode ser eliminado, mas precisa ser mantido acorrentado à sua função socialmente estabelecida na divisão do trabalho. Neste rastro, surgem todas as instituições que devem sustentar o capitalismo, principalmente, o Estado democrático de direito.

A Democracia está em crise porque o próprio capitalismo é a crise da Democracia. O capitalismo é o espinho na carne da Democracia. Isto ocorre em dois sentidos: a gênese da Democracia está na revolução cuja vitória foi da burguesia; a segunda questão é que a forma mercadoria centralizada no acúmulo de riqueza é o limite da Democracia. Atílio Borón lembra que a América Latina “[...] em seus quase dois séculos de vida independente não conheceu uma única revolução burguesa que

---

<sup>272</sup> Segundo Mészáros: “Marx nunca abandonou sua visão de que a mudança radical necessária da ordem sociometabólica do capital é inconcebível sem a total superação do poder preponderante das formações estatais do sistema reprodutivo material estabelecido [...]” (Mészáros, 2021, p. 181). O próprio Mészáros se dedicou a este problema expondo suas reflexões iniciais em *Para além do Leviatã, crítica do Estado*, infelizmente, inconclusa.

<sup>273</sup>A título de exemplo: Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *Como as democracias morrem*; Yascha Mounk, *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*.

tivesse culminado na instauração de um regime democrático estável [...]” (Borón, 1995, p. 64). De fato, o continente latino-americano é palco das mais diversas ditaduras sem que, por um único dia, o capitalismo estivesse ameaçado ou a democracia real consolidada. Observamos que o neoliberalismo convive muito bem com regimes de exceção. Em países latino-americanos o projeto foi de “[...] consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista, não introduzir a democracia burguesa [...]” (Borón, 1995, p. 64).

A Democracia burguesa está em crise porque está submetida ao capitalismo. Nesta condição, inevitavelmente, a Democracia sempre estará em crise porque terá que responder aos anseios do capitalismo, ou seja, a concentração de renda e riqueza, a desigualdade oriunda de um sistema em que alguns concentram meios e modos de produção e outros são obrigados a vender sua força de trabalho, a vender-se. A Democracia enfrentará crises porque o capitalismo experimenta crises constantes, advindas de sua própria produção e reprodução socioeconômica. Em verdade, só é possível resolver a crise da Democracia resolvendo as crises capitalistas; e as crises capitalistas só podem ser efetivamente solucionadas com a superação do capitalismo. Esboçamos um aspecto chave da ideologia neoliberal: a aparente contradição entre capitalismo e Estado. Em uníssono, os teóricos neoliberais apresentam o Estado como um ente contrário ao capitalismo<sup>274</sup> e sua expressão contemporânea, o neoliberalismo. Segundo Saad Filho, essencialmente, o “[...] neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista [...]” (Saad Filho, 2011, p. 6). De fato, deve ficar claro que, sem o Estado, o neoliberalismo se torna não apenas inviável, mas impossível.

Olhando para o século passado é possível constatar, com certa facilidade, que foram duas Monarquias Parlamentaristas europeias – que se tornariam duas grandes democracias – que deram à luz aos regimes de extrema direita que marcaram profundamente o mundo contemporâneo: o fascismo e o nazismo. A Itália permaneceu em crise após o desfecho da I Grande Guerra. Benito Mussolini fundou o Partido Nacional Fascista e foi eleito, em 1921, ao Parlamento e, após a *Marcha sobre Roma*, em outubro de 1922, seria designado como Primeiro Ministro Italiano.

---

<sup>274</sup> A este respeito – do discurso neoliberal de que o Estado é contrário ao neoliberalismo – remetemos, novamente, à seção “2.2.1.1

Oriundo da República de Weimar, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – como seria denominado –, após uma tentativa fracassada de golpe de Estado, se reorganizou e rapidamente chegou ao poder, com grande organização e apoio social, diante da Crise de 1929, que se espalhou pela Alemanha. Adolf Hitler acumulou, em 1934, as funções de Chanceler do Reich e *Führer*. Tanto o fascismo quanto o nazismo conduziram seus partidos ao poder por vias democráticas, respeitadas as ordens constitucionais e se estabeleceram como autoridades máximas com forte apoio popular, se apresentaram como alternativas diante da I Grande Guerra e contra a ascensão dos socialistas. Deveríamos considerar, ainda, os imperialismos britânico e norte-americano, Monarquia Parlamentarista e Democracia, respectivamente. No caso daquela que se apresenta como a maior democracia ocidental, seria imprescindível analisar a segregação racial e o sistema eleitoral<sup>275</sup>.

É uma ilusão acreditar que seja possível preservar a Democracia e se omitir das questões econômicas. O ilusionismo está em fazer crer que economia se trate de ciência exata. O conceito antigo, a ser retomado, é que a economia é uma ciência política. A economia é a economia política. Ou seja, em medidas econômicas, de micro e macroeconomia, há interesses políticos distintos. Ainda assim, falar em política pode não esclarecer muito. É político no sentido de conduzido pela política, no espaço público, organizacional, e, também, social, por parte da sociedade, de homens e mulheres, de interesses privados. Não da totalidade da sociedade e, sim, de parte dela. Por isso que, de fato, a economia tem uma condução política cujo objetivo é privado, em atender aos interesses de poucos. No Brasil contemporâneo, isso se evidencia ainda mais na política de pagamento da Dívida, fora do Teto dos Gastos; na política de preços da Petrobrás, a paridade internacional; na política de reajuste do salário-mínimo, de desindexação dos salários da inflação, de possível inclusão dos pisos da educação e da saúde no Arcabouço Fiscal; na política de juros do Banco Central. Portanto, economia é política e não matemática.

A fragilidade da Democracia brasileira pode não estar na afirmação, recorrente, de que “as instituições estão funcionando” e, sim, na própria composição e no exercício da Democracia. O “funcionamento das instituições” contra a maior expressão da vontade popular, o voto, seria apenas um sintoma da crise. Devemos,

---

<sup>275</sup> Voltaremos a considerar os Estados Unidos por ocasião da eleição de Donald Trump. Conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita”.

inclusive, desconfiar sempre que alguém afirma (dia sim e dia também) que “as instituições estão funcionando”. A insistência dessa declaração só se justifica quando ela estiver em xeque, ou seja, sua ratificação é sua negação efetiva. Quando as instituições estão, realmente, funcionando, torna-se desnecessário o anúncio teimoso de que elas estão trabalhando normalmente. É essa “normalidade da Democracia” que não responde aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, por estar circunscrita nos termos da divisão de classes. De acordo com Wolfgang Streeck, “Ao final da década de 1960 começou a estar claro que o capitalismo e a democracia não podem funcionar juntos sem debilitar-se mais ou menos efetivamente de modo recíproco [...]” (Streeck, 2016, p. 251)<sup>276</sup>.

Foi nos marcos da Democracia, seguindo o devido processo legal – os ritos legislativos, executivos e judiciários – que todas as contrarreformas no Brasil foram aprovadas<sup>277</sup>. E, como consequência, a exclusão de milhões de pessoas da composição e do exercício da Democracia: a ampliação da concentração de renda e riqueza; o crescimento do desemprego, do trabalho informal; a terceirização irrestrita e a flexibilização do trabalho; o aumento da população de rua, incluindo, idosos e crianças; a expansão dos desmatamentos e da apropriação de terras indígenas; a proliferação da violência urbana e intrafamiliar; o prolongamento da falta de acesso à educação, saúde, saneamento básico, cultura e lazer; a multiplicação de células nazistas etc. Não como repartição dos ônus e dos bônus<sup>278</sup>, mas como resultado e consequência da Democracia como construída ao longo de décadas<sup>279</sup>. Esse aspecto é de tal proporção que o Congresso avalizou todas as contrarreformas implementadas desde o *golpe* da Presidente Dilma Rousseff e, sob os poderes da República, assistimos à trágica condução das políticas de saúde durante da Pandemia da Sars-Cov-2. Neste sentido, estritamente jurídico, nada foi “inconstitucional” ou “ilegal”. O Brasil da primeira quadra do século XXI permanece constituído por muitos Brasis, e, ainda assim, democrático.

---

<sup>276</sup> “A finales de la década de 1960 empezó a estar claro que el capitalismo y la democracia no pueden funcionar juntos sin debilitarse más o menos efectivamente de modo recíproco [...]”.

<sup>277</sup> Conferir a seção “3.1.8 Breve digressão crítica acerca do Governo Temer”.

<sup>278</sup> Constatamos, nos Brasil, o crescimento de dois grupos, que só podem existir um em relação ao outro: dos bilionários e dos miseráveis.

<sup>279</sup> Observemos a dificuldade de cobrar impostos dos super ricos, no Brasil; do valor do imposto de grandes proprietários de terras. Devemos lembrar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Conferir a seção “2.1 Do início da colonização à colonização permanente”.

O discurso predominante nos últimos anos tem sido a “defesa da Democracia”. Esteve presente em diversos manifestos a favor da Democracia, capazes de coletar milhares de assinaturas e organizar atos país afora. Talvez, de fato, este aspecto tenha possibilidade um amplo arco de alianças – de esquerda, de centro-esquerda, de direita, de liberais etc. – em torno da candidatura que se sagrou vencedora<sup>280</sup>, sendo, portanto, determinante. A democracia burguesa ainda é melhor do que uma Ditadura. Por isso, insistimos na discussão acerca da qualidade da Democracia, de sua profundidade, assim como das demais instituições da República, as quais, fomos chamados a defender<sup>281</sup>. Devemos abandonar a luta jurídica? Certamente que não. Entretanto, devemos ter compreensibilidade da realidade social. Em primeiro lugar, de que a luta jurídica não é a via de superação do capitalismo e de implantação do socialismo. Esta foi uma polêmica na qual Friedrich Engels e Karl Kautsky se envolveram com Anton Menger<sup>282</sup>. Menger reivindicava o socialismo jurídico, isto é, que a transformação social se daria por meios jurídicos; além disso, acusava Marx de plagiar socialistas franceses e economistas liberais. Engels e Kautsky se viram obrigados a corrigir Menger, apontando as fragilidades da ideia de um socialismo jurídico e, ainda, reestabelecendo a compreensão correta, original e profunda do pensamento de Marx. Acertadamente, Engels e Kautsky lembram que “a concepção jurídica do mundo” é resultado da luta de classes, emergindo com a sociedade burguesa, em que as “[...] relações econômicas e sociais [...] agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado [...]” (Engels; Kautsky, 2012, p. 18). Este aspecto primordial, que está na origem e na consolidação da sociedade de direitos, pode ser ocultado da própria organização social.

[...] Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e créditos – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade

---

<sup>280</sup> A defesa da Democracia manteve-se com tema permanente, especialmente, após os atos antidemocráticos, ocorridos em 06 de janeiro de 2023, em Brasília.

<sup>281</sup> O Supremo Tribunal Federal, principal alvo das manifestações bolsonaristas, cumpre um papel fundamental nas lutas de classes. Semelhantemente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, locais nos quais se congrega, legitimados pelas urnas, representantes das classes burguesas.

<sup>282</sup> Lançamos mão de um texto escrito por Engels e Kautsky: *O socialismo jurídico*. Publicado em 1887, Marcio Bilharinho Naves escreve, no *Prefácio* à edição brasileira, que: “O texto de Engels e Kautsky tem grande importância teórica e política e é de impressionante atualidade. Nestes tempos, em que se abate sobre o marxismo uma avassaladora ofensiva em nome da democracia, isto é, do direito, e em que a ideologia jurídica penetra profundamente no movimento operário e em suas organizações, vale a pena voltar a atenção para o ataque sem concessões que Engels e Kautsky dirigem contra o núcleo duro da ideologia burguesa, a sua concepção jurídica do mundo.” (Engels; Kautsky, 2012, p. 10).

– normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado [...]. (Engels; Kautsky, 2012, p. 18-19).

De fato, há uma mistificação em torno do Direito – a norma social garantidora do intercâmbio de mercadorias e da propriedade privada. Esconde que seu surgimento está nas relações sociais e econômicas, colocando-o sob a tutela do Estado, outra instituição que surge no mesmo período histórico-social e com objetivo semelhante. Portanto, é preciso explicar as relações entre Direito e Estado, e de ambos com o meio de produção e de reprodução social. É preciso lembrar que “[...] todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. – derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida [...]” (Engels; Kautsky, 2012, p. 21). E este era um dos aspectos centrais do erro de Menger: propor o abandono da discussão em torno da economia e propor que ela aconteça, exclusivamente, no Direito. Em sendo assim, é possível perceber que, no atual contexto, é impossível que o terreno do direito elimine a contradição essencial, a apropriação de mais valor. Porque, em síntese, a ilusão jurídica burguesa justificará e legitimará, dentro da legalidade e da ordem jurídica, as expropriações capitalistas.

Em segundo lugar, devemos nos inserir na luta jurídica. Compreender que a luta jurídica é insuficiente para os objetivos de transformação radical da sociedade, não exclui a necessidade da luta jurídico-política. Rejeitar a luta política é rejeitar a luta de classes. Engels e Kautsky (2012) compreenderam que este era um erro dos socialistas utópicos. Em terceiro lugar, que os direitos são resultados da correlação de forças, mais precisamente, consequências das lutas de classes. É a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para além do Parlamento que pode efetivar certas políticas importantes às classes trabalhadoras. Em quarto lugar, a concessão de um direito qualquer – resultado das lutas de classes – exige luta por sua implementação. Em quinto lugar, a implementação de um direito exige vigilância constante. Um direito adquirido pode ser alterado a depender da correlação de forças. A se permitir empurrar para uma defesa da Democracia liberal, as chamadas esquerdas, os chamados progressistas ou os chamados socialistas são postos na grande contradição contemporânea: a defesa do Estado burguês por parte das esquerdas, dos progressistas e dos socialistas.

### 2.4.3 A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais

Às vezes, é preciso apenas que as pessoas falem para que suas intenções sejam reveladas. Ou seja, que tenham a oportunidade de se expressar verbalmente. É o que acontece, por exemplo, em relação à política econômica brasileira frente a Constituição Federal de 1988. Economistas e pessoas vinculadas ao mercado financeiro afirmaram que a Constituição não cabe no orçamento econômico. Luiz Filgueiras considera que a Constituição “[...] foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira [...]” (Filgueiras, 2006, p. 183) ao projeto neoliberal. Assim, para adequar-se ao ajuste fiscal seria necessário readequar – leia-se alterar – a Constituição a fim de que caiba no Orçamento Federal, cuja prioridade é o mercado financeiro. Certamente, a política econômica é que deveria responder às demandas constitucionais, especialmente, quando resultado de uma nação em processo de redemocratização e de tentativa de resolver seus problemas estruturais. Em certo sentido, mesmo nos limites da Democracia liberal, estar a serviço da Constituição seria estar a serviço do povo brasileiro. Por povo devemos compreender a população brasileira que depende da aplicação da letra constitucional a fim de ter o mínimo de dignidade de vida ou, como dizem os juristas, seus direitos garantidos.

Entretanto, nós precisamos de clareza quanto à representação do texto constitucional: “A constituição não é senão uma acomodação entre o Estado político e o Estado não político; por isso, ela é, necessariamente em si mesma, um tratado entre poderes essencialmente heterogêneos [...]” (Marx, 2013, p. 82). A Constituição acomoda interesses divergentes de classes, interesses econômicos que se expressam política e socialmente. Uma correlação de forças favorável aos trabalhadores possibilita a inclusão de uma demanda da classe trabalhadora no texto constitucional. É um passo importante, porém, um passo apenas. Um passo importante em vista de que a luta política é parte da luta de classes. Porém, não pode ser um fim em si mesma. Cientes destes aspectos, por conseguinte, tomaremos um exemplo da Constituição Federal de 1988: os direitos sociais. Mencionamos há alguns parágrafos acima que a Constituição Federal (CF) de 1988 foi, em certo sentido, uma conquista. Ela mesma resultado das lutas de classes e da correlação de forças. O nosso interesse é perceber como a educação se constitui em direito social a ser

efetivado e só pode ser adequadamente compreendida em relação aos demais direitos sociais. De acordo com a CF,

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). (CF, 2023).

O espírito da Constituição cidadã se faz perceber na evolução dos Direitos Sociais (Quadro 2).

Quadro 2 - Direitos sociais na Constituição Federal de 1988

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.	Como aprovada.
São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)	Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000
São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)	Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010
São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)	Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015.

Fonte: Elaboração do autor.

Desde a promulgação da Constituição até o presente, foram acrescentados os direitos à moradia, à alimentação e ao transporte, resultando num total de doze direitos sociais. Certamente, são direitos essenciais, condizentes com um país que saiu de uma ditadura e que caminhava para o século XXI, pensando em resolver muitos de seus graves problemas históricos. É preciso destacar que a Constituição como um todo, e neste particular, está em consonância às mais importantes declarações de direito, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por agora, não interessa a quantidade de direitos, senão, a qualidade de direitos efetivados. Há necessidade de fazer uma diferenciação entre direito de direito e direito de fato: direito de direito seria aquele que está legalmente resguardado e direito de fato aquele que foi, efetivamente, realizado. Ao relacionarmos cada direito mencionado, não é difícil perceber como os direitos sociais são violados no Brasil (Garcia, 2015). Qualquer consideração minimamente responsável conclui a inexistência real de direitos sociais – educação, saúde, alimentação, trabalho,

moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados – para a grande maioria da população brasileira. A questão que se impõe, portanto, não é a letra da Lei, nem mesmo o seu espírito e, sim, a sua aplicação, a “vivência da legislação”, por assim dizer.

Diante disso, devemos, ainda, perguntar: Se esses direitos sociais fossem efetivados, teríamos uma sociedade socialista? Em sendo mais explícito, se disponibilizássemos educação de qualidade, saúde de qualidade, alimentação de qualidade, trabalho para todos e todas, moradia digna, transporte de qualidade, acesso ao lazer, segurança pública, previdência social digna, proteção à maternidade e à infância e, ainda, assistência aos desamparados, o Brasil seria um país socialista? Podemos, inclusive, problematizar, neste contexto, a palavra “qualidade”<sup>283</sup>. Sem parecermos idealistas, uma educação de qualidade seria a educação integral, que compreendesse a formação científica, a formação técnico-profissional, a formação cultural e a formação para o esporte, com certas garantias que a criança e adolescente concluíssem os ciclos, realmente aprendendo, com direito à alimentação, ao material didático, à estrutura física e ao apoio emocional. Importante destacarmos que essas políticas – de direitos sociais – não são alcançadas de forma isolada. De fato, uma “[...] política nacional de educação demanda ações consistentes, coesas e contínuas e a integração com as demais políticas sociais [...]” (Abádia da Silva, 2005, p. 261). Uma criança, por exemplo, que não tenha moradia adequada, alimentação regular; que não disponha dos materiais didáticos; das condições de frequentar a escola e de estudar em casa; que sofra violência e que sobreviva na ansiedade em relação ao que comer, beber e vestir: esta criança ou adolescente não terá condições objetivas para seu aprendizado, para seu crescimento intelectual, humano, emocional e cultural. Por outro lado, sua família – um pai, uma mãe solo, uma avó ou qualquer outro responsável – também precisaria de condições materiais a fim de garantir as condições objetivas dos direitos da criança.

Quando dissemos “se disponibilizássemos educação de qualidade”, quem seria este “nós”? Se por “nós” compreendermos o Estado, especialmente, o Estado Democrático de direito, estaríamos longe do socialismo. É que o presente Estado,

---

<sup>283</sup> Certamente, fugiria de nosso objetivo descrever, pormenorizadamente, a adjetivação a cada direito social. Direito à alimentação, por exemplo, não poderia se restringir a garantir três refeições por dia – ainda que isto seja imprescindível. A efetivação do direito à alimentação deveria disponibilizar alimentação de qualidade, ou seja, uma nova indústria alimentícia, que reduzisse os percentuais de químicos, de açúcares, gorduras e sal; e priorizar alimentos com o mínimo de agrotóxicos.

único que existe, deve sua existência exatamente ao modo de produção ao qual pertence, os interesses aos quais defende. E por Estado, nesta questão, devemos compreender toda sua estrutura cultural, econômica, educacional, ideológica, política e repressiva. Esse “nós” também não pode compreender, em essência, as igrejas. Especialmente, porque sua expressão hegemônica contemporânea, o fundamentalismo religioso, é um projeto político-religioso. De acordo com Karl Marx: “[...] O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola [...]” (Marx, 2012b, p. 46). As palavras do autor fazem tanto sentido hoje como quando foram escritas. O único “nós” que poderia representar um avanço em direção ao socialismo seria a auto-organização social, de trabalhadores e trabalhadoras, não dependentes de um poder central, senão organizados em uma Democracia real. De fato, como nos parece evidente, mesmo com a efetivação dos direitos sociais constitucionais, não faríamos surgir uma sociedade socialista. Mesmo porque a efetivação dos direitos ou mesmo o controle sobre a legislação e sua aplicação não são formas exclusivas de construção do socialismo.

#### *2.4.4 Direito à educação*

Indiscutivelmente, as mudanças mais significativas da Educação brasileira ocorreram a partir da Constituição Federal de 1988<sup>284</sup>. O período da redemocratização foi um momento de acirramento das lutas de classes (Filgueiras, 2006) e amplo debate acerca do país. O fracasso das políticas socioeconômicas da Ditadura Civil-militar era evidente. A elaboração de uma nova Constituição significava pensar a Legislação e, a partir dela, o Estado; ou pensar o Estado e, a partir dele, uma Constituição. A democratização da educação era uma importante exigência daquele tempo histórico: uma discussão profunda acerca do papel e do sentido da Educação em uma sociedade em reconstrução, com dívidas históricas de alfabetização, de acesso à educação, ao conhecimento científico e à formação técnica e intelectual para grandes parcelas da sociedade. Claro que anteriormente havia alfabetização, havia formação profissional e havia educação superior, no entanto, excluídas das classes mais empobrecidas. Em verdade, “[...] os governos e as elites nacionais dominantes fizeram

---

<sup>284</sup> Exceção ao Ensino Superior que manteve, em geral, as mudanças ocorridas durante a Ditadura Civil-militar.

a nação brasileira prescindindo da escolarização de sua gente [...]” (Abádia da Silva, 2005, p. 261). É preciso lembrar que, além de atender às necessidades de um país em reconstrução, existia uma agenda internacional para Educação e acordos internacionais, como *Declaração de México* e a *Conferência Mundial Educação para Todos*<sup>285</sup>, dos quais o Brasil viria a ser signatário. Neste contexto geral, destaca-se a “Carta de Goiânia” já como evidência da correlação de forças. O resultado ficou redigido nos seguintes princípios na Constituição Federal:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas<sup>286</sup>;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Brasil, 1996).

É possível compreender estes princípios como uma avaliação do processo educacional e da Educação anteriores à Constituição, o que seria contestação das práticas consideradas inadequadas, a manutenção de boas práticas e de perspectivas para o país em processo de redemocratização. Assim, por exemplo, ao estabelecer a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” deve ficar claro que as condições anteriores de acesso e permanência na escola eram desiguais, logo, que é preciso igualar o acesso e a permanência; e garantir, por meio de políticas públicas, não apenas a matrícula, mas a permanência na escola. Podemos relacionar os seguintes avanços educacionais a partir da letra constitucional: (i) atendimento a

<sup>285</sup> A “Conferência Mundial Educação para Todos”, ocorrida na cidade de Jomtien, em 1990, estabeleceria um padrão que voltaria a se repetir e se aprofundar em outros momentos, tais como “Conferência de Cúpula de Nova Délhi, na Índia, em 1993 e a “Cúpula Mundial de Educação para Todos”, em Dakar, no ano 2000.

<sup>286</sup> Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

pessoas e grupos específicos, como *Educação especial*, *Educação de jovens e adultos* (EJA), *Educação indígena* etc.; (ii) educação *infantil*, compreendendo creche e pré-escola; (iii) deliberação dos recursos orçamentários destinados à Educação; (iv) democratização da escola e gestão democrática, através de conselhos escolares e eleição de diretores(as); (v) gratuidade e obrigatoriedade do Ensino Fundamental; (vi) universalidade da Educação; (vii) valorização do magistério: formação, carreira e piso salarial<sup>287</sup>. Estas conquistas só foram possíveis graças às lutas de classes e a correlação de forças favorável<sup>288</sup>.

Entre a letra constitucional e sua regulamentação na Lei de Diretrizes da Educação (LDB) o processo foi lento e marcado pelas mesmas disputas entre as classes. A correlação de forças envolvendo a Educação não cessou após a promulgação da Constituição. Uma coisa é chegar a estabelecer o texto constitucional, outra a sua regulamentação e ainda outra a sua efetivação. A nova LDB, aprovada em 1996, é um desdobramento e uma resposta das decisões constitucionais e de demandas sociais no contexto da correlação de forças e das lutas de classes, passando pelo Congresso brasileiro. Os dois artigos que respondem pelos princípios e fins da educação nacional são claros: (i) a educação é dever da família e do Estado, nem somente da família e nem somente do Estado, muito menos da concorrência entre ambos, mas da parceria entre eles<sup>289</sup>; (ii) a educação se inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a liberdade como princípio e a solidariedade humana como ideal. Ambos precisam ser socialmente construídos; (ii) a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Pleno

---

<sup>287</sup> O espírito constitucional se efetivou na Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que “Regulamenta a alínea ‘e’ do inciso III do caput do Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica” (Brasil, 2008).

<sup>288</sup> Comumente, as classes altas se apropriam de pautas das classes trabalhadoras a fim de conseguir manter as coisas como estão, ou seja, faz uma concessão mínima para não colocar em risco a ordem da sociedade capitalista.

<sup>289</sup> Acerca da primeira LDB (Lei 4.024/61) já expunha o conflito entre responsabilidades do Estado e da família: “[...] o título que trata ‘Do direito à educação’ estabelece no projeto original a responsabilidade do poder público de instituir escolas de todos os graus, garantindo a gratuidade imediata do ensino primário e estendendo-se progressivamente aos graus ulteriores e mesmo às escolas privadas. Já o substitutivo Lacerda define que a educação é direito da família, não passando a escola de prolongamento da própria instituição familiar. Ao Estado cabe oferecer recursos para que a família possa desobrigar-se do encargo da educação [...]” (Saviani, 1997, p. 19). Este conflito que apareceu quando tratamos do neoliberalismo, retornará na seção “5.2 Projetos educacionais que se fundamentam...” e na seção “5.3 Projeto educação domiciliar...”.

desenvolvimento do educando, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho: a tríade da finalidade da educação.

Temos elementos teóricos para pensar se os projetos educacionais que mencionaremos como exemplos da relação social entre fundamentalismo religioso e educação cumprem a finalidade da educação segundo a Constituição? Precisamos, no atual contexto, disputar o conceito de “direito à educação”. Também os agentes do mercado defendem a educação como direito, entretanto, restringem este direito aos limites e aos objetivos do livre mercado. Em nossa perspectiva, além da instrução básica necessária, o direito à educação vai além do direito à instrução básica necessária ao mercado de trabalho; é o acesso ao conhecimento humano historicamente sistematizado; é a possibilidade de cultura, de formação intelectual e humana, de convivência, com fins à emancipação humana. O “direito à educação” precisa estar vinculado a outros direitos sem os quais se torna inviável ou impossível a efetivação do direito à educação.

[...] Para educar crianças é preciso *alimentá-las e libertá-las do trabalho remunerado*. A alimentação e educação das crianças desvalidas, isto é, a alimentação e educação de *todo o proletariado em fase de crescimento*, representaria o aniquilamento do proletariado e do pauperismo (Marx; Engels, 2010a, p. 37).

Uma criança precisa de condições objetivas para que se realize sua educação: moradia adequada, alimentação regular; materiais didáticos disponíveis; condições de frequentar a escola e de estudar em casa; certas garantias quanto ao comer, ao beber e ao vestir. A família – um pai, uma mãe solo, uma avó ou qualquer outro responsável – também precisaria de condições materiais a fim de garantir as da criança. Estas criança e adolescentes famintos ou sendo obrigados a trabalhar precariamente não terão condições objetivas para seus aprendizados, para crescimento intelectual, humano, emocional e cultural. A desvinculação dos direitos, suas restrições e seccionamentos constitui uma estratégia de entregar o mínimo necessário às demandas do mercado, mesmo assim, em um contexto de lutas de classes e de correlação de forças. O ordenamento jurídico é uma constituição burguesa, assim como a descrição dos direitos. Alguém pode afirmar – à luz do Direito – que todos temos direito à educação, à liberdade e à vida, no entanto, de que educação, de que liberdade e de que vida estamos falando? Direito à educação só é possível quando inclui outros direitos sem os quais se torna irrealizável.

A educação como um direito deve alcançar a todos e todas, distinta e indistintamente. Indistintamente deve ser a amplitude do direito; distintamente é segundo a forma e a necessidade de cada criança, adolescente, jovem e adulto. Isto expõe uma contradição profunda da sociedade brasileira: o direito à educação é distinto pela desigualdade social. Uma sociedade profundamente desigual – assentada na colonização, na grande propriedade da terra e na escravidão – só poderia conceber uma educação profundamente desigual. Como direito nos termos que nos referimos, a educação estará à disposição de camponeses, de indígenas, de quilombolas e de portadores de necessidades especiais; como direito, tomará a forma segundo a necessidade de camponeses, de indígenas, de quilombolas e de portadores de necessidades especiais, considerando as especificidades, a história e as tradições culturais, as necessidades especiais de cada grupo ou segmento.

Assemelha-se a falar em cidadania vinculada à Educação. Como *educação cidadã* ou *educação para cidadania*. Neste caso, devemos problematizar não apenas o conceito de Educação, mas incluir o conceito de cidadania e a relação entre os dois. No contexto que temos destacado, a cidadania está em função da organização social como tudo o mais na ordem do capital: cidadania para o mercado e a ele relacionada<sup>290</sup>. As cidades, sua forma de organização social, a vida que delas emana, se circunscreve na mesma lógica. Normalmente, dentro de uma cidade há pequenas cidades, cidades acessíveis e desfrutadas por uns e negadas a outros; cidades com espaços de lazer e cultura, cidades arborizadas e ventiladas que se opõem a cidades sem água, sem saneamento e superpopulosas. Estas cidades se encontram e se confrontam em situação cotidianas – como relações de trabalho – ou em circunstâncias de protestos e de manifestações. Cidadania é precedida pelas condições objetivas de sobrevivência: todos somos, supostamente, cidadãos, entretanto, alguns são mais cidadãos do que outros. Uma cidadania efetiva em relação à cidade, ao ser humano, à convivência com o todo, só seria possível em uma sociedade pós-capitalista.

Pontuamos que partimos de uma perspectiva de: “Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje [...]” (Marx; Engels, 2010b, p. 58). Mantivemos a citação incluindo a

---

<sup>290</sup> “[...] No Estado moderno, a universalidade, a generalidade, localiza-se na cidadania, nos direitos humanos, mas não permite ao sujeito fragmentado reencontrar a sua unidade, pois a universalidade presente nele não é concreta, efetiva, mas abstrata, formal [...]” (Chagas, 2013, p. 68).

necessidade de abolição do trabalho infantil porque, apesar de Marx e Engels terem publicado o *Manifesto* em 1848, o “hoje” do trabalho infantil permanece no século XXI<sup>291</sup>. Chamamos atenção de que a educação deve ser pública e gratuita. A educação contempla outras duas características: “[...] O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola [...]” (Marx, 2012b, p. 46). Uma referência a Marx a este respeito era a comuna de Paris:

[...] Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental (Marx, 2011a, p. 57).

A educação precisa ser universal: aberta ao povo. E, reafirma-se, gratuita. Duas grandes instituições ideológicas não podem interferir na escola: a Igreja e o Estado. Provavelmente, esta advertência seja mais relevante frente ao projeto neoliberal para educação implementado pelo Estado; e diante do fundamentalismo religioso e de projetos educacionais religiosos para educação. Aos princípios da educação pública e gratuita acrescenta-se a laicidade. A educação deve se libertar dos grilhões da classe dominante, do poder governamental e da religião. É preciso incluir a educação técnica (Marx, 1980; 2012), aliando teoria e prática que, segundo Marx, “[...] a combinação de trabalho produtivo com instrução, desde a tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual” (Marx, 2012b, p. 48). Escrevendo a pedido dos delegados do Conselho Geral, a ser enviado ao *Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx apontou o seguinte a respeito da educação:

Por educação entendemos três coisas:  
 Primeiro, *educação mental*.  
 Segundo, *educação física*, como a que se dá nos ginásios e mediante os exercícios militares.  
 Terceiro, *educação tecnológica*, que dá a conhecer os princípios gerais de todos os processos da produção e inicia, ao mesmo tempo, a criança e o jovem na utilização dos instrumentos elementares de todas as indústrias.  
 A distribuição das crianças e dos jovens trabalhadores em três classes deve corresponder um curso gradual e progressivo de formação mental, física e tecnológica. Os gastos para a manutenção das escolas tecnológicas devem cobrir-se em parte mediante a venda de sua produção.  
 A combinação de trabalho produtivo retribuído, a formação mental, os exercícios físicos e o ensino politécnico colocarão à classe trabalhadora muito

---

<sup>291</sup> Conferir a seção “2.3.2 Neoliberalismo e subjetividade...”.

acima do nível da aristocracia e da burguesia (Marx, 1973, p. 81-82, tradução livre)<sup>292</sup>.

Pretendemos retomar a perspectiva integral para a educação, em que se reúne a formação intelectual, a formação física, a formação tecnológica e até cultural, constituindo o modelo marxiano de educação fundamentado no tripé mente-corpo-técnica, como finalidade a ser alcançada pelo ser humano. Também, neste caso, Marx parte de um exemplo real: a lei fabril que tomava como obrigatório o ensino primário como condição para o trabalho. De acordo com o autor: “[...] Seu sucesso demonstrou, antes de mais nada, a viabilidade de conjugar o ensino e a ginástica com o trabalho manual e, portanto, também o trabalho manual com o ensino e a ginástica [...]” (Marx, 2017b, p. 553). Para ele, da experiência de Robert Owen quanto a lei fabril

[...] brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões. (Marx, 2017b, p. 554).

Existe uma relação utilidade-inutilidade da educação para o capitalismo. Indiscutivelmente, perpassa a dicotomia de uma educação às classes dirigentes e outra educação às classes trabalhadoras. Sob certas condições, uma melhor educação disponibilizada aos filhos e às filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras incrementa a produção social. Entretanto, para além desta questão, a junção entre trabalho e educação é uma condição à formação de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões. Como observou Sousa Junior, “[...] enquanto o capital pensa os trabalhadores como força de trabalho, como mercadoria, Marx os toma como sujeitos históricos” (Sousa Junior, 2010, p. 81). Em vista disto, de perspectivas antagônicas entre as classes, “[...] a formação politécnica para Marx surge acima de tudo como meio de fortalecimento das classes trabalhadoras no seu processo de formação revolucionária [...]” (Idem, p. 83). A reivindicação do direito à educação,

---

<sup>292</sup> “Por educación entendemos tres cosas: Primero, *educación mental*. Segundo, *educación física*, como la que se da en los gimnasios y mediante los ejercicios militares. Tercero, *educación tecnológica*, que da a conocer los principios generales de todos los procesos de la producción e inicia, a la vez, al niño y al joven en el manejo de los instrumentos elementales de todas las industrias. A la distribución de los niños y los jóvenes obreros en tres clases debe corresponder un curso gradual y progresivo de formación mental, física y tecnológica. Los gastos para el mantenimiento de las escuelas tecnológicas deben cubrirse en parte mediante la venta de su producción. La combinación del trabajo productivo retribuido, la formación mental, los ejercicios físicos y la enseñanza politécnica pondrá a la clase obrera muy por encima del nivel de la aristocracia y la burguesía”.

associado a outros direitos sociais, de uma educação pública, de uma educação universal (aberta a todas as crianças), de uma educação gratuita, de uma educação laica e de uma educação politécnica se constitui um ato político no presente e um movimento revolucionário para o presente e para o futuro.

## 2.5 Das manifestações de junho de 2013 ao golpe contra a Democracia e contra Dilma Rousseff

Citemos Dilma Rousseff:

São extremamente relevantes o estudo e o debate sobre os acontecimentos que tiveram curso em junho de 2013. Trata-se, afinal, de um dos mais destacados episódios de nossa história recente, refletindo e concentrando algumas das principais armadilhas de uma transição democrática ainda inconclusa, cujo avanço esbarra em formidáveis interesses econômicos e políticos (Rousseff, 2023, p. 7).

Parece-nos inquestionável que qualquer análise acerca do Brasil contemporâneo tenha que passar pelas manifestações e pelos protestos de rua que tiveram lugar a partir de 2013<sup>293</sup>. A história recente do Brasil tem, nas manifestações de *Junho de 2013*, um visível fortalecimento do movimento organizativo da extrema direita; não por acaso que este momento histórico tem remetido a um outro: 1964<sup>294</sup>. Certamente, há elementos que se arrastaram durante décadas, acentuados ou adormecidos no período da redemocratização, bem como aspectos de uma possível identidade de direita, que seriam remodelados no novo século. Junho de 2013 marca um processo de ruptura que culminaria com o fortalecimento da extrema direita em diversos segmentos da sociedade brasileira, o orgulho de ser de direita<sup>295</sup>; com a

---

<sup>293</sup> Apenas para mencionar alguns autores e autores que iniciam a reflexão acerca do bolsonarismo e das Eleições Gerais de 2018 por 2013: Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Claudia Chaves Teixeira, 2015; Demian Melo, 2016; Marcelo Badaró Mattos, 2016; Rosana Pinheiro-Machado, 2019; Rosana Pinheiro-Machado e Adriano de Freixo, 2019; Marcos Nobre, 2022; Rodrigo Nunes, 2022.

<sup>294</sup> Entre alguns autores que fazem uma aproximação históricas, respeitadas as semelhanças e as diferenças, estão: Löwy, 2016; Melo, 2016; Mascaro, 2018; Nunes, 2022.

<sup>295</sup> O orgulho de ser de direita se impôs como uma novidade e uma mudança em relação a décadas anteriores. Antônio Flávio Pierucci constatou, nos anos 1980: “Investigar a direita no Brasil é deparar com um sério problema: não obstante o uso generalizado da dimensão direita/esquerda no linguajar dos estratos politizados da cidadania brasileira, existe aqui uma acentuada assimetria no modo de ambos os lados se auto-apresentarem. É que, à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que ‘se assumem’, são bem raros [...] são raríssimos, tal a carga pejorativa e a ressonância desagradável que a

hegemonia do fundamentalismo religioso nas igrejas evangélicas; com a representação de extrema direita no Congresso Nacional, até então, a mais representativa bancada conservadora e reacionária desde a redemocratização<sup>296</sup>; na deposição de Dilma Rousseff, uma articulação das direitas, da extrema direita e de outros segmentos sociais; na retomada acelerada do ajuste fiscal e no aprofundamento da agenda neoliberal; e no resultado das Eleições Gerais de 2018, a consolidação das forças da extrema direita no Executivo.

Falando como no parágrafo anterior, podemos transmitir a ideia de um processo contínuo e linear, o que, precisamente, poderia excluir a concepção dialética da história recente brasileira, as lutas de classes e as correlações de força. Para Karl Marx: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram [...]” (Marx, 2011c, p. 25). A história é feita por homens e mulheres que a recebem em circunstâncias em que foram anteriormente construídas por outros homens e mulheres<sup>297</sup>. Justino de Sousa Junior, em diálogo com Barata-Moura, explica que a ação política “[...] é feita a partir da noção marxiana de que a realidade humano social só pode ser construída ou transformada pela prática [...]” (Sousa Junior, 2021, p. 43). É possível olhar àquelas manifestações pelo retrovisor, ainda que não cedendo à tentação de anacronismo e de determinismo histórico. Se a extrema direita renasceu no Brasil na segunda década do século XXI, é preciso compreender que ela não havia morrido. Adormecimento é diferente de morte. O ressurgimento da extrema direita foi possível pelas condições sócio-históricas que estavam postas.

---

designação "direita" passou a ter no país nas últimas décadas: é como se tudo, daquele lado, estivesse marcado de infâmia. O regime militar foi quem deixou para as direitas esta herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si [...]” (Pierucci, 1987, p. 36).

<sup>296</sup> “Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra um aumento, na nova composição do Congresso Nacional, do número de parlamentares ligados a segmentos mais conservadores – entre eles, militares, policiais, religiosos e ruralistas. Na avaliação do analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, este será ‘o Congresso mais conservador desde a redemocratização’” (Agência Brasil, 2014).

<sup>297</sup> A partir desse momento em nossa pesquisa, personalidades da cena política brasileira devem ser evocadas. No decorrer do texto mencionaremos quatro ex-presidentes, Dilma Rousseff, Messias Bolsonaro, Michel Temer e Lula da Silva; quatro Ministros da Economia, Joaquim Levy, Henrique Meirelles, Paulo Guedes e Fernando Haddad; um comandante do Exército Brasileiro, Villas Bôas; três presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, Rodrigo Maia e Arthur Lira; um ex-juiz Federal e um Ex-procurador Federal, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, respectivamente; e empresários-pastores, como Silas Malafaia e Edir Macedo.

Assim, há algumas questões em pauta: É possível dizer o que houve em 2013? Como a extrema direita se reorganizou a partir daquelas manifestações? Quais valores já apareciam nas manifestações de rua? Estas perguntas serão norteadoras e não reaparecerão como problemas a serem respondidos um a um. Seríamos incoerentes – para dizer o mínimo –, se tratássemos como uma só todas as manifestações de rua que tomaram o país a partir da segunda década do século XXI<sup>298</sup> e, ao proceder assim, excluiríamos a perspectiva da luta de classes. As manifestações de junho de 2013 tiveram um caráter diferente das posteriores, ao iniciar com certas demandas pelos serviços públicos, especialmente, os transportes, desenvolvendo-se em uma pauta difusa (Freixo; Machado, 2019) e se apresentando, nos anos seguintes, capitaneadas pelos movimentos de direita e de extrema direita (Boulos, 2016; Melo, 2016)<sup>299</sup>. Assim que as manifestações de 2014, durante a Copa do Mundo de Futebol, e as manifestações de 2015 e de 2016 apresentavam algumas diferenças significativas: maior articulação política dos movimentos de rua, identificação mais clara com pautas de direita e de extrema direita, liberais na economia e conservadores nos costumes, parcial recuo de manifestantes de esquerda, maior profissionalização dos movimentos<sup>300</sup> de direita e de extrema direita e, a partir de 2015, uma demanda clara pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, recém-eleita para um segundo mandato.

### 2.5.1 O contexto geral das manifestações de rua

Em primeiro lugar, precisamos considerar o contexto da crise contemporânea do capitalismo<sup>301</sup> como um aspecto relevante. De acordo com István Mészáros, “[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital [...]” (Mészáros, 2011b, p. 795). No capitalismo, as crises são tão certas quanto a própria produção e reprodução social; as crises são partes

<sup>298</sup> Para uma cronologia das manifestações de junho de 2013 remetemos a: Altmann; Carlotto, 2023.

<sup>299</sup> Para Freixo e Pinheiro-Machado (2019), o ciclo das manifestações era o primeiro do período da redemocratização a não ter o PT como um dos protagonistas, ao contrário, “[...] quase sempre o PT e o seu modo de governar foram os principais alvos de boa parte das críticas dos manifestantes” (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019, p. 10). Ainda segundo os autores, a segunda característica foi a descoberta das ruas pela direita.

<sup>300</sup> “[...] movimento apresentados como ‘espontâneos’ em pouco tempo já contavam com sites profissionais e grande inserção na mídia [...]” (Hoeveler, 2016, p. 78). Alguns outros aspectos logo chamaram atenção: o financiamento de determinados grupos, tais como MBL e como VPR e o alto custo da estrutura que apresentavam as novas manifestações e, ainda, as conexões internacionais.

<sup>301</sup> Não pretendemos retomar o tema da crise do capitalismo contemporâneo. A este respeito conferir a seção “2.2.1.1 A crise contemporânea do capitalismo”.

constitutivas do modo de produção do capital. Elas, inclusive, cumprem, dentro do sistema, um importante papel: “[...] são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação [...]” (Mészáros, 2011b, 795). Já consideramos como o neoliberalismo se apresentou como uma política econômica alternativa frente ao esgotamento do Estado de Bem-estar Social<sup>302</sup>. Certamente, a crise estrutural – de caráter universal, de alcance verdadeiramente global, de extensa escala de tempo e de desdobramento rastejante (Mészáros, 2011b) – não deixaria de se manifestar em terras brasileiras e ser, a crise e suas consequências, pauta de reivindicação social no contexto das lutas de classes e das correlações de forças. O autor faz a seguinte afirmação: “Um dos mais graves problemas de nosso tempo é a crise estrutural da política democrática liberal e as soluções viáveis defendidas do ponto de vista dos Estados existentes [...]” (Mészáros, 2021, p. 178). A crise estrutural alcança toda a sociabilidade humana incluindo, portanto, as formas político-estatais da organização do Estado e da representação política. A crise estrutural do capitalismo evidencia a crise da Democracia liberal e, ao mesmo tempo, a ineficiência das soluções apresentadas para resolver a crise: são exatamente as mesmas saídas que nos conduziram à crise; são exatamente as mesmas soluções de mais livre mercado. A crise da Democracia liberal é uma crise das formas contemporâneas de democracia e de representação.

Ao expor as contradições do capitalismo, a crise expõe o capitalismo em cada nação; mesmo que ela alcance a própria estrutura de produção e de reprodução social, ela atinge com maior gravidade os países de capitalismo periféricos, que dependem do mercado internacional, que ocupam um lugar mais vulnerável na divisão internacional do trabalho e que estão sujeitos à ação de especuladores e de rentistas. Ao se manifestar no Estado e na representação política, a crise estrutural evidencia os modelos de gestão e de governança do Estado, sejam eles à direita ou à esquerda, mais rígidos ou mais flexíveis na adoção da agenda neoliberal, com alguma ou nenhuma distribuição de renda e atenção aos mais pobres. O horizonte revolucionário se torna cada vez mais distante assim como cada ação política de partidos outrora vinculados ideologicamente com a esquerda ou com o comunismo toma formas de aprofundamento do capitalismo à medida que implementa pequenas reformas, isto é,

---

<sup>302</sup> Conferir seção “2.2.1 Neoliberalismo: crise do capital...”.

pequenas concessões às classes trabalhadoras. Parece-nos suficiente, portanto, que os elementos acima relacionados permitem compreender o contexto das manifestações de rua<sup>303</sup>. De acordo com Alysson Leandro Mascaro:

A crise de acumulação do capital mundial impõe-se ao quadro brasileiro gerando uma crise econômica e política específica, que se alimenta das próprias insuficiências e contradições da sociabilidade nacional. A crise de acumulação leva a uma exigência à forma política, que se desdobrará em golpe [...] A crise é negócio que abastece a exploração capitalista. (Mascaro, 2018, p. 50).

Como parece haver uma aproximação entre o que consideramos acima e a afirmação de Mascaro, queremos chamar atenção para a última frase da citação: “A crise é negócio que abastece a exploração capitalista”. A crise contemporânea do capitalismo se apresenta, aos capitalistas e aos neoliberais, como oportunidade para avançar e para aprofundar a dependência do ajuste fiscal. A cada crise os ideólogos do capitalismo afirmam que é preciso mais mercado. Porém, esta perspectiva foi suficientemente refletida<sup>304</sup>, por isso, interessa-nos abordar por outro prisma. As crises que se instalaram no Brasil na segunda década do século XXI, quais sejam, a crise econômica, a crise política, a crise de representação política, todas elas serviram de justificativa para ampliar os negócios das classes dominantes: as crises serviram de justificativa para a deposição de Dilma Rousseff, para as contrarreformas do Governo Temer, para a eleição de Messias Bolsonaro e para o aprofundamento do ajuste fiscal no Governo Bolsonaro. No centro das negociações entre os capitalistas e os seus agentes no interior do Estado brasileiro estavam áreas importantíssimas para produção de riqueza e para formação das subjetividades: o trabalho e a educação.

### *2.5.2 Ciclos petistas e Governo Dilma I*

Em segundo lugar, precisamos situar as manifestações dentro dos ciclos econômicos brasileiros<sup>305</sup> e do Governo Dilma I. A segunda metade do Governo Lula II (2009-2010) e o Governo Dilma I (2011-2014) formaram um ciclo econômico que se

---

<sup>303</sup> Está implícito que se olharmos para o conjunto das sociedades, ou seja, para países de capitalismo desenvolvido e para outros países de capitalismo dependente, as manifestações brasileiras estariam no mesmo fluxo de protestos ocorridos ao redor do mundo a partir de 2011.

<sup>304</sup> Conferir a seção “2.2.1 Neoliberalismo: crise do capital e ‘solução’ neoliberal”.

<sup>305</sup> Consideramos os ciclos econômicos brasileiros, nos últimos quarenta anos, na seção “2.2, Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira”.

esgotou. Esta categoria do esgotamento – para compreensão do que teria ocorrido no Brasil na última década – tem sido amplamente utilizada (Bresser-Pereira, 2015; Grzybowski, 2015; Boulos, 2015; Fiori, 2015; Carvalho; Guerra, 2015; Pinheiro-Machado; Freixo, 2019). Pinho de Carvalho e Costa Guerra (2016) consideram que, nos governos petistas, houve uma certa distribuição de renda através das políticas de enfrentamento à pobreza sem alterar a estrutura histórica de desigualdade social brasileira. De acordo com Paulani (2012) o crescimento econômico nos governos petistas dependia, prioritariamente, do salário, do consumo e da expansão do crédito.

[...] As escolhas de política econômica efetuadas pelos últimos governos fizeram o país retroceder a uma posição na divisão internacional do trabalho que já se julgava ter sido ultrapassada. Se associarmos a isso seu papel de plataforma internacional de valorização financeira que a economia brasileira ainda desempenha, muito embora as taxas de juros tenham declinado substantivamente nos últimos meses, teremos uma espécie de dependência redobrada, um cenário, portanto, muito distante da imagem de autonomia e independência que os discursos sobre a “economia blindada” e o suposto “desenvolvimentismo” querem fazer crer [...] (Paulani, 2012, p. 7).

À condição histórica de dependência da economia brasileira acrescentou-se, com a adoção das políticas de ajuste fiscal e de financeirização da economia, uma condição ainda mais dependente, uma dependência redobrada. Neste sentido, portanto, da abertura do mercado, do câmbio flutuante, de crédito, de investimentos externos e das taxas de juros aliadas à desindustrialização e a prioridade às referidas políticas econômicas do capital financeiro, a políticas internas de consumo e de crédito, o Brasil redobrou sua dependência. Entre as contradições internas, precisamos destacar uma: houve uma condição favorável ao emprego, tanto que a média de desocupação em 2014 foi de 4,8% (Agência IBGE, 2015), colocando o país em situação de “pleno emprego”. O Governo Dilma II se encontrava em forte tensão de correlação de forças e lutas de classes com ganhos econômicos reais e com a expansão de direitos das chamadas minorias.

A tensão no Governo Dilma II se apresentava como: de um lado, a esquerda propondo ruptura com o projeto neoliberal, de outro, a direita exigindo aprofundamento das políticas de ajuste. É importante salientar que o papel da extrema direita é: “[...] pressionar o governo para adoção de medidas que aprofundarão a saída recessiva para a crise econômica, com ataques cada vez mais profundos aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos [...]” (Hoeveler, 2016, p. 89). O governo encontrou dificuldade de capitanear a insatisfação expressa nas manifestações de rua

diante da fragilidade política em que se encontrava. Antecipamos que a extrema direita tem estratégia, tem tática e tem objetivos. E este campo político soube atuar, desde então. Podemos, inclusive, nos perguntar: Quem tem medo do povo nas ruas?

[...] aqui se revela a cegueira fundamental da ideologia imperialista: ela se vê obrigada a reconhecer como algo presente na vida social a ascensão das massas à consciência, a sua aspiração a fazer-se valer no campo social, político e cultural; mas a concebe como um perigo à cultura e como algo totalmente condenável; sua postura também aqui é de pura defesa [...] [...] a apologética direta do capitalismo hoje [...] também herda o medo diante das massas [...] (Lukács, 2020, p. 694).

As classes dirigentes têm medo das massas nas ruas. A não ser quando a própria classe dominante dirige as massas nas ruas e nas redes. Direta e indiretamente, elementos que seriam potencializados nos anos seguintes já apareciam imediatamente após a reeleição de Dilma Rousseff. Os discursos de desconfiança do processo eleitoral e de deslegitimação das instituições eleitorais reapareceriam, com muito mais força, nas duas eleições seguintes. O questionamento à lisura do resultado eleitoral, que se iniciou com Aécio Neves (PSDB)<sup>306</sup>, foi amplificado e reverberado como uma das bandeiras da extrema direita brasileira<sup>307</sup> – à semelhança da extrema direita mundial<sup>308</sup>. A força dessa “tradição golpista” se tornou uma marca ideológica da extrema direita<sup>309</sup>. A margem de votos foi muito apertada: o candidato Aécio Neves obteve 51 milhões de votos (48,36%) contra 54,5 milhões (51,64%) da presidente Dilma Rousseff.

---

<sup>306</sup> “O PSDB entrou nesta quinta-feira (30) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com um pedido de auditoria a fim de que se verifique a “lisura” da eleição presidencial. Na solicitação apresentada pelo coordenador jurídico da campanha do candidato derrotado Aécio Neves, deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), o partido sugere a criação de uma comissão com representantes do tribunal e de partidos para verificar o sistema que apura e faz a contagem dos votos. O texto protocolado diz que a confiabilidade da apuração e a infalibilidade da urna eletrônica têm sido questionadas pela população nas redes sociais” (G1, 2014). Para Demian Melo, como característica de uma tradição golpista da direita brasileira, é possível mencionar o próprio PSDB: “[...] Não por acaso encontram-se entre as mais extremistas posturas como as do PSDB, que desde o final do pleito de 2014 vem recorrentemente apresentando demandas como as de ‘recontagem dos votos’, pedidos de cassação da candidatura de Dilma Rousseff, proposições como as de convocação de ‘novas eleições’ e outras, na melhor tradição udenista” (Melo, 2016, p. 75).

<sup>307</sup> Mesmo vitorioso em 2018, Jair Messias Bolsonaro, candidato da extrema direita brasileira, sustentaria que havia vencido no Primeiro Turno. Desde o início do processo eleitoral em 2022, um dos temas foi, justamente, a fraude nas urnas eleitorais brasileiras.

<sup>308</sup> Podemos mencionar Donald Trump e o questionamento às eleições norte-americanas. Para características da extrema direita mundial conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita”.

<sup>309</sup> Entre manifestantes de rua em São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 2023, 88% acreditavam que Jair Bolsonaro venceu a eleição presidencial em 2022 (Ortelhado; Ribeiro, 2023).

Dilma Vana Rousseff (PT) foi reeleita com a proposta de dar continuidade às mudanças implementadas pelos governos petistas, com maior investimento no desenvolvimento do país e prosseguindo com as políticas de inclusão social, mantendo a aliança de classes e a conciliação das forças políticas, naquilo que o próprio partido havia consagrado como uma aliança entre capital e trabalho. Ainda em 2013, Dilma Rousseff havia sancionado o Projeto de Lei 323/07 (Oliveira, 2013), destinando os *royalties* do petróleo para a educação (75%) e a saúde (25%)<sup>310</sup> como resposta a parte dos anseios expressos nas manifestações de rua. Segundo a Presidente: “Esse processo é a necessidade de darmos um salto de qualidade de ensino no Brasil, para dar um salto na qualidade de todas as atividades, da criação científica até a economia” (Ministério da Educação, 2013). No entanto, após a sacração do resultado eleitoral, o Governo Dilma II retomou o ajuste fiscal ao invés de manter as propostas de campanha. Quer dizer, seria como se após eleita ela adotasse a agenda do candidato derrotado. Em entrevista à jornalista Eleonora de Lucena, *Folha de São Paulo*, quando questionado se a Presidente havia adotado o programa econômico dos conservadores, Bresser-Pereira respondeu:

Isso é uma confusão muito grande. Quando se precisa fazer o ajuste fiscal vira ortodoxo? Não faz sentido. Quando Dilma faz ajuste ela não está sendo ortodoxa. Está fazendo o que tem que fazer. Havia abusos nas vantagens da previdência. Subsídios e isenções foram equívocos. Nada mais desenvolvimentista do que tirar isso e reestabelecer as finanças. Em vez de dar incentivo, tem que dar é câmbio. E de forma sustentada. Dilma chamou [o ministro da Fazenda] Joaquim Levy por uma questão de sobrevivência. Ela tinha perdido o apoio na sociedade, formada por quem tem poder. A divisão que ocorreu nos dois últimos anos foi violenta. Quando os liberais e os ricos perderam a eleição, muito antidemocraticamente não aceitaram isso e continuaram de armas em punho. De repente, voltávamos ao udenismo e ao golpismo. Não há chance disso funcionar. (Lucena, 2015).

Em nenhum momento as classes dominantes – ou seus negócios – estiveram em risco no século XXI, no Brasil. Setores dentro das classes capitalistas que perderam bens e patrimônio foram em razão da crise do capitalismo e das disputas entre os próprios capitalistas, e não por qualquer tipo de adoção de políticas anticapitalistas ou como consequência de reformas estruturais. O resultado político foi exatamente de aprofundamento da política econômica neoliberal, através dos presidentes da República e do Congresso Nacional. No particular a respeito das lutas

---

<sup>310</sup> Estas medidas foram uma resposta concreta do Governo Dilma I aos protestos e manifestações de rua em 2013. Nós suspeitamos que a questão da energia fóssil tenha tido uma importância chave nos desdobramentos subsequentes à eleição de 2014. Conf. seção “3.1.1 Política de Preços da Petrobrás”.

de classes é importante dar ouvidos ao Bresser-Pereira porque ele se tornou uma personagem importante da política econômica brasileira – foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1995 e 1998. Não significa, necessariamente, estar de acordo em relação a necessidade de adoção de políticas anticíclicas ou da retomada do ajuste fiscal. O autor constatou que a havia forças antagônicas no processo eleitoral, e que um lado, os liberais e os ricos saíram derrotados. De fato, houve uma propaganda de que era necessário aplicar o Ajuste Fiscal a fim de que o país retomasse o crescimento (Carvalho; Guerra, 2016). E, neste sentido, a despeito de outros erros dos governos petistas, a direita e a extrema direita chantageavam o governo por dentro (Melo, 2016).

No segundo mandato, resultado de um duríssimo processo eleitoral, Dilma Rousseff tinha pouco apoio parlamentar. Todas as conciliações possíveis não lhe garantiram uma base parlamentar sustentável. Estando na Presidência da República, ela responderia publicamente tanto pelo seu governo quanto por seu partido. O Partido dos Trabalhadores (PT) estava desgastado e desmoralizado, frente aos escândalos de corrupção. A propaganda da direita e da extrema direita – que já se preparavam para assumir o país<sup>311</sup> – fizera reviver os escândalos do *Mensalão*, agora, com críticas turbinadas pela *Operação Lava-jato*. O anticomunismo e o antipetismo mesclavam-se, descredibilizando toda a esquerda.

Devemos acrescentar algumas breves palavras acerca dos governos do Partido dos Trabalhadores. Além de ainda ser cedo para uma avaliação mais consistente, não é objetivo desse trabalho. Reconhecemos, entretanto, a força política deste partido<sup>312</sup> e de seu principal representante, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>313</sup>, democraticamente eleito para um terceiro mandato. Ao propor – como estratégia da política econômica e de governança – a *aliança capital-trabalho* e a *conciliação de*

---

<sup>311</sup> “No Brasil, a extrema direita começou a se fortalecer no mesmo momento em que começava a agonizar o projeto nacional desenvolvimentista do PT com a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff. No contexto de queda do governo Dilma, começou a se gestar no Brasil uma transformação na cultura política, em termos do debate público” (Goldstein, 2019, p. 22).

<sup>312</sup> O Partido dos Trabalhadores tem sido um dos grandes protagonistas da política nacional e latino-americana. Desde a década de 1990, aparece no segundo turno das eleições presidenciais, tendo se sagrado vencedor em 2002, 2006, 2010, 2014 – chegou no segundo turno em 2018 – e 2022.

<sup>313</sup> Talvez, ele caminhe para ser a mais importante personalidade política da história brasileira. Falando acerca de si mesmo como o ressuscitado – em virtude de sua prisão pela Operação Lava-jato e suas consequências –, Lula da Silva foi eleito, em 2022, para o seu terceiro mandato como Presidente da República, recolocando, junto com seu governo, o Brasil no cenário internacional, especialmente, em questões como a relação trabalho-capital e a pauta do meio ambiente.

*classes*, possivelmente, o PT tenha implementado uma *revolução passiva*. Carlos Nelson Coutinho expõe da seguinte forma a revolução passiva:

[...] 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações [...] (Coutinho, 2012, p. 120).

Como explicitamos no parágrafo anterior, ao apresentar como balizas da política econômica a aliança capital-trabalho e a conciliação de classes, incluindo, políticos e partidos ideologicamente afinados ao neoliberalismo – muitos dos quais viriam a aderir à extrema direita –, o PT fez uma possível e arriscada opção. Foi uma opção possível em vista das condições objetivas de governo, com Câmara e Senado formados – cada mais vez – por representantes de setores da burguesia nacional e internacional, por representantes da direita e da extrema direita. Ao mesmo tempo, foi arriscada porque pendia sempre para a conciliação, em vista de tensões promovidas por políticos, por partidos políticos e pela própria conjuntura socioeconômica. Para Luiz Filgueiras, a partir da vitória na Eleição Presidencial, o PT “[...] iniciou a escalada progressiva que o transformou num partido da ordem [...]” (Filgueiras, 2006, p. 201).

Em perspectiva materialista, inexistente aliança entre capital e trabalho e conciliação de classes, porque há, intrinsecamente, na essência mesma do modelo socio-reprodutivo, um antagonismo visceral entre as classes; uma é a condição de capitalistas – donos dos meios e dos modos de produção, capazes de comprar a força de trabalho – e outra dos trabalhadores e trabalhadoras – a serem obrigados a vender, por salário, a força de trabalho –; um é o interesse e o objetivo dos capitalistas – concentração de renda e riqueza, exploração continuada da força de trabalho e apropriação do excedente – e outro dos trabalhadores e trabalhadoras – apropriação dos meios e dos modos de produção, constituição de relações associadas de trabalho. Se assumirmos essa interpretação – movimento sociopolítico de revolução passiva – , os governos petistas teriam por consequência mais que esgotamento de um modelo

e incapacidade de responder às demandas sociais<sup>314</sup>. Ou, na avaliação de Rejane Hoeveler, “[...] apassivamento das mobilizações populares e não poucas vezes agiram diretamente em ações repressivas contra as mobilizações desses setores, que foram historicamente suas próprias bases sociais” (Hoeveler, 2016, p. 80).

### *2.5.3 Algumas pautas das manifestações de rua*

Em terceiro lugar, precisamos considerar as pautas que se apresentavam nas manifestações de rua. De acordo com Ariel Goldstein, as manifestações de junho foram “[...] no Brasil a expressão mais clara da divisão existente entre as expectativas da população e a incapacidade das instituições tradicionais para canalizá-las [...]” (Goldstein, 2019, p. 20). Rodrigo Nunes se expressou em termos de “[...] uma revolta dos governados contra os governantes [...]” (Nunes, 2022, p. 167). Seria preciso, então, assumir que havia, nas ruas a partir de 2013, demandas populares legítimas que se expressaram em uma intensa luta de classes. Comumente, parece imperar um senso comum de que estas manifestações de rua foram, desde o início, estratégia da extrema direita. É correto afirmar que a extrema direita, de fato, “saiu do armário”, “foi às ruas” (Melo, 2016) e assumiu o protagonismo político. No entanto, no contexto acima delineado, “[...] é preciso afirmar que a direita não estava predestinada a vencer: *a esquerda foi derrotada*, o que significa que houve uma disputa cujo resultado poderia ter sido outro [...]” (Nunes, 2022, p. 182). Entre os fatores que conduziram a direita à vitória, estava colocar no centro do debate a oposição entre petismo e antipetismo (Nunes, 2022), ao invés de políticas de ajuste fiscal *versus* políticas semelhantes ao bem-estar social, de melhoria dos serviços, especialmente, cultura, educação, lazer, moradia, saúde e transporte.

Havia profundas contradições internas nas manifestações. De acordo com Demian Melo a direita “[...] se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia, que levou à enésima potência a histeria contra partidos de esquerda e, mais importante de tudo, lhe deu uma agenda [...]” (Melo, 2016, p. 70). Segundo o autor, havia demandas de esquerda e de direita e um

---

<sup>314</sup> Uma importante consequência da revolução passiva seria o transformismo. Amparando-se em Gramsci, Coutinho esclarece que se trata de “[...] um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social [...]” (Coutinho, 2012, p. 124).

destes espectros políticos alcançou a direção das manifestações graças a outro ator político determinante no Brasil, a grande imprensa; e, o que ele considera mais importante, “lhe deu uma agenda”, que teria sido contra a esquerda, contra a corrupção, contra o PT e, posteriormente, pelo *impeachment*. Queremos dizer que as “[...] *pessoas não eram necessariamente de direita, elas se tornaram*; a derrota ocorreu justamente aí” (Nunes, 2022, p. 183). Estando ou não mais familiarizadas com as redes sociais, contou agregar as demandas de amplos setores populares e das camadas médias da sociedade brasileira.

Os clamores por “hospitais e escolas padrões FIFA” precisavam ser canalizados pelo governo e pelas esquerdas a uma crítica ao neoliberalismo e ao sistema financeiro, na complexa equação Produto Interno Bruto (PIB), investimento público, investimento privado, consumo das famílias, Orçamento da União e pagamento da dívida pública. Claro que não era uma situação fácil, especialmente, estando o PT no poder. Naturalmente, em um clima de forte propaganda antipetista e de despolitização do debate público, mesmo questões cuja responsabilidade são de prefeitos e governadores, portanto, referentes a municípios e a estados, recaem sobre a presidência da República e sobre o governo federal. Não estamos, com isto, justificando as ações tomadas à época. Uma pauta de esquerda certamente havia<sup>315</sup>. Existia, de fato, uma insatisfação social crescente que foi canalizada politicamente.

As pautas difusas não foram de todo compreendidas pelos governos da Presidente Dilma Rousseff<sup>316</sup>; pelo Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); e pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). O PSDB ainda tentou capitanear os sentimentos e reivindicações das Manifestações de 2013-2014. Há de se fazer justiça em relação às tentativas de Rousseff de atender algumas demandas sociais, como a destinação de *royalties* do petróleo para a educação e para a saúde, a proposta de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana e ampliação do SUS<sup>317</sup>. A

---

<sup>315</sup> A esquerda “[...] deve intervir nos debates correntes oferecendo alternativas de política econômica defendendo empregos, salários, aposentadorias e a seguridade social, melhorando a qualidade do investimento, protegendo o meio ambiente [...]” (Saad Filho, 2011, p. 16).

<sup>316</sup> Mencionamos em alguns parágrafos acima que a Presidente Dilma destinou *royalties* do petróleo para saúde e para educação.

<sup>317</sup> Em 21 de junho de 2013: “A presidente Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e televisão, anuncia pacto pela melhoria dos serviços públicos, baseado em três ações principais: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de cem por cento dos *royalties* do petróleo para a educação e o projeto de importar milhares de médicos do exterior e ampliar o atendimento do SUS” (Altman; Carlotto, 2023, p. 122). No dia 24 de junho “Dilma Rousseff reúne-se com 26 prefeitos e 27 governadores, propõe um plebiscito para uma Constituinte exclusiva para a reforma política e também

eleição foi muito polarizada, mesmo com desfecho favorável ao PT. O esgotamento dos modelos econômicos petistas (Carvalho; Guerra, 2015; 2016) possibilitava críticas à direita e à esquerda do espectro político e a revolução passiva do PT cobrava um preço da desmobilização popular. A um só tempo o Governo Dilma I recebia críticas advindas da esquerda, propondo maior ruptura com o modelo de ajuste econômico e maior radicalização e críticas oriundas da direita, exigindo mais neoliberalismo (Hoeveler, 2016). Durante o período eleitoral de 2014, o compromisso foi com a continuidade da política econômica neodesenvolvimentista, através do Programa de Aceleração do Crescimento; com as políticas de inclusão social, esboçadas no lema “Mais mudanças, mais futuro”; e com os compromissos firmados em resposta às manifestações de rua no ano anterior.

Precisamos compreender a extrema direita a partir das ideias que explicitaram desde as primeiras manifestações. Os movimentos emergentes souberam orientar os anseios em grandes eixos: anticorrupção, antipetismo, anticomunismo. De início, percebemos que os três eixos se afirmam negativamente, ou seja, por aquilo que eles são contra: contra a corrupção, contra o PT e contra o comunismo. É uma forma de identidade negativa, de negação, de oposição. Cada um dos eixos possui um centro próprio de gravidade, agregando outros temas capazes de mobilizar o descontentamento social e concentrar apoio social, político, midiático e financeiro. Estas articulações só foram possíveis por ampla convergência de interesses. A maior força política contemporânea se tornou o maior alvo das manifestações: o PT acabou servindo de para-raios. Ele mesmo era objeto de protesto, consequência de erros do partido, e sobre ele recaía o discurso anticorrupção e o discurso anticomunista. Na história brasileira é possível situar os discursos anticorrupção e anticomunismo<sup>318</sup> como mobilizadores sociais.

---

uma lei que torna a corrupção crime hediondo” (Idem). Dois dias depois, dia 26, a Presidente recebeu representante de 8 centrais sindicais.

<sup>318</sup> “[...] Para demonstrar o impacto político do fenômeno [do anticomunismo] basta registrar que ele serviu de justificativa para os golpes de 1937 e 1964, bem como para as ditaduras subsequentes, o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas entre 1937-1945, e a ditadura liderada pelos militares (e seus aliados civis) entre 1964 e 1985 [...]” (Motta, 2019, p. 82). A conclusão do autor é que: “Em verdade, “[...] o anticomunismo abriu caminho e justificou as duas ditaduras mais longevas da história brasileira, e continua ajudando a despertar/provocar a sensibilidade de direita nos dias que correm” (Motta, 2019, p. 76). Em perspectiva história, portanto, não seria de surpreender que o anticomunismo retornasse com tanta força como na segunda década do século XXI, justamente, em um momento de crise internacional e de crises internas.

É preciso destacar, ainda, o papel de um importante ator político social: a grande imprensa. Por grande imprensa compreendemos a imprensa comercial, a grande mídia<sup>319</sup>, cujo papel principal é ser a porta-voz dos interesses privados. Contraditoriamente, a grande imprensa brasileira parece sobreviver de propaganda estatal ou mediada pelo Estado. A grande imprensa, portanto, tem lado e é possível afirmar que sua atuação foi determinante para a interpretação popular, isto é, a compreensão hegemônica dos fatos para maior parte da população, acerca dos anos de 2013 a 2016. Portanto, é na perspectiva de ser porta-voz de interesses privados e de cumprir o papel de disseminar a ideologia dominante é que devemos compreender o *chamamento* às manifestações pelo *impeachment*, a publicidade antipetista e a propaganda favorável ao ajuste fiscal. Em sendo assim, precisamos aprofundar duas pautas presentes nas manifestações de rua.

#### 2.5.3.1 O discurso anticorrupção como mobilizador social.

Uma pauta presente nas manifestações de rua foi o discurso anticorrupção. De acordo com Armando Boito: “O uso político conservador e moralista desse tema tem sido feito, em graus distintos, pelas oposições de direita aos governos superficialmente reformistas [...]” (Boito, 2015), latino-americanos. Que fique claro que nossa reflexão se dá em compreender o sentido social de mobilização do discurso anticorrupção. Tanto que faremos referência a capitalização política deste discurso por parte de agentes do Estado. O primeiro aspecto a ser destacado é, justamente, o uso político deste tema. Para o autor: “[...] a própria ideia de corrupção é parte da ideologia política burguesa [...] corrupção e uma noção ideológica, típica do modo de produção capitalista, e produzida pelo aparelho do Estado burguês” (Idem). É o Estado capitalista em suas relações comerciais, sejam elas mediadas ou não por agentes estatais, por representantes políticos, que é objeto de corrupção. Logicamente, a corrupção não ocorre apenas em relação ao Estado<sup>320</sup>.

A conclusão de Boito é que: “[...] a ideia de corrupção é ideológica e serve, em primeiro lugar, para encobrir o fato de que as instituições e os bens do Estado

---

<sup>319</sup> Paulo Henrique Amorim cunhou um conceito bastante expressivo: “Partido da imprensa golpista”. O jornalista denunciava como grandes meios de comunicação no Brasil viviam do rentismo.

<sup>320</sup> Para menção da corrupção em empresas privadas e ao discurso anticorrupção como parte do convencimento à privação de empresas públicas, conferir a seção “3.1.2 Emenda Constitucional 95”.

capitalista não são ‘públicos’, mas sim recursos a serviço dos interesses de classe dominante” (Boito, 2015). A ideologia da corrupção possui uma contradição inerente: se corrupção for uma apropriação privada de um bem público, seja estatal ou pertencente a um grupo de pessoas, existe um tipo de corrupção legalizada pelo Estado quando entes privados se apropriam dos bens públicos. Ao invés de o Estado atuar em favor da sociedade, do conjunto da sociedade, ele age, prioritariamente, em favor de um número reduzido de pessoas. Uma aproximação com o conceito de corrupção é conceito de roubo: a apropriação de alguma coisa que pertence a outrem. Parece-nos que é neste sentido que Boito Junior propõe uma denúncia da corrupção na perspectiva da classe trabalhadora: “[...] a corrupção é apenas um dos aspectos e também um dos sintomas da separação meramente formal entre o público e o privado estabelecida pelo Estado capitalista [...]” Boito Júnior, 2017, p. 18).

Entre os aspectos que devem ser ressaltados nas crises brasileiras, “[...] um fato de grande relevância foi a crescente ‘politização’ do judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal que, por inúmeras vezes, levou-os à extrapolação de suas funções e à realização de atos e procedimentos considerados ilegais [...]” (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019, p. 14). O processo de crise da sociedade e do Estado brasileiro conduziram a uma complexa equação do binômio politização-despolitização, em que setores da burocracia do Estado se politizaram, passando atuar a partir de uma pauta político-ideológica ou político-partidária; e segmentos da sociedade brasileira se despolitizaram, mergulhando em temas que ofuscam o debate ou as razões econômicas, políticas e sociais mais profundas para as crises. Entre os setores do Estado que mais se politizaram, como mencionado pelos autores, estão o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal, que convergiram na Operação Lava-jato. O movimento de politização do judiciário e de outros agentes da burocracia do Estado ocorreu em paralelo com a crise econômica, a crise democrática e a crise de representação política. A corrupção era um tema com grande impacto social capaz de agregar essas crises e a insatisfação social.

Deltan Dallagnol enviou a seguinte mensagem no grupo dos Procuradores em uma rede social: “Caros, conversei com o Fux mais uma vez, hoje. Reservado, é claro: O Min Fux disse quase espontaneamente que Teori fez queda de braço com Moro e viu que se queimou, e que o tom da resposta do Moro depois foi ótimo” (Folha..., 2019). A mensagem foi encaminhada ao então juiz Sérgio Moro, que

respondeu: “Excelente. In Fux we trust” [“Em Fux eu confio”] (Idem). Os Procuradores da Lava-jato queriam interferir em processos internos do STF (Redação Conjur, 2023), tentando garantir maior apoio à Operação dentro da Corte. De fato, diante daquilo que eles projetavam, seria necessário não apenas apoio social e midiático, mas cobertura do Poder Judiciário. Vejamos o seguinte diálogo:

Deltan Dallagnol – 11:43:49 – O operador da Odebrecht era o Bernardo, que está na Suíça. Os EUA atuarão a nosso pedido, porque as transações passaram pelos EUA. Já até fizemos um pedido de cooperação pros [sic] EUA relacionado aos depósitos recebidos por PRC. Isso é novidade. Vc tem interesse de publicar isso hoje ou amanhã, SUPRIMIDO, mantendo meu nome em off? Pode falar fonte no MPF. Na coletiva, o Igor disse que há difusão vermelha para prendê-lo, e há mesmo. Pode ser preso em qualquer lugar do mundo. Agora com os EUA em ação, o que é novidade, vamos ver se conseguimos fazer como caso FIFA com o Bernardo, o que nos inspirou. SUPRIMIDO – 11:45:44 – Putz sensacional! !!!! Publico hj!!!!!!! (Greenwald; Neves; Linhares, 2019).

À época, Deltan Dellagnol era procurador da República e atuava na Operação Lava-jato. Seu interlocutor teve o nome preservado quando as conversas vieram a público. Parece evidente a proximidade entre ambos, e o poder do jornalista de publicar a matéria no mesmo dia. De fato, os vazamentos só seriam possíveis através de uma rede permanente de comunicação, em um tipo de acordo de interesses comuns entre quem tem o conhecimento confidencial e quem tem a capacidade de divulgação. Em última análise, quer perceba o(a) jornalista ou não, é uma ação política, ou seja, quer o(a) jornalista tenha, também, interesses políticos ou não, permanece sendo uma ação política. Para termos uma ideia: a matéria com a informação do Dellagnol foi publicada no dia 22 de julho de 2015, pela *Folha de São Paulo*. Curiosamente, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima acreditava que podia controlar a mídia: “[...] Vamos controlar a mídia de perto. Tenho um espaço na FSP, quem sabe possamos usar se precisar.” (Greenwald; Neves; Linhares, 2019). Como não sabemos se houve ganhos (financeiros), não temos como saber quem controlava quem. Informação é poder assim como a capacidade de divulgá-la. Para chegarmos aos objetivos dos vazamentos, devemos ouvir o que disseram os procuradores. Consideremos, assim, a seguinte conversa:

Orlando Martello – 09:03:04 – CF (leaks) qual foi a estratégia de revelar os próximos passos na Eletrobrás etc?  
[...]

Santos Lima – 09:12:21 – Nem sei do que está falando, mas meus vazamentos objetivam sempre fazer com que pensem que as investigações são inevitáveis e incentivar a colaboração.  
[...] (Greenwald; Neves; Linhares, 2019).

As afirmações de Santos Lima são cristalinas. Segundo ele, e devemos crer nesta palavra – que deve ser corroborada pelos demais procurados e pelo ex-juiz Moro –, os vazamentos tinham por objetivo fazer com que os políticos e a sociedade pensem que as investigações são inevitáveis e incentivar colaboração – leia-se delação premiada – de políticos e de pessoas envolvidas direta ou indiretamente nas investigações. Devemos suspeitar que os vazamentos têm objetivo de que tanto os investigados quanto a própria sociedade respondam segundo a intenção de quem vazou a informação: que os investigados recebam como recado de que seu destino perante a justiça é inevitável, que existem provas incontestáveis, cabais e, portanto, só lhes resta assinar uma Delação Premiada, sob orientação dos procuradores<sup>321</sup>.

Certamente, um dos mecanismos mais eficaz de formação da opinião pública foram os “vazamentos”. A intenção, portanto, era gerar algum tipo de indignação social, utilizando-se do tema da corrupção (combate à corrupção ou anticorrupção), incentivando o antipetismo e mobilizando a sociedade. Ao pautar as notícias, pautava-se a opinião pública. Aqui está uma relação intrínseca entre os vazamentos e os movimentos de rua, especialmente, o favorável ao *impeachment*. Possivelmente, todos nos lembramos do vazamento da conversa telefônica entre a Ex-presidente Dilma Roussef e o Ex-presidente Lula da Silva (Castro; Nunes; Netto, 2016) causando um verdadeiro alvoroço social, gerando a reação imediata do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, impedindo que Ex-presidente tomasse posse como Ministro da Casa Civil (Oliveira, 2016)<sup>322</sup>.

Portanto, os objetivos com os vazamentos estavam claros, quais sejam, pressionar os investigados a fim de uma colaboração, isto é, a delação premiada; e mobilizar a opinião pública e a sociedade. Reiteramos que se tratava de uma ação política, com vistas à intervenção político-social, capaz de pautar o debate público, a opinião pública e mobilizar a sociedade. A Operação Lava-jato e seus mecanismos de

---

<sup>321</sup> Algumas delações só eram aceitas quando elas implicavam, diretamente, o Ex. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É que afirma, por exemplo, Alexandrino Alencar, da Odebrecht: “[...] Era nítido que era uma questão com o Lula, que ele queria saber: o irmão do Lula... o filho do Lula... não sei o que do Lula... as palestras do Lula.” (Landim, 2022).

<sup>322</sup> Hoje, sabemos que a divulgação desse diálogo foi selecionada – não foi a conversa na íntegra – e milimetricamente calculada a fim de causar o impacto social que teve.

atuação<sup>323</sup> se constituíram um perfeito exemplo de *Lawfare* e da politização da justiça. A Operação aprofundou a descrença em algumas instituições, especialmente, o sistema político, representado por partidos políticos e por seus filiados. Como parte da burocracia do Estado brasileiro e das forças coercitivas, possivelmente o resultado da Lava-jato e os seus principais desdobramentos só tenham sido possíveis porque contaram com o apoio do capital internacional, colocando à disposição da Operação a CIA (*Central Intelligence Agency*) e o FBI (*Federal Bureau of Investigation*); a grande imprensa brasileira, ou seja, a mídia comercial; e a conivência de parte do Supremo Tribunal Federal (STF) e de políticos brasileiros. Quando nos referimos aos principais desdobramentos da Lava-jato estamos falando do Pré-sal, da indústria de gás e de petróleo e do mercado nacional e internacional em que atuavam as grandes empresas brasileiras de construção civil; neste particular de resultados lava-jatistas, devemos incluir a prisão em Segunda Instância do ex-presidente Lula da Silva.

### 2.5.3.2 Os significados do anticomunismo no Brasil

Outra pauta importante que esteve presente nas manifestações de rua foi o anticomunismo. O Brasil consolidou, ao longo de quase um século, uma posição anticomunista. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta: “[...] Desde os anos 1930 existe uma forte tradição anticomunista no Brasil [...]” (Motta, 2019, p. 79). Por um lado, impressiona em vista de que não houve, em terras brasileiras, uma experiência real de comunismo. A tradição anticomunista se faz perceber através da retórica anticomunista, da demonização de autores comunistas<sup>324</sup>, da negação de símbolos comunistas, de uma ojeriza geral a textos comunistas e da difusão de inúmeros mitos ou de histórias distorcidas acerca do comunismo<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup> A Operação Lava-jato gozou de amplo apoio midiático e social. No entanto, recebeu duras críticas ao utilizar um “código penal próprio”, em práticas que, posteriormente, foram consideradas ilegais, como na prisão preventiva e nos “acordos de delação premiada”. Em uma ligação – grampeada e publicada pela Lava-jato – o ex-presidente Lula da Silva se referiu nas seguintes palavras: “Eu, sinceramente, tô [sic.] assustado com a *República de Curitiba*. Porque a partir de um juiz de primeira instância [Sérgio Moro], tudo pode acontecer nesse país” (Alessi; Rossi; Oliveira, 2016, grifo). Claro que tanto as palavras do ex-presidente quanto a ação do então juiz da Lava-jato serviram para intensificar o antipetismo.

<sup>324</sup> Em anos recentes o próprio Marx tem sido associado ao satanismo. É possível destacar, a este respeito, a obra de Richard Wurmbrand, *Marx & Satan*, largamente difundida e recentemente traduzida ao português brasileiro.

<sup>325</sup> Entre os principais argumentos anticomunistas está que o comunismo matou 110 milhões de pessoas. É um tipo de argumento que nos incomoda porque se baseia apenas em um cálculo numérico.

De fato, é possível rastrear, por nossas terras, a ação anticomunista.<sup>326</sup> Já evidenciamos o apoio de evangélicos à Ditadura Civil-militar<sup>327</sup>. Nas palavras de Eneas Tognini: “[...] tivemos [em] 31 de março de 1964 a revolução com a qual o Senhor dos Exércitos libertou o Brasil” (Tognini, [s.d.], p. 68). Em círculos evangélicos conservadores e fundamentalistas prevaleceu estas ideias da Ditadura como uma reação revolucionária e como ação de Deus para salvação do Brasil da “ameaça comunista”<sup>328</sup>. A ideia de Ditadura como revolução anticomunista foi perspectiva que se manteve em círculos militares, deflagradores ou herdeiros da Ditadura. Apesar de, por força de nosso objeto, mantermos nossos olhos fixos na relação social entre religião e educação, é preciso avançar na caracterização do *anticomunismo* a fim de dar conta de nossos objetivos. E as manifestações de 2013 cumpriram o importante papel de dar vida aos velhos fantasmas, quando “O anticomunismo voltou a ocupar lugar central no debate político brasileiro [...]” (Motta, 2019, p. 75). No contexto geral das forças políticas que se estabeleceram nos poderes da República, é necessário definirmos o que significa ser *anti-*. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta

[...] os movimentos “anti” recusam-se a tratar seus adversários como forças oponentes que é preciso tolerar, pois veem como inimigos insuportáveis. Mais do que a mera oposição a ideias ou a pessoas e projetos coletivos, os movimentos “anti” constituem-se em fenômenos de teor mais visceral. Trata-se de uma recusa total, de repulsa sem meio termo, meio tom, nem possibilidade de convivência. Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto, mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam. (Motta, 2019, p. 78).

---

Partindo da premissa que esta informação é verdadeira, discutiríamos “quem manteve menos?” O capitalismo assenta-se sobre cadáveres! Tem como legado duas grandes guerras e mais uma centena de outras guerras menores e milhares de conflitos localizados.

<sup>326</sup> “[...] a Revolução de 1917, na Rússia, e a insurreição revolucionária de 1935, no Brasil, movimento liderado pela Aliança Nacional Libertadora, uma frente de esquerda hegemônica pelos comunistas [...] A ‘Intentona Comunista’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas, ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática, com monumentos e paradas cívicas de caráter marcadamente militar. A violência do episódio e os objetivos dos revolucionários foram exagerados e caricaturados, para aumentar o impacto da propaganda e insuflar o medo [...]” (Motta, 2019, p. 79).

<sup>327</sup> Conferir a seção “2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira”.

<sup>328</sup> “[...] o anticomunismo histórico foi dirigido contra o legado bolchevista e a influência soviética, mas, em muitos casos representa simplesmente uma recusa a toda forma de socialismo [...]” (Motta, 2019, p. 78).

Esta caracterização é importante porque diversas bandeiras “anti” seriam levantadas pelo Brasil, entre as quais, antiaborto, anticiência, anticomunismo, antifeminismo, antipetismo e antivacina. Algumas destas pautas causaram estranheza diante da própria tradição brasileira, como no caso das vacinas. No entanto, sem negar a importância de cada uma dessas questões, precisamos retornar ao anticomunismo. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2019), o anticomunismo tem três diferentes variantes de origem: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. Segundo o autor

O anticomunismo de base cristã é particularmente visceral, pois percebe na doutrina revolucionária um questionamento básico dos fundamentos das instituições religiosas. O comunismo não era apenas um programa de revolução social e econômica, mas uma filosofia e um sistema de crenças que concorria com a religião ao fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados essenciais do catolicismo e ameaçava a própria existência da Igreja: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade contrariamente às noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus [...] (Motta, 2019, p. 80).

[...] o nacionalismo de inspiração anticomunista tem origem em modelos conservadores do século XIX, com base na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Este nacionalismo de viés conservador enfatiza a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da revolução. Dessa vertente nacionalista/patriótica derivaram as referências ao comunismo como perigo estrangeiro [...] (Motta, 2019, p. 81).

No caso do liberalismo é preciso considerar ao menos duas facetas principais: liberalismo político e liberalismo econômico (ou liberalismo, como preferem alguns autores). Os liberais recusam o comunismo porque ele atentaria contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade ao desapossar e estatizar os bens particulares [...] (Motta, 2019, p. 81).

São três as matrizes anticomunistas. Cada uma delas explica por um caminho seu anticomunismo e todas elas confluem em um mesmo objetivo: o anticomunismo. É possível perceber, com certa facilidade, porque determinadas igrejas e algumas religiões se sentiram – e ainda se sentem – ameaçadas pelo comunismo. A literatura cristã evangélica brasileira, por exemplo, desde a primeira metade do século XX, é anticomunista, especialmente, quando apresentam teologias ou doutrinas escatológicas (Machado; Mariz; Carranza, 2021). Teremos oportunidade

de ver como a União Soviética foi interpretada como inimigo dos últimos dias<sup>329</sup>. A segunda matriz anticomunista é o nacionalismo. A expressão mais concreta deste anticomunismo pode ser percebida como “nossa bandeira jamais será vermelha”. Por fim, a matriz anticomunista liberal. Perry Anderson (2003) lembra que a ideologia neoliberal, entre as correntes capitalistas pós-guerra, era a mais anticomunista. O aspecto mais importante não é o quanto existe de realidade em cada um dos três anticomunismos, afinal, é real para quem crê; e sim que cada anticomunismo pode ser apropriado por um espectro da sociedade brasileira, ou melhor, por segmentos hegemônicos no interior de cada segmento social: o anticomunismo dos cristãos, o anticomunismo dos militares e o anticomunismo dos neoliberais.

As manifestações e protestos nas ruas e nas redes se concentraram contra o Partido dos Trabalhadores e sua principal representante à época, a Presidente da República Dilma Rousseff. Ainda que várias bandeiras tenham tremulado, não demorou a centrar-se em um objetivo: o *impeachment* da Presidente. Em certo sentido, também contra o ex-presidente Lula da Silva, quando sua prisão foi uma das exigências posteriores de manifestantes. O contexto geral das crises trouxe profundas consequências culturais, econômicas, políticas e sociais. Uma coisa é, diante das manifestações, apontarmos algumas variáveis; outra, completamente diferente, é considerarmos os fatos acontecidos à luz dos desdobramentos posteriores e suas consequências. Temos condições<sup>330</sup> de compreensão e análise dos fatos como se desenvolveram, histórica e dialeticamente. As manifestações e os protestos trouxeram, através da ascensão da extrema direita ao poder, uma ruptura política branda e um ajuste fiscal intenso.

#### 2.5.4 O ódio de classes

O quarto aspecto a ser destacado por nós é o ódio de classes. Para Bresser-Pereira, três elementos articularam a direita: o mau resultado econômico, a inflação e o Mensalão. Acrescentamos a desmobilização política. Seriam erros graves que tornariam o PT indigno de permanecer no poder. O baixo resultado econômico e

---

<sup>329</sup> Conferir a seção “4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo...”.

<sup>330</sup> Neste particular não nos referimos a este pesquisador, mas a pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado ao tema por quase uma década. Entre a vasta bibliografia que tem surgido acerca das manifestações de rua no Brasil contemporâneo, podemos mencionar Maria da Glória Gohn (2014; 2017; 2019); e a coletânea organizada por Breno Altman e Maria Carlotto (2023).

a inflação tinham relação com a política econômica petista e o Mensalão estaria relacionado à corrupção do partido e de seus aliados políticos. Já a desmobilização política parece ter sido uma estratégia de cooptação de movimentos sociais e de tentativa de reconstrução da sociedade por meio de alianças pelo alto e conciliação de classes. De acordo com o autor, a rearticulação das camadas burguesas fez com que desmoronasse o pacto nacional-popular, articulado pelo Presidente Lula da Silva. De acordo com Vladimir Safatle, em entrevista a Marco Rodrigo Almeida, *Folha de São Paulo*: “[...] a derrocada petista atesta a falência de um sistema político de conciliação de setores antagônicos e ajustes graduais, no qual o conformismo tomou o lugar do conflito [...]” (Almeida, 2017). A rigor, o pacto social era entre as classes dominantes e o PT, em um tipo de aliança pelo alto, expresso na relação capital-trabalho e na conciliação de classes, na permanência do ajuste fiscal adotado em governos anteriores e com o mínimo de redistribuição de renda e de acesso aos bens de consumo às classes mais baixas. Segundo Bresser-Pereira

Aí surgiu um fenômeno que eu nunca tinha visto no Brasil. De repente, vi um ódio coletivo da classe alta, dos ricos, contra um partido e uma presidente. Não era preocupação ou medo. Era ódio. Esse ódio decorreu do fato de se ter um governo, pela primeira vez, que é de centro-esquerda e que se conservou de esquerda. Fez compromissos, mas não se entregou. Continua defendendo os pobres contra os ricos. O ódio decorre do fato de que o governo revelou uma preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres. Não deu à classe rica, aos rentistas. (Lucena, 2015).

Na compreensão de Bresser-Pereira, o Governo Dilma I foi alvo de ódio de classe. O ódio cumpriu – e cumpre – um importante papel nas relações de classes e na correlação de forças, especialmente, mobilizando emoções e sentimentos. Porém, parece-nos mais adequado compreendê-lo, nesse contexto político brasileiro, como um elemento catalizador. Claro que o ódio levou pessoas às ruas, diminuiu a popularidade da Presidente, minou suas bases políticas, oportunizou discursos e práticas de ódio etc. As raízes para o ódio devem ser procuradas na formação socioeconômica brasileira, na crise econômica estrutural e em seus desdobramentos, especialmente, nas reações das classes burguesas, em que a diminuição “[...] do crescimento econômico nos anos 2012-2013, a que se seguiu a estagnação de 2014 e a retração do PIB em 2015, conformou uma burguesia ávida por salvaguardar suas taxas de lucro” (Souza; Soares, 2019, p. 15). O ódio, relacionado à própria formação histórica e social brasileira, é um fator mobilizador e catalizador das classes médias e

das classes trabalhadoras<sup>331</sup>. As classes trabalhadoras se encontram em um processo de estranhamento e de alienação e, nesta condição, não se reconhecem como classe para si e enquanto gênero humano, frente à implementação de políticas de ajuste fiscal e de maior precarização das condições e das formas de trabalho.

Os manifestantes *pró-impeachment* eram compostos, maiormente, pelas classes médias. De acordo com Luiz Filgueiras, “[...] o projeto neoliberal e a sua política têm como importante aliado a classe média alta, *novos ricos* que rejeitam qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social [...]” (Filgueiras, 2006, p. 185). Nas manifestações havia muitas críticas aos programas de inclusão social, como o *Bolsa família* e à política de *cotas* nas universidades públicas<sup>332</sup>. Para alguns autores, os governos petistas haviam produzido uma “nova classe média”, com a ascensão de 30 milhões de brasileiros e brasileiras à classe C, graças às políticas de aumento real do salário-mínimo<sup>333</sup>, de geração de emprego e consequência do crescimento econômico. Estas mesmas classes migrariam, com maior facilidade, ao interior do *bolsonarismo*, que é “[...] também um movimento de classes médias tradicionais que estão se sentindo ameaçadas pelas mudanças na sociedade, pelo ganhos [sic.] e ascensão dos setores mais populares [...]” (Goldstein, 2019, p. 34). As esquerdas em geral, e o PT em particular, seriam objeto do ódio de classes, reavivando o anticomunismo<sup>334</sup>.

As classes médias cumprem o importante papel de anteparo aos interesses divergentes entre as classes burguesas e as classes trabalhadoras. De um lado,

---

<sup>331</sup> “O projeto neoliberal, através do que se poderia chamar de um novo populismo regressivo, tem conseguido um apoio inorgânico e difuso em segmentos pauperizados e desorganizados das classes trabalhadoras – tendo por base a revolta desses setores contra o caráter historicamente excludente dos direitos sociais, os péssimos serviços públicos, o clientelismo, o nepotismo e o fisiologismo. Essa revolta foi direcionada pela ideologia burguesa contra o Estado e os servidores públicos – estes últimos identificados como um segmento social privilegiado [...]” (Filgueiras, 2006, p. 203).

<sup>332</sup> Em uma perspectiva materialista, precisamos pensar a respeito de que os manifestantes protestam e a respeito de que os manifestantes silenciam. Parece-nos evidente que havia um protesto geral acerca das políticas de redistribuição de renda e de acesso ao Ensino Superior, de outro lado, um silêncio a respeito do pagamento da dívida pública, dos juros e do rentismo.

<sup>333</sup> As pequenas-grandes melhorias sociais, como o aumento real do salário-mínimo, o financiamento da casa própria ou do carro próprio, a aquisições de eletrodomésticos da linha branca, o acesso ao ensino superior e a possibilidade de fazer três refeições por dia receberam interpretações que praticamente excluía o Estado e as políticas públicas. Certos pastores evangélicos, por exemplo, interpretaram como sendo resultado da bênção da divindade e da fé individual em dar-receber. A respeito da teologia da prosperidade, conferir a seção “4.2.1 Teologia da Prosperidade e...”.

<sup>334</sup> “[...] Os setores sociais mais mobilizados pelos discursos antiesquerdistas são basicamente os mesmos, na maioria pessoas com renda e escolaridade mais alta e brancos que vivem nos melhores bairros, o que indica a existência de elementos estruturais no processo de constituição do perigo vermelho” (Motta, 2019, p. 77).

servem de defesa aos objetivos das classes capitalistas, na esperança de tornarem-se capitalistas; de outro, freiam as intenções das classes trabalhadoras, até por medo de serem por elas alcançadas. As camadas médias, por conta da especialização e de melhores condições de trabalho, se distanciam das demais classes trabalhadoras, entretanto, não se aproximam das classes burguesas. Condições objetivas de vida são diferentes: alimentação, cultura, consumo, lazer etc. Entretanto, as classes médias não se constituem apenas pelo acesso aos bens e consumo, mas, também, por valores aproximados às classes dominantes. Por isso, em geral, são ideologicamente incapazes de perceber a proximidade com as classes trabalhadoras, ou seja, a si mesmas como partes das classes trabalhadoras, já que dependem da comercialização do trabalho; e o abismo em relação às classes detentoras dos meios e modos de produção. Do ponto de vista material as classes médias procuram se localizar nas lutas de classes dentro de seus interesses imediatos.

O que ocorreu ao longo do século XX foi o declínio de camadas médias às classes mais pobres (Guilluy, 2020). Dialeticamente, as classes médias ainda dependem, largamente, das classes que consideram inferiores, de uma mão de obra acessível e serviçal. E sentem-se afetadas por quaisquer direitos ou conquistas das classes trabalhadoras. O direito de registro de um(a) trabalhador(a) doméstico(a) incide, diretamente, sobre as classes médias; assim como políticas de acesso ao Ensino Superior aos filhos das classes trabalhadores mais baixas; e as políticas de preços de combustíveis e de desvalorização do Real. Ao mesmo tempo, as classes médias guardam suas próprias ambições e se veem pressionadas pelas outras classes. As classes médias dividem com os mais pobres a conta do ajuste fiscal.

[...] Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, isto é, a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente. (MARX, 2017a, p. 111).

Engels e Marx percebiam que “As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias [...]” (Marx; Engels, 2010b, p. 49). À época, aparentemente as classes médias tinham uma melhor

compreensão do seu lugar na nova sociabilidade, nas lutas de classes, ainda que não fossem parte das classes revolucionárias (Marx; Engels, 2010b). Apesar da cegueira branca que aflige as classes médias, elas vêm diminuindo há décadas, como resultado das lutas de classes envolvendo as classes burguesas, através da agenda neoliberal, com o achatamento dos salários, a precarização das condições de trabalho e a divisão das contas públicas e do ajuste fiscal.

### 2.5.5 *Deposição de uma Presidente democraticamente eleita e... Honesta*

No primeiro semestre de 2016 vazou um diálogo entre Romero Jucá e Sérgio Machado. À época, Jucá (PMDB), senador licenciado, era Ministro do Planejamento e Machado era ex-presidente da Transpetro. Essa conversa é uma das mais ilustrativas sobre o conturbado contexto do *impeachment*. Ela apresenta um complexo jogo pelo poder e de interesses particulares em um “grande acordo nacional”. Segue alguns trechos:

Jucá – Eu acho que...

Machado – Tem que ter um impeachment.

Jucá – Tem que ter impeachment. Não tem saída.

Machado – E quem segurar, segura.

[...]

Machado – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

Jucá – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

Machado – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá – Com o Supremo, com tudo.

Machado – Com tudo, aí parava tudo.

Jucá – É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

Jucá – Tem que ser um boi de piranha, pegar um cara, e a gente passar e resolver, chegar do outro lado da margem.

Machado – A situação é grave. Porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos. É que aquele documento que foi dado...

Jucá - Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.

[...]

Jucá – [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

Machado – Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. (Ouça trechos, 2016).

O vazamento de conversas privadas foi largamente utilizado pela Operação Lava-jato, a fim de mobilizar e manipular a opinião pública. Os “vazamentos” eram notícias sigilosas a respeito das investigações e dos investigados que, como o nome diz, as informações “vazavam” à imprensa. Neste caso, precisamos considerar quatro aspectos: os meios, o modo, o conteúdo e os objetivos. Para que a estratégia alcançasse seu objetivo – que consideramos alguns parágrafos acima – era preciso fazer crer que a informação realmente escapou, de forma espontânea ou acidental, como que escoando por uma abertura ou fissura. Os vazamentos eram seletivos: eram divulgadas apenas partes que interessavam aos investigadores. Devemos ver neste mecanismo uma ação (intencionalidade) perpetrada por setores do Judiciário, do Ministério Público e da grande imprensa. O método de protesto nas ruas e nas redes, o uso dos grandes meios de comunicação e o sentimento antipetista já estavam consolidados. De fato, só assim seria possível apoio popular para extrapolar os limites constitucionais, sob o pretexto de combate à corrupção. A Operação contava não apenas com a simpatia da grande imprensa, mas com o apoio explícito de classes médias e de certos setores populares. De acordo com Nunes:

[...] ao sacrificar o PT como bode expiatório e aprovar uma série de reformas que repactuava unilateralmente o “contrato social da redemocratização”, eles angariaram suficiente blindagem por parte da imprensa e do capital para frear o torvelinho de denúncias e investigações que os rondavam. Mas o próprio sucesso da manobra aumentaria a desmoralização deles e das instituições, favorecendo quem se apresentava como alternativa à “velha política”. Os operadores veteranos, que esperavam das eleições de 2018 um retorno ao *status quo* e o fim de turbulência desencadeada por Junho, acabariam surpreendidos pela força eleitoral de uma nova (e extrema) direita – pela qual, rapidamente resignados, logo se deixariam levar a reboque. (Nunes, 2022, p. 188).

Alguns pontos do diálogo anteriormente citado precisam ser destacados: (i) Estava decretado o *impeachment* de Dilma Rousseff<sup>335</sup>. No entanto, Rousseff teria a oportunidade de renunciar, se assim o desejasse. A justificativa para a deposição era o mínimo e seria encontrado um caminho de aparente legalidade. (ii) Teria início

---

<sup>335</sup> “[...] o que estava em andamento era um golpe jurídico-parlamentar que contava com o apoio da maior parte da elite empresarial e dos principais grupos de mídia e que não se esgotaria com a retirada de Dilma Rousseff da presidência da República” (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019, p. 14).

imediatamente após o afastamento da Presidente um governo de união nacional presidido por Michel Temer, um grande acordo que protegeria outros políticos, como o ex-presidente Lula da Silva. Na verdade, tratava-se de um governo que representasse os interesses privados sem a intermediação do PT. (iii) A participação do Supremo Tribunal Federal<sup>336</sup> e dos comandantes militares<sup>337</sup> já estava garantida. Podemos supor que o primeiro ator social (STF) garantiria o verniz do processo legal<sup>338</sup> e o segundo (Militares) que o processo de que o Vice-presidente assumisse fosse levado até o fim<sup>339</sup>. (iv) A participação da grande imprensa e de outros órgãos do Estado brasileiro<sup>340</sup> estava acertada, bem como de parlamentares e de setores empresariais vinculados direta e indiretamente com o Congresso Nacional.

Dissemos a pouco que o *impeachment* de Rousseff estava decretado. Esta afirmação exige aprofundamento. Que estava decretado nos parece claro por tudo o que consideramos até aqui, entretanto, precisamos dizer por quem. Quem decretou o *impeachment* de Dilma Rousseff? Esta resposta é importante para descobrirmos se houve um *impeachment* ou se houve um *golpe* de Estado. De início, assumimos que, se houve um golpe, ele teve características diferentes de golpes anterior ou dos chamados golpes clássicos<sup>341</sup>. De acordo com Alvaro Bianchi:

---

<sup>336</sup> No dia 15 de julho de 2015 a Presidente Dilma Rousseff vetou aumento de 78% dos servidores do Judiciário. Curiosamente, “O presidente da República em exercício, Michel Temer, sancionou nesta quarta-feira (20/07) a lei que concede reajuste de até 41,47% nos salários dos servidores do Judiciário e aumento salarial de 12% para analistas e técnicos do Ministério Público da União” (Oliveira, 2016).

<sup>337</sup> Conferir seção “3.1.7 Presença de militares no governo” e seção 3.3.1.3 Forças Armadas”.

<sup>338</sup> Segundo Alysso Leandro Mascaro: “O golpe brasileiro de 2016 é determinado economicamente e sobredeterminado juridicamente. Com isso, a política é reclamada de dois modos: pela economia, para solucionar uma crise de acumulação; pelo direito, para reelaborar, em termos próprios, as perseguições judiciais aos governos petistas e a partes do mundo político [...]” (Mascaro, 2018, p. 81).

<sup>339</sup> Segundo Bianchi: “[...] O golpe militar é, sem dúvida, a forma predominante durante o século XX [...]” (Bianchi, 2019, p. 57).

<sup>340</sup> O diálogo é longo e não temos como reproduzi-lo na íntegra. Setores empresariais aparecem de passagem, bem como a negativa de que Lula da Silva se tornasse Ministro.

<sup>341</sup> De acordo com Carlos Barbé, que escreveu na metade do século XX, o Golpe de Estado tinha os seguintes indicadores: “1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade. 2) As conseqüências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política. 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe. 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado. 5) Uma das conseqüências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos” (Barbé, 1998, p. 547). O autor não teria como prever as características dos golpes de Estado na primeira quadra do século XXI. Além de comparar com a conceituação de Alvaro Bianchi (2019), podemos pensar quais indicadores apareceram no caso brasileiro.

“[...] Sinteticamente, golpe de Estado é uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político, promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político. (Bianchi, 2019, p. 58).

A conceituação de golpe de Estado pressupõe a identificação dos sujeitos do golpe, o uso de meios excepcionais para implementar o golpe e a finalidade do golpe. Precisamos mencionar que durante e imediatamente após o processo eleitoral, a Presidente estava em uma condição de maior fragilidade: apesar de reeleita, não gozava de uma base popular mobilizada e não tinha capacidade de manter sua popularidade em altos patamares (ou em um nível mínimo para frear o *impeachment*); não tinha uma base política segura no Congresso Nacional; e não tinha o apoio de governadores dos grandes colégios eleitorais. Em se tratando da população, podemos relacionar três grupos<sup>342</sup>: os que votaram no candidato da oposição; os que se sentiram enganados com adoção do ajuste fiscal; e os que se deixaram levar pelo discurso anticorrupção e pelas justificativas favoráveis ao *impeachment*.

Em segundo lugar, havia atores políticos muito bem-posicionados e bem articulados entre si pelo *impeachment*. O diálogo em Jucá e Machada permite observar alguns. Ciro Gomes se refere em termos de “[...] três pulsos que orquestraram e aplicaram o golpe a nossa democracia [...]” (Gomes, 2016, p. 40). Segundo o autor:

[...] o primeiro foi da banda podre da nossa política, que desejava obstruir a justiça barrando a operação Lava-jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil. O segundo se destina a reter todo os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública [...] E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro [...] (Gomes, 2016, p. 40).

A partir dos “pulsos” relacionados por Gomes, podemos considerar políticos brasileiros, envolvidos em corrupção ou temendo o avanço das investigações da Lava-jato; agentes do mercado financeiro, rentistas, especuladores e credores da dívida pública; agentes do capital internacional, grandes empresas e mega organizações do

---

<sup>342</sup> “[...] aqueles que votaram contra ela nas últimas eleições, por não compreenderem seu governo como representante de seus próprios interesses; os que se sentiram enganados pela propaganda de sua eleição, uma vez que, na sequência da vitória, Dilma aplicou, por exemplo, elevação de tarifas, como as de luz elétrica e gasolina, além de desenvolver uma política econômica extremamente conservadora, que beneficiou mais aos bancos que ao povo; e os que foram afetados diretamente pela novelização moralista dos escândalos de corrupção, que foram originados também pela contemporização da presidente com a ala mais suja da política nacional” (Gomes, 2016, p. 40).

capital estrangeiro. Para Michel Löwy: “O principal componente dessa aliança de partidos de direita [que capitaneou o golpe de Estado de 2016] é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como ‘a bancada BBB’ [...]” (Löwy, 2016, p. 65), que inclui a indústria armamentista, os setores do agronegócio e alguns segmentos religiosos<sup>343</sup>.

O programa *Uma Ponte Para o Futuro* foi a grande senha para a deposição da Presidente Rousseff e para a ruptura democrática<sup>344</sup>. Existe a crença de que “[...] A modernização da América Latina deve se fazer assim, prioritariamente, por um processo de reformas econômicas [...]” (Batista, 1994, p. 10). Os projetos de ajuste fiscal não conseguem aprovação nas urnas e nem popularidade social. Significa dizer, em termos concretos, que é preciso que a Democracia brasileira, a fim de atender às exigências das classes dominantes, negue o resultado das urnas. As eleições de 2018 foram uma exceção na composição Messias Bolsonaro e Paulo Guedes. Leda Maria Paulani considerou que a implementação do programa *Ponte para o Futuro* “[...] busca destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante [...]” (Paulani, 2016, p. 74)<sup>345</sup>. Precisamos considerar que o programa de ajuste fiscal objetiva destituir os poucos direitos sociais conquistados ao longo dos anos. A conclusão de Paulani: “[...] é que a ponte [para o futuro] que assim se constitui é uma ponte para o abismo no qual precipitará o país, refém de interesses específicos e de uma riqueza privada tirânica [...]” (Paulani, 2016, p. 75).

Como não se tratava de um presságio ou de uma profecia, no sentido comum da palavra, Romero Jucá e Sérgio Machado estavam errados em alguns aspectos, entre os quais, ao não perceber a intenção de criminalizar um partido político em particular, o Partido dos Trabalhadores, e de achar que Lula da Silva seria protegido, na construção do acordo nacional<sup>346</sup>. Ainda assim, estavam certíssimos em

---

<sup>343</sup> Löwy caracteriza a bancada BBB como: “[...] da ‘Bala’ (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do ‘Boi’ (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da ‘Bíblia’ (neopentecostais, integristas, homofóbicos e misóginos) [...]” (Löwy, 2016, p. 65).

<sup>344</sup> De acordo com o presidente Michel Temer, em Nova York, durante discurso com empresários e investidores na sede da American Society/Council of the Americas: “E há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses, nós lançamos até... Eu até Vice-presidente... Lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte para o Futuro’ porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até... É... Sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’ e como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como Presidência da República” (Carta Capital, 2016, transcrição nossa).

<sup>345</sup> Conferir a seção “2.4.3 A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais”.

<sup>346</sup> Luiz Inácio Lula da Silva foi preso no dia 07 de abril de 2018. Condenado em primeira instância pelo então juiz Sérgio Fernando Moro, com confirmação na segunda instância, Lula foi impedido de concorrer às eleições no mesmo ano.

um ponto: “Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.” – frase do Jucá. De fato, a consumação do que se iniciou com as Manifestações de 2013, passando pela deposição de Dilma Rousseff, foi a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro, “contra tudo o que está aí”, “contra o sistema”, “contra a corrupção”<sup>347</sup>, entretanto, contando com o apoio dos que atuaram na deposição da Presidente. Precisamos indicar que no golpe de Estado contra Dilma se apresentava todos os grupos que iriam compor o consórcio pelo poder do Estado no interior do bolsonarismo<sup>348</sup>. Rodrigo Nunes foi assertivo: “[...] Junho de 2013 *não podia não ter* levado a Bolsonaro porque *já era* Bolsonaro desde o início [...]” (Nunes, 2022, p. 170). Não significa dizer que fosse *apenas* o bolsonarismo e, sim que, nos protestos de rua que se iniciaram a partir de 2013 já se manifestavam os valores do bolsonarismo<sup>349</sup>.

Há alguns parágrafos acima trouxemos o conceito de Alvaro Bianchi a respeito do golpe de Estado. Na oportunidade, chamamos atenção para o sujeito, os meios e o fim do golpe de Estado. Destes aspectos, porém, um é ressaltado pelo autor para caracterizar o golpe: “[...] Não é a ilegalidade, a força ou a mudança do regime político que caracteriza o golpe, e sim o uso de recursos excepcionais por parte de uma fração do aparelho de Estado [...]” (Bianchi, 2019, p. 59). Em 2016 não foi necessário o uso das armas – do exército como é relativamente comum no subcontinente americano e caribenho. Ao contrário de outros países da América Latina, o governo seguinte não assumiu com o golpe, mas, chegou ao poder após o golpe. O Governo Temer foi um governo efetivo<sup>350</sup>, a implementar uma profunda agenda de contrarreformas. O que se impôs a partir daquele ano foi a política das classes dominantes, agora, sem a intermediação do PT, mas com antigos e novos atores políticos do Centrão e da extrema direita, tendo seus políticos expressivos números de votação nas eleições seguintes. Estava consagrada a aliança entre conservadores e neoliberais, entre uma pauta conservadora dos costumes e uma política econômica de ajuste fiscal. Em sendo assim, não foram as manifestações de rua que derrubaram a Presidente Dilma, nem tampouco sua baixa popularidade<sup>351</sup>.

---

<sup>347</sup> Conferir toda a seção “3.3 Bolsonarismo: a extrema direita...”.

<sup>348</sup> Conferir a seção “3.3.1 Consórcios pelo poder: a estranha e complexa trama do bolsonarismo”.

<sup>349</sup> Conferir a seção “3.3.4 A prática bolsonarista: ações, irracionalidades, subjetividades e valores”.

<sup>350</sup> Conferir a seção “3.1 O Governo Temer (2016-2018)”.

<sup>351</sup> A respeito da popularidade/impopularidade, teremos oportunidade de aprofundar nossas considerações ao tratarmos do Governo Temer. Conferir a seção “3.1.8 Breve digressão crítica...”.

Já mencionamos a fragilidade da Democracia brasileira, em que uma das expressões é o voto, a concentrar a participação popular. Apenas seis presidentes concluíram seus respectivos mandatos, incluindo Dilma Rousseff, o seu primeiro. Com sua deposição, ela também aparece ao lado de outros presidentes que sofreram *golpe* ou *impeachment*: Washington Luís Pereira de Sousa, Júlio Prestes de Albuquerque, Getúlio Dornelles Vargas, Carlos Coimbra da Luz, João Belchior Marques Goulart e Fernando Affonso Collor de Mello. Como sintetizou Ciro Gomes: “[...] no Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo” (Gomes, 2016, 39). Michel Löwy chama atenção de que “Se observarmos a história mundial nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso para o Estado, para as classes dominantes [...]” (Löwy, 2016, p. 61). Em sendo assim, os golpes não são privilégio do Brasil ou da América Latina: trata-se de uma questão da própria democracia que “[...] atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista [...]” (Idem).

Dilma Rousseff tornou-se alvo das manifestações nas redes sociais, nas ruas e no Parlamento, encarnando vários “inimigos”<sup>352</sup> da extrema direita: (i) acabou respondendo pelo desgaste do PT, com três governos sucessivos; (ii) pelos indícios, investigações e condenações por corrupção envolvendo políticos do seu partido e de aliados<sup>353</sup> políticos; (iii) o sentimento antipetista e, sobretudo, o anticomunismo, tendo recorrentemente seu passado de militante, guerrilheira e presa política ressuscitado (Melo, 2016); e, suspeitamos, (iv) pelo simples fato de ser mulher<sup>354</sup>, a primeira eleita Presidente do Brasil. Mesmo sem indício de corrupção que maculasse a trajetória política e pessoal de Rousseff, e a despeito do pouquíssimo apoio parlamentar e popular, ela participou ativamente de todo o processo de cabeça erguida<sup>355</sup>.

---

<sup>352</sup> Compreende-se, neste contexto, os discursos de ódio e aquilo que a extrema direita considera como “inimigo”. Veremos que a extrema direita apresenta inimigos reais ou imaginários a fim de manter as massas alvoroçadas – conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita” e a seção “3.3.4 “A prática bolsonarista...”. É uma mudança tendo em vista que no período redemocratização era comum falar-se em adversário político.

<sup>353</sup> Duas situações saltaram aos olhos: o Mensalão e a Lava-jato.

<sup>354</sup> Estamos apoiando esta afirmação apenas em indícios que vieram à tona nas manifestações de rua e que permaneceram durante e após o *impeachment*. Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Sobre ela, circularam diversas mensagens políticas de cunho misógino. Merece destaque um adesivo da Presidente no tanque de gasolina de um carro (Salomão, 2015).

<sup>355</sup> Como as mulheres fazem a história, mencionemos um trecho do discurso de Rousseff após a deposição: “[...] Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização

O principal aspecto relacionado por Bianchi (2019) para caracterizar o golpe de Estado, qual seja, a utilização de recursos excepcionais, estava presente no *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Precisamos ser claros em nossas conclusões a respeito do que ocorreu em 2016 e, para isso, nos remetemos a Löwy: “[...] O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um *golpe de Estado*. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que preferir, mas golpe de Estado [...]” (Löwy, 2016, p. 64). Segundo o autor, a estratégia de oligarquias latino-americanas tem sido utilizar de golpes de Estado legais. Trata-se, portanto, de um uso de recursos excepcionais, como, no caso brasileiro, das medidas contábeis ou das “pedaladas fiscais”.

Nós desconfiamos que a deposição de Rousseff e as principais consequências dessa decisão só podem ser compreendidos inteiramente como um movimento do *Estado maior norte-americano*, a envolver a produção estratégica de energia fóssil e a implementação de uma política econômica neoliberal de austeridade fiscal como parte de um movimento geopolítico internacional a fim de demarcar as fronteiras na América Latina em relação à China, à Rússia e aos BRICS. Trata-se de um novo tipo de intervenção. Esta hipótese teria que ser investigada e aprofundada.

---

política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam [...]” (G1, 2016)

### 3. O BOLSONARISMO COMO MOVIMENTO SOCIOPOLÍTICO

*Não dá pé não tem pé nem cabeça,  
 não tem ninguém que mereça,  
 não tem coração que esqueça,  
 não tem jeito mesmo,  
 não tem dó no peito,  
 não tem nem talvez ter feito,  
 que você me fez desapareça,  
 cresça e desapareça.  
 Bicho de sete cabeças,  
 bicho de sete cabeças.  
 Bicho de sete cabeças.*

*Geraldo Azevedo, Zé Ramalho e Renato Rocha.*

Em 01 de janeiro de 2019 tomou posse, como o 38º Presidente da República Federativa do Brasil, eleito com mais de 57,8 milhões de votos, V. Ex.º Jair Messias Bolsonaro (PSL) (G1, 2018). Capitão reformado do exército brasileiro, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1991 e 2018, Messias Bolsonaro (PL)<sup>356</sup> venceu Fernando Haddad (PT). Com o *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”<sup>357</sup> e assentado no tripé “Deus, Pátria e Família”<sup>358</sup>, o recém-eleito identificava-se como “conservador nos costumes e liberal na economia” (Boldrini, 2018). Francisco de Oliveira (1995) propôs, como mencionamos no capítulo anterior, pensarmos um “neoliberalismo à brasileira”. Desde aqueles anos em que o autor colocou suas reflexões, as lutas de classes no Brasil se intensificaram, bem como a agenda neoliberal, perpassando todos os governos. Discorrendo sobre os dirigentes liberais durante a Ditadura Civil-militar no Brasil, Oliveira lembra que “[...] o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso

---

<sup>356</sup> V. Ex.º Jair Messias Bolsonaro se filiou ao Partido Social Liberal (PSL) em 07 de março de 2018 (Boldrini, 2018), assumindo, portanto, a Presidência da República sob esta legenda. Em novembro de 2019, Bolsonaro se desligou do PSL, tentando criar seu próprio partido, o Aliança Brasil, cujo número seria 38. Sem sucesso e sem partido, a fim de atender às exigências da Justiça Eleitoral, assinou a filiação ao Partido Liberal (PL), em 30 novembro de 2021 (Agência Brasil, 2021).

<sup>357</sup> O *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, foi inspirado no brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército. O grito surgiu em 1969 e foi adotado pelos paraquedistas, definitivamente, em 1985 (Folhapress, 2018).

<sup>358</sup> O lema “Deus, pátria e família” tem suas raízes no fascismo. A este tripé, como temos designado, durante a pandemia acrescentou-se um quarto elemento: “liberdade”. Passou a ser, portanto, “Deus, pátria, família e liberdade”.

autoritário [...]” (Oliveira, 1995, p. 24). Esta constatação nos fez lembrar a autoidentificação da extrema direita brasileira: “Liberal na economia e conservador nos costumes”. O candidato da extrema direita brasileira demonstrou suas inclinações à extrema direita antes mesmo da campanha eleitoral e, no governo, manteve a orientação política. Foram as condições objetivas que permitiram o surgimento do bolsonarismo e a eleição daquele que lhe emprestou o nome. Quando consideramos o bolsonarismo como um movimento sociopolítico, estamos nos referindo a dois elementos centrais: o primeiro é que o bolsonarismo é um consórcio pelo poder; o segundo é que o bolsonarismo é uma representação de valores de certos segmentos da sociedade brasileira. No presente capítulo, sem perder de vista nossas considerações anteriores<sup>359</sup>, pretendemos tratar do bolsonarismo enquanto movimento sociopolítico nos termos que acabamos de mencionar. Para isto, iniciaremos pelo Governo Temer (2016-2018), do qual o Governo Bolsonaro é uma continuidade; remeteremos à onda mundial de extrema direita, no século XXI; proporemos uma apresentação do bolsonarismo, mostrando seus principais atores sociopolíticos, na perspectiva de um consórcio pelo poder; e identificaremos uma racionalidade bolsonarista, com base em seus valores.

### **3.1 O Governo Temer (2016-2018)**

Empossado em 31 de agosto de 2016, após a deposição de Dilma Vana Rousseff (PT), Michel Miguel Elias Temer Lulia (MDB) se tornou o 37º Presidente da República Federativa do Brasil. É necessário, a esta altura, dar a devida atenção ao Governo Temer (2016-2018). Ao negligenciar a importância que este governo teve na história contemporânea do Brasil comete-se um grave equívoco analítico. A omissão em relação ao governo que sucedeu o Partido dos Trabalhadores se apresenta em, pelo menos, três direções: (i) a omissão propriamente dita, isto é, o ocultamento, a se verbalizar em debates políticos em que, simplesmente, se esconde o Governo Temer e impõe o Governo Bolsonaro como sucessor do Governo Dilma II; (ii) apenas rotulá-

---

<sup>359</sup> Mantemos como pano de fundo geral às reflexões que se seguirão no presente capítulo: que o Brasil está assentado na colonização, na escravidão, nos grandes latifúndios e na religião como uma ideologia da colonização; que nas últimas décadas a política econômica foi orientada, majoritariamente, pelo ajuste neoliberal; que o país ocupa um lugar periférico na economia capitalista e na divisão internacional do trabalho, refém da financeirização e da especulação; que se apresenta à nação projetos de poder, como de setores das forças de segurança e de evangélicos fundamentalistas.

lo de “golpista” ou “ilegítimo”. Tratar Michel Temer e seu governo como “golpistas” ou “ilegítimos” diz alguma coisa, porém, não diz tudo. É que, a despeito de todas as críticas que temos à forma como chegou ao poder, foi um governo efetivo e, como veremos, deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Como assumiu a partir de um “golpe brando”, de “um golpe de forças conservadoras”, importa a forma como chegou ao poder; importa mais que, sob a faixa presidencial, governou dentro das exigências do jogo da democracia liberal e do ajuste fiscal; (iii) é preciso demarcar o Governo Temer como um governo de aprofundamento do ajuste fiscal<sup>360</sup>.

Não podemos compreender “transição” apenas como reduzir as crises, apaziguar a sociedade, reestabelecer o Pacto Democrático e preparar o país para novas eleições. Até porque, dificilmente, o Governo Temer se enquadraria nestes aspectos, tendo em vista as reações sociais que enfrentou. De fato, ocorreram manifestações de diversos setores<sup>361</sup> da sociedade brasileira, especialmente, da Educação<sup>362</sup>; a greve dos caminhoneiros<sup>363</sup>, que paralisou o país por conta do preço do Diesel; e os escândalos de corrupção<sup>364</sup>, entre os quais, o próprio presidente envolvido. O Governo Temer foi um “governo de transição” no sentido de que conduziu o país, através de uma série de políticas legislativas e executivas, a um processo mais radical de ajuste neoliberal; fez com que o Brasil atravessasse a *Ponte Para o Futuro*<sup>365</sup>. A baixa popularidade do ex-presidente Michel Temer e de seu governo

---

<sup>360</sup> Por certo, não estamos tratando da Lei N. 10.609, de 20 de dezembro de 2002. A Lei N. 10.609, de 20 de dezembro de 2002, “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.”

<sup>361</sup> Ainda no ano de 2016, diversas manifestações tomaram o país pedindo “Fora Temer” (Mereles, 2016). O alvo dos protestos era o próprio Governo Temer – considerado, por muitos, como “ilegítimo” –, com sua estrutura e sua agenda reformista.

<sup>362</sup> Entre as manifestações de rua contra o Governo Temer, destaca-se as da Educação, com centenas de milhares de professores(as) e alunos(as) tomando as ruas do país. Protestavam contra o corte de verbas para Educação e a Reforma do Ensino Médio.

<sup>363</sup> Em maio de 2018 o Governo Temer se viu pressionado pela maior greve de caminhoneiros do século XXI, no Brasil. Por onze dias os caminhoneiros conseguiram parar o país e pautar a agenda política (R. B., 2019). À época, Jair Messias Bolsonaro despontava como candidato entre os grevistas. Posteriormente, Raul Jungmann afirmaria que Jair Bolsonaro seria um dos líderes dos caminhoneiros, a convocá-los para integrar atos golpistas no 07 de setembro de 2021 (Gielow, 2021).

<sup>364</sup> Talvez, o mais escandaloso caso de corrupção do Governo Temer contava com indícios do envolvimento do próprio presidente, à época, com a Delação da JBS e o “grampo” de Joesley Batista (Redação Terra, 2019). Após uma série de denúncias e investigações, o ex-presidente Michel Temer foi preso em março de 2019, acusado de ser líder de uma organização criminosa (Guimarães; Soares; Martins, 2019). Pouco depois ele foi solto.

<sup>365</sup> Programa lançado em 2015 para traçar as estratégias do governo de Michel Temer. Fundamental para dar início do processo de deposição de Dilma Rousseff. Conferir seção “2.5.5 Deposição de uma Presidente democraticamente eleita e... Honesta”.

foram vistas como oportunidade para dar seguimento à agenda reformista<sup>366</sup>. Em vista do tempo de mandato, de dois anos e meio, implementou uma agenda sem precedentes, recuperando políticas econômicas da década de 1990. Consideraremos as principais medidas reformistas do Governo Temer, o que nos possibilitará compreender o Brasil contemporâneo e as bases lançadas para o governo seguinte, o Governo Bolsonaro.

### *3.1.1 Política de Preços da Petrobrás.*

Desde Getúlio Dornelles Vargas, precisamente, em 1953, a Petrobrás se constituiu como uma das mais importantes empresas geradoras de riqueza do Brasil e uma das mais relevantes no setor de petróleo e de gás do mundo. O desenvolvimento de novas tecnologias permitiu a descoberta do Pré-sal e, como comentamos, colocou o país em torno de uma intensa disputa comercial geopolítica<sup>367</sup>. Coube ao então presidente Michel Temer alterar a política de preços da Petrobrás. De acordo com comunicado da própria empresa:

A nova política terá como base dois fatores: a paridade com o mercado internacional - também conhecido como PPI e que inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias – mais uma margem que será praticada para remunerar riscos inerentes à operação, como, por exemplo, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos. A diretoria executiva definiu que não praticaremos preços abaixo desta paridade internacional. (Petrobrás, 2016).

Uma empresa tão lucrativa precisava remunerar melhor seus acionistas. Daí a necessidade de uma alteração radical na política de preços que, visivelmente, privilegiava seus acionistas em detrimento da sociedade brasileira – a despeito do governo ser o principal acionista. A mudança se deu na adoção da paridade com o

---

<sup>366</sup> Em setembro de 2017, de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísticas (IBOPE), “[...] apenas 3% da população consideram [sic] o governo Temer ótimo ou bom. Já 77% consideram ruim ou péssimo; 16% avaliam com regular e 3% não sabem ou não responderam.” (Verdélío, 2017). Segundo o Datafolha, em dezembro de 2018 o Governo Temer era reprovado por 62% e aprovado apenas por 7% (G1, 2018).

<sup>367</sup> A Petrobrás se prepara para explorar a Margem Equatorial. Segundo a própria empresa: Esta região possui um potencial petrolífero relevante, ainda mais se formos considerar as descobertas recentes feitas por outras em regiões próximas a essa fronteira (Guiana, Guiana Francesa e Suriname)” (Petrobrás, [s.d.]). Certamente, essa reserva desperta diversos interesses comerciais. Em um primeiro momento houve uma negativa do Ministério do Meio Ambiente. O Plano Estratégico (2023-2027) da Petrobrás “[...] prevê um investimento de US\$ 2,9 bi nessa região nos próximos cinco anos e a perfuração de 16 poços a partir do 1º trimestre de 2023. [...]” (Petrobrás, [s.d.]).

preço internacional ou preço de paridade de importação (PPI). Ao manter os custos de produção em reais – a moeda corrente brasileira – e comercializar os produtos em dólares, a empresa registrou lucros recordes e, com isso, repassou aos acionistas como dividendos, apenas no segundo trimestre de 2022, o valor de R\$ 87,7 bilhões (Máximo; Gandra, 2022). Em verdade, ao obrigar o consumidor a pagar mais caro e repassar parte dos lucros aos acionistas, a Petrobrás praticava uma das mais bem sucedidas políticas de redistribuição de riqueza do mundo. O ex-presidente Michel Temer também sancionou a Lei Nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, que retirava da Petrobrás a exclusividade na exploração do Pré-sal. Importante lembrar que os preços dos combustíveis afetam diretamente a inflação. Portanto, não comprometem apenas as classes médias e, sim, todos os trabalhadores e trabalhadoras.

### 3.1.2 Emenda Constitucional 95.

Em 15 de dezembro de 2016, o Congresso Nacional, através das duas casas, promulgou a Emenda Constitucional 95 (EC 95), nos seguintes termos: “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.” (Brasil, 2016). O Novo Regime Fiscal vigoraria por vinte exercícios financeiros, orientando o Orçamento Público e a Seguridade Social. Popularmente, ela ficou conhecida como “Teto dos Gastos” ou “PEC da Morte”. A primeira expressão reflete as ideias daqueles e daquelas que apregoam o Estado mínimo e consideram investimentos públicos como gastos. Os neoliberais apelam à *responsabilidade fiscal*, transmitindo a ideia de que o Estado é como uma família: só pode gastar o que arrecada. Nada mais equivocado! No entanto, às vezes, nem a evidência dos fatos importa. A segunda forma de se referir à EC 95 expressa bem o que se tornaria o Estado brasileiro pelo tempo que ela vigorasse, longos vinte anos.

A falta de investimentos na Educação e no Sistema Único de Saúde, por exemplo, demonstram, claramente, um limite para quaisquer conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras que podem, a qualquer momento e seguindo o rito legal, serem revogadas. A fragilização dos serviços – por falta de profissionais, de estrutura física e da incerteza dos materiais necessários ao atendimento ou à própria realização do trabalho – debilita a condição dos trabalhadores e trabalhadoras em duas direções, pelo menos: daqueles e daquelas que realizam o serviço e daquelas e

daquelas que os utilizam. Tanto os trabalhadores veem um acúmulo de trabalho, de maior exigência, menor condição de realização e menor remuneração; como os trabalhadores e trabalhadoras não têm suas necessidades atendidas, ao buscarem os referidos serviços.

Além disso, a precarização dos serviços – consequência da falta de investimentos – serve como argumento à privatização. A simplificação do problema se expressa mais ou menos da seguinte forma: “Como não funciona, devemos privatizar. A iniciativa privada fará uma gestão melhor”. Reduz-se tudo à necessidade de privatização e gestão privada dos recursos públicos. Essa alegação pode ou não unir os dois elementos: privatização e gestão privada. Provavelmente, o tripé ideológico para justificar as privações – a má qualidade do serviço, a valorização da gestão privada e a corrupção<sup>368</sup> nas empresas públicas – esteja sempre à mesa, servindo de argumento ao neoliberalismo, que aponta o mercado como panaceia para essas mazelas sociais, uma vez que

O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social [...] Quando maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente política e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância (Friedman, 1984, p. 30).

Não negamos que, em determinados casos, seja oferecido um serviço ruim; nem que exista corrupção; ou ainda que precise de uma gestão adequada. No entanto, privatizar não resolve estes problemas: empresas privadas oferecem serviços ruins – e, nem sempre, “só permanece no mercado os melhores”, como comumente afirmam seus defensores. Empresas privadas praticam corrupção<sup>369</sup> e podem oferecer serviços de pior qualidade já que, ao priorizar o lucro, uma medida comum de

---

<sup>368</sup> Já consideramos como o discurso anticorrupção é utilizado pelas classes burguesas para mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, em discurso moralista, especialmente, as classes médias. Obscurecem, sobretudo, que no sistema capitalista existe, de forma legalizada, a apropriação, por parte das classes burguesas, dos bens do Estado, dos bens públicos e do mais-valor.

<sup>369</sup> Talvez, os casos mais destacados de corrupção privada, no Brasil, sejam: Odebrecht (Desidério, 2018); Criptomoedas (Dezan, 2023); Americanas (Redação RBA, 2023); 123milhas (Bizarria, 2013). Até então, vendia-se, inclusive, para fortalecer a Operação Lava Jato, o caso da Odebrecht como “o maior escândalo de corrupção do mundo”, com R\$ 4,334 bilhões (ou  $4,334 \times 10^9$ ). Este valor foi facilmente ultrapassado pelas Americanas, com R\$ 46 bilhões (ou  $4,6 \times 10^{10}$ ).

empresas recém-privatizadas é a demissão<sup>370</sup>. E, claro, empresas privadas podem ter péssimas gestões.

Há outra consequência da política neoliberal de corte de investimentos: é a queda brutal do consumo. A economia brasileira depende, essencialmente, do mercado interno: 95% da economia brasileira é voltada ao mercado interno; sendo que 75% dele depende das camadas trabalhadoras. Até por isso as políticas de aumento real do salário mínimo são importantes. Através do rebaixamento dos salários – que podem acontecer à medida que aumenta o número de desempregados –, os trabalhadores e trabalhadoras têm menor condições de consumo e sobrevivência. Tudo está destinado ao essencial, sem margem de manobra e conduzindo ao endividamento das famílias e à miséria. A queda do consumo leva, inevitavelmente, à queda do Produto Interno Bruto<sup>371</sup>. O próprio capitalista não investirá no setor produtivo caso não perceba perspectiva de venda – ou seja, de consumo. Por isso que medidas simples tendem a causar um grande impacto na economia brasileira: aumento real do salário mínimo, Bolsa Família, investimentos públicos etc. Veja que podemos visualizar esse ciclo de outra perspectiva: os cortes de investimentos públicos minimizam o consumo; sem consumo não há perspectiva de investimento privado; sem investimento privado e público os trabalhadores e trabalhadoras terão como destino o desemprego; desempregados não compram<sup>372</sup> na medida em que os capitalistas precisam para recompor suas taxas de lucro; dependentes diretamente do Estado no provimento de suas necessidades sociais e, com efeito, para atendê-los, o Estado diminui suas reservas de recursos para socorrer o setor privado; e, além disso, esses desempregados também deixaram de consumir serviços privados como saúde e educação. Ou seja, os investimentos do governo para minimizar os efeitos da pobreza beneficiam diretamente os capitalistas, o que nos permite sintetizar: o mercado precisa do Estado para expandir o seu domínio.

---

<sup>370</sup> Entre os anos de 2019 e 2023, a empresa de fornecimento de energia elétrica ENEL cortou 36% dos funcionários contratados, apenas em São Paulo (Nakagawa, 2023). No mesmo período, o número de clientes aumentou em 7%. Somente em 2023, a ENEL teve um lucro líquido de € 3,44 bi (3,4 bilhões de euros) (Estadão Conteúdo, 2024). Os Programas de Demissão Voluntária ou não começam com funcionários mais antigos. Na maioria dos casos, estes trabalhadores conhecem melhor o sistema da empresa e são mais especializados, isto é, profissionais mais bem qualificados.

<sup>371</sup> O Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, produziu um superavit primário, cortando dos custos, investimentos e pagamentos. Esta medida completamente superficial não teria como se sustentar a curto prazo.

<sup>372</sup> Uma alternativa é o mercado de itens luxuosos, com maior valor de trabalho, isto é, maior valor agregado. Pode servir em determinados segmentos da economia, porém, insuficiente para toda força de trabalho e toda produção comercial.

Neste sentido, a Emenda Constitucional 95 foi um mecanismo que o próprio capital encontrou para fragilizar ainda mais a condição das classes trabalhadoras, sobretudo, daquelas que mais dependem dos serviços públicos; e, como mencionamos, para justificar, diante dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, a necessidade de privatizações. Ao mesmo tempo, manteve intacta outras despesas do Estado brasileiro. Ao focar apenas “nos gastos públicos” e garantir a permanência de recursos necessários (ou extras, se for o caso) para o pagamento da Dívida Pública, o ajuste evidencia o controle das instituições financeiras sobre os recursos públicos (Saad Filho, 2011). Em verdade, tanto o pagamento da Dívida como as políticas de renúncia fiscal<sup>373</sup> evidenciam a fragilidade do discurso que justificou a adoção da EC 95 e do ajuste no Estado brasileiro (Souza; Soares, 2019).

### *3.1.3 Terceirização Irrestrita.*

Os direitos trabalhistas no Brasil, assim como por todo o mundo, são resultados das lutas de classes. No entanto, não apenas a conquista dos direitos e, sim, a permanência deles ocorre no contexto de correlação de forças. Os direitos são conquistados e mantidos como consequência das lutas de classes. Não podemos conceber, portanto, quaisquer direitos como eternamente garantidos. Eles podem ser suspensos – e o são – sempre que as condições objetivas forem desfavoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras e as classes burguesas quiserem manter ou aumentar as taxas de lucro. O trabalho é a categoria central da economia capitalista porque o trabalho gera valor e mais valor e, por esta razão, estará sempre em disputa enquanto houve exploração da força de trabalho e expropriação do mais valor.

Estas considerações são necessárias porque o Governo Temer implementou duas importantes reformas que tocam, frontalmente, na legislação trabalhista e nas relações de trabalho. A primeira delas foi a Lei Nº 13.429/17, que “[...] dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras

---

<sup>373</sup> “O valor concedido em benefícios tributários e financeiros neste ano supera todas as despesas com saúde e educação (sem contar pessoal), Bolsa Família, benefícios de prestação continuada (BPC), seguro-desemprego, abono salarial, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Fundeb e Fies, que, juntos, estão estimados em **R\$ 317,44 bilhões para todo ano de 2017**. Segundo os números do Ministério do Planejamento, as renúncias de arrecadação previstas para este ano, com estes benefícios tributários e financeiros, também equivalem cerca de **32% das receitas totais do governo** (última estimativa do governo, feita em agosto, de R\$ 1,28 trilhão)” (Martello, 2017).

providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros” (Brasil, 2017). Mais especificamente, o seu Art. 1º diz: “As relações de trabalho na empresa de trabalho temporário, na empresa de prestação de serviços e nas respectivas tomadoras de serviço e contratante regem-se por esta Lei” (Idem). Em verdade, esta lei regulamentou: (i) as relações de trabalho temporário passaram a ser protegidas juridicamente; (ii) a terceirização irrestrita, ou seja, a terceirização de atividades fim; (ii) e que não há vínculo empregatício entre empresas tomadoras de serviço e os trabalhadores contratados por empresas terceirizadas.

A terceirização foi um dos pontos fulcrais da retomada do Estado conduzida no Governo FHC, nos anos 1990. O movimento reformista naquela época, com a mentoria de Bresser-Pereira, apregoava que o Estado brasileiro era inflado de atribuições, assim, diversas atividades que eram consideradas menos essenciais eram submetidas ao crivo da terceirização. Na reforma de Temer, através da aprovação da Lei 13.429/17, não só as atividades menos essenciais como aquelas mais necessárias também tornaram-se passíveis ao modelo de terceirização.

#### *3.1.4 Reforma Trabalhista.*

A segunda medida contrarreformista do Governo Temer a ter como objetivo as relações de trabalho, publicada menos de quatro meses após a primeira, foi a Lei Nº 13.467/17, que alterou a “[...] Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho” (Brasil, 2017). Na verdade, foi “[...] a maior alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação, em 1943, envolvendo cem pontos da legislação trabalhista [...]” (Martins, 2019, p. 108), incluindo: (i) contrato de trabalho de tempo parcial; (ii) teletrabalho; (iii) parcelamento do tempo de férias; (iv) trabalho intermitente; (v) desobrigação de contribuição sindical; (vi) prioridade de acordos coletivos em frente à legislação trabalhista; (vii) permissão a grávidas e a lactantes para trabalhar em lugares insalubres de graus mínimo e médio; (viii) pagamento de despesas jurídicas em caso de litígio na Justiça do Trabalho.

As duas reformas demonstram que em “[...] períodos de crise, são promovidas desregulamentações das relações laborais, alteração dos regimes negociais e implementação de formas laborativas flexíveis [...]” (Rosso, 2017, p. 167).

Em linha com o ajuste fiscal e com a produção flexível, entre os argumentos mais utilizados como justificativa das reformas trabalhistas, está o de Henrique Meirelles que afirmou que a Reforma Trabalhista geraria seis milhões de empregos (Simão; Pupo, 2019). Ou seja, é preciso desregulamentar as relações de trabalho e flexibilizar a legislação trabalhista para que mais empregos sejam criados. Em termos concretos, porém, as reformas representaram a precarização das condições de trabalho<sup>374</sup>, a redução dos salários, o aumento do desemprego e mais crise econômica (Krein; Oliveira; Filgueiras, 2019). A retomada de índices de emprego no Governo Lula III está diretamente ligada ao investimento do Estado brasileiro.

### 3.1.5 Reforma do Ensino Médico.

Após considerarmos as alterações nas relações de trabalho, outra área da sociabilidade contemporânea que sofreria as consequências do ajuste neoliberal e da flexibilização da produção seria a Educação. De fato, as condições do capitalismo contemporâneo tocam, profundamente, a Educação. Em 16 de fevereiro de 2017 veio à tona a Lei N. 13.415 que

Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (Brasil, 2017).

Ocorre com a Educação o mesmo que com o Trabalho: uma reforma que altera a política e o fazer educacional, o currículo da escola e da instrução científica. A necessidade do Novo Ensino Médio (NEM) se justifica no documento *Guia de*

---

<sup>374</sup> “A taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7%, contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes). Nas atividades tipicamente terceirizadas, 44,1% dos vínculos de trabalho foram contratados no mesmo ano, enquanto nas tipicamente contratantes, o percentual foi de 29,3% e 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre 41 e 44 horas semanais. Já nos setores tipicamente contratantes, a proporção era de 61,6%. Os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais. O percentual de afastamentos por acidentes de trabalho típicos nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes – 9,6% contra 6,1%. Os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menor do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639)”. (DIEESE, 2017, p. 23).

*Implementação do Novo Ensino Médio* considerando as transformações contemporâneas, amplificadas pelas novas tecnologias, a afetar social e emocionalmente os jovens. O referido documento a respeito da educação no EM diz que: “O modelo atual não tem respondido de forma satisfatória a esses desafios. A desconexão entre os anseios da juventude e o que a escola exige dela manifesta-se nos indicadores de frequência e desempenho da etapa [...]” (Ministério da Educação, 2017, p. 6). A compreensão geral parece ser de motivação e interesse de alunos e alunas. Entretanto, importante lembrar que o NEM<sup>375</sup> surge no contexto do ajuste fiscal. Discussões em torno da necessidade de uma reforma do Ensino Médio se iniciaram pelo PL 6.840/2013. Este projeto já apontava (i) para quatro áreas do conhecimento, quais sejam, linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas; (ii) para educação de tempo integral, ampliando, portanto, o tempo de permanência do aluno na escola; (iii) e a inclusão dos seguintes temas transversais: prevenção ao uso de drogas e álcool; educação ambiental; educação para o trânsito; educação sexual; cultura da paz; empreendedorismo; noções básicas da Constituição Federal; noções básicas do Código de Defesa do Consumidor; importância do exercício da cidadania; ética na política; e participação política e democracia.

No entanto, a contrarreforma do Ensino Médio veio à tona através da Medida Provisória N. 746/2016, transformada em Lei N. 13.415/2017. A urgência de sua implementação, em um contexto de golpe (Saviani, 2020), com ausência efetiva de participação de profissionais da educação, de pais, de mães, de responsáveis, de estudantes e do conjunto da sociedade evidencia, para Vânia Cardoso da Motta e Gaudêncio Frigotto (2017), o caráter autoritário e ideológico liberal-conservador da reforma, justificada por seus proponentes como necessária para destravar o crescimento econômico e o investimento em capital humano. Por sua vez, resultado, também, de condições desfavoráveis das correlações de forças e das lutas de classes, as principais mudanças com o NEM foram: (i) a flexibilização curricular; (ii) a ampliação da carga horária; (iii) a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com os seus cinco itinerários formativos; (iv) e a possibilidade de convênios com instituições de educação a distância.

Após alguns anos de sua implementação é possível afirmar duas coisas: a drástica redução do conteúdo científico; e o incentivo ao empreendedorismo. Falar em

---

<sup>375</sup> Para uma análise do Novo Ensino Médio remetemos à Tese Elisângela Maria de Oliveira.

empreendedorismo no contexto da reforma educacional é uma forma de apresentar, indiretamente, a meritocracia como caminho para o sucesso pessoal. Em linhas gerais, o NEM desconsidera a realidade dos alunos e alunas, ampliando a distância entre filhos e filhas das classes mais altas e filhos e filhas das classes trabalhadoras. Os sujeitos-objetos da escola pública são, normalmente, gente pobre e periférica. É possível intuir, pelo contexto mais amplo, que a zona rural e estudantes do campo sofram ainda mais. A rejeição do NEM não significa afirmar que o “antigo” Ensino Médio era bom, porém, certamente, considerando a formação científica, era melhor do que o que “novo”<sup>376</sup>.

### 3.1.6 Base Nacional Comum Curricular.

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “[...] deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas [...]” (Brasil, [s.d.]) da Educação Básica. De maneira mais específica:

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (Brasil, [s.d.]).

Como temos insistido, só é possível compreender as reformas educacionais contemporâneas constatando a relação intrínseca entre a forma flexível do capitalismo contemporâneo, a flexibilizar as relações de trabalho e as exigências às novas formações das classes trabalhadoras, dando conta da reestruturação produtiva. É uma espiral que toca quatro eixos do capitalismo contemporâneo à medida que se expande e se aprofunda: Estado, capitalismo financeirizado, reestruturação produtiva flexível e política educacional. O Novo Ensino Médio (NEM) exige a BNCC: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional

---

<sup>376</sup> É preciso que se conste a dificuldade do Governo Lula 3 de revogar a reforma do Ensino Médio. Falta de vontade política? Consequência da Frente Ampla? Ministério da Educação tomado por empresários da Educação? Sejam quais forem as respostas – a estas ou outras perguntas – é uma situação extremamente prejudicial aos adolescentes e jovens.

Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares [...]” (Brasil, 2017). A lei diz que, para decidir os componentes específicos, é preciso considerar “[...] a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (Idem). A BNCC trouxe cinco itinerários formativos: (i) linguagens e suas tecnologias; (ii) matemática e suas tecnologias; (iii) ciências da natureza e suas tecnologias; (iv) ciências humanas e sociais aplicadas; (v) formação técnica e profissional.

Entre os argumentos favoráveis à adoção dos itinerários formativos estava o protagonismo juvenil, ou seja, a possibilidade de o adolescente realizar seu projeto de vida e a liberdade de escolher sua formação com base no referido projeto, dentro da flexibilização curricular. Entretanto, a ideia de liberdade nos documentos de referência para o NEM e para a BNCC estava vinculada ao conceito neoliberal, isto é, a liberdade de escolha dentro do livre mercado. Em verdade, as possibilidades de escolher se fizeram reduzidas quando as escolas adotaram seus itinerários formativos “[...] dependendo da disponibilidade orçamentária e de recursos materiais e humanos [...] [e os adolescentes e jovens foram obrigados] a acomodar a sua ‘escolha’ ou o seu ‘projeto de vida’” (Koepsel; Garcia; Czernisz, 2020, p. 4) àquilo que lhes era ofertado. Também, neste caso, a liberdade está condicionada às condições objetivas. Para Dermeval Saviani: “[...] Em lugar da liberdade de escolha dos alunos, o que a reforma promove é a demissão da responsabilidade dos alunos [...] e dos professores quanto à orientação que lhes cabe propiciar a estudantes [...]” (Saviani, 2020, p. 11). É importante lembrar que as mudanças afetam alunos e alunas, comumente, adolescentes, e professores e professoras. De fato, constatamos que, no contexto de ajuste fiscal, o que o NEM e a BNCC trazem “[...] é uma escola centrada em conhecimentos práticos, em habilidades e maneiras de fazer, visando a empregabilidade precária para os que vivem somente do trabalho” (Libâneo, 2016, p. 48) aprofundando, portanto, a precarização do ensino e a dicotomia escolar.

### *3.1.7 Presença de militares no governo.*

Pertence ao Presidente Michel Temer o mérito da trazer de volta os militares ao governo. Em certas circunstâncias, portanto, bem particulares, poderíamos até conjecturar acerca da contribuição de militares, com conhecimentos

específicos adquiridos ao longo dos anos<sup>377</sup>. Porém, não parece ser este o caso. Tanto que devemos questionar qual era o papel dos militares nos governos que assumiram após a deposição de Dilma Rousseff. Ainda em maio de 2016, (i) o Presidente Temer recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com status de ministério, sob a presidência do General Sérgio Westphalen Etchegoyen. O GSI concentrava os principais órgãos de inteligência e investigação brasileiros: os Centros de Inteligência da Aeronáutica, do Exército, da Marinha; da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); da Receita Federal; da Polícia Federal; da Polícia Rodoviária Federal; do Departamento Penitenciário Nacional; e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rodas, 2018). O órgão parece evocar o Sistema Nacional de Informações (SNI), do período da Ditadura Civil-militar. É importante lembrar que Michel Temer fora responsável, em 2012, pela articulação entre Executivo, Legislativo e Judiciário para implementação Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) (Leirner, 2021), programa sob responsabilidade dos militares. (ii) O Ministro José Antonio Dias Toffoli, durante a Presidência no Supremo Tribunal Federal (2018-2020) (STF), contou com dois assessores militares: o General Fernando Azevedo e Silva e o General Ajax Porto Pinheiro (Pompeu, 2018). É difícil imaginar uma razão pela qual um Ministro Presidente do STF precise de assessoria militar, igualmente, estar em constante diálogo com os militares. (iii) O Ministério da Defesa, no último ano do Governo Temer, foi presidido pelo General Joaquim Silva e Luna, introduzindo uma nova prática de ministros militares<sup>378</sup> após a redemocratização. Observemos que três áreas estratégicas, sendo uma delas o Judiciário – portanto, um dos poderes da República – estavam sob “supervisão” militar. Os ineditismos do Governo Temer foram aprofundados no Governo Bolsonaro, cujo desenho parece contar com amplo apoio de segmentos militares e das Forças de Segurança, com destaque para os próprios militares e para as polícias militares, em uma tentativa de cooptação do Estado brasileiro (Leirner, 2020).

---

<sup>377</sup> A ciência da Administração, por exemplo, especialmente a logística, desenvolveu-se em contextos bélicos, de guerra e de grandes conflitos. No entanto, a presença do Gen. Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde que, para citar apenas um que, segundo o ex-presidente Bolsonaro, era “especialista em logística”, não é um bom exemplo da formação militar.

<sup>378</sup> Pela ordem: de fevereiro de 2018 a janeiro de 2019: Gen. Joaquim Silva e Luna; de janeiro de 2019 a março de 2021: Gen. Fernando Azevedo e Silva; de março de 2021 a abril de 2022: Gen. Walter Souza Braga Netto; de abril de 2022 a dezembro de 2022: Gen. Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira.

### 3.1.7.1 A Missão de Paz no Haiti

Em vista do que acabamos de expor, torna-se necessário realizarmos alguns adendos. Seriam pontuações sobre três momentos distintos e interligados da história contemporânea brasileira, que teriam consequências e desdobramentos muito além do que aparentavam em um primeiro momento. A primeira consideração é a respeito da *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* (Minustah), a Missão de Paz no Haiti. Em 30 de abril de 2004, por unanimidade, o Conselho de Segurança da Organização da Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução 1542. O documento da ONU estabelece três eixos: o primeiro acerca da segurança e da estabilidade; o segundo sobre o processo político; e, por fim, a respeito dos direitos humanos (Consejo, 2004, p. 2-4). O Brasil assumiu a liderança da missão, cujo “[...] objetivo é levar segurança ao país centro-americano durante o governo transitório, mantendo a ordem e dando apoio aos funcionários da ONU na reconstrução das organizações do país” (Folha, 2006). Há uma série de controvérsias em relação a atuação e permanência dos militares brasileiros no Haiti: o assassinato – chacina – de cerca de 63 pessoas no bairro pobre de *Cité Soleil*, na madrugada de 06 de julho de 2005 (Bacoccina, 2005); a morte do Gen. Urano Teixeira da Matta Bacellar, por suicídio; e uma epidemia de cólera (BBC News Brasil, 2010). Existem diversas acusações de repressão política, militar e de violação de direitos humanos por parte dos militares brasileiros.

A Missão de Paz no Haiti congregou um número considerável de militares que passou a fazer parte do Governo Bolsonaro: Augusto Heleno; Carlos Alberto dos Santos Cruz; Floriano Peixoto Vieira Neto; Edson Leal Pujol; Luís Eduardo Ramos; Fernando Azevedo e Silva; Tarcísio Gomes de Freitas; e Otávio Rêgo Barros. Piero Leirner afirma “[...] que o Haiti abriu a janela para algo maior: a ‘mobilização’ para a guerra híbrida” (Leirner, 2020, p. 231). Segundo o autor, o Haiti foi, para os militares brasileiros, uma experiência plena de governo, “[...] um verdadeiro laboratório, onde os comandantes experimentaram a expertise de ser o *centro do Estado* e da *nation-building* haitiana” (Idem, p. 234). Seria preciso investigar as conexões de militares brasileiros que estiveram no Haiti com empresas privadas de segurança e de material bélico. Portanto, parece-nos claro que a avaliação do autor a respeito da Minustah é

correta, assim como o que se seguiria: a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e a presença de militares no Governo Temer e no Governo Bolsonaro.

### 3.1.7.2 Eduardo Dias da Costa Villas Bôas

Quando Michel Temer assumiu a Presidência da República encontrou, no Comando das Forças Armadas, um general politicamente ativo. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas comandou o Exército Brasileiro do início de 2015 ao início de 2019 e, posteriormente, assessorou (de 2019 a 2022) o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Assim, o Gen. Villas Bôas participou de três governos sendo, ao que tudo indica, peça-chave na condução do país por longos sete anos. Possivelmente, sua primeira grande aparição na cena pública tenha sido em uma entrevista à *Revista Veja*, quando afirmou que o Exército havia sido sondado, por políticos de esquerda, às vésperas do *impeachment*, se apoiaria um Estado de Defesa, decretado pelo Governo Federal (Oyama; Bonin, 2017). À época, o General negou o uso político das Forças Armadas e manifestou preocupação com surgimento de líderes populistas capazes de aglutinar o inconformismo da sociedade.

Um segundo momento, ainda mais relevante do ponto de vista histórico-social, foram dois *tweets* publicados em 03 de abril de 2018, às vésperas do julgamento no Supremo Tribunal Federal de um habeas corpus que poderia beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neles, o Gen. Villas Bôas escreveu:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?

Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. (Seis... 2019).

Essas manifestações públicas do Comandante do Exército causaram um verdadeiro alvoroço social, indo parar, quase que imediatamente, entre os assuntos mais comentados no país. A crise se agravou quando o General esclareceu que sua atitude representava a posição do Alto Comando do Exército (Catanhêde, 2018), mesmo que excluídas as demais forças, Marinha e Aeronáutica. Portanto, para além de um posicionamento pessoal – enquanto cidadão brasileiro –, ele estava

repercutindo o pensamento militar. Em uma situação de normalidade sócio democrática já não há como dissociar o indivíduo de sua função social, menos ainda no contexto da crise instalada no Brasil. Piero Leirner (2021) viu, na manifestação pública do general em tensão com o Judiciário, um sinal de militares como poder moderador. Sob a desculpa de ser contrário à impunidade e do direito à liberdade de expressão, como bem comprovam as reações (Kawaguti, 2018), o que ocorreu foi uma verdadeira ameaça do Exército ao Supremo Tribunal Federal, em uma votação que, como sabemos, seria determinante.

Em linhas gerais, suas palavras ecoaram entre subordinados e em estratos da sociedade brasileira que protestavam favoravelmente a (uma nova) Ditadura. Obviamente, como não poderia deixar de ser, alguns entre seus comandados mais afoitos responderam que aguardavam ordens (para uma ruptura democrática?)<sup>379</sup>; entre as mensagens de apoio, destacava-se a de um Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro (Macedo, 2018), pré-candidato à Presidência da República. Certamente, um dos grandes beneficiados pela posição pública do General. Outros militares, porém, tentaram minimizar as considerações do General Villas Bôas. A posição (do) militar recebeu fortes reações contrárias advindas de diversos setores da sociedade brasileira, de políticos a juristas<sup>380</sup>. Curiosamente, o Supremo Tribunal Federal rejeitou o habeas corpus da defesa do ex-presidente e manteve a jurisprudência estabelecida em 2016, favorável à prisão em segunda instância. Alguns dias depois, precisamente em 07 de abril de 2018, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria preso.

Por outro lado, o Gen. Villas Bôas não demonstrou, publicamente, a mesma preocupação com os indícios de corrupção nas Forças Armadas. Apesar de negar que seus *tweets* fossem uma ameaça velada ao Supremo, a forma que foram socialmente recebidos e compreendidos não deixa dúvidas a respeito. Entre a euforia de uns e a indignação de outros, houve um movimento meticulosamente calculado. Desde a

---

<sup>379</sup> O Gen. Paulo Chagas escreveu o seguinte: "[...] Tenho a espada ao lado, a sela equipada, o cavalo trabalhado e aguardo suas ordens!!" (Kawaguti, 2018).

<sup>380</sup> Uma das reações mais enérgicas veio de um Ministro da Corte, Celso de Mello, em seu voto: "É preciso ressaltar que a experiência concreta a que se submeteu o Brasil no período de vigência do regime de exceção (1964/1985) constitui, para esta e para as próximas gerações, marcante advertência que não pode ser ignorada: as intervenções pretorianas no domínio político-institucional têm representado momentos de grave inflexão no processo de desenvolvimento e de consolidação das liberdades fundamentais. Intervenções castrenses, quando efetivadas e tornadas vitoriosas, tendem, na lógica do regime supressor das liberdades que se lhes segue, a diminuir (quando não a eliminar) o espaço institucional reservado ao dissenso, limitando, desse modo, com danos irreversíveis ao sistema democrático, a possibilidade de livre expansão da atividade política e do exercício pleno da cidadania." (CONJUR, 2021).

redemocratização, nenhum General havia tido uma postura pública, abertamente política, como Villas Bôas. Ele demarcou, realmente, uma nova posição do Exército em questões políticas, jurídicas, econômicas e sociais, ou seja, além do papel institucional das Forças Armadas. Ao presenciar o fim do Governo Dilma II e participar dos dois governos seguintes, Governo Temer e Governo Bolsonaro, o Gen. Villas Bôas recolocou os militares na vida pública brasileira.

### 3.1.7.3 Intervenção Militar no Rio de Janeiro

A Intervenção Militar no estado do Rio de Janeiro foi outra medida inédita do Governo Temer. Desde a redemocratização, esta foi a primeira intervenção operada pelas Forças Armadas em um estado da Federação, sob a determinação do Presidente da República. Ainda que restrita à Segurança Pública, foi uma demonstração de poder e um laboratório de política de segurança pública, com a possibilidade de ser adotada em todo o país. Logo após decretar a Intervenção, o Presidente Michel Temer se reuniu com o Conselho Militar de Defesa<sup>381</sup>. Para Giselle Souza e Morena Soares: a decisão de Intervenção representou “[...] a tentativa de legitimação e melhora da popularidade do governo Temer atendendo aos anseios dos segmentos mais conservadores e reacionários do eleitorado [...]” (Souza; Soares, 2019, p. 19). De fato, a Intervenção contou com amplo apoio popular<sup>382</sup>, apesar de poucas pessoas perceberem alguma diferença real após um mês de Operação militar na cidade do Rio de Janeiro<sup>383</sup>. Como demonstra o relatório da Rede de Observatórios de Segurança (Ramos, 2023), a Intervenção no Rio elevou o número de tiroteios e de mortes por arma de fogo, não reduziu a criminalidade, o poder das milícias e do crime organizado. Devemos mencionar que: (i) durante a Intervenção, ocorreu um dos mais importantes crimes políticos da história recente: os assassinatos de Marielle Francisco

---

<sup>381</sup> “[...] Participam da reunião o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen; o Comandante do Exército, General Eduardo Dias Villas Boas; o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Leal Ferreira; o Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; e o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, general do Exército Joaquim Silva e Luna” (Aquino, 2018).

<sup>382</sup> De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha na cidade do Rio de Janeiro, entre 20 e 22 de março de 2018, “[...] 76% são favoráveis à intervenção federal na segurança pública do estado e 20% são contra – 5% não opinaram” (G1, 2018).

<sup>383</sup> “[...] a maior parte dos entrevistados na pesquisa (71%) também acredita que a ação do Exército desde o mês de fevereiro não fez diferença no combate à violência no Rio. Outros 21% acham que a situação melhorou com a presença dos militares, e 6% acham que piorou” (Idem).

da Silva e de Anderson Gomes; e (ii) a Polícia Federal investiga indícios de corrupção durante a Intervenção (Oliveira; Motoryn, 2023). Seria preciso aprofundar a investigação acerca das relações de alguns militares com bicheiros, fundamentalistas religiosos e milicianos.

### *3.1.8 Breve digressão crítica acerca do Governo Temer*

Constatamos, diante do que acabamos de expor, que duas categorias centrais de nossas reflexões foram direta e completamente impactadas pelo Governo Temer: o Trabalho e a Educação. No caso desta última, as mais relevantes foram a reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular<sup>384</sup>. Em verdade: “A reforma do Ensino Médio é o projeto do capital, é a reforma gerencialista da educação em articulação com o empresariado [...]” (Jakimiu, 2023, p. 10). Devemos destacar, em virtude disto, a relação íntima que as duas mudanças guardam entre si: a Base Nacional Comum Curricular é uma exigência do Novo Ensino Médio; o Novo Ensino Médio demanda uma nova Base Nacional Comum Curricular, no contexto da flexibilização e da reestruturação produtiva. Para Vânia Motta e Gaudêncio Frigotto:

[...] trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana [...]. (Motta; Frigotto, 2017, p. 369).

Acertadamente, a novidade do “novo” Ensino Médio é seu caráter profundamente neoliberal. As consequências parecem mais evidentes para os alunos e alunas, no entanto, ainda não completamente para a formação de professores e professoras, isto é, para as Graduações e para as Licenciaturas; o que já vem mudando, tendo em vista que “[...] a BNCC norteará o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, redirecionando o trabalho pedagógico escolar, a formação dos

---

<sup>384</sup> Uma consideração ampla acerca da Educação no Governo Temer levaria em consideração, além das reformas citadas, algumas portarias, como: a (i) Portaria Normativa N. 20, de 13 de outubro de 2016, que “Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES, integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa nº 10, de 6 de maio de 2016” (Gabinete do Ministro, 2016); e a (ii) Portaria Normativa N. 983, de 26 de agosto de 2016, que “Dispõe sobre a criação e as atribuições do Grupo de Trabalho de Serviços Relacionados à Educação – GTSRE” (Gabinete do Ministro, 2016).

estudantes e, também, a de professores [...]” (Koepsel; Garcia; Czernisz, 2020, p. 2). Assim, em decorrência da BNCC, aprovou-se a resolução CNE/CP Nº 2, em 2019, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação inicial de Professores da Educação Básica” (BNC-Formação). Logicamente, estas reformas desaguarão no trabalho docente e na profissionalização docente. Em todo caso, as motivações às decisões que envolveram a política educacional e a educação nos últimos anos estão assentadas nas políticas neoliberais. O Governo Lula III, através do Ministro da Educação Camilo Santana, parece estar pouco convencido do imperativo de suspensão das reformas do Governo Temer e da necessidade de uma reforma real do Ensino Médio.

Após relacionarmos as principais medidas político-econômicas do Governo Temer, é possível caracterizá-lo como um governo neoliberal e reformista, cujos “[...] valores associados à sobrevivência do capitalismo internacional, em detrimento do investimento em melhoria da qualidade de vida da população, revelando em suas estratégias básicas princípios do liberalismo econômico [...]” (Melo; Sousa, 2017, p. 31). O significado que a palavra reforma adquiriu no neoliberalismo é de cortes de investimentos nos setores públicos, restrições ou supressão de direitos dos trabalhadores (Coutinho, 2012), principalmente, através da flexibilização, das privatizações, da publicização e da terceirização. Por isso, aquilo que o capitalismo trata como reforma – diante de novas demandas do próprio capital –, podemos compreender como uma contrarreforma (Behring, 2008) – para os trabalhadores e trabalhadoras. O próprio ex-presidente Michel Temer afirmou através de pronunciamento (no final de 2016) que: “Nós não vamos parar. Este governo há de ser um governo reformista” (Caram, 2016). Mesmo que as reformas tenham seus limites, elas avançam <sup>385</sup> e podem encaminhar, aos poucos, mudanças estruturais. É impressionante a quantidade e a extensão das reformas do Governo Temer, levando

---

<sup>385</sup> A Previdência é um exemplo é um exemplo. Foram sete reformas da Previdência desde a Constituição Federal de 1988: Emenda Constitucional 3, de 1993; Emenda Constitucional 20, de 1998; Emenda Constitucional 41, de 2001; Emenda Constitucional 47, de 2005; Emenda Constitucional 70, de 2012; Emenda Constitucional 88, de 2015; Emenda Constitucional 103, de 2019. Alguém pode levantar a questão da necessidade de reforma, diante do envelhecimento da sociedade. No entanto, as reformas alteraram significativamente os privilégios ou deixaram de fora Executivo, Judiciário, Legislativo e Militares?

em consideração o tempo em que governou: de maio de 2016 a dezembro de 2018<sup>386</sup>, alguma coisa como trinta e dois meses. Daí, podemos perceber a pressão do capital nacional e internacional em implementar as reformas neoliberais, como desenhadas no *Ponte para o Futuro*; e o consenso social que se formou diante delas.

“[...] não pode haver a menor dúvida de que a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do trabalho –em suas diversas dimensões– e o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras se constituem, desde o início, em um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal, redefinindo radicalmente, a favor do capital, a correlação de forças políticas” (Filgueiras, 2006, p. 189).

O consenso ideológico social permitiu, diante da fragilização de trabalhadores e trabalhadoras, da própria crise político-econômica, socioeconômica e da propaganda das reformas como medidas necessárias ao momento histórico em que o país vivia, que elas fossem rapidamente aprovadas. Temos, então, mais uma constatação importante: todas as contrarreformas do Governo Temer foram constitucionais. O consenso do capital nacional e internacional impõe o acordo dentro do Congresso Nacional, no interior da Câmara dos Deputados e no interior do Senador Federal e de uma casa legislativa com a outra. Os congressistas eleitos em outubro de 2014 – consequência das lutas de classes e da correlação de forças –, imprimiram o resultado de cada votação. Para Marx: “[...] *O poder legislativo* é o poder de organizar o universal. É o poder da constituição. Ele ultrapassa a constituição [...]” (Marx, 2013, p. 79). O que demonstra, mais uma vez, as lições em relação ao Direito e à Legislação: (i) os direitos dos trabalhadores são conquistas dos próprios trabalhadores ou concessões das classes burguesas diante das lutas de classes e da correção de forças; (ii) os direitos conquistados precisam ser efetivados; (iii) a efetivação de um direito não indica sua permanência; (iv) e cada direito deve ter como horizonte a emancipação humana. Caso contrário, maior ou menor outorga dependerá das necessidades do próprio capital se reajustando a fim de manter as taxas de lucro.

Essas políticas representaram perdas reais para trabalhadores e para trabalhadoras, para seus filhos e suas filhas em idade escolar, seja na Educação

---

<sup>386</sup> Aqui é preciso certo rigor histórico: com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff para responder ao processo de *impeachment*, Michel Temer assumiu como Presidente interino em 12 de maio de 2016. No mesmo dia, Temer anunciou seu ministério (Redação CONJUR, 2016). Com a conclusão do processo e condenação de Dilma Rousseff, Michel Temer foi empossado Presidente da República no dia 31 de agosto de 2016.

Básica seja na Educação Superior, penalizando, inclusive, as classes médias. De fato, não apenas em cada política particular, mas em conjunto, elas evidenciam um movimento do Brasil, através de seus governantes, em direção à fragilização das condições de vida e sobrevivência; do desmonte do Estado brasileiro; e da falta de perspectiva para adolescentes e jovens. As reformas do Governo Temer seriam mantidas e aprofundadas no governo seguinte, de Jair Messias Bolsonaro (PSL), sob orientação do Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes. Guedes, que estudou na Universidade de Chicago na década de 1970 e foi professor na Universidade do Chile<sup>387</sup>, durante a Ditadura de Augusto Pinochet, sonhava em realizar no Brasil as reformas efetuadas no país andino (Oliveira, 2018).

A popularidade do ex-presidente Michel Temer e/ou do seu governo nunca fora obstáculo para implementação das reformas de ajuste neoliberal. Sua popularidade sempre foi baixa tornando-o, do ponto de vista da opinião pública, o pior Presidente da República. Quer dizer, o Governo Temer não gozava de respaldo ou reconhecimento social. No entanto, esse dado não impediu o avanço das reformas neoliberais, anteriormente relacionadas. Ao contrário: na compreensão do ex-presidente, não depender de apoio popular era uma questão-chave para impor sua agenda. De fato, V. Ex. Michel Temer é uma prova de que impopularidade e escândalos de corrupção não derrubam governos, mesmo quando há indícios de que o próprio presidente esteja implicado. É preciso uma série de fatores determinantes e conjunturais – especialmente, falta de apoio político dentro do Congresso Nacional – para que um presidente perca do mandato.

“Medidas impopulares” é como se referem a leis e a projetos de leis que retiram direitos. Assim, essa expressão revela que tanto o governo quanto os trabalhadores e trabalhadoras têm consciência do que se trata. As decisões administrativas podem variar de “popularidade” a depender da perspectiva: podem ser populares para o mercado financeiro, por exemplo, e impopulares para trabalhadores e estudantes. A depender de a qual público se dirige a “medida impopular” é bem-vinda, caso se destine, por exemplo, ao mercado ou a setores da iniciativa privada. Nesse sentido, as deliberações contaram com aval do Congresso Nacional, sem

---

<sup>387</sup> Uma das formas encontradas para disseminação do neoliberalismo foi “[...] a existência de um grande número de economistas e cientistas políticos formados em universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde passara a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. Alguns destes economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem [...]” (Batista, 1994, p. 7).

precisar compartilhar o ônus junto à população. Em 2018, mesmo com todas as contradições do processo eleitoral, foram reeleitos 251 deputados e deputadas (Silveira; Miranda, 2018); entre os estreantes, vários com discurso reformista – “Estado mínimo” e/ou “liberal na economia e conservador nos costumes” – na onda do bolsonarismo e da extrema direita.

Se o Governo Temer não gozava de apoio popular, quem o manteve no poder? Em verdade, na condição de vice-presidente da República, Michel Temer estava na linha de sucessão presidencial, portanto, com direito constitucional de assumir, caso fosse preciso. A necessidade para sua ascensão foi criada. No entanto, não foi apenas isso que elevou Michel Temer à Presidência. Precisamos olhar, novamente, para aquilo que o seu governo apresentou de resultados. Ao realizar uma série de reformas – e deixar outras encaminhadas –, Michel Temer entregou o que lhe fora solicitado; ou melhor, o que havia se comprometido ao ser alçado à presidência. Do ponto de vista político, sua sustentação, via Congresso Nacional, só foi possível através da prática de negociações por ministérios, cargos e emendas parlamentares (Jakobskind, 2017). Ele foi mantido no cargo pela mesma razão que foi colocado lá e do que viria a seguir: “A candidatura de Bolsonaro está indiscutivelmente relacionada ao ambiente político, social e econômico do governo Temer [...]” (Goldstein, 2019, p. 31), do qual é uma continuidade.

Por fim, chamamos atenção para um aspecto: em certos momentos convenientes à extrema direita, o nome de Michel Temer é associado ao PT. Claro que o experiente político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o vice-Presidente da República na coligação vencedora em 2014, “Com a força do povo”. Entretanto, ao apresentar seu próprio projeto político e ser um dos articuladores do *impeachment*, Michel Temer passou a ser amplamente apontado como “golpista”. E, mesmo que em uma ocasião ou outra Jair Bolsonaro tenha feito oposição a Michel Temer, como na “greve dos caminhoneiros”, contou com seu apoio nas eleições, deu continuidade a sua política econômica e solicitou sua ajuda para a “carta de desculpas”. Também faz parte da retórica da extrema direita omitir o Governo Temer, como se Jair Bolsonaro tivesse sucedido Dilma Rousseff.

### 3.2 Ondas mundiais de extrema direita

Formou-se no mundo um vagalhão de extrema direita. Este, por sua vez, é causa e consequência de ondas de extrema direita que se fundem e explodem por todo o Globo. Não podemos dizer, no entanto, que o mundo assistiu assombrado a este fenômeno, porque suas causas são sociopolíticas e político-econômicas (Löwy, 2015). De acordo com Maria Machado, Cecilia Mariz e Brenda Carranza: “O crescimento da direita é um fenômeno global e fruto da circulação de valores, atores, estratégias e fontes de financiamentos entre as sociedades de diferentes latitudes [...]” (Machado; Mariz; Carranza, 2021, p. 1). O espanto e a surpresa se deram na falta de atenção aos sinais, sobretudo, com as crises do capitalismo financeiro na primeira década do presente século. Por estarmos falando de formações sociais precisamos considerar, de pronto, que são engendrados no interior das sociedades, em uma relação dialética entre as sociedades dos Estados-nações e a mundialização do capital. De fato, apesar de causas distintas, a origem e o destino desses movimentos sociais parecem ser a extrema direita. Ela tem se apresentado como alternativa às crises sociais, políticas e econômicas, diante da incapacidade de respostas da Democracia liberal (Goldstein, 2019) e das esquerdas. Em rápida olhada no Mapa-múndi, é possível constatar a dimensão dessa corrente política em ascensão (Strobl, 2021; Teitelbaum, 2021; Mudde, 2022). Talvez, o espanto esteja em que ela alcança não apenas países de capitalismo periférico, mas, também, países de capitalismo desenvolvido<sup>388</sup> e avança, indistintamente, sobre todos os continentes. Este pretensão “espanto” desconsidera a história do século XX e as crises do capitalismo. Michel Löwy se propõe a explicar este sucesso:

[...] O primeiro elemento de explicação é o processo de globalização capitalista neoliberal – e também um poderoso processo de homogeneização cultural forçada – que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os *identity panics* [pânicos de identidade], a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais [...]  
 [O segundo fator importante] [...] é a crise econômica que tem despedaçados a Europa desde 2008 [...] A extrema-direita atual tem, sem dúvida, se beneficiado da crise [...]  
 [Em terceiro lugar] Fatores históricos têm, sem dúvida, jogado algum papel: uma longa tradição antissemita espalhada em certos países; a persistência

---

<sup>388</sup> Precisamos lembrar que as duas principais orientações político-econômicas do presente apareceram, justamente, em nações do capitalismo desenvolvido: a extrema direita e o neoliberalismo. E estas mesmas nações – exceção do Chile – foram os primeiros e principais laboratórios.

daquelas correntes que colaboraram durante a Segunda Guerra Mundial; e a cultura colonial que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da colonização – não só os antigos impérios, mas em quase todos os países europeus [...]

[Quarto] A conjuntura internacional, particularmente no Oriente Médio, também favorece esse cenário. As agressivas políticas coloniais e expansivas do governo israelense nutrem antissemitismo [...] (Löwy, 2015, p. 656-657).

É essencial relacionar o bolsonarismo à extrema direita internacional. Bolsonarismo é o nome brasileiro para a extrema direita nacional. Por mais que examinemos o bolsonarismo internamente, como movimento sociopolítico brasileiro – o que é correto e necessário –, não podemos perder de vista a conjuntura internacional. Porque as origens também estão no movimento internacional da extrema direita ou, mais propriamente, no capitalismo financeiro, a buscar alternativas estatais para a crise contemporânea do capitalismo, na maneira como ela incide em cada país e na ideologia. Este movimento encontra ressonância nacional na própria história da constituição do Brasil enquanto nação, no tipo de cidadania construída, na formação intelectual e cultural; nos processos de colonização, escravidão, apropriação e concentração de terras e na religião como instrumento de dominação. O que demarcamos como “construção da identidade nacional” é, mais adequadamente, uma imposição transmitida e recebida de *ser brasileiro*, de acordo com a posse de bens e riqueza, a cor da pele e o gênero. No Brasil, é possível demarcar as manifestações de rua (2013-2015) como o retorno da extrema direita ao cenário nacional (Boulos, 2016; Melo, 2016), sem esquecer seus intelectuais que atuavam há pelo menos duas décadas.

Sem pretensão de mapear todos os países, mencionamos aqueles nos quais a extrema direita chegou ao poder pelo voto popular em anos recentes: Hungria (2010), Polônia (2015), Estados Unidos (2016), Alemanha (2017), Índia (2017), Brasil (2018), Eslovênia (2018), Itália (2018). A própria América Latina é um exemplo da transição de governos progressistas a governos de direita ou de extrema direita. A eleição de Jair Messias Bolsonaro não foi, portanto, um raio em dia de céu azul. A consolidação de um regime de extrema direita serve de inspiração para todas as extremas direitas do mundo, relativizando ou ressaltando as particularidades nacionais, a depender da própria história do país<sup>389</sup>. A eleição de Donald Trump, nos

---

<sup>389</sup> A extrema direita não é homogênea. Michel Löwy relaciona três tipos diferentes de representação das extremas direitas europeias: “[...] I. Partidos de caráter diretamente fascista e/ou nazista [...] II.

Estados Unidos da América – nação que mais acumulou riquezas ao longo dos anos e “exemplo de democracia liberal” – insuflou movimentos de extrema direita por todos os lados, especialmente, em países cuja “admiração” – e dependência – pelos Estados Unidos é maior. Não por acaso que um candidato postulado a representante da extrema direita ou eleito pela extrema direita tem como primeiro objetivo internacional encontrar-se com o ex-presidente Donald Trump<sup>390</sup>.

A onda mundial de extrema direita ganha forma em torno da uma crítica ao Estado. Observemos: este é um aspecto chave. As críticas genéricas de neoliberais ao Estado (Mises, 2009; 2010; Hayek, 2010; Friedman, 1984), como vimos, conta com uma única função do Estado: garantir as regras do jogo do mercado, isto é, o livre mercado, a livre circulação de mercadorias, a livre concorrência, a liberdade para consumir. Seguindo suas instruções, o Estado deveria apenas cuidar de possibilitar, por vias legais, jurídicas e repressoras que se mantenham as condições – indispensáveis ao capitalismo – da propriedade privada, do trabalho assalariado e da geração, apropriação e acumulação de riqueza. Paralelamente, neoliberais advertem para o “Estado mínimo” utilizando a imagem sugestiva de que o Estado, semelhante a uma família, não pode gastar mais do que arrecada. A própria existência do Estado questiona, na prática, essa posição: sem o endividamento do Estado não haveria capitalismo. Em termos marxistas, é preciso ressaltar a relação dialética entre Estado, capital e dinheiro<sup>391</sup>: O capitalismo é criado ao mesmo tempo em que cria o Estado capitalista (Engels, 2019); o dinheiro é validado pelo Estado (Marx, 2011b); e é preciso ressaltar a transformação de dinheiro em capital (Marx, 2017b). A crítica neoliberal, como outra qualquer, pressupõe outro modelo de Estado, quer explicitada ou não, de corte neoliberal e que sendo apropriada politicamente pela direita e pela extrema

---

Partidos semifascistas, isto é, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico [...] III. Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia [...]” (Löwy, 2015, p. 655).

<sup>390</sup> Durante um encontro informal por ocasião da Assembleia Geral da ONU, o então Presidente Jair Bolsonaro disse ao Presidente Donald Trump: “Eu amo você” [*I love you*]. Em resposta escutou: “Prazer em revê-lo” [*Nice to see you again*] (O Dia, 2019).

<sup>391</sup> Insistentemente, István Mészáros chama atenção às três dimensões do sistema capitalista: capital, trabalho e Estado. São três dimensões “herdadas” (Mészáros, 2011b, p. 599); “[...] são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro, e não simplesmente em uma base legal/política” (Idem, 560). Por esta razão: “Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado [...]” (Idem). A mesma ideia é retomada em sua obra mais recente: “[...] O sistema do capital tem três pilares interconectados: capital, trabalho e Estado. Nenhum deles pode se eliminar por conta própria. Eles tampouco podem ser simplesmente abolidos ou suplantados” (Mészáros, 2021, p. 172).

direita não interfira em certas políticas caras à extrema direita<sup>392</sup>. Se, em anos recentes há uma apropriação do discurso neoliberal pela extrema direita, historicamente a ideologia neoliberal pertence ao campo político da direita e só pode desaguar em políticas da extrema direita. O que nos ajuda a perceber a razão pela qual “[...] a extrema direita no Brasil tem um caráter neoliberal” (Goldstein, 2019, p. 25). São críticas cuja finalidade é, justamente, readequar o Estado à extrema direita e às novas exigências do capital flexível e financeirizado.

Sem perder de vista os objetivos do presente trabalho, apresentemos uma caracterização geral das extremas direitas, primeiro, quanto ao tempo histórico. Cas Mudde (2022), retomando as ideias de Klaus von Beyme, apresenta quatro ondas de extrema direita. (i) A primeira onda é denominada de neofascista, de 1945 a 1955. Imediatamente após a derrota na guerra, fascistas foram retirados da cena pública e os seus partidos foram rejeitados. “[...] O pequeno grupo de fascistas que se manteve leal à causa e não fora ou não estava aprisionado trabalhou basicamente às margens da política [...]” (Mudde, 2022, p. 27). Apesar da designação neofascistas, eram “[...] velhos fascistas que continuaram leais à velha ideologia, e que se organizaram primordialmente em clubes e associações similares [...]” (Idem). Predominava no continente europeu um consenso antifascista, o que não foi capaz de impedir todas as organizações locais e a articulação internacional entre fascistas. (ii) A segunda onda foi o populismo de direita, entre 1955 e 1980. Neste contexto, assistiu-se à ascensão de partidos populistas de direita, em que “[...] os partidos não eram neofascistas em termos ideológicos ou de seus quadros [...] esses partidos manifestavam uma revolta contra a conjuntura política e econômica do pós-guerra [...]” (Mudde, 2022, p. 29). Nos Estados Unidos o populismo de direita manifestou-se no anticomunismo, com a *John Birch Society*, o senador Joseph McCarthy (1908-1957), o senador Barry Goldwater (1909-1998) e o governador George Wallace (1919-1998).

(iii) A terceira onda, direita radical, foi dos anos 1980 a 2000. Mudde considera esta onda muito mais significativa e representativa dos que as anteriores, a ganhar força e “[...] a ocupar de forma lenta, porém constante, os parlamentos [...]” (Mudde, 2022, p. 31). Alcançou projeção e representatividade política na Holanda, na França, na Alemanha, na Suécia, na Áustria e na Suíça. Ele lembra que “Após a queda

---

<sup>392</sup> Para uma aproximação crítica entre neoliberalismo e Democracia conferir as seções “2.4.1 O Estado contemporâneo está a serviço das classes dominantes”; e “2.4.2 Crise da Democracia liberal”.

do comunismo em 1989, a extrema direita também emergiu em vários países pós-comunistas [...]” (Mudde, 2022, p. 31). A Queda do Muro trouxe desdobramentos culturais, econômicos, políticos e sociais. Finalmente, “Na virada do século, o populismo radical havia se tornado a ideologia dominante da extrema direita europeia [...]” (Mudde, 2022, p. 32). Nestes brevíssimos destaques, ressalta-se que a extrema direita saiu do ostracismo, da marginalidade e da proibição à arena da política. Por fim, (iv) a quarta onda: do início dos anos 2000 até o presente. Segundo Mudde, esta onda se tornou possível “[...] a partir de três crises: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e posteriores, a recessão econômica de 2008 e a crise de refugiados em 2015 [...]” (Mudde, 2022, p. 34). Em se tratando do Brasil, a islamofobia é restrita a círculos cristãos fundamentalistas; como já demarcamos, as consequências da crise de 2008-2009 não deixaram de ser sentidas aqui exigindo, inclusive, a retomada acelerada do ajuste fiscal; e os imigrantes parecem servir de argumento para fortalecer o anticomunismo – em relação a cubanos (que vieram trabalhar) e a venezuelanos. A principal característica desta quarta onda “[...] é a naturalização e consolidação da extrema direita nos sistemas políticos. A extrema direita não é mais considerada um terreno proibido para a política de hoje [...]” (Mudde, 2022, p. 35). Discursos e políticos de extrema direita expressam um orgulho, uma vaidade por suas ideias e, por mais absurdas que parecem a quem se identifica com outro espectro político, é justamente a radicalização do discurso – quiçá da prática – que atrai mais eleitores. Precisamos fazer uma caracterização geral para depois desenvolvê-las em diálogo entre a extrema direita brasileira. Cas Mudde (2022) relaciona as seguintes temáticas da extrema direita: a imigração, a segurança, a corrupção e a política externa.

A própria designação genérica – extrema direita – para se referir a todos os movimentos que se identificam – ou são identificados em maior ou menor grau – com a extrema direita, serve à propaganda das extremas direitas. No caso de países do Norte – Estados Unidos e Europa – o Estado, segundo consideram, não pode abrir suas fronteiras a estrangeiros, porque uma das tônicas das extremas direitas nestes países é relacionada aos binômios nacional-estrangeiro, hospitalidade-xenofobia<sup>393</sup>. As recentes crises migratórias, independente das causas reais, têm acentuado essa

---

<sup>393</sup> Seria possível compor o segundo binômio como xenofilia-xenofobia. De fato, o antônimo de xenofobia é xenofilia. No entanto, queremos enfatizar não apenas a admiração excessiva pelo estrangeiro, mas o acolhimento. Neste sentido, parece-nos melhor destacar a *hospitalidade*.

questão<sup>394</sup>. Em seu discurso, a extrema direita responsabiliza “os de fora”, “os outros”, por tomar um (suposto) emprego, por rebaixar as condições de trabalho, por trazer miséria e doenças, ocupando as ruas e criando moradias precárias. Na ordem capitalista os países imperialistas têm maneiras persuasivas de convencimento; e a própria estratégia de campanha de Trump foi largamente reproduzida.

Num contexto internacional de grande desilusão com a classe política, Trump polarizou intencionalmente o ambiente político como parte da estratégia de campanha, recorrendo às tensões étnicas e raciais fundantes da sociedade americana (Goldstein, 2019, p. 18).

No Brasil, por exemplo, a eleição de Trump despertou para a possibilidade de fenômeno semelhante por aqui e contou, claro, com estratégias capazes de repetir no Sul o resultado do Norte<sup>395</sup>. Se Trump conseguiu incorporar as demandas profundas do cidadão comum norte-americano – o discurso anticorrupção, a superioridade do homem branco, o anticomunismo, a grandeza da América etc. –, Jair Bolsonaro fez algo parecido, tensionando com as instituições, especialmente, do sistema eleitoral, com partidos políticos tradicionais<sup>396</sup>, vendendo-se como alguém de fora do sistema político e, como militar, capaz de colocar em ordem a sociedade brasileira – diante da crise e da violência – recorrendo, conscientemente ou não, aos imaginários colonial e ditatorial brasileiro. O *mito fundacional* presente nas extremas

---

<sup>394</sup> As causas das crises migratórias importam pouco ou nada para os adeptos das extremas-direitas. Não é relevante se a causa é uma guerra, um conflito social, um desastre natural, as condições socioeconômicas de vida. O fato de serem adolescentes e crianças lutando pela vida também é irrelevante. Nenhum destes elementos despertam qualquer tipo de simpatia ou sensibilidade, nem mesmo que muitas dessas crises tenham como pano de fundo a ordem social capitalista.

<sup>395</sup> Steve Banon afirmou que não tinha nenhuma conexão oficial com a campanha de Jair Bolsonaro, em 2018. No entanto, descreveu uma reunião com Eduardo Bolsonaro: “[...] Eles me ligaram e disseram que estariam em Nova York, que encontrariam algumas pessoas e que gostariam de me ver. Então nós sentamos e conversamos sobre a corrida eleitoral, eles me mostraram coisas da campanha e o que estavam tentando conquistar como partido.” Ao ser perguntado acerca dos conselhos que deu, respondeu: “Eu fiz algumas observações. Primeiro: nós construímos o Breitbart [...] e uma cobrança por transparência com o ‘Clinton Cash’ [...]. Isto foi o pano de fundo da campanha de Trump, mesmo durante as primárias [...] Eu fiz comentários sobre como construímos isso com o tempo e depois usamos na campanha. Eles me mostraram vídeos dele chegando em aeroportos e milhares de pessoas correndo na sua direção. Minha preocupação número um foi que ele fosse assassinado. Eu nem perguntei ao filho, apenas disse diretamente: ‘Vocês precisam de segurança’. Eu não sei se continuaria fazendo isso, deixar milhares de pessoas o colocarem nos ombros como em uma partida de futebol. Ele (Bolsonaro) está concorrendo como um candidato da lei e da ordem. Há muitas gangues e maus elementos lá que, tenho certeza, não estão felizes em ver um candidato assim. Eu disse: ‘Isso não tem a ver com seus oponentes políticos, é sobre a natureza da anarquia no Brasil’. E apenas disse que eu seria muito cuidadoso.” (Senra, 2018).

<sup>396</sup> “[...] A ascensão do candidato Bolsonaro tendia a romper a hegemonia de confrontação entre o PT e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) nos embates eleitorais, que ocorram [sic.] nas eleições presidenciais de 1994 até 2014” (Goldstein, 2019, p. 25).

direitas de vários países, como Itália, Inglaterra e Estados Unidos, é representado, entre nós, pelo Brasil Império e pela Ditadura Civil-militar (Goldstein, 2019).

De acordo com Ariel Goldstein: “A ascensão dessas extremas direitas também encontra uma explicação na ‘decadência’ atual de cada país [...]” (Goldstein, 2019, p. 19). Por certo, ao fazer referência a um passado grandioso, longínquo e idealizado, as extremas direitas apontam os inimigos – reais ou imaginários –, como causa do declínio. Para ele, “[...] No Brasil, Bolsonaro atribui a decadência do país à ‘hegemonia’ da esquerda cultural em sala de aula, na mídia, nos intercâmbios comerciais ‘ideológicos’ com a Venezuela [e a China]” (Goldstein, 2019, p. 19). Em certo sentido, é possível adotar um tom moral na esfera pública – como necessidade da moralidade ou ausência dela –, tanto na questão do “atraso do país” como de seu “declínio”, associando essas razões ao comunismo e à corrupção; para os religiosos, a moralidade do indivíduo e, conseqüentemente, da política e da sociedade, é muito atraente aos conceitos de pecado e salvação, maldição e bênção.

É nas grandes crises políticas, econômicas e sociais que emergem as demandas pelas lideranças fortes [...] A restauração da ordem, nesses contextos, aparece como a demanda principal acima de outras demandas da população, podendo relegar outras exigências democráticas em prol da manutenção da ordem (Goldstein, 2019, p. 22).

“É preciso colocar ordem na casa” ou fazer valer o lema da Bandeira Nacional: “Ordem e Progresso”. Diante das diversas incertezas advindas com as crises do capitalismo financeiro e do preço das *commodities*, do aumento da violência urbana, da corrupção – “o câncer a corroer a nação” – revelada pela Operação Lava-jato, da política externa de (supostamente) transferir recursos dos contribuintes para financiar ditaduras e da demonização da política, dos partidos e dos políticos, é preciso recorrer a alguém disposto a mudar o sistema, se necessário, através da força. Ninguém melhor do que um político (supostamente) livre de corrupção, que se apresente como *outsider* e ex-militar. Como bem escreveu Ariel Goldstein: “Os grupos de extrema direita no mundo crescem em contextos em que ‘soluções radicais’ são esperadas por grande parte da sociedade [...]” (Goldstein, 2019, p. 25). E, como veremos, no caso brasileiro este aspecto disruptivo será utilizado eleitoralmente.

As mídias digitais e as redes sociais tiveram um papel determinante na ascensão das extremas direitas. João Cezar de Castro Rocha considera que “[...] o avanço transnacional da extrema direita depende diretamente da relativa

incapacidade do campo progressista em entender o alcance radical das mutações provocadas pelo universo digital no mundo da política [...]” (Rocha, 2023, p. 17). O autor constata, acertadamente, que não negamos os efeitos da digitalização na econômica, nas finanças, no trabalho, em diversas áreas da vida social, porém, hesitamos em reconhecê-la na política, enquanto a extrema direita realiza a “[...] manipulação do universo digital e mais particularmente a adoção da lógica das redes sociais, transportada sem mais para o plano da disputa política” (Rocha, 2023, p. 18). A extrema direita não apenas manipula o universo digital, ela adota a lógica digital na disputa política. A política tem uma nova arena de combate: as redes sociais, as mídias digitais. E, neste ambiente, ela alcançou hegemonia. Aprendeu a lógica da comunicação digital, da articulação em rede, das *fake news*, dos memes, do *WhatsApp*, de vários canais conectados transmitindo a mesma informação<sup>397</sup>. Teóricos neoliberais e fundamentalistas que utilizavam as mídias tradicionais se uniram ou se tornaram influenciadores digitais – ideólogos.

Sendo o ser humano um animal político (Aristóteles), em constante relação e interação, as relações sociais estão, no presente, mediadas pela mercadoria. São relações fetichizadas! O ser humano se conhece e se reconhece diante e a partir da forma mercadoria, do livre mercado, da propriedade privada, do dinheiro. Com as novas tecnologias, o ser humano aprofunda-se no mesmo mecanismo. Não se trata apenas de meio de comunicação ou instrumentos que facilitam a vida das pessoas – “tudo em um clique” –, mas de uma intenção política com fins econômicos. A sociabilidade está circunscrita à objetificação. Foi o aprendizado do *e-commerce* – de como os consumidores se comportam, de estratégias de *marketing*, de manipulação do desejo, de carências – que foram devidamente apropriados na política<sup>398</sup>. Em vista da transformação constante dos processos produtivos, é difícil imaginar que a descoberta da utilização política das mídias e das redes tenha sido acidental. Até

---

<sup>397</sup> De acordo com João Rocha: “A midiosfera extremista é composta de cinco elementos: quatro internos e um externo. Os elementos internos formam uma grande cadeia de desinformação. São eles: as tristemente célebres correntes de WhatsApp [...]; um circuito integrado de canais do YouTube [...]; as redes sociais [...]; aplicativos, como a TV Bolsonaro no Facebook ou Mano [...] A validação desses delírios depende em boa medida do quinto elemento da midiosfera extremista. Podemos chamá-lo de ‘mídia amiga’ do lucro fácil gerado pela monetização do radicalismo. Nos Estados Unidos, a Foz News assumiu esse papel; no Brasil, a Rádio (TV) Jovem Pan. O efeito da ‘mídia amiga’ na mentalidade de seita da militância fanatizada é devastador, pois, ao dar voz a apoiadores de teorias conspiratórias e ao conceder visibilidade às notícias mais delirantes, a crença dos partícipes da midiosfera extremista torna-se inabalável [...]” (Rocha, 2023, p. 34-35).

<sup>398</sup> Conferir seção “2.3.2 Neoliberalismo e subjetividade: o ser humano a serviço da produção...”.

porque seus antecedentes históricos – rádio e televisão – já haviam demonstrado o poder da comunicação dirigida às massas. João Cezar de Castro Rocha tem uma hipótese para aquilo que chamamos de descolamento da realidade: o alcance e a presença das redes digitais e das mídias sociais “[...] propiciaram a emergência de um fenômeno inédito, a criação de um ambiente virtual, autêntico ecossistema de desinformação – *a midiosfera extremista*” (Rocha, 2023, p. 33).

No entanto, ao mesmo tempo em que transmite a ilusão de que a política se faz sem as mediações sociais, “[...] reduz a política à imagem do indivíduo, já que o social é visto como uma fantasmagoria ‘comunista’ – uma pedra no meio do caminho do empreendedorismo [...]” (Rocha, 2023, p. 20). Esta perspectiva se vincula perfeitamente à orientação neoliberal de individualismo e de microempreendedor individual. Como pano de fundo pode estar uma rejeição ao Estado. Não deixa de ser curioso que um dos refrões da extrema direita brasileira seja que “o supremo poder é o povo”. Se de um lado há uma crítica ao Supremo Tribunal Federal e outras instituições da democracia liberal, “não me representa”, de outro importa o desejo da coletividade de extrema direita como um conjunto de indivíduos a impor suas demandas. Ao lado do projeto de ajuste fiscal, está de mãos dadas o conservadorismo, que também atende a uma demanda da extrema direita. Como colocou Joao Rocha: “[...] A pauta dos costumes é o instrumento próprio para a despolitização da *pólis* através da substituição do debate de questões estruturais pela imposição de um falso moralismo [...]” (Rocha, 2023, p. 20).

Com ajuda da tecnologia difunde-se um número gigantesco de informações. Quatro grandes eixos ideológicos guiam a comunicação das extremas direitas: o projeto neoliberal, a pauta dos costumes, o nacionalismo a religião fundamentalista. Obtém mais êxito quando os quatro temas aparecem interrelacionados – o que nem sempre é possível diante das singularidades da extrema direita em cada país. Claro que não há um anúncio formal, “esta mensagem é sobre neoliberalismo”, mas entrevistas, memes, mensagens, vídeos e textos defendendo políticas econômicas de ajuste fiscal, de Estado mínimo, de privatização, de valorização exclusiva da iniciativa privada; de maneira idêntica, a pauta de costumes, de “defesa da vida”, da família, da moral cristã etc., da nação e da veneração da pátria e a religião fundamentalista. Em todo caso, ainda que se construa pouco a pouco uma identidade, uma formação ideológica consistente, a ponto de

possibilidade que a pessoa descole da realidade, o imediato é despertar ou alimentar o medo e o ódio. São dois importantes catalizadores políticos. *Fake news* mobilizaram os eleitorados no *Brexit*, na eleição de Donald Trump e na eleição de Jair Bolsonaro.

Afora as singularidades, parece comum em todos os países em que a extrema direita chega ao poder ou alcança representação política expressiva (Löwy, 2015; Mude, 2022; Strobl, 2022), as demarcações da masculinidade, da religião e da sexualidade: o direito do homem é superior ao da mulher, que não pode ter poder sobre seu próprio corpo<sup>399</sup> e cujo ambiente social natural é o lar<sup>400</sup>; a única religião verdadeira é a confissão de fé assumida pelo país em suas origens ou na atualidade; e a única expressão da sexualidade aceitável é a heterossexual – heteronormatividade. Na prática, não importa se a identidade religiosa nacional é inventada ou se pessoas não heterossexuais realmente existem; o que importa é a crença da extrema direita em sua existência acima das outras e na inexistência social de certas pessoas ou de certos grupos. A extrema direita contém sua própria agenda de gênero<sup>401</sup>. É preciso garantir que haja ascendência do homem sobre a mulher, do homem branco sobre o negro, do homem heterossexual sobre o homossexual – “aberração deixar de ser homem para se tornar mulher” –, do homem rico sobre o pobre, do patricio<sup>402</sup> sobre o estrangeiro.

Com isso, avançamos na seguinte constatação: as extremas direitas possuem singularidades dentro das particularidades em que se apresentam. A extrema direita não é uma e a mesma em todos os cantos do mundo. Há uma bandeira geral que as une – quase no sentido de uma extrema direita mundial, cuja máxima

---

<sup>399</sup> As relações entre homem e mulher, neste sentido, são relações de poder. O direito do corpo da mulher, segundo creem, pertence ao marido – “[...] o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará [...]” (Genesis 3,16 – ARA) – e os homens devem, inclusive, limitar os direitos socio-reprodutivos das mulheres.

<sup>400</sup> Importante lembrar a descrição da Marcela Temer, às vésperas de se tornar primeira-dama, esposa de V. Ex.<sup>a</sup> Michel Temer, como “bela, recatada e do lar” (Linhares, 2016). Neste sentido, é preciso perceber a continuidade do discurso quando Michele Bolsonaro, ex-primeira-dama, esposa de V. Ex.<sup>a</sup> Jair Messias Bolsonaro, se expressou nos seguintes termos: “Não sou essa oradora que ele fala. Realmente estou saindo da minha zona de conforto — prefiro ser mãe, esposa e ajudadora porque esse é o papel da mulher, mas se Deus quer assim, vou pedir para ele me dar sabedoria” [...] (Maíra, 2022). Percebe-se, portanto, o papel da mulher natural e “divinamente” determinados.

<sup>401</sup> “[...] Contra a agenda feminista que coloca em crise as tradicionais hierarquias de gênero, uma agenda de gênero conservadora está sendo empunhada pelos grupos de extrema-direita que pretendem reconstruir uma ordem tradicional idealizada sob a base de uma essência da ‘nacionalidade brasileira’.” (Goldstein, 2019, p. 38).

<sup>402</sup> O sentido de patricio, sinônimo genérico de “nativo”, é o que se impôs após os processos violentos de colonização e subjugação das populações originárias. Assim, o suposto homem branco das Américas, resultado, em sua maioria, dos processos de miscigenação e imigração, considera-se maior e melhor aos indígenas, aborígenes, autóctones etc.

seria “extremas direitas do mundo: uni-vos” –, em termos genéricos de masculino, religioso e heterossexual e, sobre elas, várias insígnias distintivas. A defesa do Estado de Israel e do sionismo parece restrita às Américas<sup>403</sup> – o antisemitismo parece ser um traço das extremas direitas europeias. Claro que os encontros internacionais das extremas direitas tendem a fortalecê-las internacional e nacionalmente. Além de contar com a expertise em determinadas áreas de atuação, como as mídias sociais, podem receber financiamentos e aprender com os erros<sup>404</sup>. No entanto, dificilmente as extremas direitas norte-americana e alemã reconheceriam a cor da pele de uma pessoa brasileira de extrema direita, ainda que, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, se manifestem o racismo; ou um fundamentalista religioso judeu reconheceria a legitimidade da fé de um fundamentalista religioso cristão ou teria a aceitação de um fundamentalista religioso muçulmano.

A propósito de demarcar diferenças e semelhanças entre a extrema direita norte-americana e a brasileira, mencionemos melhor as alianças religiosas em torno das eleições presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil. De acordo com Maria Machado, Cecília Mariz e Branda Carranza, “O apoio de 81% dos *evangelicals* a Donald Trump em 2016 surpreendeu muitos dos que estudam a atuação política desse grupo religioso no EUA [...]” (Machado; Mariz; Carranza, 2021, p. 10). As autoras destacam que, em torno do Trump, houve união entre evangélicos e pentecostais-carismáticos. Estes professam as teologias da Batalha Espiritual, do Domínio e da Prosperidade, e antes eram tidos como rivais daqueles<sup>405</sup>. Claro que, em última instância, as disputas internas religiosas permanecem, no entanto, uma aliança política pragmática era necessária. Estava em questão maior acesso ao Presidente da República influenciando, assim, políticas nacionais e internacionais, como indicação de conservadores à Suprema Corte e retomada do discurso anticomunista. No Brasil, lideranças evangélicas contavam com acesso aos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, mantendo e ampliando

---

<sup>403</sup> Possivelmente, a distinta defesa incondicional do Estado de Israel e do sionismo pelas extremas-direitas brasileira e norte-americana tenha relação com a religião evangélica, como recebida pelo Protestantismo de Missão e pelas missões evangélicas de cunho fundamentalista, com acento na *escatologia dispensacionalista*, a partir da interpretação de que está reservado a Israel um lugar especial no plano divino (Martins, 2022).

<sup>404</sup> Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil a extrema direita não conseguiu se reeleger. Apesar de ampliarem a força em suas respectivas casas legislativas, Donald Trump e Jair Bolsonaro foram derrotados. O segundo mandato é essencial para o projeto de poder da extrema direita de ocupar o Estado, os poderes da República, a burocracia de Estado e consolidar o apoio social.

<sup>405</sup> Conferir a seção “4.1 Fundamentalismo religioso”.

direitos. Ainda assim, todos os segmentos evangélicos brasileiros majoritários – excluindo, portanto, segmentos progressistas nas diversas denominações – se uniram ideológica, política e ativamente em torno de Messias Bolsonaro<sup>406</sup>.

Ao mesmo tempo em que o mundo vivencia ondas de extrema direita, respeitadas as singularidades, faz perceber que é preciso um movimento mundial de resistência e de superação da extrema direita. Essa demanda esbarra nos próprios discursos liberais acerca do Estado: democracia, liberdade, igualdade e fraternidade. Não se trata – como temos considerado – apenas da defesa da democracia liberal e, sim, da preservação da vida, seja ela humana, animal ou vegetal. No Brasil, por exemplo, o governo da extrema direita representou um aumento do desmatamento<sup>407</sup> e da mortalidade indígena<sup>408</sup>. Dizemos que “representou” porque há formas de fazer acontecer, uma delas, é permitindo que aconteça, ou seja, suspendendo os mecanismos de controle, de fiscalização e de proteção. Semelhantemente, a atuação durante a Pandemia da Sars-Cov-2, em que, como demonstram relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o governo, na pessoa do Ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, foi informado das possibilidades de mortandade, à medida em que o governo intensificava seu projeto até então. Se, em condições consideradas normais – a pretensa normalidade capitalista –, já há um risco evidente para o meio ambiente e para milhões de vidas humanas, animais e vegetais, mais ainda em regimes de extrema direita que se pautam pela negação da ciência, do conhecimento acadêmico e por políticas de morte<sup>409</sup>.

---

<sup>406</sup> Conferir a seção “3.3.1 Consórcios pelo poder: a estranha e complexa trama do bolsonarismo”.

<sup>407</sup> “Entre 2019 e 2022, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a área derrubada [na Amazônia] atingiu 35.193 quilômetros quadrados. O tamanho é maior do que os estados de Sergipe e Alagoas juntos. Na comparação com os quatro anos anteriores, o aumento foi de quase 150%” (Pajolla, 2023). O recorde foi entre agosto de 2019 e julho de 2020, com 9.216 km<sup>2</sup> (Peixoto; Putini; Fraga, 2023). O aumento de controle e preservação da Amazônia deu resultado em 2023, no entanto, entre agosto de 2022 e julho de 2023 o desmatamento cresceu no cerrado (Idem). O que significa que há necessidade de políticas específicas para cada um dos biomas brasileiros.

<sup>408</sup> “[...] Ao todo, quase 800 indígenas foram assassinados entre 2019 e 2022.” (Bronoski, 2023). Nestes casos, estão excluídas mortes de indígenas por outras causas, como falta de assistência à saúde, fome etc. Trata-se apenas de conflitos, em geral, em consequência da terra.

<sup>409</sup> Achille Mbembe propôs “[...] a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’ [...]” (Mbembe, 2018, p. 71). Nosso desacordo com Mbembe é que nem sempre o “poder das armas de fogo estão dispostas” e, além disto, consideramos que o capitalismo é, naturalmente, um sistema que produz morte.

Não se deve subestimar a força da extrema direita, especialmente, seu poder de comunicação e de formação ideológica<sup>410</sup>. Este segmento político cresceu utilizando as redes sociais e as mídias digitais (Brown, 2021). Certamente, a força social da extrema direita só é possível graças às novas tecnologias de educação e a utilização dos algoritmos<sup>411</sup>. Já mencionamos que a formação ideológica cumpre um importantíssimo papel dentro do capitalismo (Marx, 2010a; Marx; Engels, 2007; Althusser, 2013; Mészáros, 2014), a fim de proporcionar as condições subjetivas – sempre em estreita relação às objetivas – de dominação e produção e reprodução social. Alguns organismos e organizações nacionais e internacionais cumprem este importante papel, estejam elas vinculadas ou não ao Estado. No Brasil, algumas destas organizações estão, devidamente, caracterizadas (Casimiro, 2018).

O grande capital apresenta certas personalidades caricatas como alternativas ao poder no contexto das lutas de classes. Karl Marx havia observado isso: “[...] eu demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói” (Marx, 2011c, p. 18). Estes indivíduos cumprem um importante papel na condução do capitalismo em crise, radicalizando medidas pró-capital e retirando direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Em circunstâncias consideradas normais – em termos burgueses, isto é, no intervalo entre crises capitalistas –, há certas concessões mínimas. Observemos, em anos recentes, Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei, para nos determos apenas neste lado do Atlântico. O brasileiro é referencial: em suas declarações que evidenciam posições consideradas homofóbicas, misóginas e ditatoriais – em defesa de um regime Ditatorial, seja o passado (1964) ou um futuro – seria, em anos de redemocratização, digno apenas de rejeição popular. O mais curioso é que, a despeito de toda caricatura, de toda estridência, das cenas pitorescas e ridículas<sup>412</sup>, atrai os votos e atua em favor de

---

<sup>410</sup> Todas as pesquisas de opinião realizadas em 2023 demonstram que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) segue com forte apoio popular e que, caso fosse realizada hoje, o resultado eleitoral seria igualmente apertado.

<sup>411</sup> “Para sua própria surpresa, forças de extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo [...] Políticos e vitórias políticas encorajaram movimentos de extrema direita que, por sua vez, se sofisticaram à medida que manipuladores políticos e peritos em mídia social molda sua mensagem [...]” (Brown, 2021, p. 9-10).

<sup>412</sup> Durante as manifestações de 07 de setembro de 2022, em Brasília, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, puxou o coro de “imbrochável” (Costa, 2022). Este acontecimento deve ser compreendido ao lado de centenas de outros: o café com leite em copo americano, acompanhado apenas por pão de sal com leite condensado; comer frango com farofa usando as mãos; agressões aparentemente gratuitas a jornalistas e mulheres etc.

políticas econômica neoliberais<sup>413</sup>. A aparente loucura – que, neste contexto, não há nenhuma semelhança com adoecimento mental e, sim, a definição por parte de seus eleitores “esse cara é muito doido” – não concede nada em favor dos trabalhadores e trabalhadoras e, quando o faz, é pela pressão social<sup>414</sup>. As personalidades caricatas representam seus próprios eleitores, cada qual a seu modo.

Apesar de nos referirmos à América Latina como um todo, os processos de ascensão da extrema direita ao poder guardam, naturalmente, suas particularidades. Ainda assim, há certos aspectos que podem ser chamados de “comuns a praticamente todos os países latino-americanos”: processos político-democráticos interrompidos por *golpes*; processos políticos historicamente marcados por Ditaduras; regimes ditatoriais fortemente repressivos e autoritários; e a consolidação de políticas econômicas neoliberais, independente do regime político. Estes elementos, em maior ou menor grau, mantêm o subcontinente alinhado ao capitalismo internacional e ao imperialismo norte-americano. Para a agenda neoliberal na América Latina, é indiferente se um determinado país possui um governo autoritário ou democrático. As consequências político-econômicas, as implicações socioeconômicas e sociopolíticas são claríssimas: aumento das desigualdades, dependência do capital internacional, desindustrialização, empobrecimento, miséria econômica e intelectual, perda de direitos, precarização das condições de vida e trabalho<sup>415</sup>.

Os *golpes* contemporâneos são diferentes do que ocorreu no século passado, na América Latina. Chamados de “golpe brando” ou “golpe branco”, não existem mais tanques nas ruas ou demonstração explícita de poder militar (Barbé, 1988). Na contemporaneidade, o tipo de intervenção armada tem um custo altíssimo

---

<sup>413</sup> Em entrevista conduzida por Ricardo Senra, Steve Bannon foi insistentemente questionado sobre algumas falas de Jair Bolsonaro referentes a homossexuais e a ditadura, ao que respondeu: “Sim. Eu acho que foi conversa solta, e que ele fez um bom trabalho para superar isso. É o seguinte: acho que as pessoas no Brasil botaram isso na balança. É por isso que ele teve uma votação tão grande. Acho que eles levaram isso tudo em consideração” (Senra, 2018). Ao ser questionado se Bolsonaro não poderia ser classificado como sexista, homofóbico e racista, retrucou: “Eu simplesmente não acho que está correto. Se você olhar para a direção em que ele está indo e como ele está executando a campanha, não acho que ele seja nenhuma dessas coisas. Lembre-se, a nação está em crise” (Idem). De acordo com Cas Mudde (2022), conselho semelhante foi dado por Bannon a ativistas da Frente Nacional francesa. É importante pensar sobre isto porque Bannon é um dos mais importantes articuladores da extrema direita mundial e esteve à frente da campanha vitoriosa de Donald Trump.

<sup>414</sup> Referência ao Auxílio Brasil, importante programa social durante a Pandeia da Covid-19, liberado após grande pressão popular e articulação do Congresso brasileiro, especialmente, de partidos próximos à esquerda.

<sup>415</sup> O que o neoliberalismo propõe não é maior igualdade, justiça ou participação. “Se analisarmos com precisão o que tem sido (e são) as políticas neoliberais, concluiremos que elas foram (e são) fundamentalmente políticas econômicas de exclusão social [...]” (Salama, 1995, p. 155).

e interfere nos negócios para este subcontinente. Ao redor do mundo a extrema direita chega ao poder através do voto popular. A via eleitoral democrática tem sido a estrada através da qual a extrema direita marcha e sedimenta seu caminho. Após anos de política econômica neoliberal, ela se apresenta como alternativa política para transformações radicais; a subjetividade manipulada por esta agenda – bem como a consistente formação ideológica – apresenta seus frutos. Estes processos eleitorais são, dialeticamente, causa e consequência de mudanças políticas<sup>416</sup>. A extrema direita é corolário da crise contemporânea do capitalismo e do ajuste neoliberal.

Outro aspecto a ser ressaltado acerca da extrema direita mundial é seu ataque sistemático às instituições. A retórica de combate às instituições estatais é uma importante ferramenta da extrema direita: bancos, escolas, imprensa, sistemas eleitorais, tribunais, universidades etc. além de não serem confiáveis à extrema direita, ainda “são comunistas”. Claro que cada instituição é questionada a depender da conveniência. No entanto, a questão mais importante é que, ao defender abertamente a ruptura – o caráter disruptivo da extrema direita –, a extrema direita consegue: (i) apropriar-se do discurso da radicalização; (ii) empurrar a esquerda à defesa das instituições burguesas<sup>417</sup>; (iii) preencher as instituições por partidários da extrema direita. Ministério do Meio Ambiente e Polícia Federal “não prestam” até que sejam dirigidos por “gente nossa”, por exemplo. Ao realizar críticas sistemáticas e radicais às instituições, a esquerda se vê encurralada pela extrema direita na defesa da institucionalidade ou da constitucionalidade. Estes elementos – o institucional e o constitucional – compõem o próprio Estado democrático de direito (Pachukanis, 2017). Ou seja, nesta tensão e correlação de forças resta à esquerda a defesa do Estado burguês e, conseqüentemente, à manutenção e à conservação do capitalismo.

Uma característica da extrema direita é seu caráter conspiracionista. De acordo com Rejane Hoeveler “[...] não é de hoje que o conspiracionismo é uma ideologia tipicamente da direita, já que, por excelência, nega e obscurece o conflito

---

<sup>416</sup> “A hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política, o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial [...]” (Borón, 1995, p. 78).

<sup>417</sup> De acordo com Demian Melo, em 2015, Paulo Arantes “[...] propôs pensar essa nova direita brasileira a partir da característica de ser intransigente em seus princípios, enquanto a ‘esquerda oficial’, em suma, o PT, transige o tempo inteiro e abandonou todos os princípios para viabilizar a ‘governabilidade’ [...]” (Melo, 2016, p. 71-72).

social [...]” (Hoeveler, 2016, p. 80). Neste sentido, a extrema direita brasileira é prodigiosa: as teorias conspiracionistas mais comuns tratam do aquecimento global, chip na vacina, comunismo, Decálogo de Lenin<sup>418</sup>, eleições fraudadas, Foro de São Paulo<sup>419</sup>, globalismo, illuminati, nova ordem mundial, Pandemia, sócia do Lula<sup>420</sup> etc., sempre ameaçando os “valores do bolsonarismo”. Não é difícil perceber como esses temas ressoam nos grupos de extrema direita. Alguém sempre conhece alguém que... Claro, normalmente, não sempre, portanto, precisa ter um mínimo lastro de verdade. Ao mesmo tempo, uma conspiração acaba reforçando outra. No entanto, como Hoeveler ressaltou: um dos objetivos dessas teorias é obscurecer o conflito social; diríamos nós: as lutas de classes. Paralelamente ao conspiracionismo, apresenta-se o negacionismo.

De acordo com Brian Dunning (2019), apoiando-se em John Cook, o negacionismo pode ser compreendido a partir de cinco características, conhecidas pela sigla FLICC. FLICC significa: (i) *Fake experts* (falsos especialistas), falsos especialistas que se apresentam para tratar de um tema ou de um assunto objeto do negacionismo; (ii) *Logical fallacies* (falácias lógicas), que incluem ataques à pessoa e não ao seu argumento, atribuir uma posição distorcida do argumento contrário, encadeamento de proposições até uma conclusão irreal, distrações discursivas, falsas dicotomias; (iii) *Impossible expectations* (expectativas irreais), como exigir da ciência certezas absolutas; (iv) *Cherry picking* (seleção a dedo), em que se seleciona dados ou informações que corroboram com o negacionismo; e (v) *Conspiracy theories* (teorias da conspiração).

O Brasil guarda algumas particularidades em relação aos países europeus. Daquilo que Michel Löwy relaciona, destacamos: a inexistência de “[...] partidos de massa tendo o racismo como sua principal bandeira [...]”; “[...] A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte [...]”; e “[...] O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não

---

<sup>418</sup> Um tipo de Dez Mandamentos de Lenin para tomada e permanência no poder. Segundo o Brasil Paralelo: “Paulo Briguet, jornalista e escritor brasileiro, explica que o decálogo não é de Lênin, mas muitos dos itens foram aplicados pelo revolucionário” (Redação Brasil..., 2023). Ou seja, o Decálogo não de Lenin, mas poderia ter sido porque ele o aplicou. Assim a conspiração da extrema direita.

<sup>419</sup> O fato de o Foro de São Paulo existir não significa que exista na forma que a extrema direita propaga. Para o Foro de São Paulo: Hoeveler, 2016;

<sup>420</sup> A conspiração diz mais ou menos o seguinte: o Presidente Lula morreu em uma cirurgia antes de tomar posse do seu terceiro mandato e, assim, foi substituído por um sócia. O Partido dos Trabalhadores é que mantém o poder. A grande diferença que fez com que a farsa fosse descoberta é que um dos sócias tem os dez dedos das mãos. Possivelmente, são três sócias.

equivalente na Europa, é o apelo aos militares [...]” (Löwy. 2015, p. 662-663). De fato, as forças militares brasileiras gozam de ampla aceitação social. Primeiro e sobretudo, em razão da forma como se conduziu o processo de redemocratização, com conciliação pelo alto e anistia irrestrita. Também, as concessões às Forças Armadas, contidas na Constituição Federal de 1988, possibilitou que elas seguissem sem serem ameaças: garantia da formação militar conduzida exclusivamente por militares; do Tribunal Militar; da participação de militares no processo político. Esse apoio popular reduziu nos últimos anos, justamente, em vista de um governo com forte presença e representação militar. Quatro coisas podem ser destacadas para explicar essa contradição apoio-rejeição aos militares: (i) indícios de corrupção envolvendo militares; (ii) recursos supostamente públicos esbanjados por militares; (iii) a condução da política de saúde pública durante a Pandemia; (iv) e a possível adesão e apoio de certos militares à tentativa de *golpe* após o resultado das Eleições gerais de 2022.

Qual seria o papel da religião nas extremas direitas? Cas Mudde lembra que “Ideologias de extrema direita podem se associar a todas as religiões, bem como adotar uma postura não religiosa ou até mesmo antirreligiosa [...]” (Mudde, 2022, p. 55). A situação brasileira pode ofuscar a questão: é que, no Brasil, a extrema direita existe em estreita relação com as religiões e suas expressões hegemônicas. De fato, os códigos, o discurso, a linguagem, os signos da extrema direita brasileira têm uma roupagem religiosa. Essa vestimenta não é apenas algo superficial: em diversos segmentos religiosos brasileiros ressoam temas da extrema direita. Nesta imbricação entre política e religião, emerge o fundamentalismo religioso. Há religiosos católicos, evangélicos e espíritas que são fundamentalistas religiosos e de extrema direita, profundamente identificados com o bolsonarismo. E, no caso da extrema direita brasileira, a religião não é apenas parte da cultura nacional – como Mudde revela em parte da Europa. Por aqui a religião é uma prática de vida. Por esta razão, vez por outra um fundamentalista religioso evangélico rejeita um fundamentalista religioso católico, e vice-versa. É possível encontrar antirreligiosos e ateus entre a extrema direita brasileira, mas, proporcionalmente, devem representar uma minoria.

Finalmente, devemos fazer uma última observação. Diversos autores têm chamado atenção para a crise da democracia. Trazemos na conclusão um aspecto há muito ressaltado: é impossível coexistir capitalismo e democracia (Wood, 2006).

Como já afirmamos que a crise da democracia é a crise do capitalismo<sup>421</sup> e, em vista disto, precisamos avançar em uma nova constatação: a crise da democracia é resultado do ajuste neoliberal. Luiz Fernandes observou, acertadamente, que “[...] a viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem *política* no sentido claramente antidemocrático [...]” (Fernandes, 1995, p. 56). Não bastasse as condições em que o projeto neoliberal fora aplicado, especialmente, durante a ditadura chilena, e o próprio caráter das medidas – contrárias a interesses da maior parte da sociedade, isto é, dos trabalhadores e das trabalhadoras –, o resultado advindo do neoliberalismo é antidemocrático<sup>422</sup>. O neoliberalismo, como expressão do capitalismo contemporâneo, é a radicalização do individualismo e da competitividade. Como observou Göran Therborn: “[...] Esta tendência autodestrutiva da competição atual no capitalismo, geradora de mecanismos cada vez intensos de exclusão social de uma grande parte da população [...]” (Therborn, 1995, p. 47), só poderia desaguar na desesperança e na violência.

Uma alternativa por parte das instituições da democracia liberal e de outros segmentos das sociedades tem sido apelar ao Judiciário como forma de frear os impulsos antidemocráticos da extrema direita. Por certo, no Estado democrático de direito as demandas e as lutas sociais desaguardam na Supremo Tribunal Federal, guardião das constituições e árbitro dos pleitos sociais. As principais razões, entretanto, para que não se dependa da Justiça para derrotar a extrema direita é que o Judiciário é um poder dentro do Estado burguês (Pachukanis, 2017) e deriva das condições econômicas da vida (Engels; Kautsky, 2012) e, como tal, guarda um lugar nas lutas de classes. De fato, o poder judiciário endossou a Lava-jato, votou pela prisão em segunda instância, permitiu que Lula da Silva fosse preso – e impedido de concorrer e de fazer campanha nas Eleições gerais de 2018. Como quaisquer outros poderes de Estado, é contraditório e depende da correlação de forças: reconheceu a participação de estados e municípios nas políticas de saúde pública durante a Pandemia, revisou a prisão em segunda instância, o Decreto Presidencial do Governo

---

<sup>421</sup> Conferir a seção “2.2.1 Neoliberalismo: crise do capital e ‘solução’ neoliberal”.

<sup>422</sup> “[...] não há erro ou desonra em aproveitar uma ditadura dos bons. O totalitarismo, ouve-se dizer, é um sistema poderoso tanto para o bem como para o mal, e o fim para o qual é usado depende inteiramente dos ditadores [...]” (Hayek, 2010, p. 139). Acertadamente, observou Löwy: “[...] o grande capital pode acomodar-se em todos os tipos de regimes políticos sem muito exame de consciência” (Löwy, 2015, p. 659)

Bolsonaro quanto ao porte e uso de armas etc. Então, a despeito da luta jurídica<sup>423</sup>, a esquerda precisa travar a luta política: formando juristas, ocupando o judiciário, reivindicando propostas revolucionárias e, sobretudo, sem perder o horizonte socialista<sup>424</sup>. Dito de outra forma: a esquerda não pode terceirizar a luta política, precisa assumi-la.

Não há nenhuma receita mágica para combater a extrema-direita. Devemos nos inspirar – com uma distância crítica apropriada – nas tradições antifascistas do passado, mas também devemos saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. Devemos saber como combinar iniciativas locais com os movimentos culturais e sociopolíticos unitários solidamente organizados e estruturados, tanto em nível nacional quanto em nível continental [...] qualquer movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante. Isso significa uma luta que não pode ser limitada dentro das fronteiras de um único país [...] (Löwy, 2015, p. 661).

É preciso um processo pedagógico, que resgate a tradição comunista e que desague em uma vitória política nas ruas e nas redes<sup>425</sup>. A vitória eleitoral – essencial para frear o ímpeto da extrema direita, seu projeto de poder –, é insuficiente perante a cooptação política realizada pela extrema direita. Como advertiu Ariel Goldstein: “A problemática da direita no contexto não se restringe apenas à figura de Bolsonaro, mas às pessoas que ele representa [...]” (Goldstein, 2019, p. 31). Jair Bolsonaro foi democraticamente eleito. Ainda que em circunstâncias bem específicas: seu nome recebeu amplo apoio popular em duas eleições, mesmo que na segunda já tivesse exercido a Presidência e assumido a postura bastante controversa e negacionista no que se refere à Pandemia, acarretando, como consequência, em um número muito

---

<sup>423</sup> A extrema direita aprendeu a politizar a justiça. Ela faz isto utilizando de Lawfare e politizando decisões judiciais. Mesmo que uma decisão seja, eminentemente jurídica, a extrema direita tem politizado. Sabe que a arena política é a única capaz de resistir – quando não se tomou o Judiciário. Um exemplo é o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que consegue maior apoio popular à medida que denúncias, indícios de crimes e indiciamentos avançam.

<sup>424</sup> “[...] Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas e são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social [...]” (Engels; Kautsky, 2012, p. 47).

<sup>425</sup> Mudde afirma que é preciso fortalecer a democracia liberal: “O objetivo final de toda e qualquer reação à extrema direita deve ser o fortalecimento da democracia liberal [...] fortalecer a democracia liberal, por definição, enfraquece a extrema direita [...] Em primeiro lugar, devemos melhorar nossa capacidade de explicar por que a democracia liberal é o melhor sistema político que temos à disposição, e como ela protege todos os descontentes [...] Em segundo lugar, devemos conceber e divulgar alternativas políticas positivas, baseadas nas diferentes ideologias liberal-democráticas, isto é, iniciativas baseadas em preceitos democratas cristãos, verdes, conservadores, liberais e social-democratas. Em terceiro lugar, devemos reivindicar a agenda política com base em nossos próprios programas [...]” (Mudde, 2022, p. 193).

maior de mortes. Nem isto obstaculizou uma votação expressiva, muito próxima de seu opositor político. Uma coisa que a extrema direita soube fazer foi semear as ideias de extrema direita para colher seus frutos com o tempo. Há muito que os teóricos da extrema direita brasileira estão propagando suas ideias. E, todos os sentimentos e pensamentos – anticomunismo, antipetismo, fundamentalismo religioso, neoliberalismo<sup>426</sup> etc. – foram incutidos aguardando o tempo oportuno. Esta luta não pode se restringir a um país e nem negligenciar o aspecto chave: a superação do neoliberalismo (Rocha, 2023).

De muitos lugares surgem vozes que formam um grande coro: A extrema direita veio para ficar! Nesta constatação, unem-se vozes de extrema direita, vozes convergentes e divergentes, vozes dissonantes; vozes de intelectuais de extrema direita e de intelectuais, comunistas ou não, que estudam a extrema direita. A afirmação, independentemente de onde venha e com qual objetivo, é uma verificação da realidade. Se ela advém da própria extrema direita, é uma advertência, mas, se vem de outros espectros políticos, também; se ela vem da extrema direita, é um aviso e um alerta, se não vem, também. A extrema direita veio para ficar porque ela é resultado da forma de organização cultural, econômica, política e social; no caso brasileiro, ela veio para ficar “[...] porque o bolsonarismo é a conjunção de muitas forças reacionárias [...]” (Problemas..., 2022). Ela veio para ficar porque “[...] é um modelo de negócio bem-sucedido [...]” (Rocha, 2023, p. 176). Ela é, simultaneamente, resultado da troca de mercadorias, do mercado, e uma de suas engrenagens. Ela é um modelo de negócio bem-sucedido porque é resultado do negócio e soube se fazer, a si mesma, um grande e lucrativo negócio, “[...] em haver tornado a atividade política, pelo menos parcialmente, uma modalidade de econômica digital [...]” (Rocha, 2023, p. 41). Há um imenso oceano azul da extrema direita. Talvez, esteja surgindo no Brasil uma subcultura de extrema direita, como Cas Mudde observa em países europeus: “Subculturas são grupos, dentro de uma cultura nacional mais ampla, que partilham uma identidade, valores, práticas e objetos culturais [...]” (Mudde, 2022, p. 72).

---

<sup>426</sup> Débora Messenberg (2017) constatou que as ideias-força que ganharam as ruas e as redes a partir de 2015, no Brasil, foram: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais.

### 3.3 Bolsonarismo: a extrema direita (re)assume o poder no Brasil

O bolsonarismo se impôs como o mais relevante ator político sul-americano nos últimos anos. Não faremos uma avaliação crítica do Governo Bolsonaro; também, não faremos uma “anatomia” do bolsonarismo. Tanto fugiríamos de nossos objetivos quanto não teríamos condições de fazê-lo. Interessa-nos a composição do que chamamos de bolsonarismo, especialmente, o aspecto religioso, sua presença pública brasileira e suas propostas referentes à Educação. No entanto, em vista da própria constituição desse movimento sócio-histórico, de um consórcio pelo poder, não é suficiente iniciar pelo fundamentalismo religioso, isto é, tomar a religião dentro do bolsonarismo como ponto de partida, já que todos os segmentos da sociedade vinculados ao bolsonarismo estão relacionados entre si. Então, para tratar, adequadamente, do aspecto religioso dentro do bolsonarismo é preciso apresentar, panoramicamente, os demais entes que o compõem e os valores deste movimento sociopolítico. Primeiro, faremos uma introdução à forma bolsonarista de fazer política; depois, consideraremos a estranha e complexa trama do bolsonarismo, como um consórcio pelo poder; em seguida, a dinâmica de repulsa e atração do bolsonarismo; posteriormente, um breve comentário sobre os Ministros da Educação no Governo Bolsonaro; e, finalmente, uma primeira aproximação à prática bolsonarista.

Entre importantes análises recentes acerca dos eleitores<sup>427</sup> de Jair Messias Bolsonaro nós destacamos: (i) sob coordenação de Isabela Oliveira Kalil, intitulada de “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”, publicada em 2018, definindo o “cidadão de bem”<sup>428</sup> e buscando compreender os perfis dos eleitores de Bolsonaro, o que defendem e o que repudiam<sup>429</sup>; (ii) por Esther Solano Gallego, intitulada de “La bolsonarización de Brasil”, de 2019, destacando, especialmente, o discurso antissistema, o antipartidarismo, o antipetismo, os evangélicos e os militares

---

<sup>427</sup> Temos em vista os segmentos sociais que o compõem o bolsonarismo e os valores destas pessoas. Consideremos que entre os eleitores de Messias Bolsonaro há um contingente com maior identificação ideológica, naquilo que passou a se chamar “bolsonarismo raiz” e outros fatores que indicam a propensão dos votos ou outros sentimentos que mobilizam o eleitorado.

<sup>428</sup> “[...] o ‘cidadão de bem’ refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos [...] Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo” (Kalil, 2018, p. 9).

<sup>429</sup> “[...] A força da categoria ‘cidadão de bem’ vem de que ela se presta a tipificar uma espécie de barreira moral e política encarnada nas pessoas que resistam ao ‘avanço do comunismo’, à ‘ideologia de gênero’, às ameaças ao Estado de direito e ameaças à liberdade religiosa” (Idem, p. 10).

como forças do bolsonarismo; (iii) Jairo Nicolau, em 2020, que apresenta uma “radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018” no livro intitulado “O Brasil dobrou à direita”, considerando as variáveis de escolaridade, gênero, idade, religião, a força do petismo e do antipetismo e o uso das redes sociais; (iv) Daniel Aarão Reis, intitulada “Notas para a compreensão do bolsonarismo”, de 2020, que procurou considerar a ascensão de Bolsonaro numa perspectiva histórica, apontando como base de sustentação as forças formais e informais de segurança, os evangélicos e o “andar de cima” (agronegócio e capital financeiro); (v) Carolina de Paula, João Feres Júnior, Walfrido Jorge Warde Júnio e Rafael Valim são os autores da pesquisa “Bolsonarismo no Brasil”, de 2021, em que procurou explorar nacionalmente as motivações, os valores, as crenças e os interesses que movem os apoiadores de Messias Bolsonaro. Estas pesquisas (através de entrevistas, com grupo focais, com questionários estruturados ou semiestruturados etc.) conseguem captar bem o pensamento e os valores em torno do bolsonarismo<sup>430</sup>.

Jair Messias Bolsonaro soube utilizar cinco espaços para construir sua candidatura, conduzida por uma nova forma de fazer política. Desde 2014, pelo menos, ele já se apresentava publicamente como alternativa à Presidência da República. Diante de aspectos concretos da sociedade brasileira, com destaque para as crises político-econômicas e para a formação sócio-histórica, Messias Bolsonaro apresentou-se como alternativa viável a um projeto de poder que conseguia articular diversos segmentos sociais. A rigor, estamos diante de um consórcio pelo poder. Podemos supor que as estratégias de comunicação fazem parte do próprio *feeling* político do candidato; entretanto, precisamos considerar o seu entorno, seus conselheiros, o discurso da extrema direita mundial, como um contexto internacional favorável, e a ciência ou a técnica que existe por trás dessa nova forma de fazer política. Vejamos os cinco espaços utilizados para promover Messias Bolsonaro:

(i) sua atuação parlamentar. Apesar de atuação parlamentar inexpressiva – tendo dois projetos aprovados na Câmara dos Deputados<sup>431</sup> –, fazendo parte do

---

<sup>430</sup> O leitor notará, ao longo do texto, referências a artigos, coletâneas, ensaios e livros que tratam do bolsonarismo. O que mencionamos ao longo do texto foram aquelas que consideramos as principais pesquisas envolvendo eleitores e eleitoras de Messias Bolsonaro.

<sup>431</sup> “Dois projetos de autoria do deputado foram aprovados pela Casa legislativa, mas vetados pela Presidência da República. O primeiro foi o PL 4.326/2008 que incentiva estudantes de medicina a estagiar nas Forças Armadas, e o segundo foi o PL 5.982/2009 que autoriza o porte de arma para agentes e guardas prisionais integrantes de escoltas de presos e para guardas portuárias.” (Marini, 2018).

chamado “baixo clero”, Bolsonaro permaneceu por 27 anos ininterruptos como Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em diversas ocasiões, utilizou a tribuna para expressar suas ideias, nem sempre relacionadas à extrema direita ou ao neoliberalismo. Entretanto, desde 2014 realiza uma guinada à extrema direita e pouco a pouco ao neoliberalismo. Tantos anos na Câmara dos Deputados sem a presidência de qualquer Comissão relevante fez com que fosse apresentado como antissistema, alguém fora do *establishment*, se apropriando de um importante discurso eleitoral.

(ii) aparição em programas televisivos<sup>432</sup>, com destaque para o CQC<sup>433</sup> e o SuperPop<sup>434</sup>. Nestas ocasiões, ora de forma polêmica ora em forma caricata, até como chacota, o candidato passou a ganhar projeção nacional. Chama atenção a audiência que conseguia, a repercussão de suas declarações e a resposta social, que se dava em duas vias: a primeira de carácter permissivo, em que ele se manifestava sem um interlocutor à altura para contestar-lhe; e a segunda em concordância, em que, na verdade, ele expressava o pensamento de parte da sociedade brasileira. Ainda que suas falas despertassem, publicamente, risos e raiva, em seus aspectos cômicos e caricatos, ele passou a encontrar conexões com uma parte significativa da sociedade, de tal forma a apresentar-se como legítimo representante de vários grupos sociais. Cada exposição pública de Bolsonaro era, realmente, uma apresentação; era uma propaganda antecipada fazendo política através de críticas genéricas e propondo soluções fáceis. Quando questionado sobre semelhanças entre Donald Trump e Jair Bolsonaro, Steve Bannon respondeu: “Eu acho [que] eles [são] muito parecidos. Ambos são contra o sistema e têm essa habilidade de se conectar, de representar a classe trabalhadora e talvez a classe média baixa” (Senra, 2018). Estas observações de um dos maiores articuladores da extrema direita internacional são importantes.

(iii) participação em eventos das Forças de Segurança. Em diversas ocasiões, convidado a falar em formaturas nas academias militares ou em quartéis

---

<sup>432</sup> Esta é uma mudança significativa na quarta onda da extrema direita: “[...] ideias da direita radical, e até mesmo ultraradical, têm sido abertamente debatidas nos veículos tradicionais da opinião pública [...]” (Mudde, 2022, p. 35).

<sup>433</sup> Custe O Que Custar foi um programa semanal que foi ao ar entre os anos de 2008 e 2015, pela Rede Bandeirantes. Mesclando humor e jornalismo, focado no cotidiano da política e da sociedade brasileira, o programa foi um sucesso de audiência. A versão nacional era uma adaptação do programa argentino e contou, durante sua exibição, entre seus apresentadores, com Marcelo Tas, Marco Luque, Rafinha Bastos, Oscar Filho, Dani Calabresa, Dan Stulbach e Rafael Cortez, e entre os seus repórteres Danilo Gentili, Oscar Filho, Felipe Andreoli, Rafael Cortez, Monica Iozzi e Guga Noblat.

<sup>434</sup> SuperPop é um programa da RedeTv!, muito eclético, com entrevistas e participação do auditório. Iniciado em 1999, entre os seus apresentadores estiveram Adriane Galisteu, Fabiana Saba, Otávio Mesquita e Luciana Gimenez.

das polícias militares, Bolsonaro expôs, sob anuência de comandantes, um “projeto de nação”. Constituiu-se um marco sua participação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no dia 29 de novembro de 2014, sendo aclamado pelos cadetes como “líder” e “mito”. Para Piero Leirner (2020), a presença de Bolsonaro na AMAN se tratava da abertura da caserna à política. O autor afirma que “[...] a formatura das escolas e academias militares é o maior momento de auto-identificação que existe nas Forças Armadas [...]” (Leirner, 2020, p. 229). Na oportunidade, Bolsonaro disse: “Nós temos que mudar o Brasil. Tá ok? Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar para a Direita este País! [...] Nós amamos o Brasil, temos valores e vamos preservá-los [...]” (Bolsonaro, 2014, transcrição nossa). Ali se apresentava, com muita clareza, o que viria a ser seu discurso e sua bandeira política nos anos seguintes, cuja retórica era composta pelo militarismo, pela religião, pela anticorrupção, pelo antissistema, pelas pautas e valores da Direita – diríamos, na linha do que estamos considerando ao longo do trabalho, de extrema direita.

(iv) presença em eventos evangélicos. Bolsonaro passou a frequentar templos evangélicos em todo o Brasil, estando presente em cultos e festividades, especialmente, na Marcha para Jesus, em diversas cidades brasileiras. Ao se apresentar como solução para a crise moral da sociedade brasileira, compreendida por segmentos evangélicos como o verdadeiro núcleo da crise, e ao encarnar e transmitir a imagem de um homem comprometido com os valores evangélicos – alguns expressos no *slogan* “Deus, pátria e família” –, Messias se tornou a alternativa à Presidência da República de amplos setores evangélicos.

(v) as redes sociais. Como já demarcamos: as redes sociais tiveram papel determinante na ascensão das extremas direitas pelo mundo<sup>435</sup>. Seria possível, portanto, traçar um paralelo com outros candidatos de extrema direita. Esta última estratégia utilizada por Bolsonaro fez com que, verdadeiramente, ele tivesse uma comunicação direta com o eleitorado e, assim, fosse capaz de mobilizar sentimentos em torno de seu projeto político<sup>436</sup>, naquilo que Esther Solano (Machado, 2023) chama

---

<sup>435</sup> Conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita”.

<sup>436</sup> Através dos eixos básicos de neoliberalismo e pauta dos costumes foi possível acentuar o ódio e o medo. “‘Kit gay’ (inexistente), ‘mamadeira erótica’ (imaginária), ‘ideologia de gênero’ (forjado), ‘ameaça comunista’ (risível) – enfim, o arsenal de narrativas polarizadoras, difundidas num alcance e numa celeridade inéditos na política brasileira, fabricou o fenômeno-produto Bolsonaro, que, em 2018, criou um autêntico tsunami eleitoral, o mais impressionante da história da Nova República, iniciada com a redemocratização em 1985 [...]” (Rocha, 2023, p. 22-23).

de “digitalização da política”. Redes sociais, como refletimos aqui, são meios e mídias digitais capazes de fazer trafegar uma quantidade incalculável de dados e informações. Por meio dessas plataformas e aplicativos, o bolsonarismo criou uma extensa rede de comunicação e formação ideológica.

Afirmamos que o bolsonarismo trouxe uma nova forma de fazer política, afinada aos novos meios e modos de comunicação e com um conteúdo claro. Messias Bolsonaro estava presente na Câmara dos Deputados, em programas de televisão, nos templos e nos quartéis, nas redes e nas ruas sendo, ele mesmo, a notícia e fazendo notícia. Os espaços sociais utilizados para (auto)promoção de Messias Bolsonaro como candidato à Presidência da República lhe conferiram, de partida, legitimidade com diversos grupos e valores sociais. Sua presença nos quartéis ou nas igrejas, por exemplo, não era apenas a de um político convidado a falar aos militares e aos evangélicos, mas de um político que representaria, em sua campanha e em seu possível governo, os interesses e os valores evangélicos e militares. Ao se ancorar em militares e em evangélicos, além do autoritarismo e do dogmatismo, o bolsonarismo incorporou a lógica da guerra (Baldaia; Araújo; Araújo, 2021). Paralelamente, foi capaz de agregar liberais e neoliberais, com seu discurso favorável ao ajuste do Estado, e outros segmentos sociais, que tinham identificação com as pautas conservadoras e reacionárias. De acordo com Fabio Baldaia, Tiago Araújo e Sinval Araújo: “[...] O Bolsonarismo conseguiu aglutinar em torno de si uma tradição conservadora brasileira desejosa de se ver representada nas estruturas de poder federal [...]” (Baldaia; Araújo; Araújo, 2021, p. 13). Rosana Pinheiro Machado (Problemas, 2022) constatou que o fenômeno do bolsonarismo foi capaz de criar *influencers* bolsonaristas.

*Influencers* bolsonaristas podem ser em dois sentidos: no primeiro, consideramos a pessoa que já tinha projeção social e midiática e se revelou bolsonarista. No segundo sentido fazemos referência àquela que alcançou o *status* de *influencer* por ser bolsonarista, ou seja, por se expressar a partir de valores assumidos pelo bolsonarismo. Através de suas posições pessoais ou políticas, alcançou notoriedade e passou a ser seguido por outros bolsonaristas. As estratégias se misturam, mas são um tanto diferentes. Em uma situação, as intervenções da pessoa se concentram em temas políticos e na política; na outra, utiliza-se de sua posição e projeção para reverberar os valores bolsonaristas. Esta forma de

comunicação e adesão é de um alcance quase que ilimitado. Imagine *influencers* bolsonaristas que são artistas, comediantes, empreendedores, esportistas, modelos e religiosos. Apesar de mencionarmos apenas seis grandes áreas, cada uma delas abre centenas de portas para divulgação e promoção ideológica bolsonarista.

De maneira simultaneamente técnica e “espontânea”, a comunicação dentro do bolsonarismo é orgânica. Alguns temas partem de um comando central – no que ficou conhecido como “Gabinete do ódio” – e outros surgem supostamente espontaneamente. Não é de todo espontâneo porque muitos deles evidenciam o trabalho técnico e profissional. No interior do bolsonarismo, seus grandes grupos servem como amplificadores do discurso bolsonarista. O discurso ideológico circula entre setores do agronegócio, do Centrão, das forças de segurança, de fundamentalistas religiosos, do lava-jatismo e do neoliberalismo, para mencionar apenas os mais destacados. Então, Messias Bolsonaro conseguiu se comunicar de forma segmentada com seu eleitorado. Ao tomarmos a palavra eleitorado podemos compreender uma certa condição homogênea que inexista na realidade. O eleitorado é plural. E, nesta pluralidade, o bolsonarismo soube se comunicar transmitindo e sedimentando seus valores ideológicos. A comunicação segmentada<sup>437</sup> permitiu a transmissão de valores identificados com grupos específicos no interior do bolsonarismo. Essa forma de fazer política só foi possível com a compreensão científica, profissional e técnica de como funciona a comunicação através das mídias digitais e das redes sociais, tendo à disposição os recursos financeiros necessários e a experiência da extrema direita em eleições norte-americanas e europeias.

Percebe-se, de pronto, que o bolsonarismo é um movimento complexo que congrega vários espectros do campo sociopolítico brasileiro. Em maior ou menor medida as ideias e seus partidários já existiam e aliaram-se, oportunamente, na candidatura de Messias Bolsonaro. Ele soube aproveitar os convites e participações em eventos como plataformas políticas. A conjuntura internacional, por sua vez, colocou-se como favorável naquilo que passou a se chamar populismo ou nacionalismo de direita ou, como temos delineado, a extrema direita; foi favorecido,

---

<sup>437</sup> Tememos, por exemplo, a ideia de uma suposta *idade do ouro* do Brasil em que, por vários fatores, se perdeu. Esta ideia parece-nos bastante genérica. Agora, imaginemos que possamos especificar essa ideia geral e apresentar aos monarquistas que o grande período do país foi o Brasil Império; apresentar aos intervencionistas que o grande período foi a Ditadura Civil-militar; e aos cristãos que o pecado é a razão de perdemos o paraíso. Em cada caso haverá ressonância e identificação. Assim sendo, pensemos em temas que foram amplamente divulgados: “banheiro unissex”, “kit gay”, “mamadeira de piroca”, “urnas fraudadas”

também, pela conjuntura nacional, pela crise econômica, pelo antipetismo, pelo discurso anticorrupção e uma reação às pautas identitárias (Kalil, 2018; Gallego, 2019; Reis, 2020). A articulação política visando a eleição presidencial começou após o resultado das eleições de 2014, ou seja, um quadriênio para as eleições seguintes. Essa articulação contou com expertise nacional e internacional para financiamento e atuação nas redes sociais (Reis, 2020), em conexão com a extrema direita mundial. A fim de nos colocarmos adequadamente diante do problema, acentuaremos estes e outros aspectos, analisando-os material, histórica e dialeticamente. Primeiro, expondo a estranha e complexa trama do bolsonarismo, o consórcio pelo poder; em seguida, uma breve apresentação dos ministros da Educação do Governo Bolsonaro; e, finalmente, algumas considerações acerca da racionalidade bolsonarista.

### *3.3.1 Consórcios pelo poder: a estranha e complexa trama do bolsonarismo.*

O bolsonarismo se constitui em uma estranha e complexa trama: a trama do bolsonarismo. Estranheza e complexidade são sentimentos despertados pelo bolsonarismo em outros campos políticos que o percebem como estranho e complexo. De nossa parte, a estranheza é apenas superficial, especialmente, à luz da história da formação socioeconômica e político-cultural da sociedade brasileira; é que o bolsonarismo se constituiu sócio politicamente nos últimos anos como um movimento que se desenvolveu no interior da sociedade brasileira. O que não explica toda sua complexidade senão em vista da complexidade de fenômenos e movimentos sociopolíticos contemporâneos, mundiais e nacionais. A palavra trama nos parece bem adequada: o bolsonarismo é uma trama<sup>438</sup>. Porém, não suficiente. A estranha e complexa trama do bolsonarismo é expressão de consórcios de poder. Como movimento engendrado no útero da sociedade brasileira, ele representa parte dessa sociedade que lhe confere a identidade e a representatividade. Os consórcios que compõem o núcleo do bolsonarismo têm por objetivo o poder do Estado, impor rédeas e viseiras à sociedade. Através de um truncado processo eleitoral, o bolsonarismo chegou ao poder. O Governo Bolsonaro foi a expressão do bolsonarismo na condução

---

<sup>438</sup> Recentemente, mais precisamente após as investigações em torno da tentativa de uma ruptura democrática orquestrada no interior do bolsonarismo, a expressão “trama do bolsonarismo” aparece vinculada à tentativa de Golpe, especialmente, tendo como marco o dia 08 de janeiro de 2023. Não é este o sentido que adotamos, apesar de não negligenciarmos a intentona golpista.

do país. Em linhas gerais confluíram em torno do bolsonarismo e chegaram ao poder no Governo Bolsonaro os seguintes sujeitos ou atores ou, ainda, grupos sociais<sup>439</sup>:

### 3.3.1.1 Agronegócio

O lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho privilegia certas atividades produtivas e econômicas ligadas ao setor primário. Muitos agentes político-econômicos do agronegócio e do neo-extrativismo (Carvalho, 2020; Reis, 2020) encontraram no bolsonarismo uma oportunidade de manter e aumentar seus privilégios. A rigor, dependem de uma conjunção de fatores nacionais e internacionais, por exemplo: políticas econômicas direcionadas pelo Estado brasileiro; o preço internacional de *commodities*; o crescimento econômico de países importadores de matérias primas; a desvalorização do Real frente ao Dólar. A eficiência do Estado brasileiro é o grande fator que sustenta o setor primário<sup>440</sup>. O Estado atua através de programas de desoneração fiscal, de empréstimos, de financiamentos, de perdão de dívidas e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) propiciando expansão do setor primário. Como temos insistido, pertence, também, ao Estado e seus agentes a implementação de políticas econômicas de flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas.

### 3.3.1.2 Centrão

Ao nos referirmos ao Centrão, estamos diante de um espectro político diferente daquele original, que surgiu durante o processo da Constituinte na década de 1980 e tinha posições ideológicas mais claras. Em conversa com a jornalista Malu Delgado, para o *Goethe-Institut*, Bruno Bolognesi faz a seguinte apresentação do Centrão:

---

<sup>439</sup> Relacionamos os atores e grupos sociais que consideramos mais significativos dentro do objetivo de nossa pesquisa. E, mesmo assim, na presente exposição, conferimos maior espaço àqueles que mais se vinculam aos temas da Educação e da Religião. A exposição está em ordem alfabética.

<sup>440</sup> Para termos uma pequena noção: “As políticas agrícolas em 2023 foram marcadas por diversos avanços e resultados, com notável destaque para o lançamento do maior Plano Safra da história do Brasil. No total, foram disponibilizados R\$ 364,2 bilhões em crédito rural para a agricultura empresarial, dos quais R\$ 101,5 bilhões equalizados pelo Tesouro Nacional, com previsão de impacto orçamentário de R\$ 5,1 bilhões para subvenção do crédito” (Agricultura, 2023).

[...] São parlamentares que normalmente têm posições de centro-direita ou direita e têm como principal característica uma atuação parlamentar clientelista e fisiológica. Na verdade, no atual momento da história, o Centrão é um jeito de organizar um bloco parlamentar interpartidário, ou suprapartidário, de parlamentares fisiológicos. Esse grupo cresceu tanto que ganhou organicidade informal, sem consenso sobre quem está dentro e quem está fora [...] (Delgado, [s.d.]).

O Centrão, apesar do que a expressão possa dar a entender, não é, necessariamente, de centro. Ele se coloca à direita do espectro político, como resalta Bolognesi. O Centrão é um agrupamento de parlamentares que congrega os partidos chamados de centro, tradicionalmente clientelistas, fisiológicos e pragmáticos, e procura, através de negociações políticas e econômicas, garantir uma certa governabilidade e um certo protagonismo na cena pública. Com isso, o Centrão é mais do que um grupo de políticos; é uma forma de fazer política. Os partidos e os políticos que compõem o Centrão fazem política que representa, diretamente, interesses do capitalismo nacional e internacional, de grandes latifundiários e oligarquias regionais, de empresários e investidores financeiros. Apenas a sigla partidária é insuficiente para saber se está ou não vinculado ao Centrão e ao bolsonarismo, no entanto, alguns partidos fazem questão de se apresentar como parte do Centrão e como parte da representação política de Direita. Durante o Governo Bolsonaro, em alguns meses o Centrão conseguiu comandar o Senado Federal, sob presidência do Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco (DEM-MG), a Câmara Federal, presidida por Arthur César Pereira de Lira (PP-AL), o Ministério da Casa Civil, sob responsabilidade do Senador Ciro Nogueira Lima Filho (PP-PI) e, por conseguinte, o Orçamento da União. Em termos concretos, foi a maior força política dentro do governo, assegurou a impossibilidade de *impeachment* e ainda fez avançar a pauta econômica das contrarreformas neoliberais.

Entre as heranças do bolsonarismo, precisamos considerar que o Governo Bolsonaro implementou, ao lado do Centrão, uma nova forma de governabilidade, especialmente, em relação à Câmara dos Deputados. A partir das eleições de 2014 ocorre, como temos delineado, um processo histórico em que a Câmara dos Deputados ganha força e protagonismo social. Desde as “pautas-bomba”, do então Deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), passando pela presidência contrarreformista do Rodrigo Maia (PSDB-RJ), o Parlamento especializou-se na governabilidade sob o comando do Arthur Lira. Através da apropriação de parte do Orçamento da União e a

utilização de Emendas do Relator-geral dentro de um Orçamento Secreto<sup>441</sup> – em que a utilização dos recursos públicos era pouco planejada, sem transparência, de difícil fiscalização e com indícios de corrupção –, estabeleceu-se uma nova forma de relação entre Executivo e Legislativo: o Orçamento Secreto como mecanismo de apoio parlamentar ao governo. É importante lembrar que o Presidente da Câmara dos Deputados é a única pessoa capaz de pautar e articular um pedido de *impeachment* do(a) Presidente da República. Em permanecendo essa forma de negociação via orçamento<sup>442</sup>, qualquer governo estaria submetido à Câmara, como um semipresidencialismo ou semiparlamentarismo informal, superando o “presidencialismo de coalizão”.

Sérgio Henrique Hudson de Abranches demonstrou que a dinâmica macropolítica brasileira estava assentada institucionalmente nas seguintes bases da “[...] tradição republicana: o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional” (Abranches, 1988, p. 10). Frente a outras democracias ocidentais, o Brasil apresenta como especificidade o presidencialismo, naquilo que o autor denominou “presidencialismo de coalizão”, ou seja, a necessidade de coalizões partidárias e regionais a fim de que o presidente não governe com a minoria. Esses acordos refletem a tradição política e eleitoral brasileira, de fragmentação partidária, de governos sem partidos majoritários e de controle ministerial. Através da manipulação do Orçamento Secreto – e, conseqüentemente, da agenda política e econômica – o Centrão e o Governo Bolsonaro estabeleceram uma nova forma de governança brasileira. Já na condição de Presidente da República, Messias Bolsonaro afirmou: “Eu sou do Centrão” (G1, 2021).

---

<sup>441</sup> O Orçamento Público é regido por três leis orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA é discutida, votada e aprovada pelo Congresso no ano anterior à sua execução. Esta lei estabelece as despesas obrigatórias e as despesas discricionárias. Parte desses recursos é administrado pelos próprios congressistas, através das Emendas Parlamentares: Emendas Individuais; Emendas de Bancada; Emendas de Comissão; e Emenda de Relator (RP9). No ano de 2019, o Congresso aumentou o valor da Emenda de Relator. Até então, o valor total era distribuído entre todos os parlamentares e havia ciência de como cada um utilizava os recursos. Então, para o ano de 2020, a Emenda de Relator contava com R\$ 30 bilhões (trinta bilhões de reais), cujo destino era decidido pelo relator junto com os presidentes da Câmara e do Senado, sem divulgação do nome da pessoa que havia solicitado o recurso e o valor liberado.

<sup>442</sup> Em dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal julgou o Orçamento Secreto como inconstitucional. Segundo a ministra relatora, Rosa Weber: “[...] as emendas RP-9 violam os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade por serem anônimas, sem identificação do proponente e clareza sobre o destinatário” (STF, 2022).

### 3.3.1.3 Forças Armadas

Novamente, utilizamos um tema ou ente genérico para nos referirmos a um segmento social muito forte no interior do bolsonarismo. Piero Leirner (2020) caracterizou esse contexto de ascensão dos militares ao poder como um “consórcio militar governista”, cujas estratégias e objetivos eram a tomada do Estado brasileiro. Obviamente, nem todos os integrantes da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, das Polícias Militares e etc. ingressaram ideologicamente no bolsonarismo. No entanto, o bolsonarismo encontrou adesão em todas as forças de segurança: agentes penitenciários, bombeiros, guardas-municipais, oficiais, policiais civis, policiais federais, policiais militares, policiais rodoviários estaduais e federais, soldados (Kalil, 2018; Galego, 2019; Carvalho, 2020; Reis, 2020). Estas forças – exceção dos bombeiros – compõem as instituições repressivas dos municípios, dos estados e da União. Entre as forças militares, que são as que detém maior poder das armas, existem alguns com projetos históricos de poder marcados pela intervenção e pelo autoritarismo. Em determinados momentos da história brasileira paira uma certa desconfiança de que políticos civis são incapazes de apresentar soluções aos problemas brasileiros. E este tem sido um argumento recorrente à presença de políticos-militares e de outras forças de segurança na política. Certamente, esta não é a única justificativa: acrescenta-se no imaginário popular de que os militares são verdadeiros defensores da hierarquia, da ética e da ordem. Portanto, diante de um quadro social que aparece extremamente corrupto, desorganizado (desordem social) e violento, as forças de segurança se apresentam como solução para o reordenamento da sociedade.

A presença de militares nas esferas de governo teve início com a presidência de Michel Temer e desde então aprofundou-se<sup>443</sup>. De fato, quando Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência da República encontrou o caminho pavimentado pelo presidente anterior. Com apoio de generais antes mesmo da campanha eleitoral, encontrando acesso a quartéis e a escolas de formação militar, uma característica do governo é sua militarização, ou seja, diversos quadros estatais

---

<sup>443</sup> Conferir a seção “3.1.7 Presença de militares no governo”.

e ministeriais preenchidos por militares<sup>444</sup>, muitos dos quais advindos do governo anterior que passaram a assumir novas funções. A própria composição da chapa eleitoral, formada por um capitão reformado, para Presidente<sup>445</sup>, e um general, Antônio Hamilton Martins Mourão, para Vice-presidência, transmite a ideia de se tratar de um projeto político dos militares. Parte das forças de segurança demonstram forte engajamento dentro do bolsonarismo, de tal forma que de maneira recorrente é preciso avaliar a correlação de forças se existe ou não possibilidade de uma intervenção das forças militares<sup>446</sup> e de uma ruptura democrática.

Precisamos retornar a uma figura-chave na história recente do Brasil: o Gen. Villas Bôas. Devemos considerar, em vista do Governo Bolsonaro, dois aspectos. O primeiro deles é o que General, politicamente ativo, em momento nenhum se pronunciou publicamente acerca dos indícios de corrupção envolvendo militares. E, como destacamos, em segundo lugar, era um governo com forte presença militar<sup>447</sup>. Durante uma cerimônia no Ministério da Defesa, no início de janeiro de 2019, o então presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (PSL) afirmou: “General Villas Boas, o que já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui [...]” (Bresciani, 2019). Dificilmente alguém que tenha presenciado a história contemporânea do Brasil contradiria esta declaração. No entanto, questionamos: Qual foi, exatamente, a responsabilidade de Villas Bôas para que Jair Bolsonaro chegasse à presidência? Normalmente, nossa memória remete aos tuítes publicados em 2018...

---

<sup>444</sup> “A presença agregada de militares em cargos e funções comissionadas teve trajetória de aumento de 59% no período analisado [entre 2013 e 2021]. Esse aumento se deu em duas frentes simultâneas: uma pelo aumento do número de cargos e funções militares em si e outra pelo aumento da presença de militares como ocupantes de cargos e funções civis; O número de militares ocupando cargos e funções civis aumentou 193% no período analisado [...] No caso dos cargos de Natureza Especial os percentuais de militares no total de cargos são bastante mais relevantes, saindo de 6,3% em 2013 para quase 16% em 2021” (Schmidt, 2022, p. 22).

<sup>445</sup> Messias Bolsonaro concluiu a Formação de Oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1977, recebendo instrução, portanto, no auge da Ditadura Civil-militar. Na pequena biografia do então Deputado Federal no site da Câmara, consta: “Educação Física (Incompleto), Escola de Educação Física do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ; Formação de Oficiais, Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, Resende, RJ, 1977; Pára-Quedismo Militar, Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1977; Mestre em Saltos, Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1983; Mergulho autônomo, Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1985; Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1987.” (Câmara, [s.d.]). Basicamente, seus estudos e cursos se concentram dentro do Exército brasileiro.

<sup>446</sup> Já constatamos que, em manifestações de rua ocorridas a partir de 2013, alguns grupos pediam, publicamente, uma nova intervenção militar. Acrescenta-se que, em anos mais recentes, uma pergunta pairava no ar: “Haverá Golpe?” Quer dizer, um novo Golpe Civil-militar, à semelhança de 1964.

<sup>447</sup> Villas Bôas negou que a eleição de Jair Bolsonaro fosse um retorno dos militares ao poder (Gielow, 2018). Pelo menos publicamente, via a eleição de Jair Bolsonaro como desejo da sociedade por valores militares, isto é, valores conservadores (Idem).

Eles expressavam o pensamento do Alto Comando Militar, foram determinantes para a prisão do ex-presidente Lula da Silva e, conseqüentemente, sua retirada da disputa eleitoral. No entanto, não temos elementos suficientes para precisar se a fala de gratidão e reconhecimento do Presidente ao General se refere apenas à ameaça ao Supremo Tribunal Federal ou se vai além da abertura política nos quartéis.

Diante de uma estrutura hierárquica tradicionalmente estabelecida e rígida, não se pode supor que qualquer militar de alta patente tenha se aventurado na vida política sem anuência dos comandantes. De fato, é possível afirmar que o Governo Civil-militar de Messias Bolsonaro foi um dos responsáveis por invocar um fantasma que julgávamos exorcizado: a Ditadura Civil-militar. Sabemos que parte da população nutre o saudosismo do período militar, entretanto, isto não minimiza as responsabilidades de um governo que contou com militares em seus quadros burocráticos. Nos termos que temos analisado – Ditadura Civil-militar, Lei da Anistia, conciliação pelo alto, redemocratização, Missão de Paz no Haiti, Comissão Nacional da Verdade, Intervenção Militar na Segurança Pública do Rio de Janeiro, cargos e postos estatais ocupados por militares etc. – os militares que se impuseram na cena pública em apoio ao ex-presidente da República são herdeiros da Ditadura Civil-militar agindo, por conseguinte, de acordo com a ideologia geral de 1964.

A perspectiva militar de civismo, de disciplina, de hierarquia, de ordem, de premiação e de segurança, se materializou em uma proposta para Educação pública brasileira: as escolas cívico-militares<sup>448</sup>. Em setembro de 2019, o Presidente Messias Bolsonaro publicou o Decreto Nº 10.004/19, que “Institui o programa nacional das escolas cívico-militares” (PECIM) (Brasil, 2019), “com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio”. Utilizando diversas áreas do Estado, este programa ideológico<sup>449</sup> foi propagandeado

---

<sup>448</sup> Pollyana Labre, Ana Penido e Suzelly Kalil esclarecem “[...] que sob o termo educação militarizada diferentes propostas são realizadas: 1) as escolas subordinadas ao Sistema de Ensino do Exército Brasileiro, chamado Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB); 2) as escolas estaduais e municipais com uma gestão compartilhada entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e as Secretarias Estaduais/Municipais de Educação, a maioria vinculada às polícias militares, mas algumas aos corpos de bombeiros estaduais; 3) as escolas públicas estaduais e municipais que firmam convênios com associações particulares de natureza policial-militar; 4) as escolas estimuladas pelo PECIM; e 5) as escolas particulares que adotam um modelo político-pedagógico militar. Também recebem o nome de educação militar [...]: a. o ensino militar ministrado aos militares das Forças Armadas; b. a educação profissional dos militares das três Forças, que abrange o ensino militar” (Labre; Penido; Kalil, 2023).

<sup>449</sup> Durante a cerimônia de apresentação do PECIM, o Ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou: “[...] nunca mais um regime totalitário tente ser implantado no Brasil. Nunca mais nós tenhamos

como solução para educação básica na escola pública<sup>450</sup>. Para Anderson dos Anjos Pena de Carvalho, Clarice Zientarski e Hildemar Luiz Rech (2022), as escolas cívico-militares fazem parte da estratégia de ocultamento da desresponsabilização do Estado ao desvincular recursos para educação e, através de parcerias público-privadas, favorecer o capital financeiro e as reformas empresariais, negligenciando a formação científica dos estudantes. Andréia Mello Lacé, Catarina de Almeida Santos e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (2019) argumentam que a educação militarizada é a negação do direito à educação. Mesmo com a extinção do PECIM por parte do Governo Lula III, de iniciativa própria os estados de Goiás, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo e o Distrito Federal avançam com as escolas cívico-militares.

#### 3.3.1.4 Fundamentalismo religioso.

Outro segmento social que se aliou desde a primeira hora à candidatura de Messias Bolsonaro foi dos evangélicos. Evangélicos é um recorte político, religioso e social plural, complexo e dinâmico. Entretanto, feitas estas ressalvas e considerando que trataremos especificamente deles posteriormente<sup>451</sup>, nos permitiremos uma generalização vulgar: quando nos referirmos a evangélicos, neste capítulo, estamos tratando de sua perspectiva política, religiosa e social hegemônica entre os próprios evangélicos. Dentre todos os grupos religiosos brasileiros, os evangélicos foram os que mais se identificaram com o discurso do bolsonarismo (Galego, 2019; Kalil, 2018; Reis, 2020). Entretanto, o discurso da moral religiosa no espaço público não se circunscreveu ao segmento religioso evangélico; também outras expressões religiosas se identificaram através da ideologia bolsonarista, seja vocalizando-a ou refletindo-a, com destaque para católicos romanos identificados com o conservadorismo católico, sejam católicos romanos carismáticos ou não, que

---

uma ideologia externa tentando ser imposta aos brasileiros. Nunca mais o presidente de outro país questione a soberania deste país. Nunca mais a gente esqueça que essa bandeira jamais será vermelha [...]. Independente[mente] da cor e do protetor solar, [o Brasil] só tem um povo, tentaram dividir a gente, e só temos um povo, é o povo brasileiro [...]" (Saldaña; Coletta, 2019).

<sup>450</sup> Na mesma ocasião da cerimônia de lançamento do PECIM, o Presidente Messias Bolsonaro, provavelmente, indignado porque alguns pais e responsáveis rejeitaram escolas militarizadas, disse: "[Se o estudante] não sabe uma regra de três, não sabe interpretar um texto, não responde pergunta básica de ciência? Absurdo. Não tem que perguntar para o pai irresponsável nessa questão se ele quer ou não uma escola com uma, de certa forma, militarização. Tem que impor, tem que mudar. Não queremos que essa garotada cresça e vá ser pelo resto da vida dependente de programas sociais do governo" (Saldaña; Coletta, 2019). Aparentemente, neste caso, não há liberdade dos pais em escolher.

<sup>451</sup> Conferir a seção "4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando..."

contestam o Concílio do Vaticano II e resistem ao pastoreio do Papa Francisco; bem como a grupos espíritas conservadores.

Nos três casos – dos evangélicos, dos católicos e dos espíritas –, o conservadorismo se aproxima do fundamentalismo religioso. Não se trata, apenas, da conservação de valores considerados ou apropriados pelas religiões e, sim, de uma inflexão religiosa reacionária no espaço público, como imposição à sociedade. Por isso, é mais adequado aludirmos ao fundamentalismo religioso<sup>452</sup>. De fato, certas expressões fundamentalistas de fé religiosa têm forte identificação com o bolsonarismo; deu-lhe sustentação ideológica através de pautas de costumes e moralizantes<sup>453</sup>. O fundamentalismo religioso forneceu argumento, legitimidade e representatividade ao bolsonarismo porque já era o pensamento religioso hegemônico entre protestantes e evangélicos brasileiros. Entre os muitos significados, queremos destacar que o fundamentalismo religioso conferiu ao bolsonarismo e ao Governo Bolsonaro seu caráter religioso cristão e messiânico. Em se tratando do nosso país, em que somos predominantemente religiosos, a extrema direita brasileira tem um caráter religioso, o que a diferencia de outras extremas direitas<sup>454</sup>. Entretanto, a ascensão do bolsonarismo e de valores aproximados ao bolsonarismo ocorre em paralelo com o crescimento dos evangélicos, em particular, de fundamentalistas, e de um projeto de poder político destes religiosos.

#### 3.3.1.4.1 “Ele veio para salvar o Brasil”

Um aspecto ao qual devemos considerar é a aura religiosa que se formou em torno de Jair Messias Bolsonaro, quando candidato e que se intensificou após ser eleito. Para Raoul Girardet: “[...] Nenhum sistema político [...] ignora o fenômeno da encarnação, da personalização do poder; todo líder, todo chefe de partido, tende mais ou menos a tomar a fisionomia do Salvador” (Girardet, 1987, p. 188). De intérprete e mediador de um campo político (Baldaia; Araújo; Araújo, 2021), Messias Bolsonaro se tornou o portador de uma missão para uma parcela significativa da sociedade (Paula;

---

<sup>452</sup> Conferir “4.1.5 A dificuldade de um conceito acerca do fundamentalismo religioso”.

<sup>453</sup> Pautas de costumes ou pautas moralizantes são aquelas que possuem forte discurso a favor da família patriarcal-heterossexual, incluindo aos autoproclamados grupos pró-vida, que são aqueles contrários às políticas públicas de saúde da mulher e que envolvem direito reprodutivo ou ao aborto assistido. Os defensores destas pautas são, ainda, contrários aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outros (LGBTQIA+).

<sup>454</sup> Conferir a seção “3.2 Ondas mundiais de extrema direita”.

Júnior; Júnior; Valim, 2021). Precisamos lembrar que o imaginário brasileiro é propenso a figuras salvacionistas e populistas, possivelmente, em razão da nossa formação histórico-social, de colonização, de escravização e de dependência. Essa ideia salvacionista, inclusive, é expressa na própria cultura literária, musical, novelística<sup>455</sup>. Especialmente<sup>456</sup> a religião traz, em si, o aspecto salvacionista e messiânico: uma situação ou condição da qual precisa-se de salvação e alguém ungido ou escolhido para salvação de um povo. Devemos incluir, assim, além do elemento político-social, o entrelaçamento com o aspecto religioso por parte da candidatura bolsonarista. E somos um povo crente, religioso, supersticioso até. Política e religião se encontram na formação ideológica e na prática social em que as duas procuram reger a vida humana pessoal e social, com seus sacerdotes e com seus textos sagrados, a Constituição e a Bíblia, respectivamente. Em certas circunstâncias de profunda crise econômica e de desesperança social é uma estratégia que a política se utilize da religião e a religião avance no espaço político. Quanto maior a crise e quanto mais turvo o ambiente social, mais difícil de estabelecer os limites de uma coisa e outra, entre a religião e a política.

Messias Bolsonaro soube encarnar a imagem do salvador, como em seu nome, Messias. Seus discursos e gestos político-religiosos contribuíram largamente para transmitir a imagem de um libertador, amplamente divulgadas pelas mídias sociais. Girardet (1987) apresenta quatro estruturas míticas do imaginário político: a conspiração; o salvador; a idade do ouro; e a unidade. Segundo Aryovaldo de Castro Azevedo Júnio e Erica Cristina Verderio Bianco “[...] Bolsonaro preferiu construir uma marca baseada em características positivas, tais como força, coragem, sabedoria e autoridade, que correspondem à mitologia do Salvador da Pátria [...]” (Azevedo Júnior; Bianco, 2019, p. 107). A construção da imagem de salvador<sup>457</sup> foi possível graças a algumas ações do candidato e do seu entorno: (i) Primeiro, aproximando-se de personalidades religiosas e aderindo à linguagem e à performance religiosa. Por isso,

---

<sup>455</sup> Podemos pensar, por exemplo, na música de Edson Gomes, *Criminalidade*, em que no refrão canta: “A gente precisa de um super-homem, que faça mudanças imediatas [...]”. Ou, ainda, na novela *O Salvador da Pátria*, de 1989, com a personagem de Sassá Mutema, interpretado por Lima Duarte.

<sup>456</sup> Especialmente, não unicamente. O militarismo tem, dentro de sua própria representação imagética e simbólica, o elemento salvacionista, acentuadamente, em um contexto real ou retórico de guerra e de defesa da pátria ou dos valores militares.

<sup>457</sup> Aryovaldo Azevedo e Erica Bianco consideram que determinados problemas da sociedade contemporânea “[...] propiciam a ascensão de mitologias políticas e lhes confere, em certa medida, poder de mobilização popular em períodos eleitorais” (Azevedo Júnior; Bianco, 2019, p. 90).

sua presença em eventos religiosos e, o mais significativo de todos, o seu batismo. Era preciso divulgá-lo discursando nos cultos, citando versículos bíblicos, recebendo orações e como marido de uma verdadeira crente fiel. Não é pouca coisa ver igrejas lotadas com as pessoas fazendo “sinal da arminha” e gritando “mito”. (ii) Segundo, capitaneou a retórica de necessidade de salvação: salvar o Brasil do comunismo; salvar a economia da corrupção; salvar as famílias da ideologia de gênero; salvar as mulheres do feminismo; salvar as crianças do aborto; salvar os cristãos da perseguição; salvar o país da “degradação moral” (Baldaia; Araújo; Araújo, 2021). Ele se tornou capaz de mobilizar os medos e os anseios de parte da população (Machado, 2023). (iii) Terceiro, demarcar alguns acontecimentos de sua vida como prova de seu chamado. Um deles, talvez o mais emblemático, tenha sido o incidente da facada recebida em Juiz de Fora, em que ele, imagética e simbolicamente, retornou dos mortos. Ele transmitiu a mensagem de que os limites impostos pela democracia eram, na verdade, barreiras para que completasse sua missão; era o sistema reagindo; eram expressões das forças do mal. Pertence a esta mesma concepção a vitimização: o salvador é vítima de injustiças, especialmente, por parte do Judiciário – expressão “do sistema”. Então, a vida do salvador estaria marcada por eventos de salvação.

Estando diante de um mito, de um salvador, não restam outras formas de comportamento senão a veneração, a obediência e o seguimento. O salvador (ou o mito) precisa ser obedecido e seguido. Suas palavras, inclusive, podem parecer de difícil compreensão, como se falasse através de códigos ou parábolas, porém, somente aos de fora, aos desobedientes, aos infiéis. Aos que fazem parte do seu núcleo ideológico suas ideias são perfeitamente compreensíveis. Transpõe-se, portanto, ao campo político um tipo de relação que se dá dentro da esfera da religião: a idolatria. Transita-se da crença ao fanatismo. O líder é amado<sup>458</sup> e precisa ser defendido. Com isto, “[...] é inegável que Bolsonaro conseguiu até agora fidelizar um público de apoiadores numericamente expressivo [...]” (Paula; Júnior; Júnior; Valim, 2021, p. 3). No campo ideológico como estamos desenhando – a mistura entre política e religião –, mais importante do ser realmente o salvador é fazer crer que é o salvador,

---

<sup>458</sup> Considerando a história brasileira, Aryovaldo Azevedo e Erica Bianco inferem “[...] que os políticos vistos como possuidores de uma aura mítica são aqueles cuja identidade mais se aproxima da identidade do próprio povo, de modo que ao olhar para eles o povo veja a própria imagem, como se estivesse a olhar para um espelho [...]” (Azevedo Júnior; Bianco, 2019, p. 100). A este respeito temos demarcado as categorias de identidade e de representação. Compreendemos, assim, o amor ao político como um amor a si mesmo, à sua própria perspectiva de mundo.

é parecer o salvador, é transmitir a imagem de um salvador. Logicamente, estamos singularizando em um indivíduo uma ideologia muito maior que ele e a estrutura de conselheiros ideológicos, midiáticos e políticos que está ao seu redor lhe impuseram. O voto evangélico foi decisivo para eleição de Messias Bolsonaro (Alves, 2018).

### 3.3.1.5 Judiciário

Em anos recentes, o Judiciário amplificou seu protagonismo através da exposição pública de certos julgamentos de maior repercussão e por meio de votações de interesse público. Podemos mencionar, a título de exemplo, o Julgamento do Mensalão e de pautas vinculadas aos direitos da família, de gênero e reprodutivos. No caso do Mensalão, havia dois aspectos que tocavam profundamente a política brasileira: o envolvimento de membros do Partido dos Trabalhadores e o tema da corrupção. Ao nos referirmos à associação entre Judiciário e bolsonarismo, queremos incluir o Ministério Público Federal e a Operação Lava-jato, não como instituições e, sim, através de alguns de seus membros e grupos internos que, ao se unirem em torno de certas pautas, endossaram os discursos anticorrupção e antipetismo favorecendo, explicitamente, a candidatura bolsonarista. A evidência a este respeito é a própria associação de nomes que trabalharam na Lava-jato com a campanha presidencial e, posteriormente, que ingressaram no Governo Bolsonaro<sup>459</sup>. Uma interferência anterior da Justiça permanecia: a prisão e o silenciamento do ex-presidente Lula da Silva, proibido de se envolver ativamente na campanha eleitoral<sup>460</sup>. Em verdade, a politização da Justiça foi um aspecto central para pavimentar o discurso antipolítica (Avritzer, 2020) e o resultado das eleições de 2018. Fez parte do projeto de poder lava-jatista a criação de uma fundação de direito privado para gerir R\$ 2,5 bilhões auferidos em um acordo com a Petrobrás.

---

<sup>459</sup> Antes do Segundo Turno das Eleições Gerais de 2018, Paulo Guedes sondou o Juiz Sérgio Moro para ser Ministro da Justiça em um possível Governo Bolsonaro. Segundo Gustavo Bebbiano, o Guedes havia tido cinco ou seis conversas com o Moro e este havia aceitado o convite. Ainda, de acordo com Bebbiano, quando comunicado da decisão, disse ao Guedes: “[...] é obvio que o Sergio Moro tem um nome, uma notoriedade, tem uma história muito mais relevante que a minha no sentido público, nessa questão toda da Lava Jato. Acho que *ele vai conferir um selo de credibilidade* logo na saída, e vai ser muito bom [...]” (UOL, 2019, grifo).

<sup>460</sup> Em setembro de 2018 o Ministro Luiz Fux suspendeu uma liminar do Ministro Ricardo Lewandowski proibindo o ex-presidente Lula da Silva de ser entrevistado pela *Folha de São Paulo* na prisão (Turillo Júnior, 2018). Mesmo nos limites da Democracia burguesa e da Constituição Federal de 1988, a decisão se tratava de atendido à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

### 3.3.1.6 Neoliberalismo

Em um primeiro momento, a candidatura bolsonarista não teve apoio de frações do grande capital e de capitalistas nacionais. Mantinha-se uma expectativa de que um nome do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) conseguisse se efetivar, com adesão popular e viabilidade política. Foi na falta de uma alternativa potente contra um candidato vinculado ao Partido dos Trabalhadores, por parte da Direita, e com o compromisso do bolsonarismo com a permanência e o aprofundamento do ajuste fiscal, que Messias Bolsonaro encontrou aceitação em segmentos da burguesia nacional e internacional – o candidato já contando com o voto da extrema direita. Curiosamente, o bolsonarismo soube se vender às camadas trabalhadoras como uma alternativa de mudança, mesmo na política econômica. Rejane Hoeveler expressou isso muito bem: “Talvez seja essa a maior proeza dos neoliberais de hoje: convencer que seu programa é de oposição, enquanto ele é exatamente o que está sendo aplicado! Haja *mainstream* disfarçado de *outsider*” (Hoeveler, 2016, p. 90). Desta forma, para além da pauta dos costumes o que importava mesmo era a permanência da agenda neoliberal, retomada no Governo Dilma II (2015-2016) e no Governo Temer (2016-2018). Em diversas oportunidades o ex-presidente Michel Temer afirmou que o Governo Bolsonaro era a continuidade do seu governo (Weterman, 2018; Alvim; Sanches, 2019; Carta Capital, 2020).

No entanto, o Governo Bolsonaro foi mais do que a preservação da política econômica do governo anterior, foi, também, sua continuidade na política educacional, na presença de militares e política de governo. O novo é, exatamente, a permanência do antigo, daquilo que nunca se foi, do que jamais deixou de o ser. Assim, em termos práticos, o Governo Bolsonaro era a continuidade e o aprofundamento do Governo Temer (2016-2018)<sup>461</sup>, em uma conjuntura de avanço da extrema direita. Neste contexto de continuidade e de aprofundamento da política econômica é que se insere o economista Paulo Roberto Nunes Guedes. Guedes foi discípulo de Milton Friedman

---

<sup>461</sup> A política economia ortodoxo-liberal iniciada por Temer/Meirelles e aprofundada por Bolsonaro/Guedes possui dois aspectos principais: (i) realização de uma forte contração fiscal, principalmente pelo lado dos gastos correntes, baseado na tese da “contração fiscal expansionista”; (ii) um conjunto de políticas liberais que visa “destravar” o espírito empresarial das amarras do Estado via desregulamentação do mercado, permitindo que a iniciativa privada comanda o processo econômico, inclusive no que se refere aos investimentos [...] (Oreiro; Paula, 2019, p. 22).

(1912-2006) e aluno da Escola de Chicago. Sua presença desde a campanha uniu os setores da burguesia, o grande capital e o mercado financeiro em apoio à candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

É importante a possibilidade que a burguesia brasileira espera de uma combinação entre Bolsonaro e Guedes, repressão e neoliberalismo, como a fórmula para aumentar a taxa de exploração do capitalismo brasileiro neste momento de crise, domesticando a camada cultura nacional estatista (Goldstein, 2019, p. 32).

Nesta perspectiva, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes incorporam o *slogan* “conservador nos costumes e liberal na economia”. De fato, era exatamente o que se esperava deles: que houvesse maior compromisso com a agenda conservadora – quanto ao papel da mulher contemporânea, dedicada ao lar e à família, cujo decisão sobre o próprio corpo depende do marido ou do companheiro, contra os direitos das minorias, especialmente, dos LGBTQIA+ etc. – e com a agenda neoliberal – de privatização. Como um valor do bolsonarismo não há contradição entre ser conservador nos costumes e ser liberal na economia.

#### 3.3.1.6.1 Duas principais medidas econômicas do Governo Bolsonaro

Mencionamos que duas medidas não pertencem ao Governo Temer: a Autonomia do Banco Central e a Reforma da Previdência. A Autonomia do Banco Central foi um dos temas da acirrada Campanha Presidencial de 2014, não sendo endossada por Dilma Rousseff, vencedora naquele pleito. Apesar de ampla discussão e negociação na Câmara dos Deputados, à época do Governo Temer, a política de autonomia do Banco Central só foi implementada em 2021, no Governo Bolsonaro. Talvez, o mercado já se sentisse contemplado com Henrique de Campos Meirelles, no Ministério da Economia e Ilan Goldfajn no Banco Central. Apesar de iniciada, durante o Governo Temer, a discussão em torno da Reforma de Previdência também só foi aprovada no governo seguinte. Assim, as duas principais medidas econômicas adotadas pelo Governo de Messias Bolsonaro foram: (i) a Reforma da Previdência e a (ii) Autonomia do Banco Central.

Em síntese, as contrarreformas dos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro representam maior expropriação das forças de trabalho e perda de direitos das classes trabalhadoras. Atingem, portanto, direta e indiretamente, o *trabalho* e a

classe trabalhadora. É necessário destacar isto já que apenas o trabalho gera riqueza; e a sociedade de produção e concentração de riquezas se assenta, exatamente, na exploração do trabalho e na constituição de duas classes antagônicas, uma que detém os meios e os modos de produção e outra que vende sua força de trabalho. É a relação social assalariada uma das características da sociedade capitalista. Coube também ao Governo Bolsonaro implementar as contrarreformas educacionais aprovadas no Governo Temer, a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular.

### *3.3.2 Dinâmica de atração e repulsa dentro do bolsonarismo.*

Em torno do Governo Bolsonaro se formou uma ampla coalizão político-eleitoral, como demonstramos, com a presença de diversos grupos e segmentos sociais. Além dos acima citados, outros segmentos sociais compuseram o bolsonarismo. São grupos mais heterogêneos que podem, em algum momento, dialogar com aqueles anteriormente relacionados. Estamos nos referindo aos colecionadores de armas, aos garimpeiros e aos milicianos. Os garimpeiros, por exemplo, podem ter contato com o agronegócio, assim como com os colecionadores de armas. Armas de colecionadores foram parar nas mãos do crime organizado e das milícias. Certos grupos milicianos tinham conexão com certas frações das polícias militares, do exército e dos evangélicos. Entre os bolsonaristas se encontram, também, caminhoneiros, motoristas de aplicativos e taxistas.

Temos indicado que essa aliança bolsonarista se tratava de um amplo consórcio pelo poder. Porém, os acordos firmados antes, durante e depois do processo eleitoral precisam ser reordenados após a vitória nas eleições. Uma coisa é a expectativa pelo poder e outra, bem diferente, é o exercício do poder<sup>462</sup>, quando se revelam as tensões internas da coalizão pelo poder e externas da efetivação das políticas e dos acordos de governo. Uma última constatação, portanto, é que nem todas as frações que se uniram à candidatura de Messias Bolsonaro permaneceram

---

<sup>462</sup> “A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva e das condições de sua implementação” (Abranches, 1988, p. 27-28).

vinculadas ao Governo Bolsonaro da mesma forma como no início. Alguns casos foram mais explícitos do que outros:

(i) A frustração do “partido do judiciário” que esperava medidas duras contra a corrupção – incluindo significativas mudanças na Constituição e no Código Penal para atender às Dez Medidas Anticorrupção – e tinha expectativa de alcançar postos chave no governo, como a Polícia Federal e os órgãos de inteligência, especialmente, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). A Lava-jato tinha seu próprio projeto de poder. A saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça externou a crise de que o Presidente queria interferir na Polícia Federal (Benites; Bedinelli, 2020) para proteger familiares e aliados íntimos. No mês de outubro de 2020, o então Presidente, em discurso no Palácio do Planalto, afirmou: “É um orgulho, é uma satisfação que eu tenho, dizer a essa imprensa maravilhosa que eu não quero acabar com a Lava Jato. Eu acabei com a Lava Jato [...]” (Shalders, 2020)<sup>463</sup>. De fato, além de diminuir o poder do Ministério da Justiça, o Presidente tinha à frente da Procuradoria Geral da República Antônio Augusto Brandão de Aras<sup>464</sup>.

Ao se filiar ao Podemos, como evento de lançamento sua pré-candidatura à Presidência da República, Sérgio Moro se colocou, sem a fachada da toga, na esfera político-eleitoral. Se, em algum momento, cogitava-se que ele seria o sucessor natural de Messias Bolsonaro, a ideia não resistiu por um mandato presidencial. No entanto, apesar das críticas e da suposta oposição política, Sérgio Moro reaproximou-se do então presidente a fim de ser eleito ao Senado Federal. O ex-juiz e ex-ministro ainda acompanhou o candidato à reeleição em debates presidenciais para o Segundo Turno das Eleições de 2022, sendo um fiel cabo eleitoral.

(ii) Setores das Forças Armadas, a exemplo do General Carlos Alberto dos Santos Cruz e do General Fernando de Azevedo e Silva, deixaram o Governo Bolsonaro. Este último deixou o Ministério da Defesa, aparentemente, por manter as

---

<sup>463</sup> O Presidente justificou sua fala argumentando que em seu governo não havia mais corrupção. Acerca da corrupção no Governo Bolsonaro remetemos 3.3.1.2, em que mencionamos o Orçamento Secreto; a 3.3.1.4, os indícios de corrupção nas Forças Armadas; 3.3.3, os indícios de corrupção no Ministério da Educação.

<sup>464</sup> Em uma declaração pública de setembro de 2023, Augusto Aras escreveu: “VIVA O BRASIL. Enfrentamos nos últimos 4 anos um forte corporativismo apoiado pelas fake news divulgadas pela imprensa desviada que confundiram Justiça com vingança. Fui acusado de destruir a Lava Jato, quando apenas institucionalizei e despersonalizei o Ministério Público. Hoje, a sociedade enxerga seu verdadeiro legado maldito, seu ‘modus operandi’ que ceifa vidas, a política, a economia e afronta a soberania nacional. Nós temos o dever de cumprir a Constituição, rasgada por poucos e ruidosos membros do sistema de Justiça. Só com equilíbrio institucional, respeito ao limite de cada Poder e a nossa Lei Maior, teremos um Brasil fraterno.” (Mendes, 2023).

Forças Armadas como instituição de Estado (Mazui; Castilhos; Rodrigues, 2021), não se lançando à aventura além daquilo que os militares propuseram antes das eleições. No dia seguinte à demissão de Azevedo e Silva, os comandantes das três forças, o General Edson Leal Pujol (Exército), o Almirante Ilques Barbosa Júnior (Marinha), e o Brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez (Aeronáutica), também se demitiram. O Ministro da Defesa e os Comandantes Militares assinaram uma nota conjunta (Defesa, 2020), alguns meses antes de deixarem os cargos, em que afirmaram que as Forças Armadas eram instituições do Estado e não se envolveriam na política partidária.

(iii) Apoiadores desde a primeira hora que pediam maior radicalização à Direita. Neste caso, sobressai a personalidade de Abraham Weintraub, preterido à disputa pelo governo do Estado de São Paulo. Weintraub fez duras críticas ao Presidente Bolsonaro, concentradas em sua gestão e em sua pessoa<sup>465</sup>: críticas, reiteramos, à direita; segundo ele (e outros) era preciso radicalizar a política.

(iv) Segmentos do grande capital sinalizaram, em vista da condução das políticas econômica e de saúde (Na íntegra, 2021) e dos arroubos autoritários – em direção à ruptura democrática – do Presidente, retirar apoio do governo (Gribel, 2021).

Claro que a história é dinâmica e os interesses econômicos sobressaem sobre os demais interesses, particularmente, quando conjugados à ideologia e aos projetos de poder. Em verdade, a relação interior no bolsonarismo é um tanto ambivalente e flutuante, naquilo que consideramos movimentos de atração e de repulsa. Tanto que algumas rupturas foram temporárias, como no caso do lavajatismo; outras foram substituídas por personalidades com maior adesão ideológica, como no caso do Comando da Marinha; e outras foram permanentes, como no caso de Weintraub. As forças políticas em torno do bolsonarismo souberam se organizar e se reorganizar em vista do pleito eleitoral do ano de 2022, diante de um quadro considerado ameaçador: após o ex-presidente Lula da Silva recuperar seus direitos políticos e retornar à disputa eleitoral e o Partido dos Trabalhadores ao poder.

Além de acentuar adesões e separações no interior do Governo Bolsonaro, é preciso destacar um outro aspecto do bolsonarismo: dois momentos disruptivos. O primeiro é destacado por João Rocha “[...] O bolsonarismo não permaneceu o mesmo desde sua emergência. O potencial de fanatismo presente desde sua origem explodiu

---

<sup>465</sup> Em postagem nas redes sociais, Weintraub escreveu: “Após tudo o que já foi revelado, hoje, não há inocentes no PL do Valdemar. Não existe Bolsonarista vítima. TODOS SÃO CÚMPLICES! TODOS SÃO CONIVENTES! O bolsonarismo é uma LEPRA!” (Caetano, 2023).

com a emergência da pandemia da covid-19” (Rocha, 2023, p. 23). Se o bolsonarismo já se apresentava radical antes do primeiro processo eleitoral do qual participou, mais ainda durante a Pandemia. Nós incluímos um segundo momento: o 07 de setembro de 2021, em que Messias Bolsonaro ameaçou uma ruptura com a Democracia. Esse radicalismo do bolsonarismo assume traços de fanatismo. Para João Rocha (2023), é este comportamento fanático que explica a militância e a expressiva votação que obteve no segundo pleito eleitoral de 2022. Não para menos. As políticas de saúde implementadas pelo governo foram o primeiro divisor de águas entre o bolsonarismo e a sociedade brasileira; o segundo foram as tentativas de Golpe.

Foi no contexto pandêmico que se revelou parte do projeto do bolsonarismo para sociedade brasileira. Consideramos que a política pública de saúde à época não foi negligência ou incompetência e, sim, uma política de saúde assentada, propositalmente, na falsa ideia de imunidade coletiva. Sabemos falsa porque era contrária às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos principais centros de infectologia da América Latina (Butantan e Fiocruz), da Europa e dos Estados Unidos (CDC). À ocasião, três aspectos emergiram do interior do bolsonarismo: o movimento *antivax*, mesmo que presente em extremas direitas internacionais, uma novidade no Brasil; o negacionismo científico, pautando não apenas as políticas de saúde pública; e um conceito muito particular de liberdade. Uma palavra foi acrescentada ao lema “Deus, pátria e família” no contexto pandêmico: a palavra “liberdade”. A partir daquele momento o bolsonarismo se identificava com “Deus, pátria, família e liberdade”. Entretanto, mesmo os valores como os expostos – uma atitude negacionista em relação à ciência, postura que se expressa, especialmente, no movimento antivacina e a ideia de liberdade em termos bolsonaristas – precisam existir em pelo menos um dos grupos ou segmentos do bolsonarismos ou, melhor dizendo, os valores precisam existir no interior de uma das muitas expressões do bolsonarismo para então, a partir daí e das circunstâncias objetivas, conseguir irradiar ou se espalhar para todo o bolsonarismo, sendo assumido como um valor do todo. O protesto de segmentos religiosos fundamentalistas quanto ao fechamento dos templos – como política de saúde, de proteção e de distanciamento social – se espalhou pelo bolsonarismo pedindo liberdade.

Devemos registrar que diversos desses segmentos sociais bolsonaristas se fortaleceram, justamente, a partir das políticas dos governos petistas. Foi nos

governos do PT que as Forças Armadas receberam investimentos substanciais e desenvolveram tecnologia aérea e naval; o Ministério Público Federal ganhou maior autonomia, assim como a eleição do Procurador Geral da República a partir de lista tríplice apresentada pelo próprio MP; apoio às investigações de corrupção e à Operação Lava-jato, sem interferência na Justiça ou na Polícia Federal; políticas direcionadas ao agronegócio com créditos, investimentos e abertura de novos mercados; políticas de acesso ao Ensino Superior que alavancaram o setor privado da Educação; apoio às igrejas e às entidades religiosas nos princípios da laicidade e da liberdade religiosa; recursos públicos e patrocínio de empresas públicas para jornais e emissoras de televisão; articulações políticas envolvendo o Centrão.

Com isso, estamos destacando que diversos setores do capital nacional e internacional se beneficiaram com os governos petistas e suas políticas econômicas, isto é, através da gestão do Estado e do capitalismo brasileiro pelo PT. Ainda assim, vários desses segmentos não apenas estiveram nos protestos a favor do *impeachment*, como abraçaram o bolsonarismo<sup>466</sup>. Alguns empresários e empresários-pastores se tornaram verdadeiros porta-vozes do bolsonarismo. Talvez, estas forças político-sociais tenham percebido o Partido dos Trabalhadores como uma ameaça: fundamentalistas religiosos com as pautas identitárias e o tema dos direitos reprodutivos; os militares tenham se ressentido com a Comissão Nacional da Verdade; a grande imprensa com a possibilidade de regulação da mídia; o agronegócio e os garimpeiros com a defesa do meio ambiente e dos indígenas; e os neoliberais e setores financeiros exigiam mais diante da crise econômica. Estava decretada a ruptura com a aparente tentativa de conciliação de classes promovida pelo PT, o que, aliás, foi um esforço de conciliar o inconciliável, uma vez que a luta de classes é pautada por interesses irremediavelmente antagônicos. Entretanto, reafirmamos: os interesses pragmáticos e imediatos da maior parte desses grupos sociais não estavam, realmente, ameaçados. Não houve, nos governos petistas, prejuízo à liberdade religiosa ou quaisquer tipos de ameaças aos evangélicos enquanto segmento religioso; nem ao poder militar, que permaneceu com seus rendimentos reajustados, suas pensões, seus benefícios de hospitais e de escolas militares intactos. Igualmente para os demais atores político-sociais mencionados.

---

<sup>466</sup> Não temos como detalhar a presença e participação desses grupos nas tentativas de *golpe bolsonarista*, especialmente, em 08 de janeiro de 2023, sem sair dos objetivos deste trabalho.

### 3.3.3 Ministros da Educação do Governo Bolsonaro

O Governo Bolsonaro não é apenas a continuidade econômica do Governo Temer, mas, também, sua continuidade na política educacional. As políticas de ajuste para Educação iniciadas com Temer-Meirelles foram mantidas e aprofundadas por Bolsonaro-Guedes, com os acréscimos de: (i) indicações ideológicas para o Ministério da Educação; (ii) e consistentes indícios de corrupção no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tendo em vista que qualquer indicação é ideológica, especialmente, diante do contexto neoliberal e de avanço da extrema direita, queremos enfatizar que se trata de predominantemente ideológico em sentido conservador e reacionário. Nossas considerações nesse subtópico devem girar em torno destes dois aspectos, com destaque para o *Future-se*.

Em verdade, o MEC foi uma das áreas mais conturbadas do Governo Bolsonaro. Em primeiro lugar, o Ministério viveu uma dança de cadeiras – para utilizar uma expressão popular – semelhante à Saúde. Educação e Saúde foram duas áreas extremamente afetadas com a Pandemia da Sars-Cov-2 e com a incapacidade do governo de responder adequadamente às demandas daí advindas. Foram Ministros da Educação durante o Governo Bolsonaro: (i) Ricardo Vélez Rodríguez, entre 01 de janeiro a 08 de abril de 2019. Vélez Rodríguez, Doutor em Filosofia, teve seu nome indicado ao governo por Olavo de Carvalho e é professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Crítico do marxismo, defendia projetos como Escola Sem Partido, a retomada do ensino de educação moral e cívica e da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros.

(ii) Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, foi ministro da Educação entre 09 de abril de 2019 e 19 de junho de 2020. Weintraub, economista e Mestre em Administração, também olavista, foi o responsável pelo *Future-se*. Sua gestão foi marcada por cortes (contingenciamento) de investimentos na Educação e declarações polêmicas contra as universidades públicas<sup>467</sup>. (iii) Em 25 de junho de 2020 foi nomeado Carlos Alberto Decotelli da Silva. Poucos dias, precisamente, em 01 de julho, sua nomeação foi tornada sem efeito. A justificativa foi que havia

---

<sup>467</sup> Além do corte de investimentos o que, por si mesmo, inviabiliza o processo educacional, Weintraub defendia que era direito dos alunos filmar professores em sala de aula (Agostini, 2019); e acusou universidades federais de terem extensivas plantações de maconha (Bermúdez, 2019).

inconsistências em seu Currículo Lattes<sup>468</sup>; o ministro não conseguiu comprovar as informações acadêmicas e profissionais.

(iv) Milton Ribeiro foi ministro da Educação entre 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022. Ribeiro, militar da reserva, pastor presbiteriano<sup>469</sup> e Doutor em Educação, teve uma gestão marcada por escândalos de corrupção. Sob sua presidência havia indícios do funcionamento de um Gabinete Paralelo no MEC<sup>470</sup>, dirigido pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, com objetivo de mediar verbas e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Estes indícios de corrupção são de natureza diferente daqueles vistos dentro do Orçamento Secreto. Ribeiro afirmou publicamente que atendia aos pastores – especialmente o Pastor Gilmar – em razão de um pedido do então Presidente da República. Santos e Moura agiam “[...] negociado com prefeituras a liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia” (Saldaña, 2022). No “Bolsolão do MEC”, como ficou conhecido, suspeita-se que havia uma contrapartida por parte das Prefeituras ou de empresas e de organizações para acessar os recursos: apoio para construção de igrejas (templos). Ainda que os detalhes não sejam de conhecimento público, foi noticiado que havia propina em barras de ouro, compra de Bíblias (com fotos do Ministro) superfaturadas e dinheiro escondido em pneus (Redação, 2022).

(v) Finalmente, Victor Godoy Veiga foi Ministro da Educação entre 29 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Veiga é engenheiro de redes de comunicação de dados e servidor público federal. Fez Pós-graduação na Escola Superior de Guerra. Suas principais realizações foram nas áreas de avaliação,

---

<sup>468</sup> Este critério não valia para outros ministérios, como no caso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que Damares Alves se apresentava como Mestre em Educação e Mestre em Direito Constitucional e Direito da Família, sem possuir Lattes. Ao ser questionada, a então ministra respondeu: “Diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico” (Sem, 2019).

<sup>469</sup> Existiu uma pressão de grupos evangélicos para que o novo ministro que sucederia a Abraham Weintraub no MEC estivesse alinhado às propostas educacionais de Messias Bolsonaro durante a campanha eleitoral. De acordo com Guilherme Mazieiro e Carla Araújo, durante a campanha, Bolsonaro defendeu: “Mudança no conteúdo e método de ensino. Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce; Expurgar a ideologia de Paulo Freire, mudar a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), impedir a aprovação automática e impor disciplina dentro das escolas; Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento; As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo” (Mazieiro; Araújo, 2020).

<sup>470</sup> No governo, o bolsonarismo implementou uma força de gestão pública através de “gabinetes paralelos”. Foi assim no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde e na criação de uma ABIN paralela.

alfabetização (Política Nacional de Alfabetização e Programa Nacional de Alfabetização) e recuperação de aprendizagens (Recupera Mais Brasil).

Como podemos perceber, as indicações foram, nos termos em que constatamos, predominantemente ideológicas em sentido conservador e reacionário. A Educação era uma das áreas prioritárias do Governo Bolsonaro, mais propriamente, em sua cruzada ideológica contra aquilo que consideram “marxismo cultural” e o “domínio da esquerda na educação pública”. As duas primeiras indicações partiram de um dos mais importantes atores do bolsonarismo: o olavismo. Rodruígues e Weintraub eram discípulos do Olavo de Carvalho. Rodruígues ainda tinha ligações com os militares, assim como Ribeiro e Veiga. Ribeiro, além de militar, era pastor, portanto, representante do segmento evangélico. Evangélicos que estiveram envolvidos no Gabinete Paralelo da Educação/”Bolsolão do MEC”. Obviamente, não significa que houvesse unidade entre todos estes segmentos<sup>471</sup> evangélicos, militares e olavistas; especialmente, unidade prática, na forma de implementar os projetos de poder e alterar a política educacional. Quando um ministro era substituído no MEC, ocorria mudança em praticamente toda equipe de trabalho e em postos-chave do Ministério.

Abraham Weintraub apresentou o *Future-se*. Tratava-se de um projeto com três eixos estruturantes: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. Seria a principal mudança do Ensino Superior desde o período da Ditadura Civil-militar: (i) permitia a mudança na dedicação exclusiva do trabalho docente; (ii) implementação de um sistema de avaliação de docentes e das universidades; (iii) uma nova operacionalização, através de organizações sociais privadas. O Projeto de Lei (PL) do Future-se modificava 16 leis. Para Roberto Leher, “[...] cada artigo [do Future-se] tem de ser haurido do *corpus* legal e do contexto econômico-político [...]”, isto é, “[...] examinar o texto em sua totalidade [...]” (Leher, 2019, p. 1). Neste sentido, como destaca o autor: “A Ementa do PL sugere que o eixo central diz respeito ao empreendedorismo e à inovação [...]” (Idem), em direção à reforma universitária que responde aos interesses do ajuste fiscal.

---

<sup>471</sup> Durante a gestão do Véléz Rodruígues, segundo matéria jornalística, havia uma disputa interna entre dois grupos no MEC: o primeiro formado por militares que “[...] defendem um plano de governo mais pragmático: projetos como educação a distância, criação de colégios militares em capitais e modernização da gestão”. Já o segundo era composto por olavistas e ex-alunos de Véléz: “[...] A chegada dessa equipe ao governo do presidente Jair Bolsonaro causou atritos com quem que já participava das discussões sobre educação desde a campanha eleitoral. O principal ponto para esse grupo ‘ideológico’ é expulsar do MEC qualquer resquício de ‘marxismo cultural’ ou de ‘pensamentos esquerdistas.’” (G1, 2019).

Por certo, consideramos que o Ensino Superior no Brasil pode e precisa melhorar – assim como a Educação Básica. Mantendo nas universidades públicas os principais eixos de ensino, de pesquisa e de extensão, o MEC precisa possibilitar maior número de vagas, com direito ao acesso e à permanência na formação superior; melhorar as estruturas físicas das instituições de ensino e atualizar as bibliotecas e os laboratórios; oportunizar maior qualificação para o trabalho docente; garantir certo reconhecimento dos trabalhadores da educação e projetos para carreira docente. As universidades têm, naturalmente, comprometimento com a reflexão crítica acerca das sociedades e com o avanço do conhecimento científico, humano e tecnológico. Ao contrário do que acabamos de pontuar, o Future-se era um projeto que se tratava do empresariamento e da privatização das universidades públicas.

O fato de o projeto Future-se não ter sido implementado, não significa que suas ideias estejam enterradas. Ao contrário: os títulos dos projetos para Educação podem mudar, porém, a agenda neoliberal para Educação permanece inabalável. Mais ainda, em um contexto de avanço da agenda e das pautas de extrema direita que enxergam a educação pública como um inimigo a ser derrotado. Assemelha-se aos projetos de educação domiciliar, das escolas militarizadas e da Escola Sem Partido. Para Pollyana Labre, Ana Penido e Suzeley Kalil, os projetos educacionais do Governo Temer e do Governo Bolsonaro – as autoras consideram o NEM e o PECIM, respectivamente – buscam “[...] controle social das camadas mais pauperizadas da sociedade, usando para isso da ética empreendedora do neoliberalismo e do adestramento comportamental baseado na hierarquia e disciplina” (Labre; Penido; Kalil, 2023).

### *3.3.4 A prática bolsonarista: ações, irracionalidades, subjetividades e valores*

O bolsonarismo é o entrecruzamento de direitas (Carvalho, 2020) que, em pontos específicos são até divergentes e, no entanto, mesmo diversas, se interseccionam<sup>472</sup>. A extrema direita, contraditoriamente, se impõe como alternativa à

---

<sup>472</sup> A própria demarcação não pode deixar de fora a relação de valores entre segmentos do bolsonarismo – ou anteriores a ele – que se apresentam na esfera pública. A imbricação entre estes valores pode ser maior do que conseguimos notar à primeira vista. Um exemplo está nos Gladiadores do Altar, um grupo formado por jovens evangélicos que participam da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), naquilo que ficou popularmente conhecido como “exército universal” (Granjeia; Dantas, 2020). Ao religioso une-se o militar: ao estético, ao retórico e ao simbólico religiosos incorpora-se o estético, ao retórico e ao simbólico militares.

Direita (tradicional), retirando seus quadros da radicalização da Direta e utilizando seus partidos – da Direita – como partidos de aluguel. Na prática política da extrema direita o primeiro espectro político a ser engolido é, justamente, a Direita. É quase um tipo de antropofagia política. É uma contradição porque, no momento oportuno, a Direita, cuja representação maior é o Centrão, retomaria as rédeas da política brasileira agora, não apenas como uma Direita tradicional, mas uma Direita que é resultado da tensão com a extrema direita. Quem é engolido se refaz politicamente<sup>473</sup>. De outro lado, como observou Cas Mudde: “[...] a extrema direita está intimamente conectada à elite tradicional, e em um número crescente de países, ela está se tornando a própria elite política [...]” (Mudde, 2022, p. 18). A extrema direita constrói sua própria tradição de protagonismo político. Há uma ressalva, por hora: no Brasil inexistente um partido propriamente de extrema direita<sup>474</sup>.

A apropriação do sentimento anticomunista é ampla e convergente, capaz de unir evangélicos, militares e neoliberais. Talvez a divergência seja apenas aparente se for admissível descrevê-lo naquilo que se tornou um lema: “liberal na economia e conservador nos costumes”. Como afirma Gallego, “[...] o neoliberalismo precisa de um conjunto de valores e configurações éticas que reinterprete as crises econômicas como crises morais, de valores e de abandono dos valores tradicionais [...]” (2019, p. 7). Então, seria a relação paradoxal entre uma economia de livre mercado e o conservadorismo moral que, mesmo que este pensamento seja parcialmente rechaçado por Mises (2010), Hayek (2010) e Friedman (1984), ele serve adequadamente à ideologia neoliberal que domina a sociedade objetiva e subjetivamente. Como é possível perceber através da caracterização geral que fizemos, ainda que seu nome e atuação se identifiquem com o ex-presidente, a identidade social do bolsonarismo extrapola uma única personalidade e se constitui, efetivamente, numa pluralidade.

O presidente é sua expressão e representação legítima no cenário público, porém, é menor do que o movimento que o conduziu ao poder. Dito de outra forma, o bolsonarismo é maior do que Messias Bolsonaro. O movimento bolsonarista é anterior

---

<sup>473</sup> Cas Mudde chega a considerar a adoção de pautas da extrema direita, por parte dos partidos tradicionais, como uma característica da quarta onda: “[...] os partidos tradicionais têm adotado políticas da direita populista radical, mesmo que em versões mais moderadas” (Mudde, 2022, p. 35).

<sup>474</sup> Fracassou a tentativa de se criar o Partido Aliança pelo Brasil, cujo número seria 38, em referência à arma de fogo. Enquanto houver partidos tradicionais absorvendo as pautas da extrema direita e incluindo políticos de extrema direita, talvez não seja necessário. Pode ser até uma estratégia interessante confundir diante de tantas legendas amistosas.

e será posterior ao Governo Bolsonaro. Isso significa que o bolsonarismo perdurará por alguns anos no cenário político brasileiro (Reis, 2020) e que, assentando-se em torno de 12% do eleitorado (Prandi, 2019) e 1/3 das intenções de votos, será um dos protagonistas da sociedade civil. Bolsonaro e bolsonarismo pode ser uma relação de permuta em que o presidente utiliza o bolsonarismo para manter-se politicamente viável, tendo como horizonte sua salvaguarda e de sua família, e o movimento usa-o para alcançar os postos de poder e decisão. Haveria uma certa barganha entre bolsonarismo e Bolsonaro, sem negligenciar os valores endossados por ambos. O bolsonarismo poderá se aglutinar em torno de outro nome frente à inviabilidade política de Bolsonaro; possivelmente, um nome que expresse maior radicalização política. A vitória de Messias Bolsonaro é a vitória da perspectiva da extrema direita para a sociedade brasileira. É importante constatar que a extrema direita reapareceu no Brasil, de forma desavergonhada e pública, após o breve hiato pós-Ditadura, durante a crise contemporânea do capitalismo, uma série de fatores conjunturais nacionais, como a crise da representação política, e a ascensão das extremas direitas internacionais. Adiante, nos concentraremos na tentativa de explicitar e compreender a prática bolsonarista: ações, irracionalidades, subjetividades e valores.

#### *3.3.4.1 Bolsonarismo e representatividade social.*

Queremos chamar atenção para alguns aspectos que foram mencionados (ou não) na descrição dos grupos ou segmentos sociais que compõem o bolsonarismo e que fizeram parte do Governo Bolsonaro. Registramos, novamente, que apesar da necessária generalização, nem todos os empresários do setor primário, nem todos os políticos e partidos do Centrão, nem todos os integrantes das Forças Armadas e das Forças de Segurança, nem todos os cristãos, nem todos os membros do Judiciário e do Ministério Público e nem todos os neoliberais são identificados com o bolsonarismo ou apoiaram integral e incondicionalmente o Governo Bolsonaro. Porém, todos os atores sociais mencionados participaram de alguma forma, eleitos ou não, da burocracia do Estado brasileiro. Especialmente, nas casas legislativas há representantes do agronegócio e do neo-extratativismo, das forças de segurança, do

fundamentalismo religioso, do judiciário, do Ministério Público<sup>475</sup> e do neoliberalismo. O Centrão, por si mesmo, ainda que algumas personalidades sejam retiradas e outras eleitas ou reeleitas, é uma forma de fazer política, ou seja, de negociar e implementar políticas públicas. Seguramente, foi o bloco parlamentar que sustentou política e legislativamente Messias Bolsonaro na Presidência da República.

O Judiciário é um dos poderes da República, com muita relevância no Estado democrático de direito tendo em vista que compete ao Supremo Tribunal Federal a palavra final, como Guardiã da Constituição. As forças de segurança, com destaque para as Forças Armadas, não são um poder da República, mas compõem o Estado, sobretudo, sendo um de seus aparelhos ideológicos e seu aparelho repressivo por excelência. Nossa concepção é que o bolsonarismo já se apresentava dentro do Estado brasileiro antes mesmo do Governo Bolsonaro e alcançou postos de decisão durante o governo<sup>476</sup>. Por isso, ao destacarmos o bolsonarismo como consórcio pelo poder estamos enfatizando posições políticas formais e informais em adesão às pautas bolsonaristas e à condução do Estado. Teríamos, no desenvolvimento de nossa reflexão, o Partido do Judiciário, o Partido Militar, a Bancada do Agronegócio, a Bancada (da Indústria) Armamentista e a Frente Parlamentar Evangélica<sup>477</sup>. Alguns destes com projetos de poder bem definidos, como entre os militares e entre os evangélicos fundamentalistas.

No interior do bolsonarismo e do Governo Bolsonaro havia homens e mulheres reais. Se uma mão de Messias Bolsonaro era segurada por Villas Bôas, a outra era por Sérgio Moro. Se ao seu lado direito estava Paulo Guedes, ao lado esquerdo estava o Silas Malafaia<sup>478</sup>. As personalidades que se associaram ao ex-presidente e faziam parte do seu entorno desempenhavam certas atribuições de manter sua legitimidade, de transmitir sua palavra aos grupos e segmentos aos quais representavam e responder às críticas de opositores políticos e ex-apoiadores. Nesta perspectiva, um papel especial era desempenhado pela própria família do ex-

---

<sup>475</sup> Estamos pensando em Deltan Dallagnol (PODE-PR), eleito Deputado Federal em 2022, e Sérgio Moro (UNIÃO-PR), eleito Senador da República, também em 2022.

<sup>476</sup> É possível afirmarmos, também, que parte do bolsonarismo permanece no interior do Estado após as eleições gerais do ano passado, ou seja, durante o Governo Lula III.

<sup>477</sup> A Bancadas do Agronegócio, a Bancada (da Indústria) Armamentista e a Frente Parlamentar Evangélica são popularmente chamadas de BBB: Boi, Bala e Bíblia.

<sup>478</sup> Consideramos apenas os mais representativos, no entanto, houve outros gerais, outros empresários, outros juristas, outros pastores e pastoras e etc. No caso da representantes religiosos, seria mais fácil apontar, entre os nomes de religiosos midiáticos e de projeção nacional, quais não aderiram aos bolsonarismo.

presidente: “Na divisão do trabalho da família Bolsonaro, Eduardo era o responsável por cultivar relações com o fascismo internacional. Flávio administrava aquele negócio com Queiroz, [Carlos Bolsonaro] Carluxo cuidava do Twitter e Jair organizava o golpe” (Barros, 2024). Cada personalidade masculina tinha uma atribuição para a Família Bolsonaro. À síntese do Celso Rocha de Barros, incluímos a Michele Bolsonaro, cuja presença se fez sentir no período eleitoral a convencer os eleitores evangélicos e o eleitorado feminino que o ex-presidente era um “bom homem enviado de Deus”.

Temos acentuado que o bolsonarismo é um movimento fortemente enraizado na sociedade brasileira. Com isto, queremos dizer que ele está socialmente legitimado e representado. Sua identidade condiz com a posição de amplos segmentos nacionais, como procuramos demonstrar. Portanto, Messias Bolsonaro foi a representação política de centenas de milhares de pessoas e essa representatividade se fez sentir no Governo Bolsonaro (Quadro 3). Desde a primeira composição ministerial, o governo contou com a presença de todos os segmentos do bolsonarismo: um significativo número de militares e de políticos do Centrão; representantes dos evangélicos e do agronegócio; e olavistas<sup>479</sup>. Duas pessoas assumiram ministérios com *status* de “superministros”: Paulo Roberto Nunes Guedes e Sérgio Fernando Moro.

Quadro 3 – Ministérios e Secretarias do Governo Bolsonaro

<b>Gabinete Ministerial, Órgãos do Governo e Secretarias Especiais</b>	<b>Nomes</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Tereza Cristina (PP) Marcos Montes (PSD)
Casa Civil	Onyx Lorenzoni (DEM) Walter Braga Netto (General) Luiz Eduardo Ramos (General) Ciro Nogueira (PP)
Cidadania	Osmar Terra (MDB) Onyx Lorenzoni (DEM) João Roma (PL) Ronaldo Vieira Bento
Ciência, Tecnologia e Inovações	Marcos Pontes (PL) Paulo César Alvim
Comunicações	Fábio Faria (PP)

<sup>479</sup> Diversos autores têm destacado a importância de Olavo de Carvalho para a extrema-direita brasileira: Motta, 2019; Teitelbaum, 2021.

Defesa	Fernando Azevedo e Silva (General) Walter Braga Netto (General) Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (General)
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto Rogério Marinho (PL) Daniel Duarte Ferreira
Educação	Ricardo Vélez Rodríguez Abraham Weintraub Carlos Decotelli Milton Ribeiro (Pastor) Victor Godoy Veiga
Economia	Paulo Guedes
Fundação Palmares	Vanderlei Lourenço Sérgio Camargo (PL)
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno (General)
Infraestrutura	Tarcísio de Freitas (Republicanos) Marcelo Sampaio
Justiça e Segurança Pública	Sergio Moro André Mendonça (Pastor) Anderson Torres (União)
Meio Ambiente	Ricardo Salles (Novo) Joaquim Alvaro Pereira Leite
Minas e Energia	Bento Albuquerque (Almirante) Adolfo Sachsida
Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Dameres Alves (Republicanos) Cristiane Britto (Republicanos)
Polícia Federal	Maurício Valeixo Alexandre Ramagem Rolando Alexandre
Relações Exteriores	Ernesto Araújo Carlos França
Saúde	Luiz Henrique Mandetta (DEM) Nelson Teich Eduardo Pazuello (General)

	Marcelo Queiroga
SECOM	Fábio Wajngarten
Secretaria Especial da Cultura	Regina Duarte Mário Frias (PL) Hélio Ferraz
Secretaria de Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz (General) Luiz Eduardo Ramos (General) Flávia Arruda (PL) Célio Faria Júnior
Secretaria-Geral da Presidência da República	Gustavo Bebianno (PSL) Floriano Peixoto Vieira Neto (General) Jorge Oliveira (PM) Onyx Lorenzoni (DEM) Luiz Eduardo Ramos (General)
Trabalho e Previdência Social	Onyx Lorenzoni (DEM) José Carlos Oliveira
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio (PSL) Gilson Machado Neto (PL) Carlos Alberto Gomes de Brito

Elaboração: Do Autor.

Guedes foi o responsável por conseguir adesão do capital nacional e internacional<sup>480</sup> e por garantir a manutenção do ajuste fiscal<sup>481</sup>. Foi ele, também, que consultou Moro, durante a campanha eleitoral (Fernandes, 2018), para assumir o Ministério da Justiça. O “superministro” da Justiça empunhava como principal bandeira o discurso anticorrupção e o Pacote das Dez Medidas (Câmara, 2019a). Se Guedes é a representação do mercado financeiro e das políticas neoliberais, Moro é a personificação do lava-jatismo, responsável pela prisão do ex-presidente Lula da Silva. Na circunstância de um governo recém-eleito e que se apresenta para exercer o poder, as personalidades que o compõem lhe conferem credibilidade e legitimidade.

<sup>480</sup> Ao falar sobre uma reunião que teve com Eduardo Bolsonaro, em New York, Steve Bannon afirmou que “[...] O que eles [Bolsonaro, seus filhos e sua campanha] estão fazendo é bastante inteligente. O (possível futuro) ministro da Fazenda, Paulo Guedes, da Universidade de Chicago, fez contato com muitos caras da comunidade financeira, da comunidade de negócios, e eu acho que eles estabeleceram bases comuns que levaram ao plano econômico” (Senra, 2018). Importante destacar essa articulação com setores internacionais do mercado financeiro. E, pouco depois, fez o apelo: “Ele [Bolsonaro] parece ser o tipo de cara que poderia ser um líder nesta crise e acho que ele merece o apoio da comunidade internacional” (Idem). Por “comunidade internacional”

<sup>481</sup> “[...] Bolsonaro o nomeou como conselheiro econômico durante as eleições para obter a confiança dos mercados financeiros e daqueles setores do establishment preocupados com a continuidade das reformas de Temer sob um governo de Bolsonaro [...]” (Goldstein, 2019, p. 26).

Por causa do Guedes, o apoio dos setores empresariais, de produtores e de rentistas; por causa do Moro, setores lava-jatistas.

Parece-nos que ainda não esclarecemos suficientemente o grau de representatividade social que o Governo Bolsonaro tinha. A composição ministerial do Governo Bolsonaro foi extremamente representativa. Todos os segmentos do bolsonarismo estavam presentes no governo. Por presença devemos compreender a participação efetiva, ainda que complexa e tensa. Afora os militares e os políticos do Centrão, ressaltamos: (i) uma pastora para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; (ii) um pastor para o Ministério da Educação; (iii) outro pastor para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e, depois, para o Supremo Tribunal Federal<sup>482</sup>; (iv) uma atriz e depois um ator para a Secretaria Especial da Cultura; (v) um homem negro na presidência da Fundação Cultural Palmares<sup>483</sup>; (vi) e médicos no Ministério da Saúde. Em um primeiro momento, até para alguém desavisado que se contentasse apenas com a “representatividade”, com fotos ou placas de apresentação nos ministérios, poderia esboçar algum elogio.

A representatividade – à semelhança das políticas identitárias – quando desvinculada da consciência de classe pode se constituir um embuste para as classes trabalhadoras. Em se tratando do bolsonarismo, de seu governo e da representatividade social, as personalidades mencionadas encarnam os valores bolsonaristas. Uma mulher contrária aos direitos femininos e aos direitos humanos – como se convencionou nacional e internacionalmente –, educadores contrários a educação pública e as universidades públicas, um jurista que sobrepõe a Bíblia à Constituição, atores contrários à cultura, um negro contrário às políticas de cotas, médicos negacionistas da ciência e alguém no Meio Ambiente que fala em “[...] ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [...]” (G1, 2020). Todas as pessoas indicadas – durante todo o período do governo – representam os valores do bolsonarismo. Não estamos moralizando a questão, ao contrário, compreendemos que cada uma, a seu tempo e do seu modo, desempenhou o papel que lhe era exigido e que sob o manto da moral se escondeu o interesse de classe. À frente de cada ministério e secretaria especial estava uma pessoa que se

---

<sup>482</sup> Com a indicação de André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal, o Presidente Messias Bolsonaro cumpria a promessa de campanha de “um juiz terrivelmente evangélico no STF”.

<sup>483</sup> “[...] Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista [...]” (Almeida, 2019, p. 51).

opunha às políticas históricas do referido ministério ou da referida secretaria, realizando um tipo de oposição por dentro.

A identificação com os valores do bolsonarismo é intensa e extensa. Com a fidelidade provada em cada ministério ou secretaria especial e, também, pela visibilidade e projeção alcançada à frente de uma ou algumas das pastas, vários ex-ministros foram eleitos em 2022. Para a Câmara dos Deputados quatro ex-ministros se saíram vitoriosos nas urnas: Eduardo Pazuello (PL-RJ); Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG); Osmar Terra (MDB-RS); e Ricardo Salles (PL-SP). Para o Senado cinco ex-ministros foram eleitos: Damares Alves (Republicanos-DF); Marcos Pontes (PL-SP); Rogério Marinho (PL-RN); Sergio Moro (União-PR); e Tereza Cristina (PP-MS). O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos – RS) também foi eleito senador. Tarcísio de Freitas (Republicanos – SP) foi eleito governador de São Paulo.

O bolsonarismo é, naturalmente, um espectro político representante de segmentos da sociedade brasileira. O expressivo apoio social é incontestável. Podemos afirmar que Jair Messias Bolsonaro representa parte de um país. Este consenso parece se desfazer quando perguntamos: Que país é este representado por Messias Bolsonaro? Alguns analistas passaram a falar que Bolsonaro foi eleito pelo Brasil Profundo. Este conceito não é tão simples de compreender como parece à primeira vista. Por exemplo, em entrevista a Marcelo Tas, Itamar Vieira Junior respondeu: “Esse Brasil Profundo é uma coisa que chega e que a gente não sabe explicar muito bem. Mas, eu gosto dessa expressão. Talvez, pela carga enigmática que tem nela também [...]” (Da Redação, 2022). O escritor continua sua resposta: “[...] Não é aquilo que está apenas na TV. Não é aquilo que é apenas exaltado. Mas são as vidas e as pessoas que ainda estão invisibilizadas e que têm uma potência criativa e de vida que podem explicar este país [...]” (Idem). Fabio Peixoto Bastos Baldaia, Tiago Medeiros Araújo e Sinval Silva de Araújo, que pesquisam o bolsonarismo e o Brasil Profundo apresentam o seguinte conceito provisório:

Uma noção que engloba práticas e representações de longa duração, e se aplica a indivíduos socializados no interior do estado-nação brasileiro que reinterpretam, traduzem e criam agenciamentos e articulações sociais, culturais, políticas e econômicas. Tais ações são possíveis porque essa massa de brasileiros agem [sic] margeando, atravessando, subvertendo ou sobrepondo-se às instituições hegemônicas em geral operacionalizadas por segmentos sociais detentores de maior acúmulo de capital econômico e/ou simbólico (BOURDIEU, 2001). O Brasil Profundo, portanto, traduz uma matriz de práticas que emergem com mais frequência nos segmentos subalternizados da classe trabalhadora brasileira, mas que comporta

nuances para além da categorização de classe, espalhando-se como mentalidades que acionam comportamentos mesmo em setores sociais médios e, ocasionalmente, de elite, podendo se articular em camadas vinculadas a gênero, raça, regionalidade e outras. (Baldaia, Araújo; Araújo, 2021, p. 7-8).

Certamente, e estamos em acordo, o Brasil Profundo é mais que um lugar geográfico. Ele é camponês, interiorano, marginal, periférico, se considerarmos a perspectiva da cidade, do urbano, do centro, da capital. Cada ambiente desenvolve sua cultura, suas tradições e sua perspectiva de mundo, em diálogo contante entre a forma singular de produção e a totalidade social; a relação entre os meios de sobrevivência e a ideologia. As reinterpretações, traduções e criações realizadas por pessoas do Brasil Profundo ocorrem dentro de uma mesma relação social dominante. Por isso, estamos em desacordo de que esta perspectiva traduza “uma matriz de práticas que emergem com mais frequência nos segmentos subalternizados da classe trabalhadora brasileira”. Todas as pesquisas de opinião realizadas em contexto eleitoral ou que se refiram às eleições dão conta de que Jair Bolsonaro goza de maior apoio entre homens ricos brancos escolarizados<sup>484</sup>, evidenciando, assim, as divisões em classe, gênero e raça. Parece-nos mais adequado compreender o Brasil Profundo como uma expressão dos vários Brasis e, nas palavras de Vieira Júnior, um Brasil de invisibilizados que – dizemos nós – só aparece na TV em condições dramáticas de enchentes, de fome, de seca e de violência. Ideologicamente, as classes altas estão muito mais próximas ao núcleo ideológico do bolsonarismo do que as classes subalternizadas, conseguindo ocultar os interesses econômicos sob o manto da moralidade ou da pauta dos costumes. Vieira Júnior lembra que as pessoas que estão invisibilizadas têm uma potência criativa e de vida que podem explicar este país.

Os valores dentro do bolsonarismo estão profundamente imbricados. De fato, não estamos tratando de apenas um valor que perpassa todos os segmentos do bolsonarismo, como se houvesse um elemento transversal cruzando-o de norte a sul, de leste a oeste. São valores de diversas expressões do bolsonarismo e que dialogam entre si, em uma relação dialética entre as condições objetivas e subjetivas de existência, entre a produção material e a formação ideológica. O discurso neoliberal é

---

<sup>484</sup> Os extratos sociais de maior apoio a Messias Bolsonaro em 2018 eram de homens, brancos, de classe média e com ensino superior (Carta, 2018). De acordo com Pesquisa Datafolha de maio de 2022, o “[...] perfil [dos eleitores de Messias Bolsonaro era], em geral mais masculino, mais rico, mais branco, mais velho e mais escolarizado, com destaque entre empresários” (Barbon, 2022). Durante os quatro anos de governo, Bolsonaro consolidou seu eleitorado.

o discurso da classe dominante e, conseqüentemente, o discurso ideológico dominante. Em vista disto, este discurso passou a ser defendido por políticos eleitos que se apresentam sob bandeiras populares de educação, de emprego, de saúde e de segurança. Cada uma destas palavras pode soar aos ouvidos de uma forma tão exata quanto comportam seus sentidos em um dicionário. Enquanto pauta política, no contexto de disputa político-eleitoral e de projetos políticos em disputa, quanto mais genericamente uma palavra for apropriada, melhor.

Uma coisa é a educação gratuita, laica, obrigatória, pública e universal; outra, é a educação que exclui educandos e educandas do conhecimento humanamente produzido e sistematizado, a educação que amplia o abismo da desigualdade social e do conhecimento científico, a educação que cerceia o trabalho docente e o currículo discente. A despeito e em consequência disto, os mesmos políticos eleitos podem argumentar e exigir cortes no orçamento público, naquilo que se convencionou chamar de “Estado mínimo”. Este discurso pode ser justificado por especialistas do mercado financeiro e reverberado por jornalistas e por outros atores sociais, que fazem política sem mandato político. Já na condição de Presidente da República, Messias Bolsonaro concedeu uma entrevista ao empresário-pastor Silas Malafaia. Destacamos o seguinte trecho:

- Bolsonaro: [...] Eu tive a felicidade de conhecer o Paulo Guedes que eu apelidei de posto Ipiranga. E falei para ele: a minha confiança em você vai ser 100%. Ele nunca pertenceu e integrou governo nenhum no passado. E é uma pessoa que tinha um nome dentro e fora do Brasil. E mais ainda, eu falei para ele, não é para ser ministro da economia. Você vai ser do Planejamento também, vai ser da Indústria e Comércio e do Trabalho, que geralmente em governos anteriores cada ministro puxava por um lado esses ministérios. Então, ele é um cara que tem um superministério pela frente. E vem bem-intencionado. Pessoa bem de vida [...] E as medidas tomadas? Você tem que facilitar a vida do patrão, o pessoal critica né?! Porque se o patrão não criar emprego não vou ser eu que vou criar [...]

- Malafaia: E, também, Presidente, não adianta... É o que eu vejo... O que que adianta dar tanto privilégio ao trabalhador para não ter emprego?

- Bolsonaro: É! Eu tenho falado e o pessoal me critica muito [...] Então, o que eu digo do trabalhador: é o país que tem mais... Eu acho que é o país que tem mais direitos. Não adianta você ter direitos se não tem emprego. Agora você não pode mexer direito trabalhista... Tudo está engessado no Art. 7º da Constituição. E muitos dizem para mim: Olha, é melhor menos direitos e emprego do que muitos direitos e desemprego [...] (Malafaia, 2020, transcrição nossa).

O diálogo é realizado entre um pastor e o Presidente da República. A forma em que a conversa acontece é uma propaganda perfeita para transmissão de valores ideológicos. Por forma aqui compreendemos as duas personalidades em diálogo, o

ambiente descontraído, a qualidade da iluminação e a preparação do espaço, ambos de terno, a pauta ideológica em questão, as perguntas sugestivas para que aflorem valores apropriados pelo bolsonarismo. As duas naturezas de um deles, que é empresário e que é pastor (ministro religioso), e a posição do outro, o Presidente da República, duas autoridades, explicitam a relação entre os evangélicos e o mundo de trabalho; expressam a defesa ideológica das reformas neoliberais; e, propositalmente, apresentam a oposição entre *empregos* e *direitos*. De acordo com Silas Malafaia e com Messias Bolsonaro, existe uma relação direta entre mais empregos e menos direitos ou, mais propriamente, sendo eles no Brasil, menos empregos e mais direitos. Um deles vive do dízimo e da oferta das pessoas trabalhadoras, o outro deveria ter como papel institucional políticas econômicas de geração de emprego.

Curiosidade a parte, para Malafaia e para Bolsonaro o trabalhador é obrigado a escolher em quais das situações se colocará: com direitos e sem emprego ou com emprego e sem direitos. Com o avanço da agenda de contrarreformas dos direitos trabalhistas e da flexibilização das condições de trabalho implementadas nos últimos anos “[...] não há espaço para o aprofundamento de direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar [...]” (Coutinho, 2012, p. 123) as poucas e significativas conquistas das classes trabalhadoras. Como bem observou o autor, a luta de classes no início do presente século não é travada com objetivo de conquistas de direitos – quiçá tendo como horizonte a emancipação humana – e, sim, pela defesa e pela manutenção de direitos anterior e historicamente conquistados. A história recente demonstra que a Constituição não está engessada<sup>485</sup> e que a oposição entre direitos e trabalho não se materializa: as contrarreformas que alteraram as relações de trabalho não produziram mais emprego.

Quando Michel Temer levou adiante as reformas neoliberais, utilizou os argumentos da austeridade fiscal, ou seja, da necessidade de reduzir os gastos públicos, de enxugar o Estado, de “cortar na própria carne” etc. Sempre amparado na agenda neoliberal. A estas justificativas, o Governo Bolsonaro acrescentou uma de cunho religioso: é necessário o sacrifício de cada trabalhador e de cada trabalhadora, para garantir seu emprego e não permitir o retorno da esquerda ao poder. Essa lógica religiosa é aplicada a parte da sociedade. E a sociedade – com lastro religioso –

---

<sup>485</sup> Conferir a seção “2.4 Estado, Democracia e a Constituição Federal de 1988”.

compreende o que se diz, ainda que não encontre forças para se opor ou para questionar. É curioso que se peça, justamente, o sacrifício daqueles que diariamente se sacrificam para sobreviver<sup>486</sup>; daqueles que são obrigados a decidir entre menos direitos e mais empregos ou mais direitos e menos empregos; que passam horas para chegar ao ambiente de trabalho; que pagam o preço pela inflação e pela taxa de juros; que são expropriados e explorados; que compreendem melhor do que ninguém o que é a fila dos *desalentados*. Chega a ser cômico utilizar como argumento de qualquer ação a volta do PT ao poder. Profeticamente, logo após eleito, o ex-presidente da República afirmou: “Não posso errar, senão o PT volta” (Rothenburg, 2018).

O caráter distintivo do bolsonarismo é que se trata de uma ideologia burguesa. Suas raízes, estão assentadas na história brasileira, qual seja, a grande propriedade, o trabalho escravo, a superioridade do homem (pai/proprietário), a interferência da religião no espaço público, a financeirização da economia e a força ou autoritarismo militar. Por isso mesmo, o bolsonarismo responde, adequadamente, aos anseios de um extrato da sociedade brasileira contemporânea frente as crises derivadas da crise do capitalismo e da desmobilização política das classes trabalhadoras. Em verdade, o bolsonarismo é uma ideologia capitalista. Esta questão, óbvia, parece passar despercebida à maioria dos analistas que teorizam o fenômeno brasileiro. O bolsonarismo é um movimento social em direção à determinada sociabilidade: seja para preservá-la ou restabelecê-la, idilicamente<sup>487</sup>. Não há neutralidade. Apresenta-se como portador de uma agenda de costumes e de uma agenda econômica (Figura 2), como siamesas. É capitalista não apenas porque emerge da crise estrutural do capitalismo, mas “[...] o capitalismo é extremamente dinâmico e inevitavelmente expansionista. É impulsionado pelo motor da acumulação e abastecido pela exploração da força de trabalho [...]” (Harvey, 2013, p. 225). Assim, com o intuito de espriar seus domínios, os bolsonaristas reivindicam a acumulação

---

<sup>486</sup> Nas palavras do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro: ““E nós temos que tirar o Estado de cima desses caras. E eu falei pra imprensa, eu queria que todo mundo fosse patrão no Brasil. Agora, quando o empregado ver que ser patrão também não é fácil, não é que ele dá razão ao patrão, mas é que ele começa a entender a situação. Se nós não facilitarmos a vida de quem produz não vai ter emprego. E nós queremos realmente que o Brasil dê certo, não teremos outra oportunidade de mudar o Brasil com essa equipe maravilhosa de pessoas que nós temos do nosso lado” (Freire, 2019). Toda riqueza é produzida por trabalhadores e trabalhadoras.

<sup>487</sup> Pelo menos dois momentos da história brasileira são lembrados: o Império e a Ditadura. Respeitadas as particularidades, e compreendidos idilicamente, são reputados como grandes momentos da sociedade brasileira, com destaque para personalidades que representavam autoridade, como o imperador D. Pedro II e os militares.

de lucros pela propriedade privada e defendem as contrarreformas sociais que exploram as classes trabalhadoras. Portanto, o bolsonarismo é, indiscutivelmente, a defesa da propriedade privada dos meios de produção, da economia de livre mercado, da proeminência de determinadas pessoas sobre outras, da forma mercadoria e do trabalho assalariado precarizado, de uma forma de ordenamento social.

Figura 2 – Folheto Campanha Eleitoral.



Fonte: Arquivo pessoal.

Aparece, nesse contexto, implícita ou explicitamente, o quarteto do bolsonarismo: “Deus, pátria, família e liberdade”. Já o conhecemos como *slogan* de campanha e como lema durante a Pandemia, agora, precisamos compreendê-lo como parte de uma identidade sociopolítica. O comunismo é o perigo à família, à fé, à nação e à liberdade. Para Lukács “[...] a luta contra a ideologia comunista é colocada, hoje mais que nunca, no centro de todas as controvérsias [...]” (Lukács, 2020, p. 689). Esta constatação vale tanto para o tempo do autor quanto para o nosso. Somos obrigados a nos perguntar: De que forma o comunismo coloca em risco a família, a fé, a pátria e a liberdade? Em que sentido o comunismo é uma ameaça ao quarteto da ideologia bolsonarista? Não é de hoje que os comunistas são acusados de combater a família tradicional, a fé judaico-cristã, a nação, a propriedade privada e a liberdade. Para termos uma noção, no *Manifesto Comunista*, Engels e Marx expuseram algumas acusações que os comunistas sofreram e, surpreendentemente, já se apresentavam

as mesmas questões relativas à propriedade privada, à liberdade, à família, à nacionalidade<sup>488</sup>. Segundo Engels e Marx, “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa” (Marx; Engels, 2010b, p. 52). Ao referir-se à propriedade, os comunistas têm em vistas a propriedade privada dos meios de produção, que é o que permite a exploração antagônica de classes<sup>489</sup>.

Nós, comunistas, temos sido censurados por querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo – propriedade que dizem ser a base de toda liberdade, de toda atividade, de toda independência individual.

Propriedade pessoal fruto do trabalho, fruto do trabalho e do mérito! Falais da propriedade anterior à propriedade do pequeno-burguês, do pequeno-camponês, forma de propriedade anterior à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la, porque o progresso da indústria já a aboliu e continua abolindo-a diariamente. Ou porventura falais da moderna propriedade privada, da propriedade burguesa? (Marx; Engels, 2010b, p. 52).

Na retórica anticomunista, existe uma relação intrínseca entre liberdade e propriedade privada, como se uma não pudesse existir sem a outra, como se a existência da propriedade privada *per se* trouxesse a liberdade ou como se a liberdade tivesse como pressuposto a propriedade privada. Além disso, as liberdades individuais passam a dar o tom dos discursos, em detrimento do caráter coletivo da sociabilidade humana. A este respeito, Mészáros assevera:

Como resultado da evolução capitalista, a noção de um “instituto social colocado em todos os homens pela natureza” desaparece completamente. As liberdades individuais parecem pertencer ao reino da “natureza” e os laços sociais, ao contrário, parecem ser artificiais e impostos, por assim dizer, “de fora” ao indivíduo auto-suficiente (Mészáros, 2006, p. 233).

De fato, nas atuais condições de sociabilidade circunscritas ao capitalismo a liberdade real só existe vinculada à propriedade privada dos meios de produção<sup>490</sup>. Laços sociais e a preocupação com a coletividade são questões tratadas como artificiais e “coisa de comunista”. A liberdade real só existe para aqueles poucos que vivem do excedente da produção através do trabalho assalariado. Outra alegação

---

<sup>488</sup> Para os nossos objetivos trataremos apenas de três delas nesta seção. Para análise de todas as alegações relacionadas por Engels e Marx expostas no “Manifesto”, remetemos à própria obra.

<sup>489</sup> “[...] a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros” (Marx; Engels, 2010b, p. 52).

<sup>490</sup> “[...] Porque se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa. Por liberdade, nas atuais relações burguesas de produção, compreende-se a liberdade de comércio, a liberdade de comprar e vender. (Marx; Engels, 2010b, p. 53).

estava relacionada à família: os comunistas lutam pela “Supressão da família! Até os mais radicais se indignam com esse propósito infame dos comunistas” (Marx; Engels, 2010b, p. 55). Vejamos como Engels e Marx responderam:

Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, encontrado seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública.

A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital. (Marx; Engels, 2010b, p. 55).

Nas palavras de Engels e Marx: “A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias” (Marx; Engels, 2010b, p. 42). Seguindo as pegadas de Engels e Marx, István Mészáros lembra que o capital “[...] tanto cria como destrói a família [...]”. A produção capitalista depende da constante disponibilidade de mão de obra: uma mão de obra formada dentro dos objetivos da produção capitalista, um processo dialético de formação objetiva e subjetiva. Esta produção descarta, sempre que lhe convém, homens, mulheres e crianças, não sem antes tomar-lhes o tempo de vida, roubar-lhes a verdadeira liberdade e torná-los mercadoria. Por isso, a conclusão do autor: “[...] Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital [...]” (Mészáros, 2011b, p. 802). As relações familiares fogem ao processo histórico de desenvolvimento humano e da construção de relacionamentos socioafetivos para serem mediadas pela forma mercadoria.

A extrema direita omite – como estratégia política – a questão chave que é justamente a submissão da família à economia, a ética familiar à ética econômica, o amor ao consumo. É a forma mercadoria que atravessa as relações familiares. Entretanto, o bolsonarismo, em se tratando do conceito de família, identifica como inimigo as feministas e os homossexuais. Continuamente propagam que a “ideologia de gênero” é uma ameaça real à família – patriarcal e heterossexual. Este discurso consegue mobilizar o ódio e o medo. Porém, a maior ameaça à família contemporânea é a “masculinidade tóxica”, a violência histórica de homens contra mulheres e crianças, a perpetuação das estruturas de poder, e não mulheres que lutam pelos

direitos iguais<sup>491</sup>. Engels observou que “[...] a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino [...]” (Engels, 2019, p. 68). Em relação aos homossexuais, Elisabeth Roudinesco lembra que no processo de normalização histórica os homossexuais querem constituir família: “[...] Se os homossexuais podem se casar, é para ter filhos [...]” (Milan, 2016, p. 398)<sup>492</sup>. Uma expressão da fé ou da espiritualidade de pessoas homossexuais pode ser constatada pelo surgimento de igrejas inclusivas. Por fim, mais uma alegação: “Os comunistas também são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade” (Marx; Engels, 2010b, p. 56). A esta objeção, Engels e Marx responderam:

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e elevar-se a classe dirigente da nação, tornar-se ele próprio nação, ele é, nessa medida, nacional, mas de modo nenhum no sentido burguês da palavra” (Marx; Engels, 2010b, p. 56).

As frases iniciais de Engels e Marx acabam com quaisquer mistificações acerca da Pátria. É parte do discurso burguês apelar, através de cânticos, de símbolos, de datas comemorativas e até mesmo do esporte ao fortalecimento das condições ideológicas de dominação social ou nacional. Nessa questão, o Brasil tem sido um fértil laboratório, especialmente, quando um grupo político assumiu como parte de sua identidade político-social as cores verde-amarela, a camisa da seleção brasileira de futebol e o discurso supostamente patriótico. Há quase uma deificação do nacionalismo na expressão comum “pátria mãe”<sup>493</sup>, associando-a ao feminino e à maternidade. A questão não está na associação e, sim, na orfandade e no abandono de centenas de milhares de filhos e filhas da pátria. A divisão internacional do trabalho, os processos históricos de colonização e as orientações do imperialismo, acabam por

---

<sup>491</sup> Como indicamos em relação ao direito à educação e aos direitos trabalhistas, os direitos das mulheres são conquistas históricas, resultado de luta e sangue derramado. Somente em meados do século XIX, 1827, as mulheres “foram liberadas” para frequentar escolas e, cerca de cinquenta anos depois, tiveram direito à faculdade; o voto feminino só foi aceito a partir de 1932; e o reconhecimento da igualdade frente aos homens só veio com a Constituição Federal de 1988.

<sup>492</sup> Na entrevista a Betty Milan (2016), Roudinesco considera a questão da homossexualidade em perspectiva histórica, o direito à união e à criação de filho. Ela propõe algumas iniciativas de como estes processos podem ocorrer e compartilha informações sobre crianças criadas por casais homossexuais.

<sup>493</sup> Há diversas expressões dessa ideia e mencionaremos apenas duas. Em uma das estrofes do Hino Nacional do Brasil cantamos: “Terra adorada entre outras mil es tu, Brasil. Ó Pátria amada! Dos filhos deste solo, és mãe gentil, pátria amada, Brasil!”. A outra referência é a Mãe Pátria, estátua em comemoração à vitória na Batalha de Stalingrado.

dividir os trabalhadores, opondo-os uns aos outros<sup>494</sup>. O grande ente cuja existência extrapola e determina as fronteiras nacionais é o capitalismo e sua principal representação da forma mercadoria, o dinheiro, globalizado e transnacional.

Resta-nos uma questão: Foi o Governo Bolsonaro um governo evangélico? Na perspectiva dos *Evangelhos* é impossível falar em “governo evangélico”. Portanto, nossa interpelação deve considerar os evangélicos – a partir do conceito adotado por nós – enquanto segmento sociopolítico bolsonarista. Em momentos anteriores os evangélicos esboçaram candidaturas e opções de um presidente evangélico. Entre as possibilidades recentes estiveram Anthony Garotinho (2002), Marina Silva (2010, 2014 e 2018), Pastor Everaldo (2014) e o Cabo Daciolo (2018). Entretanto, somente em uma situação os grupos evangélicos hegemônicos se uniram em torno de um nome: em 2018, naquele que se fez evangélico para ganhar os evangélicos, Messias Bolsonaro. De fato, neste pleito eleitoral o voto evangélico foi determinante. José Eustáquio Diniz Alves demonstra que o voto dos evangélicos elegeu Bolsonaro em 2018. Segundo o autor:

[...] Sem dúvida, a diferença positiva que Bolsonaro obteve entre o eleitorado evangélico foi suficiente para compensar as derrotas entre as religiões Afro-brasileiras, os sem religião e os ateus e agnósticos. Os 11,6 milhões de votos que Bolsonaro obteve a mais do que Haddad entre os evangélicos foi maior que a diferença total registrada entre os dois candidatos, no resultado final [...] Assim, não há dúvida de que o voto evangélico foi fundamental para a eleição de Jair Bolsonaro. Mesmo sendo menos de um terço do eleitorado, as lideranças evangélicas são muito atuantes na política e estão colhendo o resultado de anos de ativismo religioso na sociedade (Alves, 2018).

A constatação de Alves evidencia aquilo que consideraremos em termos da estratégia de poder de fundamentalistas. Era um sonho antigo de segmentos evangélicos – conservadores e fundamentalistas – chegar e manter-se no poder, naquilo que se pode chamar genericamente de um “governo evangélico”<sup>495</sup>. A Presidência da República era o caminho – segundo estes evangélicos – para estabelecer Políticas Públicas: a restrição e a retirada de direitos de gênero, sexuais

---

<sup>494</sup> [...] A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação. À medida que for suprimida a exploração do homem pelo homem, será suprimida a exploração de uma nação por outra. Quando os antagonismos de classes, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações. (Marx; Engels, 2010b, p. 56).

<sup>495</sup> De acordo com Edir Macedo e Carlos Oliveira: “[...] O processo de ascensão ao poder político não se dá por acaso nem por obra do destino [...] O êxito na política, sobretudo na atualidade, depende de um conjunto de ações estratégicas, bem elaboradas e objetivas, que vai desde o político como produto às ações dos que desejam elegê-lo [...]” (Macedo; Oliveira, 2008, p. 35).

e reprodutivos; para a implementação de políticas educacionais afinadas com os valores evangélicos; e, finalmente, chegar ao Judiciário<sup>496</sup>. Messias Bolsonaro foi a primeira experiência pós-democratização de um governo orientado por evangélicos. Governos anteriores contavam com presença e com participação de líderes evangélicos, entretanto, nada parecido com o Governo Bolsonaro. No período de quatro anos, o Governo Bolsonaro contou com evangélicos no primeiro escalão e indicou para o Supremo Tribunal Federal o pastor André Luiz de Almeida Mendonça, cumprindo a promessa de um “ministro terrivelmente evangélico no STF”.

É importante considerarmos cada ação política dos evangélicos fundamentalistas como parte do movimento em direção ao poder. Não significa que cada movimento individual de um segmento evangélico específico esteja combinado com outros movimentos de todo o segmento e, sim, que todos eles, cada um a seu modo, contribuem no projeto de poder evangélico. Em entrevista a *Deutsche Welle*, conduzida por Karina Gomes, a Ministra Damares Alves, quando questionada acerca de suas reiteradas falas a respeito de “a igreja ocupar a nação”, afirmou: “É o momento de a igreja ocupar a nação, sim. [...] É a igreja colaborar com a transformação da nação [...] As igrejas evangélicas podem vir conosco [...]” (Gomes, 2020). Em sua resposta, a Ministra lembrou que muitas igrejas já realizam trabalhos sociais, que podem ceder os espaços ociosos dos templos e que podem se envolver mais. Ela está correta nas três considerações. Entretanto, a questão chave não é a contribuição que as igrejas podem dar, mas a tomada do Estado. A maior parte das instituições sociais evangélicas cuida de disseminar a fé evangélica fundamentalista. Está no horizonte não apenas a colaboração das igrejas, todavia, a imposição de um projeto evangélico de poder, que passa, justamente, por ocupar os espaços na sociedade.

Um ano após a eleição de Messias Bolsonaro à Presidência da República, a Ministra Damares, ao destacar a necessidade de trabalhar pela reeleição e de

---

<sup>496</sup> “O Poder Judiciário vinha garantindo o avanço de alguns direitos alvos de disputa no Congresso Nacional, como o casamento igualitário e a garantia da interrupção da gravidez em casos de gestação de feto anencéfalo. Enquanto movimentos sociais e parlamentares de esquerda exaltavam o papel exercido pelo STF, integrantes da Frente Parlamentar Evangélica criticavam sua atuação (Vital da Cunha; Leite Lopes, 2012), alegando que o tribunal estava politizando a justiça. No entanto, em entrevista realizada para esta pesquisa, Pastor Everaldo revela que agora a estratégia deles é, claramente, assumir a Presidência da República. Em suas palavras: ‘A lei é clara. É indicação do presidente da República que passa depois em uma sabatina no Senado [para indicação de membros para o STF]. Nós temos que mudar é o cabeça, o presidente. Aí as associações indicam e é prerrogativa do presidente escolher entre os indicados e depois o crivo do Senado. O que precisa mudar é o cabeça. A cabeça está inchada [referindo-se à presidente Dilma Rousseff, que precisava sair]’.” (Cunha; Lopes; Lui, 2017, p. 71)

ocupar prefeituras e câmaras de vereadores, afirmou: “[...] agora somos nós, nos deixem trabalhar, por favor. Se a gente não der certo tirem a gente do poder. Mas vai dar tão certo que vamos ficar 4, 8, 12 anos [...]” (Zanini; Mello, 2019). Possivelmente, àquele momento, a extrema direita (e o fundamentalismo religioso) consideravam a reeleição do ex-presidente como certa e que poderiam, assim, emplacar um sucessor ou sucessora. Como sabemos, o plano não deu certo, por três principais razões: (i) a derrota eleitoral para Luiz Inácio Lula da Silva; (ii) divisões dentro da própria extrema direita impossibilitando, momentaneamente, o surgimento de nomes competitivos; (iii) bem como a dificuldade de o próprio ex-presidente apoiar outros candidatos. O ex-juiz, ex-ministro e ex-senador Sérgio Fernando Moro é um exemplo.

Essas considerações a respeito do consórcio pelo poder que se formou em torno do bolsonarismo e o destaque dado nos parágrafos precedentes aos evangélicos, nos impele e nos introduz ao tema do fundamentalismo religioso.

#### 4. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

*O fundamentalismo religioso [...] Seduz porque oferece um fundamento epistêmico sólido – o saber certo, a verdade incontestável sobre a qual se pode construir o esplêndido edifício racional da ciência e da técnica. Seduz, porque oferece fundamento existencial seguro – a identidade fixa, que fundamenta o sentido da vida, uma autoridade suprema pseudoautônoma que nos livra da liberdade de viver sem Deus e contra Deus. Seduz, porque propicia um fundamento religioso inabalável – um deus controlável, não-arbitrário, sempre-presente, um Da-sein, mero existente entre os existentes [...] seduz porque reveste a natureza histórica e paradoxal de nosso conhecimento com o manto da unidade metafísica, que teimosos cientistas em pleno século XXI pretendem incorporar e tornar sua vocação pessoal. Seduz, porque oculta sua práxis dominadora com o véu da forma definitiva da verdadeira sociedade, na qual não haverá mais ricos e pobres, apenas quem aproveita e quem desperdiça as oportunidades livre e igualmente acessíveis a todos. Seduz, porque outorga sacralidade ao sonho moderno da secularização e oferece uma racionalidade alternativa à do mercado, sem dela abrir mão na estruturação social [...] Seduz porque não se apresenta como tal, seu caráter grotesco é disfarçado pela luminosidade da nova moralidade. Enfim, seduz porque não podemos viver sem ela, um sagrado às avessas, mas que atrai tanto quanto nos causa repugnância e asco.*

*Zabatiero, 2008, p. 19-20.*

Entendemos que temos diante de nós o desafio de apreensão de um objeto: o fundamentalismo. Porém, não qualquer fundamentalismo ou todos os fundamentalismos e, sim, o fundamentalismo religioso; entretanto, não de quaisquer religiões ou de todas elas e, sim, o fundamentalismo religioso evangélico; novamente, não quaisquer fundamentalismos religiosos evangélicos e, sim, o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro. Em razão disto, no presente capítulo, após um breve

panorama histórico do movimento fundamentalista religioso evangélico, indicaremos um conceito possível de fundamentalismo religioso; em seguida, faremos uma aproximação entre capitalismo e religião, como nos parece no tempo presente; depois, analisaremos a presença social evangélica brasileira, a partir dos conceitos de conversão e identidade; finalmente, uma exposição introdutória a Friedrich Engels e a Karl Marx como sociólogos da religião.

Nas palavras de Marx: "[...] Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas [...]" (Marx, 2010c, p. 38). Tomaremos esta afirmação como uma questão teórico-metodológica norteadora para o presente capítulo. Ao considerarmos o fundamentalismo religioso em seu desenvolvimento histórico, sua força de mobilização social e política, sua produção intelectual, não queremos transformar as questões mundanas em questões teológicas. Ao considerarmos as principais expressões do fundamentalismo religioso, as teologias da prosperidade, da batalha espiritual e do domínio, queremos transformar as questões teológicas em questões mundanas. Consideramos que esta seja a forma adequada de tratar o objeto em perspectiva materialista histórica e dialética.

#### **4.1 Fundamentalismo religioso**

Fundamentalismo é uma palavra que passou a fazer parte do nosso vocabulário. John Coleman (1992) afirma que a palavra fundamentalismo adquiriu, nas línguas modernas, o sentido pejorativo, evocando "[...] epítetos pejorativos como: reacionário, autoritário, irracional, literalista, não-cosmopolita, antimoderno, e mesmo paranóide [...]" (Coleman, 1992, p. 55); ou, como contatou Daniel Rocha, simplesmente o sentido negativo e acusatório (Rocha, 2020). Nos meios midiáticos, o uso da palavra aparece associado ao fanatismo, ao radicalismo e ao terrorismo. Dois eventos contemporâneos contribuíram para esta percepção: a revolução islâmica no Irã, em 1979, e os atentados de 11 de setembro de 2001. Em ambos os casos, fundamentalismo se tornou referência à violência política perpetrada pela religião. Uma outra religião que não o cristianismo. Apesar da vinculação religiosa, fundamentalismo tem sido um conceito aplicado a outras dimensões da vida.

Brenda Carranza (2009) menciona o fundamentalismo científico, o fundamentalismo cultural e só então o fundamentalismo religioso. Não por acaso que a autora considera que “[...] a noção de fundamentalismo se mostra polissêmica, caleidoscópica. Ela significa muitas circunstâncias histórico-culturais que não suportam reducionismos simplistas [...]” (Carranza, 2009, p. 152). Isaac Caro e Evguenia Fediakova (2000) falam em fundamentalismos estatais, quando vinculados ou promovidos pelo Estado, fundamentalismos extraestatais ou semiestatais quando ocorrem à margem e em paralelo ao Estado, e em fundamentalismos comunitários, de comunidades fundamentalistas. Diversos autores (Caro; Fediakova, 2000; Armstrong, 2001; Panasiewicz, [s.d.]) falam em termos de “fundamentalismos”. Nos concentraremos naquilo que temos designado como fundamentalismo religioso evangélico brasileiro, como caminho necessário à perspectiva religiosa fundamentalista a respeito da Educação e de um projeto de poder.

#### *4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando...*

Partiremos de uma constatação do professor Antônio Gouvêa Mendonça: “[...] Ao contrário da tradição católica, o protestantismo que surgiu da Reforma do século XVI foi muito mais longe na variedade de tendências e instituições que gerou, e desde cedo revelou-se incapaz de conservar-se unido [...]” (Mendonça, 1990a, p. 11). De fato, a fragmentação do campo religioso protestante parece ser uma de suas mais importantes características. Torna-se necessário, a fim de compreendermos adequadamente o nosso objeto, entendermos, minimamente, as principais tradições protestantes e suas principais expressões no Brasil contemporâneo. O cristianismo possui três grandes ramos: o catolicismo romano, as igrejas orientais ou ortodoxas e o protestantismo. O protestantismo surgiu com as “guerras religiosas” no século XVI, como resultado “[...] de interesses materiais e de classe muito positivos e essas guerras foram lutas de classes [...]” (Engels, 2010b, p. 72). Com a proeminência de religiosos, de estados nacionais em formação, de príncipes e de diversos interesses políticos e econômicos, a Reforma foi muito mais do que uma disputa religiosa em torno das indulgências, da autoridade do Papa, bispo de Roma, da superioridade da tradição e da salvação pela fé. No interior do protestantismo, movimento que expressou lutas de classes, se encontram aquelas igrejas que Mendonça chama de “[...] a grande família da Reforma: luteranas, presbiterianas, metodistas,

congregacionais e batistas [...]” (Mendonça, 2005, p. 51). Apesar de oriundas, em geral, de um mesmo contexto, elas guardam substanciais diferenças confessionais, litúrgicas, missionárias e organizacionais<sup>497</sup>. De acordo com Mendonça:

[...] o protestante é um indivíduo que professa uma religião individual, de consciência, que se inspira na interpretação direta e pessoal da Bíblia, pauta suas ações na ética racional do trabalho e na moral burguesa vitoriana. Sua racionalidade procura manter a distância a interferência do extraordinário no cotidiano, assim como sua individualidade o situa nos limites mínimos do poder sacerdotal ou eclesiástico. É uma religião quase secularizada e se aproxima, mesmo quando institucionalizada, de uma religião civil [...] (Mendonça, 2005, p. 52).

Não estamos plenamente de acordo com a definição do autor. No entanto, é uma definição que nos permitirá avançar naquilo que nos propusemos. Através da conceituação apresentada por Mendonça, teremos condições de indicar de que maneira o fundamentalismo religioso se manteve fiel aos princípios e valores do protestantismo histórico e à maneira como este próprio protestantismo foi se modificando ao longo dos séculos até poder gestar, em seu interior, o fundamentalismo religioso. A razão pela qual devemos mencionar o protestantismo americano é que o protestantismo brasileiro é seu filho; na verdade, é mais que isto, porque um filho pode, apesar de guardar certas características genéticas e comportamentais do pai, desenvolver sua própria individualidade, uma certa autonomia pessoal. No caso religioso brasileiro: “O protestantismo brasileiro segue sendo uma projeção do protestantismo norte-americano [...]” (Mendonça, 1990, p. 13), esta é uma situação na qual “[...] as Igrejas brasileiras, ao menos as de origem missionária, alimentam-se do ideário da religião civil norte-americana [...]” (Idem), em uma dependência para além da financeira: uma permanente dependência ideológica.

Ao longo dos séculos o protestantismo europeu foi se modificando, entretanto, sua maior transformação estava por vir: sua chegada às Treze Colônias, sua expansão durante a Marcha para o Oeste e a difusão a partir dos Estados Unidos da América. Segundo Caio Prado Júnior: “[...] Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa [...]” (Prado Júnior, 2011, p. 23). Os peregrinos buscaram condições de se desenvolver,

---

<sup>497</sup> “Os cristãos começavam a dividir-se: alguns seguiam os *philosophes* e se empenhavam em racionalizar sua fé; outros abandonavam a razão. Esse quadro preocupante foi particularmente notável nas colônias americanas. Uma das repercussões dessa divisão seria o surgimento do fundamentalismo nos Estados Unidos em fins do século XIX [...]” (Armstrong, 2001, p. 98).

sobretudo, na afirmação de suas crenças religiosas, como consequência das religiões nacionais e dos enfrentamentos dos interesses político-econômicos distintos. O protestantismo que se estabelece em solo norte-americano já continha as características do pietismo alemão e do puritanismo calvinista, ou seja, o protestantismo norte-americano estava marcado por movimentos de renovação no interior do luteranismo e do calvinismo, respectivamente.

Richard Niebuhr (1992) anota que em se tratando da América do Norte é preciso considerar, para se compreender as igrejas e suas divisões, os fatores étnicos e nacionais. De acordo com ele, sob o conceito de igrejas nacionais que se instalam através de imigrantes, é preciso considerar etnia, cultura e política. É assim que, através e a partir das instituições socialmente organizadas, “[...] a religião constitui fator muito importante na preservação do caráter racial” (Niebuhr, 1992, p. 73). A forma de se conceber enquanto nação, enquanto povo, a cultura e a política, estão marcadas pela religião. Entretanto, não pela religião anglicana, luterana ou reformada, mas por um tipo de religião que já seria o desenvolvimento um tanto distante de suas formas originais. Devemos acrescentar que o contexto favorecia outros desenvolvimentos religiosos, como a Guerra de Independência, os avivamentos e a Marcha para o Oeste, oportunizando a consolidação de ideologias políticas através da linguagem e da ideologia religiosa, como o *destino manifesto*, “o povo eleito”, o “sonho americano” e o “estilo americano de viver”.

Em se tratando dos protestantes, queremos destacar uma afirmação do Gouvêa Mendonça: “O grande e maior princípio da Reforma é o da liberdade [...]” (Mendonça, 2005, p. 51). Ao acentuarmos esta categoria, da liberdade, a fazemos a partir da própria perspectiva protestante. Já pontuamos, ao longo do trabalho, como ela se apresentou no contexto brasileiro contemporâneo no discurso neoliberal, no discurso do bolsonarismo e no discurso da extrema direita. Segundo o autor:

[...] o protestante é o homem que se sente liberto por Cristo, segue exclusivamente a Bíblia “como única regra de fé e prática”, cultiva uma ética racional de desempenho para contribuir para a glória de Deus e vive moralmente segundo os “10 mandamentos” e os padrões da moral burguesa vitoriana [...] (Mendonça, 2005, p. 51).

Esta ideia de liberdade que emerge no alvorecer da modernidade, com o desabrochar de um novo sistema de produção social, no interior de interesses e disputas político-nacionais, se efetiva em “[...] uma desconfiança permanente de

monarquias absolutas em favor de repúblicas democráticas [...]” (Mendonça, 2005, p. 52). Uma das bandeiras do protestantismo, em suas origens, seria justamente a liberdade. A palavra liberdade estava acompanhada de liberdade de crença e de liberdade de culto. A linguagem religiosa que apreende a liberdade como compreendida, originalmente, por protestantes é: (i) o verdadeiro cristão está liberto em Jesus Cristo. Em Jesus Cristo, o fiel foi liberto da condenação do pecado original e dos demais pecados, sendo necessário, neste caso dos pecados cotidianos, a dependência do poder do Espírito para resistir às tentações; (ii) ele está liberto, conseqüentemente, do poder do mal, do maligno, do diabo e de seus anjos, que não podem mais alcançá-lo ou acusá-lo; (iii) ele está liberto do “poder da carne”, sendo para isto necessário “viver uma vida de santidade”; (iv) ele será completamente liberto no último dia, em que será levantado do poder da morte, e alcançará a vida eterna. Para o cristão, portanto, a verdadeira liberdade é a (v) “liberdade espiritual”.

Sabemos que no Brasil a religião nos chega como parte ativa do processo de colonização – em sua expressão católica apostólica romana. Sua função social foi, indiscutivelmente, de legitimação, de justificação e de inserção no processo de colonização, na cultura, na economia e na sociedade colonizadas. Tentativas fracassadas (Mendonça, 1990) de estabelecer a expressão protestante do cristianismo em solo brasileiro não demorou: no Rio de Janeiro com protestantes franceses, entre 1555 e 1560, e no Nordeste com protestantes holandeses, entre 1630 e 1654. A implantação do protestantismo, no entanto, só ocorreria no início do século XIX. Mendonça propõe a seguinte periodização da inserção protestante no Brasil:

[...] de 1824 a 1916, período de implantação do protestantismo no Brasil; de 1916 a 1952, desenvolvimento do projeto de cooperação ou pan-protestantismo e a chegada de “um bando de teologias novas”; de 1952 a 1962, crise política e religiosa, ensaio de politização do protestantismo e impacto do pentecostalismo; de 1962 a 1983, período de repressão no interior do protestantismo, da revolução neopentecostal, fortalecimento do denominacionalismo e o isolacionismo das igrejas. (Mendonça, 2005, p. 52).

As missões protestantes norte-americanas chegaram ao Brasil por três vias: o protestantismo de imigração, o protestantismo de origem missionária e o pentecostalismo (Mendonça, 1990). No primeiro caso, os imigrantes trouxeram sua

religião. Ainda que limitados pela legislação de então, que privilegiava o catolicismo<sup>498</sup>, outras expressões cristãs puderam se instalar no país. Diferentemente foi o protestantismo de missão: ele compreendia que parte da sua missão consistia em “alcançar o mundo para Cristo” e, por isso, era necessário chegar ao Brasil. Em geral, predominava em círculos protestantes o entendimento de que o catolicismo era um falso cristianismo, um “cristianismo deformado” e, portanto, o Brasil precisava ser verdadeiramente evangelizado. Mendonça lembra que na “[...] virada do século XIX, a expansão colonial do mundo anglo-saxão elevou o movimento missionário em escala mundial [...]” (Mendonça, 1990, p. 31). Antes mesmo de aportar em terras brasileiras, o protestantismo já era anticatólico. Esta característica iria se intensificar diante da disputa religiosa<sup>499</sup> e do pluralismo religioso brasileiro. Mais adiante veremos a gênese fundamentalista do protestantismo brasileiro.

A rigor, uma ideologia salvacionista precisa indicar em que medida as pessoas precisam da salvação que ela oferece. O discurso salvacionista precisa apresentar, minimamente, argumentos em favor da necessidade de salvação, da impossibilidade de ser realizada pelo próprio indivíduo ou por outras religiões e como à religião que leva adiante a ideologia salvacionista foi dada a exclusividade de portar a salvação. Uma outra matriz protestante chegou ao Brasil com uma compreensão semelhante de missão divina: o Pentecostalismo. O Pentecostalismo chegou em 1910 através da Congregação Cristã e em 1911 com a Assembleia de Deus. Louis Francescon (1866-1964), de origem presbiteriana, passou a frequentar a Missão Pentecostal em Chicago. Esta missão era uma extensão do movimento da Rua Azusa, em Los Angeles. Francescon iniciou duas casas de oração da Congregação Cristã, uma no Paraná e outra em São Paulo. Gunnar Vingren e Daniel Berg aportaram no Pará em 19 de novembro de 1910 e no ano seguinte fundaram a Igreja Assembleia de Deus, em Belém, “[...] tratando-se então de uma expansão de um campo religioso em direção a outros que ainda não conheciam a sua mensagem [...]” (Campos, 2005, p. 113). O Pentecostalismo trouxe sua própria perspectiva missionária, de crítica ao

---

<sup>498</sup> Na Constituição de 1823: “Art. 5º. A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (Reily, 1984, p. 28).

<sup>499</sup> “O protestantismo de missão teve de enfrentar aqui uma religião estabelecida pelo colonizador, inserida na cultura e dela participante com considerável volume, por muito tempo religião do Estado e, portanto, aliada da classe dominante [...]” (Mendonça, 1990b, p. 135).

catolicismo e de crítica às igrejas tradicionais; com ênfases teológicas, estilo litúrgico e perspectiva missionária próprias.

O Cristianismo, para nosso trabalho, pode ser católico romano, ortodoxo ou protestante. Entre os protestantes estão, com suas características próprias, protestantes propriamente ditos, pentecostais e neopentecostais. Então, quando nos referirmos ao Protestantismo ou às igrejas protestantes, estamos tratando do protestantismo histórico e das igrejas protestantes oriundas dos processos de imigração ou missão. Quando mencionarmos o Pentecostalismo, estamos tratando das igrejas pentecostais clássicas, com as ênfases próprias do movimento pentecostal de “batismo no Espírito Santo”, evidenciado pelo “falar em línguas estranhas”. Quando mencionarmos o Neopentecostalismo, estamos tratando das igrejas oriundas da terceira onda pentecostal, com características próprias que passariam a compor o neopentecostalismo, como a “cura divina” e a “prosperidade”. Teremos oportunidade de retornar ao tema. Comumente, no Brasil, igreja se tornou sinônimo de templo. Manteremos, sempre que possível, a distinção entre igreja e templo. A igreja é a comunidade dos indivíduos que se reúne em determinado lugar para celebrar ou para expressar sua fé, que pode ser um templo. Igreja também pode se referir à instituição ou organização religiosa. Uma denominação (religiosa) é uma agremiação ou grupo com identidade própria no interior da religião cristã. E, no interior da maior parte delas, existem suas próprias divisões e subdivisões. Procuraremos ser, em cada caso, o mais específico possível, respeitando as diferenças entre cada denominação. A rigor, existem igrejas do protestantismo histórico que vieram a se dividir nos movimentos de renovação espiritual no Brasil, fazendo surgir denominações carismáticas, pentecostais ou renovadas a partir das denominações protestantes históricas<sup>500</sup>.

E quanto aos “evangélicos”? Evangélicos se tornou a forma comum de se referir aos cristãos não católicos no Brasil; como se todo cristão não católico fosse um cristão evangélico. Gouvêa Mendonça afirma que “[...] os próprios protestantes, desde o início de sua presença no Brasil, ainda no século XIX, prefeririam o conceito

---

<sup>500</sup> A Igreja Católica Apostólica Romana consegue, ao mesmo tempo, manter uma unidade na diversidade. Isto ocorre pela figura proeminente do Papa, como líder carismático da igreja; pela estrutura episcopal; pelos documentos norteadores, como os Catecismos, as encíclicas papais e os textos da Congregação para a Doutrina da Fé; e as ordens religiosas, que conseguem acolher dons e vocações diferentes. Ainda assim, temos no Brasil o catolicismo popular, que é um tipo particular de catolicismo, o movimento carismático católico e diversos movimentos fundamentalistas. Estes últimos questionam a liderança do Papa Francisco, querem uma igreja mais parecida com o Concílio de Trento e rejeitam o Concílio Vaticano II.

‘evangélico’ [...]” (Mendonça, 2005, p. 50). Em verdade, evangélico é a tradução correta de *evangelicals*, como eram tratados os protestantes norte-americanos. No entanto, como o autor notou: “[...] O conceito traz consigo enorme confusão, a não ser para aqueles que, mesmo trabalhando com categorias científicas, insistem em colocar sob a mesma categoria todos os grupos cristãos não-católicos” (Idem). Como observado, o mais comum é a generalização em torno de “os evangélicos”, como uma forma usual de se referir ao grupo. É até compreensível para alguém que não tem/teve contato pessoal com algum segmento evangélico. Além disso, como esboçamos acima, é difícil diferenciá-los e caracterizá-los. Entretanto, a comum generalização omite a pluralidade entre os evangélicos. É o caso das pesquisas de opinião pública<sup>501</sup>. Magali Cunha, em entrevista a Luis Nassif, afirmou:

[...] “Os evangélicos” não existe! O que existe? Existe uma população que tem uma vinculação religiosa, que é evangélica, mas nem todo mundo é evangélico igual. A gente tem evangélicos de diferentes correntes, igrejas, teologias. Dentro de uma mesma igreja você tem evangélicos diferentes. E o evangélico, a evangélica não é só evangélico [...] (TV GGN, 2024, transcrição nossa).

A designação “evangélicos” deve ser compreendida de forma plural. A generalização em torno de “os evangélicos” desconsidera o próprio processo histórico de formação de grupos evangélicos, de suas características específicas e, ainda, de que ser evangélico é parte da identidade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Um evangélico de hoje é um espírita de ontem ou um católico de amanhã ou vice-versa. Com isto, queremos acentuar – além das características específicas já mencionadas nos parágrafos anteriores – o próprio trânsito religioso que caracteriza o evangélico brasileiro, como alguém convertido de. Ao mesmo tempo, pode ocorrer apenas a mudança de congregação: passa a fazer parte de outra igreja; ou de algumas delas ao mesmo tempo<sup>502</sup>. Os evangélicos são diversos em sua forma de ler a Bíblia, de compreender o mundo e a vida em sociedade, em termos de pensamento e de comportamento, de reflexão e de ação, inclusive, por pautas que demarcam a

---

<sup>501</sup> Esta questão se tornou mais evidente desde as Eleições de 2018, quando se passou a noticiar que “os evangélicos” elegeram Bolsonaro”. Como veremos, esta generalização esconde as perspectivas divergentes entre os evangélicos, no caso em tela, que sete em cada dez evangélicos votaram em Messias Bolsonaro. Obviamente, não se trata do todo, já que três em cada dez votaram em Haddad.

<sup>502</sup> É possível observar a diminuição daquilo que era chamado de “fidelidade denominacional”, em que uma pessoa tinha a “carteira membro” de uma igreja, um pequeno documento que a identificava como parte de um segmento evangélico específico; assim como as denominações tinham “rol de membros”, um livro com a relação dos membros da igreja. Ao mesmo tempo, algumas pessoas se sentem mais livres para frequentar cultos ou atividades de diversas igrejas.

diferença entre conservadores e progressistas (Cunha, 2020). Mas, um indivíduo não é apenas evangélico, não é apenas religioso, por mais que a religião cumpra um papel significativo na identidade de uma pessoa. Ela é mais que sua confissão religiosa. No entanto, a depender do grau ou da autocompreensão acerca da religião – como ocorre em grupos fundamentalistas e entre fanáticos religiosos – essa marca será determinante em sua identidade: ser um pai evangélico, uma esposa evangélica, um jogador evangélico, uma empresária evangélica etc., em que a religião é colocada no centro de tudo. Portanto, esperamos ter esclarecido que “os evangélicos” estão em constante movimento, são diversos e plurais.

#### *4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo religioso evangélico brasileiro*<sup>503</sup>

Durante a breve incursão sobre o bolsonarismo, consideramos um de seus mais destacados atores: o fundamentalismo religioso, com destaque para o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro. Entre o consórcio de poder que se formou em torno do Governo Bolsonaro, um de seus mais aguerridos núcleos ideológicos estava o dos religiosos fundamentalistas<sup>504</sup>, responsáveis por transmitir ao bolsonarismo alguns de seus valores. Naquela oportunidade, consideramos o fundamentalismo apenas em relação ao bolsonarismo, ao consórcio de poder bolsonarista e aos valores do bolsonarismo. Agora, precisamos aprofundar o segmento social de fundamentalistas religiosos – para aquém e além do bolsonarismo – procurando compreendê-lo da forma mais adequada possível. Ao adotarmos uma perspectiva materialista histórico-dialética, precisamos explicar “[...] como se produz concretamente um determinado fenômeno social? Ou seja, quais as ‘leis sociais’, históricas, quais as forças reais que o constituem enquanto tal? [...]” (Frigotto, 2002,

---

<sup>503</sup> O primeiro esboço desse texto foi apresentado como palestra “Fundamentalismo religioso e política”, realizada no Seminário Brasil do Presente, no final de 2019, organizado como parte das exigências da disciplina “Brasil Contemporâneo”, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, ministrada pela Dr.<sup>a</sup> Alba Maria Pinho de Carvalho e Dr.<sup>a</sup> Antônia Rozimar Machado e Rocha. Também, apresentei a mesma fala em duas ou em três disciplinas ministradas pelo Dr. Justino de Sousa Júnior, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Posteriormente, as ideias foram sistematizadas no livro *Fundamentalismo religioso e política* (2022) e agora aprofundadas à luz das reflexões que surgiram a partir das conversas que tivemos em torno do tema.

<sup>504</sup> Conferir a seção “3.3.1.4 Fundamentalismo religioso”.

p. 78). Em outras palavras, é preciso esclarecer a gênese, a estrutura e a função social do movimento fundamentalista<sup>505</sup>, nos limites do presente trabalho.

De fato, é preciso apreender “[...] o caráter histórico do objeto de conhecimento [...]” (Frigotto, 2002, p. 81) e perceber, à luz da história, suas origens, seu desenvolvimento e sua função social. Consideramos que este processo – mesmo que nem sempre mencionado – fez parte da metodologia da Engels e de Marx. Ao tratar do desenvolvimento de como do “socialismo utópico” surgiu o “socialismo científico”, Engels fez o percurso de constatar as origens e o desenvolvimento histórico do socialismo – o que retornaria, inclusive, em sua obra acerca da “história do cristianismo primitivo”. O mesmo processo é utilizado em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e em *Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. É uma concepção metodológica profundamente dialética: “[...] E a dialética nada mais é que a ciência das leis universais do movimento e da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento” (Engels, 2015, p. 171). As obras mencionadas demonstram que Engels estava a par das principais descobertas acerca dos temas por ele desenvolvidos e, mais ainda, que ele se colocava no interior do debate filosófico do seu tempo<sup>506</sup>, apropriando-se histórica, material e dialeticamente das teorias as quais se propunha criticar e desenvolver.

De forma até natural, em vista da camaradagem intelectual, Marx procede da mesma forma em sua crítica da economia política: o autor demonstra as origens do capitalismo, o desenvolvimento do capitalismo e sua função social. A perspectiva materialista permite, assim, alcançar a singularidade, a particularidade e a totalidade

---

<sup>505</sup> Esse desenho metodológico levantaria uma série de questões: “a) Quanto à gênese: Quais teias da vida social propiciam a existência desse movimento? Em que situações e contradições sociais emerge o fundamentalismo? Quais as demandas que afloram e proporcionam a resposta fundamentalista? d) Quanto à estrutura: Quais são os elementos estruturais do fundamentalismo? Ou, qual seria o feixe comum de relações em torno do qual giram os vários movimentos que podem ser tidos como fundamentalistas? c) Em relação à função: Se este movimento existe é porque ele realiza determinada função social, respondendo à demanda de certas necessidades. Qual seria a função ou quais as funções sociais desempenhadas pelo movimento fundamentalista?” (Oro, 1996, p. 47).

<sup>506</sup> Vejamos a descrição que o próprio Engels faz: “[...] demorou um ano até que eu conseguisse tomar a decisão de negligenciar outros trabalhos e morder essa maçã azeda. Pois se tratava de uma maçã que, uma vez mordida, precisaria ser comida inteira. E não só era muito azeda, como era também enorme. A nova teoria socialista se apresentava como último fruto prático de um novo sistema filosófico. Era preciso, portanto, investigá-la no contexto desse sistema e, em consequência, investigar o próprio sistema; era preciso seguir o sr. Dühring até aquela área extensa em que ele trata de todas as coisas possíveis e de outras mais [...] Foi a natureza do próprio objeto que forçou a crítica a assumir uma minuciosidade totalmente desproporcional ao teor científico desse objeto, ou seja, dos escritos de Dühring [...]” (Engels, 2015, p. 29-30). A fim de dar conta do objeto, Engels precisava investigar o sistema de Dühring, estudando e se apropriando das categorias deste autor.

do objeto em questão, compreendendo o objeto ou fenômeno em suas relações sociais. Esta compreensão materialista possibilita perceber o emergir das ideologias, as relações de poder e de classe (Frigotto, 2002). Em vista do nosso objetivo, traçaremos apenas os momentos mais destacados do fundamentalismo religioso norte-americano e sua inserção no Brasil. Nossa intenção é demarcar suas principais características e momentos históricos a fim de retomá-las ao lado do fundamentalismo religioso brasileiro e analisar, mais adiante, as propostas para Educação. O fundamentalismo religioso brasileiro é filho do fundamentalismo religioso norte-americano. Como esclareceremos, os dois projetos educacionais que tomaremos como exemplo – educação domiciliar e Escola Sem Partido – são resultados dessa imbricação política entre Educação e neoliberalismo – Capítulo 2 –, Educação e extrema direita – Capítulo 3 –, e Educação e Religião – Capítulos 4 e 5.

Antes, porém, de iniciarmos a exposição panorâmica dos principais momentos do fundamentalismo religioso norte-americano, nós precisamos fazer uma certa contextualização mais abrangente. Tayná Louise de Maria e Leonardo Chevitarese (2021) chamam atenção para algumas grandes transformações no Ocidente que acabaram tensionando com a compreensão tradicional das igrejas cristãs. O primeiro momento foi marcado pelas descobertas da América e da Oceania, as “novas terras”, continentes ausentes das narrativas bíblicas. O que tinha existência – de acordo com os cristãos –, era aquilo que estava na Bíblia, isto é, animais, terras, povos e nações que, de alguma forma, estavam registrados na Bíblia. Entretanto, os dois continentes mencionados existiam, com toda sua riqueza e exuberância, com seus animais “exóticos” e com suas populações, a despeito da ausência nas narrativas bíblicas. Paralelamente, achados arqueológicos na Europa traziam à luz fósseis de animais a respeito dos quais não havia nenhuma menção na Bíblia e provas de um passado humano até então, desconhecido. Ao mesmo tempo, descobertas geológicas apontavam que a terra era antiga e que a humanidade não tinha apenas seis mil anos de existência, como pregavam os criacionistas.

Com o Iluminismo, uma perspectiva racional acerca do ser humano, da existência, do funcionamento das coisas naturais e das organizações das sociedades veio à tona. As principais descobertas de Nicolau Copérnico (1473-1543), Francis Bacon (1561-1626), Galileo di Vincenzo Bonaiuti de Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), David Hume (1711-1776), Isidore Auguste Marie François

Xavier Comte (1798-1857), para mencionar alguns, eram amplamente divulgadas nos círculos escolarizados e acadêmicos. Estamos considerando não apenas as descobertas científicas específicas destes cientistas e, sim, aquilo que eles postularam em termos do conhecimento humano, a forma de se conhecer e de se fazer ciência. Nenhuma dimensão da vida humana escapou à crítica levada adiante pelas novas ciências e pela nova forma de fazer ciência e de produzir conhecimento. Não demorou para que essa nova compreensão alcançasse a religião e seus personagens, realizando uma aproximação entre modernidade e teologia. Assim que, no interior do protestantismo alemão, surgiram a *Crítica Bíblica* e a *Teologia Liberal*. Um dos marcos históricos foi o discurso de Johann Philipp Gabler acerca da Teologia Bíblica, pronunciado em 1787, na Universidade de Altdorf. Na ocasião, Gabler expôs a necessidade de diferenciar Teologia Dogmática de Teologia Bíblica<sup>507</sup>. A esta primeira razão do surgimento do fundamentalismo religioso – disputas no interior do Protestantismo –, chamaremos de razão endógena. Prócoro Velasques Filho caracteriza o modernismo teológico da seguinte forma:

O modernismo teológico se distinguiu, primeiramente, pela aceitação das teorias das ciências da natureza a respeito da idade e forma de surgimento do universo e da vida [...].

Outro pressuposto incorporado pelo modernismo teológico é a chamada teoria das fontes. Proveniente do domínio, então, recém-criado, da crítica bíblica, essa teoria rejeitava a autoria mosaica do Pentateuco e explicava a formação dos livros da lei através da compilação tardia de várias tradições ou fontes [...].

---

<sup>507</sup> De acordo com Gabler: “Existe verdadeiramente uma teologia bíblica, de origem histórica, transmitindo o que os escritores sagrados sentiam sobre assuntos divinos; por outro lado, existe uma teologia dogmática de origem didática, ensinando o que cada teólogo filosofa racionalmente sobre coisas divinas, de acordo com a medida de sua habilidade ou dos tempos, idade, lugar, seita, escola e outros fatores semelhantes. A teologia bíblica, como é próprio do argumento histórico, está sempre de acordo consigo mesma quando considerada por si mesma – embora mesmo a teologia bíblica, quando elaborada por uma das disciplinas, possa ser moldada de uma forma por alguns e de outra forma por outros. Mas a teologia dogmática está sujeita a uma multiplicidade de mudanças junto com o resto das disciplinas humanas; a observação constante e perpétua ao longo de muitos séculos mostra isso o suficiente e de sobra [...]” (Gabler, 1980, p. 495-496, tradução livre). “There is truly a biblical theology, of historical origin, conveying what the holy writers felt about divine matters; on the other hand there is a dogmatic theology of didactic origin, teaching what each theologian philosophises rationally about divine things, according to the measure of his ability or of the times, age, place, sect, school, and other similar factors. Biblical theology, as is proper to historical argument, is always in accord with itself when considered by itself – although even biblical theology when elaborated by one of the disciplines may be fashioned in one way by some and in another way by others. But dogmatic theology is subject to a multiplicity of change along with the rest of the humane disciplines; constant and perpetual observation over many centuries shows this enough and to spare [...]”. Devo a indicação de Gabler a Osvaldo Luiz Ribeiro, com as aulas “Da Teologia Bíblica à História da Religião de Israel”, especialmente, a Aula 5. <<https://www.youtube.com/watch?v=CUDuGZ9OCIk&list=PLzeTEbulqzqBfKczNnTiRID5qsJWPsmcJ>>

Um terceiro pressuposto, da história das religiões comparadas, propugnava a influência determinante das religiões dos povos vizinhos de Israel na formação das tradições do judaísmo primitivo [...].

Provém igualmente do âmbito do estudo das religiões o quarto pressuposto adotado pelo modernismo teológico. Trata-se da teoria da revelação progressiva, ou do progresso religioso, para a qual houve um processo gradual na formulação das crenças e costumes dos povos, determinado por fatores naturais, econômicos, políticos e mesmo religiosos [...].

Outro traço distintivo do modernismo teológico foi a aceitação do naturalismo como explicação filosófica do mundo. Para o naturalismo, a natureza é uniforme, e as leis que a governam são universais. Esse pressuposto repercutiu de diferentes modos no interior da teologia moderna, mas principalmente na forma de rejeição de acontecimentos sobrenaturais [...].

Um sexto pressuposto diz respeito à contribuição de Adolf von Harnack, teólogo e historiador liberal do pensamento cristão. Para Harnack, o cristianismo primitivo teria sido deturpado por S. Paulo, uma vez que a transformação do evangelho galileu de Jesus na doutrina da justificação pela fé teria sido obra do apóstolo [...].

Um último elemento que caracterizou – e fortemente – o modernismo teológico foi a aceitação do emprego de métodos e técnicas originários das ciências históricas, sociais e naturais no estudo da Bíblia e de seus manuscritos, com ampla e conhecida repercussão na reflexão teológica. (Velasques Filho, 1990b, p. 112-114).

Na aproximação entre modernidade e teologia, sobressaem nomes como Hermann Samuel Reimarus (1694-1768), Friedrich Schleiermacher (1768-1834), David Friedrich Strauss (1808-1874), Albrecht Benjamin Ritschl (1822-1889), Otto Pflleiderer (1839-1908), Carl Gustav Adolf von Harnack (1851-1930) e Ernst Peter Wilhelm Troeltsch (1865-1923). O desenvolvimento de novas perspectivas acerca de Jesus de Nazaré, naquilo que se convencionou chamar de “Jesus Histórico”, do desenvolvimento histórico das doutrinas cristãs, “história dos dogmas”, e crítica de formação dos livros bíblicos e do Cânon da Bíblia, “crítica bíblica”, e, conseqüentemente, de sua leitura e interpretação geraram uma forte reação no seio do protestantismo. Tanto a teologia liberal quanto o fundamentalismo religioso se situam no interior do protestantismo. Como é possível perceber pela caracterização de Velasques Filho, as novas perspectivas bíblico-teológicas tocavam no fundamento dos dogmas cristãos católicos e protestantes. A primeira reação dos teólogos fundamentalistas foi de afirmar “[...] que sua autoridade religiosa [a Bíblia] era uma questão de aceitação, pela fé, de sua condição de Palavra de Deus, com um conteúdo, portanto, cristocêntrico [...]” (Velasques Filho, 1990b, p. 114). Este apelo à fé, à aceitação de tudo o que estava escrito no texto bíblico, exatamente como descrito, se apoiava em três teses: a afirmação de Jesus da autoridade divina do Antigo Testamento; o Antigo Testamento continha promessas ainda não realizadas; a

pregação dos apóstolos que anunciaram o evangelho ao mundo (Velasques Filho, 1990b)<sup>508</sup>.

Prevalecia, à época, dentro e fora das igrejas, uma “filosofia do senso comum” (Velasques Filho, 1990b). Para a religião, esta filosofia parecia a mais adequada já que aparentemente permitia que qualquer pessoa conhecesse as verdades bíblicas sem a necessidade de mediações<sup>509</sup>. De acordo com John Witherspoon (apud Velasques, 1990b), esta filosofia se assentava em três premissas: a verdade é universal, uma só e a mesma em todo tempo e lugar; a linguagem e a escrita expressam o mundo real com exatidão; à memória foi dada condições de conhecer objetivamente o passado. Velasques (1990b) sintetiza estes pressupostos em três palavras-chave: universalidade, linguagem e memória. As três pressuposições respondiam, adequadamente, à perspectiva religiosa em relação a Bíblia: (i) as verdades contidas na Bíblia são universais servindo, portanto, para todos os tempos e lugares, uma verdade eterna e imutável, revelada; (ii) a linguagem com que a Bíblia se expressa é a mais adequada à compreensão humana, suas palavras são inspiradas e, portanto, acessíveis e compreensíveis a qualquer pessoa; (iii) os testemunhos relatados na Bíblia são reais porque os autores originais foram dotados de um espírito que lhes deu condições de escrever a vontade de Deus.

As novas teologias ou novas perspectivas teológicas que dialogavam com a modernidade geraram muitas controvérsias nos círculos cristãos e cruzaram o Atlântico, chegando aos Estados Unidos. Cristãos europeus e cristãos norte-americanos se viram completamente ameaçados. As descobertas científicas, novas formas de fazer ciência e de fazer teologia eram um duro golpe na maneira tradicional de compreender e expressar a fé. Tudo aquilo que consideravam tão precioso à fé estava em xeque, especialmente, a Bíblia e o que nela estava escrito, da forma em

---

<sup>508</sup> De acordo com Emery Bancroft: “[...] Que as Escrituras têm origem divina, ou seja, a autoridade e inspiração de Deus, é demonstrado pelo testemunho conjunto da arqueologia e das Escrituras, incluindo o testemunho de Cristo, registrado e evidenciado pela transformação de vidas humanas” (Bancroft, 1995, p. 17).

<sup>509</sup> Karen Armstrong afirma que os protestantes mais tradicionais “[...] se voltaram para a visão científica de Francis Bacon, que não perdera tempo com conjecturas. Bacon acreditava que podíamos confiar cegamente em nossos sentidos, porque só eles nos forneceriam informações corretas. Estava convencido de que o mundo foi organizado segundo princípios racionais por um Deus onisciente e que a tarefa da ciência consistia não em fazer conjecturas estapafúrdias, mas em catalogar fenômenos e ordenar suas descobertas em teorias baseadas em fatos evidentes para todos. Os protestantes também gostavam da filosofia do Iluminismo escocês do século XVIII, que se opunha à epistemologia subjetivista de Kant e proclamava a verdade objetiva e acessível a todo homem sincero e dotado de ‘bom senso’” (Armstrong, 2001, p. 167).

que estava escrito. Porém, uma ameaça não somente à fé, mas à civilização cristã como compreendida pelos fundamentalistas: “[...] A defesa do mito da civilização cristã ocidental, corporificada na cultura dos países protestantes dominantes, justificava a renúncia intransigente à racionalidade e às ciências” (Velasques Filho, 1990b, p. 114). Neste contexto maior surge, em solo norte-americano, um movimento que mudaria a forma do cristianismo contemporâneo: o fundamentalismo religioso protestante. Muitos autores consideram que o fundamentalismo religioso protestante norte-americano é, de um lado, resultado da modernidade, e de outro, crítico à modernidade (González, 2004; Panasiewicz, [s.d.]; Dias, 2008).

Neste particular, estamos de acordo com Osvaldo Luiz Ribeiro: “[...] Não é a modernidade que produz o fundamentalismo. O ‘fundamentalismo’ já está presente quando a modernidade emerge das profundezas dos ciclos históricos [...]” (Ribeiro, 2017, p. 147). Ao emergir, a modernidade se depara com marcos muito bem estabelecidos das religiões monoteístas, seus fundamentos. Como expressaram Caro e Fediakova: “[...] os fundamentalismos respondem a um determinado contexto, seja social, histórico, cultural, temporal, frente aos quais estão em constante dinamismo dialético [...]” (Caro; Fediakova, 2000, p. 455, tradução livre)<sup>510</sup>. Em sua gênese, o fundamentalismo foi um movimento antimoderno e antiteologia liberal no interior do protestantismo (Tamayo, [s.d.]), porque já existia no interior do protestantismo. Zwinglio Mora Dias (2008) se refere ao fundamentalismo como “subproduto da modernidade inacabada”. O catolicismo produziu sua própria reação através de encíclicas papais<sup>511</sup> e movimentos reacionários e de resistência, demonstrando que se tratava de uma crise do cristianismo<sup>512</sup>. Recordemos que no Concílio Vaticano I, entre 1869 e 1870, estabeleceu-se o dogma da *infallibilidade papal* a respeito da doutrina<sup>513</sup>.

---

<sup>510</sup> “[...] los fundamentalismos responden a un determinado contexto, sea social, histórico, cultural, temporal, por lo cual están en constante dinamismo dialéctico [...]”

<sup>511</sup> Tayná Maria e Leonardo Chevitaese (2021) relacionam quatro encíclicas papais: “Quanta Cura”, publicada pelo Papa Pio IX; “Rerum Novarum”, publicada pelo Papa Leão XIII; “Providentissimus Deus”, também pelo Papa Leão XIII; e “Pascendi Dominici Gregis”, pelo Papa Pio X. Como temos explicitado, nos concentramos no fundamentalismo religioso evangélico brasileiro, assim, deixamos ao(à) leitor(a) a tarefa de perceber o tema em relação a outras religiões ou mesmo ao restante do cristianismo.

<sup>512</sup> Para termos uma melhor compreensão da dificuldade em relação ao fundamentalismo religioso cristão, segundo Velasques Filho: “O primeiro grande esforço no rumo do estabelecimento de um corpo fundamental de doutrinas cristãs foi o concílio de Trento [...]” (Velasques Filho, 1990b, p. 120). O concílio de Trento foi de 1545 a 1563.

<sup>513</sup> Segundo Paul Tillich: “A constituição de 1870, *Pastor Aeternus*, declarou que o papa tinha poder universal de jurisdição sobre qualquer outro poder na igreja [...] ele passou a ser o bispo universal [...]”

As datas demarcadas adiante não devem ser compreendidas de forma estática, mas como resultado de um processo crescente; elas buscam demarcar o contexto mais geral e momentos fortes no interior do movimento fundamentalista e não serem utilizadas de forma estrita<sup>514</sup>. Que o(a) leitor/leitora considere uma margem de erro para mais ou para menos<sup>515</sup>.

#### 4.1.2.1 Os anos de 1850 a 1900: Por quem lutar? Inerrância e milenarismo.

Tomaremos como ponto de partida do movimento fundamentalista religioso norte-americano as *Conferências de Niagara Falls* (Dias, 2008; Martins, 2022). Alguns anos após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865)<sup>516</sup>, teólogos anglo-saxões e estadunidenses passaram a se reunir em Niagara, Canadá, entre os anos de 1876 e 1897 (exceção de 1984) para conferências bíblicas. A maior parte dos teólogos que se encontravam nas conferências era oriunda da tradição calvinista, mais precisamente, do puritanismo, e compartilhavam uma perspectiva comum acerca da autoridade da Bíblia e do milenarismo. A partir das conferências proferidas nestes encontros, surgiu um credo, o Credo de Niagara (*Niagara Creed*) que, originalmente,

---

o papa é infalível quando faz pronunciamentos *ex cathedra* [...] O papa é irreformável: a igreja não pode mover nenhuma ação contra o papa [...]” (Tillich, 2007, p. 221-222).

<sup>514</sup> Demarcamos quatro grandes momentos ao mencionarmos o fundamentalismo religioso, incluindo, o início do século XXI. Apesar dos autores, em geral, concordarem com os pontos altos do fundamentalismo religioso, se dividem quando se trata de determinar a exata origem do movimento. Zwinglio Dias (2008), Roberlei Panasiewicz ([s.d.]), Tayná Maria e Leonardo Chevitarese (2021) consideram que o fundamentalismo teve sua origem nas Conferências de Niagara. Paulo Nogueira (2002) menciona o Seminário de Princeton e dois pregadores: Charles Haddon Spurgeon (1834-1892) e Dwight Lyman Moody (1837-1899). Daniel Rocha (2020) e Magali Cunha (2020) também iniciam do Seminário de Princeton como surgimento do fundamentalismo. No entanto, Cunha considera como marco a publicação de “Os Fundamentos” (*The Fundamentals*). Para Martin Marty (2005) o marco também é a publicação de “Os Fundamentos”. Isaac Caro e Evguenia Fediakova (2000) consideram que os fundamentalismos emergiram a partir da década de 1970. Velasques Filho (1990b) retrocede aos séculos XVII e XVIII, com o trabalho de Nicolas Hunnius, em 1626, com a organização da Aliança Evangélica, em 1845 e com o “Quadrilátero de Lambeth”, adotado pela comunhão anglicana. Karen Armstrong recua ainda mais: considera que gênese do fundamentalismo religioso cristão está no século XVI, precisamente, em 1492. Alguns eventos históricos são relacionados pela: a peste negra, a guerra dos cem anos, a conquista de Bizâncio, e os escândalos do cativo de Avignon e do Grande Cisma (Armstrong, 2001, p. 81).

<sup>515</sup> C. T. McIntire (1984) divide em quatro etapas: até 1920; de 1920 a 1940; de 1940 a 1970; e as décadas de 1970 e 1980. Karen Armstrong (2001) trabalha com a seguinte divisão: 1870-1900, frente de batalha; 1900-1925, fundamentos; 1925-1960, contracultura; 1960-1974, mobilização; 1974-1979, a ofensiva; e, de 1979-1999, ela pergunta: derrota?

<sup>516</sup> “[...] A guerra deixou cidades inteiras em ruínas, famílias despedaçadas, e os brancos do Sul revoltados. Em vez da utopia, os estados do Norte conheceram a rápida e dolorosa transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada [...] Capitalistas fizeram fortunas imensas com ferro, petróleo e aço, enquanto os operários viviam abaixo do nível da subsistência [...]” (Armstrong, 2001, p. 163).

possuía cinco artigos: (i) a inerrância da Bíblia; (ii) a divindade de Cristo; (iii) o nascimento virginal de Jesus; (iv) morte e ressurreição de Jesus como garantia da redenção; (v) a ressurreição do corpo e segunda vinda de Cristo.<sup>517</sup> Era uma posição clara e contrária ao método histórico-crítico (Dias, 2008). De fato, este Credo é a expressão da fé fundamentalista que deve ser aceita exatamente como aparece na Bíblia, cujo centro é a compreensão acerca da Bíblia<sup>518</sup>.

Precisamos compreender que o Credo é mais do que uma profissão verbal da fé: é a própria expressão inteligível da fé. O Credo tem função social de declaração doutrinária e de estabelecer a união entre aqueles que o confessam (Caxton, 2019). É uma forma de demarcar os limites entre “nós e eles”, entre aqueles que confessam a verdadeira fé fundamentalista e aqueles que são ateus, “desviados” e hereges. Por isso que Paulo Augusto de Souza Nogueira (2002) afirma que o fundamentalismo era um programa para renovação do protestantismo que exigia aceitação integral dos dogmas fundamentalistas. As Conferências de Niagara legaram ao fundamentalismo um dos seus principais aspectos: o pré-milenismo dispensacionalista. Não se trata de uma revitalização do apocalipsismo e, sim, do desenvolvimento e da sistematização de uma doutrina central na maior parte do fundamentalismo evangélico: o pré-milenismo dispensacionalista<sup>519</sup>. O dispensacionalismo é um tipo de “filosofia cristã da história” (Velasques Filho, 1990b), em que a história humana possui dispensações ou épocas e culminará com o juízo final. Dentro do quadro dispensacionalista, os principais eventos por acontecer são: (i) o arrebatamento secreto da Igreja, em que os “verdadeiros cristãos” serão levados a se encontrar com Cristo nos ares; (ii) os sete

---

<sup>517</sup> Posteriormente, o Credo foi detalhado e expandido em quatorze artigos de fé: (i) crença na plena inspiração verbal das Escrituras; (ii) crença na Santíssima Trindade; (iii) crença que a “queda” do homem o tornou pecador e espiritualmente morto; (iv) crença na transmissão do pecado de Adão a toda humanidade; (v) crença na necessidade da nova natureza para entrar no Reino; (vi) crença na redenção pelo sangue de Jesus; (vii) crença em Cristo para salvação; (viii) crença na certeza da salvação; (ix) crença na centralidade de Jesus nas Escrituras; (x) crença de que a igreja é composta por todos que estão unidos ao Espírito Santo por meio de Jesus; (xi) crença no Espírito Santo como uma pessoa; (xii) crença no chamado à vida santa; (xiii) crença de que a alma dos crentes estará imediatamente com Cristo após a morte; (xiv) crença na segunda vinda pré-milenista de Cristo (Creed, 2020).

<sup>518</sup> Precisamos demarcar uma diferença com os Credos mais tradicionais do cristianismo – Credo Apostólico; Credo Niceno; Credo Atanasiano –, aqueles pertencentes aos grandes concílios ecumênicos, não contém nenhum artigo referente à Bíblia. Teremos a oportunidade de observar como este Credo serviu de base para credos posteriores, como se os cinco pontos representassem o essencial a ser apenas aprofundado ou desenvolvido.

<sup>519</sup> “[...] Quem pregou o pré-milenarismo aos americanos foi o inglês John Nelson Darby (1800-82), que encontrou poucos seguidores em sua terra, mas realizou seis triunfantes excursões aos Estados Unidos entre 1859 e 1877. A seu ver o mundo moderno não tinha de bom e caminhava velozmente para a destruição [...]” (Armstrong, 2001, p. 164).

anos da grande tribulação; (iii) o reino milenar de Cristo, em que ele governará por mil anos de paz e prosperidade; (iv) a batalha final do Armagedon; e (v) o juízo final<sup>520</sup>.

A nova compreensão acerca do Milênio destoava, completamente, da compreensão tradicional das igrejas<sup>521</sup>. Segundo Zwinglio Dias, dois acontecimentos conjunturais reforçaram a convicção pré-milenista: a I Guerra<sup>522</sup> e a Revolução Comunista<sup>523</sup> em que “[...] o império prussiano foi identificado com a ‘Besta’ do Apocalipse e a revolução comunista como o novo ‘Anticristo’”. Portanto, é nesse período que se consolida um patriotismo de bases bíblicas [...]” (Dias, 2008, p. 3), cuja principal ideia é o papel especial que compete aos Estados Unidos na batalha final do bem contra o mal<sup>524</sup>. Armstrong informa que, entre os anos 1914 e 1918, foram realizadas “[...] três grandes conferências sobre Profecia e Bíblia, com os participantes vasculhando a *Scofield Reference Bible* [Bíblia de Referência Scofield] à cata de mais ‘sinais dos tempos’. Tudo indicava que as previsões estava se concretizando [...]” (Armstrong, 2001, p. 200). A Bíblia de Scofield surgiu em 1909. Era uma Bíblia com comentários aos textos bíblicos seguindo e aprofundando os estudos de Nelson

---

<sup>520</sup> O tempo e os limites deste trabalho não nos permitem esmiuçar essas e outras crenças mencionadas ao logo da pesquisa. Apenas registramos as doutrinas em sua compreensão hegemônica. Há certos detalhes que não são consenso, por exemplo, se o arrebatamento ocorre antes da grande tribulação (como mencionamos no texto), ou durante a tribulação, ou seja, depois de três anos e meio do início deste período de provações, ou ainda se ocorrerá ao final do sétimo ano.

<sup>521</sup> A interpretação que prevalecia na cristandade era de um “milênio simbólico”. O pré-milenarismo é uma doutrina cristã que afirma que Cristo voltará antes do Milênio: com o retorno de Jesus se iniciará o período de mil anos de bênçãos e prosperidade sobre toda terra, em que ele governará a partir de Israel. Há uma grande aproximação entre dispensacionalismo e sionismo.

<sup>522</sup> Importante registrarmos que a I Guerra foi de 1914 a 1918 e a II Guerra começou em 1939 e terminou em 1945. Assim, diversos teólogos fundamentalistas presenciaram as duas grandes guerras.

<sup>523</sup> Os grandes acontecimentos recebiam uma interpretação religiosa fundamentalista: “[...] os profetas hebreus predisseram que os judeus voltariam para sua pátria antes do fim dos tempos; assim, quando o governo britânico expediu a Declaração de Balfour (1917), apoiando a criação de um Estado judeu na Palestina, os pré-milenaristas se amedrontaram e exultaram ao mesmo tempo. Scofield indicara a Rússia com ‘o poder que vem do Norte’ para atacar Israel pouco antes do Armagedon; a Revolução Bolchevique (1917), que fez do comunismo ateu a ideologia do Estado, parecia confirmar sua interpretação. A criação da Liga das Nações obviamente representava o cumprimento da profecia de Apocalipse 16,14: era o Império Romano revivido que em breve seria governado pelo Anticristo [...]” (Armstrong, 2001, p. 200).

<sup>524</sup> Como escrevemos em outra oportunidade: “A participação dos Estados Unidos no cumprimento das profecias finais não é consenso entre os autores dispensacionalistas. Hal Lindsey oscila entre a participação dos EUA nas forças ocidentais – tendo à frente as nações que comporiam o Mercado Comum Europeu, como o novo Império Romano – e uma guerra nuclear ou o colapso econômico e, conseqüentemente, militar em que os norte-americanos deixem de liderar o Ocidente (Lindsey; Carlson, 1981). Norbert Lieth apresenta uma síntese em que defende que os Estados Unidos ‘[...] perderão sua supremacia, tendo que reparti-la ou entregá-la às demais nações do mundo [...] Provavelmente, isso não acontecerá antes do arrebatamento da Igreja’ (p. 9-10), e será para dar lugar ao governo mundial. Lieth expressa a dificuldade em saber o que é literal e o que é simbólico no Apocalipse, e que, em vista das limitações humanas, suas interpretações ‘só podem ser ‘em parte’”. (LIETH, 2006, p. 5-12)” (Martins, 2022, p. 129).

Darby, sobre as dispensações. A visão milenarista apocalíptica possibilita “[...] aos fundamentalistas ter um domínio sobre o futuro sabendo que Deus tem o controle da história” (Panasiewicz, [s.d.], p. 3). Certamente, nem todo fundamentalista é um evangélico dispensacionalista; no entanto, suspeitamos de que todo evangélico dispensacionalista é um fundamentalista. O dispensacionalismo passou a ser a principal interpretação escatológica das igrejas pentecostais e neopentecostais.

Os presbiterianos norte-americanos tiveram um papel predominante na gênese do fundamentalismo (Chaves, 2021), especialmente, com o Seminário de Princeton. De acordo com Paulo Nogueira: “O berço do fundamentalismo foi o Seminário Presbiteriano de Princeton [...]” (Nogueira, 2002, p. 36). Fundado em 1812 por Archibald Alexander (1772-1851), o Seminário foi um dos importantes centros de formação e difusão da fé fundamentalista<sup>525</sup>. Charles Hodge (1797-1878) foi um de seus destacados teólogos. Ele escreveu uma Teologia Sistemática (*Systematic Theology*) que segue como a mais popular desta escola<sup>526</sup>. A teologia de Princeton se concentrava em torno de temas como a autoridade e a inspiração da Bíblia, obviamente, contra a teologia liberal. John Gresham Machen (1881-1937) saiu do Seminário de Princeton em 1929, quando Princeton mudou sua orientação administrativa e teológica, se aproximando da teologia considerada liberal, e fundou o Seminário Teológico de Westminster (*Westminster Theological Seminary*), a fim de manter a inclinação fundamentalista.

No primeiro período do movimento fundamentalista temos, por assim dizer, duas de suas principais doutrinas estabelecidas: a doutrina do *pré-milenismo dispensacionalista* e a doutrina da *inerrância* bíblica. Mesmo que nem todos os fundamentalistas estivessem de acordo com a primeira – o pré-dispensacionalismo milenarista – eram unânimes na defesa da inerrância. Adiante, veremos como o movimento fundamentalista passou a divulgar suas doutrinas para o público em geral.

4.1.2.2 Os anos de 1900 a 1950: Em favor da verdade; a educação pública como campo de batalha.

---

<sup>525</sup> Porém, não o único. Em 1886, Dwight Moody fundou, na cidade de Chicago, o Instituto Bíblico Moody (*Moody Bible Institute*).

<sup>526</sup> A Teologia Sistemática de Hodge teve ampla circulação em seminários teológicos no Brasil. Outra Teologia Sistemática muito popular no Brasil foi de um aluno de Princeton, Louis Berkhof. Apesar de fundamentalistas, não eram obras dispensacionalistas.

As tensões no interior das igrejas protestantes permaneciam, com parte de clérigos e leigos se aproximando da teologia liberal e daquilo que a modernidade teológica produziu. Tayná Maria e André Chevitaese (2021) lembram da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos, ocorrida em 1910, como reação à teologia liberal e à laicização do mundo moderno. À ocasião, a Igreja Presbiteriana aprovou um pequeno credo do que seria essencial à fé. O Credo da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana continha cinco pontos: (i) a inerrância e a infalibilidade das Escrituras; (ii) a expiação pelo sangue de Cristo; (iii) a historicidade dos milagres; (iv) o nascimento virginal de Cristo; (v) e a ressurreição corporal de Cristo. Nas duas assembleias seguintes, em 1916 e 1923, os cinco pontos foram reiterados. Observemos que, novamente, à semelhança do que ocorrera no Credo de Niagara, a declaração de fé tinha como pano de fundo a teologia liberal e iniciar um certo expurgo no interior da denominação. Segundo Maria e Chevitaese (2021), a Assembleia advertiu pais e professores a respeito de ensinamentos que colocavam em dúvida ou negavam a “verdadeira fé”. Pais e professores tinham a responsabilidade de “ensinar a palavra de Deus” e transmitir a fé cristã (em perspectiva fundamentalista) às crianças. O medo era em relação à teoria darwiniana.

Através de assembleias, conferências e encontros fundamentalistas deram um importante passo para sistematizar a fé em perspectiva fundamentalista. Era preciso, agora, divulgar esse conhecimento. Surgiu, então, entre 1910 e 1915, a publicação de doze livretos, com cerca de noventa artigos no total, que formaram em 1917, sob a coordenação de Reuben Archer Torrey (1856-1928), a coletânea *Os Fundamentos: um testemunho da verdade* (*The Fundamentals: a testimony to the truth*). Como observou Ivo Oro: “[...] O título *Os Fundamentos* sugere um retorno aos fundamentos do protestantismo [...]” (Oro, 1996, p. 60). Para McIntire, o subtítulo “[...] ‘Testemunho da Verdade’ está associado à fundação do fundamentalismo como uma reafirmação da ortodoxia cristã contra a teologia liberal e o modernismo da época [...]” (McIntire, 1984, p. 436, tradução livre)<sup>527</sup>. Os artigos foram escritos pelos teólogos de Princeton (Dias, 2008); a publicação e a divulgação contaram com o patrocínio dos irmãos Lyman e Milton Stewart, dois empresários do ramo do petróleo que haviam fundado em Los Angeles a Faculdade Bíblica (*Bible College*), em 1908. Os livretos

---

<sup>527</sup> “[...] ‘Testimony to the Truth’ is associated with the founding of fundamentalism as a restatement of orthodox Christianity against the liberal theology and modernism of the time [...]”.

tiveram mais de três milhões de exemplares impressos e foram enviados gratuitamente para pastores, lideranças leigas e professores e professoras. Em 1919 fundamentalistas se organizaram e criaram a Associação Mundial Fundamentalista Cristã (*Word Christian Fundamentals Association*) (Panasiewicz, [s.d.]). Logo surgiram dezenas de organizações fundamentalistas no interior das denominações protestantes norte-americanas.

Devemos mencionar duas conferências missionárias entre os protestantes: a Conferência Missionária de Edimburgo, em 1910; e a Conferência Missionária do Panamá, em 1916. De acordo com Mendonça: “[...] A Conferência de Missionária de Edimburgo forjou a idéia de um *corpus christianum* mundial e procurou centralizar os objetivos missionários nos povos considerados pagãos, como asiáticos e africanos [...]” (Mendonça, 1990, p. 31). Apesar da prioridade dos “povos não alcançados”, o autor lembra que a América Latina católica era alvo das missões protestantes – já que, na interpretação protestante, os católicos haviam “deformado o cristianismo”<sup>528</sup>. Esta mentalidade se aprofundou na segunda conferência, no Panamá<sup>529</sup>. Sob o signo da religião, a perspectiva missionária e evangelizadora de Edimburgo de “[...] ‘cristianizar’ como símbolo de ‘colonizar’ era encarnada pelas missões no âmbito da teologia calvinista do ‘reino de Deus’ e ‘povo escolhido’. O conceito de ‘reino de Deus’ foi encampado pelo ‘sonho americano’ [...]” (Mendonça, 1990, p. 32). O reavivamento missionário moderno estava, claramente, demarcado por intenções políticas e econômicas. Uma das principais ideias religiosas a encobrir estas intenções era a teologia milenarista. Milenarismo e missão se aliançaram: era preciso evangelizar o mundo para que ocorra o mais importante evento milenarista: a volta do Cristo<sup>530</sup>. A Conferência de Edimburgo e a Conferência de Oxford, em 1937, dariam origem ao Conselho Mundial de Igrejas, a mais importante organização ecumênica cristã<sup>531</sup>

---

<sup>528</sup> Em certo sentido, esta ideia está presente em “Os fundamentos” em dois artigos: “O romanismo é cristianismo?”, de T. W. Medhurst; e “Roma, a antagonista da nação”, de J. M. Foster.

<sup>529</sup> “[...] a Igreja Católica não fora capaz de garantir a educação e a moralidade do subcontinente; não dera a Bíblia ao povo na sua própria língua; não formara um clero idôneo, intelectual ou eticamente; pregara um evangelho deformado e não tinha recursos para evangelizar toda a América Latina [...]” (Mendonça, 1990, p. 31-32).

<sup>530</sup> Em geral, cristãos milenaristas – sejam pré-milenaristas ou não – relacionam cinco blocos de sinais (Martins, 2022): sinais na terra, sinais no céu, sinais nas igrejas, sinais em Israel e a proclamação do evangelho pelo mundo.

<sup>531</sup> Em paralelo ao fundamentalismo religioso evangélico, dois movimentos cresciam no interior dos protestantismos (Nichols, 1997): o apelo à unidade da Igreja, um amplo movimento pela unidade cristã como testemunho ao mundo; e o movimento do cristianismo social, como uma resposta cristã à desigualdade e à miséria produzidas no processo de industrialização nos Estados Unidos. Em 1908 surgiu o primeiro credo social, escrito por cinco clérigos da Igreja Metodista Episcopal (UMC, 2019).

demonstrando, novamente, que o fundamentalismo não representava a totalidade do pensamento e da prática protestantes à época.

Paulo Nogueira menciona que, além “[...] da atividade entre as igrejas os fundamentalistas atuaram intensivamente sobre o sistema de ensino das escolas americanas [...]” (Nogueira, 2002, p. 37). No início, a preocupação de fundamentalistas estava no interior dos seminários, nas agências missionárias e no clero (McIntire, 1984). Em seguida, a batalha se daria dentro das escolas públicas, com fundamentalistas acreditando que o “[...] darwinismo estava levando os jovens a perderem a fé em Deus, na Bíblia e em doutrinas fundamentais do cristianismo [...]” (Armstrong, 2001, p. 204). A consideração a respeito da educação nas escolas públicas é importante para nossos estudos e nos conduz a outro momento marcante do fundamentalismo religioso norte-americano: o caso “O estado do Tennessee *contra* John Thomas Scopes” (*The State of Tennessee vs. John Thomas Scopes*), popularmente conhecido como “Julgamento do Macaco” (*The Monkey Trial*), ocorrido na cidade de Dayton, no ano de 1925. O professor de biologia John Thomas Scopes (1900-1970) utilizou como base teórica em sala de aula o conceito darwiniano de origem das espécies. No entanto, no Estado do Tennessee era proibido, em sala de aula, qualquer ensino que, na visão dos cristãos locais, ferisse ou afrontasse a doutrina das Escrituras, segundo suas interpretações. De acordo com tais cristãos, o ser humano havia sido criado por Deus. A Teoria da Evolução, portanto, violava a lei estadual baseada no criacionismo. Preso, Scopes contou com o auxílio da União Americana de Liberdades Civis (*American Civil Liberties Union*). William Jennings Bryan (1860-1925), que havia sido candidato à Presidência e havia se tornado um importante ativista antidarwinismo, se dispôs a fazer parte da acusação. A defesa ficou por conta de Clarence Darrow (1857-1938), fazendo com que o julgamento assumisse “[...] a dimensão de um embate entre Deus e a ciência” (Armstrong, 2001, p. 205).

O ponto de inflexão do julgamento foi quando o próprio advogado de acusação foi levado a ser testemunha. Questionado a respeito de diversos pontos da doutrina cristã fundamentalista acerca da criação, Bryan se contradisse algumas vezes. Ainda assim, após rápida deliberação do Júri, Scopes foi condenado. No entanto, por conta do caso em si e do interrogatório de Bryan, a doutrina fundamentalista da criação passou a ser amplamente questionada e, mais ainda, ridicularizada. Em 1927, a Suprema Corte reverteu a decisão estadual. Porém,

somente algumas décadas depois a Corte encerraria a questão<sup>532</sup>. Este acontecimento demonstra que o fundamentalismo considerava como inimigo não apenas a falsa teologia, mas a “falsa ciência” (Rocha, 2020). A rigor, há uma “ciência” que fundamentalistas adotam: aquela que, de alguma forma, confirma as proposições fundamentalistas<sup>533</sup>. O darwinismo se constituiu como inimigo desde que suas ideias foram publicadas; uma ameaça real à fé fundamentalista verdadeira. As escolas passaram a ser campos de batalhas para fundamentalistas (Oro, 1996).

Todo o contexto em torno dos anos de 1900 e do início do século XX fora marcado por grandes transformações no campo religioso protestante: o credo e o milenarismo das Conferências de Niagara; a publicação de *Os Fundamentos* como critério da verdadeira fé; e as Conferências Missionárias de Edimburgo e do Panamá. No contexto mais amplo, as transformações no campo religioso protestante também ecoaram os conflitos que deflagaram a I Guerra e a Revolução Russa, de 1917. No período histórico que estamos demarcando, as ênfases do fundamentalismo já estavam postas: o milenarismo e a inerrância bíblica (Velasques Filho, 1990b); o antagonismo e o milenarismo (Oro, 1996). Uma ideia que se impôs em círculos fundamentalistas logo no início foi a de *batalha pela fé* (McIntire, 1984) ou de *luta por Deus* (Marty, 2005). Nas palavras de Karen Armstrong: “Os fundamentalistas acreditam que estão combatendo forças que ameaçam seus valores mais sagrados [...]” (Armstrong, 2001, p. 16). A ideia de batalha pela fé ou de luta por Deus estava aliada a um conceito essencial em disputa no interior do protestantismo: a *verdade*.

De fato, o cristianismo é pródigo em disputas internas em torno da verdade, que pode tomar forma nas palavras *heresia* e *ortodoxia*. No entanto, acentuando-se em determinados momentos históricos – como entre os Padres apologistas, a partir do século II, e durante a Reforma Protestante, no século XVI –, como aquele em reação

---

<sup>532</sup> Inspirado pelo que ocorrera no Tennessee, o Arkansas estabeleceu uma lei semelhante, em 1928, proibindo a Teoria da Evolução em sala de aula. Em 1968, em *Epperson vs. Arkansas*, a Suprema Corte finalmente decidiu que a referida lei violava a Primeira Emenda. A alternativa encontrada por fundamentalistas foi que o criacionismo fosse lecionado ao lado do evolucionismo. Foi então que, em 1987, em *Edwards vs. Aguillard*, a Suprema Corte colocou um fim na questão, considerando que o criacionismo se pauta por princípios religiosos e que é inconstitucional ensiná-lo ao lado da Teoria da Evolução.

<sup>533</sup> Contraditoriamente, a fim de defender a fé, de “dar uma razão para a fé”, mesmo criticando a ciência, a cultura e a modernidade, os cristãos apologetas tentam utilizar elementos racionais para defender e provar a fé, ou seja, a ciência. Podemos mencionar os artigos: “O testemunho recente da arqueologia para as Escrituras”, de M. G. Kyle; “Ciência e fé cristã”, James Orr. Ambos fazem parte da coletânea “Os fundamentos” (Torrey, 2005). Quando há discordância entre aquilo que a ciência concluiu e o que fundamentalistas interpretam da Bíblia, eles abandonam a ciência e retornam às premissas da inerrância e da infalibilidade.

à teologia liberal, o fundamentalismo oportunizou uma grande batalha em torno da verdade da fé, em estabelecer, de forma clara, objetiva e simples os critérios para se definir a verdade fé, a verdadeira igreja, a verdadeira religião e o verdadeiro cristão<sup>534</sup>. Para promoção da verdade em perspectiva fundamentalista, eles tiveram estratégias claras desde o início: “[...] Em todos os Estados Unidos, os fundamentalistas fundaram novos ministérios de reavivamento, agências missionárias, seminários, escolas bíblicas, conferências bíblicas e jornais” (McIntire, 1984, p. 434, tradução livre)<sup>535</sup>.

#### 4.1.2.3 Os anos 1950 a 2000: Tudo passa pela política.

Duas percepções acabaram por fortalecer movimentos fundamentalistas norte-americanos: a) uma percepção advinda do contexto mais geral, incluindo, (i) os desdobramentos da II Guerra, através da participação dos Estados Unidos, incluindo, o uso de uma nova arma de destruição em massa, “a arma do fim do mundo”; (ii) o *New Deal*, como programa estatal de intervenção na economia e, posteriormente, a necessidade de reconstrução da Europa (*Plano Marshall*) e o surgimento do *Estado de Bem-estar Social*; (iii) a Guerra Fria, em que a União Soviética era compreendida como um inimigo em potencial – a despeito da vitória do exército vermelho na II Guerra –, em vista dos avanços sociais e tecnológicos dos socialistas, alvos de toda uma propaganda anticomunista, principalmente, entre fundamentalistas – como mencionamos o medo acerca da revolução socialista em 1917 –, com interpretações bíblicas que colocavam a Rússia como inimiga de Israel e o bloco socialista como lugar de onde viria o anticristo; (iv) a Guerra do Vietnã, que dividiu a sociedade norte-americana, um exercício das “forças do bem contra as forças do mal”, o capitalismo *versus* o socialismo, uma guerra que contou com apoio de fundamentalistas; (v) as crises econômicas da década de 1970, a mundialização do capital, a financeirização das economias e o neoliberalismo como resposta à crise do capitalismo.

No contexto mais específico, b) no interior da sociedade norte-americana – lembrando que existe uma relação dialética entre geral e específico neste caso –,

---

<sup>534</sup> Em geral, todos os artigos da coletânea “Os fundamentos” querem expor a verdade. Os próprios cinco temas dos credos de Niagara e da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana foram amplamente aprofundados. Entretanto, chamamos atenção para: “A Igreja verdadeira”, de John C. Ryle (Ryle, 2005, p. 553-557).

<sup>535</sup> “[...] Across the United States fundamentalists founded new revival ministries, mission agencies, seminaries, Bible schools, Bible conferences, and newspapers [...]”.

fundamentalistas consideravam (vi) derrotas na educação pública a proibição do ensino do criacionismo, a proibição de oração e de leitura da Bíblia nas escolas públicas; e derrotas no (vi) Judiciário, com maior liberdade individual dos sujeitos, reconhecimento da pluralidade e da diversidade – religiosa ou não – da sociedade e os direitos da mulher e de outras minorias; finalmente, (vii) os escândalos de corrupção nos governos norte-americanos. Aliados à própria força política e econômica dos cristãos – que agora se utilizavam dos meios de comunicação como rádio e televisão –, fundamentalistas souberam capitanear a agenda política para promover a ideologia fundamentalista. Para Ivo Oro:

Este contexto cultural e ideológico constitui terreno fertilíssimo para o surgimento de novos movimentos religiosos, também os de cunho fundamentalistas [...] Eles vêm preencher o vazio com novos laços sociais e com aspirações à salvação. (Oro, 1996, p. 83).

O fundamentalismo religioso evangélico passa a se apresentar na esfera pública como conservadorismo, como direita, como tradicionalismo e já com traços característicos de extrema direita<sup>536</sup>, de forma mais ampla e articulada, a partir da década de 1970<sup>537</sup>. De acordo com Daniel Rocha: “A década de 1970 presenciou um movimento de profundas transformações nos discursos e práticas de lideranças fundamentalistas norte-americanas em relação ao papel dos cristãos na sociedade [...]” (Rocha, 2020, p. 91). Neste momento histórico o fundamentalismo se manteve fiel às suas origens apologéticas, proselitistas e reacionárias, com um importante acréscimo, a inserção na política (Rocha, 2020).

[...] seria uma reação às transformações culturais, políticas e econômicas em curso na sociedade – tanto estadunidense quanto mundial. A difusão da contracultura e em especial os movimentos pelos direitos civis que reivindicam mudanças nas hierarquias raciais e de gênero, incidiam sobre as mais diferentes instituições como a família, as escolas e as igrejas, e geraram

---

<sup>536</sup> A partir das fontes ou autores que tomarmos os conceitos são um tanto diferentes. Faremos o possível para simplificar a questão, sem omitir as complexidades dos diversos grupos político-religiosos norte-americanos. Há quem fale, por exemplo, em um neofundamentalismo (Panasiewicz, [s.d.]; Maria; Chevitarrese, 2021) a partir de 1960 ou de 1970 (Oro, 1996). Caro e Fediakova (2000) demarcam os neofundamentalismos a partir de 1980. Outros optaram pela denominação de evangelicalismo. Nós manteremos a designação fundamentalismo que, apesar de respeitarmos os autores e autoras mencionados neste capítulo, consideramos que as mesmas características do fundamentalismo se mantinham presentes e que a utilização de meios midiáticos e políticos para disseminação da fé fundamentalista não o tornaram um movimento novo.

<sup>537</sup> Este contexto mais geral do Pós-segunda Guerra trouxe uma série de acontecimentos e reações fundamentalismos ao redor do mundo. Caro e Fediakova (2000) lembram a “Guerra dos Seis Dias”, com emergência de grupos fundamentalistas egípcios e judaicos; e a revolução iraniana.

insegurança nos setores mais conservadores do cristianismo, em particular nos setores brancos *evangelicals* (Machado, Mariz e Carranza, 2021, p. 5).

Se, em um primeiro momento, como afirmamos, a reação fundamentalista foi em torno da compreensão dos dogmas cristãos – a inerrância da Bíblia, o pré-milenarismo dispensacionista, a verdadeira fé e a verdadeira igreja –, após certo momento esteve em questão os direitos religiosos cristãos, os direitos aos cristãos de inserção pública, de algum privilégio ou favorecimento frente a outras religiões ou aos sem-religião, especialmente, relacionados aos direitos civis e às escolas públicas. Apesar de escola e família, como as conhecemos, pertencerem à modernidade, isto é, a escola de massas e a família burguesa, rapidamente foram mantidas sob a supervisão da religião, como parte da estratégia do próprio sistema econômico. As principais instituições historicamente tuteladas pelas doutrinas religiosas – família e escola – foram profundamente abaladas pelas demandas das sociedades por maior igualdade e por justiça. Os anseios de mudança e os sinais de transformação geraram um profundo pessimismo no fundamentalismo (Rocha, 2020). Como considerou Armstrong: “[...] À medida que o espírito secular se impõe e o racionalismo se torna mais hostil à fé, os fiéis assumem uma postura cada vez mais defensiva e sua espiritualidade adquire um caráter mais combativo” (Armstrong, 2001, p. 132).

Cas Mudde nos lembra que, neste período, nos Estados Unidos “[...] o populismo de direita manifestou-se, principalmente, como parte do movimento anticomunista [...]” (Mudde, 2022, p. 30). O autor menciona a *Sociedade John Birch* e a atuação política do senador Joseph Raymond McCarthy (1908-1957) como representantes dessa direita populista anticomunista. Este movimento, além de suas próprias frentes de lutas, participou da campanha presidencial de Barry Goldwater Morris (1909-1998), senador Republicano pelo estado do Arizona, conhecido como “Sr. Conservador”. Este movimento “[...] preparou o terreno para o nascimento de uma nova e mais radical subcultura conservadora [...]” (Mudde, 2022, p. 30). Alguns anos depois, Goldwater Morris romperia com o fundamentalismo religioso por acreditar que este não deveria interferir na vida pública<sup>538</sup>. Sua derrota esmagadora para Lyndon Baines Johnson não abalou a direita radical que, poucos anos depois, se envolveu na

---

<sup>538</sup> De acordo com: “[...] sobre outras questões sociais internas – direitos reprodutivos, direitos dos homossexuais e o papel da religião na vida pública – Goldwater resistiu às marés do movimento conservador, gritando “pare!” [...]” (Goldstein, 2006, tradução livre). “[...] on other domestic social issues—reproductive rights, gay rights, and the role of religion in public life—Goldwater stood athwart the tides of the conservative movement, yelling ‘stop!’ [...]”.

campanha de George Wallace, derrotado para o cristão quaker, Richard Milhous Nixon. Esta disputa eleitoral serve de oportunidade para evidenciar que fundamentalistas decidem qual cristão apoiar politicamente. Não basta ser cristão! É preciso ser um cristão comprometido com os valores fundamentalistas a fim de ser digno do voto dos cristãos fundamentalistas.

O entrelaçamento entre fundamentalismo religioso e política nos conduz a um outro: fundamentalismo religioso e judiciário. A Justiça acaba atravessada pelo fundamentalismo e seu entrelaçamento ocorre quando fundamentalistas reivindicam a balança do Direito. O direito dos homens deve se submeter ao direito divino; “a lei dos homens está abaixo da lei de Deus”. Seis julgamentos exemplificam bem essa questão: (i) *The State of Tennessee vs. John Thomas Scopes* (1925). O primeiro caso e dos mais conhecidos, trata-se do julgamento do professor de biologia, John Scopes, condenado por ensinar em sala de aula a origem das espécies. Já nos referimos a ele em alguns parágrafos acima – cuja sentença foi revertida pela Suprema Corte dois anos depois –, porém, somente em 1968 a questão foi encerrada. (ii) *Abington School District vs. Schempp* (1963). No segundo caso relacionado por nós, a Suprema Corte declarou inconstitucional a obrigatoriedade da leitura da Bíblia e da oração (do Pai Nosso) em salas de aulas das escolas públicas.

(iii) *Epperson v. Arkansas* (1968). Contra o estado do Arkansas, a Suprema Corte decidiu que a Primeira Emenda proíbe que o conteúdo escolar seja adaptado ou restringido por dogmas religiosos. Esta questão retornaria anos depois, em (iv) *Edwards vs. Aguillard* (1987). Cristãos fundamentalistas exigiram que o criacionismo fosse ensinado ao lado do evolucionismo, como perspectivas diferentes acerca de um mesmo processo histórico. Novamente, a Suprema Corte julgou inconstitucional. No caso (v) *Coit vs. Green* (1971), a Suprema Corte confirmou a decisão suspendendo isenção de impostos para quaisquer escolas privadas que praticassem discriminação racial. Em (vi) *Roe vs. Wade* (1973), permitiu-se às mulheres decidirem sobre a continuidade ou não da gravidez. A partir desta decisão, com implicações por todo país, o fundamentalismo religioso teria outra importante insígnia política: *antiaborto*.

Destas situações, cinco decisões incidem, diretamente, sobre a relação Educação e Religião. Cada uma delas representou, a seu tempo, um duro golpe no

fundamentalismo<sup>539</sup>. Além das novas deliberações acerca do conteúdo ministrado em sala de aula, os principais desdobramentos foram que o currículo escolar não pode ser cerceado por uma perspectiva religiosa específica, muito menos por uma interpretação específica da Bíblia, que não pode ser papel do Estado a defesa de interpretações religiosas específicas. Mesmo reconhecendo o mérito das reivindicações, um aspecto importante, a partir de nossa perspectiva apresentada no trabalho, é que tanto a escola quanto a família, a despeito das disputas em torno dos direitos individuais ou dos direitos civis envolvendo crenças religiosas é que, em linhas gerais, a educação se quer permaneceu a mesma: tornou-se prioridade neoliberal. O que pode indicar, além da mercantilização da educação, que haja interesse em uma educação para o capitalismo não submetida ao fundamentalismo religioso.

Na questão de financiamento e de isenção fiscal, o *Internal Revenue Service*, durante o governo de Jimmy Carter, tomou duas medidas. A primeira foi ampliar a tributação sobre instituições privadas de ensino, incluindo escolas confessionais; a segunda foi ameaçar de revogação de isenção escolas que tinham como critério de admissão a religião do aluno ou de sua família. Essas medidas geraram importantes mobilizações de cristãos norte-americanos. De um lado, os cristãos passaram a investir em dois outros modelos de educação, as escolas confessionais<sup>540</sup> e o educação domiciliar, acreditando que só assim teriam maior autonomia no conteúdo; de outro, mobilizaram cristãos e cristãs de todo o país a pressionarem o governo contra a revogação da isenção e contra a tributação. No entanto, o governo não cederia em relação a leis antissegregacionistas. A grande mobilização evidenciou o potencial político dos grupos cristãos. Para cristãos fundamentalistas, suas “[...] expressões de fé, suas práticas e sua noção de identidade nacional são orientadas por valores considerados atemporais e de origem

---

<sup>539</sup> “Em relação às estruturas de poder e à secularização da sociedade, o tom das críticas dos fundamentalistas começou a ser paulatinamente menos genérico e passou a estabelecer alvos mais específicos: o governo federal e o Judiciário. Uma sociedade pecaminosa geraria instituições pecaminosas que fariam leis pecaminosas. Determinadas ações do governo e decisões do Judiciário, especialmente da Suprema Corte, foram fundamentais para despertar em algumas lideranças fundamentalistas um senso de urgência em relação à necessidade de uma ação política mais direta. Avigorou-se a crença de que estaria sendo orquestrada por forças obscuras a intromissão do Estado no sentido de retirar qualquer resquício de cristianismo do país e de criar uma juventude ateísta [...]” (Rocha, 2020, p. 103).

<sup>540</sup> “[...] Para os fundamentalistas, essas escolas [confessionais] seriam um ‘oásis’ onde as crianças poderiam estudar com base em uma perspectiva cristã e livre dos perigos representados por uma escola pública secular e secularizante e por professores ‘ateus’ que estariam buscando abalar a fé de seus filhos com o ensino da teoria da evolução, educação sexual e outras bandeiras da ‘falsa ciência’ [...]” (Rocha, 2020, p. 105-106).

transcendentes [...]” (Rocha, 2020, p. 100). Como fundamentalistas consideram que alcançaram a verdade – verdade revela e inspirada –, ela só pode ser *absoluta*. Em vista disto, cristãos fundamentalistas vão se posicionar radicalmente contra aquilo que denominam “relativismo moderno”.

De acordo com Daniel Rocha: “[...] os fundamentalistas começaram a abandonar sua descrença na efetividade da ação política e passaram a se organizar e a agir para retomar a ‘América para Jesus’ [...]” (Rocha, 2020, p. 92). Neste contexto, nasce a Maioria Moral (*Moral Majority*), em 1979, sob a liderança de Jerry Falwell (1933-2007), em que “[...] o fundamentalismo ‘se politizou’, isto é, entrou na militância política [...]” (Oro, 1996, p. 93). Falwell era pastor batista e um destacado televangelista. Diversos grupos conservadores, cristãos evangélicos ou não, se uniram em torno desta organização<sup>541</sup>. Segundo seus adeptos e seus ideólogos, “[...] a sociedade norte-americana passava por um processo de degradação moral e caberia aos cristãos e judeus a liderança na guerra cultural contra os liberais [...]” (Machado; Mariz; Carranza, 2021, p. 6). Fundamentalistas religiosos fizeram com que a Maioria Moral fosse a melhor representação da direita cristã norte-americana. Acerca da educação, Jerry Falwell afirmou:

Espero viver para ver o dia em que, como nos primeiros tempos do nosso país, não teremos escolas públicas. As igrejas assumirão as escolas novamente e os cristãos as administrarão. Que dia feliz será esse! (Falwell apud Cline, [s.d.], tradução livre).<sup>542</sup>

No período histórico que estamos considerando, segunda metade do século XX, as escolas confessionais evangélicas se multiplicaram. Por parte dos cristãos fundamentalistas: “[...] havia um desejo de educação ‘holística’, que visse tudo – patriotismo, história, moralidade, política, economia – sob um prisma cristão. A instrução moral e espiritual era tão importante quando a acadêmica [...]” (Armstrong, 2001, p. 303). A educação teria três eixos: o conteúdo acadêmico, o conteúdo espiritual e o conteúdo moral. Todos os três tinham que passar pelo crivo da religião fundamentalista. Assim, o conteúdo científico da teoria darwiniana, por exemplo,

---

<sup>541</sup> “[...] a Moral Majority elaborou esta estratégia de ação: juntou as forças políticas mais alinhadas com a direita e as forças vivas do fundamentalismo e se apresentou para representar todas as formas de conservadorismo religioso presentes nas diversas confissões protestantes, no catolicismo e no judaísmo [...]” (Oro, 1996, p. 94).

<sup>542</sup> “I hope I live to see the day, when, as in the early days of our country, we won't have any public schools. The churches will have taken them over again and Christians will be running them. What a happy day that will be!”

estava submetido à interpretação criacionista fundamentalista. De acordo com Armstrong: “[...] O clima de ‘estufa’ visava formar cristãos fervorosos e, se preciso, militantes, preparados para lutar contra a secularização da vida americana [...] liam apenas obras literárias e filosóficas que estivessem ‘bem’ afinadas com a Bíblia [...]” (Armstrong, 2001, p. 303). Esta intenção um tanto inicial, logo se confirmaria e cederia lugar a uma perspectiva política orientada pela teologia do domínio: formar quadros cristãos fundamentalistas a fim de alcançar posições de poder e decisão no interior das sociedades. Adiante aprofundaremos esta estratégica teórico-política.

Segundo Daniel Rocha (2020), as principais bandeiras da Maioria Moral eram a defesa de valores da família, o retorno da oração e da leitura da Bíblia nas escolas públicas, a adoção do criacionismo como matéria curricular, a defesa do Estado de Israel e “[...] o combate à disseminação do comunismo juntamente com uma defesa de cunho patriótico ferrenha do capitalismo e do ‘modo de vida’ americano [...]” (Rocha, 2020, p. 109). Tanto o sionismo evangélico norte-americano quanto o combate ao comunismo eram partes integrantes da compreensão pré-milenista dispensacionalista. De fato, durante a Guerra Fria ressaltou-se no interior do fundamentalismo o anticomunismo (Oro, 1996). De acordo com Paulo Nogueira, “[...] um dos programas do Fundamentalismo era o de salvar os EUA da ameaça socialista. Esta opção ideológica pela direita passou a ser uma das maiores características do movimento [...]” (Nogueira, 2002, p. 38). Por isso, a perspectiva de luta política anticomunista se revelou durante o macarthismo e permaneceu por outras vias ora mais ora menos explícitas.

Estas considerações demonstram uma reação às demandas populares de décadas anteriores (Hoeveler, 2016), marcadas pelos protestos em favor dos direitos civis, com reivindicações de artistas, estudantes, mulheres, negros e trabalhadores. Neste contexto de correlação de forças e de lutas de classes, “[...] cresceram muito, no início dos anos 1970, seminários de formação de ‘consciência de classe’ capitalista [...]” (Hoeveler, 1964, p. 85). Além de divulgação do neoliberalismo, ocorreu uma promoção do fundamentalismo religioso norte-americano, como uma estratégia de disputa das consciências, enraizada na própria tradição religiosa estadunidense. Justamente neste contexto que refloresce o fundamentalismo religioso. “Os anos de ascensão política foram também de expansão dos colégios e escolas evangélicas [...]” (Oro, 1996, p. 99), como indicamos. Retomamos, portanto, uma questão central: o

fundamentalismo ampliou suas instituições de formação ideológica, que se dá “[...] através de três canais principais: a mídia, a literatura e as missões modernas que se movem especialmente nos parâmetros das organizações paraeclesiais [...]” (Mendonça, 1990, p. 14). Estas agências paraeclesiais se tornaram das mais bem-sucedidas estratégias para exportação da ideologia fundamentalista.

Por várias razões, a Maioria Moral chegou ao fim por volta de 1988. Marion Gordon Robertson, que já participava com Falwell, fundou a Coalizão Cristã. Estava claro que conservadores (religiosos ou não) e evangélicos fundamentalistas haviam se tornado um ativo político. O arco de alianças conservadoras seria determinante para eleições dos próximos presidentes estadunidenses: (i) Ronald Reagan. Eleito em 1980, ele empunharia duas bandeiras que, doravante, características da extrema direita: o conservadorismo (e o fundamentalismo religioso) e o neoliberalismo (Hoeveler, 2016)<sup>543</sup>. Reagan indicou e nomeou diversas personalidades evangélicas fundamentalistas para compor o governo e com ele se estabeleceu um novo padrão de luta política<sup>544</sup>. Para Mendonça, este governo “[...] foi a expressão política dessa iniciativa [fundamentalista] restauradora. No plano religioso seu instrumento mais conhecido foi a chamada ‘Igreja eletrônica’ [...]” (Mendonça, 1990, p. 14). Uma vez ocupando estas posições, cristãos fundamentalistas se responsabilizavam em difundir a fé fundamentalista. Outro candidato à Presidência apoiado pelos grupos conservadores e fundamentalistas foi (ii) George Herbert Walker Bush. Desde então, a presidência dos EUA alternou-se entre apoiados e rejeitados por estes grupos: William Jefferson “Bill” Clinton (1993-2001); George Walker Bush (2001-2009); Barack Hussein Obama II (2009-2017); Donald John Trump (2017-2021); e Joseph Robinette “Joe” Biden Jr. (2021-). Apesar de oscilar entre Democratas e Republicanos, todos mantiveram, dentro de condições geopolíticas, a política imperialista estadunidense.

Por fim, devemos retomar algo que mencionamos: as ideias pré-milenistas dispensacionistas foram largamente divulgadas durante a Guerra Fria. Possivelmente, em nenhum outro momento se produziu tantos textos de promoção do dispensacionismo quanto neste período. Caro e Fediakova (2000) consideram que

---

<sup>543</sup> Conferir a seção “2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira”.

<sup>544</sup> “Foi ali, no coração do capitalismo internacional, que se viveu uma forte renovação da militância direitista ao longo dos anos 1970, a qual culminou com a votação acachapante em Ronald Reagan em 1980. A união entre a direita cristã e a direita neoliberal, que teve seu crescimento impulsionado pelos efeitos da crise econômica (alta da inflação, desemprego) seria fatal não apenas para o projeto de reeleição do democrata Jimmy Carter, mas marcaria também o surgimento de uma nova forma de política pela direita, lançando um paradigma internacional para ela” (Hoeveler, 2016, p. 81).

houve uma nova onda fundamentalista a partir de 1980. Os autores consideram os seguintes fatos conjunturais: primeiro, “[...] como resultado de uma maior liberalização e globalização econômicas, há um aprofundamento das desigualdades sociais entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido [...]” (Caro; Fediakova, 2000, p. 457, tradução nossa); segundo, “[...] aumentam os movimentos migratórios da Europa oriental, sul da Ásia e o Magreb [noroeste da África], em direção aos países mais desenvolvidos [...]” (Idem); terceiro, “[...] a crise de ideologias e instituições tradicionais [...]” (Idem)<sup>545</sup>. Neste caso, a referência é à Queda do Muro de Berlim.

Maria e Chevitarese chamam atenção de como o neofundamentalismo – o renascido movimento fundamentalista dos anos 1970 – passou a se caracterizar pelo consumo de bens. Adiante, veremos o surgimento de uma das mais importantes teologias contemporâneas, a *teologia da prosperidade*, e teremos a oportunidade de aprofundar a relação social entre capitalismo e religião, ou melhor, entre neoliberalismo e teologia da prosperidade<sup>546</sup>. Quatro temas foram sensíveis aos protestantes em geral e aos fundamentalistas em particular: os valores capitalistas da cultura norte-americana, os valores da família patriarcal heterossexual, a posição contra o aborto e a defesa da educação religiosa nas escolas públicas. Como procuramos demonstrar, estes temas ganharam tração no interior do fundamentalismo religioso em vista de uma realidade social percebida como ameaça à fé fundamentalista. Estavam colocadas, portanto, todas as pautas fundamentalistas bem como suas estratégias de formação ideológica e de intervenção pública. Como veremos, os televangelistas cumpriram um importante papel para divulgação da ideologia fundamentalista e da teologia da prosperidade<sup>547</sup>.

---

<sup>545</sup> “[...] En primer lugar, como resultado de una mayor liberalización y globalización económicas, hay una profundización de las desigualdades sociales y económicas entre el mundo desarrollado y el subdesarrollado, y también al interior de cada uno de los países. En segundo lugar, aumentan los movimientos migratorios de Europa oriental, Asia del sur y el Magreb, hacia los países más desarrollados. Esto tiene consecuencias en el aumento de conflictos interculturales, en la formación de nacionalismos e intolerancia en la población autóctona y de fundamentalismos religiosos en los grupos inmigrantes. En tercer lugar, la crisis de ideologías e instituciones tradicionales (especialmente del marxismo, simbolizada con la caída del muro de Berlín) deja un vacío ideológico, valórico y normativo que en algunos de los casos se tradujo en la extensión de los nuevos movimientos religiosos fundamentalistas”.

<sup>546</sup> Conferir a seção “4.2 Capitalismo e religião”.

<sup>547</sup> Conferir a seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas: Teonomia, Reconstrucionismo, Teologia do Domínio e a Profecia das Sete Montanhas” e a seção “4.2 Capitalismo e religião”.

#### 4.1.2.4 Fundamentalismo religioso no século XXI: a história sendo escrita

Há várias questões em aberto. Naturalmente, a história está sendo escrita<sup>548</sup>. No entanto, na passagem de um século a outro já estavam evidentes os princípios teóricos e práticos dos fundamentalistas, as suas reivindicações no espaço público e na vida privada, suas organizações paraeclesiásticas de formação ideológica e de missão, sobretudo, já estava em curso há muito a exportação do fundamentalismo religioso evangélico norte-americano. Talvez devêssemos, ainda que brevemente, mencionar a eleição de Donald John Trump como auge do processo teológico e político do fundamentalismo recente. Empresário e famoso apresentador de televisão, sua eleição contaria com uma enorme coalização de setores do capital nacional e internacional, gozando de amplo apoio de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos para chegar à Casa Branca. À semelhança de muitos de seus predecessores, Trump era um cristão protestante. À pergunta de David Brody acerca da fé em Deus e da crença na Bíblia, Trump respondeu:

Eu acredito em Deus. Eu sou cristão. Acho que a Bíblia é, certamente, O livro [...] A Primeira Igreja Presbiteriana em Jamaica Queens é onde eu ia à igreja. Sou protestante, sou presbiteriano. E você sabe que tive um bom relacionamento com a igreja ao longo dos anos. Acho que a religião é uma coisa maravilhosa. Acho que minha religião é uma religião maravilhosa. (Brody, 2011, tradução livre).<sup>549</sup>

Trump representaria um divisor de águas na política presidencial americana: pela primeira vez um presidente assumidamente de extrema direita. Empunhando as bandeiras do conservadorismo e do fortalecimento da economia nacional – no que ficou conhecido no *slogan* “Torne a América grande novamente” (*Make America great again*) – se impôs como candidato contra as políticas de imigração, de igualdade de gênero e racial e a favor de privilégios para setores da política econômica interna e externa. Na condição de presidente, suas principais medidas foram a reforma tributária (Ahrens, 2017); trabalhou em direção à retomada

---

<sup>548</sup> Efetivamente, a história está sendo escrita: no caso *John e Jane Parents 1 v. Montgomery County Board of Education*, a Suprema Corte se recusou a ouvir queixa dos pais. Segundo os pais, a escola não tem o direito de ocultar dos genitores e responsáveis a identidade sexual dos filhos e nem se eles estão fazendo a transição de gênero na escola ou usando nomes sociais. Teremos oportunidade de ver situações recentes no cenário brasileiro.

<sup>549</sup> “I believe in God. I am Christian. I think The Bible is certainly, it is THE book. [...] First Presbyterian Church in Jamaica queens is where I went to church. I'm a protestant, I'm a Presbyterian. And you know I've had a good relationship with the church over the years. I think religion is a wonderful thing. I think my religion is a wonderful religion”.

do programa de desregulamentação da economia, que vigorava desde a crise de 2008-2009; descumprimento de acordos ambientais e investimento em combustíveis fósseis (BBC News Brasil, 2017). Contraditoriamente, Trump adotou políticas econômicas protecionistas em relação a acordos comerciais (Barbosa, 2018); criticou a existência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Bassets, 2016), retirou soldados do Afeganistão, manteve ações militares no Oriente Médio e intensificou a guerra comercial contra a China. Sua eleição repercutiu em diversos países que, mais cedo ou mais tarde, elegeriam presidentes de extrema direita. Trump se tornou – até pela posição imperialista ocupada pelos Estados Unidos – o líder político da extrema direita mundial.

Recontar a história do movimento fundamentalista norte-americano, mesmo que panoramicamente, nos dá a dimensão de suas características adquiridas ao longo do tempo e de seu caráter de movimento, em que se altera para permanecer o mesmo (Maria; Chevitarese, 2021). O movimento fundamentalista tem sua origem como um movimento de reação no interior do protestantismo norte-americano. Seu nascimento é marcado por disputas teológicas, buscando definições mais claras a respeito dos dogmas da fé. Em seguida, o movimento identifica como principais inimigos a modernidade, o darwinismo e o comunismo, como ameaças não apenas à suas crenças e, sim, ao seu jeito de viver e à moral religiosa. Precisamos ver além da afirmação de um credo: trata-se de um tipo de afirmação de uma forma de vida orientada ideologicamente pela religião. Só então que o movimento fundamentalista adentra à esfera pública em disputas políticas. Ele trilharia três ou quatro vias principais: a educação e a formação científica escolar e universitária; as políticas públicas e os cargos elegíveis; as alianças pragmáticas com a extrema direita e com a direita; e o Direito. Em todas as situações a religião atravessaria como elemento central da sociabilidade, não qualquer religião e, sim, a religião em perspectiva fundamentalista. Ao estabelecer suas bandeiras e suas frentes de batalha, através de organizações de promoção da ideologia fundamentalista, o fundamentalismo religioso se posicionou a favor do capitalismo e do modo de viver norte-americano, contrário ao comunismo e reticente quanto à ciência: a única ciência que importa é aquela que confirma os dogmas fundamentalistas. Queremos evidenciar, assim, o próprio fundamentalismo religioso evangélico brasileiro.

Já mencionamos que o protestantismo brasileiro de missão possuiu duas vias de inserção no Brasil: através das igrejas protestantes e através do movimento pentecostal. Em ambos os casos, a ideia dominante era de perspectiva salvacionista, de conversão individual, e a leitura da Bíblia, em geral, fundamentalista, com a afirmação principal dos credos fundamentalistas, especialmente, no tocando à Bíblia como inspirada e como revelada, como inerrante e como infalível. O que significa que, além da dependência administrativa e financeira, há a dependência ideológica na formação de lideranças nativas e de compreensão da fé e da religião. Feitas as devidas diferenciações culturais, econômicas, históricas, religiosas e sociais entre as duas nações, as estratégias do fundamentalismo religioso no Brasil são idênticas às de seus país de origem. Diríamos até que, pela experiência nos Estados Unidos, eles conseguiram ser mais eficientes em solo brasileiro.

Quando consideramos o consórcio pelo poder no interior do bolsonarismo, discorreremos sobre o fundamentalismo religioso. De acordo com Eliseu Pereira, “[...] crenças e práticas dominionistas prepararam o ambiente evangélico para a adesão ao Governo Bolsonaro [...]” (Pereira, 2023, p. 162). Assim como ocorrera no Norte, também aqui no Sul havia uma ideologia fundamentalista consolidada no interior da maior parte das igrejas protestantes e evangélicas, de tal forma que foi possível falarmos em termos de hegemonismo da prática fundamentalista. Magali Cunha descreve duas grandes tendências do fundamentalismo religioso na América Latina: (i) fundamentalismos contextualizados: reação sobre direitos sexuais e reprodutivos; o discurso “pró-família” como um projeto econômico-político; pânico moral e permanente embate com inimigos; ameaças a comunidades tradicionais; ações coordenadas; e os temas do Estado laico e da liberdade religiosa. (ii) novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos na América do Sul: teologia do domínio, guerra cultural e missão entre indígenas (2020, p. 27-43).

As instituições paraeclesiais e as agências missionárias também cumpriram um importante papel. Naturalmente, os seminários teológicos contaram com professores que atuavam no Brasil e cuja formação, em geral, havia se dado naquelas faculdades norte-americanas orientadas pela doutrina fundamentalista. As obras teológicas traduzidas seguiam a mesma orientação ideológica e foram largamente difundidas e utilizadas aqui, de forma uma tanto acrítica. Era praticamente a única literatura teológica disponível. Predominantemente, uma literatura produzida

no Sul do Estados Unidos, conservadora e fundamentalista<sup>550</sup>. Neste contexto evangelizador e formador, consolidou-se o pensamento protestante e evangélico. Mais tarde, claro, em contato com textos e com autores de fora dos círculos conservadores e fundamentalistas, e com teólogos brasileiros retornando de outras escolas europeias e estadunidenses, se tornou possível desenvolver outras perspectivas teológicas – teologias críticas, em diálogo com a modernidade e com a realidade latino-americana. As instituições paraeclesiais e as agências missionárias foram imprescindíveis na consolidação e na divulgação do conservadorismo e do fundamentalismo religioso: Aliança Bíblica Universitária (ABU), Associação dos Atletas de Cristo, Jovens Com Uma Missão (JOCUM), Juventude para Cristo, Cruzada Universitária por Cristo etc. De maneira segmentada, estas organizações procuram disseminar a fé, por exemplo, evangelizando nas universidades e evangelizando por meio do esporte. Algumas, também, são centros de treinamento missionário e ideológico.

A eleição de Messias Bolsonaro possibilitou que agências missionárias, instituições paraeclesiais e outras organizações evangélicas conservadoras e fundamentalistas oficializassem relações como Estado brasileiro. Como representante dos segmentos religiosos conservadores e fundamentalistas, Messias Bolsonaro fez vários movimentos em direção a atender aos interesses de “evangélicos”<sup>551</sup>, entretanto, mencionaremos apenas três que chamaremos de “oficiais”. (i) Em abril de 2019, Messias Bolsonaro participou de um almoço organizado pelo empresário-pastor Silas Malafaia, no contexto da discussão acerca da mudança da Embaixada Brasileira em Israel para Jerusalém, uma pauta cara ao sionismo brasileiro e ao fundamentalismo religioso – em vista do suposto lugar que Israel ocupa no relógio escatológico (Martins; Rocha, 2024). Além de pastores brasileiros e brasileiras,

---

<sup>550</sup> “[...] uma teologia muito própria de lá [EUA] é traduzida por aqui: sulista, conservadora e fundamentalista. Devemos perguntar, claramente, o que se publica entre nós, o que não é disponibilizado em nosso idioma e a quem interessa as linhas de publicações das editoras evangélicas brasileiras. Alguns pastores e teólogos brasileiros não conseguem nem perceber que as teologias que recebemos são interpretações, que, como quaisquer outras, ideológicas; e algumas delas são interpretações de interpretações, ou seja, nem mesmo acessamos aos intérpretes primários. Paralelamente, minimizamos, desprezamos e negamos as teologias latino-americanas, às vezes, com um discurso falseado de que se trata de uma teologia política, quando assumimos uma perspectiva política para a teologia imposta pelo Norte [...] Então, devemos perguntar, também, quais são os aspectos em nossa sociedade que fazem com que aceitemos tão acriticamente interpretações bíblicas importadas e influenciadas (predominantemente) pelo Sul dos Estados Unidos” (Martins, 2022, p. 68).

<sup>551</sup> Somente no ano de 2019 foram quarenta compromissos oficiais do ex-presidente Messias Bolsonaro com os evangélicos (Couto; Arbex, 2020). Seria como se eles se encontrassem semanalmente entre janeiro e início de novembro.

estavam presentes John Hagee, fundador do Cristãos Unidos por Israel (*Christians United for Israel – CUFI*), o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e os presidentes do Supremo Tribunal Federal, (à época) Dias Toffoli, e do Senado Federal, (à época) Davi Alcolumbre (DEM-AP) (Maciel, 2019). No mesmo ano, (ii) em agosto, Ralph Drollinger, fundador e presidente do Ministério do Capitólio (*Capitol Ministries*), esteve em Brasília para implantar a estratégia de evangelizar e de discipular autoridades políticas (Dip; Viana, 2019). (iii) Benefícios e perdão das dívidas de igrejas e de organizações eclesiais e outros privilégios a pastores<sup>552</sup>.

Entre as importantes representações estratégicas<sup>553</sup> e práticas da teologia do domínio no século XXI estão o Ministério do Capitólio (*Capitol Ministries*) e a *profecia das sete montanhas*. Segundo Magali Cunha, o objetivo do Ministério Capitólio é “[...] ‘evangelizar líderes políticos eleitos e indicados para que alcancem maturidade em Cristo’. A base, de acordo com os estudos oferecidos, é uma visão evangélica alinhada com a ultradireita americana [...]” (Cunha, 2020, p. 40). É uma daquelas instituições paraeclesiais com objetivo de transmitir a ideologia fundamentalista. Neste caso, a agência missionária quer formar ideologicamente aqueles que já ocupam uma posição de poder e de decisão, sejam políticos eleitos ou sejam indicados. De acordo com a autora: “Com o apoio de Trump, o Capitol Ministries criou ‘o discipulado de estudos bíblicos para líderes políticos’ de 24 países de quatro continentes, com a meta de criar, em longo prazo, 200 ministérios em 200 países [...]” (Idem). O Ministério Capitólio esteve no Brasil em agosto de 2019, no Senado Federal.

---

<sup>552</sup> (a) Aumento do piso de arrecadação de R\$ 1,2 milhão para R\$ 4,8 milhões (Góis; Cappelli, 2021); (b) Perdão de R\$ 1,4 bi em dívidas de igrejas (Góis; Cappelli, 2021); (c) Alteração da legislação livrando da extinção antigos canais de TV por UHF e permitindo atuarem na TV paga (Wiziack, 2022); (d) ampliação da isenção fiscal para pastores (Carta Capital, 2023).

<sup>553</sup> “Uma pesquisa exploratória tornou possível a identificação de quatro organizações que emergiram ou se reconfiguraram na América do Sul, durante o governo de Donald Trump, no período de 2017 a 2020, sendo o Brasil o único país em que as elas estiveram em atuação ao mesmo tempo: *Ethnos 360°* (reformulação da *New Tribes Mission*, 2017), *Capitol Ministries* (2017), *Instituto L’Abri Brasil* (impulsionado em 2017) e *The Send* (2020) (Cunha, 2020)” (Cunha, 2021). Magali Cunha (2021) tratou do *Ethnos 360°* e do *Capitol Ministries*. Em nossa pesquisa mencionaremos o *The Send* e nos concentraremos na *profecia das sete montanhas*.

#### 4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas: Teonomia, Reconstrucionismo, Teologia do Domínio e a Profecia das Sete Montanhas.

Em seu processo de desenvolvimento histórico, o fundamentalismo religioso assumiu diversas formas: de um grupo envolvido em disputas teológicas no interior do protestantismo norte-americano até chegar à Presidência da República algumas vezes e trabalhar pela indicação de conservadores à Suprema Corte. Em todo caso, o fundamentalismo religioso não abandonou sua prática original, ao contrário, em cada mutação o fundamentalismo explicitou seus princípios e sua prática. Precisamos mencionar três destacadas expressões do fundamentalismo religioso norte-americano: o teonomismo, o reconstrucionismo e a teologia do domínio. Como temos procedido até então, priorizaremos os próprios representantes destas escolas ao tratarmos da Educação. As três expressões fundamentalistas são, basicamente, a mesma coisa<sup>554</sup>. As diferenças estão relacionadas à época e aos autores de cada uma delas. A questão central e que se manteve em todo o tempo é que são formas diferentes de propor uma teocracia cristã<sup>555</sup>.

Primeiro, surgiu o movimento do reconstrucionismo através de Rousas John Rushdoony (1916-2001). Rushdoony foi um teólogo calvinista, também filósofo e historiador, que lançou as bases do movimento através da obra *The Institutes of Biblical Law*. Duas referências importantes já se apresentam no título: a obra seria uma nova instituição da religião cristã, à semelhança do que Calvino fizera no século XVI; e a Bíblia como um código legislativo, especialmente, a Lei Mosaica. Depois, surgiu o teonomismo através de Greg Lyle Bahnsen (1948-1995), teólogo calvinista e filósofo, e Gary North (1942-2022), teólogo e economista vinculado à Escola Austríaca. Outros dois destacados autores que influenciaram o dominionismo foram

---

<sup>554</sup> No texto central considerado por nós, “O credo da reconstrução cristã”, Andrew Sandlin (2009) afirma que “Um cristão reconstrucionista é um teonomista” e que “Um reconstrucionista é um dominionista”. Em nossas considerações, tomaremos reconstrucionismo, teonomismo e dominionismo como as categorias centrais a serem observadas como teoria e prática e reconstrucionista, teonomista e dominionista como seus respectivos ideólogos ou adeptos.

<sup>555</sup> De acordo com Frederick Clarkson (2005) há um dominionismo “suave” (*soft*) e um dominionismo “duro” (*hard*). O que diferencia ambos é a teocracia: o reconstrucionismo é a forma dura do dominionismo “[...] que procura substituir a governança secular, e subsequentemente a Constituição dos EUA, por um sistema político e judicial baseado na Lei do Antigo Testamento, ou na Lei Mosaica [...]” (Frederick, 2005, p. 2, tradução livre). “[...] which seeks to replace secular governance, and subsequently the U.S. Constitution, with a political and judicial system based on Old Testament Law, or Mosaic Law [...]”. Como o autor considera ao longo do texto, o dominionismo suave acredita que se deva exercer algum controle sobre instituições políticas e culturais (Idem, p. 2) e propõem uma forma de nacionalismo cristão que não chega à efetivação de um código legal teocrático (Idem, p. 4).

Francis Schaeffer (1912-1984), fundador do *L'Abri* e autor de livros como *A morte da razão* e *Um manifesto cristão*. Schaeffer foi influenciado por Rushdoony e foi um autor muito popular no Brasil. E o Charles Peter Wagner (1930-2016), precursor da Nova Reforma Apostólica e fundador da Coalização Internacional Apostólica (*International Coalition of Apostles*). Os textos de Wagner tratam sobre batalha espiritual, crescimento da igreja, oração e reforma apostólica, com destaque para *Espíritos territoriais*, *Estratégias para o crescimento da igreja*, *Igrejas que oram* e *Oração de guerra*. O dominionismo atual é o mesmo, na prática, dos dois anteriores e tem sido uma importante estratégia de expansão do movimento fundamentalista vinculado ao reconstrucionismo e ao teonomismo. Os teonomistas já chamavam aspectos teóricos desenvolvidos por eles de “teologia do domínio”.

As expressões mais destacadas desse fundamentalismo são, em primeiro lugar, (i) o reconstrucionismo. É a ideia de que é preciso reconstruir o indivíduo e a sociedade a partir de um projeto original de Deus, como um plano presente no *Gênesis*, como compreendem fundamentalistas. Olha-se de forma idealizada para os inícios da humanidade, da Igreja – segundo descritas na Bíblia e interpretadas por fundamentalistas – e da nação como um tempo perdido a ser reconstruído: Deus visitando o ser humano ao cair da tarde, o homem vivendo em um jardim, a mulher como companheira e ajudadora, o homem como dominador da criação. Semelhantemente, nutre uma perspectiva idílica acerca das origens da nação como um período de bênçãos, de promessas e de fidelidade do ser humano à lei divina. De acordo com Andrew Sandlin: “[...] Um cristão reconstrucionista crê que a fé deveria ser aplicada a tudo da vida, não apenas ao lado ‘espiritual’. Ela se aplica à arte, educação, tecnologia e política [...]” (Sandlin, 2009). A palavra fé, neste caso, comporta dois sentidos pelo menos: a crença e a aliança com a divindade por eles professada, e o sistema de doutrinas e crenças que fundamentam essa fé. Esta fé – que temos caracterizado como fundamentalista – deve ser “aplicada a tudo da vida, não apenas ao lado ‘espiritual’”. O reconstrucionismo compreende que não pode haver, em perspectiva fundamentalista, uma separação real entre o lado espiritual e o lado material. A fé reconstrucionista deve ser aplicada a tudo da vida: à arte, à educação, à tecnologia e à política. Em sendo uma das características da experiência religiosa a separação entre o sagrado e o profano, do Protestantismo a separação entre a Igreja e o Estado e da modernidade a religião privada e o Estado laico, o

reconstrucionismo quer atravessar todos os limites e ultrapassar as fronteiras com a fé reconstrucionista orientando o Estado e a sociedade.

Outra manifestação do fundamentalismo religioso é o (ii) teonomismo. Esta palavra significa “Lei de Deus”, que deve ser utilizada, segundo Sandlin, não apenas para conduzir o pecador a Cristo, ou fornecer um padrão moral para o cristão e, sim para “[...] manter a ordem na sociedade, restringindo e punindo o mal civil.” (Sandlin, 2009). A Lei de Deus está registrada na Bíblia Sagrada, especialmente, na Lei Mosaica, o que inclui os Dez Mandamentos (Decálogo) que, segundo interpretada pelos seus teólogos, tem validade permanente. Os cinco primeiros livros da Bíblia formam a *Torah*, os cinco livros da Lei. O segundo deles contém a primeira elaboração do Decálogo e as primeiras leis mosaicas, ainda durante a suposta saída do Egito e a peregrinação, Êxodo; o terceiro deles dedica-se à Lei cerimonial, Levíticos, uma produção sacerdotal; e o último deles, Deuteronomio, é a segunda e mais elaborada legislação para os judeus<sup>556</sup>, também sacerdotal. A questão principal do teonimismo é que a Lei de Deus – que não se restringe ao Decálogo – tem validade permanente e deve ser aplicada às sociedades modernas. Ela não se restringe ao homem religioso, à moral privada, mas deve ser aplicada indiscriminadamente ao conjunto da sociedade civil independentemente de professar ou não a mesma fé: “[...] as leis do país devem refletir as leis de Deus como constam na Bíblia, incluindo pena de morte, criminalização de condutas consideradas pecaminosas, escravidão por dívidas, limitação ao poder do Estado etc. [...]” (Pereira, 2023, p. 151). Ressaltamos que, assim como o reconstrucionismo propõe um tipo de teocracia, rompendo com a tradição

---

<sup>556</sup> Nenhum dos cinco primeiros livros bíblicos foram escritos no período ao qual se referem. Todos eles são elaborações muito posteriores, já do período pós-exílico, quando se inicia a estruturação do judaísmo de Jerusalém, sob o governo dos sacerdotes. As leis em seus mínimos detalhes tinham por objetivo controlar a sociedade e imputar maior poder à classe sacerdotal.

Protestante clássica, mas fiel à tradição calvinista<sup>557</sup>, propõe uma interpretação completamente nova sobre a validade e permanência da lei do Antigo Testamento<sup>558</sup>.

A última manifestação do fundamentalismo religioso que trataremos é o (iii) dominionismo. Para Thomas Ice (2009), a teologia do domínio é o resultado de duas correntes do pensamento cristão protestante: a tradição da teologia reformada calvinista e a tradição da teologia pentecostal ou carismática<sup>559</sup>. Segundo o autor: “[...] os defensores da teologia do domínio acreditam que o domínio sobre todas as áreas da vida foi restaurado na primeira vinda de Cristo. Já que estamos agora no Reino [...] nossa tarefa é chamar os crentes a reivindicar o governo de Cristo [...]” (Ice, 2009, p. 6, tradução livre).<sup>560</sup> De acordo com Frederick Clarkson (2005), há três características do dominionismo: (a) o nacionalismo cristão, que acredita que o país fora uma nação cristã e que precisa voltar a sê-lo; (b) a supremacia religiosa do cristianismo como praticado por eles, o que faz com que não respeitem outras religiões ou mesmo outras versões do cristianismo; (c) a visão teocrática, em que acreditam que a “lei bíblica” deve ser o fundamento da legislação civil e que a Constituição deveria implementar princípios bíblicos<sup>561</sup>. Conforme Sandlin, o dominionista

---

<sup>557</sup> De acordo com Sandlin: “Um cristão reconstrucionista é um calvinista. Ele sustenta o Cristianismo histórico, ortodoxo e católico e das grandes confissões Reformadas [...]” (Sandlin, 2009). Acerca de John Calvino, Daniel Rops escreveu: “[...] em 20 de novembro, a Assembléia do povo, convocada ao som de trombetas para a planície Molard, votava por unanimidade um decreto que estabelecia ‘um governo segundo o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo’. Estava proclamado em Genebra o reino de Deus [...] ‘Todo o poder pertence a Deus, que é Rei dos Reis e Senhor dos Senhores’, viria a murmurar Calvino na sua última hora. Durante vinte e três anos, empregará toda a sua energia e toda a sua inteligência em fazer desse preceito uma realidade moral, social e política, tanto quanto religiosa. Nunca, sem dúvida, a teocracia conheceu uma realização prática mais completa.” (Rops, 1996, p. 398). Outras tentativas de se instaurar uma “teocracia cristã” foram Savonarola em Florença e João de Leyde em Münster.

<sup>558</sup> A compreensão tradicional do cristianismo excluía, imediatamente, a lei cerimonial. E as leis morais e culturais se submetiam à interpretação do Novo Testamento. De fato, como orientação hegemônica cristã, o Antigo Testamento deveria ser lido e compreendido de acordo com o Novo. Até de forma natural havia certas tensões entre o Antigo e o Novo. É assim que o próprio Decálogo aparece explicado nas antigas catequeses cristãs submetido à compreensão maior do Novo: o amor é o cumprimento da Lei.

<sup>559</sup> “[...] DT [Dominion Theology] is the product of two major streams of thought. One from the Reformed, Calvinist camp, the other from the Pentecostal/Charismatic tradition [...]” (Ice, 2009, p. 2).

<sup>560</sup> “DT advocates believe that dominion over every area of life has been restored by the first coming of Christ. Since we are now in the Kingdom (This is where the synonym for DT “Kingdom Now” arose.), our task is the calling of believers to reclaim the rule of Christ on planet earth by whatever means their particular brand of DT advocates [...]”.

<sup>561</sup> “1. Dominionists celebrate Christian nationalism, in that they believe that the United States once was, and should once again be, a Christian nation. In this way, they deny the Enlightenment roots of American democracy. 2. Dominionists promote religious supremacy, insofar as they generally do not respect the equality of other religions, or even other versions of Christianity. 3. Dominionists endorse theocratic visions, insofar as they believe that the Ten Commandments, or ‘biblical law’, should be the foundation of American law, and that the U.S. Constitution should be seen as a vehicle for implementing Biblical principles.” (Clarkson, 2005, p. 3).

[...] toma seriamente os mandamentos da Bíblia aos justos para tomar o domínio na Terra. Esse é o objetivo do evangelho e da Grande Comissão. O cristão reconstrucionista crê que a terra e toda a sua plenitude é do Senhor: que cada área dominada pelo pecado deve ser “reconstruída” em termos da Bíblia. Isso inclui, primeiro, o indivíduo; segundo, a família; terceiro, a igreja; e quarto, a ampla sociedade, incluindo o Estado. Portanto, o cristão reconstrucionista crê fervorosamente na civilização cristã. Crê firmemente na separação da Igreja e Estado, mas não na separação do Estado (ou qualquer outra coisa) de Deus [...]. (Sandlin, 2009).

Ainda que reconstrucionismo, teonomismo e dominionismo sejam expressões de um mesmo fundamentalismo religioso evangélico, os termos podem ser utilizados como equivalentes, ou seja, um deles pode ser apresentado para substituir os demais, isto é, como sinônimo; como também pode acentuar um ou outro aspecto específico, de reconstrução, de teonomia ou de dominionismo. Infelizmente, Sandlin não explica no Credo o que significa – na perspectiva de alguém que adota crenças e posturas fundamentalistas reconstrucionistas – separar Igreja e Estado sem separar Estado e Deus. É que, como veremos, a divindade se apresenta através de seus representantes<sup>562</sup> e seus representantes reconstrucionistas propõem a lei mosaica à sociedade. Em linhas gerais, tais cristãos fundamentalistas pregam que é preciso “multiplicar-se, encher a terra, sujeitá-la e dominá-la”; que os cristãos estão sob a promessa de “ser cabeça e não cauda”; que a “lei de Deus deve ser inculcada nos filhos”; que a Jesus foi concedida “toda autoridade no céu e na terra”. Cada uma destas afirmações é estendida aos cristãos e cristãs, sem hermenêutica crítica, sem mediações, como se cada uma delas se dirigisse linearmente à cristandade contemporânea. O que mais importa não é o que supostamente esteja escrito e sim como os cristãos fundamentalistas leem e a prática fundamentalista que legitima a leitura fundamentalista. Cristãos fundamentalistas acreditam na missão de trazer de volta tempos idílicos de instituições conduzidas por cristãos; e que assim apressam o retorno de Cristo (Enlow, 2008; Macedo; Oliveira, 2008), de onde se aguarda o definitivo estabelecimento do reinado de Deus<sup>563</sup>.

O que o fundamentalismo religioso apresenta é a organização da sociedade em função de um mundo transcendente, místico, espiritual, segundo certa

---

<sup>562</sup> Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

<sup>563</sup> Em relação à escatologia – a doutrina das últimas coisas – há uma diferença entre reconstrucionistas calvinistas e reconstrucionistas pentecostais, neopentecostais e carismáticos: os primeiros defendem o pós-milenismo enquanto os demais defendem o pré-milenismo.

interpretação da Bíblia<sup>564</sup>. Sem renunciar ao desenvolvimento tecnológico, propõe uma medievalização da sociedade, inclusive, em termos de direitos – em que a mulher é “submissa ao marido” e o “servo ao seu senhor”. O mundo tem uma ordem estabelecida por Deus, e esta ordem precisa ser obedecida. A imagem da divindade, à semelhança do soberano feudal, é o criador, sustentador e destinatário da criação. A consequência parece ser clara: é preciso comportar-se neste mundo a fim de alcançar a salvação no mundo vindouro. Observemos que a religião contém uma prática. Daí não se pode concluir outra coisa senão que, para um fundamentalista, a Bíblia está acima da Constituição. Porque, com base em suas crenças, o fundamentalista crê em si mesmo como portador da verdade absoluta (Panasiewicz, 2008), justamente pela forma como compreende a Bíblia e o que nela está escrito (Nogueira, 2002). Ele a eleva ao *status* de divinamente inspirada e revelada, portanto, acima de qualquer outro livro (ou biblioteca), e que, segundo interpreta, deve orientar tanto a vida individual quanto conduzir a sociedade. Se está claro para um fundamentalista o peso que atribui à Bíblia, numa eventual concorrência com a Constituição Federal o livro dos cristãos terá sempre superioridade, e isso de tal forma que a Constituição estará submissa à Bíblia. Mais ainda, a Bíblia será a norma para interpretação e para aplicação da Constituição. Vejamos trechos<sup>565</sup> de dois discursos de Michele Bolsonaro, o primeiro em 25 de fevereiro de 2024, na Av. Paulista, e o segundo em 21 de abril do mesmo ano, no Rio de Janeiro:

[...] Nós somos gratos a Deus por este dia tão lindo, por sua misericórdia, por seu amor e por seu cuidado. Deus é maravilhoso em tudo o que ele faz. E não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas, vendo o exército de homens e mulheres patriotas que não desistem de sua nação [...] Para dizer que o Brasil é do Senhor, para dizer que nós somos um povo, um povo de bem, um povo que defende valores e princípios cristãos, um povo que ama esta nação e que aprendeu a acreditar que ela tem promessas e que elas vão se cumprir. Em um momento tão difícil da história, meus amados, desde 2017 nós estamos sofrendo, nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era ‘Deus acima de todos’. E se é difícil com Deus, com certeza é impossível sem ele. E quantos ataques, meus amados? Quantas injustiças? Mas eu aprendi, naquele leito de hospital, aonde os médicos falaram que era só Deus... E eu ajoelhei e falei: Senhor, não cai um fio de

---

<sup>564</sup> Temos insistido em que os evangélicos são plurais e dinâmicos. Assim, nem todos os evangélicos corroboram uma interpretação literalista e fundamentalista da Bíblia. Ao contrário, fazem uma leitura dos Evangelhos que, ainda que preserve a fé, advogam uma transformação social. Certamente, a maior representante desta perspectiva foi a Teologia da Libertação.

<sup>565</sup> O(A) leitor(a) perceberá que, realmente, destacamos apenas alguns trechos, sem fazer com o discurso perca sua fluidez e considerando apenas aqueles elementos característicos do fundamentalismo religioso em sua expressão reconstrucionista e dominionista.

nossa cabeça e uma folha de uma árvore sem a sua permissão. E a partir daquele dia minha fé foi renovada [...] Eu não pedi para estar aqui, aprouve o Senhor nos colocar à frente desta nação. Aprouve Deus nos colocar na Presidência da República [...] Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes ao ponto de falarmos que não poderíamos misturar política com religião e o mal tomou... O mal ocupou o espaço. Chegou o momento agora da libertação. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Foi o versículo que ele usou em toda a campanha e eu creio que isso foi gerado no mundo espiritual. Porque eu creio em um Deus vivo, um Deus Todo-poderoso e que é capaz de restaurar, de curar a nossa nação [...] (Michele..., 2024a, transcrição nossa).

[...] Eu quero agradecer a Deus por esta oportunidade maravilhosa de estarmos juntos, unidos aqui no Rio de Janeiro, um dia ensolarado um dia abençoado [...] Aonde nós queremos dizer que o Brasil é do Senhor Jesus. Aonde nós queremos passar a mensagem para homens e mulheres de bem que querem lutar para um país melhor para os seus filhos e os seus netos. Há esperança sim. Há esperança de dias melhores para o nosso povo [...] O nosso povo não merece mais ser sacrificado, o nosso povo não merece mais ficar aprisionado [...] Vocês estão aqui porque vocês acreditam, acreditam que o Brasil vai vencer, acreditam que dias melhores virão para nossa nação. E nós precisamos estar unidos, não é por um homem, não é por uma mulher, é pelos valores, é pelos princípios, é pelo Reino de Deus estabelecido na terra. Porque antes de sermos cristãos nós somos cidadãos e precisamos... Nós precisamos posicionar e exigir os nossos direitos [...] Que vocês possam sair daqui, hoje, com o coração ardente, com coração cheio de energia, de alegria e de vontade de lutar por dias melhores [...] Nós precisamos de uma política nova, precisamos de gente de bem que não vai aprisionar o seu povo. Precisamos de gente que tem projeto de prosperidade para o Rio de Janeiro e não projeto de poder, e aqui eu quero agradecer e quero abençoar cada família aqui representada [...] Uma mulher sábia ela edifica a sua casa, edifica o seu bairro, o seu município, o seu estado. Mas uma mulher... Mulheres sábias edificam uma nação. E essa mensagem que nós queremos passar para vocês: mulheres femininas, mulheres fazendo uma política feminina e não feminista, nós estamos aqui para fazer uma política colaborativa, junto mulheres ajudando o seu esposo, juntos na construção de um país melhor, por mais igualdade, por mais amor, o verdadeiro amor. O amor que cuida, o amor que protege não amor que escraviza. (Michele..., 2024b, transcrição nossa).

Todo o discurso foi carregado da linguagem e da simbologia religiosas<sup>566</sup>. É um fazer político atravessado pela religião, mobilizando emoções e sentimentos religiosos, com atos simbólicos, com leitura de textos bíblicos e com orações, se dirigindo, especialmente, às mulheres e aos jovens. Ao mesmo tempo em que a ex-primeira-dama falou a respeito de seu marido e de si mesma como chamados pela divindade para uma missão, resgatando os momentos em que ela considera mais significativos<sup>567</sup>, fez um apelo à tomada de posição política: (i) em seu discurso, é

<sup>566</sup> O ato político contou com diversos representantes da extrema direita brasileira e internacional e de símbolos que remetiam ao Estado de Israel, próprios do sionismo evangélico brasileiro. A presença de lideranças religiosas, como do empresário-pastor Silas Malafaia, e a centralidade da religião não deixam dúvidas da articulação entre política e religião.

<sup>567</sup> Conferir a seção “3.3.1.4.1 ‘Ele veio para salvar o Brasil’”.

evidente os elementos característicos do dominionismo como elencado por Clarkson (2005): nacionalismo cristão, supremacia religiosa e visão teocrática, como quando ela afirmou que precisamos estar unidos “pelo estabelecimento do reino de Deus na terra”; (ii) a presença de uma perspectiva de batalha espiritual, em que se profetiza e se mentaliza – como nas teologias da confissão positiva e da prosperidade – a libertação e a prosperidade para o país, com declarações de que a nação pertence a Jesus; (iii) a política se tornou um ambiente ocupado pelo mal porque os próprios religiosos foram negligentes ao adotarem ou endossaram a separação entre política e religião. É um tipo de demonização da política<sup>568</sup> e rejeição de outras expressões religiosas como pertencentes ao “maligno”; (iv) o momento presente é um momento de libertação. Esta libertação, por suposto, só pode ocorrer com o avanço dos cristãos ocupando a política; só assim a divindade é capaz de restaurar e de curar a nação. Em ambos os discursos, a ex-primeira-dama se dirige ao núcleo ideológico do bolsonarismo, descrito como “cidadãos de bem” e “patriotas” e (v) reafirma os valores do bolsonarismo como fé, como liberdade e como verdade – como interpretados pelo bolsonarismo<sup>569</sup>. Não deixa de mencionar a suposta perseguição aos cristãos. Uma curiosidade no discurso para a qual queremos chamar atenção é (vi) a ideia de que o nosso povo não merece mais ser sacrificado. Temos demarcado ao longo do trabalho a perspectiva de sacrifício orientada pelo ajuste fiscal. Portanto, os atos políticos-religiosos mobilizam os afetos e os medos de parte da sociedade brasileira. Além da habilidade de falar em público, a ex-primeira-dama demonstra estar disciplinada nos principais elementos da teologia da batalha espiritual e da teologia do domínio, quais sejam, de que a nação deve ser governada por cristãos comprometidos com a fé fundamentalista a fim de prosperar.

---

<sup>568</sup> Em culto na Igreja da Lagoinha, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro disse: “[...] E nós vamos declarar a cada dia que feliz é a nação cujo Deus é o Senhor. E essa nação tão amada, tão querida, ela é do Senhor Jesus. Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca, eu vou continuar louvando o nosso Deus. Vou continuar orando [...] e intercedendo em todos os lugares e sabe por que irmãos? Porque por muitos anos, por muito por muito tempo, aquele lugar foi um lugar consagrado a demônios. Consagrados a demônios. Cozinha consagrada aos demônios, Planalto consagrado aos demônios e hoje... Consagrado ao Senhor Jesus. Consagrado ao Senhor Jesus. Ali, eu sempre falo e falo para ele quando eu entro na sala dele e olho para aquela cadeira: essa cadeira é do presidente maior. É o rei que governa essa nação [...]” (Emocionante..., 2022). Neste discurso que, historicamente precedo os outros dois, a autora relembra o que faziam antes do chamado, lembra o incidente de Juiz de Fora, a missão e as promessas para a nação. Há anos se cultiva no interior das igrejas que o Brasil seria um “celeiro de missionárias” e que experimentaria o “avivamento”.

<sup>569</sup> Conferir a seção “3.3.4 A prática bolsonarista: ações, irracionalidades, subjetividades...”.

O fundamentalismo religioso – em suas expressões reconstitutivistas, teonomistas e dominionistas – quer retomar uma aliança presente na Idade Média e na colonização do Brasil. É uma proposta de revisão em novos tempos de um princípio moderno: a separação entre o Estado e a Igreja. A argumentação é a mais simples: “O discurso de separação entre política e religião beneficiou o governo do mal”. Observemos que está de acordo com a visão fundamentalista em que a religião – cristão evangélica fundamentalista – é o bem, frente a outras supostas forças espirituais que interfeririam no governo dos homens, na ausência de pessoas comprometidas com a prática religiosa fundamentalista. É um discurso plenamente assentado na Teologia do Domínio: é necessário que a igreja – apenas igrejas representantes do fundamentalismo religioso, portanto, não qualquer igreja e muito menos quaisquer outras religiões – ocupe todos os espaços da sociedade. Importa pouco ou nada a tradição do Protestantismo... Caso a religião fundamentalista implemente seu projeto de poder dominionista teremos uma teocracia, o que significa, em termos concretos, o fim da Democracia mesmo nos limites que a conhecemos.

Uma expressão concreta do dominionismo tem se popularizado nas últimas décadas a partir dos Estados Unidos: *a profecia das sete montanhas*<sup>570</sup>. Loren Cunningham descreveu que, em agosto de 1975, “[...] o Senhor me deu naquele dia uma lista de coisas nas quais nunca havia pensado antes. Ele disse: ‘Este é o caminho para alcançar a América e as nações para Deus’ [...]” (Cunningham, 2018, tradução livre)<sup>571</sup>. Segundo Cunningham, seu amigo Bill Bright recebeu do Senhor a mesma lista e Darlene, esposa de Cunningham, assistiu Francis Schaffer apresentando a mesma lista na TV. Três pessoas supostamente recebendo a mesma lista fez com que Cunningham compreendesse que se tratava de “uma visão de Deus para o corpo de Cristo”. Uma das sistematizações mais divulgadas tem sido a obra de Johnny Enlow, *A profecia das sete montanhas: desvendando a próxima revolução de Elias* (*The seven mountain prophecy: unveiling the coming Elijah revolution*). O Prefácio é de Elizabeth Enlow, esposa de Johnny Enlow, no qual ela descreve a jornada do casal

---

<sup>570</sup> “Por fim, sobre a doutrina dos sete montes, percebo que é amplamente propagada no Brasil, direta ou indiretamente, por meio de livros, como *Sete montes*, de Fernando Guillén; *A Profecia das sete montanhas: desvendando a próxima revolução de Elias* e *O Renascimento dos sete montes*, ambos de Johnny Enlow; *Nascidos para governar*, de André Torres; *Nascidos para reinar*, de Marcelo Bigardi. Os títulos demonstram que não são apenas livros traduzidos, mas de autores brasileiros com notável presença nas mídias sociais” (Pereira, 2023, p. 166).

<sup>571</sup> “[...] And the Lord had given me that day a list of things I had never thought about before. He said “This is the way to reach America and nations for God [...]”.

à revelação<sup>572</sup> das sete montanhas. O autor afirma, após considerar duas referências bíblicas<sup>573</sup>, que: “[...] Jesus havia recuperado a autoridade para restabelecer a regra de Deus sobre os sete pilares da cultura, ou infraestrutura, e de cada nação da terra. [...]” (Enlow, 2009, p. 10-11). Enlow segue cabalmente a tradição dominionista como temos considerado até agora.

Nos capítulos deste livro me refiro a estes fundamentos da cultura, ou setores da sociedade como “montanhas”. Apocalipse 17 descreve a “meretriz” que está sentada numa “besta de sete cabeças” que são “sete montanhas.” Esta entidade demoníaca, descrita como uma mulher precisa ser destituída das montanhas, ou de seus lugares de poder. Esta é a missão à qual fomos comissionados por Jesus. Jesus é a cabeça, e o Seu corpo somos nós. Ele já fez a sua parte ao recuperar todo o poder e autoridade através da cruz e da Sua ressurreição [...]. (Enlow, 2009, p. 12).

A profecia das sete montanhas se trata de uma estratégia de conquista de sete áreas de influência: a mídia, o governo, a educação, a economia, a religião, a arte e o entretenimento e a família<sup>574</sup>. Assentada em uma interpretação fundamentalista da Bíblia, seus adeptos creem que é preciso ocupar aquilo que chamam de áreas de influência. Segundo Enlow, trata-se de um mandamento, “da visão de Deus para sua igreja”; segundo Cunningham, “o caminho para alcançar as nações”. Porque é uma missão divina e precisa ser cumprida. A estratégia considera que se deve ocupar e dominar as sete áreas. Enlow tem uma perspectiva da teologia da batalha espiritual em que cada uma das áreas é controlada por uma entidade espiritual ou um demônio, que influencia e determina as decisões humanas desta

---

<sup>572</sup> Entre cristãos o conceito de revelação está associado ao sentido comum e usual da palavra: tirar o véu ou dar-se a conhecer. Normalmente, a palavra revelação aparece em dois contextos cristãos: o primeiro está associado à Bíblia como a revelação da divindade, em que ela se revela e revela seus planos aos autores bíblicos; o segundo está associado a contextos pentecostais, neopentecostais e carismáticos em que a divindade mostra ou apresenta uma situação específica ou um plano específico para uma pessoa ou um grupo de pessoas. Diversas igrejas ou organizações paraeclesiais se iniciam a partir de uma revelação tida por seu fundador. No caso de Johnny Enlow, Elizabeth Enlow escreve que foi profetizado “[...] que Deus iria lhe mostrar como o reino de Deus trabalha e a revelação que ele receberia iria lhe impressionar profundamente. Cal também disse que o Senhor o ensinaria a como salvar a nação em um dia. Isto foi logo após o entendimento que Johnny passou a ter e que está compartilhando neste livro [...]” (Enlow, 2009, p. 3-4).

<sup>573</sup> As referências são Apocalipse 5.1-12 e Mateus 28.18. Naquilo que consideramos central, mais importante do aquilo que está escrito é o que as pessoas se propõem a fazer a partir de suas interpretações.

<sup>574</sup> Seguiremos a ordem de exposição de Enlow (2009). Cunningham (2018) apresenta a seguinte ordem: família, “primeira instituição estabelecida por Deus”, igreja, educação, mídia (comunicação pública), “celebração” (arte, entretenimento e esportes), economia e governo.

referida área. Seguindo a tradição reconstrucionista, o autor compreende de formação e de orientação ideológica de longo prazo<sup>575</sup>.

Um aspecto a ser destacado é a orientação prática das sete montanhas. Possivelmente, justamente este aspecto prático explique a adesão à estratégia da profecia das sete montanhas. Não se trata apenas de uma abstração teológica acerca de ocupar os espaços da sociedade, mas de dizer quais áreas precisam ser ocupadas e como isto pode ocorrer. Em linguagem teológica, principalmente, da batalha espiritual, e recorrendo a várias imagens e símbolos bíblicos – a criação do ser humano, a conquista da terra prometida, a grande comissão etc. – a ideia de ocupar e dominar as esferas de influência da sociedade é reforçada. Em geral, Enlow segue uma estrutura comum em sua exposição de cada uma das áreas de influência da cultura: descrição da área de influência; apresentação de informações genéricas de como aquela área está perdida e contribui para a desordem social; identificação de uma entidade espiritual ou de um demônio que atue naquela área; e proposição de soluções de como a área pode ser ocupada por cristãos comprometidos.

As alternativas para cada área se concentram em que cristãos comprometidos com os valores cristãos (fundamentalistas) e com a vontade de Deus ocupe a referida área. Tanto a compreensão acerca da vida em sociedade quanto os valores cristãos a serem implementados em cada esfera de influência da cultura passa por uma perspectiva fundamentalista reconstrucionista dominionista de interpretação fundamentalista e de ação na sociedade. Portanto, face ao presente e lembrando que, como já dissemos, cada ação dos evangélicos fundamentalistas é um movimento em direção à ocupação do Estado, a ex-ministra e atual Senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves, é quem melhor expressa essas ideias.

[...] Porque Deus nos disse que não são os deputados que vão mudar essa nação, não é o governo que vai mudar esta nação, não é a política que vai mudar esta nação, que é a igreja evangélica, quando clama. É a igreja evangélica, quando se levanta (que muda a nação)” (Holanda, 2018).

---

<sup>575</sup> “Creio que esse livro pode ser de ajuda a escolas cristãs de Ensino Médio até a alunos universitários, no âmbito de auxiliá-los à buscarem de acordo com a palavra oportunidades para suas carreiras. Imagine você iniciando sua vida adulta focando sua paixão por Deus em uma área específica de estudo, sabendo ter sido chamado para transformá-la através das estratégias sobrenaturais, inspiradas pelo Espírito Santo, não se interessando com o salário ou prestígio, mas preocupando-se somente com o manifestar da justiça de Deus em todas as áreas da sociedade [...] E crucial que jovens adultos apaixonados por Deus tenham contato com diversas opções, válidas para suas vidas futuras além daqueles campos já relacionados com o ministério. O meu desejo é desafiar aqueles que desejam passar as suas vidas em Deus perguntando à Ele em qual das montanhas Ele dará a Sua graça para impactar [...]” (Enlow, 2009, p. 15).

O discurso da Damares Alves, pastora, está em perfeita sintonia com o reconstrucionismo, com o teonomismo, com a teologia da batalha espiritual e com a teologia do domínio. Estas teologias políticas compartilham de um pressuposto: a igreja deve governar a nação. Ainda que não esteja explícito, por igreja, no singular, deve-se compreender aquilo que os evangélicos fundamentalistas consideram a verdadeira igreja, isto é, a que professa a verdadeira fé da verdadeira doutrina – o que, para evangélicos fundamentalistas, só pode se tratar do fundamentalismo. O governo da igreja é o que garante a bênção da divindade sobre a nação. Este governo pode ser abertamente teocrático ou representado por “homens e mulheres de Deus em postos-chave” ou “cidadãos de bem”. A crença na política como caminho de mudanças reais depende, sobretudo, de “pessoas ungidas no governo”. Em suas palavras, a ministra recorre a uma interpretação de determinadas partes da Bíblia<sup>576</sup> o que, como temos evidenciado, é uma prática fundamentalista recorrente.

Poucos anos depois, a ex-ministra declarou: “É melhor se acostumar, nós vamos ficar ainda muito tempo no poder” (Mões, 2021). De fato, havia um projeto de permanência no poder por, pelo menos, dezesseis anos (Zanini; Mello, 2019). O plano foi frustrado com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva – ainda que, com o novo governo, os evangélicos não tenham perdido absolutamente nada. Devemos nos deter àquilo que é essencial: o plano de poder de fundamentalistas evangélicos. Por esta razão, era tão importante ocupar o Estado brasileiro. Este avanço ocorre em várias frentes: no Executivo, no Judiciário, no Legislativo e nas Forças de Segurança. Importa tanto os conselheiros tutelares quanto os(as) vereadores(as), as prefeituras e os governos estaduais, a Câmara de Deputados e o Senado Federal, a Presidência da República a fim de chegar ao Supremo Tribunal Federal. É possível afirmar que, nestes quesitos, os evangélicos fundamentalistas foram bem-sucedidos: elegeram um Presidente e indicaram um Ministro ao STF. Não está claro, ainda, a que preço<sup>577</sup>.

---

<sup>576</sup> “[...] Se eu cerrar os céus de modo que não haja chuva, ou se ordenar aos gafanhotos que consumam a terra, ou se enviar a peste entre o meu povo; se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e me buscar, e se converter dos seus maus caminhos, então, eu ouvirei dos céus, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra. Estarão abertos os meus olhos e atentos os meus ouvidos à oração que se fizer neste lugar. Porque escolhi e santifiquei esta casa, para que nela esteja o meu nome perpetuamente; nela, estarão fixos os meus olhos e o meu coração todos os dias [...]” (2 Crônicas 7:13-16)

<sup>577</sup> Estamos nos referindo ao preço para “os evangélicos”. Certamente, como a história demonstra, uma aliança acrítica, explícita e incondicional com um governo traz consequências tanto para o governo quanto para as igrejas. Neste sentido, o contexto contemporâneo brasileiro evidenciou que parte das igrejas evangélicas – e outros segmentos religiosos – aderiram à ideologia bolsonarista.

De acordo com Marx: “O assim chamado Estado cristão constitui, na verdade, a negação cristã do Estado, mas jamais a realização estatal do cristianismo [...]” (Marx, 2010c, p. 43). Um governo teocrático, a rigor, significa uma hierocracia. Como constatou Ricardo Gouvêa: “É claro que toda teocracia é, na verdade, uma hierocracia (o poder político dos sacerdotes), ou, ainda mais claramente, uma eclesiocracia (o poder político das igrejas) [...]” (Gouvêa, 2022, p. 11). Sob a justificativa de um governo teocrático, o que se impõe são governos hierocráticos ou eclesiocráticos. São os sacerdotes e as igrejas que se fazem ouvir em nome da divindade. A divindade não fala diretamente, ela tem porta-vozes: o clero e as instituições religiosas. Por óbvio, os deuses governam o mundo dos homens através de seus eleitos. Eles mesmos não descem para fazê-lo. Os deuses contam, por isso, com seus ungidos e com seus mediadores. Estas pessoas são que, utilizando-se de uma prerrogativa divina, que passa pela legitimação social, expressam a vontade da divindade. Dizem o que deve ou não ser feito; determinam o que é sagrado e o que é profano, o que é santo e o que é pecaminoso, o que é moral e o que é imoral. Em caso de uma única religião ou denominação, elegem um apóstolo, um bispo presidente ou bispo-primaz, um papa, um patriarca ou um sumo-sacerdote, intensificando a hierarquia e o sistema de castas. Em uma situação concreta em que existem vários líderes religiosos, eles competem entre si pela hegemonia. A coexistência é possível, não necessariamente fraterna. Alcança a primazia quem melhor radicaliza o discurso e a prática fundamentalistas.

Maria e Chevitarese (2021) destacam a contradição entre fundamentalismo religioso norte-americano e Democracia – o que podemos, considerando as particularidades e a dependência ideológica, aplicar a mesma compreensão acerca do Brasil, tendo em vista que é uma estratégia de dominação política e ideológica. Os autores chegam a falar em “aversão à democracia” por parte de religiosos fundamentalistas. Karen Armstrong faz um diagnóstico semelhante: fundamentalistas “[...] parecem avessos a muitos dos valores mais positivos da sociedade moderna. Democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado [...]” (Armstrong, 2001, p. 9). Neste sentido, o fundamentalismo religioso renega a tradição histórica do Protestantismo clássico, o conceito protestante de liberdade (Mendonça, 2005) e a separação radical entre o Estado e a Igreja.

Então, sejamos francos sobre isso: precisamos usar a doutrina da liberdade religiosa para ganhar independência para escolas cristãs até que treinemos uma geração de pessoas que saibam que não há neutralidade religiosa, nenhuma lei neutra, nenhuma educação neutra e nenhum governo civil neutro. Então eles se ocuparão em construir uma ordem social, política e religiosa baseada na Bíblia que finalmente nega a liberdade religiosa dos inimigos de Deus [...]. (North, 1982, tradução livre)<sup>578</sup>.

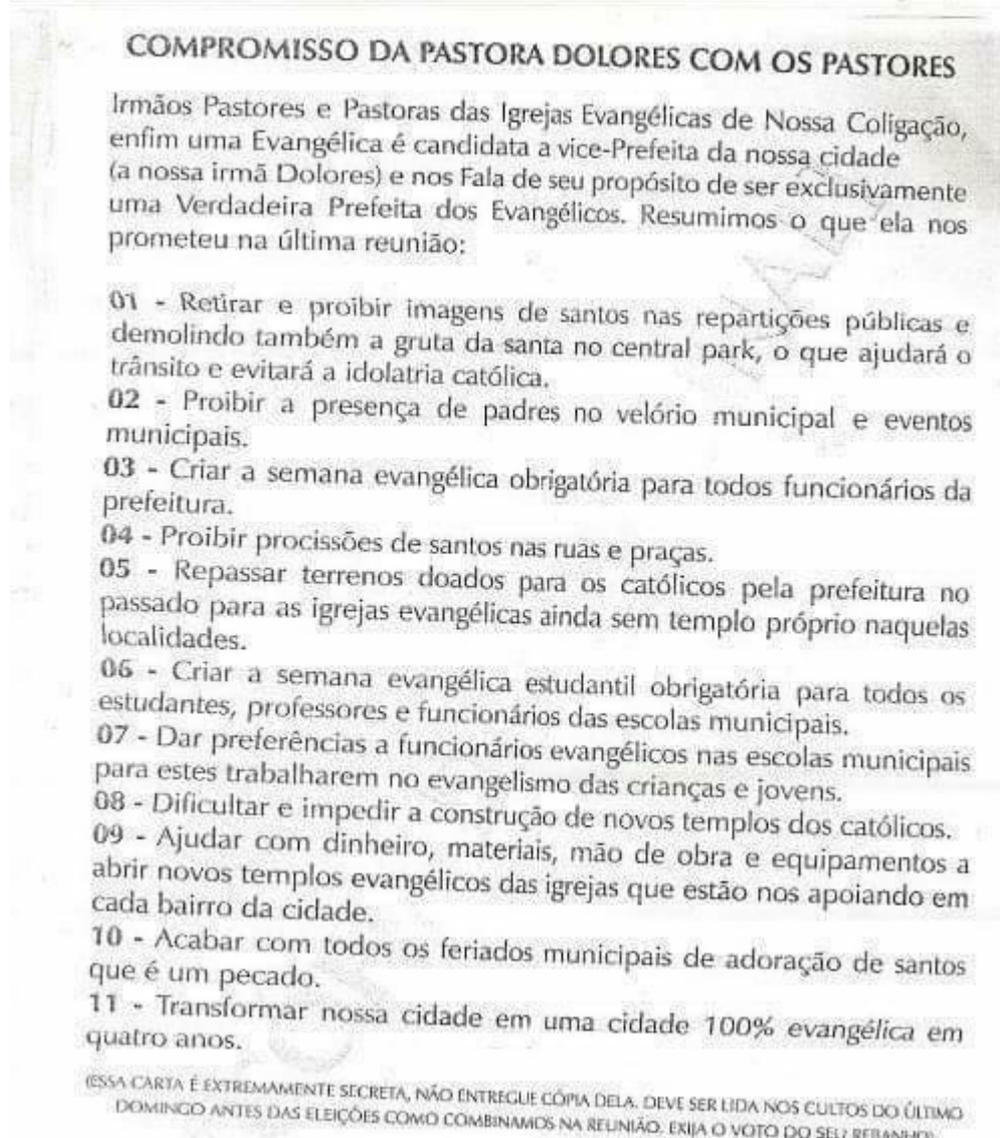
Fundamentalistas se beneficiaram da democracia, da garantia de direitos individuais, inclusive, religiosos, e passaram a atuar, na esfera pública, para impor suas posições de fé ao conjunto da sociedade. A estratégia está explícita nas palavras de Gary North: é preciso utilizar-se da democracia para alcançar o poder; uma vez que o poder tenha sido alcançado, será possível estabelecer o dominionismo. Neste sentido, aquela minoria religiosa que se torna a maioria moral (Rocha, 2020) quer determinar as políticas públicas para o conjunto da sociedade. Para Isaac Caro e Evguenia Fediakova, fundamentalistas “[...] querem instaurar a lei religiosa como a única capaz de integrar a sociedade sobre bases de certezas e valores absolutos [...]” (Caro; Fediakova, 2000, p. 454, tradução livre).<sup>579</sup> Como temos considerado, trata-se de um projeto de poder que “[...] defende a supremacia da lei bíblica, que, uma vez aplicada literalmente, não concederá liberdade de escolha a não cristãos [...]” (Pereira, 2023, p. 169).

---

<sup>578</sup> “So let us be blunt about it: we must use the doctrine of religious liberty to gain independence for Christian schools until we train up a generation of people who know that there is no religious neutrality, no neutral law, no neutral education, and no neutral civil government. Then they will get busy in constructing a Bible-based social, political, and religious order which finally denies the religious liberty of the enemies of God [...]”. Devo a referência a este texto a Sérgio Ricardo Gonçalves Dusilek.

<sup>579</sup> “[...] Se quiere instaurar la ley religiosa como la única capaz de integrar a toda la sociedad sobre la base de certezas y valores absolutos [...]”.

Figura 3 – Compromisso político com pastores da cidade.



Fonte: Arquivo pessoal.

A Figura 3 consegue sintetizar uma perspectiva evangélica fundamentalista de poder. Ao pleitear um cargo público, de Vice-prefeita, a carta parece desconhecer o papel do executivo municipal. Dissemos “parece” porque escondendo-se sob aparência de desconhecimento, objetiva o poder. Trata-se de uma “Verdadeira Prefeita dos Evangélicos”, tudo com iniciais maiúsculas. O documento é resultado das promessas da “última reunião”. Compreendendo o executivo municipal como um tipo de poder absoluto em uma cidade, um tipo de teocracia, entre as primeiras ações estão, justamente, a guerra às outras religiões, especialmente, o catolicismo – no pior do espírito anticatólico –, e as religiões de matriz africana – uma forma de demonização das religiões de tradição afro. O combate às expressões públicas das

demais religiões inclui destituição de símbolos religiosos, impedimento a expressões públicas dessas religiões e até desapropriação de terras. Ao mesmo tempo em que toma medidas contra outras religiões, age em favor de fortalecer a sua expressão religiosa, através da criação de datas municipais obrigatórias; da contratação de evangélicos para funções públicas; de colocar a estrutura pública municipal a serviço e à disposição dos evangélicos. Seria um novo padroado e uma nova religião oficial municipal. No que concerne especialmente aos nossos objetivos, a educação doutrinadora religiosa obrigatória nas escolas públicas. Tudo com objetivo de “Transformar nossa cidade em uma cidade 100% evangélica em quatro anos”. Existe pressa em estabelecer o poder religioso-político e a cresça de que através da imposição política advém o crescimento religioso.

#### *4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia*

Como vimos, uma das razões que originou o fundamentalismo religioso foi a disputa religiosa acerca da Bíblia, mais especificamente, o significado e a interpretação da Bíblia, sua autoridade, sua relevância social e suas formas de leitura, desde as Conferências de Niagara à publicação de “Os Fundamentos”. Em vista disto, isto é, das disputas religiosas em torno da compreensão da Bíblia, e do tema que está diante de nós, a leitura fundamentalista da Bíblia, precisamos fazer algumas breves considerações introdutórias. Os reformadores reivindicaram, conscientemente ou não, maior autonomia e maior liberdade aos cristãos, “[...] que precisavam ser livres para ler e interpretar a Bíblia como bem entendessem, sem o controle punitivo da Igreja [...]” (Armstrong, 2001, p. 86). As traduções da Bíblia às línguas vernáculas e o livre exame do texto bíblico conduziram à livre interpretação<sup>580</sup>. De acordo com Richard Popkin: “[...] Lutero estabeleceu seu novo critério de conhecimento religioso, ou seja, que aquilo que a consciência é impelida a aceitar ao ler as Escrituras é verdade [...]” (Popkin, 2000, p. 27). Portanto, a verdade estava ao alcance da leitura da Escritura. Não demorou para que os reformadores percebessem a necessidade de orientações

---

<sup>580</sup> Segundo Popkin (2000), Erasmo advertiu Lutero de que que essa perspectiva de negar toda estrutura religiosa de conhecimento da verdade da fé levaria a uma prática interpretativa individual – diríamos hoje que seria uma interpretação subjetiva. De fato, Lutero negou a autoridade da Igreja Católica: o Papa, os concílios ecumênicos e a Tradição e concentrou tudo na Bíblia. Talvez, Calvino tenha sido ainda mais radical. No entanto, Lutero insistiu em que cada pessoa tinha condições pessoais de discernir a verdade da fé através das Escrituras.

e mediações à compreensão e à interpretação da Bíblia<sup>581</sup>. Cada igreja que surgiu da reforma criou sua própria hierarquia de autoridade – à semelhança da Igreja Católica. Paul Tillich é assertivo: “[...] os documentos confessionais escritos depois da Reforma vieram a ser o cânon decisivo para a instrução teológica e não mais a Bíblia” (Tillich, 2007, p. 58). Cada igreja com sua própria confissão de fé tinha uma particularidade: algumas afirmaram indistintamente que sua interpretação da Bíblia era a verdadeira.

As disputas em torno da verdade da fé se intensificaram com a morte dos reformadores, produzindo centenas de interpretações diferentes e divergentes. Em alguns casos, cada um estabelecendo sua leitura e sua interpretação como as únicas verdadeiras. Martin Dreher afirmou propriedade que “[...] a História da Igreja pode ser lida como a história da interpretação da Bíblia ou, pior, como a história da adaptação da Bíblia a épocas e a interesses bem particulares [...]” (Dreher, 2006a, p. 6). Historicamente, há três perspectivas teológicas de se compreender o valor da Bíblia: (i) a Bíblia é a palavra de Deus, em que tudo o que está escrito e na forma como está escrito é a palavra de Deus; (ii) a Bíblia se torna a palavra de Deus, apesar da linguagem e da forma humanas, ela se torna palavra de Deus, especialmente, em momento litúrgico de devoção; e (iii) a Bíblia contém a palavra de Deus. O fundamentalismo religioso evangélico fez uma opção pela primeira alternativa. Ao estruturarem suas concepções de mundo naquilo que se chama *teologia sistemática* alguns autores (Bancroft, 1995; Berkhof, 1966; Pearlman, 1987) começam a racionalização da teologia pela disciplina de *bibliologia*, o estudo da *Bíblia sagrada*.

Como reação à teologia liberal, o fundamentalismo propõe e reconhece apenas um sentido na leitura e na interpretação da Bíblia, o sentido fundamentalista. Acabamos de ver – na última seção – que tudo se procura provar com a Bíblia. Os teólogos fundamentalistas (ab)usam da Bíblia para comprovar que os cristãos devem ser teonomistas, reconstitucionistas e dominionistas; que lhes compete “dominar a terra

---

<sup>581</sup> “[...] A caixa de Pandora aberta por Lutero em Leipzig viria a ter conseqüências extremamente amplas não só na teologia mas em todos os domínios intelectuais do ser humano [...] Para ser capaz de reconhecer a verdadeira fé, era preciso um critério. Mas como se poderia reconhecer o verdadeiro critério? [...] Qualquer um poderia recorrer à sua própria consciência e manter que o que lhe parecia a verdade era verdade. Não restaria nenhum padrão eficaz de verdade [...]” (Popkin, 2000, p. 29). Todos os reformadores tentaram estabelecer certos critérios a respeito da verdade religiosa. Destacamos algumas confissões de fé elaboradas por eles e por seus discípulos: *A Confissão de Augsburgo*; *As Institutas da religião cristã*; *A Confissão Belga*; *O Catecismo de Heidelberg*; *Os Cânones de Dort*; *A Confissão de Fé de Westminster*; *A Primeira Confissão de Londres*; *Os trinta e nove Artigos de Religião*; *Os vinte e cinco Artigos de Religião*; *A Confissão de Fé de New Hampshire*; *A Declaração de Verdades Fundamentais das Assembleias de Deus*.

e governar sobre ela”, ocupando o que denominam de sete áreas de influência da cultura. Teólogos fundamentalistas se prendem àquilo que consideram a verdade literal do texto bíblico (Nogueira, 2002). Não por acaso, alguns autores identifiquem uma “idolatria à Bíblia” (Dias, 2008) no interior de grupos fundamentalistas, naquilo que ficou conhecido como “bibliolatria” (Gouvêa, 2012)<sup>582</sup>, em transferir ao texto bíblico atributos divinos. O sentido fundamentalista só pode ser alcançado por uma leitura fundamentalista da Bíblia. E a leitura fundamentalista da Bíblia só é possível a partir da compreensão fundamentalista da Bíblia. Nós teríamos, portanto, neste movimento de leitura e de sentido um círculo hermenêutico fundamentalista.

A relação entre doutrina e interpretação precisa ser esclarecida. De acordo com Paulo Nogueira: “Todo edifício fundamentalista é sustentado não por uma sólida hermenêutica bíblica e sim por um sistema doutrinário. Este sistema doutrinário e a sua aceitação é que define se uma pessoa é fundamentalista ou não [...]” (Nogueira, 2002, p. 41). Esta diferenciação é importante: não é a hermenêutica que faz o fundamentalista, é a doutrina. É a doutrina que impõe a forma de aproximação e de apreensão do texto bíblico. E a doutrina surge do contexto em que determinada pessoa vive, lê e interpreta a Bíblia. E reconhecemos que existem certos textos que não precisem ser manipulados para conduzir a uma prática fundamentalista; os textos bíblicos foram construídos a partir de orientações políticas<sup>583</sup>. E, por isso, muitos textos bíblicos convergem com a política eclesiástica contemporânea. O círculo hermenêutico fundamentalismo – que contém a compreensão fundamentalista da Bíblia e a leitura fundamentalista da Bíblia –, só estaria completo com a política eclesiástica a respeito da compreensão fundamentalista da Bíblia e de sua leitura. O círculo hermenêutico fundamentalista compõe-se de dois quadriláteros determinados pela política eclesiástica:

---

<sup>582</sup> Em outra oportunidade, Ricardo Quadros Gouvêa escreveu: “[...] quando o fundamentalista diz que acredita na inerrância e na infalibilidade das Escrituras, transpondo para a Bíblia atributos divinos, ele está, na verdade, dizendo que um produto humano, o sistema ortodoxo de doutrinas, é infalível e inerrante, pois a Bíblia foi sutilmente substituída pelo sistema doutrinário” (Gouvêa, 2022, p. 11).

<sup>583</sup> Vejamos o seguinte texto: “[...] Da mesma sorte, que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras (como é próprio às mulheres que professam ser piedosas). A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio. Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor, e santificação, com bom senso [...]” (1 Timóteo 2,9-15).

Figura 4 – Quadrilátero da autoridade da Bíblia



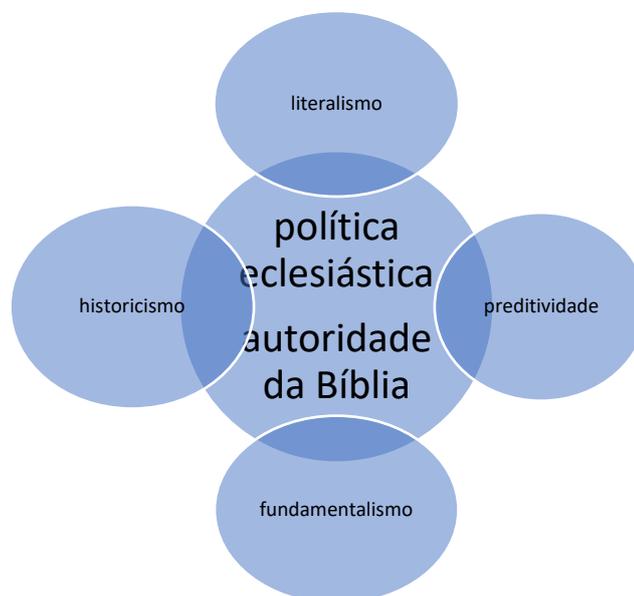
Fonte: Elaboração do Autor.

O primeiro quadrilátero (Figura 4) se constitui daquilo que é central para a política eclesiástica. Aqueles que determinam o significado da Bíblia são os que estabelecem os pilares da autoridade da Bíblia. O fundamento da compreensão fundamentalista é a afirmação da autoridade da Bíblia. A autoridade da Bíblia se assenta em dois pilares: a Bíblia é um livro revelado pela divindade e a Bíblia é um livro inspirado pela divindade<sup>584</sup>. O que nos faz lembrar a seguinte consideração de Marilena Chauí: “[...] a eficácia no controle da superstição aumenta se os conteúdos de medo e esperança surgirem como revelações da vontade e do poder de uma divindade transcendente [...]” (Chauí, 2006, p. 138). Revelação e inspiração são os dois conceitos-chave dos quais depreendem duas consequências: como livro revelado e inspirado a Bíblia é inerrante e infalível. Ou seja, como a Bíblia é uma revelação da divindade, ela revelou a história humana e seus (da divindade) planos aos seres humanos, inspirando os autores bíblicos a escreverem. Como este escrito é revelado

<sup>584</sup> Este comportamento de sacralização do texto religioso está presentes nas três religiões dos livros. Tradições judaicas e muçulmanas também têm suas respectivas palavras de Deus: para os judeus a palavra de Deus é Torah e para os muçulmanos a palavra de Deus é o Alcorão. Os cristãos católicos têm outra perspectiva, já melhor compreendem o processo histórico de formação da Bíblia, de seu papel “na história da salvação” e na história das igrejas. No catolicismo, a Bíblia é interpretada pela tradição e pelo clero.

e inspirado, ele não pode conter erros e falhas. Aceitar a revelação e a inspiração exige afirmar que se trata de um livro inerrante e infalível.

Figura 5 – Quadrilátero da leitura da Bíblia



Fonte: Elaboração do Autor.

O segundo quadrilátero (Figura 5), também estabelecido pela autoridade eclesialstica a partir daquilo que determina como “autoridade da Bíblia”, em certo sentido, como consequência e desdobramento do quadrilátero anterior, é a leitura literalista e historicista da Bíblia, como se os textos bíblicos expressassem a história factual de tudo aquilo que ali está narrado e, portanto, devesse ser compreendido literalmente. O sentido comum e usual de cada palavra é a forma correta de entendê-la. Isto inclui, obviamente, as profecias narradas na Bíblia. Como um livro revelado e inspirado pela divindade, um livro que, por isso, é inerrante e infalível, a verdade revelada nele contida não diz respeito apenas às coisas passadas e, sim, às coisas futuras<sup>585</sup>. As profecias – em sentido preditivo – devem ser compreendidas literalmente e o seu cumprimento deve ser aguardado historicamente. O fundamentalismo é a causa e a consequência da compreensão fundamentalista acerca da Bíblia e da prática fundamentalista que se impõe nesse círculo hermenêutico fundamentalista.

<sup>585</sup> Daí se verifica o valor que fundamentalistas atribuem aos livros de Gênesis e Apocalipse. O Gênesis deve ser verdadeiro, compreendido literalmente como uma narrativa histórica factual. Semelhantemente, o livro do Apocalipse, com uma “profecia” exata do fim da história.

De acordo com Marilena Chauí: “[...] as religiões monoteístas reveladas ou proféticas fundam *políticas teocráticas*, nas quais o governante governa por vontade do deus [...]” (Chauí, 2006, 138). As “políticas teocráticas” podem ocorrer em ambientes menores, eclesiásticos, como uma expressão de uma aspiração política nacional, uma teocracia real. A divindade que supostamente escolhe o governante, “o eleito de Deus”, é a mesma que escolhe o líder religioso, seu sacerdote. Este processo é reconhecido nos termos teológicos de “vocação” e de “unção”: o sacerdote – em sentido genérico e abrangente – é um vocacionado pela divindade, um ungido pela divindade para execução de uma missão especial: “[...] Esse líder se apresenta como alguém que tem ‘competência explicativa total’, que entende dos assuntos vitais. Por isso, é visto como alguém que tem a posse da verdade, que tem o poder de Deus [...]” (Oro, 1996, p. 110). Este mecanismo teológico-político o coloca em uma condição de distinção frente à comunidade de fé: a ele compete a mediação com a divindade e a orientação política da comunidade. Dentro do mesmo mecanismo ele precisa ter seu carisma reconhecido. Ele é o pastor que conduz o rebanho.

O líder religioso precisa colocar fim às disputas “[...] em torno da *interpretação* do texto sagrado, seja em torno de quem tem o direito de interpretá-lo, seja em torno do próprio conteúdo interpretado [...]” (Chauí, 2006, p. 139). Estas considerações da Chauí nos permitem afirmar que todo teólogo é, antes de tudo, um ideólogo. O teólogo é alguém que, ao interpretar textos considerados sagrados, ao se apresentar como um interlocutor com a divindade, como um mediador ou um sacerdote, produz ideologia<sup>586</sup>. Tanto a sua função em determinada comunidade quanto o desempenho da mesma são cercadas pela ideologia. Em outras palavras: tanto aquilo que o teólogo é, sua representação sócio comunitária, quanto aquilo que o teólogo faz, ensinar teologia, são ideológicos. Somente a ideologia religiosa, isto é, a compreensão acerca da pessoa e do trabalho do teólogo, sustenta o próprio teólogo. Ao realizar suas atividades de ministro religioso – serviço do culto, de aconselhamento, de pregação e de ministração dos sacramentos – ele cumpre um importante papel ideológico de transmitir e de propagar a ideologia.

---

<sup>586</sup> As grandes confissões de fé protestante – confissões luteranas, confissões reformadas, confissão anglicana, confissões batistas, confissão metodista e confissões pentecostais – cumprem um papel semelhante. Entretanto, como texto, elas necessitam da interpretação e da intermediação do teólogo. Neste caso, também, o teólogo interpreta uma interpretação de interpretações.

Essa dominação é religiosa e política – é teologia política; aquele que a exerce, enquanto especialista competente, avoca para si o conhecimento das vontades divinas e domina os corpos e os espíritos dos fiéis, governantes e governados – é o teólogo político [...] (Chauí, 2006, p. 142).

Ao fazer teologia, o teólogo faz política. Produzir teologia – em sentido fundamentalista como temos demarcado – é fazer política. Consideramos que o exercício político por parte do teólogo, ou seja, o fazer política através da linguagem religiosa é um processo pensado. Martin Marty foi assertivo: “[...] *o código de doutrinas e práticas tirado desses textos é ajustado de tal forma a tornar-se o mais efetivo possível para o avanço do oposicionismo*” (Marty, 1992, p. 14), e relembramos aquilo que consideramos acerca das origens do movimento fundamentalista no interior do protestantismo norte-americano. Os textos bíblicos são selecionados dentro da própria seletividade fundamentalista: textos que, a partir da interpretação fundamentalista, exigem uma prática fundamentalista. Ivone Gebara afirma que, em certo sentido, as teologias estão a serviço das religiões institucionalizadas (Gebara, 2006, p. 27-28). Eduardo Arens nos faz uma advertência: “Mas os fundamentalistas nem sempre são literalistas. Antes, adaptam passagens e doutrinas e, com base nisso, interpretam literal ou figurativamente [...]” (Arens, 2007, p. 383). De fato, o fundamentalismo possui “um cânon dentro do Cânon” (Martins, 2022)<sup>587</sup> através do qual lançam mão e fundamentam suas práticas fundamentalistas.

Juan José Tamayo afirma que a “[...] característica que melhor define a atitude fundamentalista é sua negação em recorrer à mediação hermenêutica na leitura dos textos fundantes das religiões [...]” (Tamayo, [s.d.], p. 1, tradução livre)<sup>588</sup>. De fato, a “regra de ouro” da interpretação fundamentalista é que a “Bíblia é sua própria intérprete”, isto é, que a Bíblia “[...] se explica por si mesma [...]” (Dias, 2008, p. 2). Para Tamayo, a concepção fundamentalista conduz ao dogmatismo, ao sobrenaturalismo, à uniformidade e ao providencialismo<sup>589</sup>. A perspectiva do autor está em diálogo com Ricardo Gouvêa (2012), para quem a atitude fundamentalista desaguada no sectarismo, no legalismo e no dogmatismo. Para o autor, o

---

<sup>587</sup> Fundamentalistas “[...] sabem o momento de ser literalistas [...] as circunstâncias em que a Bíblia é lida de forma fundamentalistas são aquelas que envolvem o corpo, a sexualidade, as relações de poder e gênero, a manutenção da ordem social [...] É um literalismo pragmático e consciente de sua função [...]” (Martins, 2022, p. 69).

<sup>588</sup> “La característica que mejor define la actitud fundamentalista es su negativa a recurrir a la mediación hermenéutica en la lectura de los textos fundantes de las religiones [...]”.

<sup>589</sup> “[...] Tal concepción conduce inevitablemente al dogmatismo en las creencias, al sobrenaturalismo en la comprensión de la realidad, a la uniformidad en el actuar y al providencialismo en torno al futuro [...]”

isolacionismo acaba tornando as igrejas e as pessoas alienadas; o legalismo impõe regras infundáveis e conduta para cumprir a lei divina; e o “[...] resultado prático do dogmatismo é que a Bíblia já não pode falar por si mesma, mas somente através do filtro imposto pelos fundamentalistas, a saber, o filtro do sistema de dogmas [...]” (Gouvêa, 2012, p. 53).

O fundamentalista adota uma atitude de suspeita (Tamayo, [s.d.]) em relação às mediações hermenêuticas e a tudo aquilo que “vem de fora”. De fato, e curiosamente, o fundamentalista não duvida de si, não duvida de sua leitura, não duvida da leitura de seu grupo, não duvida de seu líder, não duvida de sua comunidade de fé; sua suspeita se dá em manter os dogmas e as práticas fundamentalistas. A constituição ideológica do fundamentalismo não permite que esta dúvida ocorra sem um processo de despertar e de amadurecimento – extremamente difícil e doloroso, de acordo com aqueles que abandonaram o fundamentalismo. É que “[...] o que se esperou sempre de todo cristão é que se submeta à autoridade político-religiosa, e ele o fará ao preço da própria subjetividade [...]” (Ribeiro, 2017, p. 152). É parte da estratégia fundamentalista demonizar a dúvida e colocar a dúvida sempre como oposição à fé, em que o cristão não pode jamais duvidar daquilo que lhe está sendo ensinado e transmitido nos círculos fundamentalistas.

Ao ler um texto de ficção científica ou de fantasia, o leitor se vê envolvido naquele mundo. O autor, por óbvio, sabe disso e constrói, habilmente, uma estrutura narrativo-discursivo para fazer sentido para o(a) leitor(a). Em outras artes, como no cinema, a lógica é, basicamente, a mesma, contando com as possibilidades de envolver outros sentidos, como visão e audição. No ano de 1999, as irmãs Lana e Lilly Wachowski, através da Warner Bros, levaram às telas o filme *Matrix*, que revolucionou<sup>590</sup> o cinema ao apresentar a realidade como simulação, com forte conteúdo filosófico, inovação gráfica, efeitos visuais e cenas de ação envoltas em temas como a verdade, a liberdade e o amor. O sentido do filme existia em um mundo imaginado pelas autoras, capaz de convencer os telespectadores, que percebiam as conexões com o mundo real. Em certo sentido, nas devidas proporções, os livros sagrados cumprem o mesmo papel: uma construção para fazer sentido e convencer.

---

<sup>590</sup> A cozinha. Cine 99: como Matrix mudou tudo: Longa revolucionou história da ficção científica. *Omelete*, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/matrix/como-matrix-filme-mudou-tudo-cine-99>>. Acesso em: 01/06/23.

Talvez, aqui esteja a grande diferença. As pessoas entram e saem do cinema sabendo que, por mais *verdade* que exista em uma história como a de *Neo*, *Trinity* e *Morpheus*, não é real, que sua conexão com a realidade se dá, no máximo, como metafórica. Diante dos textos sagrados, o comportamento é completamente diferente. De partida, há uma sacralização dos textos, que só pode existir quando pessoas lhes conferem esta autoridade. Qualquer pretensa sacralidade que haja em texto sagrados é uma imposição exterior ao/do leitor. Mesmo o poder de atribuir poder é social e culturalmente construído: alguém, com relativa competência – às vezes, por sua “superioridade”, apelando a uma suposta vocação/eleição, ou apelando ao reconhecimento da autoridade anterior; às vezes, por ser especialista ou por sua reputação –, imputa poder aos textos. Não há uma transferência de potência, mas a afirmação que o texto contém autoridade por si mesmo<sup>591</sup>. Essa tradição de reconhecimento de autoridade dos textos é transmitida social e culturalmente, por pessoas ou por instituições religiosas. Mesmo que dependa de pessoas, instituições religiosas gozam de maior credibilidade<sup>592</sup>. Uma criança batizada ou um adulto que se converte, aprende logo o valor que os textos sagrados têm.

Pela mesma razão, não se pode falar em reconhecimento da sacralidade dos textos sagrados, como se houvesse um poder intrínseco. O reconhecimento se dá no mesmo contexto sociocultural: apresenta-se como imanente o que é imposição sociocultural. Para que a mecânica, por assim dizer, funcione, é necessário que as pessoas se apropriem do texto sagrado, reconhecendo e legitimando sua sacralidade. A forma mais simples e mais eficaz é apropriar-se da afirmação “este texto sagrado é para nós”. Indica a direção e o propósito do texto sagrado. Então, enquanto alguém, mesmo um cinéfilo, entra e sai do cinema tendo consciência de que participara de uma atividade cultural, imaginada e produzida, uma pessoa convertida aproxima-se do texto sagrado como crente. Ele aprendeu a acreditar no texto, a ter fé nele e por

---

<sup>591</sup> Myer Pearlman afirma, em defesa das Escrituras cristãs, que “[...] o melhor argumento [em defesa das Escrituras] é o prático. A Bíblia tem produzido resultados práticos. Tem influenciado a civilização, transformado vidas, trazido luz, inspiração e conforto a milhões e sua obra ainda continua” (Pearlman, 1987, p. 27). De acordo com Emery Bancroft, seguindo a mesma linha de Pearlman, é na redenção de indivíduos que as Escrituras comprovam sua inspiração (Bancroft, 1995). Em certo sentido, é esperado que surja este argumento. E, talvez, em sociedades específicas em que predominem uma religião do livro a argumentação encontre certa vantagem. Acontece, porém, que o mesmo ocorre nas principais religiões monoteístas: à semelhança dos cristãos conservadores e fundamentalistas, judeus e muçulmanos conservadores e fundamentalistas utilizam o mesmo argumento a respeito de seus respectivos livros sagrados, o Tanach e o Alcorão, como prova de origem divina de seus respectivos livros.

<sup>592</sup> O sucesso de Martin Lutero, por assim dizer, só foi possível com anuência dos príncipes.

ele. O mesmo texto que exige fé, de quem dele se aproxima, precisa despertar a fé: fazer com o que o nele está escrito faça sentido para o(a) leitor(a), de forma a que o(a) leitor(a) esteja não apenas encantado com o texto, como para ele, e sim que lhe seja possível experienciar o texto<sup>593</sup>.

Sua crença deve conduzi-lo a interpretar sua própria vida a partir do texto sagrado. Ao fazer uma hermenêutica do texto, o(a) leitor(a) crente se torna a interpretação do texto. O(A) leitor(a) interpreta o texto e este, àquele(a)<sup>594</sup>. Conforme o círculo hermenêutico se efetiva, mais profunda é a relação entre ambos. A interpretação da vida a partir de uma leitura do texto sagrado se apresenta em expressões simples, como “é uma promessa para minha vida” ou “palavra de Deus para mim”. Ganha tração à medida que interpreta sua própria vida a partir da interpretação que dá ao texto sagrado. É importante destacar que o texto, por si só, nada faz. E quanto mais se impõe a compreensão de polissemia textual e de interpretações alegóricas e metafóricas, mais fragilizado estará o texto. O texto sagrado se torna refém do intérprete alegórico – daquela pessoa que alegoriza o texto. Quando se interpreta a vida a partir do texto, e uma ou outra interpretação faz sentido ao intérprete, ele corrobora o suposto valor intrínseco do texto, “eu testemunho que Deus me falou através de sua palavra”. Em verdade, ele(a) mesmo(a) concebeu a interpretação, o sentido e o valor que atribui ao texto e à experiência textual/vital.

#### 4.1.5 A dificuldade de um conceito acerca do fundamentalismo religioso

Há possibilidades diferentes de nos aproximarmos do fundamentalismo religioso. A primeira delas é uma perspectiva teológica, apresentada por Martin Marty (1992). Ele relaciona cinco características gerais do fundamentalismo religioso. Para Marty, o caráter teológico central de fundamentalistas religiosos é o oposicionismo. Segundo o autor: “*Contra-atacar como princípio constitutivo* é o que determina o tipo de métodos, princípios e substância teológicos fundamentalistas, da mesma forma que determina o tipo de formação e estratégia política de grupos fundamentalistas [...]”

<sup>593</sup> O ambiente religioso deve favorecer a experiência com o texto religioso. “[...] Para o estudo e boa compreensão da Bíblia necessita-se, pois, pelo menos, de um espírito respeitoso e dócil, amante da verdade, paciente no estudo e dotado de prudência [...] Nunca se deve empreender o estudo sem haver pedido ao Mestre que abra o entendimento e esclare sua Palavra” (Lund; Nelson, 1998, p. 13 e 17).

<sup>594</sup> O próprio tratamento formal precisa oportunizar a identificação entre o texto e o(a) leitor(a). A organização e a forma dos textos narrativos, suas construções e possibilidades metafóricas e alegóricas, sugerem a identificação.

(Marty, 1992, p. 13). A partir desta atitude central de oposição, que marca a origem e o desenvolvimento do fundamentalismo, o fundamentalista realiza a leitura de seus textos considerados sagrados e rejeita, terminantemente, quaisquer expressões de fé diferentes de sua. Uma segunda característica é, portanto, a rejeição da hermenêutica, de instrumental científico para ler e para compreender o livro sagrado; a ausência de mediações para interpretação e para compreensão. Esta atitude inviabiliza qualquer diálogo teológico além da própria confissão de fé fundamentalista. A terceira característica é a rejeição do pluralismo e daquilo que (fundamentalistas) consideram relativismo. A presença do outro que nega a se converter ao fundamentalismo é percebida como uma ameaça; e perspectivas plurais de leitura e de interpretação são compreendidas como relativistas. A quarta característica é colocar-se contra a evolução e o desenvolvimento. O que se utiliza da modernidade – como o desenvolvimento tecnológico e comunicacional – é colocado a serviço da disseminação da fé fundamentalista. Finalmente, a última característica do fundamentalismo é o milenarismo apocalíptico.

A segunda perspectiva da aproximação ao fundamentalismo religioso é a psicológica. Neste caso, de acordo com Geiko Müller-Fahrenholz, “[...] o fundamentalismo seria *efeito da alienação* [...]” (Müller-Fahrenholz, 1992, p. 27). O fundamentalismo seria “[...] a tentativa de superar a profunda *angústia da vida* e o *‘cansaço dos conflitos’* [...]” (Idem). O autor demarca uma diferença entre fundamentos e fundamentalismos: os fundamentos seriam circunstâncias e processos sem os quais não se pode viver criativamente, como a confiança. Quando esta confiança está bloqueada por um trauma ou por uma transformação trágica, “[...] surgem reações *fundamentalistas*. Podemos, assim, entender fundamentalismo como reação patológica a experiências de ‘fim do mundo’” (Idem, p. 29). O autor considera quatro fundamentalismos: o fundamentalismo islâmico; o fundamentalismo norte-americano; o fundamentalismo na América Latina; e o fundamentalismo institucional. Müller-Fahrenholz afirma que: “A mim me parece que tal frustração é o elemento que é comum a todos os fundamentalistas. No entanto, trata-se de uma *frustração incapaz de identificar-se como frustração*” (Müller-Fahrenholz, 2009, p. 33). Assim, os sistemas fundamentalistas se revestiriam de três diferentes modalidades: tradicionalismo, autoritarismo e fanatismo.

A terceira perspectiva seria a psiquiátrica, abordada por Günter Hole (1992), conjugando três conceitos: fundamentalismo, dogmatismo e fanatismo. Hole observa que, embora de maneiras distintas, há três princípios que perpassam fundamentalismo, dogmatismo e fanatismo. O primeiro seria a “[...] coerência entre a construção de uma idéia e o agir que dela resulta [...]” (Hole, 1992, p. 36); o segundo princípio seria a simplicidade que distingue atitudes e sistemas advindos de quem professa ou vive um dos três conceitos; e o terceiro princípio “[...] é o da *clareza* de enunciado, que envolve também a fixação das interpretações e estruturas doutrinárias [...]” (Idem). Segundo o autor, fundamentalismo seria: “A orientação para um *valor* ou uma *idéia básica* que tem que ser *perfeccionisticamente protegida*; além disso, o medo de perder este valor através de compromissos” (Hole, 1992, p. 37). Ele caracteriza o fundamentalismo pela necessidade de embasamento, identificação clara, perfeccionismo e simplicidade. Por dogmatismo, compreende: “A *construção sistêmica* e a busca da *segurança* argumentativa de um valor ou de uma atitude; faz parte disto a importância de esta atitude ser explicada em forma de *doutrina* [...]” (Idem). O dogmatismo seria caracterizado pela necessidade de clareza, estabelecimento de normas, autoridade e segurança. Por fanatismo, o autor entende: “A *anormal intensidade* na busca e imposição de *uma única* atitude ou ‘idéia situada acima dos valores’; ao mesmo tempo ocorre a incapacidade para a autocrítica [...]”. O fanatismo seria caracterizado pela necessidade de autoconfirmação, imposição agressiva, validade absoluta e coerência.

A quarta perspectiva é a sociológica, exposta por John A. Coleman (1992), ao considerar um tipo de fundamentalismo global. Coleman demarca a década de 1970 como marco da expansão do fundamentalismo, a contradizer as “[...] previsões de uma crescente tendência mundial à secularização [...]” (Coleman, 1992, p. 53). Desde então, cientistas sociais têm procurado estudar comparativamente as diversas manifestações de fundamentalismo, na tentativa de uma maior compreensão e caracterização. O autor afirma que o “[...] fundamentalismo, evidentemente, tem alcance tanto religioso quanto político [...]” (Coleman, 1992, p. 54). Amparando-se em Anton Shupe e Jeffrey Hadden, Coleman considera que o “[...] fundamentalismo visa *recuperar a autoridade sobre uma tradição sagrada* [...]” (Coleman, 1992, p. 55). Fundamentalistas compreendem que há um colapso moral, que é preciso recuperar os valores perdidos e resgatar os símbolos centrais da tradição religiosa. Segundo o

autor, é a “[...] vontade ativa de moldar um mundo diferente que distingue o fundamentalismo do mero tradicionalismo” (Idem, p. 57); e que a correta compreensão do fundamentalismo está em relação à secularização e à mundialização.

As quatro abordagens gerais acima relacionadas evidenciam a dificuldade de aproximação ao tema do fundamentalismo religioso e, conseqüentemente, o impasse de um conceito elementar a partir do qual se pode transitar as diversas ciências. Pode ocorrer que o próprio fenômeno – isto é, o movimento fundamentalista religioso se imponha – sendo conhecido através de seu desenvolvimento histórico e de suas características intrínsecas permanentes e de suas características mutáveis. De pronto, devemos assumir o embaraço em delimitar a própria compreensão acerca de fundamentalismo: A rigor, fundamentalismo seria apenas religioso? Somente religiões monoteístas ou religiões com experiências teocráticas estariam susceptíveis ao fundamentalismo? Que dizer frente a tantos estudos acerca “dos fundamentalismos”<sup>595</sup> e de um “fundamentalismo global”<sup>596</sup>?

Ao pontuarmos minimamente a história do fundamentalismo religioso evangélico, estamos buscando um conceito a partir de suas origens e de seu desenvolvimento histórico. A história é o lugar de se construir um conceito a respeito do fundamentalismo (Maria; Chevitaese, 2021). A perspectiva materialista é uma perspectiva histórica e dialética. Por isso, fizemos questão de apresentar, mesmo que panoramicamente, a história e o desenvolvimento do fundamentalismo religioso. Aquilo que o fundamentalismo se propôs a ser e aquilo que fundamentalistas se tornaram; aquilo que o fundamentalismo foi e o que permaneceu sendo<sup>597</sup>. O

---

<sup>595</sup> Magali Cunha relaciona os seguintes elementos em comuns do fundamentalismo religioso latino-americano na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru: “1) - Uma intensa expressão reacionária a avanços sociais que responderam aos Direitos Humanos e à busca da igualdade social (de classe, na distribuição de renda, de raça e etnia, de gênero). 2) - Gênero como elemento destacado na reação [...]. 3) - Uma nítida matriz religiosa está presente na reação, apoiada por setores conservadores não religiosos: o religioso utilizado para legitimar o projeto político e econômico capitalista [...] com retórica do pânico moral baseada no medo e farto uso de desinformação, em especial fake news, com linguagem que gera identificação popular às pautas reacionárias; 4) - Pautas pró-família e antigênero desenvolvidas por meio de duas frentes: Educação e Direito (Poder Judiciário) – duas vias políticas para ocupar as sociedades; 5) - O modelo neoliberal como alicerce da política econômica, ancorado na noção de Estado mínimo para facilitar qualquer iniciativa para o que o mercado protagonize o que deveriam ser políticas públicas; 6) - Crise do modelo neoliberal, em processo há alguns anos, potencializada com a pandemia de coronavírus de 2020” (Cunha, 2020, p. 14).

<sup>596</sup> Rocha (2020) apresenta uma interessante discussão acerca de um conceito restrito de fundamentalismo e de um conceito ampliado de fundamentalismo.

<sup>597</sup> De acordo com Carlos Cunha: “[...] O que permaneceu inalterado e rompeu as décadas até chegar aos nossos dias, pode ser sintetizado do seguinte modo: 1. Os fundamentalistas se consideram o verdadeiro cristianismo baseado numa leitura literal da Bíblia; 2. Tal posicionamento provoca uma

fundamentalismo foi compreendido como uma polêmica fundamentalista, a defesa das “verdades bíblicas”, como movimento fundamentalista, defensor de “valores cristãos”, como reação à modernidade e à ciência; foi visto como segmento de ignorância e de desinformação (Rocha, 2020). Precisariamos estabelecer provisoriamente – como trabalho permanente sujeito a alterações – um conceito mínimo. Essa conceituação implicaria dizer, de acordo com nossa compreensão, o que o fundamentalismo religioso é e o que o fundamentalismo religioso não é; e perceber as relações sociais construídas pelo fundamentalismo e por fundamentalistas. Portanto, como vimos na história do movimento fundamentalista, estamos diante do terreno minado da imbricação entre política e religião. Uma diferenciação inicial necessária é entre fundamentalismo religioso e conservadorismo religioso. Carlos Alberto Motta Cunha lembra que a “[...] linha que separa um conservador de um fundamentalista é delicada [...]” (Cunha, 2020, p. 1141). Em verdade, não podemos confundir fundamentalismo e conservadorismo. No entanto, o próprio autor não diz em que as duas atitudes se diferenciam. Em busca de ajustar o conceito de fundamentalismo, precisamos superar esta questão entre conservadorismo religioso e fundamentalismo religioso.

Nem todo religioso conservador é um religioso fundamentalista. A rigor, as religiões – pelo menos em suas expressões hegemônicas – tendem ao conservadorismo. Por sua própria natureza a religião é conservadora quando alcança o poder ou quando ela se inclina à conformação da ordem social e das próprias tradições religiosas. Nestes casos, uma coisa está relacionada à outra, ou seja, conservadorismo ao fundamentalismo. É quando a linha entre religião conservadora e religião fundamentalista se torna tênue. Naturalmente, as tensões entre conservação e ruptura permanecem no interior da própria religião, de seus grupos internos que exigem a conservação e os que reivindicam a transformação, frente ao contexto social a requerer certa adaptação. A religião quer preservar seus dogmas e sua estrutura. Para os primeiros cristãos fundamentalistas contemporâneos, os teólogos liberais haviam feito muitas concessões ao espírito da modernidade (Armstrong, 2001), daí a necessidade da reação conservadora e fundamentalista.

---

superioridade sobre os demais ramos do cristianismo e sobre outras religiões; 3. Por serem fiéis ao evangelho de Jesus Cristo, acreditam que a sua missão consiste em lutar contra os inimigos que subvertem o cristianismo; 4. Conclamam a uma moralidade de tradição com uma vida livre das tentações do mundo; 5. Missão e evangelização se fundem como um projeto das Igrejas para a cristianização de todo o mundo; 6. Expectativa de uma segunda vinda de Cristo à terra, com sinais apocalípticos para um reino milenar” (Cunha, 2020, p. 1146).

A reação conservadora demonstra a dificuldade que cristãos fundamentalistas têm de conviver com cristãos não fundamentalistas. Cristãos fundamentalistas consideram outros cristãos mais perigosos do que os “infiéis” (Marty, 2005). Se nem todo religioso conservador é um religioso fundamentalista, todo religioso fundamentalista é um religioso conservador. De acordo com Martin Marty, os cristãos não fundamentalistas “[...] têm que se tornar muito mais militantes do que normalmente são. Fundamentalistas reivindicam ortodoxia, mas têm tendência a escolher doutrinas e práticas que eles qualificam como fundamentais [...]” (Marty, 2005, p. 600, tradução livre)<sup>598</sup>. O religioso fundamentalista não se contenta apenas em conservar sua própria religião, ele considera como um imperativo a prática fundamentalista que origina as doutrinas fundamentalistas. E, conseqüentemente, impõe a fé fundamentalista ao conjunto da sociedade como essencial à preservação dos valores religiosos que ele considera serem valores sociais naturais e absolutos do próprio ordenamento social. Assim sendo, os valores sociais devem ser os valores religiosos e os valores religiosos devem ser os valores sociais.

Para efeito de melhor compreensão da linha analítica que se apropria este estudo, esclarecemos, desde já, que nem todo cristão evangélico é fundamentalista<sup>599</sup>, e que o fundamentalismo religioso cristão extrapola os limites daqueles que se identificam como “evangélicos”, perpassando grupos internos da Igreja Católica Apostólica Romana, notadamente entre os tridentinos, os que rejeitam o Concílio Vaticano II, os que recusam o pontificado do Papa Francisco e alguns grupos carismáticos, e certos segmentos do Espiritismo Kardecista. Estes dois grupos religiosos não são objeto deste trabalho. Para a presente pesquisa, em vista de acentuar o fundamentalismo religioso evangélico, iniciaremos com a definição de Alexandra Ainz:

Consideramos que o fundamentalismo consiste em formas concretas, primeiro, de interpretar a realidade e, depois, de atuar em função desta interpretação. A interpretação da realidade social estaria vinculada a uma das duas dimensões que encontramos e que caracterizam o fundamentalismo: a dimensão religiosa. Por sua parte a ação estaria vinculada à dimensão política. A ação seria produto da interpretação e ambas as dimensões

---

<sup>598</sup> “[...] First of all, they have to become a lot more militant than they normally are. Fundamentalists claim orthodoxy, but they have a tendency to choose doctrines and practices that they qualify as fundamental [...]”.

<sup>599</sup> Para uma compreensão do que significa “evangélico” remetemos à seção “4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando...”.

confluiriam e se condicionariam mutuamente [...] (Ainz, 2011, p. 165, tradução livre)<sup>600</sup>.

A definição de Alexandra Ainz deve ser destacada porque a autora faz um importante levantamento da literatura conceitual do que é o fundamentalismo<sup>601</sup>. O fundamentalismo religioso cristão evangélico é uma compreensão da realidade baseada em uma interpretação fundamentalista da Bíblia e de intervenção político-social justificada por esta hermenêutica. Há uma concepção dualista do mundo que respalda uma guerra santa simbólica e ativa com o intuito de ocupar o espaço público assumindo as esferas de poder e de decisão, a fim de impor determinada perspectiva da Bíblia e do mundo. É um agir político respaldado na religião, é uma manifestação religiosa firmada na política. A condução se dá por meio de uma leitura fundamentalista da Bíblia, ou seja, interpretada explicitamente como “palavra inerrante e infalível” da divindade, “divinamente inspirada e revelada”, literalmente a “única regra de fé e prática” para o indivíduo e a sociedade (Nogueira, 2002). Por isso que, contraditoriamente, ainda que interpretem o mundo como dividido entre o bem e o mal, com representantes de Deus e do Diabo, com filhos da luz e filhos das trevas, superam ao mesmo tempo essa dicotomia com a invasão da esfera pública pela religião. Os espaços públicos e governamentais precisam ser dedicados ou consagrados à divindade através da oração e da presença de pessoas comprometidas com os dogmas fundamentalistas.

Em linhas gerais, as posturas e visões fundamentalistas se caracterizavam pela (a) inerrância da Bíblia, popularizada pela expressão “ler a Bíblia ao pé da letra”, que não favorece uma leitura bíblica articulada com o “contexto do texto e o contexto da vida”, (b) por uma escatologia milenarista que, em certo sentido, nega o sentido salvífico descoberto e vivido na dinamicidade da história, e o dispensacionalismo, que prevê a história em etapas fixas e distintas e pré-determinadas, (c) e por uma concepção unilateral e absoluta da verdade que tende ao dogmatismo, o que inibe, entre outras coisas, o diálogo entre a fé e as ciências [...]” (Ribeiro, 2013, p. 66).

O conceito adotado por Claudio Ribeiro é interessante porque toma como caracterização valores próprios de fundamentalistas. O primeiro aspecto destacado

---

<sup>600</sup> “Consideramos que el fundamentalismo consiste en formas muy concretas primero de interpretar la realidad y después de actuar en función de esa interpretación. La interpretación de la realidad social iría vinculada a una de las dos dimensiones que encontramos caracterizan el fundamentalismo: la dimensión religiosa. Por su parte la acción iría vinculada a la dimensión política. La acción sería producto de la interpretación y ambas dimensiones confluirían y se condicionarían mutuamente. [...]”.

<sup>601</sup> Alexandra Ainz recolhe quatro: “[...] como reação contra à modernidade [...] como expressão da crise da modernidade [...] como revanche de Deus [...] como a busca do reestabelecimento do mito do Estado ético [...]” (Ainz, 2011, p. 161, tradução livre).

pelo autor, e que esteve no centro da questão na origem do movimento fundamentalista, é a respeito da autoridade da Bíblia e de sua leitura. O segundo aspecto é referente à escatologia milenarista em círculos fundamentalistas. Mesmo que não haja consenso entre fundamentalistas em relação a como e quando se dará o milênio – sendo alguns deles pós-milenistas e outros pré-milenistas – todos eles se orientam por certa perspectiva escatológica, com destaque para a *Segunda vinda do Cristo* e o *Juízo final*. O terceiro aspecto é sobre a concepção unilateral e absoluta da verdade. O próprio autor cuidou de contrapor as crenças fundamentalistas à medida que destacava cada aspecto característico, portanto, não queremos ser repetitivos. Gouvêa Mendonça considera que certas atitudes e certas crenças fundamentalistas são perceptíveis em pessoas e em instituições, quais sejam:

- a) gosto exagerado pelas profecias, com abandono relativo dos demais quadros básicos da fé cristã;
- b) expectativa permanente da volta de Jesus Cristo;
- c) insistência em sinais;
- d) insistência em quadros referenciais de doutrinas que possam transmitir segurança, ou melhor, respeito pela reta doutrina (dogmatismo);
- e) desconfiança para com a ciência e toda forma de saber que não tenha referencial bíblico;
- f) certeza de que os que não compartilham com seus pontos de vista religiosos não são absolutamente cristãos. (Mendonça, 1990b, p. 141).

Assim que, a partir de Mendonça, podemos pensar em instituições religiosas fundamentalistas, como as agências missionárias e as organizações paraeclesiais. Pessoas e instituições que têm uma atitude fundamentalista revelam uma atenção especial para aquilo que consideram elementos proféticos da doutrina fundamentalista. Em verdade, por ser um tanto especulativa<sup>602</sup>, a escatologia tem se mostrado dependente da criatividade interpretativa de seus adeptos. A atenção e a energia investidas em relação ao quadro escatológico, como observou o autor, minimiza outros elementos básicos da fé cristã. Pessoas e instituições fundamentalistas também demonstram uma preocupação excessiva em relação à doutrina, à “reta doutrina”, com um conjunto de artigos de fé a serem professados. Os credos fundamentalistas se tornam centrais e decisivos para determinar quem guarda a verdadeira fé da verdadeira igreja, e quem não. Como já mencionamos (Gouvêa, 2012), tais atitudes conduzem ao sectarismo, ao dogmatismo e ao legalismo. Ao

---

<sup>602</sup> Conferir obras de Wim Malgo, Hal Lindsey e Tim LaHaye.

considerar o fundamentalismo religioso brasileiro contemporâneo, Magali Cunha escreve:

[...] Fundamentalismos (no plural, portanto) são aqui compreendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada com ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, políticas de valorização da pluralidade e da diversidade, num condicionamento mútuo. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo [...] (Cunha. 2020, p. 26).

O fundamentalismo é uma visão de mundo, é uma interpretação da realidade, é uma matriz religiosa, é uma combinação consequente de ações políticas. A religião que se propõe fundamentalista considera que detém a verdade, não apenas uma verdade provisória e sujeita a modificações frente a outras descobertas, mas uma verdade absoluta ancorada na religião/revelação. Neste sentido, e teremos oportunidade de aprofundar, o fundamentalismo religioso é uma concepção de mundo. Inevitavelmente, uma expressão religiosa fundamentalista exige uma ação igualmente fundamentalista. Esta ação política, de acordo com Cunha, tem sido utilizada para enfraquecer processos democráticos latino-americanos. Algumas bandeiras parecem evidentes: contra direitos sexuais, contra direitos reprodutivos e contra direitos das comunidades tradicionais; contrário às políticas de valorização da pluralidade e da diversidade. Para a autora, “o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo”, um constante movimento de oposição e de reação. De maneira um tanto surpreendente, nenhuma das definições de fundamentalismo destaca o caráter anticomunista do fundamentalismo religioso.

A cosmovisão cristã é uma forma de compreensão que se pretende totalizadora do indivíduo e da sociedade<sup>603</sup>. A religião é uma forma de compreensão do mundo que procura abarcar todas as esferas da vida em perspectiva religiosa. As reflexões fundamentalistas de Cunningham e de Enlow consideram a família, a religião, a educação, a mídia, as artes, o entretenimento, a economia e o governo em perspectiva fundamentalista. No entanto, a religião não é única com pretensões totalizantes, também o são a economia e a ciência. A questão não é a totalidade e sim

---

<sup>603</sup> Em nossa abordagem crítica precisamos lidar com “[...] a ambição que toda religião tem de dar um sentido total ao mundo e de recapitular a multiplicidade infinita das experiências humanas” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 12).

“[...] que não abandonaram a representação da totalidade da qual partiram, mantiveram as noções sobre a realidade imediatamente dada, agora acrescida das determina<sup>604</sup>ções descobertas, e, por isso, estavam dispensadas de totalizar” (Duayer, 2019, p. 6). Mario Duayer é assertivo: “[...] o problema não é a ciência totalizar, mas de que maneira totaliza [...]” (Duayer, 2019, p. 7). O mesmo pode ser dito a respeito da religião. Em sendo assim, o embate se dá em outro nível

Se toda ciência totaliza, significa o mundo para os sujeitos e, além disso, provê um aparato científico para gerenciá-lo, administrá-lo, *i.e.*, é eficaz na prática, então o embate teórico decisivo entre sistemas teóricos se dá no plano ontológico – ontologias em disputa, modos radicalmente distintos de conceber como é o mundo. Em outras palavras, crítica de fato, crítica substantiva, é crítica ontológica [...] (Duayer, 2019, p. 8).

Mais do que uma compreensão que se pretende totalizadora do mundo, que quer explicar o mundo, a cosmovisão cristã fundamentalista quer apresentar soluções para absolutamente tudo. A cosmovisão cristã – que possui no seu interior uma ciência cristã e uma filosofia cristã – exhibe promessas de respostas e resoluções para todos os problemas sociais e individuais, para todas as demandas individuais e sociais. Suas respostas e suas soluções estão circunscritas nos limites da religião, contendo uma lógica própria da religião: o pecado individual e a conversão individual. O binômio não é, necessariamente, pecado e perdão e, sim, pecado e conversão, ambos, na esfera individual. Acreditam, piamente, que ao converter o indivíduo, convertem a sociedade. Que a transformação social depende da conversão pessoal.

Apesar de apresentar-se como autônomo em relação às filosofias em geral, o fundamentalismo é parte da filosofia irracionalista. A rigor, as teologias cristãs sempre tiveram uma dependência de certas correntes filosóficas. O movimento fundamentalista é mais que um desdobramento do irracionalismo; ele é a filosofia irracionalista em linguagem religiosa; é o irracionalismo filosófico religioso. Segundo Lukács, “[...] A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista [...]” (Lukács, 2020, p. 15). Marcadamente anti-iluminista – em se tratando das ciências e da relação entre teologia e modernidade –, assentado na metafísica e no conhecimento religioso, movimentos fundamentalistas querem manter-se no espaço

---

<sup>604</sup> Conferir a seção “5.1.2 Conhecimento religioso ou teológico é, realmente, conhecimento?”

público com pressupostos teológicos quase medievais, defendendo com afinco o credo fundamentalista e a prática fundamentalista.

Consideramos o fundamentalismo religioso evangélico como um movimento estratégico da filosofia reacionária burguesa, especialmente, do irracionalismo. De acordo com Georg Lukács (2020), o irracionalismo é uma das tendências importantes da filosofia reacionária burguesa. O fundamentalismo religioso é, essencialmente, conservador e reacionário. O que, como já dissemos, não significa que todas as religiões o sejam, ou todos os religiosos ou todas as experiências religiosas. Como expressão de determinada religião, fundamentalista, possui uma visão de mundo, uma perspectiva de como a humanidade e a sociedade devem ser. Fazem uma leitura do passado – idealizado, mítico –, uma leitura do presente – dominado pelo pecado, pelo ateísmo e pelo materialismo – e uma leitura do futuro – do vir a ser, de um retorno ao paraíso perdido, a partir de uma intervenção divina. Em sendo uma religião, portanto, detentora de uma cosmovisão, contém, também, uma filosofia: tanto uma doutrina, a exposição sistematizada da fé racionalizada, quanto uma forma de refletir acerca da realidade, do ser humano, das sociedades, da elaboração do conhecimento e da apreensão da verdade e do real.

No entanto, todos esses aspectos da ideologia religiosa estão relacionados, dialeticamente, à materialidade. A gênese, a função social e o desenvolvimento social da ideologia irracionalista existem em relação e a partir do concreto (Lukács, 2020). A origem das ideias religiosas não pode ser encontrada, somente, nas próprias ideias religiosas, na teologia ou no dogma. A ideia religiosa fundamentalista, como segmento da filosofia irracionalista, tem seu lugar de origem nas relações sociais mediadas pela produção material e na luta de classes<sup>605</sup>. Não é acidental, portanto, que haja um forte caráter anticomunista no fundamentalismo religioso ao mesmo tempo em que há uma defesa contundente do capitalismo e do modo norte-americano de viver.

[...] a própria razão não é algo que paira acima do desenvolvimento social de modo apartidário e neutro; pelo contrário, ela reflete sempre a racionalidade (ou irracionalidade) concreta de uma dada situação social, de uma dada direção do desenvolvimento histórico e, ao lhe dar clareza conceitual, promove ou retarda esse desenvolvimento [...] (Lukács, 2020, p. 11).

---

<sup>605</sup> “[...] as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc. de sua reação contra o progresso na sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à *bourgeoisie* reacionária [...]” (Lukács, 2020, p. 14-15).

A irracionalidade do fundamentalismo religioso não está apenas em seu idealismo, ou na defesa acrítica e irrestrita do dogma fundamentalista. Apresenta-se nas formas fetichizadas e mistificadas através das quais compreende-se a si mesmo, compreende os seres humanos e compreende as sociedades. As ideias são irracionais porque a produção material é irracional. Ao se referir à produção na economia capitalista – divisão social do trabalho, preço de uma mercadoria, salário, lucro e às oscilações do mercado –, Karl Marx afirmou: “[...] O conjunto do movimento desta desordem constitui sua própria ordem [...]” (Marx, [s.d.], p. 67). A desordem observada na produção capitalista é sua própria ordem. Dito de outra forma: a desordem que constatamos é a própria ordem da economia capitalista e, por consequência e dialeticamente, de tudo o que a envolve<sup>606</sup>. A irracionalidade ideológica do fundamentalismo religioso é o resultado dialético da irracionalidade do mundo real. Como constatou Marx: “[...] O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido* [...]” (Marx, 2013, p. 151). As mesmas forças históricas que engendram a sociedade, produzem a religião como resultado e resposta dialética à produção social.

Encerremos com a conclusão de Osvaldo Luiz Ribeiro: “[...] O fundamentalismo constitui uma agudização de elementos que compõem originalmente a matriz religiosa desde a qual ele emerge” (Ribeiro, 2017, p. 156). Esta afirmação é central: a matriz religiosa da qual o fundamentalismo emerge guarda dentro de si os elementos potenciais do fundamentalismo. Uma determinada religião pode conter, de maneira latente, o fundamentalismo religioso. Procuremos esclarecer nossa perspectiva a partir das palavras de Paulo Leminski:

Não nos deixemos iludir pelas aparentes diferenças entre essas três confissões religiosas, nem por seus conflitos históricos. Com variantes de detalhes, as três afirmam, no fundo, os mesmos princípios: o tribal monoteísmo patriarcalista, o moralismo fundado em regras estritas, a tendência ao proselitismo expansionista, a intransigência (Leminski, 2003, p. 11).

A compreensão de Leminski pode nos ajudar a desanuviar a mente. Ele afirma haver um mesmo padrão de princípios entre as três grandes religiões

---

<sup>606</sup> Conferir a seção “2.3 Neoliberalismo e subjetividade: uma nova subjetividade ou a subjetividade...”.

monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. De fato, as três se referem a uma mesma personagem como “pai da fé”, o patriarca Abraão, e a um mesmo legislador, o patriarca Moisés; as três apresentam um código moral restrito e, se considerarmos a tradição oral e as interpretações de seus principais representantes ao longo da história, extremamente amplo e rígido, no sentido de abranger todas as áreas da vida; as três se apresentam como religiões de salvação, tendo como característica comum o proselitismo, o sectarismo e a doutrinação; e, finalmente, são, naquilo que as aproxima, intransigentes. Parte dos conflitos entre as três ocorre pela ambição de cada uma querer estar acima das outras. Caro e Fediakova (2000) destacam que as três religiões são monoteístas, messiânicas e proféticas; se caracterizam como “religiões do livro” cuja interpretação, em geral, depende da figura do sacerdote (rabino, padre, pastor, *ayatolá*, *imane*).

As diferenças entre as três confissões religiosas podem nos iludir e nos cegar em detrimento de suas semelhanças. Em vista disto, é possível afirmar que as três, cada uma a seu modo, guarda uma tendência ao fundamentalismo religioso. Para descobrirmos o que diferencia, em essência, fundamentalismo judaico, fundamentalismo cristão e fundamentalismo islâmico, precisamos destacar aquilo que elas mesmas realizam em termos de profissão de fé e de ação em consequência da confissão de fé. A diferença entre estes fundamentalismos não está em referir-se a um ou mais “ancestrais comuns”; a uma única divindade; a um livro sagrado; a rituais de adesão, confissão, culto ou pertencimento; a forma como as mulheres (em geral) são percebidas<sup>607</sup> e tratadas; nem às regras estritas, nem na tendência proselitista ou na intransigência. Internamente, isto é, no interior de grupos e segmentos de cada uma delas a tendência fundamentalista acaba se efetivando em expressões mais radicais, em alguns casos, lançando mão da violência.

Dentro do cristianismo, por exemplo, se apresentam grupos e segmentos fundamentalistas tanto no espectro católico quanto protestante. Naturalmente, cada um afirmará sua própria existência como essencial à salvação e, de alguma forma, inserirá seu grupo ou seu segmento religioso neste propósito salvífico. O discurso de salvação pode estar relacionado ao resgate ou ao renascimento de doutrinas ou a

---

<sup>607</sup> “[...] a mulher desaparece enquanto pessoa, reduzida a uma fração de um harém. Os antigos hebreus e o judaísmo posterior são fundamentalmente patriarcalistas, bem como o cristianismo e o Islam, derivado diretos da fé de Moisés. Nesses três credos (no fundo, um só), a mulher não tem acesso às funções sacerdotais: os intermediários entre o sacro e a humanidade são rabinos, padres, [pastores], ulemás” (Leminski, 2003, p. 74).

práticas reputadas como pertencentes à origem do movimento de Jesus de Nazaré e rivalizar com outro grupo ou segmento. Entretanto, não é apenas sua confissão de fé que lhe torna fundamentalista. Não é apenas porque segmentos católicos insistem em que a salvação existe apenas dentro e a partir do catolicismo ou que evangélicos façam a mesma afirmação, cada um tomando a si mesmo como referência exclusiva de verdade e de salvação. Inimaginável que qualquer expressão religiosa que pretenda alcançar a hegemonia considere legítima a existência de outras expressões religiosas, sejam elas de sua mesma religião ou de outras.

O que nos conduz a uma memória acerca da própria origem do cristianismo. Coloquemos, de pronto, nossos pressupostos: (i) o movimento de Jesus de Nazaré, na periferia da Galileia e, portanto, do Império Romano, foi um movimento de renovação no interior do judaísmo, em certa oposição ao judaísmo representado pelas elites sacerdotais de Jerusalém; (ii) na continuação do movimento de Jesus de Nazaré sem Jesus, quer dizer, diversos movimentos que surgiram em torno e a partir das tradições referentes a Jesus, após sua crucificação e sua morte, sejam tradições históricas ou orais, em volta de personalidades ou de grupos que guardavam as referidas tradições, surgiram grupos ou comunidades que se diziam, de alguma forma, ligados ao movimento de Jesus; (iii) como parte destas tradições guardadas na literatura cristã primitiva – incluindo aquilo que chamamos de *Novo Testamento* – demonstra, havia, na realidade, *cristianismos*, uma diversidade de compreensões e experiências que se afirmavam seguidoras de certo Jesus, que havia se tornado o Cristo. Existia (Dunn, 2009), por exemplo, o cristianismo judaico, o cristianismo helenístico, o cristianismo apocalíptico e o catolicismo primitivo, cada um com sua “cristologia”; (iv) o processo histórico de um cristianismo plural, diverso, tanto étnica quanto culturalmente, tanto social quanto economicamente, tanto religiosa quanto teologicamente conduziu, naturalmente, a tensões internas. O processo de institucionalização e de busca da “unidade” não ocorreu sem traumas. Alguns foram

perseguidos, outros simplesmente desapareceram e muitos foram considerados “heréticos” e “apóstatas”<sup>608</sup>, por aquilo que se convencionou chamar de “ortodoxia”<sup>609</sup>.

## 4.2 Capitalismo e religião

Iniciaremos a presente seção chamado atenção à relação entre capitalismo e religião. Em verdade, praticamente todas as religiões conhecidas contém exortações sobre a questão da cobiça, do enriquecimento e do acúmulo das riquezas. A rigor, algumas apresentam uma crítica mais consistente, ainda que utilizem como perspectiva a moral religiosa. Dentro do cristianismo sobram exemplos neste sentido. Entretanto, circunscritos ao nosso objeto de pesquisa, o aspecto a ser ressaltado é a mudança de compreensão a partir da ascensão do capitalismo: majoritariamente, o cristianismo moderno, especialmente, o Protestantismo e, nele, o segmento evangélico, representam uma outra forma de lidar<sup>610</sup> com o dinheiro e de justificar o enriquecimento. Nesta breve incursão retomaremos alguns *insights* de Karl Marx e algumas considerações de Friedrich Engels acerca da relação entre capitalismo e religião; em seguida, mencionaremos as conclusões de dois filósofos contemporâneos – Walter Benedix Schönflies Benjamin e Giorgio Agamben – sobre a divinização do capitalismo e de sua principal mercadoria equivalente, o dinheiro.

A religião foi um dos temas que tomou as atenções do jovem Karl Marx. Mesmo que ele não tenha escrito uma única obra que tratasse exclusivamente do tema, a religião fazia parte dos debates filosóficos nos séculos XVIII e XIX na Europa, especialmente, na Alemanha, na França e na Prússia. Em 1847, na obra *Miséria da filosofia*, Marx havia escrito que certos humanitários “[...] aconselha[m] aos operários a sobriedade, o trabalho consciencioso e o controle de filhos; recomenda[m] aos

---

<sup>608</sup> Aquilo que ocorreu a partir dos chamamos “Padres apologistas” já estava presente em diversos textos do Novo Testamento. Como bem observou Osvaldo Ribeiro: “O que falta para que o quadro geral constituído por Gálatas, Tito e Judas possa ser considerado um exemplo de fundamentalismo? Sim, falta o nome. Mas apenas o nome, porque as características, não... [...]” (Ribeiro, 2017, p. 149).

<sup>609</sup> Qualquer debate sério em torno da ortodoxia dentro dos cristianismos se torna infrutífero e impossível. James Dunn é assertivo: “[...] Um fato simples é que não há nenhuma ortodoxia única no cristianismo moderno: o conceito de ortodoxia no cristianismo do ocidente é muito diferente daquele predominante entre os cristãos orientais; ortodoxia católica romana não é a mesma que a ortodoxia protestante, e a ortodoxia pentecostal também é alguma coisa diferente; a ortodoxia ‘ânglo-católica’ não é a ortodoxia ‘evangélica’, e nem satisfaria à ‘liberal’ e à ‘radical’. Cada uma claramente entende e interpreta o conceito ‘ortodoxia’ ao seu próprio modo. [...]” (Dunn, 2009, p. 64).

<sup>610</sup> Representa uma nova forma diante da forma hegemônica anterior. Obviamente, é possível relacionar o enriquecimento da instituição religiosa como um aspecto contraditório em seu discurso.

burgueses que se dediquem à produção com entusiasmo refletido [...]” (MARX, 2017a, p. 112). Não é preciso conhecer estas palavras para perceber como certos discursos, que aparentemente se preocupam com o trabalhar e a trabalhadora, na verdade, tem por objetivo contribuir para a produção e para a reprodução social. Os conselhos parecem exatos e bem-intencionados, que burgueses e trabalhadores convivam e colaborem para o bem da produção; que o trabalhador e a trabalhadora se mantenham sóbrios, honestos e cuidem dos filhos; e que os burgueses se dediquem à produção, com entusiasmo e com reflexão. É possível ouvir um eco das pregações pietistas e puritanas antigas e contemporâneas.

De outro lado, certos segmentos da sociedade, incluindo cristãos, reconhecendo os limites e os perigos que o próprio sistema capitalista impunha, isto é, um rastro de empobrecimento e de miséria, exortaram para uma suposta regulação do capitalismo ou mesmo um controle dos mercados. Em sua época, Marx expôs, em linguagem crítica e metafórica, duas escolas.

Em seguida, vem a *escola humanitária*, que toma a peito o lado mau das relações de produção atuais. Procura, para desencargo de consciência, amenizar um pouco os contrastes reais; deplora sinceramente a infelicidade do proletariado, a concorrência desenfreada dos burgueses entre si; aconselha aos operários a sobriedade, o trabalho consciencioso e o controle de filhos; recomenda aos burgueses que se dediquem à produção com entusiasmo refletido [...]

A *escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Ela nega a necessidade do antagonismo; quer tomar burgueses todos os homens e realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática e não contém nenhum antagonismo. É supérfluo dizer que, na teoria, é fácil abstrair das contradições que encontramos a cada passo da realidade. Essa teoria seria então realidade idealizada. Assim, os filantropos querem conservar as categorias que exprimem as relações burguesas sem o antagonismo que as constitui e é inseparável delas. [...] (MARX, 2017a, p. 112-113).

Marx observa que o humanismo, que se apresenta como uma crítica, era, na verdade, um assentimento à produção capitalista. Uma força de lhe corrigir supostas falhas morais realizadas pelas pessoas que se inseriam dentro do capitalismo. Os humanistas, como Marx chama, tinham boas recomendações aos capitalistas e aos trabalhadores. A escola filantrópica “nega a necessidade do antagonismo” e quer tonar burgueses todos os homens. Assim como não há trabalho para todos e todas, dentro do capitalismo, não há espaço para que todos e todos sejam burgueses. Como é possível perceber, “as duas escolas” não realizam nenhuma crítica à divisão social do trabalho, à existência de burgueses e de proletários, ao trabalho assalariado e à apropriação de mais valor. Curiosamente, em

maior ou menor grau, ambos os discursos permanecem como parte da própria ideologia capitalista, propagandeada em diferentes espaços, incluindo, ambientes eclesiásticos. No máximo, tais discursos visam medidas reformistas ou apelos morais a capitalistas e a trabalhadores, quando à dignidade do trabalho.

Anos depois, já por ocasião d'*O Capital*, Marx considerou que a Reforma Protestante representou um “[...] novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares [...]” (Marx, 2017b, p. 792). Em consequência da Reforma, houve o “[...] roubo colossal dos bens da Igreja [...] [que] lançou seus moradores no proletariado [...]” (Idem, p.793). Um primeiro impulso havia sido a dissolução dos feudos. O confisco de propriedades destinadas aos camponeses, por parte da Reforma, aumentou o número de camponeses empobrecidos e de miseráveis. As leis que surgiram contra o pauperismo e os impostos de beneficência demonstram a quantidade de miseráveis camponeses lançados nos centros urbanos europeus. Ao mencionar uma destas leis, em nota de rodapé, Marx comenta que “O ‘espírito’ protestante pode ser reconhecido, entre outras coisas [...]” (Marx, 2017b, p. 793, n. 197), pela ideia da construção de uma prisão na paróquia para que ali estivesse todo pobre que recebesse auxílio. Este pobre, preso, seria arrendado por alguém que faria uma oferta pelo uso de sua força de trabalho. O autor demonstrou<sup>611</sup> que a acumulação primitiva foi resultado de um processo histórico profundamente violento de separação entre os trabalhadores e a terra, a propriedade privada da produção, cuja síntese nas palavras de Marx é: “[...] o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” ((Idem, p. 830). Ele percebeu a função da legislação, do Estado emergente, do mercado interno, do sistema colonial cristão e da dívida pública no processo de surgimento do capitalismo. Portanto, desde sua origem o moderno sistema de produção contou com a religião<sup>612</sup> e a ideologia

---

<sup>611</sup> “O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (Marx, 2017b, p. 804).

<sup>612</sup> A perspectiva materialista acerca da origem do capitalismo foi criticada por Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. De acordo com autor, há uma correlação entre a ética adotada pelos protestantes e a riqueza das nações capitalistas. Os protestantes teriam certas características que favoreceriam a emergência do capitalismo. Nas palavras de Weber: “[...] O ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é, desde que feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência em certo caminho; e essas eficiência e virtude são, como agora se tornou fácil de ver, o alfa e o ômega da verdadeira ética [...] É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e de fato sente,

religiosa – Marx menciona, inclusive, alguém que acreditava que o desenvolvimento do comércio era resultado da intervenção direta da Providência.

De acordo Engels, “[...] o grande centro internacional do feudalismo era a Igreja Católica Romana [...]” (Engels, 1975, p. 15). Ele havia percebido que na transição do *feudalismo* ao *capitalismo* seria necessário “[...] destruir a organização central santificada” (Engels, 1975, p.15). Logo, em uma compreensão materialista dialética, seria preciso considerar historicamente nas lutas de classes e na correlação de forças a própria luta da burguesia contra a Igreja Católica<sup>613</sup>. O que se apresentava como uma guerra religiosa era, na verdade, uma roupagem religiosa sobre as lutas de classes. O autor apresentou “três grandes batalhas decisivas” nas lutas de classes da burguesia contra a Igreja. A primeira delas foi a Reforma Protestante alemã, conduzida por Lutero: “[...] a Reforma luterana conduziu a uma nova religião, aquela justamente de que a monarquia absoluta precisava [...]” (Idem, p. 16). Sob manto da religião, ocultava-se os interesses dos príncipes. A segunda grande batalha foi a Reforma de John Calvino, capaz de triunfar, para Engels, onde o luteranismo falhou.

---

em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital)” (Weber, 2003, p. 49-50). O espírito do capitalismo presente na ética protestante considera a compreensão protestante da vocação: a realização do plano de Deus para a vida do indivíduo. Trata-se da crença em ser eleito a fim de realizar a eleição. Esta vocação se realiza, entre outras coisas, através do dever para com o trabalho e através do acúmulo de bens, o que seria a substituição da compreensão tradicional católica. Weber resumiria da seguinte forma algumas de suas conclusões: “O ascetismo cristão, que de início se retirava do mundo para a solidão, já tinha regrado o mundo ao qual renunciara a partir do mosteiro e por meio da Igreja. Mas no geral, tinha deixado intacto o caráter naturalmente espontâneo da vida laica no mundo. Agora, avançava para o mercado da vida, fechando atrás de si a porta do mosteiro; tentou penetrar justamente naquela rotina de vida diária, com sua metodicidade, para amoldá-la a uma vida laica, embora não para e nem deste mundo [...]” (Weber, 2003, p. 116); e “Este ascetismo secular protestante, tal como foi recapitulado até aqui, agiu poderosamente contra o desfrute espontâneo das riquezas; restringiu o consumo, em especial o do supérfluo. Por outro lado, teve o efeito psicológico de liberar a aquisição de bens das inibições da ética tradicional. Quebrou as amarras do impulso para a aquisição, não apenas legalizando-o, mas, no sentido exposto, enfocando-o como desejado diretamente por Deus [...] [não tanto] contra a aquisição racional, mas contra o uso irracional da riqueza” (Weber, 2003, p. 127-128). Ao final, Weber esclarece que “[...] não é meu intuito substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral, da cultura e da história. Ambas são viáveis mas, se qualquer delas não for adotada como introdução, mas sim como conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica” (Idem, p. 136). Se Weber leu Marx e Engels não temos como afirmar. Entretanto, parece-nos que, além de uma interpretação vulgar do marxismo, isto é, das determinações econômicas através da relação infraestrutura e superestrutura, alguns aspectos de Marx e de Engels foram retomados e aprofundados por Weber, em outra perspectiva. Walter Benjamim afirmaria, anos depois de Weber, que: “O capitalismo se desenvolveu como parasita do cristianismo – o que precisa ser demonstrado não só com base no calvinismo, mas também com base em todas as demais tendências cristãs ortodoxas –, de tal forma que, no final das contas, sua história é essencialmente a história de seu parasita, ou seja, do capitalismo” (Benjamim, 2013, p. 23).

<sup>613</sup> “[...] primeiro, que a classe mais empenhada na luta contra o poder da Igreja Católica era precisamente a burguesia e, segundo, que então toda luta contra o feudalismo tinha que vestir-se com uma roupagem religiosa e dirigir-se em primeira instância contra a Igreja [...]” (Engels, 1975, p. 16).

[...] O dogma calvinista servia aos mais intrépidos burgueses da época. Sua doutrina da predestinação era a expressão religiosa do fato de que no mundo comercial, no mundo da concorrência, o êxito ou a bancarrota não dependia da atividade ou da aptidão do indivíduo, mas de circunstâncias independente d'ele. "Ele não depende da vontade ou da fuga de ninguém, mas da misericórdia" de forças econômicas superiores, mas desconhecidas. E isso era mais do que nunca uma verdade numa época de revolução econômica, em que todos os velhos centros e caminhos comerciais eram substituídos por outros novos [...] Ademais, o regime da Igreja Calvinista era absolutamente democrático e republicano [...] (Engels, 1975, p. 16-17).

De acordo com Engels, a reforma calvinista serviu aos burgueses de duas maneiras: a primeira delas foi através da explicação religiosa para o sucesso ou para o fracasso. Esta explicação esconde-se na chamada doutrina da *predestinação* em que, segundo o dogma, uma pessoa é predestinada à salvação ou à perdição. Como um indivíduo não tem consciência se está predestinado à salvação ou à perdição, precisa confiar na Providência divina e discernir os sinais de sua salvação ou de sua perdição eterna. Um indício estava no sucesso dos seus empreendimentos, do seu trabalho, não como causa de seu comportamento, mas como consequência de sua fé laboriosa e de sua predestinação. O segundo serviço que o calvinismo prestou à burguesia foi a organização democrática e republicana. A perspectiva social de monarquia e centralização foi parcialmente superada pela compreensão da organização social democrática e republicana. Engels percebeu, ainda, como a religião passou a ser instrumentalizada por interesses econômicos bem específicos:

[...] [a burguesia] Tinha que sugar deles [operários e criados] a maior quantidade e a melhor qualidade possível de trabalho; para consegui-lo, tinha de educá-los numa submissão adequada. Pessoalmente, era um homem religioso; sua religião lhe havia fornecido a bandeira sob a qual combateu o rei e os senhores; descobrira também, havia pouco, os recursos que essa religião lhe oferecia para trabalhar o espírito de seus inferiores naturais e torná-los submissos às ordens dos amos, que os desígnios imperscrutáveis de Deus lhe inspiravam. Numa palavra, o burguês da Inglaterra participava agora na empresa de oprimir as "classes inferiores", a grande massa produtora da nação, e um dos meios empregados para isso era a influência da religião (Engels, 1975, p. 18).

Em linhas gerais, a religião desempenhava um papel semelhante àquele historicamente estabelecido nas condições anteriores de produção social. No entanto, a instrumentalização da religião tinha novos atores e tinha uma finalidade determinada pela nova forma de reprodução social. Engels dá a entender que as classes burguesas tinham consciência da instrumentalização do discurso religiosos visando maior adaptação dos trabalhadores aos desafios do capitalismo emergente. Aqueles que

dominam economicamente, por consequência, dominam espiritualmente e têm consciência de como o discurso religioso serve para alavancar a produção. É preciso educar trabalhadores e trabalhadoras a fim de que produzam mais e melhor. Três instituições se encontram neste propósito: a família, a escola e a igreja. Importa pouco se os próprios religiosos compreendem, nestas circunstâncias, seu papel social, desde que a produção capitalista siga seu fluxo. Da mesma forma que a bandeira religiosa tremulou na derrocada do antigo sistema feudal, ela é agitada na formação e no convencimento de trabalhadores e trabalhadoras sob o capitalismo. As palavras consideradas sagradas são verdadeiras pílulas justificadoras e inspiradoras. O trabalho pode ser compreendido como castigo ou como sinal de bênção<sup>614</sup>.

As posições diferentes entre o cristianismo de confissão católica romana e os cristianismos emergentes de confissão protestante, representam interesses de classes. Tanto o catolicismo quanto os protestantismos advogavam seus próprios interesses: de um lado, o Sacro Império Romano-Germânico e o feudalismo e, de outro, os príncipes alemães, a burguesia e o capitalismo emergentes. Com a vitória das classes burguesas, em um primeiro momento, o catolicismo adotaria uma crítica ao novo sistema produtivo. Diversas ordens religiosas católicas cumpriram um importante papel no cuidado de pobres e de miseráveis. A adaptação do discurso religioso protestante ao capitalismo foi resultado do intenso processo de violência através do qual o capitalismo foi gerado, nas palavras de Marx: “[...] A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova [...]” (Marx, 2017b, p. 821); e da ideologia emergente. Para Engels, “[...] mais do que nunca, era necessário manter o povo à distância [das tendências comunistas e revolucionárias] mediante recursos morais; e o primeiro e mais importante recurso moral com que se podia influenciar as massas continua a ser a religião [...]” (Engels, 1975, p. 24-25). A

---

<sup>614</sup> É preciso lembrar a compreensão geral acerca do trabalho que se estabeleceu no Brasil. Diante de condições particulares – a mão de obra escrava para dar conta do modelo econômico na colônia – esse entendimento apenas se aprofundou. [...] a ideologia que se conformada procurava desenhar o trabalho nos trópicos como um fardo, um sofrimento, uma punição e uma pena para ambos os lados: senhores e escravos. O discurso proferido pela Igreja e pelos proprietários entendia tal trabalho árduo como uma atividade disciplinadora e civilizadora. Havia inclusive manuais – verdadeiros modelos de aplicação de sevícias pedagógicas, punitivas e exemplares – que instruíam, didaticamente, os fazendeiros sobre como submeter os escravizados e transformá-los em trabalhadores obedientes [...] (Schwarcz; Starling, 2018, p. 91). De fato, em uma “[...] sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos [...]” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 95). O trabalho escravo, obrigatório, coercivo guardava um sentido redentor. A redenção por meio do trabalho braçal.

nova moral<sup>615</sup> religiosa era resultado das lutas de classes, isto é, da relação dialética entre as determinações econômicas da nova forma de produção e as formas espirituais de reprodução social.

Na emergência do capitalismo a religião foi instrumentalizada a serviço do capital. A palavra emergência aqui comporta os dois sentidos: o momento crítico em que o capitalismo emergiu. Com o desenvolvimento histórico do capitalismo e de suas forças produtivas e a conseqüente especialização em dominar material e espiritualmente, o capitalismo mesmo adquiriu cada vez mais feições religiosas<sup>616</sup>. Nós nos permitiremos um salto histórico a fim de demarcarmos uma aproximação maior entre capitalismo e religião: o capitalismo como religião. Talvez, em anos recentes, tenha se destacado a concepção de Walter Benjamin:

O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta [...]. (Benjamim, 2013, p. 21).

Acerca desta afirmação, Allan da Silva Coelho e Jung Mo Sung fazem três destaques: o primeiro é que “[...] o capitalismo não é um sistema social secularizado, mas é ou funciona como uma religião [...]” (Coelho; Sung, 2019, p. 665); a segunda é que “[...] as religiões resolviam as grandes questões da vida social, que na verdade incluía a totalidade das questões sociais e políticas [...]” (Idem, p. 666); a terceira é que “[...] a teoria weberiana do papel da religião, em particular do cristianismo calvinista, na formação do espírito do capitalismo não é suficiente para compreender a gênese e a estrutura do capitalismo [...]” (Idem, 667). Os sistemas religiosos são formas de compreender o mundo e de oferecer certas respostas para o drama humano. Tratamos como sistemas aquelas religiões mais elaboradas que cruzaram os séculos e que foram capazes de desenvolver, com certo grau de racionalização, suas cosmogonias e suas cosmovisões. Ao apropriar-se da linguagem mitológica, até mesmo das teogonias, as religiões buscam explicação para as grandes dúvidas humanas. As religiões se debruçam em torno de questões – que, por falta de palavra

---

<sup>615</sup> Precisamos lembrar que a moral é parte do mesmo ordenamento ideológico que compões demais aspetos da superestrutura no capitalismo. Gramsci (2015) demonstrou como o fordismo formava um novo tipo de trabalhador – incluindo seus aspectos éticos e morais – de acordo com as necessidades da nova organização da produção.

<sup>616</sup> “Na época da Reforma, o cristianismo não favoreceu o surgimento do capitalismo, mas se transformou no capitalismo” (Benjamim, 2013, p. 24).

melhor, chamaremos de – existenciais: De onde viemos? O que fazemos aqui? Para onde vamos? Às grandes interrogações humanas as religiões propõem respostas religiosas. Mais do que pensar em termos do ser humano genérico, enquanto humanidade, as grandes religiões monoteístas propõem respostas a cada indivíduo singular. Todas elas apresentando suas visões de mundo. Para Benjamim, “o capitalismo propõe resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações” que se ocupavam as religiões<sup>617</sup>. O autor identifica quatro aspectos na estrutura religiosa do capitalismo:

[...] Em primeiro lugar, o capitalismo é uma religião puramente cultual [...] Ligado a essa concreção do culto está um segundo traço do capitalismo: a duração permanente do culto. O capitalismo é a celebração de um culto *sans trêve et sans merci* [sem trégua e sem piedade] [...] Em terceiro lugar, esse culto é culpabilizador [...] O quarto traço dessa religião é que seu Deus precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização [...] (Benjamim, 2013, p. 21-22).

O capitalismo é um fenômeno essencialmente religioso e a principal característica religiosa do capitalismo é que ele é uma religião puramente cultual. Não há dogmática ou teologia. Comumente, os dogmas religiosos são resultados da racionalização da religião. Estes dogmas podem determinar limites de crença que, por sua vez, estabelecem limites de relacionamentos. Àquele que não confessa adequadamente os dogmas teológicos da fé não é permitido participar. Não é assim com o capitalismo. O capitalismo não apenas é puramente cultual, como é um culto permanente. Se determinada religião faz uma separação entre sagrado e profano, entre dias de culto e dias de trabalho, o capitalismo não. É uma liturgia permanente. Porém, enquanto as cerimônias religiosas oferecem um espaço à expiação, o capitalismo é culpabilizador. Nas palavras de Benjamim, o culto do capitalismo torna a culpa universal, “[...] para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação [...]” (Benjamim, 2013, p. 22). No capitalismo, “[...] a religião não é mais reforma do ser, mas seu esfacelamento. Ela é a expansão do desespero ao estado religioso universal, do qual se esperaria salvação [...]” (Idem). Entretanto, salvação não há. A inclusão de

---

<sup>617</sup> Seguindo as afirmações de Benjamim, Mo Sung tem considerado que: “[...] o sistema de mercado capitalista assumiu as funções que no passado pertenciam à religião, tais como a de dar um universo de significado comum à toda comunidade, o sentido último à vida e às mortes e sacrifícios demandados pela dinâmica própria da ordem social, e legitimar a totalidade da ordem social através de mecanismos de sacralização ou de absolutização dos seus fundamentos” (Sung, 2014, p. 292).

Deus no destino humano é uma encarnação que o torna refém da religião capitalista. O último traço da religião capitalista destacado por Benjamim é que o Deus do capitalismo precisa ser ocultado. Ele é invocado no ápice de sua culpabilização<sup>618</sup>. Em entrevista concedida a Peppe Salvà, do *Ragusa News*, Giorgio Agamben afirmou:

[...] o capitalismo é, realmente, uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro. Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro [...] (Salvà, 2012).

Agamben recorre a Benjamim a fim de explicar a relação entre crise e economia. Para Agamben, as palavras de Benjamim devem ser compreendidas literalmente: o capitalismo é uma religião. Como vimos, em Benjamim o capitalismo é uma religião cultual, cujo culto é permanente, é culpabilizador e no qual Deus está escondido. Segundo Agamben, os traços desta religião são sua ferocidade, sua implacabilidade e sua irracionalidade. O capitalismo como religião desconhece redenção ou trégua. A liturgia ininterrupta do capitalismo é o trabalho e seu objetivo é o dinheiro. Deus não morreu – uma referência a Friedrich Nietzsche –, mas Deus se tornou Dinheiro. Ainda de acordo com o autor, os bancos e seus funcionários são os templos e os seus sacerdotes, respectivamente. Dificilmente, alguém negará que existe, nas sociedades contemporâneas, certa vinculação entre capitalismo e religião, de tal forma que o capitalismo se utilize da linguagem da religião e que a religião se torne, ela mesma, não apenas justificadora do capitalismo e, sim, uma mercadoria.<sup>619</sup> O que Benjamim e Agamben estão considerando é algo a mais: o capitalismo como uma religião.

---

<sup>618</sup> Na aproximação entre capitalismo e religião, surge também, de acordo com Allan Coelho e Jung Sung, “[...] a teoria que considera que o capitalismo pode e deve ser criticado como uma religião. Sua singularidade teórica advém justamente da articulação entre a análise das condições concretas da vida sob o sistema (a base econômica da exploração) e as formas de significação e legitimação mítico-teológica, enquanto espírito que move e submete as pessoas à exploração. No mundo moderno, o espírito que mobiliza e propõe sentido à ação humana se expressaria não mais nas tradicionais instituições religiosas, mas no próprio capitalismo [...]” (Coelho; Sung, 2019, p. 661-662).

<sup>619</sup> Assumimos que uma opção religiosa minoritária pode, necessariamente, recusar o acúmulo de riquezas e tecer, nos limites da religião, duras críticas ao capitalismo. Em regra, por exemplo, as ordens religiosas católicas e os padres diocesanos fazem os votos da vida consagrada ou as promessas sacerdotais, que são: castidade, obediência e pobreza. Especialmente o voto de pobreza procura aproximar-se dos antigos profetas hebreus e do exemplo de Jesus de Nazaré, na pobreza, simplicidade e cuidado com os mais pobres. Expressões maiores como a *teologia do Evangelho social*, a *teologia da libertação* e os *credos sociais* cumprem o papel de crítica ao capitalismo e às religiões de mercado.

#### 4.2.1 Teologia da Prosperidade e Teologia da Batalha Espiritual: os novos significados para o dinheiro e para o sofrimento humano

A fim de aprofundarmos a reflexão acerca da relação entre capitalismo e religião<sup>620</sup> queremos destacar outro aspecto: a relação entre *neoliberalismo* e *teologia da prosperidade*. Em verdade, estamos delimitando nossa reflexão à expressão mais desenvolvida do capitalismo contemporâneo, isto é, ao neoliberalismo, e à teologia que melhor responde às carências<sup>621</sup> do capitalismo até agora, a teologia da prosperidade. Não se trata, como temos percebido, de uma escolha entre capitalismo *ou* religião e, sim, de uma relação dialética entre capitalismo e neoliberalismo e religião e economia. Queremos destacar os desdobramentos do neoliberalismo no discurso religioso como uma expressão da formação ideológica neoliberal. Como observou Han: “A ideologia neoliberal da otimização pessoal desenvolve características religiosas e até mesmo fanáticas; representa uma nova forma de subjetivação [...]” (Han, 2020, p. 46). Para nos aproximarmos devidamente do tema, faremos uma breve referência<sup>622</sup> ao surgimento e ao desenvolvimento histórico da teologia da prosperidade e indicaremos suas principais características, acentuando como a teologia da prosperidade impôs um novo significado religioso para o dinheiro e como ela reinterpretou o sofrimento humano. Procuraremos conciliar a exposição da teologia da prosperidade com a exposição da teologia da batalha espiritual.

O neoliberalismo se impõe sobre a religião dominante e seus signos religiosos. Nos expressamos em termos de religião dominante para salientar a religião a serviço do capitalismo e do capitalismo que se apropria da linguagem, dos

---

<sup>620</sup> Esta correlação entre capitalismo e religião não é tão simples como pode parecer à primeira vista, já que se trata de duas categorias um tanto separadas desde as revoluções burguesas – as revoluções inglesas no século XVII e a revolução francesa no século XVIII. De fato, estabeleceu-se para as ciências sociais que economia e religião fazem parte de esferas distintas da vida e da sociedade. Entretanto, partimos de uma perspectiva objetiva: na atualidade capitalismo e religião não apenas coexistem, mas estão imbricadas na vida social.

<sup>621</sup> Ao referir-se à propriedade privada e, portanto, ao capitalismo, Marx escreveu: “[...] Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma nova força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta [...]” (Marx, 2010a, p. 139).

<sup>622</sup> Em nossa breve exposição priorizaremos autores que, de alguma forma, interseccionam teologia da prosperidade, teologia da batalha espiritual e teologia do domínio. Assim sendo, não temos por objetivo a literatura especializada acerca de cada uma destas teologias, apesar de mencionarmos algumas nas seções 4.1 e 4.2.1. Estamos de acordo com Claudio Ribeiro de que: “[...] Cada grupo, liderança, instituição ou igreja formula a seu modo as ênfases relativas à prosperidade e as doutrinas religiosas afins [...]” (Ribeiro, 2006, p. 52).

instrumentos e dos símbolos da religião. Deixamos claro, portanto, que nem todas as religiões ou experiências religiosas se enquadram nestas características<sup>623</sup>. O neoliberalismo se impõe sobre a religião dominante e seus signos religiosos porque, neste caso, a religião é uma expressão da doutrina neoliberal. Estamos nos referindo à *teologia da prosperidade*. De acordo com Claudio Oliveira Ribeiro: “O fato é que essa perspectiva religiosa encontra-se em sintonia com o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista [...]” (Ribeiro, 2006, p. 40). Esta compreensão, que perpassa a religião e se utiliza da linguagem e dos símbolos religiosos, atravessa praticamente todas as denominações protestantes e evangélicas, com destaque para aquelas pentecostais e neopentecostais. Para Ricardo Mariano, a teologia da prosperidade “[...] veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação de várias denominações pentecostais aos valores e interesses mundanos das sociedades capitalistas” (Mariano, 1996, p. 28). Não entraremos no mérito se se trata de sintonia ou acomodação ou outra palavra utilizada por autores e autoras aqui mencionados. Já demarcamos que – em nossa compreensão – a teologia da prosperidade é uma expressão religiosa da doutrina neoliberal, naquilo que é o próprio desenvolvimento ideológico do capitalismo. De acordo com Kate Bowler:

[...] Poderíamos imaginar o evangelho da prosperidade como composto de três correntes distintas, embora que se cruzam: pentecostalismo; Novo Pensamento (um amálgama de metafísica e protestantismo [...]); e um evangelho americano de pragmatismo, individualismo e mobilidade ascendente [...] (Bowler, 2013, p. 11, tradução livre)<sup>624</sup>.

No final século XIX, surgiu nos Estados Unidos um movimento que ficou conhecido como Novo Pensamento (*New Thought*). Este movimento popularizou a ideia de que era possível alcançar a prosperidade através do poder da mente (ou do pensamento). Um pastor batista, Essek William Nenyon (1867-1948), adaptou as

---

<sup>623</sup> De fato, importantes obras críticas à teologia da prosperidade foram escritas por teólogos: Hugo Assmann (1987), Ricardo Gondin (1993), Paulo Romero (1993; 1996). É possível perceber que estes e outros autores cristãos utilizam ciência da comunicação, ciências econômicas, ciências sociais etc. em suas análises.

<sup>624</sup> “[...] We might envision the prosperity gospel as composed of three distinct though intersecting streams: pentecostalism; New Thought (an amalgam of metaphysics and Protestantism [...]); and an American gospel of pragmatism, individualism, and upward mobility [...]”. Ricardo Gondin (1993), baseado em McConnell, considera que as raízes da teologia da prosperidade são o Gnosticismo e a Ciência Cristã. Perspectiva semelhante é adotada por Paulo Romero (1996).

crenças do poder do pensamento ao Pentecostalismo<sup>625</sup>. Talvez, seja melhor afirmar que este pastor deu uma linguagem pentecostal e conferiu “a base bíblica” à crença do poder do pensamento. A prosperidade estava relacionada à saúde do corpo e da alma – segundo acreditavam – e a todas as esferas da vida. Já havia nas origens do pentecostalismo o movimento da cura divina<sup>626</sup>, então, Kenyon relacionou estes ensinamentos ao poder da palavra. Entretanto, estamos nos referindo a algo a mais: verbalizar a cura ou a prosperidade, como uma palavra de fé<sup>627</sup>, um decreto de fé ou um direito a quem professa a fé<sup>628</sup>. Por isso, a doutrina viria a se desenvolver e alcançar a forma de *confissão positiva*. A fé se evidenciava através da palavra de oração<sup>629</sup> e de outros rituais considerados sagrados, especialmente, a unção com óleo e o exorcismo.

Bowler lembra que somente nas décadas de 1940 e 1950 é que a teologia da prosperidade toma forma dentro do pentecostalismo norte-americano. O desenvolvimento desta teologia dependeria, assim, de outro contexto: o pós-Segunda

---

<sup>625</sup> Em sua conclusão, Donald W. Dayton afirma: “[...] Nossa análise nos levou então à identificação de quatro temas cristológicos que definiram a *gestalt* do pensamento e do *ethos* pentecostal: Cristo como Salvador, como Batizador no Espírito Santo, como Curador e como o Rei que vem [...]” (Dayton, 2012, p. 123, tradução livre). “[...] Entonces nuestro análisis nos llevó a la identificación de cuatro temas cristológicos que definían la *gestalt* del pensamiento y *ethos* pentecostal es: Cristo como Salvador, como Bautizador en el Espíritu Santo, como Sanador, e como el Rey que viene [...]”.

<sup>626</sup> A “cura divina” é uma característica do pentecostalismo. De acordo com Dayton, os pentecostais consideram os milagres de cura divina como parte da salvação de Deus e como uma evidência da presença do poder de Deus na igreja (Dayton, 2012, p. 77). Entre os pentecostais há a crença de que o “derramamento do Espírito Santo” na experiência pentecostal é a realização da promessa divina revivendo, no final dos tempos, os mesmos dons e milagres da origem da igreja. Por isso a doutrina pentecostal se destaca pela atualidade dos dons carismáticos.

<sup>627</sup> “Na noite em que minha esposa foi curada da febre reumática foi que eu constatei que *Você recebe o que você diz*. Eu creio que recebemos o que declaramos porque Deus honra a Sua Palavra – e Sua Palavra diz que ‘se alguém... crer que se fará o que diz, assim será com ele’ (Marcos 11:23). *Terá o que diz!* Esta é uma promessa bíblica impressionante. Tão impressionante que levou algum tempo até que eu a percebesse [...] Todo este livro trata só de como obter o que se declara. Mas, antes de explicar como receber o que se diz, quero dar uma palavra de advertência: *considerando que você recebe o que você diz*, não diga *nunca nada que você não queira receber* [...]” (Gossett, 1991, p. 11-12, 13).

<sup>628</sup> Seus adeptos acreditam que há uma relação entre a fé em Jesus e os direitos que esta fé lhes confere. Eles creem que a expiação por meio da cruz do Calvário, isto é, a crucificação de Jesus de Nazaré, lhes outorga não apenas o perdão dos pecados ou a salvação da alma, mas a cura e a libertação de todos os pecados e de todas as doenças. Certas expressões dessa crença de “confissão positiva” e de “palavra da fé” se tornaram populares: “O sangue de Jesus tem poder [para se referir a uma situação qualquer que necessite de livramento]” ou “Em nome de Jesus [seguindo aquilo que o fiel deseja ou quer que aconteça]” ou ainda “Está amarrado! [em que se crê no poder de suspender uma contrariedade ou uma força maligna]”.

<sup>629</sup> A glossolalia ou oração em “línguas estranhas” é uma das mais importantes ênfases da tradição pentecostal. A oração em “outras línguas” é uma evidência do “batismo no Espírito Santo”, compreendida como a segunda bênção. A primeira bênção seria a salvação pessoal por meio de Jesus Cristo. Não entraremos nos detalhes de debates entre partidários de doutrinas cristãs se se trata de plenitude ou batismo no Espírito Santo, se se trata de plena santificação, de segunda ou de terceira bênção. O principal, para nossos objetivos, é compreender a importância da palavra e da oração na teologia da prosperidade.

Guerra. Ao tema da cura divina, acrescentou-se o tema da libertação. O sentido de libertação para a teologia da prosperidade está associado ao processo de exorcismo: trata-se de uma libertação espiritual de uma entidade ou de um espírito que aprisiona ou “encosta” em uma determinada pessoa ou instituição fazendo ou atraindo toda sorte de males. Edir Macedo (2005) afirma que os sinais de possessão são: nervosismo, dores de cabeça constantes, insônia, medo, desmaios ou ataques, desejo de suicídio, doenças que os médicos não descobrem as causas, visões de vultos ou audição de vozes, vícios e depressão<sup>630</sup>. Para o autor, os ataques dos espíritos de enfermidades causam doenças mentais, doenças físicas e doenças espirituais. A *teologia da batalha espiritual* parte da compreensão que existe uma guerra espiritual entre as forças do mal e as forças do bem, em constantes batalhas pelo destino da alma humana<sup>631</sup>, naquilo que Brenda Carranza identificou como “demonização da vida cotidiana”<sup>632</sup>. Daí a profunda vinculação que passou a existir entre teologia da prosperidade e teologia da batalha espiritual: é preciso que uma

---

<sup>630</sup> “Afirmo, categoricamente, que todas as pessoas possesas têm alguma enfermidade, doença ou dor. Ao ‘descansar’ nos corpos das pessoas, os espíritos demoníacos os contaminam, fazendo com que o sofrimento físico tome conta delas [...] Quase todas as pessoas que nos pedem oração e sofrem de um ou mais desses males são possesas. É claro, não estamos afirmando que todas as pessoas são endemoninhadas, entretanto, a grande maioria – que apresenta os sinais mencionados – manifesta um espírito demoníaco, após a oração da fé” (Macedo, 2005, p. 59-60).

<sup>631</sup> Novamente, uma das experiências descritas por Don Gossett: “Mudei de atitude. Dessa vez minhas palavras já não eram mais um pedido. Não eram também palavras de louvor. Eram palavras dirigidas ao diabo. Muitas e muitas vezes declarei a Satanás: – Você não tem poder sobre ela [...] Enquanto andava de um lado para o outro, continuei repetindo isto em voz alta. Então, me tornei mais corajoso. – Nem *comigo* você não tem nada. Nós dois pertencemos a Jesus [...] Física, mental e espiritualmente lutei durante uma hora, dizendo ao diabo que minha esposa e eu éramos propriedade de Jesus Cristo comprado por seu sangue. Eu sentia a presença maligna de Satanás ali naquele quarto [...] Finalmente, quando a certeza da vitória dada por Jesus filtrou-se através de toda minha mente e meu corpo, dirigi-me para a porta, abri-a e falando com o diabo, exatamente como se estivesse ali materialmente, ordenei: – Em nome de Jesus, saia daqui! E ele saiu! Imediatamente. Eu senti sua presença saindo daquele quarto [...]” (Gossett, 1991, p. 83-84). Este é um caso bastante ilustrativo porque, comumente, teólogos da prosperidade e da batalha espiritual utilizam muitas narrativas de experiências pessoais, demonstrando como mudaram de opinião acerca de determinado assunto e de como desenvolveram as crenças e atitudes compatíveis com as teologias que agora professam.

<sup>632</sup> “Se acompanharmos com atenção a programação religiosa televisiva, notaremos que o Demônio, compreendido como força sobrenatural ao serviço do mal, é a causa da violência urbana, do desemprego estrutural, da falência do sistema educativo e de saúde, dos dissabores afetivos e de todo tipo de desavenças. Na telinha, os sentimentos religiosos do telespectador são alimentados de medos ancestrais e suas emoções recebem tratamento espetacular por parte dos televangelistas que insistem na satanização de todos os conflitos, pessoais e sociais. O cenário maléfico impõe a necessidade de exorcizar pessoas possuídas por “entidades”, “encostos”, e só após essa libertação os crentes poderão triunfar na vida. Mas as causas perseguidoras do sofrimento na IURD encontram-se no passado do fiel ou nas suas condutas pecaminosas, nos vícios e fraquezas do presente: seja como for, ele é vítima de forças sobrenaturais e a-históricas” (Carranza, 2009, p. 158).

pessoa seja liberta espiritualmente para que possa prosperar materialmente<sup>633</sup>. Este critério de libertação vale às instituições: uma instituição precisa ser liberta e ocupada por verdadeiros cristãos – em se tratando do cristianismo que temos considerado – para que possa prosperar e atrair as bênçãos de Deus. A mesma concepção vale para uma nação – ela precisa de rituais de exorcismo e de pessoas unidas no poder.

Para Celso Gabatz (2012), o neopentecostalismo reinterpreta o sofrimento humano. Na interpretação dos teólogos da prosperidade, a raiz de todo sofrimento está no pecado da desobediência. Através do pecado e da desobediência o ser humano encontra-se em uma condição de separado da divindade e, conseqüentemente, distante de sua bênção e de sua proteção. Em decorrência disto, a pessoa se encontra em estado de desgraça e de abandono (Gabatz, 2012), sujeita à ação do diabo e dos demônios, a infligir sofrimentos por meio de desemprego, das doenças etc. Somente neste contexto sociorreligioso é possível compreender a razão pela qual os “[...] agentes religiosos [da prosperidade] repetem diuturnamente um discurso de atração das massas sofredoras, garantindo-lhes a cura, a melhoria de vida e a solução de todos os problemas [...]” (Oro, 1993, p. 311-312). O sofrimento é compreendido em uma lógica que sua interpretação e superação se circunscrevem dentro da própria religião, como interpretada e compreendida pela teologia da prosperidade. É preciso que o ser humano sofredor seja reconciliado com Deus, liberto do diabo e dos demônios e exerça sua autoridade de fé a fim de prosperar.

No interior e simultaneamente à ideia de prosperidade é preciso surgir, com igual ênfase, uma concepção que justifique ou explique, mesmo que parcialmente, a miséria e a pobreza. Ou seja, como dois lados da mesma moeda estão a teologia da prosperidade e a teologia da batalha espiritual, como apregoadas na contemporaneidade<sup>634</sup>. Uma explica a riqueza e a outra a miséria; uma diz como avançar no acúmulo de bens e no acesso ao consumo, a outra, como “permanecer no atraso”; uma atribui a bênção à intervenção de Deus, com base na fidelidade pessoal,

---

<sup>633</sup> Edir Macedo (2005, p. 132-) relaciona dez passos para a libertação: aceitar, de fato, o Senhor Jesus com único Salvador; participar das reuniões de libertação; ser batizado; buscar o batismo com o Espírito Santo; andar em santidade; ler a Bíblia diariamente; evitar as más companhias; frequentar reuniões de membros; ser fiel nos dízimos e nas ofertas; orar sem cessar, e vigiar. Em Macedo, o batismo com o Espírito Santo tem sentido diferente da doutrina pentecostal.

<sup>634</sup> Com esta afirmação queremos apenas destacar que a doutrina cristã do demônio tem uma longa história, anterior às elaborações contemporâneas da prosperidade. O próprio desenvolvimento atual da teologia da batalha espiritual parece não conter tantas referências à doutrina histórica do demônio. Apesar de desenvolvidas com certa independência, parece-nos que rapidamente elas passaram a caminhar em paralelo: a teologia da prosperidade e a teologia da batalha espiritual.

a outra atribui a maldição à intervenção dos demônios, com base na infidelidade pessoal. Um dos aspectos mais destacados da Batalha Espiritual é a “maldição”. De acordo com Jorge Linhares: “Se não estamos recebendo o que de bom Deus tem para nós, se não estamos gozando a vida no seu sentido mais pleno, pode ser que por trás de tudo isso haja maldição” (Linhares, 2009, p. 8). Por uma razão – que normalmente o indivíduo desconhece – a pessoa está sob “maldição”. “Nada na sua vida prospera, porque existe uma maldição sobre ela, um encosto”. Na maioria dos casos, esta maldição é resultado de um tipo de pacto<sup>635</sup> ou de brecha<sup>636</sup> que um ancestral realizou no passado transmitindo, assim, aos seus descendentes uma “maldição hereditária”.

A explicação é, ao mesmo tempo, simples e complexa: a condição de vida – o adoecimento, a infelicidade, a pobreza – é consequência e obra de um demônio, que encontrou lugar na vida de uma pessoa e de sua família e passou a atuar<sup>637</sup>. Esta liberdade para que o demônio atue pode ter sido dada por um ancestral, pelo próprio indivíduo ou por uma outra pessoa – que fez um “tralhado pra você” ou “lançou uma maldição sobre sua vida”. A atuação do demônio – na maioria das vezes, divindades em outras religiões e que sempre agem para o mal<sup>638</sup> – é responsável pela condição de vida da pessoa. É uma maneira religiosa de justificar certas circunstâncias de vida e esclarecer determinados comportamentos. O diagnóstico religioso, por assim dizer, parte de uma constatação: a pessoa não consegue prosperar, “ela não vive bem”, ela carrega dores e tristezas que a impedem de viver<sup>639</sup>. A descrição é em termos

---

<sup>635</sup> O pacto seria uma aliança, consciente ou não, que a pessoa faz com uma entidade considerada demoníaca. Na interpretação dos defensores desta ideia, deve-se considerar religiões indígenas, de matriz africana, satanistas, espiritismo, orientais e mesmo de tradição católica, especialmente, do catolicismo popular. O pacto se dá através de um rito de iniciação ou de entrega pessoal, seja através de uma declaração verbal ou um ato simbólico.

<sup>636</sup> A brecha é compreendida como uma abertura para entidades ou seres espirituais. Pode ocorrer através de participação, consciente ou não, em cerimônias ou rituais; de ingestão de um alimentado consagrado a uma divindade; através de “mau olhar”, inveja, bruxaria, mandinga, feitiçaria; por meio de músicas consagradas a ídolos; e, mesmo, utilizando uma roupa ou objeto consagrado. Segundo consideram, qualquer coisa consagrada a uma divindade de outra religião – em certas circunstâncias, a santos do catolicismo – seria consagrado a um ídolo, portanto, amaldiçoado.

<sup>637</sup> “Nesses doze anos de ministério, todos os casos em que atuei como conselheiro – homossexualismo, drogas, vícios, adultério, prostituição – tiveram origem no uso inconseqüente das palavras [de maldição]” (Linhares, 2009, p. 14).

<sup>638</sup> “D.D. [Declaração Doutrinária] – Os anjos santos prestam assistência a Deus em Seu serviço aos homens, ao passo que os anjos maus ajudam a Satanás em seu serviço, tanto contra Deus como contra os homens” (Bancroft, 1995, p. 301).

<sup>639</sup> De acordo com Jorge Linhares: “As palavras têm o poder de encorajar ou abater as pessoas. Elas despertam alegria ou levam à angústia [...] Palavras podem edificar ou derrubar. Nada tem maior poder de influenciar. São responsáveis pelas guerras, separação de casais, mortes, inimizades... uma série de situações que poderiam ser evitadas se houvesse maior cuidado com o que se fala [...] Nossas palavras podem alimentar ou anular a ação de Satanás” (Linhares, 2009, p. 11). Dificilmente alguém

“sobrenaturais”: espíritos de vícios, espírito de pornografia, espírito de divórcio, espíritos de doenças etc.<sup>640</sup> É preciso surgir uma disciplina própria, a demonologia,<sup>641</sup> e um grupo de pessoas instruídas no tema da batalha espiritual, os intercessores ou guerreiros. Observemos que não se trata apenas da ausência de Deus, mas da presença de entidades demoníacas. Não é suficiente dizer “porque não é abençoado”, é preciso explicar “porque é amaldiçoado”. Nesse quadro teológico uma divindade soberana encontra um antagonista à altura.

Uma pessoa em tal condição – de amaldiçoada – precisa, urgentemente, de libertação. Pode-se começar com uma pergunta, aparentemente, despreziosa: “Como está sua vida espiritual?” E, a partir daí, fazer os devidos encaminhamentos. Há um vínculo, segundo creem, entre cura e libertação. Uma pessoa realmente liberta é uma pessoa curada; e uma pessoa realmente curada é uma pessoa liberta. Algumas igrejas passaram a realizar cultos de libertação, cujo objetivo é a libertação da pessoa de suas maldições<sup>642</sup>. Claro que, para o sucesso do procedimento, é essencial que a própria pessoa queira libertar-se. Exige-se da pessoa o comprometimento com o processo de libertação, a vontade de querer libertar-se e a fé para sua libertação. O fracasso da tentativa de libertação cabe à própria pessoa que ou não quis se libertar

---

negaria as primeiras afirmações a respeito da palavra. Entretanto, partindo destas verdades e logo a seguir o autor insere em suas conclusões a atuação do Satanás.

<sup>640</sup> É possível estabelecer até uma sintomatologia da possessão ou da ação de espíritos demoníacos: nervosismo, dores de cabeça, insônia, medo, doenças, suicídio e vícios (Macedo, 2005). Nas situações que exigem um processo de libertação, a pessoa se submete a um “mapeamento espiritual”, que concerne em responder a um questionário a fim de se descobrir qual entidade espiritual está agindo da vida de uma pessoa ou de uma família. O que está dito nesta seção a respeito de um indivíduo ou de uma família pode se estender a uma casa, um bairro, uma cidade ou mesmo a uma nação. Em 2011 o pastor e Deputado Federal Marco Feliciano (PSC – SP) havia afirmado que os africanos descendem de uma ancestral amaldiçoado, que possivelmente ali (na África) havia ocorrido o primeiro ato de homossexualismo da história e que “[...] sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids. Fome...[...] O caso do continente africano é sui generis: quase todas as seitas satânicas, de vodu, são oriundas de lá. Essas doenças, como a Aids, são todas provenientes da África [...]” (Balza, 2011).

<sup>641</sup> Os manuais clássicos de teologia sistemática abordam a disciplina de angelologia, que seria o estudo dos seres angelicais. Na matéria a respeito dos anjos, havia a divisão entre anjos bons e anjos maus. Na escala angelical de anjos bons estão Anjo do Senhor, arcanjos, anjos eleitos, anjos das nações, querubins e serafins; na de anjos maus, estão os demônios, com destaque para o Satanás. Claro que não há pleno acordo quanto às classificações (Conf. Pearlman, 1987; Thiessen, 1997). De acordo com Bancroft: “D.D. [Declaração Doutrinária] – Originalmente, os anjos eram santos em sua natureza; alguns se tornaram santos em seu caráter, através da obediência, ao passo que outros se tornaram pecaminosos em seu caráter, através da desobediência” (Bancroft, 1995, p. 298).

<sup>642</sup> Casos considerados mais graves são encaminhados a um processo de cura e libertação, com sessões agendadas e com uma preparação mais cuidadosa. Exige-se, por exemplo, “renuncia” a pactos feitos pelos antepassados e a quebra de maldições, bem como desfazer-se de objetos considerados amaldiçoados. Estes objetos são “pontos de contato” com entidades espirituais demoníacas.

ou não teve fé suficiente. A explicação das misérias e suas consequências são lançadas não apenas sobre o indivíduo, mas sobre uma entidade espiritual – o demônio – a agir na vida da pessoa, de uma família, ou mesmo de uma empresa ou de uma cidade ou, ainda, de uma nação<sup>643</sup>. A responsabilização recai sobre o indivíduo desconsiderando, por completo, as causas sociais e estruturais das condições de vida afetadas social e economicamente. Nos últimos anos se popularizaram explicações religiosas para grandes tragédias sociais. Retornemos à teologia da prosperidade.

O aprofundamento das primeiras ênfases da teologia da prosperidade e a adoção de novos conteúdos dependeu de elaborações de outros pastores, diante de novas circunstâncias. Entre eles<sup>644</sup>, Asa Alonso Allen (1911-1970), que ensinou a “palavra da fé”, realizando cruzadas evangelizadoras<sup>645</sup> pelos Estados Unidos naquilo que ele chamou de “tenda dos milagres”. Allen foi um dos responsáveis pela prática de “lenços unguidos com óleo”<sup>646</sup>. Kenneth Erwin Hagin (1917-2003) sistematizou seus ensinamentos naquilo que ficou conhecido como Teologia da Fé. Ele é considerado o pai do Movimento Palavra da Fé e é o fundador do Centro de Treinamento Bíblico Rhema (*Rhema Bible Training College*), o principal seminário teológico a disseminar sua doutrina<sup>647</sup>. Granville Oral Roberts (1918-2009) popularizou a ideia de “a fé da

---

<sup>643</sup> São várias falas constatando que o Brasil está debaixo de maldição. Estas explicações religiosas têm muitos traços em comum. De acordo com Bruno dos Santos: “1. A luz das Escrituras, o Brasil se colocou debaixo de maldição [...] 2. A luz das Escrituras, o Brasil é dominado pela Idolatria e a Promiscuidade [...] 3. A luz das Escrituras, o Brasil rejeita sua própria identidade nacional [...] 4. A luz das Escrituras, o Brasil não tem referencial de autoridade [...] 5. A luz das Escrituras, o Brasil possui em grande parte uma igreja conformada ao mundo [...] 6. A luz das Escrituras, o Brasil não respeita o título de ‘mordomo’ da criação [...] 7. A luz das Escrituras, o Brasil não cuida, de seus órfãos, viúvas e estrangeiros [...]” (Santos, 2015)

<sup>644</sup> Em uma relação aproximada não podem falar os seguintes expoentes da teologia da prosperidade: A. A. Allen, Benny Hinn, Bruce Wilkinson, Creflo Dollar, E. W. Kenyon, Jesse Duplantis, Joel Osteen, Joseph Prince, Kenneth Copeland, Kenneth Hagin, Oral Roberts, Reverend Ike, Robert Tilton, T. L. Osborn e Todd White.

<sup>645</sup> “Cruzadas de evangelização” são conferências em forma de cultos evangélicos que podem durar dias seguidos. Pode acontecer dentro ou fora de um templo. O objetivo é disseminar uma determinada doutrina e angariar convertidos. Estas cruzadas eram extremamente populares por serem uma expressão vívida das doutrinas da cura divina, do exorcismo e da prosperidade.

<sup>646</sup> Tornou-se uma prática comum entre pentecostais e neopentecostais a “unção com óleo”. É um ritual em que se derrama óleo ou azeite sobre uma pessoa ou objeto, unguindo-a. Comumente realizada através da imposição das mãos e seguida de oração, acredita-se que a unção se torna uma mediação do sagrado, conferindo benção, libertação ou proteção a quem a recebe. Tanto no antigo Judaísmo quanto nas origens dos cristianismos, havia algo semelhante (Conf.: D. Lys, 2001).

<sup>647</sup> Somente no Brasil existem 120 seminários do Centro de Treinamento Bíblico Rhema, liderado pelo Ministério Verbo da Vida e vinculado ao *Kenneth Hagin Ministries* (<https://verbodavida.org.br/ministerio>).

semeadura”<sup>648</sup>, em que é preciso plantar para colher. Nesta perspectiva, assenta-se uma das mais importantes expressões da fé de acordo com a teologia da prosperidade: “é dando que se recebe”, ou seja, é preciso entregar a Deus para receber de volta. O dinheiro cumpre um importante papel na teologia da prosperidade.

[...] o Pentecostalismo Autônomo se apresenta também como um fenômeno religioso estruturado segundo o modelo empresarial no seio do qual o dinheiro circula largamente e se reveste de sentidos diferentes para os dirigentes das Igrejas e para os fiéis [...] (Oro, 1993, p. 308).

De acordo com Ari Oro, a adoção do modelo empresarial e dos significados do dinheiro só são possíveis porque o movimento pentecostal está inserido em uma sociedade capitalista e assimila sua lógica. A lógica capitalista é assimilada de tal forma pela teologia da prosperidade que esta se torna, na verdade, uma reprodução ideológica religiosa daquela. E nada mais expressivo, neste sentido, do que o valor ao dinheiro. Mariano (1996) lembra que, na teologia da prosperidade, o dinheiro assume um valor teológico positivo, ao contrário do que predominou na história da cristandade<sup>649</sup>. Na linguagem religiosa, as principais expressões acerca do dinheiro são *dízimos* e *ofertas*. O dízimo corresponde a 10% dos rendimentos brutos – de acordo com pensamento comum entre os cristãos. Enquanto o dízimo é uma obrigação<sup>650</sup>, um tipo de pagamento ou de devolução<sup>651</sup>, a oferta é uma ação voluntária de desprendimento, de gratidão ou um voto. Quem está “em dia com o dízimo” é considerado “um crente fiel”. O dízimo também pode ser interpretado pelo fiel como um voto de fidelidade. E este é um aspecto central na retórica da prosperidade: “[...] O pagamento do dízimo, que ‘existe desde a criação do homem’, constitui o meio pelo qual os indivíduos podem refazer a ‘sociedade com Deus’, habilitando-se a desfrutar as promessas bíblicas [...]” (Mariano, 1996, p. 34). Nesta lógica, o dinheiro é um meio pelo qual o fiel realiza um sacrifício de fé. A fim de alcançar “a bênção” ele emprega o dinheiro como expressão ou substituição da fé.

<sup>648</sup> A ideia de semente ou semeadura faz referência a que é a fé é como uma pequena semente capaz de brotar, crescer e se tornar uma árvore. E que, portanto, é preciso semear com fé para colher milagres.

<sup>649</sup> Para compreensão acerca do dinheiro, da economia e da fé no Cristianismo remetemos a: González (2015) e Ellul (2008).

<sup>650</sup> “[...] o pagamento do dízimo constitui, segundo a representação dos pastores do Pentecostalismo Autônomo, um dever sagrado de todo o crente, pois ele é legitimado pela Bíblia [...]” (Oro, 1993, p. 309).

<sup>651</sup> Nas expressões “pagar o dízimo” ou “devolver o dízimo”. O dízimo é algo que o fiel paga, como expressão de fé, ou devolve ao seu dono. A divindade é a dona do dízimo e retê-lo significa roubar ou apropriar-se de algo que não lhe pertence.

Caso uma pessoa tenha fé, deve comprová-la através da oferta. Caso uma pessoa não tenha fé, deve substituí-la pela oferta. Chama-se “oferta de sacrifício” o ato de uma pessoa “colocar sobre o altar” um valor maior do que suas possibilidades lhe permite. Deve haver certa equivalência entre o tamanho da oferta – a quantidade de recursos financeiros despendidos – e o tamanho da bênção almejada: quanto maior o desejo ou a necessidade do fiel, maior deve ser a oferta. Essa transação<sup>652</sup> ocorre dentro de uma lógica de mercado: dar e receber, ofertar e ganhar, semear e colher, entregar e alcançar. Adiante veremos que o poder de arrecadação das igrejas evangélicas – não apenas as neopentecostais – se constituem em poder econômico, poder midiático, poder político e poder social<sup>653</sup>. É uma engrenagem que se autoalimenta proporcionando um contínuo fluxo de arrecadação. Ari Oro (1993) delineou os mecanismos utilizados pelos pastores da teologia da prosperidade para obtenção de dinheiro: pedidos para enfrentar as despesas ordinárias e extraordinárias; apelo para o cumprimento do “dever sagrado do dízimo”; campanhas de massificação, como campanhas, conferências, correntes, cruzadas e novenas; distribuição – e venda – de bens simbólicos; garantia de eficácia simbólica, através de discursos e “testemunhos” de bênçãos alcançadas naquele ambiente; controle sobre as doações financeiras; oportunidade de conquista de prestígio, por parte daqueles que depositam maiores ofertas; apropriação e manipulação de importantes elementos do repertório simbólico dos fiéis, como a reciprocidade em dar-receber. É uma engrenagem que se autoalimenta proporcionando um contínuo fluxo de arrecadação. No dizer de Leonardo Boff: “O dogma fundamental da religião da mercadoria é esse: ‘o dinheiro tudo pode, move o céu e a terra’ [...]” (Boff, 1992, p. 6).

A ressignificação do dinheiro, por parte das igrejas evangélicas que endossam os valores da teologia da prosperidade, condiz perfeitamente com os sentidos do dinheiro dentro do capitalismo. Marx (2011b) afirmou que na sociedade capitalista o dinheiro adquire as propriedades de medida e de meio de troca de mercadorias, de representante das mercadorias e de equivalente universal de mercadorias. Em uma querela com Bruno Bauer, Marx (2010c) havia considerado que

---

<sup>652</sup> “[...] O cenário básico para a transação religiosa acontece por causa da crença dos devotos, ou clientes, de que suas divindades são ávidas por oferendas e sacrifícios, de modo que, atendendo às tais exigências, os devotos obterão a solução de seus problemas, as respostas para seus desejos e aspirações” (Queiroz, 2013b, p. 23).

<sup>653</sup> Conferir a seção “4.3.1 Crescimento numérico e presença social: grandes igrejas, grandes negócios”.

alguns judeus do seu tempo praticavam um verdadeiro culto secular: o negócio; e que neste culto secular havia um deus secular: o dinheiro. Além disto, o autor percebeu que aquilo que se apresentava em segmentos do judaísmo – o novo culto e a nova divindade – iria realizar-se plenamente dentro da sociedade burguesa em que, no Estado político, "[...] o Deus *da necessidade prática e do interesse próprio* é o dinheiro". Prossegue o autor:

O dinheiro é o Deus zeloso de Israel diante do qual não pode subsistir nenhum outro. O dinheiro humilha todos os dias do homem – e os transforma em mercadoria. O dinheiro é o *valor* universal de todas as coisas, constituída em função de si mesmo. Em consequência ele despojou o mundo inteiro, tanto o mundo humano quanto à natureza, de seu valor singular e próprio. O dinheiro é a essência do trabalho e da existência humana alienada do homem; essa essência estranha a ele o domina e ele a cultua. O Deus dos judeus secularizou e se tornou o dinheiro do mundo [...] (Marx, 2010c, p. 58).

A existência humana mediada pelo dinheiro é uma existência humana alienada do próprio homem, em que o "[...] ato de vender constitui a práxis da alienação [...]" (Marx, 2010c, p. 59). O dinheiro, como valor universal, subjuga toda a vida social. Ele se torna verdadeira e única divindade<sup>654</sup>. Não é permitido que nada existe aquém e além do dinheiro. Dentro da sociedade capitalista, em que a religião dominante se constitui parte do processo de dominação ideológica do capitalismo, o próprio ato de comprar e de vender bens religiosos se constitui parte do processo da prática alienante. A mercadoria dinheiro, resultado do processo de trabalho estranhado, do estranhamento do homem trabalhador, adquire um valor muito maior passando a dominar o próprio homem trabalhador e a ser cultuado por ele. Ao considerarmos as questões relacionadas à *prática* religiosa e seu processo de alienação, a divinação do dinheiro, estamos diante de outro conceito fundamental: o fetiche da mercadoria, em que, "[...] ao receber as propriedades como produto do trabalho humano [...] tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível [...]" (Marx, p. 146, 2017b).

---

<sup>654</sup> "[...] Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam; porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração. São os olhos a lâmpada do corpo. Se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo será luminoso; se, porém, os teus olhos forem maus, todo o teu corpo estará em trevas. Portanto, caso a luz que em ti há sejam trevas, que grandes trevas serão! Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas [...]". (Evangelho segundo São Mateus 6.19-24).

Na década seguinte, 1960, os movimentos que promoviam cura e libertação receberam novo impulso através da evangelização por meio da televisão. As cruzadas de evangelização se mantiveram populares, agora, divulgadas e transmitidas em programas televisivos. Tommy Lee Osborn (1923-2013) realizou cruzadas de evangelização e cura na África, na América Latina e na Ásia. Frederick J. Eikerenkoetter II (1935-2009), conhecido com Rev. Ike, criou o Plano de Bênção (*Blessing Plan*)<sup>655</sup>, através do qual as pessoas lhe enviavam ofertas em dinheiro e recebiam suas orações. Seu ensino passou a se chamar de Ciência da Vida (*Science of Living*)<sup>656</sup>. Toufik Benedictus Hinn (1952-), conhecido com Benny Hinn, outro proeminente televangelista, afirma ter recebido “a unção”<sup>657</sup>. O estilo de vida luxuoso de muitos destes pastores – e só mencionamos alguns – era compreendido como a prova de que eram homens abençoados por Deus. Pastores vinculados à teologia da prosperidade exerceriam, ainda, forte influência política. Marion Gordon Robertson, conhecido com Pat Robertson, chegou a disputar as prévias no Partido Republicano. Seus discursos eram em torno da sexualidade, especialmente contra aquilo que chamava de “pornografia”, e apresentava propostas para uma reforma do sistema de educação. Em geral, os teólogos da prosperidade professavam o credo fundamentalista e se envolveram nos movimentos político-religiosos da Maioria Moral (*Moral Majority*), fundado por Jerry Laymon Falwell e da Coalizão Cristã (*Christian Coalition of America*), presidida por Pat Robertson, até 1997. Para Simon Coleman (2004), apoiadores da teologia da prosperidade a consideram um renascimento de

---

<sup>655</sup> “Bênção” é uma palavra cujo significado específico dentro da religião depende, completamente, do seu contexto. Bênção é uma forma genérica para se referir a uma graça passada, presente ou futura. Pode aludir a uma cura, a uma oração respondida, a uma necessidade pessoal ou mesmo a uma pessoa.

<sup>656</sup> Logo no início do site da *Science of Living* lemos: “Prepare-se para se tornar... Um Mestre da Felicidade... Um Mestre do Dinheiro... Um Mestre da Sua Vida! Você quer descobrir como aproveitar o poder dado por Deus da SUA PRÓPRIA MENTE para alcançar... boa saúde, felicidade, sucesso, prosperidade e dinheiro? Você está pronto para 'eliminar' dúvidas, medos e preocupações... e IMPLANTAR autoestima, sucesso e amor em seu subconsciente?” (tradução livre). (“Get Ready to Become... A Master of Happiness... A Master of Money... A Master of Your Life! Do you want to discover how to harness the God-given power of YOUR OWN MIND to achieve... good health, happiness, success, prosperity and Money? Are you ready to 'wash out' doubt, fear and worry... and IMPLANT self-esteem, success and love into your subconscious?”).

<sup>657</sup> Em termos pentecostais a “unção” faz referência a uma ocasião especial, seja espontânea ou dentro de um ritual litúrgico, em uma pessoa recebe um poder divino para realizar uma tarefa especial.

antigas crenças e práticas cristãs e central à nova compreensão acerca da reivindicação de que os cristãos passem a dominar a terra.<sup>658</sup>

Diversas obras de teólogos da prosperidade foram publicadas no Brasil e influenciaram profundamente o cristianismo evangélico brasileiro<sup>659</sup>, tanto através de seus escritos quanto através de pregações – traduzidas e transmitidas em programas de televisão – e conferências realizadas em solo tupiniquim. De acordo com Ricardo Gondin (1993), a teologia da prosperidade se proliferou no Brasil por três fatores: a igreja protestante/evangélica brasileira é recente, ou seja, sem tradição histórico-teológica; a influência cultural do Ocidente, especialmente, o pragmatismo norte-americano; e uma cultura local que favorece o sincretismo religioso. Em consequência, o autor constata três influências que a religiosidade brasileira sofreu: a ideologia capitalista, através da qual a religião se tornou “[...] egocêntrica, materialista e consumista [...]” (Gondin, 1993, p. 11); a cultura institucional social e de costumes; e “[...] a dimensão *espiritual*, supra cultural e supra ideológica, influencia a espiritualidade pelo credo desenvolvido em torno da pessoa de Cristo [...]” (Gondin, 1993, p. 12). Em verdade, soubemos criar nossa própria teologia da prosperidade.

De acordo com Coleman (2004), três ensinamentos distinguem a teologia da prosperidade: “confissão positiva”, cura e prosperidade. No Brasil, a teologia da prosperidade se confunde com a terceira onda do movimento pentecostal. Esta terceira onda tem sido chamada de *neopentecostal* (Mariano, 1996)<sup>660</sup>. Ela tem início na segunda metade dos anos de 1970, com o surgimento de suas grandes

---

<sup>658</sup> Na íntegra: “[...] Se os apoiantes do Movimento [da prosperidade] consideram-no como um renascimento das antigas crenças e uma reivindicação do direito do cristão de ter domínio sobre a terra, os oponentes vêem o Evangelho da Fé como perigoso nas suas reivindicações irresponsáveis de resolver todos os problemas – espirituais, físicos e financeiros” (Coleman, 2004, p. 27, tradução livre). “[...] If the Movement’s supporters regard it as a revival of old faiths and a reclamation of the Christian’s right to have dominion over the earth, opponents see the Faith Gospel as dangerous in its irresponsible claims to solve all problems – spiritual, physical and financial”

<sup>659</sup> Ricardo Gondin afirma que: “[...] Embora outros ‘grandes’ evangelistas dessa linha teológica não tenham logrado êxito no Brasil, Kenneth Hagin, de repente, tornou-se um dos maiores best sellers. Com livros extremamente simples, ele conseguiu influenciar os rumos da igreja no Brasil mais que qualquer outro líder religioso nos últimos tempos [...]” (Gondin, 1993, p. 6). Do início da década de 1990 até o presente, a tendência de adesão à teologia da prosperidade se confirmou com maior adesão das igrejas evangélicas brasileiras.

<sup>660</sup> Ari Oro articula suas ideias a partir do conceito de Pentecostalismo Autônomo. Ele relaciona as seguintes igrejas como representantes dessa vertente e afirma o seguinte: “[...] Igreja Internacional da Graça de Deus (1974), Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja O Brasil para Cristo (1956), Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962), Igreja Casa da Bênção (1074?) e Igreja Evangélica Pentecostal Cristã (1956). Todas estas Igrejas são autóctones e possuem milhares de templos espalhados pelo Brasil. Seguem, cada uma à sua maneira, os princípios éticos e doutrinários do Pentecostalismo tradicional [...]” (Oro, 1993, p. 302).

representantes denominacionais: Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 pelo casal Robson Rodovalho e Maria Lúcia Rodovalho; Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 pelo Edir Macedo; Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 por Romildo Ribeiro Soares; e a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1992 pelo casal Estevam Hernandez e Sônia Hernandez. Ricardo Mariano apresenta as seguintes características destas igrejas: “[...] pregar e difundir a Teologia da Prosperidade [...] enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo [...] [e] não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade [...]” (Mariano, 1996, p. 26). As igrejas neopentecostais abrem um leque de possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas (Freston, 1993). Se em um primeiro momento, a perspectiva teológica da prosperidade se apresentava apenas em igrejas pentecostais e neopentecostais, no presente ela encontra adesão e reverberação em quase todas as denominações<sup>661</sup>, se tornando parte daquilo que Magali Cunha (2007) denominou “cultura gospel” e que temos chamado de teologia evangélica dominante. Segundo a autora, o sucesso da teologia da prosperidade e da teologia da batalha espiritual se explicam através da integração delas com o neoliberalismo (2020, p. 18).

Magali Cunha considera que: “A doutrina neoliberal procura responder às aspirações/desejos que emergem na sociedade oferecendo o mercado de consumo como fonte de satisfação dessas aspirações/desejos [...]” (Cunha, 2002, p. 17). A autora lembra que estes desejos e estas aspirações seguem com as pessoas às igrejas. Certas igrejas, como temos delineado, se apresentam como parte do mercado religioso, oferecendo formas de satisfação de necessidades e de desejos de consumo. Robson Wander de Paula afirma que “[...] é na Teologia da Prosperidade que encontramos a representação máxima da relação e adaptação da religião com a sociedade do consumo [...]” (Paula, 2015, p. 168). Este aspecto mercadológico e de mercadoria é central na religião dominante na contemporaneidade. A teologia da prosperidade foi capaz de ressignificar conceitos tradicionais do cristianismo ou várias ideias mais tradicionais dentro da cristandade. São os casos do dinheiro, do sofrimento e da intervenção da divindade em alterar uma realidade específica trazendo prosperidade. Não necessariamente a teologia da prosperidade considera o valor do trabalho. Weber já considerava a ética protestante em relação ao trabalho e

---

<sup>661</sup> Em 1998, Valdomiro Santiago fundou a Igreja Mundial do Poder de Deus. Em 2006, o casal Agenor Duque e Ingrid Duque fundaram a Igreja Plenitude do Trono de Deus.

sua consequente acumulação de capital. Entretanto, a teologia da prosperidade não considera a riqueza, necessariamente, como consequência do trabalho.

A teologia da prosperidade interpreta a riqueza como consequência da bênção e da intervenção divina. O que torna a bênção e a intervenção divina possível é um “contrato” estabelecido entre a divindade e o fiel, em que a pessoa exerce sua fé e sua autoridade com fins de alcançar a prosperidade. Só então a divindade utiliza aquilo que os teólogos da prosperidade consideram meios sobrenaturais e inesperados para que a prosperidade alcance a vida do fiel. A teologia da prosperidade é uma representação religiosa dos valores neoliberais de consumo, de empresariamento da vida, de empreendedorismo<sup>662</sup>, de individualismo, de meritocracia e de resultados<sup>663</sup>. Como procuramos demonstrar, em se tratando da teologia dominante (da religião dominante) saltam aos olhos: a defesa irrestrita da propriedade privada, da acumulação de renda e da concentração de riquezas, incluindo, parte expressiva de líderes religiosos, baseada em uma compreensão de fé de que seu patrimônio é uma prova da bênção da divindade; essa religião opera em termos de ameaças e de recompensas, tanto dirigidas a seus subordinados imediatos quanto a seus membros em geral, em que os líderes são orientados à mesma perspectiva de fé e estimulando nos fiéis a barganha com a divindade, em termos de *dar e receber*; com programas contábeis de controle das entradas, com metas de arrecadação e de crescimento financeiro, de reconhecimento e de premiação daqueles que mais arrecadam. É uma religião que se realiza como negócio.

Cada teologia é uma representação de uma divindade, ou, a depender do caso, de várias delas. Uma teologia é uma articulação inteligível, pretensamente racional e minimamente sistematizada<sup>664</sup>. Nesse sentido, o discurso religioso é uma apresentação da divindade, de seu caráter e de seus atributos. Em verdade, cada

---

<sup>662</sup> Estamos nos referindo ao incentivo que certos pastores fazem para que seus congregados abram seus negócios comerciais e se tornem patrões (Mariano, 1996). Mariano discute até que ponto é possível aproximar a teologia da prosperidade à compreensão de Weber acerca da ética protestante. Ele conclui que: “[...] Na realidade, a religião pentecostal não estimula tanto assim tais traços [acentuados por Weber], ou pelo menos não estimula mãos do que outras religiões populares [...]” (Mariano, 1996, p. 44).

<sup>663</sup> Curiosamente, a teologia da prosperidade se impõe contra a própria interpretação cristã naquilo que se assenta, historicamente, como consenso da fé (*consensus fidei*) ou regra de fé (*regula fidei*) na cristandade: amor, comunhão, misericórdia, partilha e solidariedade.

<sup>664</sup> A racionalização de uma religião e a sistematização de seus conteúdos teológicos dependem do contato com outras culturas e, conseqüentemente, com outras religiões e outras expressões religiosas. Normalmente, as circunstâncias que favorecem o desenvolvimento do conteúdo racionalizado e sistematizado da religião é o de que a própria religião precisa sobreviver ou afirmar-se.

proclamação teológica é uma proclamação a respeito da divindade, independentemente se ela for proferida por teólogos leigos ou por teólogos profissionais. Para nossos objetivos imediatos nesta seção, não há distinção entre teologia institucional e teologia popular, entre ortodoxia e heresia etc. Um discurso teológico é um discurso sobre uma divindade, a partir de determinada perspectiva. Em sendo assim, que divindade é representada no discurso religioso da teologia da prosperidade? O que caracteriza essa teologia é, justamente, a ênfase na prosperidade individual como consequência da bênção divina. “Sou próspero porque sou abençoado”. A bênção carece de intermediação de uma instituição sagrada. Mais do que isso, de um mediador humano: um sacerdote – que pode ser pastor, pastora, bispo, bispa, apóstolo, patriarca etc. – capaz de manipular as forças sagradas em benefício do crente. Como vimos, o verdadeiro caminho à prosperidade não é o da fé pura, mas da fé intermediada ou representada pelo dinheiro: “Dar para receber dez vezes mais”. Por isso, há um forte sentido meritocrático na teologia da prosperidade: “Você foi abençoado porque você fez por merecer”; “A sua oferta te fez merecedor da bênção”.

Georg Lukács lembra que “[...] as condições econômicas, sociais e políticas dos Estados Unidos têm necessariamente que engendrar uma ideologia em cujo centro se ergue a defesa aberta do capitalismo [...]” (Lukács, 2020, p. 668). De fato, ainda que o autor tenha em mente, possivelmente, o jeito americano de viver (*american way of life*), é possível comprovar esta afirmação através do fundamentalismo religioso, da teologia do domínio, da teologia da prosperidade e da teologia da batalha espiritual. De acordo com Engels e Marx (2010b), a história demonstra que as ideias se transformam quando as condições da produção material são transformadas e que as ideias das classes dominantes são as ideias dominantes. Foi assim quando as “[...] ideias de liberdade religiosa e de consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento” (Marx; Engels, 2010b, p. 57). Nesse contexto e sob as circunstâncias dos séculos XIX e XX, a própria religião americanizada cumpre um importante papel de defesa, de legitimação e de justificação do capitalismo, ao mesmo tempo em que demoniza – o que significa utilizar-se da linguagem e da simbologia religiosa – qualquer alternativa de superação da concentração de renda e de riqueza. Cristãos fundamentalistas não apenas elogiam o capitalismo, eles amaldiçoam o socialismo e o comunismo.

[...] Nesse país [EUA], a igreja e o *business* sempre estiveram muito entrelaçados, tanto quanto o capitalismo e as seitas protestantes no seu período de fundação. E como os Estados Unidos nunca atravessaram crises comparáveis àquelas das nações europeias desde a Revolução Francesa, também nunca houve ali um abalo da fé religiosa, por isso a defesa da sociedade capitalista não se viu obrigada a incorporar aos sistemas da apologia indireta nenhum tipo de ateísmo religioso [...] (Lukács, 2020, p. 699).

Silvio Luiz de Almeida lembra que de acordo com “[...] os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono de valores tradicionais [...]” (Almeida, 2018, p. 28). Por valores tradicionais devemos entender um suposto conjunto de valores presentes na sociedade desde sempre, vinculados, especialmente, às pautas conservadoras de direitos, de família e de religião. Para o autor, “[...] a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa” (Idem). A aproximação entre a defesa do capitalismo e a moralidade individual é um importante recurso discursivo conservador apropriado por religiosos e por não religiosos. Culpabilizam certos indivíduos por certas condições sociais. Apesar da permanência da crise do capitalismo – e sua caracterização mais adequada como uma crise estrutural – o discurso moralizante ganha força, também, em função de uma maior aproximação entre segmentos neoliberais e segmentos religiosos fundamentalistas.

Ao propor a prosperidade individual como saída para diversos males que as pessoas acumulam, ao empobrecimento e à exploração das classes trabalhadoras, esta teologia acerta em uma questão crucial: a centralidade da economia para o bem-viver. Diante de tanta miséria, de tanta pobreza, de tanta desigualdade, de tanta injustiça, da inacessibilidade a bens essenciais e de consumo, a salvação está na prosperidade financeira. Porque, de fato, estes elementos só se apresentam de um lado: as pessoas que são obrigadas a vender sua força de trabalho, seu tempo de vida, para sobreviver. No limite, ao “[...] trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter [...]” (Marx, 2010a, p. 142). Basta colocar lado a lado uma criança que se alimenta adequadamente, que tem as condições fundamentais para seu desenvolvimento e outra, a quem tudo lhe é negado, para perceber a diferença; basta olhar para um rosto de quarenta anos, castigado pelo sol, pelo trabalho puramente braçal, mecânico, para perceber que sua aparência é de,

pelo menos, quinze anos a mais. Não é difícil constatar que as condições determinam a “qualidade de vida” e a longevidade. Não apenas a vida não é a mesma como a morte chega de formas diferentes, a depender da classe social<sup>665</sup>. Marx constatou o seguinte:

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio [...] (Marx, 2010a, p. 81).

A reflexão de Marx – endossada aqui – se trata do trabalho estranhado. Como vimos, existe, para ele, duas formas de trabalho: o trabalho concreto, que cria valor de uso necessário aos seres humanos; e existe o trabalho abstrato, que produz valor de troca e, portanto, valor excedente, produtor de *mais valor*. O trabalho, sob o capitalismo, em que o trabalhador produz apenas mercadorias, é uma condição de trabalho estranhado e alienado: à medida em que trabalha, o trabalhador não se realiza, ele se nega. O trabalhador se desgasta, despendendo força de trabalho e tempo de vida. À medida que produz, ele mesmo aumenta, sobre si, o poder do mundo do trabalho – tanto o poder objetivo da produção quanto o poder de quem controla os meios e os modos de produção.

A teologia da prosperidade é um discurso potente. Não devemos minimizar a força da promessa de *benção*, principalmente, em meio ao desespero da vida e à alienação material e intelectual. Benção é a expressão genérica para restituição de alguma coisa que se perdeu ou de um milagre que se almeja receber. Existe uma apreensão particular das promessas de restituição ou de milagre: uma certa condição estável de vida que foi perdida, estar desempregado, um divórcio, uma traição, uma enfermidade grave, uma casa própria, um filho do próprio ventre, superar um vício etc. Todas são demandas muito concretas. É, portanto, em relação ao Estado capitalista<sup>666</sup>, sua presença e sua ausência, que essa teologia deve ser considerada.

<sup>665</sup> “Porém, o significado do fenômeno da morte não se esgota em sua dimensão natural ou biológica. Ela comporta, também, como qualquer fato da vida humana, uma dimensão social e, como tal, ela representa um acontecimento estratificado. Todos morrem – é certo –, contudo a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que pertencem os mortos” (Maranhão, 1985, p. 21).

<sup>666</sup> Podemos perceber, ao observarmos as demandas dos fiéis, a razão pela qual este discurso da prosperidade encontra pouca ou nenhuma aceitação em nações que, realmente, experimentaram o Estado de bem-estar social. O berço da teologia da prosperidade é os Estados Unidos da América. O desenvolvimento da ideologia – que se apresenta na imensa riqueza de mercadorias – foi de tal forma

O milagre é propriamente a alteração da ordem natural a partir de uma demanda real por parte do fiel. Entretanto, este pequeno sinal de subversão, por menor que seja, na teologia da prosperidade, não existe em perspectiva comunitária, coletiva ou de transformação do ordenamento socioeconômico. Não há compromisso com a luta coletiva ou com mudanças estruturais. Não se questiona a existência de desempregados como necessários ao modo de produção; as limitações impostas pelo salário-mínimo; ou à falta de acesso à saúde ou à moradia. A teologia da prosperidade perde-se na barganha (como modo), na riqueza (como objetivo) e no individualismo (como projeto). Demarcando estes aspectos, acentuamos o caráter ideológico dessa teologia.

Portanto, mesmo que, consciente ou não, a Teologia da Prosperidade faça o diagnóstico correto – de como é necessário condições objetivas de vida, garantidas, especialmente, pela possibilidade real de suprir as necessidades materiais, culturais e intelectuais –, propõe, como saída, a prosperidade financeira individual pela via religiosa. A sobrevivência é tão difícil que se torna quase impossível sozinho, daí, a necessária ajuda espiritual, de um socorro de alguém mais forte e mais poderoso, capaz de – se for devidamente atendido –, mudar a realidade material. O que importa, para melhorar de vida, é a fé em uma suposta intervenção sobrenatural, é saber manusear elementos considerados sagrados ou mágicos. A alternativa se circunscreve no indivíduo e em sua crença. Ao propor como solução a riqueza individual acaba, em todos os sentidos, reforçando o próprio capitalismo. Mantém-se na esfera subjetiva desconsiderando, por completo, a realidade social. O elemento estrutural, capaz de resolver dentro e para a coletividade, é não apenas desvalorizado, mas descartado, desconsiderado, excluído.

[...] A ideia de que são as imaginações que impulsionam em grande parte o comportamento econômico – imaginações que, juntamente com as necessidades materiais, são inerentemente dinâmicas – aponta para uma dimensão *cultural-simbólica da vida econômica* que, evidentemente, é fundamentalmente social. [...] (Streeck, 2016, p. 246)<sup>667</sup>.

---

que alcançou a religião: apropriando-se da linguagem religiosa e com feições da religião. Diante das crises econômicas de 1929 e 1970, de desigualdades sociais, da concentração de renda, da marginalização de negros e latinos, das carências de consumo, a teologia da prosperidade cumpre, em sua pátria, o mesmo papel que em economias periféricas.

<sup>667</sup> “[...] La idea de que son las imaginaciones las que impulsan mayormente el comportamiento económico –unas imaginaciones que, junto a las necesidades materiales, son inerentemente dinámicas– señala una dimensión cultural-simbólica de la vida económica que, evidentemente, es fundamentalmente social [...]”.

A carência econômica é, fundamentalmente, social. De um lado, existe mesmo a necessidade de satisfação das necessidades primárias, mais elementares, o que, naturalmente, ocorre em vista da própria condição humana, necessidades de sobrevivência. De outro, o capitalismo eleva essa necessidade, obrigando, para atendê-la, a intermediação do mercado e de sua principal mercadoria, o dinheiro. A teologia da prosperidade – e suas derivações – é a paixão pelo dinheiro. Se a Teologia da Prosperidade cumpriu um importante papel na formação ideológica religiosa nos últimos anos, ela frutificou na *Teologia Coaching*, um tipo de Teologia Motivacional. A derivação não acontece, por certo, através das ideias religiosas e, sim, pelo aprofundamento do próprio sistema capitalista, pelo aprofundamento do neoliberalismo. A especialização do capitalismo, em formas mais efetivas de produção, desdobra, dialeticamente, em formas mais especializadas de formação ideológica. A mudança de mentalidade social a fim de responder, adequadamente, às novas demandas produtivas, alcança, também, a religião, engendrada pela sociedade e pela cultura. Daí a conclusão de Han: “[...] Os pregadores evangélicos de hoje atuam como gerentes e treinadores motivacionais, que pregam o novo evangelho do desempenho e da otimização infinitos” (Han, 2020, p. 47). Simultaneamente, é uma forma que a religião encontra de metamorfosear-se e de permanecer socialmente relevante. É um respiro à religião.

Se em algum momento a teologia da prosperidade pode colaborar para uma transformação social radical em direção à emancipação humana, não temos como afirmar ou como negar. Como dissemos, o diagnóstico de determinações socioeconômicas está correto, porém, seria necessária uma profunda desilusão com a própria teologia da prosperidade, com suas soluções religiosas, supersticiosas e mágicas; a compreensão estrutural dos problemas sociais que envolvem a organização dos seres humanos em sociedade; e a consciência da luta de classes que mobilize os trabalhadores (religiosos ou não) em classe para si. Em verdade, existe uma centelha revolucionária no cristianismo que precisaria ser mobilizada pelo suspiro das criaturas oprimidas.

### 4.3 Conversão: acolhimento e identidade

Após um breve panorama da história do movimento fundamentalista religioso norte-americano, com uma caracterização geral a partir do seu desenvolvimento histórico e sua incidência no Brasil, precisamos considerar outros aspectos referentes ao cristianismo evangélico fundamentalista brasileiro: a conversão como marca do acolhimento e da identidade religiosa evangélica brasileira. A conversão é o acontecimento central na vida cristã pessoal. Converter-se significa, em termos religiosos, mudar a direção da vida. Este evento se reveste de grande significado. Tanto que, em termos religiosos, se fala em uma vida antes e outra depois da conversão<sup>668</sup>. O aspecto essencial do viver evangélico é a conversão, a noção de que se desencadeou um processo de salvação pessoal. Este evento deve ser rememorado constantemente como marco decisivo na vida do crente. A centralidade deste acontecimento está em (de)marcar a mudança de vida. Conversão é a transformação de atitude, segundo creem. Ao apropriar-se da ideia de mudança radical, afirma-se uma divisão entre os antes e o agora, entre a forma de viver anterior e posterior, entre “a vida pregressa” e a “nova vida”. A conversão se expressa, sobretudo, no comportamento de uma moral negativa: não praticar idolatria, não adular, não se prostituir, não beber, não fumar, não matar<sup>669</sup>.

A descrição da conversão e suas consequências é extremamente viva, nos termos teológicos de “abandonar o mundo”, de “nascer de novo” e “ser nova criatura”. A literalidade destas palavras nos textos sagrados dos cristãos está no sentido que se lhe atribui no comportamento: aquele que adorava falsos deuses, agora adora o único Deus verdadeiro; aquele que bebia, não bebe mais; aquele que jogava (a dinheiro), não joga mais; aquele que se prostituía, não se prostitui mais; aquele que adulterava, não adultera mais; aquele que fumava, não fuma mais; aquele que cometia crimes, não comete mais. Mesmo que alguns aspectos tenham importância apenas cultural<sup>670</sup>, devem ser reforçados diante da comunidade de fé e fora dela, como “testemunho aos

---

<sup>668</sup> A conversão é seguida de uma série de ritos religiosos: catecumenato, batismo, participação na eucaristia etc.

<sup>669</sup> Apesar da aproximação com os Dez Mandamentos, o decálogo perdeu espaço nas catequeses contemporâneas, entre evangélicos, porque o processo de *catecumenato* deixou de existir.

<sup>670</sup> Especialmente, beber e fumar entram nessa lista. É que estas práticas não eram consideradas pecaminosas nem nas tradições transcritas nos textos sagrados, e nem na prática judaica e cristã posterior, inclusive, no protestantismo. Tanto que no Brasil cristãos católicos, luteranos e anglicanos – para mencionar apenas alguns –, bebem (e uns ainda fumam).

incrédulos”. A exteriorização da conversão se evidencia “nas vestes”, tanto de homens quanto de mulheres<sup>671</sup> e em uma série de exigências morais. Não entraremos no mérito da conversão como resposta a uma crise existencial porque, para nosso trabalho, interessa avançar à questão da função social do fundamentalismo religioso.

A conversão se reveste de todo um caráter individual, estritamente pessoal. Como apontou Mendonça: “O atual protestantismo brasileiro de origem missionária ainda é conversionista. O individualismo conversionista produz ética também individualista [...]” (Mendonça, 1990, p. 33). A teologia protestante que subsidia a ideia contemporânea de conversão pertence à teologia dominante durante a Era Missionária norte-americana – marcada pelos despertamentos religiosos. Esta teologia da conversão, de acordo com Mendonça, foi originada a partir da teologia de John Wesley e desenvolvida nos movimentos de reavivamento norte-americanos. Wesley foi um teólogo prático que realizou uma síntese teológica no interior do anglicanismo: leu os Pais da Igreja e os Reformadores; foi profundamente inspirado pelo pietismo e pelo puritanismo; segundo ele, os atos de piedade devem estar sempre associados às obras de misericórdia; a santidade era uma santidade com implicações sociais de cuidado com os mais pobres, com as crianças, especialmente as órfãs, com a educação das crianças e na luta pela abolição. Para Mendonça:

[...] o mecanismo da salvação consistia na consciência de culpa seguida de ato voluntário de aceitação da oferta de salvação, sucedido pela justificação e pela santificação progressiva. A fé era determinada pela experiência pessoal e emotiva. A teologia conversionista missionária consistia num processo diferente de mudança cultural. A conversão era individual e consistia no rompimento abrupto do indivíduo com seu meio cultural através da adoção de novos padrões de conduta opostos àqueles em que havia sido criado [...] (Mendonça, 1990, p. 32).

A conversão acontece, normalmente, renegando a confissão de fé anterior, em alguns casos, a religião anterior, e professando uma nova. É rara a conversão de um agnóstico ou um ateu. Como o Brasil é de maioria católica, comumente a conversão se dá em deixar a Igreja Católica Apostólica Romana e unir-se a alguma igreja protestante ou evangélica<sup>672</sup>. O estabelecimento da fé protestante no Brasil, em particular, e na América Latina, como um todo, tem como uma de suas características

---

<sup>671</sup> Existem denominações mais ou menos flexíveis, em relação às mulheres. Algumas, por exemplo, não permitem uso de calça, maquiagem, adereços e joias.

<sup>672</sup> Para uma compreensão do que significa ser protestante ou evangélicos, remetemos à seção “4.1.1 para entender Babel: de que estamos falando quando...”.

o espírito anticatólico. E isto se apresenta com tal veemência que, na maioria das igrejas evangélicas, não se reconhece nada de cristão dentro no catolicismo<sup>673</sup>. A compreensão comum é do catolicismo como pseudocristão ou mesmo anticristão, isto é, que varia entre cristianismo corrompido, falso cristianismo ou não cristão – mencionamos estes aspectos por ocasião do protestantismo de missão e do fundamentalismo religioso.

No Brasil, conversão está intimamente relacionada ao trânsito religioso. A migração de cristãos católicos em direção aos arraiais evangélicos – aquilo que Jean-Pierre Bastian (1997) chama de “la mutación religiosa” – é um fenômeno latino-americano<sup>674</sup>. Assim, a rigor: é uma conversão que se insere na tradição *anticatólica* do protestantismo latino-americano; é uma conversão do *catolicismo* ao *protestantismo pentecostal* ou *neopentecostal*; é uma conversão que não expressa, essencialmente, uma mudança de religião, ainda que assuma uma nova prática religiosa e uma nova identidade religiosa. Católicos romanos, protestantes históricos, protestantes de missão, pentecostais, neopentecostais, ortodoxos, todos pertencem a uma mesma matriz religiosa: o cristianismo. Quer reconheçam ou não a pertença do outro – “as ovelhas de outro aprisco” – compõem uma mesma religião. As expressões particulares da vivência religiosa, das experiências religiosas, interpretadas à luz de dogmas religiosos específicos, não escapam à verdade incontestável que todas elas reivindicam a mesma tradição bíblico-teológica: fé abraâmica, decálogo, Jesus de Nazaré, Evangelhos, a justificação pela fé etc. No entanto, precisam defender a necessidade de conversão acusando o outro de *herético* ou *apóstata*, formas retóricas religiosas de desmerecer, desqualificar e até mesmo de amaldiçoar ou de demonizar o outro, deslegitimando social e religiosamente. Promovem-se destacando as diferenças e as particularidades de seu próprio grupo religioso em detrimento dos demais.

---

<sup>673</sup> A rigor, a maior parte das igrejas evangélicas brasileiras exigem do novo convertido um novo batismo. Em verdade, se trata de um rebatismo. Esta exigência se baseia no não reconhecimento dos ritos cristãos celebrados no interior do catolicismo. Algumas igrejas são mais radicais, renegando o batismo infantil e admitindo apenas o batismo de adultos realizado por imersão.

<sup>674</sup> Há um fenômeno bastante curioso ocorrendo nos Estados Unidos: é a conversão de protestantes e de evangélicos ao catolicismo. Poderíamos falar, em termos genéricos, de uma outra via conversionista. No interior do catolicismo, alguns se referem a este movimento como “retorno à santa Igreja mãe”. Recentemente tem sido possível averiguar fenômeno semelhante em terras brasileiras. Caso este movimento se consolide de alguma forma, será interessante perceber o cenário de pluralismo religioso e de disputa no mercado religioso brasileiro.

Estritamente vinculada à conversão está a concepção de salvação. A conversão só faz sentido se houver uma percepção pessoal de perdição e de necessidade de remissão. Entre os aspectos mais importantes pelos quais se exige a conversão está a doutrina do pecado. A *hamartologia* é a pedra de toque da teologia cristã. Nela se encontra a noção do pecado original, o pecado da raça humana, o pecado de Adão e Eva que é transmitido a todos os seres humanos; a condição humana intrínseca de pecador, de espiritualmente morto e, conseqüentemente, de separação da divindade e da destinação ao castigo eterno. O(A) cristão(ã) compreende-se como alguém que encontrou a salvação. Essa concepção não é apenas conceitual, teórica, e sim prática, concreta e existencial para quem crê. Em linguagem teológica, aprende-se e ensina-se que antes era um “filho do diabo”, um “perdido”, alguém “do mundo”, um “pecador”, um “condenado”, um “morto espiritual”, agora, após a conversão, torna-se um “filho de Deus”, alguém que foi “encontrado”, que pertence “ao reino de Deus”, um “redimido”, um “salvo”, um “renascido”.

Ao concentrar todos os esforços para mudança do indivíduo e negligenciar, por completo, as transformações sociais, a religião se mantém vinculada ao individualismo, nos limites da perspectiva burguesa de indivíduo<sup>675</sup>. As tentativas de teologias mais abrangentes – como a *Teologia da Libertação* e a *Teologia da Missão Integral* –, que considerassem a vida em sociedade, a organização humana em sociedade e as sociedades em si mesmas, foram amaldiçoadas entre os próprios cristãos. Rotular como herético ou apóstata é a forma evangélica de excluir. O processo contínuo de conversão, a adesão à fé, é a construção de uma nova identidade, em que a conversão, a fé e a religião têm primazia na vida do indivíduo. Exige-se ao indivíduo um compromisso permanente com a religião. Pela própria força da conversão e a centralidade que a religião passa a adquirir na vida do indivíduo, ele inicia um processo de educação na religião.

Uma das estratégias de difusão da fé protestante e evangélica são os encontros de avivamento<sup>676</sup>. Historicamente, em terras brasileiras, os movimentos de reavivamento – salvo raríssimas exceções – contribuem, através da religião, da

---

<sup>675</sup> “A ciência burguesa, em especial a economia clássica, mantém-se presa à consideração dos fenômenos sociais a partir da perspectiva do indivíduo (o agente capitalista) [...]” (Musse, 2005, p. 385).

<sup>676</sup> Estes encontros podem ser acampamentos, congressos, conferências e retiros espirituais, ocorridos nos templos ou em espaços reservados. Programações de evangelização ou missão, como cruzadas evangelísticas ou congressos de evangelização, cumprem a mesma função de despertamento de uma igreja ou denominação religiosa.

linguagem e da experiência religiosa, para que as pessoas deem prioridade à religião, ao sentimento do sagrado a ser preservado, à moral individual dócil, em detrimento aos anseios e às necessidades de transformação social, através de grandes rupturas com a ordem estabelecida<sup>677</sup>. Em verdade, o Brasil tem sido fecundo em movimentos de avivamento e de renovação espiritual que promovem uma certa adaptação religiosa sem alterar, profundamente, os dogmas religiosos. Em alguns casos os dogmas ou as interpretações religiosas servem de justificativa aos movimentos de avivamento e de renovação. As bandeiras religiosas procuram ocultar as disputas de poder no interior das organizações religiosas e da sociedade. Em sendo os encontros de avivamento uma das principais estratégias de difusão da fé protestante e evangélica, o *The Send* (O Envio) se tornou uma das principais estratégias fundamentalistas (Cunha, 2021). No Brasil, ocorreram em 2020, nos estádios Allianz Parque e Morumbi, em São Paulo, e no Mané Garrincha, em Brasília, e em 2021, virtualmente.

Caracterizado por rica infraestrutura, o *The Send* Brasil [em 2020] teve mescla de apresentações musicais dos Estados Unidos e das mais destacadas do gospel do Brasil, com pregações religiosas de personagens estadunidenses e de evangélicos/as conservadores/as brasileiros/as. O evento de Brasília contou com as presenças do Presidente Jair Bolsonaro e da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a Pastora Damares Alves, o que afirmou o caráter e a linha político do projeto. (Cunha, 2020, p. 42).

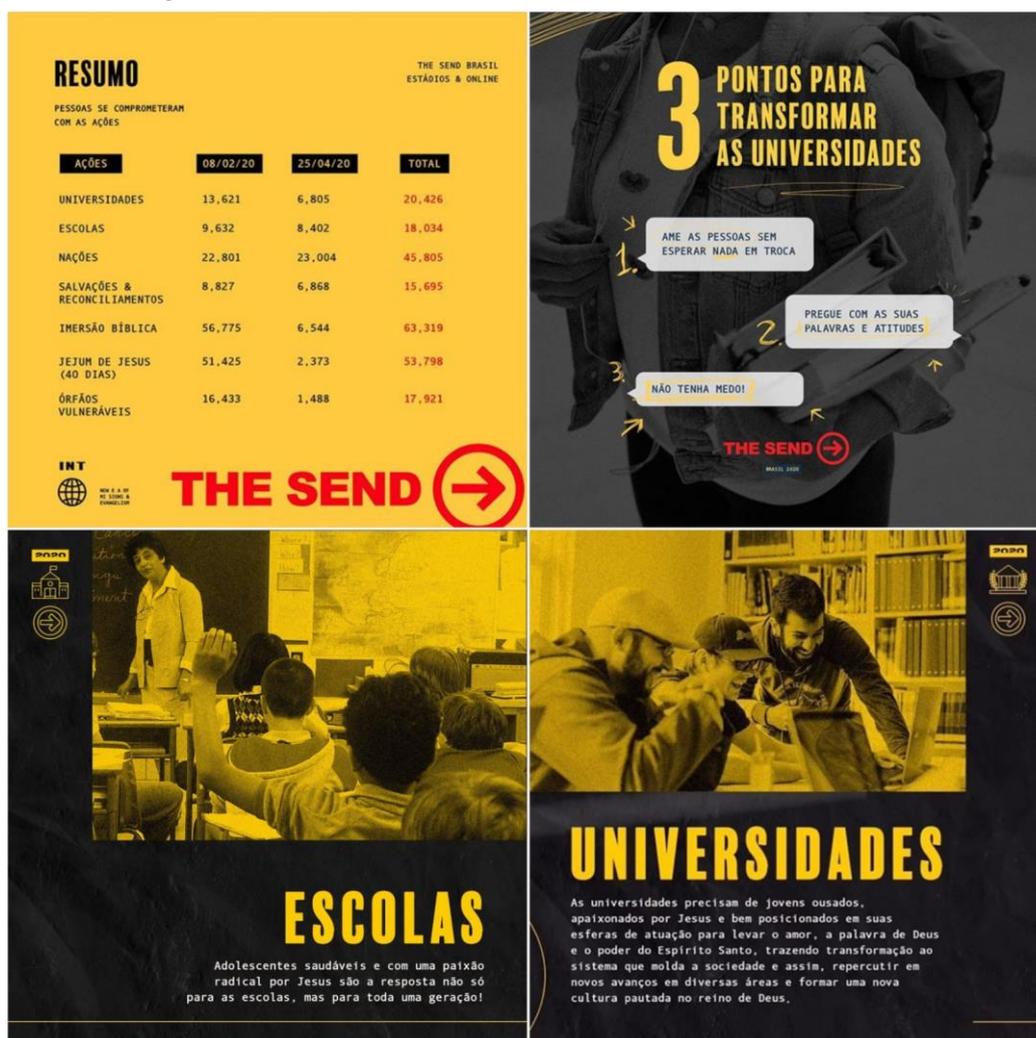
O *The Send* é uma expressão bem-sucedida de reavivamentos contemporâneos. Ele faz parte da estratégia de difusão da fé fundamentalista em um contexto que, segundo fundamentalistas religiosos e adeptos da extrema direita, é de guerra cultural. O *The Send* se apresenta dentro das características daquilo que ficou conhecido como “cultura gospel”: muitos cânticos, orações e pregações, através de linguagem e de um formato dirigido aos jovens, com forte apelo emocional. O principal objetivo é arregimentar jovens cristãos evangélicos a se integrarem no projeto da

---

<sup>677</sup> Ao lembrar do programa radiofônico Renovação Espiritual, de 1961, Eneas Tognini escreveu: “[...] Nas mãos de Deus, ‘Renovação Espiritual’ foi uma frente de resistência ao comunismo que ameaçava terrivelmente o Brasil. Foi esse programa que desencadeou o dia nacional de Jejum e oração, e foi este dia que trouxe a Revolução de 1964 que por sua vez foi a vitória de Deus sobre o comunismo no Brasil [...]” (Tognini, [s.d.], p. 39). A renovação espiritual foi mais que um programa de rádio. Foi um movimento de reavivamento no interior das igrejas protestantes de missão, com ênfase na doutrina do Espírito Santo – como já ocorria nas igrejas de tradição pentecostal –, destacando o “batismo no Espírito Santo”. A Ditadura Civil-Militar de 1964 foi compreendida por um dos principais líderes do movimento de renovação espiritual no Brasil como resposta de jejum e oração; como um processo revolucionário – como designado por seus partidários e apoiadores – para que a vontade de Deus para o Brasil fosse estabelecida. Mencionamos estes aspectos quando tratamos da Ditadura.

teologia do domínio – “[...] quase um workshop motivacional para formação de missionários” (G1, 2020). Como vimos, dentro da teologia do domínio está a estratégia das *sete montanhas*. Também chamadas de “sete áreas de influência”, os cristãos devem ocupar e dominar a família, a religião, a educação, a mídia, o entretenimento, os negócios e o governo. Para os propósitos deste trabalho, interessa-nos a educação (Figura 6). É muito importante que seus participantes afirmem que “não é sobre política, é sobre Deus”.

Figura 6 – Envio a escolas e a universidades.



Fonte: <https://www.instagram.com/thesendbrasil/>.

A melhor referência que temos acerca de encontros como o *The Send* são os movimentos de reavivamento na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX. Entretanto, lembramos que vários grupos religiosos experimentaram momentos de avivamento ou reavivamento ao longo da história. Ivo Oro afirma que quando o

povo americano se desviada do ideal de nação norte-americana, “[...] surgiam no país ‘momentos de reavivamento’, os quais geravam uma espécie de revitalização cultural coletiva, consequência da experiência de conversão interior, à qual as massas eram chamadas pelos pregadores reavivamentistas [...]” (Oro, 1996, p. 51). Pregadores itinerantes cruzavam os países procurando despertar nas pessoas a conversão individual e a necessidade da experiência pessoal de conversão. Nestes encontros, era preciso destacar a autoridade da Bíblia, como palavra revelada e inspirada, sua inerrância e sua infalibilidade, já que os reavivamentos estimulavam a devoção pública e privada a partir da Bíblia e à própria Bíblia. Comumente, o tema da salvação pessoal estava ligado ao medo do inferno, para fugir “da ira de Deus” ou da “justiça de Deus”, e à vida em santidade, um restrito comportamento moral individual, como expressão da salvação e como comportamento adequado para aguardar a segunda vinda do Cristo. Estes temas, sempre presentes, ajudavam a conduzir o povo à cultura norte-americana. No caso contemporâneo não é muito diferente. Tornaram-se populares nas últimas décadas conferências, congressos e retiros espirituais de reavivamento. O mais famoso modelo é o da “igreja celular” e o *Peniel, encontro com Deus*<sup>678</sup>.

De acordo com Lukács: “[...] O ‘renascimento religioso’ não é, portanto, nada além de uma nova sanção ideológica da guerra atômica e bacteriológica” (Lukács, 2020, p. 701). Segundo o autor, o renascimento religioso, aquilo que temos chamado de reavivamento ou renovação espiritual, assemelha-se à guerra atômica ou bacteriológica, porém, no plano ideológico. Por isso, parece-nos – e teremos que retornar a este aspecto – que os movimentos de reavivamento e de renovação espiritual promovidos pelo fundamentalismo religioso norte-americano, seja através de organizações eclesiais ou através de instituições paraeclesiais, cumprem um papel na difusão de interesses imperialistas. O incentivo e o financiamento de grandes encontros religiosos fundamentalistas têm como objetivo reforçar a fé fundamentalista e, logicamente, os valores fundamentalistas. Nós já tratamos da fé fundamentalista e de seus valores<sup>679</sup>. Relembremos a defesa do capitalismo, a condenação ao comunismo/socialismo, a instrumentalização da religião ao justificar (as condições de) trabalho e a inspirar trabalhadores e trabalhadoras a que exerçam

---

<sup>678</sup> Este encontro recebe outros nomes a depender da igreja ou denominação que o organize. Existem outros encontros semelhantes, como *Caverna de Adulão, Vale de Jaboque* etc. Todos se dizem inspirados na Bíblia e buscam reavivar certos aspectos considerados perdidos da prática religiosa.

<sup>679</sup> Conferir a seção “4.1 Fundamentalismo religioso”.

suas funções com docilidade e com submissão. Diante dos elementos postos, um aspecto precisa ser levantado, qual seja: a religião fundamentalista acalma os espíritos humanos revoltados com as condições de vida e de subsistência. Ao rememorar as revoluções continentais de 1848, Engels escreveu:

[...] se o burguês já se achava antes convencido da necessidade de manter no povo vil o espírito religioso, com que motivos muito mais fortes tinha que sentir essa necessidade depois de tôdas essas experiências [com as revoluções]! Por isso, sem fazer o menor caso das chacotas de seus colegas continentais, continuava anos após anos gastando milhares e dezenas de milhares na evangelização das classes baixas [...] (Engels, 1975, p. 22).

Engels percebeu uma certa astúcia das camadas burguesas: o investimento na evangelização de trabalhadores e trabalhadoras. Seria ingenuidade pensar que a religião cumpre a mesma função nas duas principais classes sociais. Pela própria essência do capitalismo, a classe que detém os meios e os modos de produção não estaria interessada em um paraíso eterno, muito menos em um julgamento final em que a cada um(a) será retribuído(a) segundo suas obras. No entanto, para manter o paraíso terrestre – de acúmulo de riquezas – é imprescindível a dominação daqueles que vivem o inferno terreno – expropriação de seu trabalho – e, neste sentido, a religião cumpre um importante papel. A doutrina religiosa ou a exigência da religião se apresenta ao trabalhador como requisito moral: uma imposição comportamental de dever e de submissão para com o senhor (proprietário). Essa perspectiva nos faz lembrar um trecho do Gonzaguinha: “[...] Você deve estampar sempre um ar de alegria e dizer: Tudo tem melhorado. Você deve rezar pelo bem do patrão e esquecer que está desempregado [...]”.

#### *4.3.1 Crescimento numérico e presença social: grandes igrejas, grandes negócios.*

Já mencionamos o crescimento numérico das igrejas evangélicas brasileiras (Tabela 3). Muitas pessoas, acertadamente, consideram o crescimento evangélico como um fator decisivo de mudança na sociedade brasileira. Entretanto, poucas se perguntam: Quais são os evangélicos que, efetivamente, crescem? Esta questão nos parece importante porque “os evangélicos” não representam um grupo homogêneo<sup>680</sup>. O consistente crescimento no numérico de evangélicos no Brasil se

---

<sup>680</sup> Conferir a seção “4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando...”.

concentra dentro das igrejas pentecostais e neopentecostais (Tabela 4). Assim sendo, mesmo que “todos” os grupos evangélicos cresçam, dois segmentos dentro do espectro evangélico, que são os pentecostais e os neopentecostais, apresentam o crescimento mais significativo. Estas agremiações religiosas que fazem parte daquilo que chamamos de pentecostalismo e de neopentecostalismo são as mais afinadas à teologia da prosperidade, à teologia da batalha espiritual e à teologia do domínio, em muitas circunstâncias, em um entrelaçamento entre as três. Podemos, inclusive, fazer outra afirmação: entre os evangélicos que crescem estão os grupos religiosos mais próximos ou mais identificados com aquilo que temos designado de fundamentalismo religioso. A perspectiva fundamentalista da religião pode ser encontrada entre os protestantes históricos, no entanto, estes crescem menos e, em geral, se orientavam através do princípio da separação entre Igreja e Estado<sup>681</sup>.

Tabela 3 – Percentual evangélico por década

ANO	PERCENTUAL
1980	6,6
1991	9,0
2000	15,41
2010	22,16
2022	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 4 – Crescimento numérico entre evangélicos de Missão e entre evangélicos Pentecostais.

População residente, por religião					
Ano x Religião					
2000			2010		
Evangélicas	Evangélicos de Missão	Evangélicos de origem Pentecostal	Evangélicos	Evangélicos de Missão	Evangélicos de origem Pentecostal
26.184.941	6.939.765	17.975.249	42.275.440	7.686.827	25.370.484

Fonte: IBGE.

<sup>681</sup> Tínhamos mais segurança em afirmar que as igrejas oriundas do protestantismo de imigração e do protestantismo de missão defendiam a separação radical entre Estado e Igreja antes do consórcio de poder em torno do bolsonarismo. Desde os anos de 2013 e 2014, tendo como ápice os anos de 2018 a 2022, praticamente todas as grandes denominações protestantes, pentecostais e neopentecostais, os chamados “evangélicas”, se aventuraram pelo poder estatal. Mesmo com divergências internas, lideranças eclesiásticas anglicanas, batistas, metodistas e presbiterianas promoveram o bolsonarismo. Os presbiterianos ocuparam o primeiro escalão do Governo Bolsonaro.

A ideologia religiosa dominante tende a se espalhar por todas as denominações e segmentos religiosos cristãos. Por isso, é possível observarmos, mesmo entre igrejas protestantes, algum engajamento à teologia da prosperidade, à teologia da batalha espiritual e à teologia do domínio. Assim é que segmentos entre as igrejas do protestantismo de imigração e do protestantismo de missão acabaram reproduzindo certas práticas oriundas do pentecostalismo, do neopentecostalismo e das três teologias acima mencionadas. Podemos considerar que, a partir das relações de flexibilização, dos processos de mundialização do capital, da difusão dos meios de comunicação, do mercado religioso e da compreensão das práticas de gerenciamento eclesiástico como razão do sucesso, as fronteiras denominacionais se tornam cada vez mais fluidas. Isto se evidencia por uma semelhança cada vez maior nas práticas estéticas, litúrgicas e discursivas das igrejas brasileiras que tornam, no momento presente, praticamente impossível distinguir certas igrejas locais históricas, de igrejas pentecostais ou de igrejas neopentecostais. O mesmo contexto oportuniza o surgimento da teologia *coaching*, das “igrejas das paredes pretas” e das franquias eclesiásticas, em que através do pagamento de certo valor e de uma “mentoria individual” importa-se um pacote teológico administrativo eclesiástico.

Mencionamos, por ocasião de nossas considerações a respeito da teologia da prosperidade, que a igreja se realiza como negócio. Claro que, para que se chegue à finalidade do lucro, há necessidade de ocultar os propósitos reais sob o manto da linguagem religiosa, evocando, sempre, razões mais nobres, como “obedecer à ordem que Jesus nos deu” ou “proclamar a mensagem da salvação”. As denominações que se orientam pela teologia da prosperidade formam um movimento político-religioso, com finalidade econômica, focado em resultado. A prática religiosa fala muito mais alto do que o discurso religioso: algumas igrejas passaram a adotar metas de crescimento numérico e financeiro, avaliando, inclusive, a eficiência do(a) pastor/pastora. A linguagem empresarial/administrativa é explícita, com elaboração de planos de ação e de documentos contendo a “missão”, a “visão” e o “propósito” da organização religiosa. Na perspectiva gerencial e administrativa, nenhum texto foi mais importante do que *Uma igreja com propósitos*, de Rick Warren. Estreitamente relacionado às igrejas que se realizam como negócio, está o mercado religioso

evangélico, isto é, o consumo religioso de produtos e de artigos evangélicos, movimentando em 2015 mais de R\$ 21,5 bilhões (Terra, 2015).

O crescimento das igrejas conta com alguns componentes decisivos: o primeiro deles é o *poder de arrecadação* das instituições religiosas. Ao estabelecer novos significados para o dinheiro dentro de uma lógica de mercado, como negócio entre a divindade e o fiel, negócio intermediado pelo sacerdote, associado à lógica religiosa de sacrifício de fé: as igrejas se tornaram empreendimentos religiosos de capitalização e de circulação de dinheiro. Karl Marx e Friedrich afirmam que “O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (2010b, p. 52). O dinheiro – não rastreado – se converte em poder econômico, em poder midiático, em poder político e em poder social. São esferas de poder que se cruzam em torno da religião de mercado, da religião que se realiza como negócio, em uma espiral ascendente que confere à igreja e a seu representante acesso a mais poder. Considerar esse quarteto de poder em separado é uma opção didática. A presença social é presença política, que por sua vez é presença econômica e midiática e assim sucessivamente.

O (i) poder econômico é a capacidade que a igreja tem de arrecadação constante. Como o salário – normalmente – é mensal e as despesas também, renova-se o discurso de dízimos e de ofertas. Cada receita recebida pelo crente exige um dízimo ou uma oferta. Algumas igrejas mantêm um cadastro de “fiéis no dízimo” o que possibilita, além do controle sobre o crente, certa margem de planejamento da igreja. As igrejas são criativas em sua capacidade de arrecadar mais e melhor, utilizando-se de outros meios que o próprio dinheiro lhes permite. A principal justificativa de arrecadação e uma das principais de despesas é a manutenção do templo, das despesas ordinárias ou extraordinárias (Oro, 1993)<sup>682</sup>. É dinheiro que se investe a fim de fazer mais dinheiro. Sobretudo, (ii) é preciso empregar recursos em comunicação, em programas de rádio, de televisão ou de internet. O investimento em comunicação é um investimento em *marketing*, na autopromoção do empreendimento religioso. Com o uso dos novos meios de comunicação as igrejas passaram a arrecadar além das despesas para manutenção. Assmann (1987) analisou a utilização da televisão pelos televangelistas – portanto, antes do advento da *internet* – como um eficiente

---

<sup>682</sup> “Uma estratégia sobre a qual os pregadores põem acento tanto durante os cultos quanto nos programas rádio-televisivos consiste em anunciar o montante das despesas mensais de que a Igreja precisa dar conta, com destaque para o pagamento de água, luz, aluguéis de imóveis, sobretudo dos templos (quando for o caso), custo com os programas radiofônicos e televisivos e remuneração dos dirigentes religiosos [...]” (Oro, 1993, p. 308-309).

meio para divulgação da mensagem apropriada por estes atores e como meio de arrecadação financeira. De acordo com Cunha: “A mídia evangélica passou a desempenhar papel central como mediadora no processo de identificação com a sociedade de consumo [...]” (Cunha, 2002, p. 18).

Poder econômico e poder midiático possibilitam outro poder: (iii) o poder político. As igrejas pentecostais e neopentecostais e as igrejas fundamentalistas descobriram formas de inserção política, a partir e além das fronteiras denominacionais. O discurso religioso é um potente mobilizador eleitoral. Poder econômico, poder midiático e poder político possibilitam acessar outro poder: (iv) o poder social. A própria presença de uma determinada igreja lhe confere certa notoriedade social, que pode aumentar ou diminuir seu prestígio à medida que oferta seus serviços à comunidade. Estes serviços são – dentro dos limites da expressão religiosa que temos considerado – o âmago da religião de mercado. Os serviços podem se limitar às celebrações e aos cultos, ou podem envolver atividades voltadas à comunidade, como cursos profissionalizantes, escolas, esporte e ou mesmo lazer.

No contexto geral do empresariamento da religião, as igrejas-empresas prestam um *serviço*. Daí a preocupação com o ambiente, com a climatização, com o estacionamento, com o espaço *kids*, com o som, com a iluminação, com a música e com a pregação. Tradicionalmente chamada de *homilia* ou *sermão*, a pregação assume contorno de um discurso motivador. Frente à existência de uma competitividade religiosa, em um mercado religioso, ganha quem atrair mais clientes, quem agradar mais, quem promove os melhores eventos, de programações mais atrativas, de prestação de serviço religioso. É preciso cativar, conquistar, empolgar, encantar, iludir, seduzir. É preciso bater a meta de crescimento numérico e de arrecadação financeira para ser visto.

Dentro do mercado religioso, cresce quem melhor se mantém atento ao seu próprio segmento religioso, em oferecer *acolhimento, batismo no Espírito Santo, cura, disciplina, “doutrina”, estudo bíblico, exorcismo, identidade, libertação e prosperidade*. Por certo, à medida em que a religião se impõe como mercadoria, seja no uso de expressões religiosas para alcançar enriquecimento e poder, seja tornando a religião rentável, através de uma capitalização do signo religioso, a religião aparece nas prateleiras do mercado mundial de bens e de consumo. A diferença entre o crescimento de pentecostais e de neopentecostais em vista dos protestantes

históricos, interessa pouco. Até porque dificilmente alguém contestaria a presença social deste último grupo<sup>683</sup>. Também não estamos interessados em como se veem em relação aos outros ou qualificam os demais<sup>684</sup>. De alguma forma, atendem a necessidades específicas de cada pessoa ou de suas famílias. Apesar de estratégias diferentes, cada qual a seu modo e a partir do seu *carisma* se coloca no mercado.

Não por acaso que dezenas de livros apresentando estratégias para o crescimento das igrejas proliferaram nas últimas décadas, especialmente, a partir do surgimento das *megaigrejas*. Para transmitir significado e sentido, importa pouco ou nada a interpretação ou a leitura da Bíblia. Entre os grupos que mencionamos e suas respectivas estratégias de crescimento, podemos dividi-los entre aqueles que não leem ou leem pouco e aqueles que leem um pouco mais. Aquilo que chamamos de “palavra de Deus para minha vida” está circunscrita a determinada compreensão em determinado momento. Em todo caso, depende da leitura normativa da denominação ou da interpretação do líder religioso. A palavra afirmativa dessa liderança importa muito. A existência de centenas de milhares de igrejas com interpretações divergentes acerca de uma mesma passagem bíblica é prova mais que suficiente. Mais do que uma suposta ação espiritual, o crescimento de determinadas igrejas está ligado a causas culturais, locais e sociais e a estratégias bem-sucedidas.

Se a conjunção desses poderes por parte de evangélicos – econômico, midiático, político e social – faz com que se alcance mais poder em uma espiral ascendente de concentração e de expansão de poder, há três expressões do poder religioso e da estratégia de ocupação que queremos destacar: a Marcha para Jesus; os templos religiosos; e a política. A Marcha para Jesus deve ser compreendida na mesma perspectiva que temos adotado até aqui: a presença evangélica em ambientes públicos; em clara uma demonstração de força por parte dos evangélicos. A Marcha é uma expressão de domínio, de tomada simbólica do poder, de declaração de posse através de “atos proféticos” e de “palavras proféticas”. Seguindo as antigas marchas de vitória nas cidades conquistadas, a Marcha para Jesus incorpora elementos simbólicos sociais, políticos e religiosos, ancorada na teologia do domínio e na

---

<sup>683</sup> Referimo-nos, a título de exemplo, aos adventistas, presbiterianos e testemunhas de Jeová. Todos estes grupos têm, indiscutivelmente, for presença social, através de seus templos, de suas escolas e de um consistente método de crescimento e proselitismo.

<sup>684</sup> Evangélicos fundamentalistas não reconhecem outros evangélicos como cristãos, nem mesmo outros evangélicos fundamentalistas. Assim, tratam de estabelecer quais grupos são reconhecidos como legitimamente cristãos e quais não. A maneira mais comum de tratar os demais é como “apóstatas”, “heresias” e “seitas”.

teologia da batalha espiritual<sup>685</sup>. É dentro dessa visão de mundo simbólica religiosa (cosmovisão) que se evidencia as teologias caras ao fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e a própria prática religiosa de declarar que uma cidade “pertence ao Senhor Jesus”. Para além de manifestação da cultura gospel, a Marcha se impôs como um palanque político de apresentação de candidatos e candidatas apoiados por líderes evangélicos na maior parte das cidades em que ela ocorre<sup>686</sup>.

Tradicionalmente, as religiões possuem seus lugares considerados sagrados. E, normalmente, estes lugares tomam a feição de templos em que, segundo os fiéis, a divindade se manifesta. Como facilmente observamos, a paisagem urbana – e mesmo rural – brasileira é tomada por templos religiosos com predomínio, na história nacional, de templos católicos romanos. Nas últimas década, porém, há uma multiplicação de templos evangélicos<sup>687</sup>, como uma característica da identidade religiosa evangélica e do mercado religioso brasileiro. Segundo Victor Araújo: “Em 2019, último ano da série analisada, foram abertas 6.356 Igrejas Evangélicas no Brasil, uma média de 17 novos templos por dia” (Araújo, 2023, p. 2). Os templos são parte da estratégia de poder evangélico de presença no espaço público, de sua prática, especialmente, quando se trata de megatemplos<sup>688</sup>. De acordo com Rita de Cássia Gonçalo Alves:

Neste contexto ideológico [de interesse pela cidade, do “espírito do capitalismo”, do neoliberalismo e do consumo], os templos e as igrejas passam mensagens que remetem à felicidade individual e à realização pessoal, possibilitando a atração dos fiéis (clientes) para a religiosidade. Eles apostam, então, na durabilidade e na estabilidade de suas práticas. Por isso, o megatemplo evangélico e seus serviços aparecem como formas bem-sucedidas dessa experiência evangélica na tarefa de motivar os fiéis na luta secular pela conquista do bem-estar. As igrejas aparecem como uma alternativa ao Estado e sua pretensa soberania [...] (Alves, 2023, p. 48).

---

<sup>685</sup> Conferir a seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas...”.

<sup>686</sup> Conferir a seção “3.3 Bolsonaroismo: a extrema direita (re)assume o poder”.

<sup>687</sup> Também, em se tratando de templos religiosos evangélicos são pentecostais e neopentecostais com maior projeção. Segundo Fernanda De Negri, Weverthon Machado e Eric Jardim Cavalcante: “[...] entre os 124.529 estabelecimentos religiosos existentes no país em 2021, 11% eram católicos, 19% de evangélicos tradicionais e 52% evangélicos pentecostais ou neopentecostais [...]” (Negri; Machado, Cavalcante, 2023, p. 6).

<sup>688</sup> Para Rita Alves: “[...] descrevo megatemplo enquanto espaço monumental de culto religioso acompanhado por um complexo de serviços. A formulação dessa categoria parte de uma hipótese: os evangélicos têm investido na implantação de espaços já prontos para que assim apareçam na cidade como modelos de referência em serviços, vínculos de urbanidade e legitimidade da religião cristã evangélica [...]” (Alves, 2023, p. 73).

Os templos são importantes construções de promoção da fé evangélica, de arrecadação e de venda (Oro, 1993) e de ação. O crescimento do número de templos evangélicos – facilitado pela Legislação brasileira de imunidade tributária – demonstra como eles têm sido bem-sucedidos em sua estratégia. À disponibilidade desses poderes – o econômico, o social e o midiático – precisa seguir uma prática estratégica de ocupação de espaços políticos e de implementação de um projeto de poder evangélico. Essas estratégias de ascensão ao poder fariam com que igrejas evangélicas se comportassem como um partido político. Apesar de uma possível disputa pela hegemonia midiática e na cena pública – já que na política eclesiástica interna os evangélicos, em suas múltiplas denominações, não possuem uma única liderança nacional –, segmentos evangélicos dominantes possuem uma orientação ideológica e uma estratégia comum de votação e de participação política. Frente às condições de crescimento que os evangélicos alcançaram nas últimas décadas, Edir Macedo e Carlos Oliveira se propuseram uma questão:

[...] o que falta aos cristãos para se estabelecerem politicamente? Na verdade, a resposta para essa pergunta é bastante complexa, mas podemos resumi-la: ações bem coordenadas, que começam a partir de uma conscientização política, estratégias, união em torno dessa nobre causa, que depende em parte dos líderes religiosos que estão à frente do rebanho de Deus.

Nessa causa, as questões ideológicas e doutrinárias denominacionais devem ficar à parte; do contrário, deixaremos de cumprir algo que é comum a todos nós, cristãos: executar o grande projeto de nação idealizado e pretendido por Deus [...] (Macedo; Oliveira, 2008, p. 53).

A fim de se estabelecerem politicamente, isto é, utilizar a política e o ambiente político democrático para promoção dos evangélicos, para reivindicações de pautas consideradas evangélicas e para implementação de um “projeto de nação idealizado e pretendido por Deus”, os cristãos evangélicos precisam superar suas divergências internas e passar a agir coordenadamente, o que envolve uma conscientização política evangélica – por conscientização política evangélica compreendemos a conscientização política a partir da cosmovisão evangélica, isto é, da perspectiva da prática evangélica dominante –, estratégias de ação, união em torno de determinados nomes elegíveis<sup>689</sup>, se comportando como partido político. Esse

---

<sup>689</sup> Lideranças evangélicas projetavam um crescimento de 30% da Bancada Evangélica no Congresso Nacional nas Eleições de 2022: “A Frente Parlamentar Evangélica está sob nova direção e terá uma meta para este ano eleitoral: aumentar para 30% sua presença no Congresso, o que acrescentaria em

processo deve ser mediado pelas lideranças religiosas. São as mesmas lideranças religiosas que interpretam qual é o projeto de nação idealizado e pretendido pela divindade<sup>690</sup>; e são elas as principais responsáveis pela prática dominante.

O segundo aspecto essencial para o crescimento das igrejas é o *trabalho voluntário*. Mesmo que, tradicionalmente, clérigos recebam o subsídio<sup>691</sup>, nas comunidades periféricas das grandes cidades ou no interior do país, leigos com funções clericais realizam trabalho não remunerado. O trabalho não pago é um dos segredos do crescimento de centenas de igrejas. As pessoas que se envolvem na agenda das igrejas locais, nos serviços oferecidos pelas instituições religiosas ou nas organizações paraeclesiais, principalmente, naqueles em torno da evangelização, contribuem não apenas financeiramente, com dízimos e com ofertas, mas, sobretudo, com o tempo disponibilizado a serviço da organização religiosa. O discurso religioso de “trabalhar na obra de Deus” é o principal argumento de legitimação e de mobilização. Mesmo em perspectiva teológica havia uma distinção entre “trabalhar para Deus” e promover o crescimento de uma instituição religiosa através do trabalho voluntário, da dedicação à organização religiosa. Pastores-empresários fazem questão de misturar as coisas operacionalizando um discurso político-religioso em que trabalhar pela instituição religiosa é a mesma coisa que realizar a “obra de Deus”.

O ciclo virtuoso das instituições eclesiais – ou a engrenagem empresarial da religião – evidencia que os(as) pastores(as) que detêm o poder material detêm o poder ideológico. Apesar de nos referirmos às igrejas, estas instituições eclesiais, dentro daquilo que surgiu com a teologia da prosperidade e com o neopentecostalismo, estamos nos referindo efetivamente aos seus proprietários. Os interesses privados estão intimamente articulados aos interesses eclesiais. Afirmamos que as igrejas que surgiram com a teologia da prosperidade e com o neopentecostalismo têm donos. Seus “[...] fundadores se desdobram em viagens pastorais e exercem um rigoroso controle ideológico e administrativo-

---

torno de 40 deputados aos 115 membros da atual bancada, e 11 senadores aos 13 já lá.” Em resposta à jornalista Anna Virginia Balloussier sobre qual a expectativa para o pleito de 2022, Sóstenes Cavalcante (DEM – RJ), recém-eleito presidente da Frente Parlamentar Evangélica, respondeu: “A principal dedicação neste ano será traçar uma estratégia com os colegas para finalmente chegar ao tamanho que temos no país, 30%. Ainda nos falta fidelizar mais votos do segmento” (Balloussier, 2022).

<sup>690</sup> Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

<sup>691</sup> Utilizando uma expressão bíblica (“o trabalhador é digno do seu salário”) legitimam os ganhos financeiros, exercendo a função sacerdotal. De outro lado, escondem que Jesus de Nazaré e os primeiros cristãos missionários itinerantes viveram de ofertas e do próprio trabalho.

financeiro sobre as igrejas e pastores que se encontram sob o seu poder [...]” (Oro, 1993, p. 303). Normalmente, o pastor (presidente ou fundador) detém a palavra final. Afirmamos, também, que estes pastores(as) ao deterem a riqueza material detêm a riqueza ideológica. Os abundantes recursos financeiros que dispõem oportunizam que se apresentem como referências de sucesso e de prosperidade dentro dos círculos eclesiais. Como alcançaram o *status* de prósperos e de bem-sucedidos, aquilo que eles falam é ouvido. Suas práticas determinam outras práticas eclesiais por parte daqueles que os reverenciam. Um terceiro aspecto a ser afirmado é que estes pastores(as) são os maiores beneficiados com a engrenagem eclesial da prosperidade: “[...] Na religião, são os empreendedores da empresa religiosa e suas instituições quem mais tira proveito das benesses ou sacrifícios dos clientes” (Queiroz, 2013a, p. 27). Os dízimos e ofertas entregues à divindade estarão disponíveis aos líderes religiosos. Rosa Luxemburgo foi assertiva: “As enormes riquezas acumuladas pela Igreja, sem qualquer esforço de sua parte, vêm da exploração e da pobreza do povo trabalhador [...]” (Luxemburgo, 2015, p. 42). O que se entrega à divindade é recebido pelo sacerdote.

Não demorou para que lideranças religiosas brasileiras passassem a aparecer em *rankings* internacionais de riqueza<sup>692</sup>. Apesar de se tratar de um fenômeno relativamente recente no Brasil, é comum nos Estados Unidos, berço da teologia da prosperidade<sup>693</sup>, que lideranças religiosas ostentem uma vida de luxo e de riqueza, como sinal mesmo da bênção da divindade. A comprovação de uma vida abençoada está na suntuosidade, na pompa, na opulência: nas ações de descer do helicóptero ou do jatinho e entrar em um carro importado, um entre tantos na garagem; em usar cordões, pulseiras e relógios de ouro; em adereços de diamantes e de pedras preciosas usadas pelas esposas; em mansões no Brasil e no exterior. Luxo, ostentação e riqueza se tornaram convites à fé evangélica da prosperidade, uma

---

<sup>692</sup> Segundo Revista Forbes, em matéria assinada por Anderson Antunes, a “Religion has always been a profitable business. And if you happen to be a Brazilian evangelical preacher, chances of hitting a heavenly jackpot are actually pretty high these days” (Antunes, 2013). Parte-se de uma constatação objetiva: a religião é uma fonte de riqueza, ainda mais, se for um pregador evangélico no Brasil. A matéria descreve, objetivamente, o crescimento do número de evangélicos, chegando a 42,3 milhões de pessoas. De acordo com a reportagem, o que explica o domínio dos evangélicos no cenário religioso brasileiro é justamente “[...] is their belief that material progress results from God’s favor [...]”. Assim, o sucesso das igrejas brasileiras estaria – estamos em acordo com estas afirmações – na propagação da Teologia da Prosperidade, aliada ao crescimento econômico brasileiro, que oportunizaria maior contribuição, expressando-se no crescimento das próprias igrejas e transformando “alguns líderes em multimilionários”.

<sup>693</sup> Conferir a seção “4.2.1 Teologia da Prosperidade e Teologia da Batalha Espiritual...”.

comprovação de sua eficiência. Como as instituições religiosas estão estruturadas no Brasil – e protegidas pela Constituição Federal de 1988 – o resultado não poderia ser outro senão o patrimônio e a fortuna de algumas dezenas de apóstolos, de bispos, de pastores, de patriarcas<sup>694</sup> às custas da fé do povo pobre.

Como se observa, alguns pastores(as) acabam construindo, através do discurso religioso, verdadeiros impérios econômicos<sup>695</sup>. É preciso enfatizar que as conquistas políticas, os instrumentos midiáticos, como rádios e redes de televisão, as gráficas e gravadoras, os templos, tudo, absolutamente tudo, converge a um objetivo: fazer dinheiro. Algumas lideranças religiosas parecem fazer questão de exibir a imponência e a luxuosidade de seus templos – santuários religiosos que a si pertencem –, a fim de angariar mais ofertas e dízimos, capazes de escandalizar os primeiros seguidores do Nazareno<sup>696</sup>. Como demonstrado anteriormente, número de membros significa maior arrecadação e maior arrecadação, maior número de membros, em um círculo contínuo de geração de riqueza, própria do capital, em que mercadoria se transforma em dinheiro, na relação entre capitalismo e religião.

A aparente contradição entre discurso religioso e prática religiosa deve ser compreendida à luz da teoria que temos nos referendado. A práxis social constitui o critério da verdade social (Marx; Engels, 2007). Como bem lembrou Georg Lukács, “[...] a exatidão ou inexatidão do reflexo teórico da realidade objetiva, que existe independentemente da nossa consciência, ou melhor, o grau de nossa aproximação dela, comprova-se na prática, pela prática [...]” (Lukács, 2020, p. 25). Por isso que nossa crítica não deve se concentrar no caráter demagógico dos discursos religiosos e, sim, no conteúdo social da religião. Não nos interessa a moral religiosa, senão os interesses religiosos. O que precisamos considerar, fundamentalmente, é que a religião possui uma *prática*. Mais do que qualquer elaboração teológica da religião, precisamos observar e perceber a prática religiosa, a prática que origina ideias religiosas, a prática que é consequência destas ideias religiosas originadas pela

---

<sup>694</sup> Logicamente, há uma imensa quantidade de pastores e pastoras que vive modestamente e, com os demais brasileiros e brasileiras, com muito sacrifício. Entretanto, mesma para eles, a ideologia religiosa hegemônica permanece a mesma: a prosperidade como bênção da divindade. Neste caso, o sacrifício é duplo: o sacrifício mesmo de sobreviver e a culpa religiosa por uma sobrevivência tão difícil.

<sup>695</sup> Além dos mencionados na *Forbes*, é possível acompanhar o enriquecimento de outros vários pastores e pastoras (Castro, 2023).

<sup>696</sup> Parece-nos que três elementos foram abandonados pelos cristianismos: a unidade na diversidade, isto é, as milhares de divisões entre os cristianismos; a relação com o dinheiro e o acúmulo de riquezas; o serviço ao império e as relações com os poderes estatais.

prática religiosa. São expressões dialéticas entre produção e reprodução social da religião. Ao considerarmos a prática eclesiástica, mais precisamente, a prática das lideranças eclesiásticas, devemos refletir que esta prática, apesar de conter em seu discurso um certo tom de mudança, é uma prática puramente conservadora, no máximo reformista que, apesar de apelar em determinadas ocasiões muito específicas para a solidariedade e o amor fraternal, compreende em sua essência que seu papel social é manter as coisas exatamente como elas estão. A transformação individual em círculos religiosos não traz como consequência transformações sociais profundas.

A prática religiosa incide, direta e indiretamente, sobre a vida das pessoas. Esta incidência é mais do que uma influência; é controle objetivo e subjetivo. Ao apresentar como única alternativa a ética e a estética religiosas, resta ao indivíduo apenas a obediência aos preceitos religiosos, sejam a discursos puramente teológicos ou a enunciados comportamentais. Através de sua organização interna a instituição religiosa impõe suas regras de agir, de falar, de pensar e de sentir. Em termos definidos significa uma prática orientada ao pensamento e à moral, ao intelecto e à paixão. O comportamento pode ser copiado, mimetizado ou reproduzido. Mesmo que alguém se expresse nos termos de “achar bonito” ou “ser o correto” ou “valores fundamentais”, tais comportamentos objetivam aceitação no grupo social religioso ou aceitação por parte da divindade, como interpretada pelo grupo social religioso. Uma coisa está relacionada à outra. A cobrança por um comportamento definido, seja no espaço privado ou público, acontece através de um longo e consistente processo de formação objetiva e subjetiva. As condições objetivas da instituição religiosa devem oferecer as condições para a formação subjetiva: cânticos, celebrações, células, conferências, congressos, cultos, encontros, escola dominical, estudos bíblicos, palestras, pequenos grupos, pregações, seminários, sermões etc. atuam no mesmo objetivo. Em algumas situações, explicitamente<sup>697</sup>, em outras, de maneira sutil<sup>698</sup>.

Toda religião é prática, porém, uma prática invertida. Ao se dedicar “ao Deus dono do ouro e da prata” um “dízimo” que poderia ser oferecido a uma pessoa pobre, há uma inversão na ordem de prioridades, em que as necessidades humanas

---

<sup>697</sup> A Bandeira Nacional do Brasil está no altar ao lado da Bandeira do Estado de Israel. O tema do culto é “a favor da família tradicional” e toda a celebração faz referência ao número “17” e ao “candidato da igreja: Jair Messias Bolsonaro”. Há um clima geral de assédio pelo voto dos membros da congregação.

<sup>698</sup> No meio da celebração, o dirigente convida a interceder pela nação brasileira, afirmando: “Crente de verdade não vota em partido comunista”. É de conhecimento público que existem apenas duas possibilidades: votar no Partido Social Liberal (PSL) ou votar no Partido dos Trabalhadores (PT).

(reais) são transferidas a uma entidade espiritual, que não precisa de comida, de água, de roupas ou de abrigo. Ainda que houvesse um rio de caridade por parte das instituições religiosas, ele secaria, porque não trataria das causas que produzem a pobreza<sup>699</sup>. As ações religiosas, como práticas invertidas, são ações políticas. Inicialmente, porque os templos fazem parte das cidades, pertencem aos seus habitantes. Depois, porque a religião e sua prática não se dão nos limites dos templos<sup>700</sup>. No entanto, substancialmente, porque a prática religiosa é uma prática política. E, quanto mais presente do espaço público, mais política é a religião. Então, uma religião que não se contenta com símbolos sacros em espaços públicos, com praças da Bíblia, com dias santos, com emissoras de rádio, tevês e mídias sociais, com uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados, com um “juiz terrivelmente evangélico” no Supremo Tribunal Federal, só pode ser uma religião política.

A força ideológica religiosa é também uma força material, em relação dialética. Não no sentido, claro, de que a ideologia cria, abstratamente, a realidade e, sim, que a ideologia religiosa move as pessoas, e estas, fazem as coisas acontecerem. Como estão ideologicamente comprometidas com a religião, por exemplo, devolvem o dízimo, fazem ofertas e doações, levantam templos, dão audiência a determinados programas, se inscrevem em certos canais, que acabam, por fim, realimentando a ideologia. A materialidade subsidia a ideologia que, por sua vez, alimenta a materialidade. Neste sentido, devemos tomar, novamente, a chave de Engels e de Marx: a classe que é a força material dominante é a força espiritual dominante (Marx; Engels, 2007). Como as igrejas detêm um grande poder material (econômico), logo, transformam este poder em espiritual (ideológico). Os recursos econômicos lhes permitem ser uma fábrica de formação ideológica. Todas as congregações, por assim dizer, contribuem a um mesmo objetivo; as classes trabalhadoras e empobrecidas, resultado da linha de produção religiosa-ideológica, o fazem dentro de suas possibilidades. Porque a ideologia dominante é a ideologia que favorece à classe dominante (Marx; Engels, 2007). Essas igrejas têm grande capilaridade; um exército de fiéis acríticos, dóceis, obedientes, praticantes.

---

<sup>699</sup> Rosa Luxemburgo (2015) demonstrou como a distribuição caridosa de riqueza excedente por parte dos ricos cristãos não elimina a pobreza e nem acaba com a desigualdade. Segundo a autora, e parte através do discurso da caridade, “[...] Os primeiros cristãos acreditaram que podiam remediar a pobreza do proletariado por meio das riquezas oferecidas pelos possuidores. Isso seria como peneirar água! O comunismo cristão foi não só incapaz de mudar ou melhorar a situação econômica, como não promoveu sua substituição” (Luxemburgo, 2015, p. 25).

<sup>700</sup> Daí, uma série de obras teológicas sobre “missão urbana”.

A prática religiosa é marcadamente idealista. Sua perspectiva discursiva de transformação social se restringe à perspectiva escatológica de uma iminente, porém futura, intervenção da divindade na história. O apelo da teologia da prosperidade para que se dê o primeiro passo de fé, para ousar e agir, não trazem maiores consequências sociais do que mobilizar indivíduos isolados. A interpretação religiosa da teologia da prosperidade da recepção de uma bênção, à qual se deve aguardar com fé perseverante, apesar de abrir ao fiel certa perspectiva de futuro, o coloca também em uma condição de expectativa e de ansiedade, circunscritas à interpretação religiosa de sua situação, nos limites da prática religiosa. O apelo da teologia fundamentalista não é pela transformação radical da sociedade, é uma convocação moral à guerra cultural, à defesa de valores fundamentalistas, e à prática conservadora e reacionária. De fato, a prática das lideranças religiosas – como temos delineado até agora – é uma prática que se circunscreve nos limites da compreensão religiosa, que reside na prática religiosa e, dialeticamente, em um discurso religioso amparado pela prática religiosa.

#### *4.3.2 Crescimento e função social do fundamentalismo religioso evangélico.*

Finalmente, resta-nos concentrar nossas considerações a respeito da função social do fundamentalismo religioso nas sociedades contemporâneas. Como expressou Ivo Oro: “[...] Uma atividade religiosa contribui não apenas para dar um sentido à vida das pessoas, mas também para reproduzir determinada função social que, em geral, reforça a manutenção da continuidade estrutural [...]” (Oro, 1996, p. 139). Teríamos, de acordo com o autor, duas características principais: a primeira delas é a perspectiva de sentido. A linguagem da religião e os signos religiosos, através da racionalização da religião e de seus signos, de toda a estrutura religiosa, da compreensão da vida e da existência humanas, da mobilização dos sentimentos e das emoções, propõe respostas (religiosas) à vida dos indivíduos singulares. De igual forma, queremos dizer, mobilizando sentimentos e emoções através da estrutura religiosa, teríamos, em segundo lugar, que a religião reforça a continuidade estrutural social. Daí o forte componente conservador e tradicional das religiões hegemônicas e dominantes – mesmo que em seu interior possam ser encontrados “grupos proféticos” pela transformação social e por mudanças no interior destas religiões.

É provável que tenhamos, nas periferias, cultos que respondam às realidades do povo, de forma simbólica e afetiva, através da linguagem religiosa. Há certos elementos indiscutíveis: (i) as periferias são compostas por pessoas mais empobrecidas, mais exploradas, sendo possível, inclusive, perceber que em sua maioria é formada por mulheres e por negros e negras, que dependem, predominantemente, da venda da força de trabalho ou da aposentadoria pelo tempo de trabalho. E são justamente as pessoas que moram nas periferias que frequentam estes templos<sup>701</sup>; (ii) pessoas cujos arranjos familiares não correspondem em nada ao discurso da “família tradicional brasileira” de pai, mãe e dois filhos; (iii) os templos estão presentes nas periferias, seja por certa facilidade de sua implantação ou pelo impulso evangelizador. Não deixa de existir, portanto, uma disputa religiosa nas periferias já que estes templos pertencem a diversas perspectivas protestantes, pentecostais e neopentecostais. Mesmo que a teologia seja uma reverberação da teologia dominante, a arrecadação é individual; (iv) frente a um contexto de exploração, de ausência do Estado e de violência urbana, os templos oferecem uma certa sociabilidade; (v) os evangélicos crescem neste ambiente periférico assumindo a identidade religiosa evangélica que é, como temos insistido, de matriz cristã fundamentalista. A mesma forma religiosa que apresenta um sentido à vida das pessoas, reforça a manutenção da ordem social da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado como relação predominante de trabalho e da concentração e da expropriação de renda e da riqueza.

A precarização da vida – das condições objetivas de existência – resulta em uma precarização de tudo aquilo que é relativo ao ser social, sua sobrevivência e suas relações sociais. Nesse contexto cultural-religioso miséria real e miséria intelectual se encontram. O que ocorre através das condições contemporâneas de trabalho “[...] não seria apenas ‘precarização do trabalho’ no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, ‘precarização do homem que trabalha’, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico [...]” (Alves, 2011a, p. 2). O estranhamento do trabalho – das relações sociais do trabalho abstrato – é o estranhamento de si mesmo e do gênero humano. Uma vida parcial ou

---

<sup>701</sup> De acordo com pesquisa do *Datafolha* realizada entre 5 e 6 de dezembro de 2019, o perfil dos evangélicos no Brasil é: 58% são mulheres (entre pentecostais é de 69%); 59% de pretos e pardos; 19% de jovens entre 16 e 24 anos; 16% de idosos (acima de 60 anos); metade dos evangélicos ganha até 2 salários-mínimos (Balloussier, 2020).

totalmente precarizada, alienada, conduz à precarização das emoções e dos sentimentos<sup>702</sup>. A agressividade contida ao longo do dia para não perder o emprego... As explosões de raiva e os picos de ansiedade... Possivelmente, o ambiente em tudo isso desague seja o lar, isto é, a família. Não podemos esquecer que a família moderna é a família de relações mediadas pela mercadoria. Neste contexto geral, as igrejas oferecem abrigo; elas criam certo ambiente familiar em que os papéis são mais definidos. Não por acaso que uma das imagens mais idealizadas da religião é de uma família – “a família de Deus” –, em que as pessoas vivem em fraternidade – “como irmãos”. Oferecer certa sociabilidade de atenção e de cuidado significa uma agenda de cultos e de atividades àquelas pessoas que não têm alternativas de cultura e lazer; bem como um certo apoio social e econômico, quando necessário<sup>703</sup>. Parece-nos evidente o crescimento do fundamentalismo religioso evangélico brasileiro<sup>704</sup>. O crescimento número é um argumento à prática política:

Insistimos em que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal. Mas essa potencialidade depende de cultura cívica, conscientização, engajamento e mobilização. Essa é a fórmula da participação determinante (Macedo; Oliveira, 2010, p. 25).

Em geral, as igrejas que crescem são as pentecostais e as neopentecostais, afinadas aos discursos de prosperidade, de batalha espiritual e de domínio. Uma consequência deste crescimento é descrita por Carlos Cunha: “Os evangélicos fundamentalistas vêm crescendo tanto nos últimos anos que têm contribuído para a exacerbação do ultraconservadorismo na sociedade brasileira [...]” (Cunha, 2020, p. 1154). O espraiamento do ultraconservadorismo na sociedade brasileira é resultado da intensificação do fundamentalismo religioso. Em vista desta

---

<sup>702</sup> Conferir a seção “2.3.2 Neoliberalismo e subjetividade: o ser humano a serviço da...”.

<sup>703</sup> Em entrevista a Bruno Lupion, *Deutsche Welle Brasil*, Juliano Spyer afirmou acerca do crescimento das igrejas evangélicas entre as camadas populares: “[...] há uma rede de ajuda mútua: quando o marido fica desempregado e se arruma emprego, o filho se envolve com drogas e encontra um lugar para ser tratado, o marido que batia na mulher encontra caminhos para negociar uma harmonia em casa. É um estado de bem-estar social informal.” (Lupion, 2020). Precisamos pensar esta questão em paralelo ao crescimento de religiões em contextos de ausência do Estado, como mencionamos há alguns parágrafos.

<sup>704</sup> A constatação de Paulo Augusto de Souza Nogueira é “[...] que o fundamentalismo e a sua leitura bíblica são uma das principais vozes dentro do protestantismo nacional [...]” (Nogueira, 2002, p. 32).

realidade, devemos nos perguntar<sup>705</sup>: O que o crescimento do fundamentalismo religioso evangélico revela sobre a sociedade brasileira como um todo? O que o crescimento do fundamentalismo aponta nas regiões do Brasil em que ele mais cresce? O que a adesão de centenas de milhares de pessoas indica sobre elas mesmas e sobre os grupos religiosos fundamentalistas? Brenda Carranza questiona: “[...] Será que a insistência dos grupos fundamentalistas em recuperar a tradição não é um ‘pisca-pisca’ que alerta sobre o tipo de valores comunitários que estão sendo oferecidos pelas próprias instituições religiosas?” (Carranza, 2009, p. 162).

Nessa perspectiva reflexiva, resgatar uma visão positiva das reações fundamentalistas traz para a própria vivência religiosa uma auto-reflexão, ora para aqueles que têm a responsabilidade de zelar pela tradição, doutrina, rituais, ora para os fiéis leigos. Ela repõe o desafio de pensar: quais fibras íntimas o fundamentalismo toca, que necessidades preenche, que afinidades desperta para arrebanhar tantos adeptos, nas diversas geografias [...] (Carranza, 2009, p. 162).

Caro e Fediakova (2000) consideram que tradições latino-americanas de comunitarismo, de centralismo e de autoritarismo são condições favoráveis ao estabelecimento de fundamentalismos. De acordo com Müller-Fahrenheit (1992), em experiências de “fim do mundo” o fundamentalismo oferece uma resposta. E não são poucas as experiências de profundas crises em terras latino-americanas. O autor considera a respeito da América Latina que a própria recepção do evangelho pela via do protestantismo de missão norte-americano, o depauperamento econômico das sociedades, a desintegração cultural tradicional e o êxodo rural como fatores influentes nos processos de alienação e de deculturação.

Em tal situação de depauperamento econômico-social e perturbação emocional, a mensagem fundamentalista oferece um refúgio bem-vindo. A mensagem vista sob o aspecto estrutural assemelha-se ao apocalipsismo norte-americano. Também aqui figuram, propriamente, como autores Cristo e o Anticristo, mas os pobres já não constituem apenas as vítimas anônimas. Ao contrário, a eles se promete, em troca de conversão e santificação, uma nova vida sempiterna (Müller-Fahrenheit, 1992, p. 32).

A América Latina tem sido um palco privilegiado das crises culturais, de crises econômicas, de crises políticas e de crises sociais. Tanto que é mais fácil anotar os poucos períodos não turbulentos neste subcontinente e, ainda assim, pensando

---

<sup>705</sup> Brenda Carranza levanta questões semelhantes: “[...] o que revela esse fenômeno da nossa sociedade? O que estão sinalizando? [...]” (Carranza, 2009, p. 161). Em sua análise, ela considera diversos movimentos fundamentalistas pelo mundo.

apenas na maioria dos países. Os períodos democráticos são interrompidos por ditaduras e por crises econômicas. Contraditoriamente, a própria religião tem sido um elemento catalisador ou aglutinador de algumas destas crises, especialmente, com movimentos fundamentalistas religiosos. Neste particular, estamos nos referindo à Bolívia e ao Brasil: duas nações em que movimentos fundamentalistas religiosos tiveram um papel decisivo em anos recentes. O discurso fundamentalista seria um tipo de resposta frente às contingências e às dores da vida. Júlio Zabatiero (2008) fala em “sedução” do fundamentalismo.

Ivo Oro, a partir de F. Houtart, considera que o fundamentalismo se coloca como alternativa social por três vias: primeiro, por meio de “[...] uma busca de vivência comunitária [...]”; segundo, “[...] a busca de um sentido para a vida [...]”; e a terceira, “[...] a busca de princípios éticos estáveis e claros [...]” (Oro, 1996, p. 152-153). Parece-nos bastante adequadas estas descrições de vida em comunidade, de sentido à vida e de uma exigência ética por parte da religião. Frente às crises que circundam a própria existência humana em sociedade os fundamentalismos emergem. Esta é uma das respostas de Ivone Gebara: “[...] O sucesso dessas igrejas é a expressão da crise política e da crise do humanismo na qual vivemos em nível mundial [...]” (Gebara, 2006, p. 52). Estes movimentos religiosos se apresentam com uma explicação religiosa da vida, apelando a forças mais poderosas do que o ser humano e, frente as quais, os indivíduos devem tomar posição a fim de uma sobrevivência mínima.

Parece-nos que há um projeto em curso de estabelecer o fundamentalismo religioso na América Latina. O Protestantismo missionário que chegou ao Brasil veio dos Estados Unidos, portanto, como indicamos, modificados naquilo que se convencionou chamar de “religião americana”. Os protestantismos europeus parecem mais estabelecidos frente à pluralidade das sociedades contemporâneas, inclusive, à pluralidade religiosa, com dezenas de centenas de expressões dentro do cristianismo; afeitos à necessidade do Estado de Bem-estar, com presença e intervenção do Estado na vida social e econômica; cientes da divisão entre Igreja e Estado, apesar de manter igrejas estatais; defensores dos direitos humanos, como um código conquistado com o advento da modernidade; atentos à ciência, ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico; o berço da modernização da teologia; um Protestantismo que, diríamos, secularizado e humanista, naquilo que é possível a uma religião. Dialeticamente, e considerando que há singularidades e particularidades

entre os protestantismos europeus que guardam certa tensão naquilo que acabamos de escrever, é um protestantismo menos apegado à religião, às instituições religiosas, às celebrações religiosas, àquilo que podemos chamar de “vida religiosa”.

De acordo com Marx: “[...] O assim chamado Estado cristão, em contrapartida, comporta-se politicamente para com a religião e religiosamente para com a política [...]” (Marx, 2010c, p. 43). O protestantismo de missão norte-americano que se estabeleceu no Brasil não é resultado apenas de um projeto religioso. Pode ter sido *apenas* religioso em suas origens, com os primeiros imigrantes (protestantismo de imigração), porém, não demorou até se manifestar seu projeto de poder político através do protestantismo de missão e do pentecostalismo. Julgamos que o fundamentalismo religioso é uma forma ideológica político-religiosa de exportação dos Estados Unidos. Considerando a agressividade política do movimento fundamentalista, Marty escreve:

[...] Construindo alianças com alguns países mais moderados conservadores evangélicos, eles se organizaram para buscar poder político. Depois de 1980 eles se tornaram muito influentes entre os republicanos. Quase ao mesmo tempo, forças idênticas, embora menos politizadas, ganharam terreno no protestantismo canadense e, finalmente, na América Latina e em outros países para onde os Estados Unidos têm enviado missionários [...] (Marty, 2001, p. 600, tradução livre).<sup>706</sup>

Sublinhamos que os missionários enviados dos Estados Unidos são, prioritariamente, fundamentalistas. As próprias agências missionárias se orientavam pela formação fundamentalista<sup>707</sup>. Gouvêa Mendonça constatou que o espírito do protestantismo de missão no Brasil tinha vocação ao fundamentalismo. A conclusão do autor no final do século passado era que “[...] a mentalidade típica do protestante de hoje mostra o forte colorido do fundamentalismo [...]” (Mendonça, 1990b, p. 143). Ou seja, segundo o autor: “O protestantismo no Brasil é produto de uma teologia que veio se cristalizando a partir do primeiro missionário que aqui chegou [...]” (Idem). A rigor, o evangelho fundamentalista se confunde com os valores norte-americanos, assim como a teologia da prosperidade é uma expressão ideológica do

<sup>706</sup> “[...] Building alliances with some more moderate evangelical conservatives, they have organized to seek political power. After 1980 they became very influential among the Republicans. About the same time identical, although less politicized, forces gained ground in Canadian Protestantism and, finally, in Latin America and other countries where the United States has been sending missionaries [...]”.

<sup>707</sup> As agências missionárias, enquanto braços missionários do fundamentalismo religioso, encarnam o espírito do fundamentalismo: proclamam uma mensagem de conversão individualista, o messianismo de espera (Mendonça, 1990a, p. 57), o sentimentalismo como prova de conversão, as doutrinas fundamentalistas da inspiração e da revelação e, em geral, o dispensacionalismo pré-milenista.

neoliberalismo. O fundamentalismo religioso possibilita essas identificações ideológicas porque ele mesmo é uma ideologia que guarda seus valores.

Podemos afirmar que a ideologia fundamentalista religiosa cristã evangélica perpassa praticamente todas as principais denominações evangélicas brasileiras. O discurso religioso fundamentalista está presente em igrejas históricas, em igrejas pentecostais e em igrejas neopentecostais<sup>708</sup>. A ideologia religiosa fundamentalista torna as fronteiras denominacionais fluidas, superando as divisões tradicionais em torno de igrejas nacionais, de dogmas religioso e de poder. Os três aspectos permanecem, no entanto, agora modificados pelo fundamentalismo religioso: uma religião que expressa a cultura religiosa norte-americana, alicerçada nos dogmas fundamentalistas e com estratégias e objetivos de poder. Por isso que tantos líderes religiosos e tantas igrejas cristãs apresentam os mesmos discursos de dispensacionalismo, de teologia da batalha espiritual, de teologia do domínio e de teologia da prosperidade. É uma ideologia religiosa hegemônica que se apresenta como uma teologia hegemônica evangélica brasileira que se originou nos EUA.

Na gênese dessa formação religiosa fundamentalista está um espírito ora conservador, ora reacionário. A matriz da fábrica de convertidos e convertidas é, em geral, contrária ao esclarecimento e à cultura. Entre aqueles que alcançam formação superior, mesmo em nível de pós-graduação, permanece uma percepção negativa do ser humano e da ciência – o ser humano como essencialmente pecador e a ciência que importa é a que fundamenta a fé. Mais ainda, em geral, tais pessoas não conseguem compreender a religião a partir dos estudos que tiveram oportunidade de fazer. Um linguista cristão, que se apegava à sacralidade dos textos considerados sagrados mais que tudo, tem dificuldade de ver ali os gêneros literários, textuais e a intenção política por trás das narrativas sagradas e da manipulação dos textos sagrados. A leitura dos textos sagrados permanece circunscrita ao mesmo simulacro da religião. Em geral, dentro das igrejas evangélicas, a cultura e a modernidade são compreendidas como tentação e como investida do diabo para afastar os crentes da fé, enfraquecer ou esfriar a fé. É preciso passar pela universidade, sem deixar que a universidade passe por si.

---

<sup>708</sup> Acerca da diferença entre históricos, pentecostais e neopentecostais remetemos à seção “4.1.1 Para entender Babel: de que estamos falando quando...”.

No discurso político contemporâneo política e religião se confundem. Quanto mais religiosa for uma nação, mais os políticos utilizarão o discurso religioso e manipularão os símbolos religiosos. Observando a conduta de presidentes norte-americanos, Juan José Tamayo afirmou que estávamos “[...] assistindo ao despertar violento do *imperialismo* com um discurso e umas práticas que beiram o fundamentalismo [...]” (Tamayo, 2005, p. 3, tradução livre)<sup>709</sup>. Tamayo indica que o imperialismo atual pertence ao capitalismo global e que seus fiéis guardiões são o governo dos Estados Unidos e o seu exército (2005, p. 3). Em outra oportunidade, o autor escreveu:

O fundamentalismo religioso não se encerra em uma bolha. Geralmente, associa-se com outros fundamentalismos de caráter político, econômico, cultural e social, com quem estabelece alianças para defender com mais eficácia o etnocentrismo cultural, uma moral repressiva, a tendência às exclusões por razões de etnia ou raça e uma concepção religiosa restauracionista. Utiliza a religião de maneira instrumental para seus fins expansionistas e para seus interesses hegemônicos [...] (Tamayo, [s.d.], p. 2, tradução livre)<sup>710</sup>.

Apesar de seu caráter marcadamente religioso, o fundamentalismo religioso não se encerra em si mesmo, não está circunscrito à esfera da religião. Geralmente, como afirma Tamayo, o fundamentalismo religioso se associa a outros fundamentalismos. O autor nos oferece importante pista para compreendermos o fundamentalismo religioso no espaço público. Outros fundamentalismos instrumentalizam o fundamentalismo religioso, quer dizer, a religião fundamentalista, para fins expansionistas e para interesses hegemônicos. Esta percepção pode ser observada no Brasil em que o fundamentalismo religioso fez parte de um consórcio de poder e esteve ao lado de agendas da extrema direita, de judicialistas, de militaristas e de neoliberais<sup>711</sup>. Para Tamayo, a associação de fundamentalismos

<sup>709</sup> “[...] asistiendo a un despertar violento del imperialismo con un discurso y unas prácticas rayanas en el fundamentalismo [...]”. Tamayo prossegue refletindo: “[...] O império, que se apresenta com expressões eufemísticas como “império da paz”, “império da liberdade”, “império democrático”, etc. encarna a síntese de todos os fundamentalismos: o político, o econômico, o cultural e o religioso [...]” (Tamayo, 2005, p. 3) “[...] El Imperio, que se presenta con expresiones eufemísticas como ‘imperio de la paz’, ‘imperio de la libertad’, ‘imperio democrático’, etc., encarna la síntesis de todos los fundamentalismos: el político, el económico, el cultural, el económico y el religioso [...]”.

<sup>710</sup> “El fundamentalismo religioso no se encierra en una burbuja. Suele asociarse con otros fundamentalismos de carácter político, económico, cultural y social, con quien establece alianzas para defender con más eficacia el etnocentrismo cultural, una moral represiva, la tendencia a las exclusiones por razones de etnia o raza y una concepción religiosa restauracionista. Utiliza la religión de manera instrumental para sus fines expansionistas y para sus intereses hegemónicos [...]”.

<sup>711</sup> Conferir a seção “3.3.1 Consórcios pelo poder: a estranha e complexa trama do bolsonarismo”.

depende do etnocentrismo cultural, da moral repressiva, da tendência a exclusões e da concepção religiosa reconstrucionista. Em nossas terras, o etnocentrismo e a exclusão por etnia ou raça se apresentam na centralidade do homem branco ou da mulher branca. Até a religião do negro é amaldiçoada. Todavia, o reconstrucionismo não é em direção à prioridade da religião católica para restaurar a nação – não que talvez certos católicos fundamentalistas não sonhem com isto –, e sim que os evangélicos fundamentalistas assumam o lugar que um dia pertenceu ao catolicismo. De acordo com Magali Cunha, estamos diante de

[...] uma agenda fundamentalista eficaz na região [latino-americana], com grande capital econômico e político, fruto de seu capital religioso, que tem conseguido obstaculizar direitos conquistados pelas mulheres e pela comunidade LGBTI+, confrontar sistemas judiciais nacionais, influenciar e, em alguns casos, desestabilizar democracias (Cunha, 2020, p. 5).

O movimento fundamentalista assume uma caracterização de uma colonização através da religião. Primeiro, porque (i) o fundamentalismo surge em uma nação colonialista. Os Estados Unidos são resultado de um processo violento de colonização e se tornaram, ao longo do século XX, uma nação colonialista, a utilizar direta e indiretamente a colonização como uma estratégia de dominação imperialista. Em segundo lugar, (ii) a própria religião incentiva evangelização e o proselitismo. E estas palavras ganham, para fundamentalistas, um sentido muito peculiar. Não conseguem diferenciar uma coisa de outra: só existe evangelização quando há proselitismo. A longo da história é inegável a instrumentalização do cristianismo – tanto católico romano quanto protestante – por parte de interesses colonialistas. O que nos conduz ao terceiro aspecto: (iii) a própria religião pode se tornar um instrumento de difusão da ideologia da classe dominante. Penso termos demonstrado isto no processo de colonização no Brasil. O processo de colonização ideológica representado por, entre outros, igrejas fundamentalistas, não se trata de uma “nova catequese”. É a mesma antiga e velha catequese fundamentalista que se utiliza de novas ferramentas nas mãos de um novo ator: os evangélicos. Na mudança que ocorre na América Latina os evangélicos têm uma intenção de poder de estabelecer uma nova relação com o Estado.

[...] No entanto, muitas vezes, o interesse político de controle dos atores religiosos vai ao encontro do interesse de atores religiosos dispostos a utilizar em seu benefício uma relação privilegiada com o Estado, para, ao mesmo

tempo, obter privilégios materiais e combater melhor o seu principal adversário, a Igreja Católica Romana [...] (Bastian, p. 178, tradução livre)<sup>712</sup>.

Como bem demonstrou Jean-Pierre Bastian acerca da mudança social que ocorre na América Latina, os novos atores religiosos latino-americanos, os evangélicos, possuem uma disposição política de se beneficiar de uma relação privilegiada com o Estado. Neste sentido, seria a substituição do antigo ator, a Igreja Católica, e a ocupação do espaço supostamente deixado por ela. Mencionamos em alguns parágrafos atrás que o crescimento numérico das igrejas evangélicas implica em poder econômico, em poder midiático, em poder político e em poder social. Ao buscar a relação privilegiada com o Estado, os evangélicos impõem uma nova versão do Padroado<sup>713</sup>; simultaneamente, eles buscam combater seu principal adversário religioso: a Igreja Católica. A novidade, portanto, está no instrumental de novas mídias e não no conteúdo; e no novo ator religioso-político, os evangélicos. A nova linguagem midiática e tecnológica é o veículo para os mesmos dogmas fundamentalistas e para os mesmos valores fundamentalistas, agora, orientados por cristãos evangélicos. Precisamos afirmar, com maior clareza, a função social do fundamentalismo religioso. Como filha da filosofia irracionalista, umbilicalmente ligada à mãe,

[...] uma de suas mais importantes tarefas sociais para a burguesia reacionária consiste em oferecer ao homem certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual – quando seu comportamento o vincula em todos os seus atos reais à burguesia reacionária, colocando-o incondicionalmente a seu dispor [...] (Lukács, 2020, 26-27).

O fundamentalismo religioso – como expressão religiosa da filosofia irracionalista – cumpre, com esmero, esses critérios de conforto, de ilusão da liberdade, de ilusão da independência, de superioridade moral e intelectual. É preciso salientar que, de acordo com Lukács, a “[...] demanda desse conforto cresce mais e mais à medida que a decadência se aprofunda [...]” (Lukács, 2020, p. 700). Propositamente, há uma mistificação da realidade levada adiante pela ideologia<sup>714</sup>

<sup>712</sup> “[...] Sin embargo, a menudo, el interés político de control de los actores religiosos encuentra el interés de los actores religiosos deseosos de utilizar en su provecho una relación privilegiada con el Estado, con el fin, a la vez, de obtener privilegios materiales y de combatir mejor a su principal adversario religioso, la Iglesia católica romana [...]”.

<sup>713</sup> A este respeito conferir a seção “2.1.4.2 Padroado”.

<sup>714</sup> Como força ideológica, a mistificação da realidade captura parte da esquerda ou daquilo que se convencionou chamar de “campo progressista”. Manifestações de rua, com gritos de ordem “Fora,

religiosa e pela instrumentação ideológica da religião. A força da ideologia não se concentra apenas nas esferas do pensamento, ela é capaz de se materializar tanto quanto é expressão das próprias forças materiais. Resta aos mais pobres – e às classes trabalhadoras em geral – uma visão mitológica da realidade. Esta perspectiva mítica é imposta, também, pela ideologia religiosa. O fundamentalismo religioso realiza um processo constante de formação ideológica. Os mitos são transmitidos, compreendidos e interpretados por códigos e por signos fundamentalistas. Ao priorizar a formação do homem religioso – *homo ad religionem* – privilegia-se o entorpecimento e a infantilização de amplos segmentos da sociedade brasileira, capazes apenas de reproduzir, em última instância, a lógica religiosa do capitalismo<sup>715</sup>.

É preciso retirar do indivíduo a capacidade de reflexão crítica acerca de sua própria condição e fazer com que entregue sua vida ao governo de outro. Um outro se apresentará em condições de “guiar” a vida, de orientá-la segundo um plano maior previamente determinado pela divindade mediada pelo sacerdote. “A vida é como Deus quer”, apesar da participação em *campanhas da prosperidade* e a esperança de “vencer na vida”. Lideranças religiosas fundamentalistas criam dependência socioemocional: “A forma como são efetuadas as relações entre líder e fiéis impede o fiel de crescer e amadurecer, no sentido de uma autonomia pessoal, na sua vida de fé [...]” (Oro, 1996, p. 111). A interpretação mágico-religiosa de acontecimentos políticos impede uma reflexão política concreta acerca de acontecimentos sociais. A Pandemia recebeu, por parte de cristãos fundamentalistas, interpretações religiosas e moralistas (Martins, 2022). Semelhantemente, as chuvas intensas no Rio Grande do Sul. Nos dois casos disseram que a responsabilidade era atribuída a Deus ou ao diabo, como consequência de comportamentos morais de determinados indivíduos.

Os novos meios e modos de comunicação dilataram a compreensão geográfica de “espaço de comunidade” ou do “ambiente de culto”. Anteriormente, a autoridade eclesial se encontrava com os fiéis no templo, seja um templo propriamente dito ou um espaço formal de celebração. A exceção estava nas visitas pastorais e nos encontros de aconselhamento. Com o advento dos meios

---

Temer!” ou “Golpistas, fascistas, não passarão” (Santos; Bretas, 2016), não foram suficientes para conter as contrarreformas do Governo Temer. Durante a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parte da esquerda se concentrava em gritar “Lula livre”, e em afirmar que as ideias de Lula permaneciam livres. O choque de realidade chegou quando um senador da República, Cid Gomes, gritou: “O Lula tá preso, babaca” (Poder 360, 2018).

<sup>715</sup> Conferir a seção “4.2 Capitalismo e religião”.

contemporâneos de comunicação, os encontros podem ser virtuais e pode ocorrer uma frequência maior de cultos, nas casas, no carro, no ambiente de trabalho, em que os hinos tocam repetidamente e as pregações sucedem umas às outras. Ao mesmo tempo, há uma certa disputa religiosa frequente, em que os fiéis, durante a programação diária de uma rádio, escutam diversos pastores e pastoras e recebem diferentes ministrações<sup>716</sup>. Estamos diante de uma contínua formação ideológica (Figura 7).

Figura 7 – Encontro de jovens.



Fonte: Arquivo pessoal.

<sup>716</sup> Nesse aspecto, não podemos nos enganar: apesar de discursos de diversos pastores e pastoras e de diferentes ministrações, em linhas gerais, todos e todas estão submetidos a uma mesma lógica neoliberal e a uma mesma ideologia fundamentalista. Aquilo que conhecemos como teologia liberal, teologia da libertação, teologia alternativa ou “pastores e pastoras progressistas”, não encontram espaço nas rádios e nos programas televisivos. Ao mesmo tempo, tanto seu público é menor quanto circulam menos por conta dos algoritmos; certa “impopularidade” da mensagem contribui para menor inserção midiática. De fato, já tratamos de como a teologia da prosperidade expressa a ideologia neoliberal, em uma relação íntima entre capitalismo e religião.

Os fundamentalistas acreditam que os problemas se resolvem através de determinada compreensão a respeito da divindade – ou de uma cosmovisão fundamentalista. Se uma pessoa crer corretamente na divindade verdadeira, sua vida será abençoada. Quanto mais pessoas acreditarem da mesma forma, mais a sociedade será abençoada. Esta compreensão, claro, deve atender ao cânone fundamentalista: a fé deve estar de acordo com aquilo que professam outros fundamentalistas da mesma confissão. Desta forma, fundamentalistas elevam a religião à esfera política, de debate e de decisões políticas. As políticas públicas devem passar pelo crivo da religião fundamentalista para serem aprovadas. Uma determinada política que atenda às necessidades sociais, se contrária à religião fundamentalista, não pode ser implementada. Ainda mais quando fundamentalistas se veem ameaçados por políticas públicas que beneficiem as minorias. A religião se torna não apenas o campo político e, sim, a instância de competência necessária às políticas públicas. Quer dizer, uma decisão política só pode ser aprovada se estiver em consonância com a jurisprudência fundamentalista.

A tentativa do sistema capitalista por adestrar o ser humano, especialmente, tentando manipular sua subjetividade e orientá-la a favor do próprio desenvolvimento social do capital, explica a razão pela qual avança o fundamentalismo religioso e se aprofundam os ataques à educação. A expansão de religiões fundamentalistas – mais adequadamente, de concepções fundamentalistas religiosas – por todo o mundo, com destaque para segmentos dentro do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, e a adoção de projetos de leis e promulgação de leis que miram a educação, assentadas no conservadorismo e no reacionarismo, fazem parte de movimentos sociais que precisam ser examinados à luz da totalidade social, das condições sócio-históricas que, em última instância, aprofundam as determinações sócio-históricas da produção de mercadorias.

#### **4.4 Notas sobre Engels e sobre Marx para uma sociologia da religião**

Já afirmamos que Karl Marx não escreveu, especificamente, sobre religião. Inexiste obra marxiana dedicada, exclusivamente, ao tema da religião. Não significa, porém, que ele não tenha mencionado o assunto. Apesar de não haver nenhuma obra específica de Marx acerca da religião, em seus textos há várias linhas que a

mencionam ora diretamente ora como metáfora da vida social<sup>717</sup>. Michael Heinrich afirma que “[...] os anos entre 1837 e 1841 foram extremamente importantes para o desenvolvimento intelectual de Marx [...]” (Heinrich, 2018, p. 265). Segundo o autor, neste período Marx se dedicou à filosofia da religião. Foi uma época em que havia na Prússia discussões filosóficas e políticas no campo da crítica da religião (Heinrich, 2018). Acentuavam-se as controvérsias em torno da “teologia natural” e da crítica à crença da revelação divina. Já mencionamos<sup>718</sup> que a influência iluminista resultou no questionamento aos principais dogmas cristãos e que, com a *Teologia Liberal*, o cristianismo se restringia a uma ética e a um sentimento religioso. De acordo com Heinrich (2018), Marx planejou inserir-se no debate filosófico-político acerca da religião<sup>719</sup>, no entanto, este projeto não se efetivou. Porém, “[...] Na obra de Marx como um todo, especialmente em *O Capital*, é possível encontrar uma série de citações e referências à Bíblia, assim como alusões a temas teológicos [...]” (Heinrich, 2018, p. 360) o que, provavelmente, deve ser consequência dos estudos empreendidos por Marx no período de sua juventude. Devemos, ainda, mencionar as aproximações de Marx a Bruno Bauer e a Ludwig Feuerbach.

---

<sup>717</sup> Vejamos a aproximação que Enrique Dussel faz de Karl Marx, em *Las metáforas teológicas de Marx*. Afirma que: “[...] Sua linguagem ‘econômica’ contém contínuas interferências ‘poéticas’ – poderíamos chamá-las assim a todas elas em geral. O que queremos provar é que as ‘metáforas’ poéticas de seu discurso econômico político não só ‘abrem o mundo’ – e isto tem grande relevância [...], senão que, ademais, ‘constrói’, paralelamente ao discurso científico, outro discurso, um ‘discurso teológico’, que consideraremos seriamente, e do qual descobriremos sua lógica [...], seu conteúdo [...], sua atualidade na América Latina e no mundo capitalista depois da ‘queda do Muro de Berlim’ (e não sem certo espírito de humor, mostraremos que as posições teológicas de Marx são coerentes e aceitáveis para uma ‘ortodoxia’ crítica, desde um ponto de vista cristão sério, positivo, tanto protestante quanto católico). Quer dizer, e será nossa conclusão, Marx foi objetiva, fragmentária, implicitamente, um ‘teólogo’; quer dizer, não foi formalmente um teólogo, nem por sua consciência nem por sua atividade, porém, abriu um novo lugar teológico [...]” (Dussel, 1993, p. 152-153). “[...] Su lengua ‘económica’ contiene continuas interferencias ‘poéticas’ –podríamos llamarlas así a todas ellas en general–. Lo que deseamos probar es que las ‘metáforas’ poéticas de su discurso económico político no sólo ‘abren un mundo’ –y esto tiene gran relevancia [...], sino que, además, ‘construye’, paralelamente al discurso científico, otro discurso, un ‘discurso teológico’, que tomaremos en consideración seriamente, y del cual describiremos su lógica [...], su contenido [...], su actualidad en América Latina y en el mundo capitalista después de la ‘caída del muro de Berlín’ (y, aun, y no sin cierto espíritu de humor, mostraremos que las posiciones teológicas de Marx son coherentes y aceptables para una ‘ortodoxia’ crítica, desde un punto de vista cristiano serio, positivo, tanto protestante como católico). Es decir, y será nuestra conclusión, Marx fue objetiva, fragmentaría, implícitamente, un ‘teólogo’; es decir, no fue formalmente un teólogo, ni por su conciencia ni actividad, pero abrió un nuevo lugar teológico [...]”.

<sup>718</sup> Conferir a seção “4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo...”.

<sup>719</sup> “Assim, Marx planejou a publicação de pelo menos cinco textos filosófico-religiosos entre o início de 1840 e a primavera de 1842. Em todos esses casos, a publicação não foi levada a cabo. Além disso, não se sabe até que ponto Marx desenvolveu tais escritos, cujos manuscritos não foram preservados [...]” (Heinrich 2018, p. 360).

A principal resposta para a ausência de uma obra de Marx exclusivamente acerca da religião parece ser a de que ele considerava a questão da religião devidamente resolvida, em seu tempo – “Na Alemanha, a *crítica da religião* está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx, 2013, p. 151) – não lhe sendo, portanto, necessário inserir-se no debate. De fato, em sua época, Ludwig Andreas Feuerbach, Bruno Bauer e David Friedrich Strauss, para mencionar alguns, haviam conduzido e divulgado seus respectivos estudos acerca da religião. Tais estudos exerceram uma importante influência em Marx, que as recebera criticamente, tanto que, de acordo com Michael Heinrich: “[...] Marx assume, em sua crítica à religião, um posicionamento semelhante ao de Feuerbach [...] a essência de Deus seria apenas a essência humana exteriorizada, autonomizada [...]” (Heinrich, 2018, p. 385). Engels e Marx aprofundariam essas ideias através do materialismo.

Diferentemente de Marx, Friedrich Engels considerou a religião como objeto de pesquisa. Há três hipóteses para o comportamento de Engels frente ao tema da religião: Engels parece ter vivenciado a religião (cristã) de forma mais profunda do que Marx; Engels julgava a religião uma ideologia elevada (Engels, 1975)<sup>720</sup>; Engels enxergava na religião a representação das classes sociais (Engels, 1975; 2010). Neste sentido, é possível constatar que as contribuições de Engels foram mais extensas por perceber, especialmente, a força social que a religião tem, mesmo nas sociedades modernas. Assim, na presente seção, consideraremos aquilo que chamamos de apontamentos marxianos e engelsianos acerca da religião<sup>721</sup>. A fim de

---

<sup>720</sup> “Ideologias ainda mais elevadas, isto é, que se afastam mais ainda da base material, da base econômica, adotam a forma de filosofia e de religião [...] Detenhamo-nos, porém, um momento na religião, por ser o campo que mais distante e mais desligado parece estar da vida material. A religião nasceu, numa época muito primitiva, das idéias confusas, silváticas [sic], que os homens se faziam sobre sua própria natureza e sobre a natureza exterior que os rodeava. Toda ideologia, entretanto, uma vez que surge, desenvolve-se em ligação com a base material das idéias existentes, desenvolvendo-a e transformando-a por sua vez; se não fôsse assim, não seria uma ideologia, isto é, um trabalho sobre idéias conhecidas como entidades dotadas de substância própria, com um desenvolvimento independente e submetidas tão apenas às suas próprias leis. Os homens, em cujo cérebro esse processo ideológico se desenrola, ignoram forçosamente que as condições materiais da vida humana são as que determinam, em última instância, a marcha desse processo, pois, se não o ignorassem, ter-se-ia acabado toda ideologia [...]” (Engels, 1975, p. 113).

<sup>721</sup> Diversos autores e autoras de tradição marxista escreveram sobre a religião. Naturalmente, alguns mais e outros menos. Hugo Assmann e Reyes Mate (1975) relacionam os seguintes nomes: A. Bebel; G. V. Plejanov; P. Lafargue; J. Dietzgen; J. Juarès; G. Sorel; K. Kautsky; A. Labriola; R. Luxemburgo; K. Liebknecht; V. I. Lenin; L. Trotsky; N. Bujarin; A. V. Lunacharski; J. Stalin; A. Pannekoek; K. Korsch; A. Gramsci; G. Lukács; M. Thorez; P. Togliatti; Mao Tse-tung. Seria possível relacionar outros autores contemporâneos. Em seu curso, Michel Löwy considera Walter Benjamin; Ernst Bloch; E. P. Thompson; E. Hobsbawm. Em texto recente, Löwy (2022) apresenta autores que têm experiências pessoais entre religião e marxismo: Ernst Bloch; Donna T. Haverty-Stacke, biógrafa de Grace Carlson; Franz Kronreif

tratarmos adequadamente o tema, segundo consideramos, relacionaremos as obras em que eles escreveram sobre religião, seja de forma específica ou não, provendo, assim, um quadro bibliográfico referencial (Quadro 3). Em seguida, retomaremos, de forma panorâmica, o debate acerca de Marx e de Engels como sociólogos da religião e delinearemos os traços principais de suas considerações, como esboço ou como conclusões, em sentido crítico, a ser futuramente aprofundado.

#### 4.4.1 *Relação de textos e correspondências de Engels e Marx em que mencionam a religião.*

Como anunciamos, iniciaremos por um quadro bibliográfico referencial das obras em que Friedrich Engels e Karl Marx mencionam a religião (Quadro 4) (Quadro 5). Será possível percebermos a dimensão que o assunto teve em seus textos individuais e coletivos.

Quadro 4 – Textos de Engels e de Marx em que se menciona a religião

<b>Texto ou extratos textuais</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>
Trabalho final do ginásio para disciplina de Religião	1835	Marx
Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro	1841	Marx
A propósito de um editorial do número 179 do Jornal da Colônia	1842	Marx
Comentário ao artigo 2º da Instrução sobre a censura prussiana	1842	Marx
Cartas de Londres	1843	Engels

---

e Luisa Sello. Surpreendentemente, não há menção a Slavoj Žižek, o “marxista heterodoxo”, que conta com pelo menos quatro textos sobre religião. A conclusão de Fabiano Veliq é que: “[...] Žižek pode ser extremamente profícuo para pensar a religião na contemporaneidade e, como a religião tem ganhado cada vez mais atenção em nossa pós-modernidade, este projeto se mostra extremamente importante para o nosso tempo [...]” (Veliq, 2019, p. 119). Precisamos constatar, também, a importante contribuição de autores e autoras brasileiros e latino-americanos para o diálogo entre marxismo e religião e para uma certa sociologia marxista da religião, com destaque para autores e autoras que fazem ou estudam Teologia da Libertação. Diante dessa profusão de autores e interpretações marxistas da religião – e interpretações religiosas do marxismo –, Löwy afirma que: “[...] A única conclusão é que a relação entre marxistas e cristãos continua sendo um livro aberto, cujos próximos capítulos serão escritos não tanto a partir das Escrituras Sagradas uns dos outros, mas em resposta aos desafios ecológicos, sociais e éticos do século XXI” (Löwy, 2022, p. 10-11).

Introdução – Crítica da filosofia do direito de Hegel	1844	Marx
A questão judaica	1844	Marx
Manuscritos econômico-filosóficos	1844	Marx
Sobre os Elementos de economia política, de Mill	1844	Marx
A sagrada família	1844	Marx & Engels
Teses sobre Feuerbach	1845	Marx & Engels
A ideologia alemã	1845-1846	Marx
Circular contra Kriege	1846	Marx & Engels
O comunismo do periódico Observador Renano	1847	Marx
A Miséria da filosofia	1847	Marx
Manifesto do Partido Comunista	1848	Marx & Engels
Juízo crítico sobre a obra de G. F. Daumer, A religião da nova era	1850	Marx & Engels
As lutas de classes na França	1848/1850	Marx
As guerras camponesas na Alemanha	1850	Engels
O 18 de Brumário de Luis Bonaparte	1852	Marx
Sobre a revolução espanhola	1854	Marx
O movimento anticlerical	1855	Marx
Grundrisse	1857-1858	Marx
Introdução – Contribuição à crítica da economia política	1859	Marx
História crítica da teoria do mais-valor	1861-1863	Marx

O Capital, vol. 1	1867	Marx
Literatura imigrante	1874	Engels
Crítica ao Programa de Gotha	1875	Marx
Anti-Dühring	1877-1878	Engels
Dialética da Natureza	1873/1886	Engels
Bruno Bauer e o cristianismo primitivo	1882	Engels
O livro do Apocalipse	1883	Engels
Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã	1886	Engels
Socialismo jurídico	1887	Engels
Prólogo à Edição Inglesa de Do socialismo utópico ao socialismo científico (Fragmentos)	1892	Engels
Sobre a história do cristianismo primitivo	1894	Engels

Fonte: Adaptado de: ASSMANN; MATE (1974).

Quando 5 – Correspondências em que Marx e em que Engels mencionam a religião.

REMENTE	DESTINATÁRIO	ANO
Marx	A. Rude	1843
Engels	Marx	1853
Marx	Engels	1853
Engels	Marx	1853
Marx	J. B. Schweitzer	1865
Engels	J. Bloch	1890
Engels	K. Schmidt	1890
Engels	Fr. Mehring	1893
Engels	H. Starkenburg	1894

Fonte: Adaptado de: ASSMANN; MATE (1974).

Como é possível notar, a religião aparece tanto em textos publicados, quanto não publicados e nas correspondências pessoais; tanto em obras individuais quanto coletivas. A religião aparece em onze textos exclusivos de Engels, em vinte de Marx e em cinco obras conjuntas dos dois autores. Engels inicia seus estudos que perpassam a religião em 1850, com *As guerras camponesas na Alemanha* e termina com *Sobre a história do cristianismo primitivo*, em 1894, um ano antes de falecer. Quanto a Marx, as menções ao tema também cobrem quatro décadas, a última em 1975, em *Crítica ao programa de Gotha*. Olhando desta forma, até surpreende a atenção de ambos dedicada ao tema. Em todo o caso, para a compreensão de Engels e de Marx acerca da religião destaca-se a publicação conjunta *A ideologia alemã*, em que, nas palavras de Michel Löwy:

[...] começou o estudo propriamente marxista da religião como realidade social e histórica. O elemento central deste novo método de análise dos fatos religiosos é considerá-los – em conjunto com o direito, a moral, a metafísica, as idéias políticas, etc. – uma das múltiplas formas da ideologia, ou seja, da produção espiritual de um povo, a produção de idéias, representações e formas de consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e pelas relações sociais correspondentes. (Löwy, 1998, p. 158).

Certamente, como mencionamos, havia estudos anteriores acerca da religião, com destaque para Ludwig Feuerbach. Este teórico exerceria uma importante influência em Engels e Marx (Marx; Engels, 2007; Engels, 1975)<sup>722</sup>. Em 1841, Feuerbach publicou *A essência do cristianismo* e, em 1851, *Preleções sobre a essência da religião*. Especialmente, o primeiro texto deste autor seria assumido por Marx em sua crítica à religião. Esta crítica, no entanto, seria aprofundada à medida que Engels e que Marx desenvolvessem a perspectiva materialista história e dialética. Nas *Teses a Feuerbach*<sup>723</sup>, nós lemos: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx; Engels, 2007, p. 538). Feuerbach percebe corretamente que a essência da religião deve ser procurada na essência humana. Entretanto, para Engels e para Marx a

<sup>722</sup> De acordo com Hugo Assmann: “La crítica del Marx de este primer período está muy determinada por las posiciones de Feuerbach y Bauer. La filosofía de Feuerbach está caracterizada por su oposición a Hegel, por la reducción de la teología a antropología y por la referencia a la naturaleza como la materia envolvente del hombre. ‘El secreto de la teología es la antropología; pero el secreto de la filosofía especulativa es la teología’. Con esta frase Feuerbach declara a la teología como proyección del hombre y se rebela contra a filosofía idealista que no es sino una teología enmascarada [...]” (Assmann; Mate, 1974, p. 14).

<sup>723</sup> A seguir, citaremos as Teses com as alterações realizadas por Engels, em 1888.

essência humana é o conjunto das relações sociais. A religião, portanto, é o resultado das relações sociais que envolvem os indivíduos. Relações sociais mediadas pela produção social. Na tese seguinte está: “Feuerbach não vê, por isso, que o ‘sentimento religioso’ é, ele mesmo, um *produto social*, e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence, na realidade, a uma determinada forma de sociedade” (Idem). Ao não conduzir a crítica à radicalidade, para Engels e Marx Feuerbach não vê que o “sentimento religioso” é um produto social<sup>724</sup>.

#### 4.4.2 Engels e Marx como sociólogos da religião.

Comumente, na Sociologia estuda-se Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber como clássicos fundadores da ciência que procura explicar as sociedades (Martins, 2006). Talvez, o conceito de clássico para a literatura – “[...] os clássicos são textos que serão sempre retomados no sentido de debater sobre a condição da humanidade, a busca do homem pelo conhecimento de si e das relações humanas [...]” (Rodrigues, 2016, p. 72) – sirva, perfeitamente, para os nossos propósitos<sup>725</sup>. Raymond Aron (2000) relaciona duas grandes etapas no desenvolvimento do pensamento sociológico: a) a dos fundadores: Charles-Louis de Secondat (Montesquieu) (1689-1755), Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), Alexis-Charles-Henri Clérel (Tocqueville) (1805-1859). b) a geração da passagem do século: David Émile Durkheim (1858-1917), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Max Weber (1864-1920). É correto afirmar que Engels e que Marx se esforçaram por compreender a vida social e as relações sociais e, de acordo com Claus Germer “[...] desenvolveram com profundidade apenas a teoria da Sociedade, que é o materialismo histórico, uma explicação do movimento histórico da sociedade [...]” (Germer, 2020, p.). Portanto, ao retomarmos as contribuições de Marx,

---

<sup>724</sup> “[...] Se ele pretende falar de uma ‘essência’ da religião, isto é, de uma base material dessa inessencialidade, então ele não teria de procurá-la nem na ‘essência do homem’ nem nos predicados de Deus, mas no mundo material que se encontra em cada estágio do desenvolvimento religioso [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 162).

<sup>725</sup> Segundo Daniel Pals: “[...] O importante é compreender que esses teóricos clássicos oferecem modelos de como algumas – sem dúvida, não todas – das interpretações mais influentes da religião deixaram sua marca ao longo do último século” (Pals, 2019, p. 23). De acordo com Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime, os clássicos: “[...] colocaram as bases da disciplina, e porque seus trabalhos definiram algumas grandes orientações da pesquisa em sociologia, delimitando espaços de questionamento que deram prova de sua fecundidade heurística [...]” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 10).

apenas reconhecemos o que está estabelecido nas Ciências Sociais como um todo e na Sociologia, em particular. No entanto, Engels parece não gozar do mesmo reconhecimento. Como não consideramos Marx e Engels como um só, precisaremos destacar as contribuições particulares deste último ao estudo da religião.

Nas elaborações de Engels e de Marx a filosofia se torna teoria crítica acerca da sociedade (Fulda, 2017). De maneira mais assertiva, ao se apropriarem da filosofia clássica – tanto grega quanto alemã –, da economia política e do socialismo, eles vão de encontro ao pensamento sistematizado no Ocidente e apresentem, intencionalmente, uma nova e fecunda compreensão da sociedade capitalista e do desenvolvimento das ideias sob este modo de produção. O materialismo histórico-dialético se torna o instrumental teórico-metodológico para compreensão dos indivíduos e da vida social. Nesta perspectiva, o ordenamento social e as ideias que atravessam os indivíduos não podem ser compreendidas apenas abstratamente, mas compreendendo a base material que torna possível o surgimento de determinada sociedade e o surgimento de determinadas ideias.

Tabela 5 – Obras contemporâneas acerca dos teóricos da religião

<b>Daniel L. Pals</b>	<b>Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime</b>
<i>Nine Theories of Religion</i> , 1996 <sup>726</sup>	<i>Sociologies et Religion: approches classiques</i> , 2001
<i>Nove teorias da religião</i> , 2019	<i>Sociologia e religião: abordagens clássicas</i> , 2009
E. B. Tylor e J. G. Frazer	<b>Karl Marx</b> e Friedrich Engels
Sigmund Freud	Alexis de Tocqueville
<b>Émile Durkheim</b>	<b>Max Weber</b>
<b>Karl Max</b>	Georg Simmel
<b>Max Weber</b>	<b>Émile Durkheim</b>
William James	Maurice Halbwachs
Mircea Eliade	Gabriel Le Bras
E. E. Evans-Pritchard	Henri Desroche
Clifford Geertz	

Fonte: Elaboração do Autor.

<sup>726</sup> Em 1996, Daniel L. Pals publicou *Sete teorias da religião*. Em 2006, *Oito teorias da religião*. Como podemos perceber, a cada edição ele acrescentou um teórico da religião. O texto mais recente é *Nove teorias da religião*.

Dois livros recentes se propõem a apresentar algumas teorias a respeito da religião (Tabela 5). Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime entregam um texto como pertencendo ao campo da Sociologia; e Daniel L. Pals é publicado na Antropologia. Em certo sentido, é difícil fazer essas diferenciações, especialmente, quando os teóricos apresentados pelos autores transitam por várias ciências ou áreas do conhecimento, como nos casos de Friedrich Engels e Karl Marx. Estes dois teóricos eram cientistas políticos, eram economistas, eram filósofos, eram sociólogos ou eram revolucionários? Qualquer que seja a resposta, deve levar em consideração que eles não se enquadram nas definições atuais, baseadas na especialização excessiva. Engels e Marx são cientistas políticos e sociólogos não no sentido que lhes atribuiríamos hoje. Suas contribuições foram essenciais a áreas do conhecimento que eles mesmos ajudaram a consolidar e a desenvolver.

A Tabela 5 evidencia que há pouco consenso na relação de teóricos. Poderíamos, inclusive, perguntar por alguns nomes que estão ausentes, como Joachim Ernst Adolphe Felix Wach (1898-1955), Peter Ludwig Berger (1929-2017) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Daniel Pals justifica suas opções por “[...] aquelas que exerceram uma influência determinante não apenas sobre a religião como também sobre toda cultura intelectual do século XX” (Pals, 2019, p. 22-23). Já Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime explicam que “[...] a sociologia se formou em torno de algumas obras maiores, que traçaram verdadeiras matrizes de análise e de questionamento, que são constitutivas da disciplina” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 13). Em certo sentido, e respeitadas as diferenciações quanto às áreas do saber endossadas pelos autores (antropologia e sociologia), cada obra apresenta sua relação de teóricos que fizeram elaborações acerca da religião.

Como destacamos – em negrito – apenas três autores são consenso nas duas obras (Hervieu-Léger; Willaime, 2009; Pals, 2019) acerca dos teóricos da religião: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Justamente, os três considerados fundadores da Sociologia e, como já mencionamos, que se tornaram clássicos. Todos eles se detiveram no tema da religião estabelecendo certas perspectivas teórico-metodológicas para abordar o tema. Durkheim e Weber ainda mais do que Marx. De acordo com Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime:

[...] Todos os grandes clássicos da sociologia se confrontaram com a análise do religioso e essa análise ocupa frequentemente um lugar não pequeno no

conjunto de sua obra. É que o nascimento da sociologia como disciplina científica encontrou-se fortemente ligado a uma interrogação sobre o futuro do religioso nas sociedades modernas. É pelo fato de os autores clássicos da sociologia terem sido sociólogos da modernidade (econômica, política, social e cultural) – por terem sido habitados pela consciência histórica de um sentimento de ruptura com o passado – que eles não podiam, ao pesquisar para descobrir a emergência da sociedade moderna, deixar de encontrar o fenômeno religioso [...] (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 10).

De fato, qualquer abordagem ao tema da religião deve, de alguma forma, passar pelos clássicos. Tanto para reexaminá-los quanto para considerá-los à luz do presente – do desenvolvimento das sociedades, das ciências e das religiões –, à luz da coerência interna entre suas próprias teorias<sup>727</sup> e à maneira como as teorias se desenvolveram a partir da contribuição daqueles autores clássicos. Marx, Durkheim e Weber não se furtaram a refletir acerca da religião: homens da modernidade, analisaram as sociedades modernas e, nelas, a religião. Durkheim publicou *As formas elementares da vida religiosa* e Weber publicou *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Sociologia da religião* e *Ética econômica das religiões mundiais*. Se, por seus métodos, teorias e objetivos “[...] a sociologia entrava inevitavelmente em colisão com a religião [...]” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 10) – à época em uma expectativa de ruptura com a superstição, a alquimia, a metafísica etc. – hoje, entre as questões que se impõem, está, justamente, a permanência da força da religião nas esferas pública e privada<sup>728</sup>, na vivência coletiva e na individualidade.

As principais críticas dirigidas a Engels e a Marx – em suas compreensões acerca da religião – se concentram no seguinte aspecto destacado por nós: a relação social entre economia e religião, especificamente, a um suposto reducionismo em que a economia (a base material) determina a religião (parte da superestrutura) (Pals, 2019). Quer dizer, justamente a compreensão dialética histórico-materialista da religião com a totalidade social é objeto de crítica. Logicamente, a religião na perspectiva engelsiana e marxiana é parte de uma concepção maior acerca do homem e da sociedade, em que a religião, assim como outras dimensões da vida social, é um reflexo dialético da relação material. O que devemos questionar não é a

---

<sup>727</sup> “[...] Voltar regularmente aos trabalhos deles é se recolocar diante do próprio projeto da sociologia, realimentar-se nas fontes de uma reflexão, da qual é preciso reencontrar a dinâmica, mas passando ela própria sob o crivo de sua própria ambição crítica [...]” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 12).

<sup>728</sup> “[...] Nossa época nos levar a salientar fortemente os limites, os riscos e os ricochetes desse desencantamento racional, a inventariar as proliferações da crença e as formas novas da comunalização religiosa, que faz surgir a condição incerta das sociedades que entraram na pós-modernidade [...]” (Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 13).

relação dialética entre uma coisa e outra, entre a base material e a religião e, sim se as concepções de Engels e Marx explicam, adequadamente, a realidade.

Ou seja, uma análise da religião que desconsidere completamente a relação social entre religião e capital é capaz de apreender, adequadamente, a realidade social? É possível hoje um discurso a respeito da religião sem levar em conta o lugar social em que a religião se encontra, a ideologia religiosa e a ideologia política em linguagem religiosa, a riqueza das denominações religiosas e de seus líderes midiáticos, bispos e pastores, os luxuosos templos nas grandes metrópoles, os incalculáveis recursos financeiros que circulam nessas organizações religiosas-empresariais, os discursos religiosos de prosperidade privada e do sucesso financeiro, milimetricamente afinados à lógica neoliberal, o endosso de bispos e de pastores a candidatos de extrema direita e a políticas de ajuste fiscal, numa espiral que faz com que as denominações religiosas e os seus líderes se tornem mais poderosos social, midiática, política e economicamente?

Possivelmente, a teologia da prosperidade tenha possibilitado uma expressão religiosa que se mantenha como “ópio do povo”. Pensava-se que a religião entorpecia as pessoas para aceitar a condição de miséria como “vontade de Deus”, desincentivando qualquer tipo de revolução social ou mesmo revolta com a condição socioeconômica. Por certo, esta percepção não está de todo equivocada. Existe na religião um certo conformismo, uma certa formação à docilidade, à submissão, à conservação da tradição religiosa e social. É preciso “servir ao senhor como ao Senhor”, é preciso “aguardar pacientemente a recompensa eterna”. Com a teologia da prosperidade, a religião parece operar em uma outra frequência – não abandonando totalmente a anterior – na defesa do capitalismo, como expressão da ideologia capitalista, nomeadamente, compartilhando dos valores neoliberais: proatividade, protagonismo pessoal, meritocracia e, sobretudo, empreendedorismo. A relação religiosa encontra na forma mercadoria uma mediação à sua realização na imbricação entre capitalismo e religião<sup>729</sup> e na religião como negócio.

O que se tornou a religião? Para nossos objetivos, não interessa a origem e o desenvolvimento histórico da religião, ou como o ser humano desenvolveu o pensamento simbólico e, a partir dele, o pensamento religioso, mas, apenas sua função social no presente. Como deve ter ficado claro até agora, as classes

---

<sup>729</sup> Conferir a seção “4.2 Capitalismo e religião”.

dominantes se apropriaram da religião – de tal forma que um sociólogo viu uma relação umbilical entre “a ética protestante e o espírito do capitalismo” –, como o fizeram com tudo aquilo que compõe o que chamamos de estrutura e de superestrutura. O capitalismo não apenas se utiliza da linguagem e dos símbolos religiosos, ele se impõe como uma forma religiosa na forma mercadoria. E a religião dominante, a religião hegemônica não é outra coisa senão uma religião que se realiza como negócio<sup>730</sup>, cujo objetivo principal é enriquecimento e o poder. As críticas a Engels e a Marx – em relação ao que escreveram sobre a religião – se concentram na determinação econômica. Consideremos Lukács acerca da sociologia ocidental:

[...] Ela desenvolve aquilo que os fundadores dessa nova ciência burguesa criaram: a separação minuciosa dos fenômenos sociais de sua base econômica, a transferência dos problemas econômicos para outra ciência, totalmente separada da sociologia, atingindo-se, desse modo, uma finalidade apologética. A deseconomização da sociologia significa simultaneamente a sua des-historização: as determinações da sociedade capitalista [...] (Lukács, 2020, p. 31).

De acordo com Georg Lukács, essa “separação minuciosa dos fenômenos sociais de sua base econômica” tem duas consequências: uma delas é a eternização das determinações capitalistas; e a outra é servir como prova de quaisquer impossibilidades socialistas ou revolucionárias. Em sendo assim, a concepção de uma economia dissociada dos interesses políticos e de classes só poderia contribuir aos interesses políticos dominantes e das classes dominantes. A separação dos fenômenos sociais de sua base econômica seria parte da própria ideologia dominante. E os fenômenos sociais a serem assim arrolados seriam inúmeros, incluindo, a religião. Procedendo assim, os ideólogos naturalizam o capitalismo e os fenômenos sociais como pretensamente neutros, objetivos e naturais. Talvez por isso, Wolfgang Streeck (2016) tem chamado atenção de que a sociedade contemporânea só pode ser conhecida por uma sociologia que considera a economia capitalista<sup>731</sup>.

Assumimos – esperamos que esteja claro – que Friedrich Engels e que Karl Marx foram sociólogos da religião e devem ser reconhecidos como clássicos. Suas contribuições para compreender as sociedades burguesas é indiscutível. Ao explicitar

<sup>730</sup> Conferir a seção “4.2.1 Teologia da prosperidade”.

<sup>731</sup> “[...] As “[...] La crisis que estamos atravesando desde 2008 nos debería haber recordado lo profundamente entrelazadas que están la economía y la sociedad bajo el capitalismo y dos hechos que se derivan de ello: que la economía capitalista es demasiado importante para que su estudio quede en manos de los economistas, y que la sociedad contemporánea no puede entenderse realmente mediante una sociología que no haga referencia a su economía capitalista.” (Streeck, 2016, p. 237).

como a sociedade produz e reproduz suas riquezas, as relações de trabalho, as lutas de classes e a extração do mais valor, desvela as leis e os mecanismos do funcionamento desta referida sociedade. Destaca-se, como imprescindível para a compreensão da realidade, o materialismo histórico-dialético e a relação dialética entre infraestrutura e superestrutura<sup>732</sup>, em que as ideologias se relacionam dialeticamente com a base material, ou seja, em que o “[...] modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 45). Dito isto, podemos avançar em direção a algumas contribuições que Engels e que Marx realizaram no estudo do fenômeno da religião.

Se por sociologia da religião pensarmos em um tratamento científico à religião a partir das relações sociais, considerando a totalidade social, em relação dialética com a história e as sociedades, mais especificamente, o capitalismo, como construção humana e representação ideológica, explicitando sua função social nas sociedades modernas, então, sim, Engels e Marx foram sociólogos da religião. Ainda que não tenham escrito um tratado acerca da religião, e que não tenham se dedicado a diversos aspectos da religião e das religiões – Marx tem algo escrito sobre o judaísmo, porém, tanto ele quanto Engels se concentram no cristianismo – a contribuição dos dois teóricos é relevante, tornando necessário que, qualquer abordagem que se pretenda atual, passe pelos dois autores. A exigência de um modelo teórico a ser aplicado a qualquer religião em qualquer sociedade, pode ser contestada a partir do materialismo histórico-dialético, em que o materialismo não é um método ou um esquema lançado independentemente do objeto. Para Michel Löwy:

[...] pode-se considerar que a principal contribuição de Marx à sociologia da religião foi a de que esta, a religião, era simplesmente uma das formas da “produção espiritual”, cuja história não pode ser desvinculada do desenvolvimento econômico e social global da sociedade [...] (Löwy, 1998, p. 161).

Os processos sociais que surgem da acumulação de mercadorias são os mesmos que, dialeticamente, engendram as ideologias. E, assim como há uma classe que detém os meios e os modos de produção, os meios materiais de sobrevivência,

---

<sup>732</sup> “[...] A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura [ideológica] jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 45).

esta mesma classe controla os meios espirituais, intelectuais, culturais e ideológicos. Portanto, ao se apropriarem da religião, elas a controlam. Engels foi assertivo: o cristianismo “[...] foi convertendo-se, cada vez mais, em patrimônio exclusivo das classes dominantes, que o empregam como mero instrumento de governo para manter à distância as classes inferiores [...]” (Engels, 1975, p. 116). O autor fala com propriedade a respeito do cristianismo por perceber a mudança que se operou historicamente no interior desta religião. De acordo com Löwy: “[...] Sua principal [de Engels] contribuição à sociologia marxista das religiões, sem dúvida, é sua análise da relação entre representações religiosas e classes sociais [...]” (Löwy, 1998, p. 161). A seguir aprofundaremos as contribuições de Marx e de Engels à sociologia da religião. Citemos Karl Marx:

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo. (Marx, 2013, p. 151).

Possivelmente, a última frase deste pequeno parágrafo seja a mais popular de Marx, referente à religião. Em verdade, não é originalmente de Marx e parece ser um “consenso” no seu tempo. Em ambientes críticos ao marxismo – anticomunistas – essa pequena sentença é apresentada como o conjunto das concepções de Marx sobre a religião. Mesmo em círculos mais afáveis ao marxismo, resume-se a concepção de Marx a respeito da religião na expressão “ópio do povo”. O parágrafo cima citado pertence à *Crítica da filosofia de Hegel – Introdução*, publicada em 1844 nos *Anais Franco-Alemães*. Marx parte de três pressupostos: (i) o primeiro é que “Na Alemanha, a *crítica da religião* está, no essencial, terminada [...]” (Marx, 2013, p. 151). Já mencionamos as críticas de Feuerbach, de Strauss e de Bauer acerca da religião. Em parte a conclusão de Marx estava correta. O tempo demonstrou, no entanto, que a crítica da religião não podia ser estática. A religião demonstrou-se capaz de metamorfosear-se nas mãos e a serviço do capital. A religião hoje, nas Américas e na África, exerce um papel fundamental – inclusive e contraditoriamente, também de crítica ao capitalismo, através de movimento revolucionários sob a bandeira da religião. Carecemos, ainda, de uma nova crítica filosófica da religião?

O segundo pressuposto de Marx (ii) é que “[...] a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx, 2013, p. 151). Ao denunciar o estranhamento produzido pela religião, revela-se o estranhamento do mundo real – que ocorre no

mundo real, por causa do mundo real. Para o autor: “[...] A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*” (Marx, 2013, p. 152). A crítica da religião é uma crítica do mundo material: da economia, da política e da sociedade. Porque a crítica radical da religião deve conduzir às determinações históricas de uma forma religiosa. O terceiro pressuposto de Marx (iii) é que “[...] o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem [...]” (Marx, 2013, p. 151). A religião é resultado das mesmas forças socioprodutivas que formam o homem. O homem cria sua religião, reflexo de seu mundo e de suas condições, como Feuerbach já havia considerado. Para Marx: “[...] A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões [...]” (Marx, 2013, p. 151-152). Enquanto perdurarem as condições materiais que precisam de ilusões, as ilusões permanecerão.

Só depois de percebermos as bases nas quais o pensamento de Marx está assentado – a crítica da religião está terminada; a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica; o homem faz a religião – é que temos condições de avançar. É neste contexto, não apenas textual, mas histórico, que Marx apresenta suas considerações. O que o autor faz no texto é, ao mesmo tempo, sistematizar o debate do seu tempo e, com suas reflexões, contribuir com as discussões. A miséria religiosa é uma expressão da miséria real. São as condições reais de vida que se expressam na miséria religiosa. Ao mesmo tempo a religião expressa as dores do ser humano e do seu mundo. O fenômeno religioso é a descrição de um mundo para alguém e por alguém: do seu(s) deus(es), do seu mundo, de suas carências e de suas aspirações. Só que de forma alienada. Somente a emancipação socioeconômica seria capaz de emancipar ideologicamente – quiçá, depurando a religião de mercado.

Ao suplicar à divindade melhores condições reais de vida – emprego, saúde, moradia, futuro para os filhos –, o indivíduo protesta contra o mundo real. Apela-se à religião para fugir de condições desumanas. Esta religião frustra o homem, diminuindo-o, lançando à divindade seus protestos. A súplica é o diálogo do homem consigo e com seu mundo. Por isso, a religião é uma forma alienada de luta contra o mundo que a cria. O religioso fala d’aqui com a recusa e a descrença porque espera o acolá. A teologia da prosperidade está preocupada com os bens; mudou o discurso do amor, da humildade e da pobreza para o direito à bênção e o acesso ao consumo.

É uma forma religiosa visivelmente apropriada pelas classes dominantes – mantendo os crentes ansiosos e esperançosos em uma suposta intervenção divina. A religião age como ideologia que mascara uma realidade invertida, invertendo a própria interpretação do real. Uma ideologia que encobre as razões das condições materiais empobrecidas e miseráveis e lança em outro mundo as causas do enriquecimento.

Na questão da religião, como criticada por Marx, há um movimento de lançar ao mundo dos deuses o que pertence ao mundo dos homens e querer considerar o mundo dos homens a partir de um mundo dos deuses. Como se os homens tratassem o mundo dos homens a partir do mundo dos deuses. Assim, o mundo dos deuses adquire um poder cada vez maior, ao ponto de acreditar que ele exista mesmo que o mundo dos homens acabe, em que a existência do mundo dos homens dependa do mundo dos deuses. O mundo dos deuses passa a ter autonomia em relação ao mundo dos homens; e o mundo dos homens a depender do mundo dos deuses. Parece-nos que é nesta direção que Marx compreende o fetichismo da mercadoria: criação do homem, torna-se maior do que o homem, independente e autônoma, e o homem se torna dependente e submisso à mercadoria.

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais [...] (Marx, 2017b, p. 147).

O feitiço da mercadoria ocorre na própria forma mercadoria, na relação social em que a mercadoria se torna dominante, na transformação do valor ao valor de troca. Na vida em sociedade, uma mercadoria específica – a equivalente a todas as outras e que tem circulação universal – é completamente divinizada: o dinheiro é deus. Tornou-se quase impossível imaginar um mundo sem a mercadoria, sem o

dinheiro<sup>733</sup> e sem a religião que é resultado da alienação e que contribui à alienação. Finalmente, devemos nos perguntar: ao observarmos a sociedade brasileira, é possível afirmar que a constatação de Marx acerca da religião dominante, respeitadas as particularidades históricas, confere com a realidade? Dito de outra forma: no Brasil do século XXI é possível comprovar que a religião é a expressão da miséria real, o protesto contra a miséria real, o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, o espírito de estados embrutecidos, o ópio do povo?

De acordo com Leandro Konder: o choque de Marx com os cristãos de sua época “[...] Não se tratava de uma controvérsia filosófica e sim de uma briga política: Marx não os combateu por serem cristãos, mas por serem reacionários” (Konder, 1984, p. 44). Em verdade, para Marx a crítica filosófica e teológica da religião estava terminada. A indisposição do prussiano com os religiosos não se tratava de questões teológicas ou filosóficas – porque segundo o autor a religião era uma realização humana e o resultado das mesmas relações sociais que forma o homem – e, sim, de um enfrentamento político, pelo lugar em que a religião se colocava nas lutas de classes e no processo de alienação das classes trabalhadoras. Maximilien Rubel, comentando o parágrafo de Marx – acima citado – na *Introdução* afirma:

[...] Ao contrário de uma interpretação generalizada, não vemos neste texto uma proclamação do ateísmo, mas sim uma análise psicossociológica do sentimento religioso. Nenhuma condenação da religião é pronunciada, nem qualquer julgamento moral sobre o homem crente. E, no entanto, na sua análise de uma situação concreta, Marx introduz um juízo de valor fundamental, referindo-se ao absurdo de uma ordem social que torna possível, até inevitável, a alienação religiosa do homem, a procura de consolações ilusórias, a evasão em direção ao irreal. Não ataca o homem crente, mas sim uma sociedade que obriga o homem a recorrer à superstição religiosa como remédio dos seus verdadeiros males [...] (Rubel, 1970, p. 79)<sup>734</sup>.

A crítica política empreendida por Marx (e outros teóricos) – sem contradizer em nada seu ateísmo e seu materialismo teórico-metodológico –, procura

---

<sup>733</sup> Também aqui a literatura de ficção científica pós-apocalíptica antevê a destruição do mundo e não a superação do capitalismo. Mark Fisher percebe isso, especialmente, a partir de 1989, naquilo que ele chama de “realismo capitalista”.

<sup>734</sup> “[...]A diferencia de una interpretación muy difundida, no vemos en este texto una proclamación de ateísmo sino más bien un análisis psicossociológico del sentimiento religioso. No se pronuncia ninguna condena de la religión, ni ningún juicio moral sobre el hombre creyente. Y, no obstante, en su análisis de una situación concreta, Marx introduce un juicio de valor fundamental, referido al absurdo de un orden social que torna posible, más aún inevitable, la alienación religiosa del hombre, la búsqueda de consuelos ilusorios, la evasión hacia lo irreal. No ataca al hombre creyente, sino a una sociedad que obliga al hombre a recurrir a la superstición religiosa como remedio de sus males reales [...]”.

concentrar a religião à esfera privada da vida. O autor não realiza uma crítica moral à religião nem tampouco emite um juízo acerca dos crentes. Marx tem em vista a sociedade da qual a religião emerge; a representação religiosa das condições sociais; o reflexo das relações sociais na religião. Por isso, ao realizar a crítica da sociedade e propor a transformação das condições objetivas de existência, Marx mantém a orientação geral da *Comuna de Paris*: a de restringir a religião à prática privada, o que significa que o Estado não deve sofrer a interferência da religião e que os indivíduos são livres em suas crenças pessoais. A restrição da religião à dimensão privada é a orientação de outros socialistas<sup>735</sup>. Passemos, pois, a Friedrich Engels:

Também as chamadas guerras religiosas do século 16 se tratava, sobretudo, de interesses materiais e de classe muito positivos e essas guerras foram lutas de classe, tal como mais tarde os conflitos interiores da Inglaterra e da França. O fato de essas lutas de classe se realizarem sob o signo religioso, de os interesses, necessidades e reivindicações das diferentes classes se esconderem sob uma capa, em nada altera os seus fundamentos e é facilmente explicável, tendo em conta as circunstâncias da época (Engels, 2010b, p. 72).

Engels percebeu que as guerras religiosas europeias se tratavam, sobretudo, de interesses materiais e de classes. O autor soube enxergar as propensões de classes que se manifestavam em linguagem religiosa. A questão central parece não é a linguagem religiosa e sim os interesses de classes sob o manto da religião, as inclinações de classes envoltos em signos religiosos. Ele estava examinando o passado revolucionário alemão, especialmente, as guerras camponesas na Alemanha. Quando os interesses de classes se expressam e se ocultam na linguagem religiosa, precisamos explicar como e por que isto acontece. E a explicação está na própria circunstância material em que estes fenômenos ocorrem.

---

<sup>735</sup> “[...] Os sociais-democratas, de todo o mundo e do nosso próprio país, consideram a consciência e as opiniões pessoais como sendo invioláveis. Todo homem pode adotar a fé e aquelas opiniões que lhe pareçam as mais adequadas para assegurar sua felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isto é o que os socialistas pensam [...]” (Luxemburgo, 2015, p. 14); “A religião deve ser declarada um assunto privado: é costume expressar corretamente com estas palavras a atitude dos socialistas em relação à religião. Mas o significado destas palavras deve ser determinado com exatidão para que não deem origem a qualquer confusão. Afirmamos que a religião é um assunto privado no que diz respeito ao Estado, mas não podemos de forma alguma considerar a religião um assunto privado no que diz respeito ao nosso próprio partido. O Estado não deve ter nada a ver com religião, as associações religiosas não devem estar ligadas ao poder estatal. Cada pessoa deve ter total liberdade para professar a religião que preferir ou não reconhecer nenhuma, ou seja, ser ateu, como costuma ser todo socialista. Qualquer diferença de direitos entre cidadãos em função das suas crenças religiosas é absolutamente intolerável [...]” (Lenin, 1975, p. 262-263, tradução livre). Se durante certo momento do socialismo histórico as considerações de Rosa Luxemburgo e de Lenin não foram seguidas, não invalida em nada o pensamento geral do socialismo acerca da religião.

[...] Essa supremacia da teologia em todos os ramos da atividade intelectual era devida também à posição singular da Igreja como símbolo e sanção da ordem feudal. É evidente que todo o ataque geral contra o feudalismo devia primeiramente dirigir-se contra a Igreja, e que todas as doutrinas revolucionárias, sociais e políticas deviam constituir em primeiro lugar heresias teológicas. (Engels, 2010b, p. 73).

Nas circunstâncias históricas da Idade Média a Igreja representava os interesses feudais. Marx e Engels já haviam considerado a religião católica como uma religião feudal (Marx; Engels, 2007). Então, neste contexto feudal, qualquer interesse revolucionário teria que se dirigir, obviamente, contra a Igreja Católica e os demais representantes das classes feudais. Se de um lado se colocava a Igreja e outros representantes dos interesses de manutenção da ordem feudal, de outro a contestação à ordem se manifestava como misticismo, como heresia e como insurreição armada. Engels percebe, inclusive, certos pontos de referência no interior da religião que oportunizavam as intenções revolucionárias, tais como os discursos quiliastas ou milenaristas. Então, quando alguém pede “[...] a restauração da igualdade cristã entre os membros da comunidade e o seu reconhecimento como norma para a sociedade inteira [...]” (Engels, 2010b, p. 75) está expressando, através da linguagem religiosa, interesses de classes.

Engels observa três classes distintas nas lutas políticas que se apresentavam como lutas religiosas: a primeira classe era a do grupo católico-conservador, a reunir o poder imperial, o clero, uma parte dos príncipes seculares, a nobreza rica, os prelados e os patrícios da cidade, classes interessadas na manutenção da ordem feudal; a segunda classe estava representada por Martinho Lutero e as classes burguesas, a baixa nobreza e uma parte dos príncipes seculares; finalmente, a terceira classe em oposição às duas anteriores, a classe representada por Thomas Münzer, os camponeses e os plebeus, que formavam o partido revolucionário (2010b, p. 76-77). As lutas de classes estavam atravessadas pela religião em cada de uma de suas expressões políticas. O autor constatou a afinidade do programa político do Münzer com o comunismo<sup>736</sup>.

---

<sup>736</sup> “[...] No seu programa, o resumo das reivindicações plebeias surge como menos notável do que a antecipação genial das condições de emancipação do elemento proletário que acaba de aparecer entre os plebeus. Esse programa exigia o estabelecimento imediato do reino de Deus, da era milenar de felicidade tantas vezes anunciada, pela redução da Igreja à sua origem e a supressão de todas as instituições que se encontrassem em oposição com esse cristianismo que se dizia primitivo e que na realidade era essencialmente moderno. Mas, segundo Münzer, esse reino de Deus significava uma

Em seus estudos acerca do cristianismo primitivo, Engels percebeu os notáveis pontos de contato entre o cristianismo primitivo e o moderno movimento dos trabalhadores (Engels, 2024, p. 91). Segundo o autor,

[...] o cristianismo foi originalmente o movimento de oprimidos: ele entrou em cena primeiramente como religião de escravos e libertos, de pobres e sem direitos, de povos subjugados e dispersos por Roma. Tanto cristianismo quanto o socialismo dos trabalhadores pregam uma redenção iminente da servidão e da miséria [...] (Engels, 2024, p. 91).

De fato, originalmente o cristianismo era um movimento periférico, marginal, no interior do Império Romano. Em sua maior parte, composto por escravos e libertos, gente pobre e gente sem direito, um movimento galileu de pessoas subjugadas e desesperançosas na periferia da Galileia. Engels percebe o anseio por transformação que havia tanto no interior do cristianismo quanto no movimento dos trabalhadores europeus do seu tempo. A diferença estava em que lugar da história os cristãos e os socialistas colocavam suas perspectivas de transformação: os cristãos colocavam essa perspectiva na vida transcendente; os socialistas em uma transformação radical da sociedade. Logicamente, nem Engels ou qualquer outro socialista materialista diz que o cristianismo primitivo seria comunismo. No entanto, socialistas utópicos e socialistas cristão também fazem referência ao cristianismo primitivo da Igreja em Jerusalém como uma experiência comunal.

Para Engels: “[...] esse cristianismo, como não poderia deixar de ser, dadas as condições históricas, não quis realizar a transformação social neste mundo, mas no além, no céu, na vida eterna após a morte, no 'reino milenar' iminente” (Engels, 2024, p. 92). Observemos como Engels trata a questão. O autor considera que não basta que haja uma certa boa intenção por parte da religião em realizar transformações históricas; é preciso que se queira, no entanto, é preciso mais ainda que as condições históricas às transformações estejam, em certa medida, estabelecidas. Por interesses históricos envolvendo dinheiro e poder é que o próprio cristianismo deixou de realizar as transformações sociais neste mundo; e, também, porque as condições históricas de transformação não estavam postas. O cristianismo se tornou uma religião institucionalizada a serviço do Império, dependente do Império;

---

sociedade sem diferenças de classes, sem propriedade privada e sem poder estatal independente e estranho aos membros da sociedade. Todos os poderes existentes que não se adaptassem à revolução seriam destruídos, os trabalhos e os bens seriam comuns e estabelecer-se-ia a igualdade completa [...]” (Engels, 2010b, p. 83).

ela mesma uma instância de poder capaz de “guiar” o Império, dando-lhe uma sobrevida. À ideologia imperial romana acrescentou-se a ideologia cristã.

Ao lançar as expectativas de uma transformação para o mundo além, o cristianismo passou a cumprir uma função essencial no ordenamento da sociedade: “[...] Só com a perspectiva de uma recompensa no além foi possível alçar a renúncia ao mundo e a ascese estoico-filônica a condição de princípio ético fundamental de uma nova religião mundial que arreventou as massas oprimidas da população” (Engels, 2024, p. 113). Portanto, estamos diante de uma transformação operada dentro do cristianismo que guardava, também, movimentos proféticos (de contestação) em seu interior. O cristianismo conseguiu colocar-se em outra posição e assumiu função social imprescindível no interior do Império Romano e no Ocidente: de movimento marginal de intenções revolucionárias à principal instituição medieval.

Talvez, a religião, à semelhança da argila, venha a assumir a forma de acordo com as mãos que a manipulam<sup>737</sup>, “como barro nas mãos do oleiro”. A religião encontrou seu lugar sendo instrumentalizada para justificar a existência e as condições de trabalho; inspirar trabalhadores e trabalhadoras no cumprimento de suas funções; e, ainda, acalmar os espíritos revolucionários. A religião cumpre um importante papel legitimando as condições estruturais das existências individuais, apelando à moral, ao absoluto e ao devir. A religião é o primeiro e mais importante recurso moral com o qual se influencia as massas (Marx; Engels, 1975). Entretanto, se a religião não estiver submetida às mãos das classes dominantes que a moldam ou às vozes das classes altas que a vocalizam, pode ser instrumentalizada pelos trabalhadores e trabalhadoras? Possivelmente, sim. Engels havia percebido como as aspirações revolucionárias se apresentavam sob a roupa religiosa. Provavelmente, isso tenha se acentuado na América Latina com os movimentos de libertação.

Em todo caso, seja pela burguesia seja pelos trabalhadores, estamos admitindo que a religião dominante não tem vida própria. Sua vitalidade, neste caso, estaria condicionada ao ser humano e ao sentido que ele dá à experiência religiosa. Se houver algum sentido original do(s) autor(es) dos livros sagrados, em termos práticos ele está submetido à intenção de quem lê. De pronto, interpretando como se

---

<sup>737</sup> Interpretando Engels, Wallace Cabral Ribeiro considera que “[...] a religião não possui nenhuma essência em si, trata-se de um fenômeno histórico social, uma forma cultural em constante movimento que se transforma ininterruptamente; compondo e se decompondo incessantemente ao longo da história e assumindo variadas formas [...]” (Ribeiro, 2020, p. 23).

aquelas palavras se dirigissem ao leitor contemporâneo e tornando sua interpretação a verdadeira. É que a leitura já é uma interpretação<sup>738</sup>. Mais do que a um ser humano singular, a religião estaria subordinada à realidade e ao contexto sócio-histórico. Esta subordinação impõe limites e determinações. Dificilmente, alguém negaria as determinações econômicas da religião na contemporaneidade e como a religião hegemônica está a serviço dos interesses e das políticas das classes dominantes<sup>739</sup>.

Em vista do que nos propusemos nesta seção, precisamos ser mais claros em relação as contribuições de Engels a uma sociologia da religião. (i) Há um caráter contraditório para as religiões: podem ser instrumentalizadas para conservar o poder e as tradições religiosas e sociais e podem servir de força revolucionária, contestando o ordenamento religioso e social. Tomas Münzer se apropriou da linguagem e da retórica religiosa para mobilizar os camponeses em direção à libertação; ao mesmo tempo em que a Igreja Católica e Martinho Lutero instrumentalizaram a religião em direção a conservação do poder, cada um a seu modo, a primeira em direção à ordem feudal e o segundo em direção à burguesia. A partir do caráter contraditório para a religião, (ii) podemos considerar sua instrumentalização pelas classes dominantes.

Historicamente, a religião tem sido manipulada por agentes das classes dominantes, sejam políticos ou religiosos profissionais. Ao tratar das condições de vida das classes empobrecidas a própria linguagem é religiosa em termos de “vontade divina” e de “sacrifício pessoal”; nas palavras de Engels, “[...] A *Bíblia* serviu para justificar a monarquia pela graça de Deus, a obediência passiva e até a servidão [...]” (Engels, 2010b, p. 81). Mesmo que em linhas gerais haja uma manipulação da religião por parte das classes dominantes, (iii) ela também foi instrumento de mobilização das classes trabalhadoras. Müntzer recorreu à tradição dos antigos profetas hebreus, do movimento de Jesus de Nazaré e às crenças milenaristas para criticar a autoridade religiosa – ao lado de Lutero – e, também, se apropriou de uma perspectiva apocalíptica para igualdade social e para justiça a favor das classes trabalhadoras – posicionando-se contra Lutero, que se colocou ao lado dos príncipes.

A religião, portanto, é uma expressão das condições sociais, ela é um reflexo das determinações históricas e econômicas, em relação dialética com essas

---

<sup>738</sup> Remetemos a seção “4.1.3.1 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

<sup>739</sup> Significa pensar o lugar que a religião ocupa nas lutas de classes. Ao ser interpelado se “É possível fazer o socialismo com fé em Deus?” Leandro Konder respondeu: “[...] não só é *possível*, como é *absolutamente necessário* que o socialismo seja feito também – e decisivamente – por gente que tem fé em Deus” (Konder, 1984, p. 46).

determinações, podendo ser instrumentalizada pelas classes dominantes ou mobilizando as classes revolucionárias. Neste sentido, (iv) Engels e Marx operam – tomando a tradição crítica alemã acerca da religião – uma desmistificação da religião, das instituições religiosas, do clero, quiçá, do sentimento religioso. A religião dominante não é algo que paira abstratamente no ar das sociedades humanas. Também a religião e os clérigos têm lugar nas lutas de classes. Em circunstâncias especiais não se pode prescindir da religião, porém, não se pode centralizar a luta em torno da religião. Possivelmente, com maior conscientização dos sujeitos revolucionários nas lutas de classes, menor a centralidade da religião nestas lutas. A função social da religião como instrumento de manipulação nas mãos das classes dominantes diminui à medida que aumenta a conscientização das classes trabalhadoras acerca das lutas sociais e do lugar da religião.

## 5. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO

*- Em seguida – continuei –, imagina a nossa natureza, relativamente à educação ou à sua falta, de acordo com a seguinte experiência. Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa elevação, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no gênero dos tapumes que os homens dos “robertos” colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles.*

*- Eu os vejo – disse ele.*

*- Veja também ao longo deste muro homens que transportam toda a espécie de objetos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de lavor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados.*

*- Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas – observou ele.*

*- Semelhantes a nós – continuei. – Em primeiro lugar, pensas que, nestas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projetadas pelo fogo na parede oposta da caverna?*

*Platão, A República<sup>740</sup>.*

Fizemos um longo percurso até aqui, especialmente, no último capítulo, referente ao fundamentalismo religioso evangélico brasileiro. Tivemos a oportunidade de considerar, mesmo que panoramicamente, a gênese, o desenvolvimento histórico,

---

<sup>740</sup> Platão, 2001, p. 210.

as características e a função social do fundamentalismo religioso. Verificamos que a matriz religiosa protestante brasileira é fundamentalista e que as expressões mais recentes do fundamentalismo apontam para uma teocracia, com ideias de reconstruir a nação priorizando a interpretação e a moral religiosa cristã na sociedade, em aplicar a lei mosaica a esta referida sociedade e um apelo aos cristãos que dominem todas as áreas de uma determinada sociedade. Ressaltamos que a educação havia se tornado, já na gênese do movimento fundamentalista norte-americano, um campo de batalha. É importante lembrar, a respeito, que a ideia de batalhar ou de guerrear pela fé pertence à linguagem fundamentalista. No capítulo anterior acentuamos o tema da educação, entretanto, agora, pretendemos aprofundá-lo e tecer maiores considerações sobre a articulação entre educação e fundamentalismo religioso. Para tanto, iniciaremos pela relação social entre educação e religião e apresentaremos a discussão acerca do conhecimento religioso ou conhecimento teológico; depois, trataremos das concepções teórico-metodológicas de fundamentalistas religiosos para Educação e exemplificaremos com dois projetos educacionais, *educação domiciliar* e *Escola Sem Partido*, como expressões da confluência da agenda da extrema direita, da agenda fundamentalista e da agenda neoliberal para Educação.

### **5.1 A relação social entre educação e religião**

Na primeira quadra do século XXI, uma das grandes lutas se dá em torno da subjetividade. Como procuramos demonstrar, o capitalismo se impõe como uma nova forma de organização social, a estender seus tentáculos sobre todas as dimensões da sociabilidade humana e fazendo com que a forma mercadoria se transforme na principal mediação das relações sociais. Esta nova subjetividade<sup>741</sup> – resultado da relação dialética do capitalismo – é essencial à sustentação do próprio capitalismo na atualidade. A formação de trabalhadores e trabalhadoras através do taylorismo e do fordismo não consegue responder à demanda geral do capital hoje. Pode ocorrer em uma situação específica a permanência destes modelos produtivos, mas não como forma geral do capitalismo atual. Nesse sentido – de disputa pela subjetividade –, há uma confluência entre a agenda neoliberal, a agenda

---

<sup>741</sup> Conferir a seção “2.3 Neoliberalismo e subjetividade: uma nova subjetividade ou a subjetividade manipulada pelo capitalismo?”

conservadora e reacionária e a agenda fundamentalista para Educação e o crescimento de religiões fundamentalistas, que se dá, também, no contexto da crise do capitalismo e da agenda neoliberal. São exatamente projetos advindos destes campos neoliberais, conservadores/reacionários e fundamentalistas que avançam sobre a Educação, a fim de garantir uma permanente formação objetiva e subjetiva para o capitalismo. Para Dermeval Saviani, há um duplo componente da ofensiva da direita – em nossa compreensão, extrema direita – sobre a educação:

O primeiro é de caráter global e tem a ver com a fase atual do capitalismo que, tendo tomado conta de todo o globo, já não tem mais como se expandir; e, esgotando todas as suas possibilidades, entrou em profunda crise de caráter estrutural [...]

O segundo tem a ver com a especificidade da formação social brasileira marcada pela resistência de sua classe dominante em incorporar os de baixo [...] tramando golpes sempre presente o risco da participação das massas nas decisões políticas [...] (Saviani, 2020, p. 12-13).

Como afirmamos na *Introdução*, adotamos como teoria e método aplicado à relação social entre fundamentalismo religioso e educação o materialismo histórico-dialético, o que “[...] nos orienta primeiramente a analisar o fenômeno educativo em questão para depois lançar nota de sua síntese, fazendo dois caminhos em um mesmo processo [...]” (Silva; Hermida, 2021, p. 192), de investigação e exposição; que seria do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto pensado. Segundo Hedgard Rodrigues Silva e Jorge Fernando Hermida,

[...] um de ida, revelando as categorias, as contradições e os complexos articulados ao fenômeno e outro de volta, reconstruindo esse fenômeno que antes se apresentava de maneira desalinhada, de difícil compreensão, para apresentar uma aparência mais elucidada de suas determinações históricas [...] (Silva; Hermida, 2021, p. 192).

Após investigação e exposição do fundamentalismo religioso, suas origens, seu desenvolvimento histórico e sua função social, é preciso investigar e expor a relação social entre fundamentalismo religioso e educação, nos termos de projetos educacionais que se fundamentam na religião ou projetos religiosos que se expressam na educação, também em perspectiva materialista. Podemos, neste sentido, nos apropriar dos princípios adotados por Saviani, em sua historiografia da educação: princípio do caráter concreto do conhecimento histórico-educacional; princípio da perspectiva de “longa duração”; princípio do olhar analítico-sintético no

trato com as fontes; princípio da articulação do singular e do universal; e, finalmente, o princípio da atualidade da pesquisa histórica (Saviani, 2010, p. 3-4).

A fim de progredirmos, adequadamente, aos projetos educacionais que envolvam, de alguma forma, o avanço da religião na política pública para educação, convém, antes, demarcar três aspectos que expressam a relação educação-religião, no Brasil. São eles: educação confessional, laicidade do Estado brasileiro e Educação Religiosa. Já evidenciamos que a história da Educação no Brasil é a história da Educação atravessada pela Religião; e que esta foi parte constitutiva do processo de colonização e um instrumento ideológico nas mãos dos colonizadores<sup>742</sup>. Possivelmente e contraditoriamente, a educação confessional tenha sido um mecanismo utilizado para atender, simultaneamente, aos interesses de grupos educacionais religiosos, isto é, a formação confessional, e preservar a laicidade das escolas públicas, da educação pública. A confessionalidade na educação pertence à esfera privada de atuação. A questão presente não é de reserva de mercado, como se o interesse dos grupos religiosos fosse somente o lucro. Em verdade, em termos gerais, trata-se da instrumentalização da educação e de instituições educacionais como parte do projeto missionário, proselitista. Mantem-se a instituição religiosa, afirma-se, por meio da educação, as crenças de determinada confissão religiosa.

Seria a educação religiosa um resquício do período feudal? Claro que a educação religiosa não se restringe à tradição cristã. No entanto, na antiguidade clássica havia uma educação religiosa na formação de sacerdotes e de sacerdotisas, assim como houve, no período medieval, na formação do clero cristão. Uma educação confessional é, por definição, a exclusão de todas as outras educações confessionais, assim como a educação religiosa é a exclusão de todas as outras educações religiosas. Do contrário, seria uma educação acerca das religiões ou das tradições religiosas. De fato, uma educação confessional luterana é outra coisa diferente da educação confessional metodista que, por sua vez, é diferente da educação confessional presbiteriana que, do mesmo modo, é distinta da educação confessional batista e assim por diante. Sobretudo, se a educação confessional tiver como principal objetivo a preservação e a divulgação da respectiva confissão religiosa ou como meio de formar um quadro político com objetivo de assumir a burocracia do Estado e ocupar postos-chave na sociedade, em função do fundamentalismo religioso.

---

<sup>742</sup> Conferir a seção “2.1.4 Religião”.

Em determinado momento a instituição educacional, mantida por instituição religiosa que acredita ser a educação formal não apenas uma necessidade de formação humana, e sim uma forma de “glorificar a Deus” ou “fazer missão”, se deparará com a decisão inadiável de explicar e de justificar o funcionamento do mundo e a história humana, para nos limitarmos a dois exemplos. Uma instituição educacional mantida, dirigida e orientada por fundamentalistas cristãos diria que “Deus é o criador e sustentador de toda a criação” e que a história é conduzida por forças espirituais. Ou seja, teria que afirmar, contradizendo a ciência e o conhecimento humano adquiridos até então, sua fé em uma intervenção espiritual. Não haveria nem mesmo dificuldade em escolher. É que aquele ser humano foi formado para colocar sua crença acima de tudo: de outras crenças, de crença nenhuma, da ciência. Se, por breve momento ela titubeasse, seria acusada por sua própria consciência de estar “negando a fé” ou “traíndo os princípios e os valores religiosos”.

Neste sentido, é preciso aprofundar a reflexão a fim de descobrir se uma educação confessional é uma confissão de fé que se refugia ou se mantém através da Educação ou se é a educação instrumentalizada pela confissão de fé. Em qualquer caso, estes dois termos devem se excluir porque ou é Educação ou é Religião. Em algum momento haverá de se fazer uma opção entre uma coisa e outra dentro do próprio currículo escolar. Abrigar-se no fato de que, historicamente, confissões religiosas contribuíram para criação e para manutenção de instituições educacionais e, assim, à formação educacional e à divulgação do conhecimento, não elimina as contradições. Especialmente, em um contexto de avanço do fundamentalismo religioso sobre as políticas educacionais, como projetos claros de poder.

Tradicionalmente, existe a disciplina de “ensino religioso”. Isto é, uma disciplina escolar que cuida do ensino e da transmissão do conteúdo religioso. Em termos práticos não é difícil confundir ensino religioso com educação religiosa. Por “educação religiosa” compreende-se a educação para a formação religiosa, como um Seminário Teológico ou um Centro de Formação Teológica, como seria o caso de padres, de freiras, de pastores e de pastoras. O equívoco estaria, justamente, em fazer com que o ensino religioso tomasse contornos de educação religiosa, educação para uma determinada religião, para transmissão do dogma religioso, da doutrina; como que tornando a sala de aula um ambiente proselitista ou apologético. Até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4024/61), o ensino religioso era

de orientação católica romana e catequética. Para o contexto da primeira LDB não deve ser difícil constatar que esta fusão entre ensino religioso e educação religiosa foi intencional. Independente disto, o fato é que a transformação em si do ensino religioso para educação religiosa é uma ação política. Uma educação religiosa que se passasse por ensino religioso, que utilizasse da prerrogativa da existência de uma disciplina escolar voltada ao ensino religioso seria, concretamente, uma doutrinação religiosa. Um mecanismo legítimo de conhecimento acerca de uma determinada religião tornar-se-ia proselitismo: formação e/ou consolidação de novos religiosos.

Por outro lado, a substituição do conteúdo do ensino religioso por alguma coisa voltada à ética, desvirtuaria a própria concepção de ensino religioso. Seria o ensino de ética. A denominação de valores humanos para referir-se ao conteúdo ético e moral, como se fizesse parte intrínseca da religião, seja do dogma religioso seja da educação religiosa, também seria um acinte. Como conteúdo de ensino religioso, ministraremos liberdade, igualdade e fraternidade – lemas da Revolução Francesa – ou fé, esperança e amor – clássica tríade paulina. Claro que seria possível encontrar estas e outras virtudes nas tradições religiosas. Porém, como as três religiões monoteístas evidenciam, os valores humanos nas religiões não existem por si mesmos: eles podem ser acentuados ou dissimulados, a depender das condições objetivas e dos interesses religiosos e políticos. Alguma coisa como uma disciplina de espiritualidade poderia esbarrar em problemas semelhantes, como se os valores humanos e sociais estivessem, essencialmente, ligados a algo metafísico, espiritual.

Reconhecendo a disputa pela hegemonia do Estado é possível perceber as intenções dos evangélicos fundamentalistas<sup>743</sup>. Por causa disso, revelar a relação social entre fundamentalismo religioso e Educação é importante para resguardar a democracia e a laicidade da sociedade brasileira. A essa altura, precisamos considerar aquilo que especificamente toca na educação, nos educadores e educandos<sup>744</sup>. A agenda de poder do fundamentalismo evangélico, como

---

<sup>743</sup> Conferir a seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas: Teonomia, Reconstrucionismo, Teologia do Domínio e a Profecia das Sete Montanhas”.

<sup>744</sup> Para fins desta análise, esperamos que o(a) leitora(a) tenha em mente os graves ataques de políticas neoliberais à educação (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011; Behring, 2008), e as investidas e agressões, de conhecimento público, por parte de autoridades e representantes governamentais, aos docentes, aos discentes e às universidades. É que já analisamos estes aspectos em capítulo anterior Conferir a seção “2.2.2 Educação e neoliberalismo”.

anteriormente considerada<sup>745</sup>, percebe o Judiciário como estratégico para implementação de pautas conservadoras, moralizantes, de costumes e para limitar os direitos individuais<sup>746</sup>. As deliberações jurídicas e judiciárias que anulam conquistas históricas a favor das minorias e, especialmente, a judicialização destes e de outros temas considerados centrais para conservadores e fundamentalistas, com destaque para o Escola Sem Partido (PL 867/2015) e a educação sexual, são manifestações do recrudescimento de uma pauta que visa atender a interesses privados. Entre os discursos ideológicos destaca-se um, pejorativamente chamado de “ideologia de gênero”, a se espalhar na cena pública como acusação às esquerdas (e ao campo amplo denominado de progressistas), notadamente em tempo de eleição.

Há outros aspectos importantes na perspectiva fundamentalista relacionada à questão educacional: o ensino religioso na escola pública e o ensino do criacionismo como obrigatórios. É assegurada pela Legislação o Ensino Religioso nas escolas públicas. Portanto, não se trata disto exatamente, mas de que os conteúdos escolares mantenham uma crença religiosa fundamentalista como uma certa prioridade, mais ainda, como a possibilidade de uma catequese religiosa ou de um proselitismo religioso. Seria um espaço privilegiado à religião em sala de aula. Não a quaisquer religiões ou expressões religiosas e, sim, ao fundamentalismo religioso. Quanto mais profissionais não comprometidos com os dogmas fundamentalistas assumirem a disciplina de Ensino Religioso, maior possibilidade de um ensino a respeito das religiões, maior possibilidade de compreensão dos fenômenos religiosos, maior possibilidade de iniciação nas ciências das religiões e maior possibilidade de vivência do pluralismo religioso. Precisamente estes aspectos são compreendidos como uma ameaça real à fé fundamentalista.

Outra agenda obrigatória é o ensino do criacionismo judaico-cristão, interpretado em chave hermenêutica fundamentalista<sup>747</sup>. Parece-nos que no Brasil

---

<sup>745</sup> Conferir as seções “4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo religioso” e “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas”.

<sup>746</sup> Nós devemos observar a respeito da intenção de fundamentalistas religiosos submeterem o Legislativo e o Judiciário às interpretações fundamentalistas e à cosmovisão fundamentalista o avanço sobre a Câmara dos Deputados, sobre o Senado Federal e sobre o Supremo Tribunal Federal. Neste sentido, cumprem importantes papéis a Frente Parlamentar Evangélica e o “juiz terrivelmente evangélico”.

<sup>747</sup> Mircea Eliade (1980) relaciona trinta mitos cosmogônicos, incluindo mitos de criação do homem, da origem da morte e os mitos de dilúvios. Segundo o autor: “Existe uma grande variedade de mitos cosmogônicos. Podem, porém, classificar-se como segue: 1) criação ex nihilo (um ser supremo cria o mundo com o pensamento, pela palavra ou aquecendo-se em uma sauna, etc); 2) o motivo do

esta questão se apresenta na Educação Superior e em debates teológicos e filosóficos elaborados por religiosos e por cientistas cristãos. A doutrina da criação interpretada de acordo com a doutrina fundamentalista é muito importante para fundamentalistas. Ainda que outros cristãos se ocupem da doutrina da criação, interessa-nos a perspectiva fundamentalista por aquilo que consideramos desde a origem do movimento. De acordo com a Declaração Doutrinária de Bancroft: “As Escrituras mostram, clara e enfaticamente, que o homem é o resultado de atos imediatos, especiais, criativos e formativos de Deus” (Bancroft, 1995, p. 207). O Criacionismo é a doutrina cristã de que Deus criou todas as coisas visíveis e invisíveis para sua glória, a fim de receber glória (Thiessen, 1997). Além da afirmação do dogma religioso, exige-se a negação e a rejeição das teorias iniciadas por Charles Darwin – evolução, seleção e adaptação das espécies – e seus desdobramentos que gozam de amplo apoio científico. O primeiro é uma crença, o segundo, uma teoria científica.

Por que é tão importante a defesa do Gênesis como um livro histórico? Em nossas análises, nos concentramos no tema da criação em *Gênesis 1-2*. Então, vamos refazer a questão: Por que é essencial, para cristãos fundamentalistas, a defesa e a necessidade de demonstrar que as narrativas literárias d’a origem do homem são relatos históricos? Relacionaremos algumas razões para esse comportamento, tendo sempre em vista a perspectiva da fé fundamentalista como compreendidas por nós no capítulo anterior<sup>748</sup>, desde a origem do movimento fundamentalista.

---

mergulhador terrestre (um deus envia algumas aves aquáticas ou animais anfíbios ou mergulha no fundo do oceano primordial para extrair uma partícula de terra da qual se forma todo o universo); 3) criação por meio da divisão de uma unidade primordial em duas [três variantes podem ser distinguidas neste caso: a) separação do céu e da terra, isto é, dos progenitores do mundo; b) separação de uma massa amorfa original, o “caos”; c) a divisão em dois de um ovo cosmogônico]; 4) criação através do desmembramento de um ser primordial, que pode ser uma vítima antropomórfica voluntária (Ymir na mitologia escandinava, o Purusha védico da Índia, o Pian-ku chinês) ou um monstro aquático derrotado após uma batalha terrível (o Tiamat babilônico) [...]” (Eliade, 1980, p. 95). “Hay una gran variedad de mitos cosmogónicos. Pueden, sin embargo, clasificarse como sigue: 1) creación ex nihilo (un ser supremo crea el mundo con el pensamiento, por la palabra o calentándolo en una sauna, etc.); 2) el motivo del buceador de la tierra (un dios envía unas aves acuáticas o animales anfíbios o se sumerge él mismo hasta el fondo del océano primordial para extraer una partícula de tierra de la que luego se forma todo el universo); 3) creación mediante el recurso de dividir en dos una unidad primordial [pueden distinguirse en este caso tres variantes: a) separación del cielo y la tierra, es decir, de los progenitores del mundo; b) separación de una masa amorfa original, el «caos»; c) la división en dos de un huevo cosmogónico]; 4) creación mediante el desmembramiento de un ser primordial, que puede ser una víctima antropomórfica voluntaria (Ymir en la mitología escandinava, el Purusha védico de la India, el chino Pían-ku) o un monstruo acuático derrotado después de una batalla terrorífica (la babilónica Tiamat) [...]”

<sup>748</sup> As razões abaixo relacionadas foram esboçadas como trabalho final da disciplina “Perspectivas Socioantropológicas da Religião”, ministrada pelo Dr. Emanuel Freitas, no Programa da Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. As razões listadas devem ser aprofundadas em publicação posterior.

(i) Todos os textos e narrativas bíblicas devem ser compreendidos de forma literal. O fundamentalismo religioso – como reação à modernidade e à teologia liberal – só admite os textos que se referem a acontecimentos históricos literalmente. As doutrinas fundamentalistas só podem existir em referência à ideia de uma historicidade dos textos – ainda que as doutrinas guardem mais o desenvolvimento histórico da própria doutrina do que a exegese bíblica. Os religiosos fundamentalistas precisam transmitir a ideia de que suas doutrinas são bíblicas – mesmo que as doutrinas se baseiam mais na história do desenvolvimento da doutrina e suas interpretações do que na intenção dos autores dos textos considerados sagrados.

(ii) Segundo interpretado por fundamentalistas, os textos da criação do homem estabelecem o objetivo da divindade para humanidade. O objetivo para o homem e para a criação – como se chama o restante na natureza – está posto na origem, como interpretada por fundamentalistas. São textos considerados sagrados e normativos. Este é um aspecto importante àquilo que se estabeleceria como uma moral ou uma ética cristã fundamentalista. Pertence ao primeiro capítulo da Bíblia a suposta orientação ao domínio: “[...] Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e *sujeitai-a; dominai* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra [...]” (Gênesis 1.28, grifo)<sup>749</sup>.

(iii) O ideal presente nos textos de origem contempla apenas homem e mulher nos respectivos papéis de homem e mulher – segundo interpretados por fundamentalistas –, não permitindo, portanto, nenhuma identidade que não seja heterossexual, patriarcal<sup>750</sup> e religiosa – no sentido de aliança com a divindade – naquilo que tem sido um argumento a favor de uma ordem natural (Figura 8).

(iv) Com base nos primeiros capítulos do Gênesis é que círculos judaicos e cristãos procuraram legitimar o lugar social da mulher. Parte desta prática está registrada em *2 Timóteo 2.9-15*: “[...] Da mesma sorte, que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras (como é próprio às

<sup>749</sup> Conferir a seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas: Teonomia, Reconstrucionismo, Teologia do Domício e a Profecia das Sete Montanhas”.

<sup>750</sup> Em uma pregação realizada em 2019, Edir Macedo explicou a razão pela qual não permitiu que suas filhas fizessem faculdade: “‘Você vai fazer até o ensino médio. Depois, pode fazer faculdade. Mas, até o seu casamento, você vai ser apenas uma pessoa de ensino médio’, diz o bispo no vídeo, referindo-se ao que teria dito às filhas. ‘Se a Cristiane fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse um grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça. Ela seria a cabeça’, falou” (De Universa, 2019).

mulheres que professam ser piedosas). A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio. Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor, e santificação, com bom senso [...]” (Bíblia)<sup>751</sup>. Em nossa compreensão, estes textos surgiram exatamente como legitimação do lugar social do homem e da mulher e expressam bem textos sagrados refletem relações de poder<sup>752</sup>.

(v) *Gênesis* precisa ser literal tanto quanto o *Apocalipse de São João*. Se o que estiver escrito no primeiro livro da Bíblia não for literal, segundo seus intérpretes, não é possível crer naquilo que diz o último. E a escatologia é importante no movimento fundamentalista – como expusemos em seu desenvolvimento histórico.

Figura 8 – A ordem natural do lar.



Fonte: Arquivo pessoal.

Observemos que para cristãos fundamentalistas esses textos dos três primeiros capítulos da Bíblia não apenas fazem parte de um passado distante, mas

<sup>751</sup> Durante pregação, o pastor e Ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou: “Quando o pai é ausente dentro da casa, o inimigo ataca. Quando o pai não impõe – impõe, essa é a palavra, me desculpe, é a palavra usada – a direção que a família vai tomar... Não é que ele é o mandatário que sabe tudo, não. Mas ele, o pai, o homem, dentro da casa, segundo a Bíblia é o cabeça do lar, ele aponta o caminho que a família vai tomar” (Zanini, 2020).

<sup>752</sup> Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

têm importância para hoje. Essa pretensa relevância do texto se encontra na crença de que ele se constitui palavra da divindade para hoje e, portanto, exige obediência por parte do fiel. Não se deve admitir, por exemplo, relacionamentos homoafetivos porque a divindade “criou homem e mulher”; a mulher deve ser submissa ao marido porque esta é a ordem da criação, “primeiro o homem e do homem a mulher”; o papel da mulher é distinto na ordem da criação e por meio dela entrou o pecado no mundo; ao homem compete dominar a terra. Assim, o ensino do mito cristão da criação tem implicações para o presente, como que uma moral supostamente extraída da interpretação literal fundamentalista de um texto cosmogônico e de fundação. A própria prática missional fundamentalista – de aconselhamento pastoral, de cura e de libertação – acaba influenciada por essa perspectiva teológica. Em síntese: o controle social exercido a partir da religião precisa referenciar-se – segundo a interpretação da própria religião fundamentalista<sup>753</sup> – nos textos sagrados. Ao destacarmos este aspecto, chamamos atenção à política do fundamentalismo religioso.

## **5. 2 Conhecimento religioso ou teológico é, realmente, conhecimento?**

Entre os aspectos aos quais precisamos tratar quando se pensa em Educação está a fonte do conhecimento. Ou seja, de que maneira o ser humano adquirir, se apropria, constrói e sistematiza o conhecimento? Em nosso horizonte está a relação social entre Educação e Religião, portanto, nosso olhar se volta ao conhecimento religioso ou teológico, inicialmente, como apresentado nos clássicos manuais de metodologia, afinado ao positivismo<sup>754</sup>. De pronto, é necessário precisar de que estamos falando. É curioso que certos autores chamem de “formas de conhecimento” (Ferrari, 1974); alguns de “tipos de conhecimento” (Lakatos; Marconi, 1991); outros de “níveis de conhecimento” (Cervo; Bervian, 1996); ou, ainda, de “grandes ângulos” de busca de conhecimento e sentido (Barros; Lehfeld, 2007). Estas designações são, no mínimo, inusitadas. É que “forma” é uma coisa, “tipo” outra, “nível” ainda outra e “ângulo” não tem nenhuma semelhança com as designações anteriores. Um nível pode ser escalonado, como nível um, dois, três etc., em sentido

---

<sup>753</sup> Certamente, poderíamos utilizar uma interpretação não fundamentalista como forma de aproximação teórico-metodológica aos referidos textos considerados sagrados de Gênesis 1-2, entretanto, não é este o objetivo do presente trabalho.

<sup>754</sup> Utilizamos os conceitos como apresentados nos quatro manuais de metodologia citados.

ascendente. Ou pode ser, também, aprofundado, à medida que descemos aos níveis um, dois, três etc. Ao se referir a níveis de conhecimento não se permite – à primeira vista –, constatar desequilíbrio ou distinção entre eles, além do quantitativo, mesmo que se acrescente a designação do nível, a fim de elevá-lo qualitativamente. Semelhante consideração pode ser realizada em relação aos tipos ou aos ângulos, mesmo que, a seu modo, cada um guarde suas características e precisem, igualmente, ser complementado ou adjetivado. O mais importante parece ser que estas palavras não guardam relações entre si, não estando no mesmo campo semântico, sinônimas. Optamos em tratar como “formas” do conhecimento, que mantém a distinção dos ângulos, dos níveis ou dos tipos e permite fazer uma mínima diferenciação qualitativa. Quais são, propriamente, as formas do conhecimento humano?<sup>755</sup> A própria apresentação – linear – pode transmitir a ideia de que exista uma equivalência entre elas sugerindo, intencionalmente ou não, que, à sua maneira, cada uma chega ou alcança a mesma verdade que as demais. Seguiremos a ordem apresentada por Ferrari (1974). Nossas considerações serão feitas após a apresentação sucinta de cada forma do conhecimento – mantendo como norte nosso objeto de pesquisa e o princípio metodológico por nós adotado.

### *5.2.1 As supostas quatro formas do conhecimento humano*

#### a) Conhecimento do senso comum.

O conhecimento do senso comum – também chamado de conhecimento empírico ou vulgar – é o conhecimento do popular, que se alcança casualmente, após várias tentativas de acerto e de erro (Cervo; Bervian, 1996, p. 7). É o conhecimento que se adquire pela vivência e pela experiência (Barros; Lehfeld, 2007, p. 39). Esta forma de conhecimento se caracteriza por ser sensitivo, superficial, subjetivo, destituído de método e impregnado de projeções psicológicas (Barros; Lehfeld, 2007, p. 39-40); pode ser descrito como valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato (Lakatos e Marconi, 1991, p. 78). Não se nega, entretanto, certo valor

---

<sup>755</sup> Apesar de estabelecerem as mesmas quatro formas de conhecimento, os autores divergem na apresentação da ordem: Cervo e Bervian consideram empírico, científico, filosófico e religioso; enquanto Lakatos e Marconi anotam popular, filosófico, religioso e científico. Barros e Lehfeld seguem a mesma ordem, denominando o popular de sensível e o religioso de teológico. Alfonso Ferrari relaciona popular, religioso, filosófico e científico.

ao conhecimento do senso comum, até porque, ao longo do tempo, é possível que através da observação – como das estações do ano, das plantações etc. –, se acumule algum grau de verdadeiro conhecimento acerca dos objetos ou dos fenômenos. Como afirma Ferrari, normalmente, “[...] as pessoas possuem ‘conhecimento familiar’ do pequeno mundo em que vivem [...]” (Ferrari, 1974, p. 12).

#### b) Conhecimento religioso.

De acordo com Aidil Barros e Neide Lehfeld, “[...] A teologia tem por objeto de estudo os ‘princípios da vida’, enquanto estes têm a sua causa suficiente em outro ser” (Barros; Lehfeld, 2007, p. 43). Os mesmos autores prosseguem afirmando que se trata do: “[...] estudo do Absoluto e da relação que existe entre ‘Absoluto’ e ‘relativo’. A matéria de estudo é Deus [...]” (Idem). Estabelecem, portanto, uma relação sujeito, objeto e conhecimento em que a teologia é o conhecimento que o relativo alcança acerca do Absoluto. Ao se referirem ao conhecimento teológico, Amado Cervo e Pedro Bervian asseveram que: “Esse conhecimento revelado ocorre quando há algo oculto ou um mistério, alguém que o manifesta e alguém que pretende conhecê-lo” (Cervo; Bervian, 1996, p. 11). Ou seja, o conhecimento religioso depende, fundamentalmente, de uma revelação. Por isso, a fé é uma exigência da forma de conhecimento religioso (Lakatos; Marconi, 1991; Cervo; Bervian, 1996). O conhecimento teológico parte de inúmeros pressupostos – ser a priori, perfeição, princípio vital, essência –, como verdadeiros e capazes de explicar a realidade.

#### c) Conhecimento filosófico.

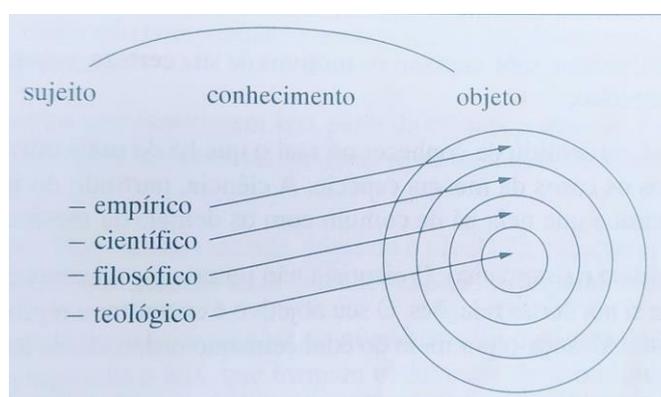
“A tarefa fundamental da filosofia resume-se na reflexão [...]”: esta é a afirmação central de Amado Luiz Cervo e Pedro Alcino Bervian (1996, p. 11). De acordo com Barros e Lehfeld: “Trata-se de um conhecimento caracterizado por objeto próprio, objetivos e métodos os quais se tornam expressos em conceitos, juízos e argumentos adequados às formas de pensamento que obedecem a rigores lógicos” (2007, p. 43). Estes autores permitem constatar certos elementos característicos do conhecimento filosófico, com destaque para a conceituação e a lógica. A filosofia se esforça na compreensão da realidade (Cervo; Bervian, 1996). Ferrari (1974) lembra

que, no conhecimento filosófico, é permitido estabelecer, em primeiro lugar, as hipóteses; e que estas estão baseadas na experiência. Ele diferencia experiência de experimentação – o que caberia ao conhecimento científico. É que “[...] o objeto de análise da filosofia são as ideias, relações conceptuais, exigências lógicas que não são redutíveis a realidades materiais [...]” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 79).

d) Conhecimento científico.

O conhecimento científico representa uma distinção em relação às demais formas de conhecimento. É a construção de um método que procura conhecer, de maneira sistemática, o objeto – suas relações internas e externas – e os fenômenos – através de suas causas e efeitos (Cervo; Bervian, 1996; Barros; Lehfeld, 2007). Por isso, a rigor, o “[...] método científico é, pois, um instrumento de trabalho [...]” (Cervo; Bervian, 1996, p. 21). O método científico apresenta procedimentos a fim de alcançar os objetivos ou as intencionalidades (Barros; Lehfeld, 2007): observação, hipótese, experimentação, indução ou dedução, análise e síntese, teoria e doutrina (Cervo; Bervian, 1996, p. 24-41). De acordo com Alfonso Ferrari (1974), as principais características do conhecimento empírico são: factual, analítico, geral, sistemático, acumulativo, falível, verificável, explicativo, preditivo e útil.

Figura 9 – Fontes do conhecimento.



Fonte: Cervo; Bervian, 1996, p. 7.

Observemos que, propositalmente, tanto no diagrama (Figura 9) como na exposição do texto, Luiz Cervo e Pedro Bervian consideram o centro o conhecimento teológico. A representação do alvo e suas flechas é elucidativa. Podemos substituir

alvo por objetivo? É difícil imaginar ou supor qualquer tipo de escalonamento ou progressão em que, partindo do popular e passando pelo científico e pelo filosófico, alcance o teológico. Talvez, os autores tenham em mente a busca de sentido ou de respostas existenciais, como se a fé ou a crença fossem as únicas capazes destas conclusões. De fato, os autores consideram, por exemplo, que somente o conhecimento religioso é capaz de alcançar aquilo que chamam de “Absoluto”. Provavelmente, a possibilidade de um conhecimento religioso apareça nos manuais de metodologia mais para acomodar a metafísica e a teologia do que para uma descrição das formas de conhecimento. Isto seria possível graças a aproximação da religião de um campo específico da filosofia<sup>756</sup>. De acordo com Eva Lakatos e Marina Marconi, o conhecimento filosófico “[...] procura responder às grandes indagações do espírito humano [...]” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 79). Em sendo assim, o conhecimento teológico estaria mais próximo de um segmento do conhecimento filosófico ou um tipo de filosofia do que do conhecimento popular.

Mesmo que assumíssemos que cada forma de conhecimento cuida de uma área específica da vida humana, ou seja, tomando diferentes objetos e fenômenos com diferentes abordagens, não seria promissor. Teríamos cercadinhos de supostos conhecimentos incomunicáveis entre si, apresentando-os como equivalentes e um esforço permanente por mantê-los, especialmente, o senso comum e o religioso, equivalentes aos demais. Até porque não existe uma possibilidade de progressão entre eles, como se o senso comum gerasse o religioso, e este o filosófico que, por fim, traria o científico – e, ainda que ocorresse, não há neutralidade científica, como veremos. O que estamos afirmando é que a constatação didática de que existem formas de conhecimento – historicamente, é possível constatar que pessoas, grupos e sociedades se guiaram por essas formas de conhecimento – não pode representar o reconhecimento ou a legitimação dessas formas como adequadas à explicação da realidade, das sociedades, dos seres humanos e dos fenômenos sociais ou naturais.

### *5.2.2 Apresentação e crítica ao suposto conhecimento religioso ou teológico*

---

<sup>756</sup> Praticamente toda teologia cristã bebe na fonte do platonismo, tornando-se um neoplatonismo. Há apenas duas grandes exceções: Tomás de Aquino, que utiliza a filosofia aristotélica e Rudolf Bultmann, com o existencialismo. Teríamos que aprofundar os estudos para saber a recepção filosófica que cada teólogo faz.

Entre as muitas canções gospels de sucesso nos últimos anos, está *Ninguém explica Deus*<sup>757</sup>, composição de Clovis Pinho. Com uma melodia doce e com rimas bem cadenciadas, remetendo a vários acontecimentos e situações – desde a formação do universo à existência de um ser humano singular –, afirma com força que: “Do crente ao ateu. Ninguém explica Deus”. O refrão, logicamente, é um mantra da ideia principal da canção. Em um primeiro momento somos conduzidos a concordar com essa perspectiva. Como poderia um ser *relativo* conhecer um ser *Absoluto*, ou o *finito* explicar o *infinito*? Bem, os que com muito fervor cantam este hino fazem é, exatamente, tentar explicar Deus e apresentar sua vontade. A própria música é uma forma de explicar Deus ao dizer que é inexplicável. Cada teologia cristã – quer assuma ou não – é *uma* pretensa explicação de Deus. Apesar de havermos utilizado o artigo indefinido, as teologias se apresentam como *a* explicação de Deus; não uma explicação entre tantas outras, mas *a* verdadeira; sobretudo, quando se trata de teologias denominacionais – construídas por teólogos profissionais e abraçadas por denominações cristãs. As divergências entre elas também não deixam muitas alternativas: ou todas estão corretas, ainda que diferentes, ou todas estão erradas, ainda que correspondentes. É que, do ponto de vista religioso, estar parcialmente certo – e, logicamente, parcialmente errado –, só pode significar estar totalmente errado. Um religioso só pode permanecer consagrado negando qualquer possibilidade de erro em si, em sua teologia, na sua denominação e na teologia desta. É uma perspectiva metodológica e filosófica excludente, antitética e maniqueísta. Daí, algumas teologias só conseguem se firmar negando as demais. Como temos necessidade de compreender o conhecimento religioso ou teológico, retomaremos alguns aspectos centrais apresentados em clássicos manuais de metodologia.

O conhecimento religioso ou mais propriamente dito, conhecimento teológico, implica na crença de que as verdades tratadas são infalíveis, indiscutíveis, por serem reveladas pelo sobrenatural. É um conhecimento sistemático do mundo como obra de um criador divino e cujas evidências não são verificadas. Neste caso, a adesão do crente é um ato de fé [...] O conhecimento religioso se apoia na doutrina que contém proposições sagradas. (Ferrari, 1974, p. 12).

---

<sup>757</sup> “Nada é igual ao seu redor. Tudo se faz no seu olhar. Todo o universo se formou no seu falar. Teologia pra [sic] explicar. Ou Big-Bang pra [sic] disfarçar. Pode alguém até duvidar. Sei que há um Deus a me guardar. E eu, tão pequeno e frágil, querendo sua atenção. No silêncio encontro resposta certa então. Dono de toda ciência, sabedoria e poder. Oh, dá-me de beber da água da fonte da vida. Antes que o ar já houvesse. Ele já era Deus. Se revelou aos seus. Do crente ao ateu. Ninguém explica Deus [...]”. (Preto no branco, Clovis Pinho).

O conhecimento religioso, isto é, teológico, apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas (*valorativas*), por terem sido reveladas pelo sobrenatural (*inspiracional*) e, por esse motivo, tais verdades são consideradas *infalíveis* e indiscutíveis (*exatas*); é um conhecimento *sistemático* do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências *não são verificadas*: está sempre implícita uma atitude de fé perante um conhecimento revelado. Assim, o conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as “verdades” tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em “revelações” da divindade (sobrenatural) [...]. (Lakatos; Marconi, 1991, p. 79).

O conhecimento revelado – relativo a Deus – aceito pela fé teológica, constitui o conhecimento teológico. É aquele conjunto de verdades a que os homens chegam, não com o auxílio de sua inteligência, mas mediante a aceitação dos dados da revelação divina. Vale-se de modo especial do argumento de autoridade. São os conhecimentos adquiridos nos Livros Sagrados e aceitos racionalmente pelos homens, depois de terem passado pela crítica histórica mais exigente. O conteúdo da revelação, feita a crítica dos fatos aí narrados e comprovados pelos sinais que a acompanham, reveste-se de autenticidade e de verdade. [...]. (Cervo; Bervian, 1996, p. 12).

Na teologia, o método é reflexivo e lógico. A fonte de conhecimento encontra-se nos livros sagrados, que não precisam necessariamente ser cristãos. Embora teologia tenha consignado em si o dado de fé, teologia e fé não são a mesma coisa. Isso porque a teologia é uma reflexão lógica, embora tome como primeiros princípios não os princípios da razão, mas os da revelação. (Barros; Lehfeld, 2007, p. 43-44).

Do que acabamos de ler, existem alguns elementos presentes em todos os autores e autoras. O principal é o conceito de revelação. O conhecimento religioso ou teológico é um conhecimento revelado pelo sobrenatural (Ferrari, 1974; Lakatos; Marconi, 1991), em que homens e mulheres aceitam a referida revelação divina (Cervo; Bervian, 1996). Por ser revelado pelo sobrenatural ou pelo divino, suas proposições são sagradas, sistematizadas ou não a partir de livros considerados sagrados. Talvez, por conta do próprio processo de racionalização sistematizada da fé ou da experiência religiosa, naquilo que se concebe como teologia, uma reflexão lógica (Barros; Lehfeld, 2007), haja preeminência das religiões do(s) Livro(s). Neste contexto, qualquer revelação – ou sua interpretação – será considerada, em si mesma, sagrada; logo, tratada como infalível ou indiscutível (Ferrari, 1974; Lakatos; Marconi, 1991). O conhecimento religioso ou teológico está ancorado, portanto, na autoridade da revelação – de seu intérprete ou mediador – e na fé, como exigência ao ato de conhecer (Ferrari, 1974; Lakatos; Marconi, 1991). A conclusão só pode ser que o conhecimento religioso ou teológico, por seus pressupostos e características, é o conhecimento verdadeiro ou o conhecimento a respeito da verdade<sup>758</sup>.

---

<sup>758</sup> Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

Vimos que toda a linguagem utilizada para designar e para caracterizar o conhecimento religioso ou teológico é de conteúdo teológico ou religioso: revelação, sobrenatural, divino, sagrado e fé. O que é, em certo sentido, de se esperar em se tratando de uma descrição. Entretanto, pode extrapolar ao ponto de se assemelhar a uma defesa dessa forma de conhecimento. Consideremos a seguinte afirmação: “[...] O conteúdo da revelação, feita a crítica dos fatos aí narrados e comprovados pelos sinais que a acompanham, reveste-se de autenticidade e de verdade [...]” (Cervo; Bervian, 1996, p. 12). Esta declaração se dirige ao leitor em geral ou ao fiel que endossa o conhecimento teológico? Em vista de que, o conhecimento teológico a si mesmo se arroga a condição de autêntico e de verdadeiro e, assim, não admite crítica ou mesmo contestação. E é preciso que se diga que a crítica à religião cristã e aos seus dogmas – ou seja, que extrapola o conhecimento religioso ou teológico – surgiu dentro do protestantismo europeu.

Para Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, “[...] o sujeito cognoscente pode penetrar nas diversas áreas [...]” (1991, p. 80), utilizando os diversos tipos (formas) de conhecimento, a depender do objeto e do objetivo do estudo. As autoras consideram que é possível observar o ser humano “[...] como um ser criado pela divindade, à sua imagem e semelhança, e meditar sobre o que dele dizem os textos sagrados” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 80). Estas poucas palavras expressam aquilo que os próprios religiosos consideram verdades religiosas, especialmente, os de tradição judaico-cristã<sup>759</sup>: o ser criado pela divindade; à sua imagem e semelhança; e meditar a respeito da divindade com base em textos considerados sagrados. Do início ao fim é uma linguagem religiosa específica para designar uma experiência religiosa humana específica que, tendo seu lugar na vida privada de um indivíduo singular – ou mesmo de um grupo de indivíduos singulares – não pode se aplicar ao conjunto das sociedades, até porque parte de uma identidade religiosa que, obrigatoriamente, exclui as demais. De forma mais clara, as autoras defendem que:

---

<sup>759</sup> “Nada se assemelha a Ele, e é o Oniuvinte, o Onividente.” (Sura 42:11). Aparentemente, o islamismo não acredita que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus. É uma compreensão bem diferente das tradições judaicas e cristãs. Mesmo no interior destas tradições há divergências. Queremos dizer: nem todos os judeus entendem do mesmo modo o sentido de ser criado à imagem e semelhança de Deus; assim como nem todos os evangélicos adotam a mesma percepção a respeito do tema.

[...] estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa: um cientista, voltado, por exemplo, ao estudo da física, pode ser crente praticante de determinada religião, estar filiado a um sistema filosófico e, em muitos aspectos de sua vida cotidiana, agir segundo conhecimentos provenientes do senso comum.” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 80)<sup>760</sup>.

De fato, é inegável que em um ser humano qualquer (co)existam diferentes formas de conhecimento – popular, teológico, filosófico e científico. No entanto, não significa que elas estejam em harmonia ou que interajam em um mesmo objetivo, como se cada uma pudesse contribuir com o melhor de si na construção do todo. Ao contrário! Uma religião – como temos demonstrado – é em si mesma um sistema filosófico, um sistema de crenças, uma forma de explicar e de se posicionar no mundo, uma prática que, a rigor, tende a excluir outras filosofias<sup>761</sup> religiosas ou não. E, se assumirmos a possibilidade de que seja um cientista ou alguém que se proponha a fazer ciência, terá que renunciar a suas crenças religiosas a fim de avançar em conhecimento. Afinal, é impossível trabalhar cientificamente com a hipótese de uma criação – ação de um ser criador – ao buscar explicar os fenômenos e os objetos.

Se assumirmos que conhecimento religioso é conhecimento, devemos nos perguntar: Qual a origem do conhecimento religioso e como os religiosos percebem o próprio conhecimento que produzem? A resposta à pergunta proposta só pode ser encontrada nos arraiais das próprias religiões e de seus representantes. Como nosso objeto se restringe ao fundamentalismo religioso evangélico, o caminho a trilhar é o da literatura evangélica fundamentalista. O conhecimento religioso ou teológico seria, de forma bastante elementar, o conhecimento a respeito da divindade ou das coisas sagradas<sup>762</sup>. David James Burrell propõe cinco caminhos para o conhecimento de Deus: o primeiro é a intuição; o segundo é a razão; o terceiro é o dos cinco sentidos, em que a fé seria alguma coisa como o “sexto sentido”; o quarto caminho seria a

---

<sup>760</sup> Importante observar a dependência que Eva Lakatos e Marina Marconi tem de Alfonso Ferrari. De acordo com Ferrari: “No ser humano podem existir, concomitantemente, diversas formas de conhecimento. Não é de se estranhar que um renomado cientista possa ser também crente participante ou praticante de sua religião e que ainda, possa estar engajado dentro de uma orientação filosófica, isto sem por de lado aqueles conhecimentos que são provenientes do senso comum. Ora, o fato de persistirem concomitantemente diversas formas de conhecimento no ser humano, não acarreta conflitos, devido à extração seletiva, nas mais diversas situações; pois, as configurações de conteúdo e de método são por demais suficientes para que as pessoas possam se comportar como cientistas, filósofos, crentes e como pessoas comuns. Aqueles que se dedicam a atividades científicas não estão dissociados do mundo mais amplo de afazeres humanos.” (Ferrari, 1974, p. 11).

<sup>761</sup> Objetivamente, não está em questão nem mesmo a filosofia materialista, em vista de que tanto a relação *entre* quanto a reflexão *sobre* marxismo e religião permanecem em aberto (Löwy, 2022).

<sup>762</sup> “Ter uma relação adequada com Deus é literalmente uma questão de vida ou morte. Todos os ‘ismos’ são dignos para ser aprendidos, mas a TEOLOGIA é indispensável. Devemos conhecer a Deus” (Burrell, 2005, p. 591).

revelação; e o quinto é a *encarnação*<sup>763</sup>. No caso que estamos analisando, parece-nos que está em destaque a ideia de revelação<sup>764</sup>. Para o teólogo Louis Berkhof “[...] Se Deus não houvesse se revelado, a religião seria impossível. Se não houvesse se dado a conhecer, o homem não teria nenhum conhecimento de Deus, e por si mesmo, jamais chegaria a descobrir Deus [...]” (Berkhof, 1966, p. 18)<sup>765</sup>. Esta é uma síntese adequada da compreensão evangélica, que expõe a necessidade da revelação e a possibilidade do conhecimento humano. O que torna a revelação especial necessária é o pecado (Berkhof, 1966), isto é, a impossibilidade humana de conhecer, por si mesmo, a divindade, já que o pecado é a limitação essencial do ser humano.

Na compreensão de certos teólogos, a teologia é “[...] a ciência que trata do nosso conhecimento de Deus e das suas relações para com o homem. Trata de tudo quanto a relaciona com Deus e com os propósitos divinos” (Pearlman, 1987, p. 13). Uma aproximação entre religião/teologia e ciência é uma forma desta legitimar aquela, como afirma James Orr: “[...] a ciência e as visões bíblicas de Deus, do homem e do mundo não estão em nenhuma relação real de conflito [...]” (Orr, 2005, p. 139). O único conhecimento científico admitido por fundamentalistas é o conhecimento que corrobora com os dogmas fundamentalistas. Quando se trata de justificar a afirmação da teologia como ciência, Myer Pearlman escreve o seguinte:

Por que descrevemos a teologia ou a doutrina como sendo uma “ciência”? a ciência é a disposição sistemática e lógica de fatos comprovados. A teologia é chamada ciência porque consiste em fatos relacionados com Deus e com as coisas de ordem divina, apresentadas de uma maneira lógica e ordenada (Pearlman, 1987, p. 13).

---

<sup>763</sup> Doutrina aceita por grande parte da cristandade em que Jesus Cristo é o Deus encarnado, o Verbo de Deus, a Revelação do Pai. Em Jesus coexistem duas naturezas: a humana e a divina. Ele é, simultaneamente, Deus e Homem.

<sup>764</sup> Para os teólogos conservadores e para fundamentalistas existem duas grandes revelações da divindade: a revelação geral, através da criação e da natureza; e a revelação especial, a Bíblia Sagrada. interessa-nos apenas esta última. Para a compreensão de teólogos conservadores e fundamentalistas acerca da revelação geral, remetemos a: Berkhof, 1966; Thiessen, 1997; Erickson, 2015; Horton, 2023. Os teólogos conservadores e fundamentalistas reconhecem os limites de uma revelação natural ou universal: “[...] De que fonte extrairemos a verdade inerente acerca de Deus? A natureza, na verdade, revela a existência, o poder e sabedoria de Deus. Mas não expõe o caminho do perdão, e nenhum meio provê de escapar ao pecado e suas consequências. Ela não supre incentivo algum para a santidade e nenhuma revelação fornece acerca do futuro [...]” (Pearlman, 1987, p. 15). Veja que é uma compreensão dentro da própria teologia conservadora ou fundamentalista.

<sup>765</sup> “[...] Si Dios no se hubiera revelado, la religión sería imposible. Se Dios no se hubiera dado a conocer, el hombre no habría tenido ningún conocimiento de Dios, y por sí mismo, jamás hubiera llegado a descubrir a Dios [...]”.

A compreensão da teologia ou da doutrina como ciência não se dá no todo do(s) método(s) científico(s) – de suas exigências –, mas “na disposição sistemática e lógica de fatos comprovados”. De fato, a disposição sistemática, lógica e ordenada atende aos requisitos, como facilmente se percebe nas *teologias sistemáticas*. No entanto, “os fatos relacionados com Deus e com as coisas de ordem divina” são questionados, não por serem inexistentes para quem crê e, sim, por suas interpretações religiosas e por suas explicações circunscritas à religião. Parte-se do pressuposto que o fato contém, de alguma forma, uma manifestação divina, sobrenatural, mística. A interpretação que observamos, neste caso, é de um discurso racional e com aparência de ciência, e não científico propriamente dito. A ciência que deve ser buscada e cultivada por religiosos fundamentalistas e conservadores é aquela que corrobora com determinada interpretação religiosa conservadora ou fundamentalista da realidade.

É razoável concluir que Deus inspirasse os seus servos a arquivarem essas verdades, verdades que não poderiam ser descortinadas pela razão humana. E, finalmente, é razoável crer que Deus tivesse preservado, por sua providência, os manuscritos das escrituras bíblicas e que tivesse influenciado a sua igreja a incluir no cânon sagrado somente os livros que fossem divinamente inspirados. (Pearlman, 1987, p. 20).

Ao estabelecer que o conhecimento religioso ou teológico está fundamentado na Bíblia, os teólogos são obrigados a defender absolutamente tudo o que nela está escrito, segundo suas próprias interpretações. Difícil imaginar que tenham alternativa diante do que instituem como revelação, como inspiração, como inerrância e como infalibilidade. Ao declarar que a Bíblia é divinamente revelada e inspirada, precisam avançar afirmando que o que nela está escrito é a verdade. Em um primeiro momento, atestam que se trata da “verdade para a salvação”, ou seja, restrita à fé ou religião. No entanto,

Por veracidade das Escrituras queremos dizer que seus registros são verazes, e que assim podem ser aceitos como declarações dos fatos.

[...] A veracidade das afirmações bíblicas pode ser e tem sido testada mediante fatos descobertos pela investigação científica e pela pesquisa histórica.

[...] Em todas as suas afirmações, portanto, a Bíblia deve falar e realmente fala com exatidão. (Bancroft, 1995, p. 6-7).

A própria apreensão do conhecimento religioso-teológico ou de sua sistematização passa, justamente, pela religião, seja o sentimento religioso ou a

experiência religiosa, ou seja, a compreensão religiosa da vida. Assim sendo, este conhecimento circunscreve-se no âmbito da religião, capaz de interpretar e de legitimar a experiência religiosa. Lamentavelmente, intelectuais religiosos – os teólogos profissionais – que racionalizam acerca da religião, em sua defesa, verdadeiros apologetas, não expõem, claramente, seus pressupostos religiosos. Giramos em torno de um percurso sempre comum, à semelhança de um piloto automobilístico dentro de um autódromo, apenas para saber quem cumpre o objetivo em menor tempo, quem chega em primeiro, sem extrapolar os limites ou dentro de certas regras. Como não há analogia perfeita, mesmo que uma tecnologia seja testada e aprovada em uma corrida e, a partir daí, passe ao uso geral, o mesmo não ocorre com o conhecimento religioso. O conhecimento religioso limita-se ao próprio religioso e, em casos extremos, ao religioso mesmo, sem contato com outros religiosos, de outras expressões ou experiências religiosas, para quem o único conhecimento válido é o seu ou de sua religião mediada por seus sacerdotes.

Se insistirmos em que conhecimento religioso é conhecimento da realidade, isto é, que expressa adequadamente movimentos e fenômenos do real, que compreende o sujeito, o objeto e a sociedade, precisamos questionar de que religião procede o conhecimento verdadeiro. Marx havia constatado – dirigindo-se aos economistas – que os teólogos “[...] também estabelecem dois tipos de religião: toda religião que não é a deles é uma invenção dos homens, ao passo que a deles é uma emanção de Deus [...]” (Marx, 2017a, p. 110). Observemos que, em sua época, ainda não havia o desenvolvimento pleno do fundamentalismo religioso contemporâneo. Então, reiteramos a indagação: Qual conhecimento religioso é verdadeiro? O conhecimento religioso dos judeus? De qual judaísmo? O conhecimento religioso dos cristãos? De qual cristianismo? O conhecimento religioso dos muçulmanos? De qual islamismo? É possível que os três conhecimentos religiosos – para ficarmos apenas nos monoteísmos – sejam verdadeiros? Pode ser que consideremos todos verdadeiros nos limites e para suas respectivas religiões. No entanto, queremos saber do conhecimento verídico do real, do conhecimento autêntico, fidedigno, legítimo, efetivo, justificado dos homens e do mundo dos homens e das mulheres.

O conhecimento religioso ou teológico poderia ser comparado ao conhecimento científico, considerando que este se circunscreve nos limites da ciência? Claro que existem diferentes modos de fazer ciência para diferentes objetos

ou fenômenos humanos ou naturais<sup>766</sup>, desde que permaneçam ciência; porém, há, também, a falsa ciência ou a pseudociência. Diante da crise do capitalismo, da Pandemia e do uso político das redes sociais, torna-se incontestável que parte da ciência é mal desenvolvida ou mal aplicada ou, ainda, mal estimulada, não no sentido moral, mas, tomando em perspectiva o bem-estar e a vida de trabalhadores e de trabalhadoras, dentro de um horizonte de emancipação humana. Agrega-se a isso o risco de termos um “cientista cristão”, isto é, um cientista que queira comprovar, cientificamente, a fé cristã, à semelhança de um “arqueólogo cristão”<sup>767</sup> ou “psicólogo cristão”<sup>768</sup> ou “antropólogo cristão”<sup>769</sup>, cuja adjetivação é a negação mesma dos elementos da profissão. Ao tocar em disciplinas das ciências humanas ou naturais, portanto, científicas, a religião as modifica por completo. Para a religião, falta à ciência “algo a mais” – que pode ser compreendido com a fé, a espiritualidade ou a transcendência. Talvez, a doutrina cristã mais importante para explicar tanto o ser humano quanto sua psiquê seja a *doutrina do pecado*<sup>770</sup>. Ou seja, esta seria o grande

---

<sup>766</sup> Até que ponto um método científico é adequado a todos os objetos de pesquisa? Especificamente: um método desenvolvido a partir das ciências naturais pode ser aplicado, integralmente, às ciências humanas? Ou vice-versa. Haveria especificidades em determinados objetos de pesquisa que exigiram outro fazer científico? Coube a Friedrich Engels a tentativa de uma dialética da natureza (Engels, 2015; 2020). Abordagem criticada posteriormente.

<sup>767</sup> Neste caso, a importância da Arqueologia é confirmar as interpretações conservadoras e fundamentalistas da Bíblia. No início do movimento fundamentalista evangélico, diante de muitas descobertas arqueológicas contrárias às narrativas bíblicas, “a arqueologia cristã” quis comprovar “[...] a competência e honestidade dos historiadores do Antigo Testamento [...]” (Wright; Kyle, 2005, p. 122), apegando-se a determinados lugares ou acontecimentos como prova da providência da divindade. Caso ocorra alguma divergência entre a Arqueologia e a narrativa da Bíblia, basta lembrar que a Bíblia é um livro revelado e inspirado, portanto, inerrante. O esforço é que se conheça melhor a Bíblia (Tognini, 1983). Lamentavelmente, este método parece desconsiderar o que é central: “a geografia” bíblica tem importância teológica para autores e autoras da Bíblia, portanto, em termos históricos, é preferível dar atenção às evidências históricas e arqueológicas (Finkelstein; Silberman, 2018).

<sup>768</sup> Há muito existe um esforço de teólogos conservadores e fundamentalistas de, ou se apropriar dos instrumentais das ciências da psiquê e incorporá-los em uma interpretação conservadora e fundamentalista da Bíblia ou rechaçá-los completamente. Talvez, uma das figuras mais emblemáticas seja Jay E. Adams (2003; 2006).

<sup>769</sup> Não devemos confundir a impossibilidade de uma antropologia cristã, em que a exigência da prática antropológica é corroborar com os dogmas cristãos, diante de centenas de interpretações de cristãos e cristãs acerca do ser humano ao longo dos séculos, com a possibilidade de uma antropologia bíblica. Esta busca entender, à luz dos textos bíblicos, de seus autores e de seus contextos, a compreensão que tinham acerca do homem e o conhecimento que o homem tinha acerca de si mesmo (Eichrodt, 1965; Wolff, 2007).

<sup>770</sup> “[...] O pecado é uma qualidade ou condição da alma que existe em cada criança nascida de mulher, e não meramente em tempos isolados, mas em todos os tempos, e em cada estágio de sua carreira, embora nem sempre se manifestando nas mesmas formas de pensamento, sentimento, palavra e ação em cada indivíduo, ou, até mesmo, no mesmo indivíduo. Ele afeta *extensivamente* toda a raça humana, em todas as épocas desde o início do mundo, em todos os lugares abaixo do sol, todas as raças na qual a humanidade tem sido dividida, em cada situação na qual o indivíduo se envolveu; e *intensivamente* em cada indivíduo em cada departamento e faculdade de sua natureza, do centro à circunferência de seu ser.” (Whitelaw, 2005, p. 341). Estes aspectos são essenciais para determinar quem é o ser humano (sua identidade essencial) e sua necessidade de redenção.

pressuposto teórico-metodológico da racionalização da fé. Espera-se de um cientista não que seja cristão (ou não-cristão) e, sim, que seja cientista; que faça ciência sem se deixar conduzir pela ideologia religiosa<sup>771</sup>.

O fazer ciência, ou a ciência propriamente dita, deve trabalhar com base na impossibilidade de provar a existência dos deuses (agnosticismo), de sua inexistência (ateísmo) ou de seu distanciamento (deísmo); e, ainda, de sua incapacidade de intervenção na realidade<sup>772</sup>. Mesmo um cientista deísta<sup>773</sup> ou teísta não pode apresentar a divindade como hipótese para explicar qualquer objeto ou fenômeno, ainda, contar com qualquer tipo de intervenção sobrenatural ou espiritual sobre objetos ou sobre fenômenos sociais ou naturais, em vista de que todo “[...] o mundo natural é regido por leis e exclui por completo toda influência exterior [...]” (Engels, 1975, p. 12). Em todos os casos, uma intervenção sobrenatural não pode ser uma hipótese de trabalho ou uma variável a ser considerada. Como afirmou Engels:

[...] hoje a nossa idéia do universo em seu desenvolvimento não deixa o menor lugar nem para um criador nem para um regente do universo; e se quiséssemos admitir a existência de um ser supremo pôsto à margem de todo o mundo existente, incorreríamos numa contradição lógica e, além disso, parece-me, feriríamos desnecessariamente os sentimentos das pessoas religiosas. (Engels, 1975, p. 13).

De fato, em termos práticos, todos esses cientistas – crentes ou não, ateus ou agnósticos<sup>774</sup>, deístas ou teístas – são materialistas. Quer assumam ou não, no fazer ciência e no produzir conhecimento, não há espaço para concepções

---

<sup>771</sup> Planeta dos Macacos

<sup>772</sup> “Se há ou não uma inteligência pessoal suprema, infinita e eterna, onipotente, onisciente e onipresente, o Criador, sustentador e regente do universo, imanente, embora também transcendente, a todas as coisas, gracioso e misericordioso, o Pai e Redentor da humanidade, esse com certeza é o problema mais profundo que pode agitar a mente humana. Situado no fundamento de toda crença religiosa humana – quanto à responsabilidade e dever, pecado e salvação, imortalidade e bênção futura, quanto à possibilidade de uma revelação, de uma encarnação, de uma ressurreição, quanto ao valor da oração, à credibilidade do milagre, à realidade da providência – e a resposta dada a esse problema está intimamente ligada não apenas à felicidade temporal e eterna, mas também ao bem-estar e o progresso da raça. No entanto, as mais variadas respostas são dadas a essa pergunta” (Whitelaw, 2005, p. 241). Observemos que essa “descrição” já revela uma série de atributos da divindade, segundo uma perspectiva religiosa-teológica. No artigo, o autor procura responder a ateus, a agnósticos e a materialistas. As respostas propostas são teológicas, circunscritas ao “credo fundamentalista”.

<sup>773</sup> Nas palavras de Engels, o “[...] deísmo não é, pelo menos para os materialistas, mais do que uma maneira cômoda e indolente de desfazer-se da religião.” (Engels, 1975, p. 11).

<sup>774</sup> De acordo com Engels: “Com efeito, o que é o agnosticismo senão um materialismo envergonhado? A concepção agnóstica da natureza é inteiramente materialista. Todo o mundo natural é regido por leis e exclui por completo toda influência exterior. Mas nós, acrescenta cautelosamente o agnóstico, não estamos em condições de poder provar ou refutar a existência de um ser supremo fora do mundo por nós conhecido [...]” (Engels, 1975, p. 12).

espiritualistas, místicas, religiosas ou metafísicas. Ao insistirem na intervenção de seres sobrenaturais (extramundanos) para explicar a natureza, ou o desenvolvimento humano ou, ainda, as sociedades, incorrem em uma contradição lógica: a natureza tem suas leis, o desenvolvimento humano tem sua história e as sociedades têm suas gêneses. Observemos que a sensibilidade de Engels o faz perceber que admitir a existência de um ser soberano à margem da existência seria ferir, sem necessidade, os sentimentos das pessoas religiosas. Uma religião (ou uma teologia ou uma experiência religiosa) pode ter valor para o indivíduo singular, mas não são universais e, portanto, as pessoas não podem servir-se dela para explicar a realidade ou para fazer ciência e, assim, compreender adequadamente a realidade. Por isso, por sua própria natureza – da necessidade e da possibilidade do conhecimento –, impõe-se a perspectiva materialista<sup>775</sup> para compreender os fenômenos, os objetos e as sociedades. Como defendido por nós: o materialismo histórico-dialético que não apenas se opõe ao idealismo e à metafísica, mas se assenta na história e na compreensão do real.

Alguém pode, por fim, objetar: “Grandes cientistas eram cristãos e, por isso, fizeram grandes descobertas”. Este é um dos principais argumentos na origem de publicações fundamentalistas: “[...] os grandes descobridores na ciência quase sempre eram homens piedosos [...]” (Orr, 2005, p. 130). Devemos examinar essa construção retórica do pensamento. De fato, cientistas como Nicolau Copérnico (1473-1543), Francis Bacon (1561-1626), Johannes Kepler (1571-1630), Galileo di Vincenzo Bonaiuti de Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Robert Boyle (1627-1691), Isaac Newton (1643-1727), David Brewster (1781-1868), Michael Faraday (1791-1867), Gregor Johann Mendel (1822-1884), Louis Pasteur (1822-1895), William Thomson [Kelvin] (1824-1907), Max Karl Ernst Ludwig Planck (1858-1947), para mencionar alguns, tiveram concepções religiosas ou professavam uma religião. No entanto, o(s) autor(es) fundamentalistas pretende(m) defender a ideia de que existe uma relação causal entre “realizar grandes descobertas científicas” e “ser cristão”. Este é o papel da conjunção coordenativa conclusiva que, em termos práticos, não há como provar. Para Newton, suas descobertas comprovavam a

---

<sup>775</sup> Segundo Engels, utilizamos “[...] o nome de ‘materialismo histórico’ para designar essa concepção dos roteiros da história universal que vê a causa final e a causa propulsora decisiva de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em diferentes classes e nas lutas de classes entre si”. (Engels, 1975, p. 15).

existência de uma origem, um criador, “o grande Mecânico”. Entretanto, ele foi um daqueles que participou de um “[...] desejo de purgar o cristianismo de suas doutrinas míticas [...]” (Armstrong, 2001, p. 89), como a Trindade e a Encarnação.

É possível dizer que, a despeito de serem “cristãos”, os cientistas acima mencionados realizaram grandes descobertas. Em geral, como bem coloca Karen Armstrong (2001) os cientistas durante os séculos XIV e XV acreditavam que encontraram outra forma de religiosidade através da ciência e que suas investigações eram religiosas. No entanto, suas descobertas foram duros golpes na perspectiva religiosa acerca da vida e da presença do ser humano no mundo. Armstrong relaciona a descoberta de Copérnico, que iniciaria uma verdadeira revolução e que, segundo ela, “[...] os homens nunca mais teriam a mesma visão de si mesmos com a mesma confiança em suas percepções. Até então puderam confiar nas evidências dos sentidos [...]” (Armstrong, 2001, p. 88), no entanto, o funcionamento do mundo e do universo não era como percebiam à primeira vista. E foi um feito pelas condições à época: precisaram concluir que suas descobertas contradiziam a leitura de então da Bíblia e a teologia dominante; e, na maior parte dos casos, os cientistas precisaram resistir às pressões eclesiásticas e religiosas. Alguns foram perseguidos e censurados. O fato de acreditarem que, ao mergulhar na ciência, estavam agradando à divindade ou descobrindo sua vontade, não altera o resultado da pesquisa, desde que a confissão religiosa não interfira na conclusão da investigação. Por isso, é possível constatar que a realidade se impõe acima e a despeito da religião. Deveríamos perguntar, a fim de adequadamente considerar nos termos como provocados, de qual crença estamos falando. É que há uma tendência discursiva evangélica de falar da fé de maneira genérica, absoluta e homogênea, como se todos e todas que afirmam professar a fé cristã – como dos cientistas acima mencionados – professassem a mesma fé ou da mesma forma. Falar em termos de crença em deuses entre cientistas é reconhecer certas expressões do teísmo aberto e de deísmo. Certamente, por exemplo, a compreensão que Albert Einstein tinha da divindade é completamente diferente do que pregam religiosos fundamentalistas.

Ao analisarmos as formas (fontes, níveis ou ângulos) do conhecimento humano, adotamos a mesma perspectiva teórico metodológica que tem sido o fio condutor de todo o trabalho: o materialismo. De acordo com Claus Germer (2020), este método tem como base filosófica o materialismo filosófico e a dialética

materialista. Daí a designação mais comum: materialismo histórico-dialético, nomenclatura não utilizada por Friedrich Engels e Karl Marx. No *Prefácio*, de 1859, Marx descreve as descobertas que lhe serviram de guia para os estudos:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 2007, p. 45).

À medida que os homens lutam por garantir sua existência, estabelecem determinadas relações a partir da produção material, da sobrevivência, nos limites dos fatores produtivos concretos. A estrutura econômica da sociedade é a totalidade das relações sociais a partir e no interior da produção. Aquilo que, genericamente, chamamos de vida social, política, intelectual, cultural, religiosa, está condicionada à totalidade das relações sociais de produção, em relação dialética. Em outras palavras,

[...] Assim como as leis naturais emanam não de um ente sobrenatural mas das características objetivas da estrutura da própria matéria natural, as leis sociais emanam das características objetivas da estrutura da matéria social, ou seja, as leis de movimento de todas as formas de matéria – sendo a sociedade uma delas – possuem caráter objetivo, não subjetivo. Os críticos deste princípio não percebem que negá-lo implica em negar o caráter científico, ou seja, a objetividade, das *ciências* sociais. (Germer, 2020, p. 61).

Assim como a compreensão do conhecimento científico, e de sua apreensão real, diante da realidade, para sua compreensão, se dá em contraponto a correntes idealistas, metafísicas, pseudoconcretas, empiricistas.

[...] a metafísica suprime o movimento vivo da dialética, e quando faz uso do mesmo, o faz somente como confirmação dos conceitos metafísicos já instituídos, transformando a razão em serva do dogma, presa a um modelo maniqueísta que já anuncia sua síntese ao alocar os sujeitos em seus papéis de tese ou antítese, bem ou mal [...] (Pacífico, 2019, p. 225).

Ao tomar como pressuposto um mundo dividido entre bem e mal, luz e trevas, dia e noite, anjos e demônios, Deus e o diabo, em infinitas dicotomias apropriadas pelas religiões, parte-se da conclusão, em um círculo hermenêutico que se retroalimenta, de que o ponto de chegada é o ponto de partida. Na constatação de Pacífico (2019), a razão é transformada em serva do dogma. Esta submissão da razão

ao dogma, em verdade, é um dos aspectos essenciais da religião fundamentalista<sup>776</sup>. Sua manifestação ocorre em duas frentes: a exaltação da fé sobre a razão; e a racionalização da fé. O processo de racionalização da fé, ou fé racionalizada, em que se utiliza elementos racionais para justificar ou para corroborar a fé é, no sentido apropriado por nós, uma pseudociência ou pseudoconcreticidade, porque toma como premissa o miraculoso, o divino, o espiritual, o místico, o metafísico contribuindo, intencionalmente, ainda que não assumidamente, para o irracionalismo.

Quando um método qualquer recorre à autoridade – como no caso do conhecimento religioso ou teológico –, ele se coloca anterior ao século XVII (Paschoal, 2001). De fato, o conhecimento religioso – como apresentam tanto estudiosos de metodologia quanto teólogos – recorre, insistentemente, à autoridade da Bíblia, à autoridade religiosa ou à autoridade divina. A própria autoridade da Bíblia se assenta, como afirmam, em uma autoridade precedente, capaz de transmitir autoridade, através de dois mecanismos: revelação e inspiração. A divindade seria, em última análise, a autora da Bíblia. Logo, a autoridade da Bíblia está alicerçada na autoridade da própria divindade. Ao recorrer à autoridade da Bíblia ou da religião para fazer ciência ou para transmitir conhecimentos, o conhecimento religioso opera em uma frequência distinta: a da religião ou da fé, amparando-se em um texto considerado sagrado, interpretado pelo sacerdote. Tanto a priori quanto a posteriori, exige-se a fé. Ou seja, o ponto de partida e o ponto de chegada do conhecimento religioso é a fé, um elemento abstrato, subjetivo<sup>777</sup>. Este encadeamento gira em torno de si mesmo porque, a partir de determinado ponto, é preciso ter fé na fé, crença na crença.

Ao recorrer à única autoridade capaz de transferir autoridade ao livro considerado sagrado pelos cristãos – a própria divindade –, os teólogos ou os religiosos acabam por impor, conscientemente ou não, seus pressupostos religiosos como necessários ao conhecimento. Conforme afirmou Engels: “[...] Como só o material é perceptível, susceptível de ser conhecido, nada se conhece da existência de Deus. Só a minha própria existência é certa [...]” (Engels, 1975, p. 11). No sentido argumentativo que adotamos, a divindade não pode ser conhecida. E mesmo que

---

<sup>776</sup> Nossas considerações se limitam ao fundamentalismo religioso. Logo, não discutiremos as elaborações filosófico-teológicas de Tomás de Aquino e Rudolf Karl Bultmann. Na história das igrejas cristãs até meados do início do século XX, as únicas a não adotarem o neoplatonismo. Aquino se apropriou da filosofia aristotélica e Bultmann do existencialismo.

<sup>777</sup> Designamos a fé como abstrata e subjetiva porque ela independe de razões materiais ou objetivas. É claro que a fé exige uma prática e, neste sentido, ela se torna concreta. Fé, aqui, é a crença pura e simples.

religiosos e teólogos insistam no contrário, precisam responder para além de suas experiências subjetivas e singulares, cujo valor real se encontra, justamente, na subjetividade da experiência ou na interpretação dogmática da experiência subjetiva. E ainda que tomem, como ponto de partida, a realidade da experiência – como a interpretam – precisam, em primeiro lugar, chegar a um consenso entre eles mesmos – a respeito do conhecimento adquirido nas experiências – não podendo, para isto, recorrer somente à singularidade do indivíduo ou a particularidade da cultura; e, em segundo lugar, entrar em acordo acerca das interpretações (divergentes) do “mesmo” livro sagrado. Em supondo que este incontornável milagre aconteça precisarão, por fim, enfrentar as experiências e as interpretações para além dos cristianismos, isto é, incluindo não apenas as religiões monoteístas e, sim, todas as demais. As experiências religiosas, suas interpretações e os supostos conhecimentos que dela advêm são variados.

A outra diferença a se destacar é que, mesmo nos limites do capitalismo, a ciência pode ser aperfeiçoada, isto é, o(s) método(s) científico(s); ou seja, uma ciência melhor e mais adequada do que a anterior pode surgir (Ferrari, 1974). A religião, em linhas gerais, não se permite confrontar. Seria até absurdo falar em uma religião melhor ou superior – como se fez ouvir nos processos de colonização. Ao contrário, “o melhor teólogo fundamentalista” não é o que inova, mas apenas o que confirma o ensinamento dogmático em linguagem atualizada e contemporânea. Mesmo que o conhecimento religioso se encontre diante de outra religião – logo, de outro conhecimento religioso –, o resultado será, apenas, mais religião ou, precisamente, uma religião mais rigorosa, mais fechada, mais fundamentalista, já que a tendência é que cada uma defenda com afinco o seu conhecimento – sejam métodos ou resultados – diante da diversidade e da pluralidade.

Presenciamos, nos séculos XX e XXI um avanço extraordinário das ciências que, mesmo contraditório, justificou certa crença no progresso, de séculos anteriores. O que assistimos, entretanto, é o regresso ao conhecimento religioso ou teológico e certo atrofiamento da razão, da capacidade de reflexão; e o avanço do irracionalismo. Ainda que uma coisa não dependa da outra, ambas são fenômenos contemporâneos. Michel Desmurget tem alertado que, pela primeira vez, filhos têm QI (Quociente de Inteligência) menor do que os pais (Velasco, 2020). Paradoxalmente, as novas tecnologias e mídias digitais contribuem para isso. Desmurget (2021) conclui que as

informações que circulam amplamente carecem de rigor e de confiabilidade; que o consumo digital recreativo é extravagante e fora de controle; que o frenesi digital que tudo consome prejudica gravemente o desenvolvimento intelectual, emocional e físico de crianças e de adolescentes; e que o cérebro humano não é adaptado à enxurrada digital. A capacidade de pensar se reduz, especialmente, no que se refere ao pensamento abstrato. A idiotia e o abestalhamento dão ibope e se tornaram vantajosos produtos comerciais.

Quem afirma deter a verdade é a religião e não a ciência (Ferrari, 1974). Ciência e religião têm objetos e objetivos diferentes. A religião afirma buscar a verdade por meio de escritos sagrados e a ciência quer conhecer os fenômenos naturais, humanos, sociais e tecnológicos. Por caminhos e com propósitos diferentes a religião e a ciência procuram explicar o mundo. É preciso esclarecer isso: ainda que as religiões não expliquem exatamente da mesma maneira, com os mesmos elementos e em cada detalhe, todas elas têm como ponto de partida e ponto de chegada a metafísica, o espiritual, o miraculoso, o divino. Cada qual dentro de sua confissão de fé aponta para seu deus. Por sua vez, a ciência está em constante disputa, cuja superação deveria ocorrer sempre por uma ciência melhor. Não omitimos que a ciência está subserviente ao capitalismo, como praticamente tudo na sociedade do capital; ainda assim, deve estar claro que não há diálogo possível quando uma delas supõe assentar-se na crença e na fé verdadeiras a fim de alcançarem a verdade, e a outra na busca da verdade objetiva e factual. Enquanto a religião afirma possuir a verdade, o “[...] conhecimento científico é falível porque não é definitivo, absoluto ou final [...]” (Ferrari, 1974, p. 16). O que Marx externou acerca da economia pode bem ser aplicada à religião: “[...] essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios” (Marx, 2017a, p. 102). O suposto conhecimento eterno, por revelação, por inspiração, inerrante e infalível, a verdade, não passa de um produto histórico e transitório. É histórico porque historicamente construído, historicamente determinado; é transitório porque passageiro, que muda à medida que mudam as relações sociais. A semelhança dos economistas, o que os teólogos fundamentalistas fazem “[...] é apenas a representação aparente e ideológica do real [...]” (Benoit, 2009, p. 3).

Essa compreensão “científica” ou “filosófica” que fundamenta as concepções científicas e filosóficas da religião, na verdade, são teologias travestidas

de ciência ou de filosofia, tendo, portanto, apenas a aparência de ciência e de filosofia. Nesta direção, a aparência é uma ideologia, em “[...] que a produção intencional da falsa consciência, visando à perpetuação das estruturas de poder e dominação” (Pacífico, 2019, p. 228) se impõe; e devemos separar, tanto do objeto quanto de suas formas de aproximação gnosiológica, essência de aparência. De forma mais clara: além da separação entre essência e existência do objeto ou do fenômeno, é preciso separar essência e aparência das “ciências” ou das “filosofias” que se propõem a compreender, realmente, os objetos, os fenômenos e as sociedades. Uma ciência pode ter aparência de ciência e ser, essencialmente, uma teologia. É possível constatar que uma ciência é, na verdade, teologia, quando a realidade objetiva é explicada pela realidade subjetiva, isto é, submete a realidade à subjetividade, quando o objeto ou o fenômeno se resume àquilo que pensamos sobre ele, as ideias que deles fazemos. Mais ainda, quando passamos a acreditar que as ideias religiosas são capazes de fazer o mundo. Ou seja, alijam a relação dialética existente entre objetivo e subjetivo, entre o real e as ideias, com prioridade para a religião.

Ao discutirmos as formas de conhecimento e optarmos pelo conhecimento científico, em detrimento do conhecimento religioso ou teológico, reconhecemos que a ciência tem lado, assim como tudo o que está sob a égide capital. Em uma sociedade caracterizada pelo acúmulo de mercadorias, também a ciência se oferece como mercadoria e torna-se, em suas mãos ou de seus financiadores, mercadoria. Gaudêncio Frigotto foi assertivo em afirmar que “[...] a ciência e o processo científico não são imunes aos embates reais que se dão na sociedade de classe [...]” (Frigotto, 2002, p. 84). A ciência, circunscrita ao capitalismo, não pode ser, prioritariamente, outra coisa que não uma ciência da classe dominante; tendo em vista que, ao dominar os meios materiais, domina os meios espirituais (Marx; Engels, 2007). A apropriação da ciência pela burguesia foi um processo histórico. Como bem lembra Engels,

[...] A burguesia necessitava, para o desenvolvimento de sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais. Mas, até então, a ciência não havia sido mais que a servidora humilde da Igreja, não lhe sendo permitido transpor as fronteiras estabelecidas pela fé; numa palavra, havia sido qualquer coisa menos uma ciência. Agora, a ciência se rebelava contra a Igreja; a burguesia precisava da ciência e se lançou contra ela na rebelião. (Engels, 1975, p. 16).

Ao juntar-se à ciência em rebelião contra a Igreja – maior expressão da religião cristã e uma das maiores instituições da Idade Média – e ao Feudalismo, a burguesia nascente não apenas faz uma opção, percebendo os ventos de mudança, como ela mesma, sendo a maior representante e beneficiária do sistema nascente, captura a ciência e a coloca a seu dispor. A ciência – como a conhecemos – e o(s) método(s) científico(s) – essa(s) generalização(ões) para uma forma de fazer ciência – são, a um só tempo, causa e consequência da nova sociedade, aquela que emerge com o modo de produção capitalista. A ciência surge com a modernidade em um processo dialético das forças produtivas e das relações sociais. É neste contexto que emergem as produções teóricas de Francis Bacon (1561-1626), Galileo di Vincenzo Bonaiuti de Galilei (1564-1642), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Immanuel Kant (1724-1804), Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938). De acordo com István Mészáros

A própria ciência é mobilizada a serviço das exigências que emanam do mesmo antagonismo fundamental. Dessa maneira, sob as circunstâncias prevalentes, a ciência é unilateralmente subordinada, na sua função primária, à necessidade vital do capital de converter em vantagens suas próprias concessões e os ganhos periódicos do trabalho. Assim, a atividade científica é praticamente orientada (e constantemente reorientada, quaisquer que sejam as ilusões da “ciência pura de desenvolvimento autônomo”) em consonância com sua posição na estrutura da divisão capitalista do trabalho. Com isso, visa à dupla tarefa de, por um lado, inventar mais e mais *maquinaria* produtiva “eficaz em relação ao custo” (o que quer dizer, primordialmente, *economizadora de trabalho*), e, por outro, divisar os métodos e processos adequados para a *lucrativa produção em massa* de mercadorias [...] (Mészáros, 2011b, p. 667).

A ciência não é neutra. Essa afirmação simples revela, a despeito dos próprios pressupostos científicos de objetividade, que o fazer ciência se circunscreve dentro das determinações histórico-sociais sob os domínios do Capitalismo. Como afirmamos, em geral, a ciência é uma ciência *para o* capitalismo, isto é, como mercadoria, a serviço das mesmas forças que controlam o capitalismo e a acumulação de riquezas. Com efeito, o progresso da ciência e do conhecimento não beneficiam, igualmente, a toda sociedade. Se na antiguidade clássica a produção da ciência e do conhecimento era função exclusiva das classes dominantes, atualmente, a ciência e o conhecimento estão quase que exclusivamente em função das classes dominantes. Este exclusivismo da produção da ciência e do conhecimento não exclui, de tudo, trabalhadores e trabalhadoras que, dentro da divisão social do trabalho, produzem conhecimento nas condições do trabalho assalariado. Trabalhadores e trabalhadoras

servem como consumidores e “recebem as migalhas que caem das mesas de seus senhores”.

Ciência e religião estão sob a dominação do capitalismo e, por isso, viciadas desde a origem. Neste aspecto, ainda que diametralmente diferentes, cumprem funções semelhantes dentro da sociedade capitalista, cada uma a seu modo. Ciência e religião são, no contexto destacado aqui, ciência e religião para o capital, a favor e na defesa do capitalismo. Só poderíamos supor – em termos mais materialistas que idealistas – que ciência e conhecimento avançariam mais se estivessem a serviço do todo da sociedade, do real progresso e benefício humanos. Dispor-se aos interesses humanos é perceber os indivíduos em relação social, sujeitos isolados e interrelacionados, associados entre si e conectados com a natureza, no horizonte e na construção da emancipação.

### **5.3 Projetos educacionais que se fundamentam na religião ou projetos religiosos que se expressam na educação**

Os projetos do fundamentalismo religioso para Educação inserem-se no contexto da *política educacional* e, como temos delineado, na relação social entre Educação e Religião. Ao se relacionar com o Estado, torna-se uma expressão das lutas de classes, já que, para Friedrich Engels e Karl Marx (2010b), toda luta política é uma luta de classes. Devemos considerar, nesta perspectiva de lutas de classes como lutas políticas, que as políticas educacionais respondem às demandas econômicas e de classes; que a instrução oferecida às classes trabalhadoras e a seus filhos e filhas é a qualificação para o trabalho e a impressão de padrões ideológicos específicos necessários à forma contemporânea do capitalismo. A política educacional é uma expressão política da Educação, para Educação, portanto, é ideológica e tem caráter de classe, ao responder aos interesses das classes dominantes; é elaborada pelas classes dominantes ou seus representantes ideológicos. Ainda assim, a política educacional é resultado das correlações de força imediata e das lutas de classes. Através da política educacional aparecem os mesmos interesses que dividem as sociedades, os interesses de classes. Sob o manto da política escondem-se interesses econômicos. E este é um aspecto de choque quando se propõe uma pedagogia socialista: “[...] Os comunistas não inventaram a

intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante” (Marx; Engels, 2010b, p. 55).

Na contemporaneidade, quatro grandes atores querem pautar a Educação: os agentes do mercado financeiro, os agentes da religião, os profissionais da educação e os movimentos sociais. Historicamente, não é novidade que grupos conservadores, fundamentalistas, liberais, neoliberais e religiosos queiram controlar e dirigir as políticas da educação pública. Talvez, uma novidade seja a aliança pragmática entre liberais e religiosos conservadores e fundamentalistas. E, por isso mesmo, não podemos perder de vistas as relações sociais entre Economia, Educação, Religião e Estado, no Brasil do século XXI. Os projetos que passaremos a analisar se inserem no contexto da crise do capitalismo e da agenda neoliberal de ajuste fiscal, austeridade fiscal; das manifestações de rua e da ascensão da extrema direita, como importante ator político-social; de um novo modelo de governança do Congresso Nacional e da deposição de Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade; do governo contrarreformista de Michel Temer e da vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Estes acontecimentos é que passaram a definir as políticas educacionais. Portanto, a fim de não parecermos repetitivos, é importante ter em mente o caminho que trilhamos até este momento e que nos confere condições de exemplificar, através dos dois projetos educacionais, o que temos afirmado.

### *5.3.1 Concepções teórico-metodológicas do fundamentalismo religioso para Educação*

O pseudoconhecimento – superficial, generalista, metafísico, religioso – alcança as pessoas que já se ancoram em supostos conhecimentos, que reputam como absolutos e que, por isso, são contrárias ou reticentes quanto ao conhecimento científico, novo ou não, especialmente, quando questionam o conhecimento que creem verdadeiro. Aqui se impõe, no núcleo do fundamentalismo, as bases do conhecimento: ele está assentado sobre a crença, como um movimento que se compreende portador de uma revelação, a ser incutida em toda humanidade. Uma revelação verdadeira e absoluta que exige apenas a recepção crente por parte do fiel. Não exige nem mesmo anuência ou concordância: a verdade se recebe. Neste caso,

sua crença é ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Sua força e sua fraqueza se devem à dependência da crença. Por depender exclusivamente da crença o fundamentalismo se torna forte; simultaneamente, ao depender exclusivamente da crença se torna frágil. O único conhecimento científico aceito é o que confirma a crença, previamente apreendida.

Resta-nos constatar que a perspectiva teórico-epistemológica que o fundamentalismo religioso tem para Educação assenta-se em uma compreensão metafísica do indivíduo, da sociedade e do mundo, comumente expressa nos termos de “cosmovisão cristã”. Em termos teológicos, a divindade criou e sustenta toda a criação, exigindo adoração e obediência, e estabelecendo um padrão moral ao ser humano, incluindo funções sociais específicas para o homem e para a mulher. Assim, absolutamente tudo cumpre um propósito eternamente determinado dentro do projeto divino, segundo creem; existe um propósito para a família, para o Estado, para a Igreja<sup>778</sup> e para a Educação. Acontece que este objetivo depende total ou parcialmente da ação de entes divinos, extramundanos, espirituais, sobrenaturais, frequentemente denominados “anjos” ou “demônios”, e de seres humanos comprometidos com os valores do fundamentalismo, os crentes, capazes de levar adiante a missão divina – segundo interpretam. Nesse sentido, a concepção fundamentalista para educação é uma compreensão ideológica acerca do papel da religião e da educação. É ideológica porque seus autores não falam dos fundamentos sócio-históricos determinantes da educação e sim de uma ideologia religiosa para educação. Mesmo diante da necessidade de uma crítica imanente – em que tomamos os próprios teóricos fundamentalistas e examinamos suas perspectivas teórico-metodológica – não podemos desconsiderar um aspecto central. De acordo com Karl Marx,

[...] não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...] (Marx, 2007, p. 46).

Possivelmente, o aspecto central de uma pedagogia cristã fundamentalista evangélica para Educação seja o sentido religioso cristão fundamentalista evangélico

---

<sup>778</sup> Nesta seção (5.2.1) utilizaremos Igreja com a inicial maiúscula para nos referirmos às instituições religiosas evangélicas fundamentalistas. Não queremos, portanto, confundir com uma única instituição religiosa, como se fosse algum tipo de *a igreja*, ou com aquilo que os próprios religiosos chamam de “corpo místico de Cristo” ou “igreja triunfante”.

para Educação. Esta pedagogia fundamentalista quer apresentar um sentido religioso para a Educação e para a prática educacional e um sentido religioso para alunos e alunas. O sentido completo da Educação, do fazer educacional, do conteúdo da instrução, para docentes e discentes, está na religião. O sentido último, por assim dizer, é a própria religião, seja a experiência religiosa ou a interpretação religiosa desta experiência; são a divindade e o dogma religioso. Por isso, essa pedagogia se circunscreve nos limites da religião, de um projeto religioso para os indivíduos e para as sociedades, como parte de uma cosmovisão religiosa. Veremos alguns dos principais pressupostos dessa pedagogia fundamentalista<sup>779</sup> em algumas obras selecionadas<sup>780</sup> por nós: (a) *Quem controla a escola governa o mundo*, de Gary DeMar; (b) *Por que as crianças precisam da educação cristã*, do Douglas Wilson; a coletânea (c) *A desgraça do ateísmo na educação*, organizada por Felipe Sabino de Araújo Neto; (d) *A filosofia do currículo cristão*, de Rousas J. Rushdoony; (e) *Em defesa da educação cristã clássica*, de Douglas Wilson; (f) o capítulo *Amorreu e a Montanha da Educação*, do livro *A profecia das sete montanhas*, do Johnny Enlow.

Para os autores fundamentalistas (Dabney, 2019), a divindade criou três instituições<sup>781</sup>. A primeira delas é a família. A família é a primeira instituição divina, logo, a principal instituição divina, composta por pai, mãe e filhos. A segunda instituição divina é a igreja. Instituição que deve guardar a verdadeira fé e realizar as batalhas pela fé. A terceira instituição divina é o Estado. Parece-nos que podemos utilizar estas categorias como pontos centrais para uma aproximação mais geral da compreensão fundamentalista a respeito do ser humano, da sociedade e da educação. Para Douglas Wilson: “Em sentido mais amplo, educação é o processo de transmissão à geração seguinte o conhecimento de seus pais sobre a natureza do mundo [...]” (Wilson, 2015, p. 15). Fundamentalistas diferenciam educação e instrução. A educação é dever exclusivo dos pais. A instrução pode ser realizada em

---

<sup>779</sup> Chamaremos de pedagogia fundamentalista os fundamentos teórico-metodológicos de fundamentalistas religiosos para Educação. Neste caso, não importa se o autor está identificado com a expressão reconstrucionista do fundamentalismo religioso, ou com a expressão teonomista ou, ainda, dominionista. Para um conceito de fundamentalismo remetemos à seção “4.1.4 A dificuldade de um conceito acerca...”; e para uma compreensão mais geral a respeito do fundamentalismo, a toda seção “4.1 Fundamentalismo religioso”. Ali nos esforçamos para explicar o fundamentalismo religioso e diferenciar cada uma de suas expressões.

<sup>780</sup> Selecionamos as seis obras de acordo com a compreensão que fomos adquirindo à medida que nos aprofundamos no tema. Certamente, outras mais poderiam ser incluídas, entretanto, ficará para uma próxima oportunidade um aprofundamento maior.

<sup>781</sup> “A verdade é que Deus instituiu imediata e fidedignamente três organismos para o homem na terra – o Estado, a igreja visível e a família [...]” (Dabney, 2019, p. 56).

instituições educacionais ou pelos pais. Está é uma premissa essencial na pedagogia fundamentalista.

De acordo com Dabney, os esquerdistas “[...] separam a cultura mental da espiritual. Dessa forma concluem que a educação deve abstrair-se de Deus a fim de ser livre” (Dabney, 2019, p. 21). Para o autor, houve uma exclusão radical da divindade dos processos formais de instrução a fim de tornar a educação livre. Esta seria uma das razões para o declínio da educação e da instrução: a ausência da divindade e dos preceitos religiosos. Ele afirma: “Se o Estado tornar-se o educador na América, então a educação deverá ser inteiramente secularizada [...]” (Dabney, 2019, p. 24). Mas, isto somente se o Estado for orientado por progressistas ou por católicos.

[...] o Estado não é uma instituição ateuista. Fundamenta-se na vontade de Deus, que é o padrão de todos os direitos. O Estado é uma instituição ética, e existe para fins éticos [...] O Estado, embora não estabeleça uma religião em detrimento das demais, deve ensinar as verdades divinas comuns a todos, mediante o uso não sectário da Bíblia (Dabney, 2019, p. 26).

Devemos lembrar que a relação de alguns fundamentalistas religiosos com o Estado é de justificação, de legitimação e de validação<sup>782</sup>. Esta atitude não se dá apenas com o Estado contemporâneo, mas com suas formas históricas. É uma perspectiva religiosa que considera o Estado como uma instituição divina, portanto, com alguma medida de sacralidade. Todavia, esta aproximação do religioso, daquilo que é considerado sagrado com o Estado, não é novo. Hobbes, na obra *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, já apresentava o Estado como uma espécie de ente mitológico com matizes religiosos, personificando assim, o poder divino sobre as ações daqueles que chamava de súditos do seu soberano, no caso, este o governante e aqueles o povo de uma nação. O autor dedicou muitas páginas de sua obra para estabelecer essa relação, inclusive, utilizando diretamente passagens bíblicas, ao afirmar: “É destas escrituras [Bíblia Sagrada] que vou extrair os princípios de meu discurso, a respeito dos direitos dos que são na terra os supremos governantes dos Estados cristãos para com seus soberanos” (Hobbes, 2002, p. 273).

---

<sup>782</sup> “[...] não cremos – não mais do que esses sofistas – que o Estado possa ser ateuista. É uma instituição ética, e a vontade divina é a única norma ética válida. Todavia, o Estado encontra seu fundamento teísta na teologia natural. A prova é que os Estados pagãos, assentando-se somente num teísmo natural, eram autênticos e possuíam legitimamente a obediência dos próprios cristãos (Romanos 13.5). Evadir-se da questão é, pois, fútil.” (Dabney, 2019, p. 26).

Na atualidade, esta compreensão religiosa fundamentalista evidencia alto grau de idealização do Estado ocultando as razões sócio-históricas das formações sociais estatais e, mais ainda, a origem do Estado moderno, o Estado capitalista. Em vista de ser a expressão do direito divino, há uma função ética do Estado. Entre as funções éticas do Estado está “ensinar as verdades divinas comuns a todos, mediante o uso não sectário da Bíblia”. Parece-nos difícil qualquer outra compreensão a este respeito – do ensino não sectário da Bíblia – que não seja à luz do dogma fundamentalista<sup>783</sup>. A compreensão geral acerca do Estado, por parte de teólogos fundamentalistas, segue a mesma orientação da leitura fundamentalista da Bíblia. É da prática fundamentalista e da leitura fundamentalista da Bíblia que cristãos evangélicos fundamentalistas compreendem o Estado contemporâneo<sup>784</sup>.

Dabney (2019) faz uma diferenciação entre educação eclesiástica e educação cristã. Apesar do dever de a igreja instruir os pais de como devem criar seus filhos, não seria obrigação das igrejas a instrução formal das crianças. No início do seu texto, o autor critica enfaticamente a Igreja Católica e seu envolvimento na Educação. A discussão ganha corpo girando em torno de questões teológicas e dogmáticas, de crença verdadeira, de igreja verdadeira, e de como o catolicismo contribuiu para a secularização do Estado. Retornemos à diferenciação entre educação eclesiástica e a educação cristã. O autor não desenvolve este aspecto. Parece-nos que a educação eclesiástica seria a educação orientada por uma igreja, o que, para ele, não seria ideal. Melhor seria uma orientação cristã à educação. Em

---

<sup>783</sup> Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”. A Bíblia é diferente a depender da tradição cristã a qual pertença. A rigor, existem três Bíblias: a Bíblia católica, a Bíblia ortodoxa e a Bíblia protestante. Já mencionamos o resultado da “livre interpretação das Escrituras” e de como fundamentalistas rejeitam qualquer leitura que não seja a deles (toda seção “4.1.2 Panorama da gênese e da história do fundamentalismo”).

<sup>784</sup> Além de outras referências bíblicas, parece-nos que ocupa lugar central na prática cristã em relação ao Estado Romanos 13.1-7: “[...] Que todos estejam sujeitos às autoridades superiores. Porque não há autoridade que não proceda de Deus, e as autoridades que existem foram por ele instituídas. Assim, aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus, e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Você quer viver sem medo da autoridade? Faça o bem e você terá louvor dela, pois a autoridade é ministro de Deus para o seu bem. Mas, se você fizer o mal, então tenha medo, porque não é sem motivo que a autoridade traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar quem pratica o mal. Portanto, é necessário que vocês se sujeitem à autoridade, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. É por isso também que vocês pagam impostos, porque as autoridades são ministros de Deus, atendendo constantemente a este serviço. Paguem a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra [...]”. Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico...”.

sendo assim, novamente, estamos diante do conceito fundamentalista de ser cristão. Em se tratando da educação pública, Dabney apresenta as soluções possíveis:

A primeira é a injusta solução de forçar a religião da maioria sobre a minoria. A segunda é aquilo que é chamado na Grã-Bretanha de plano de “financiamentos concorrentes”. Cada denominação pode ter suas próprias escolas financiadas pelo Estado e ensinar nelas sua própria religião juntamente com o aprendizado secular. Este é praticamente o esquema que apaziguou em parte os católicos de Nova York [...]. (Dabney, 2019, p. 27).

Dabney tem consciência das implicações da segunda possibilidade: as condições de que as religiões sustentem suas escolas em várias localidades; de que o Estado não pode validar todos os credos e que, a rigor, a verdade de uma denominação religiosa pode implicar a falsidade de outra; de que “[...] o protestantismo promove mais parcimônia e riqueza do que os restantes credos equivocados [...]” (Dabney, 2019, p. 28); e que esta medida de várias denominações sustentarem suas escolas “[...] causa desunião à população ao treinar os jovens em campos religiosos hostis [...]” (Idem). Parece-nos que o autor tem consciência daquilo que denominamos de mercado religioso e das disputas religiosas por reconhecimento, por visibilidade e por relevância. Assim, prossegue:

O terceiro plano propõe dar instruções a religiões não sectárias no primeiro horário da manhã, ao passo que os pais que discordassem disso tivessem autorização de não manter seus filhos na escola até o fim desse período [...]. A única alternativa restante é a secularização total do ensino nas escolas públicas, limitando-o a disciplinas puramente seculares, deixando aos pais e à igreja suplementarem-no com o ensino religioso que lhes apraz ou nenhum [...] (Dabney, 2019, p. 28-29).

A questão da educação nas escolas públicas está diante de uma questão real incontornável: o pluralismo e a diversidade das sociedades contemporâneas. Dificilmente, admitiríamos a imposição de uma religião às demais, mesmo que se tratasse da religião da maioria. Este, inclusive, tem sido um argumento comum em eventos públicos de políticos brasileiros: que a minoria deve se curvar à maioria e de que o Brasil é um país cristão. Como a própria exposição da Dabney faz perceber: em perspectiva fundamentalista as religiões não são compreendidas em termos de igualdade e de complementariedade de diversas tradições religiosas e, sim, em termos de verdadeira religião e de falsa religião, de religião superior e de religião inferior. Levando esta concepção às últimas consequências, torna-se impossível mesmo qualquer ensino religioso que privilegia uma expressão religiosa. Como o

autor nota, “a única alternativa restante é a secularização total do ensino nas escolas públicas”. Entretanto, isto parece não convencer Dabney.

Para Dabney, “[...] o objeto principal do trabalho de educação é o espírito. A educação é o treino e o desenvolvimento do homem inteiro para seu fim apropriado [...]” (Dabney, 2019, p. 30). Assim, retornamos ao início da questão: Qual o objeto da educação? O que é a educação? Segundo o autor, o principal objeto do trabalho educacional é o espírito humano. Por espírito, se refere a parte espiritual do ser humano<sup>785</sup>, com destaque para sua moral, na compreensão fundamentalista antropológica. De acordo com o autor, a educação desenvolve o homem inteiro para um fim. Este fim está relacionado ao propósito do ser humano criado pela divindade. Nesta perspectiva de objeto e de fim da educação, quando o Estado afirma educar, toma sobre si a competência de formar cidadãos e esta “[...] responsabilidade é por natureza *ética*” (Dabney, 2019, p. 31). Em sendo assim, para autores fundamentalistas o Estado não pode se secularizado. Segundo Frame: “[...] Nosso objetivo para as crianças é que elas se tornem adultos piedosos [...]” (Frame, 2019, p. 99), o que significa, a rigor, comprometidas com as práticas fundamentalistas. Seguem-se seis afirmações acerca da impossibilidade e da inadmissibilidade da secularização da educação:

1. Antes de nós, nenhum povo de qualquer época, religião ou civilização jamais pensou que o fosse [...]. Pagãos, católicos, muçulmanos, gregos e protestantes – todos rejeitaram qualquer educação não fundamentada na religião como algo absurdo ou maligno.  
[...]
2. A verdadeira educação é, em certo sentido, um processo espiritual. É o treinamento de uma alma. A educação é o treinamento de um espírito que é racional e moral, no qual a consciência é a faculdade reguladora e imperativa. O propósito característico da consciência, mesmo neste mundo, é moral.  
[...]
3. Se é para tornar a educação secular consistente e honestamente não cristã, então, deve-se omitir todos os principais ramos, ou deve-se mutilá-los e falseá-los, o que é muito pior do que a omissão absoluta. O instrutor deve ensinar história, cosmogonia, psicologia, ética e as leis das nações. Pode ele fazer isso sem dizer nada favorável ou desfavorável acerca das crenças dos cristãos evangélicos, católicos, socinianos, deístas, panteístas, materialistas ou animistas, todos os quais exigem direitos iguais sob a autoridade das instituições? [...]

---

<sup>785</sup> “[...] o homem se compõe de três substâncias – espírito, alma e corpo; alguns estudantes da Bíblia defendem essa opinião de três partes da constituição humana *versus* doutrina de duas partes apenas, adotada por outros. Ambas as opiniões são corretas quando bem compreendidas. O espírito e a alma representam os dois lados da substância não-física do homem; ou, em outras palavras, o espírito e a alma representam os dois lados da natureza espiritual. Embora distintos, o espírito e a alma são *inseparáveis*, são entrosados um no outro [...]” (Pearlman, 1987, p. 72).

4. No tocante à ação humana, a vontade e a consciência devem ser purificadas e iluminadas. Aumentar o vigor das demais ações da alma por meio do treinamento nada mais é do que um malefício supérfluo [...] não é possível separar a instrução moral correta nesse ponto, ou em qualquer outro, do treinamento intelectual, sem que haja grande dano.

[...]

5. *Precisamos dos melhores homens ensinando nossas crianças. Porém os melhores são os cristãos genuínos, que carregam sua religião consigo em todas as coisas. Esses homens não podem se comprometer a serem professores de preciosas almas pelas quais Cristo morreu e não fazer quaisquer esforços para salvá-las.*

[...]

6. Para cada cidadão cristão, o argumento conclusivo contra a educação escolar está presente em seu próprio credo no que se refere à responsabilidade humana. De acordo com este credo, a obrigação para com Deus envolve a totalidade dos atos e do ser de cada homem. Mesmo as melhores tentativas serão julgadas imperfeitas. “A lâmpada do perverso... é pecado” [Provérbios 21.4]. O fim deliberado para o qual nossos atos se dirigem determina derradeiramente sua (dos atos) compleição moral. (Dabney, 2019, p. 31-43).

Dabney relaciona uma série de motivos para que a educação não seja secularizada. Em verdade, algumas razões elencadas pelo autor podem justificar, igualmente, a religião no espaço público e o Estado como um promotor da religião. Como nas sociedades antigas havia um predomínio da religião na vida, essa predominância da religião deve ser mantida – só que com um novo ator político-religioso, os evangélicos. Para o autor, trata-se de uma questão muito concreta: “[...] Deus é o único Senhor da consciência; a alma é sua semelhança em miniatura [...] A religião é a ciência das relações da alma para com Deus [...]” (Dabney, 2019, p. 34). Segundo Dabney, é impossível um imperativo moral sem referência a Deus. A impressão que o autor transmite é que somente através da Bíblia e da religião – como compreendida por ele – é possível lecionar as disciplinas seculares. De fato, seria impossível omitir das determinações religiosas as implicações das religiões na história do desenvolvimento humano. Porém, a história das religiões não é apenas a história dos valores religiosos; é, também, uma história de violências e de acordos com as classes dominantes. Em toda exposição, Dabney tem uma alta considerações pela religião protestante<sup>786</sup> e pelos seus religiosos – seguidores da religião – ao ponto de

---

<sup>786</sup> “De fato, não há americanos, considerados aqui no modo que com eles habitualmente nos deparamos, cujas restrições morais não provenham da Bíblia. Se, quando treinarmos moralmente os jovens, abrimos mãos do ‘Assim diz o Senhor’, não teremos mais o governo. O ensinamento que não fundamenta o dever no cristianismo é, para nós, praticamente imoral” (Dabney, 2019, p. 40). Não podemos transformar essa discussão em divergências morais. Entretanto, precisamos mencionar o crescimento da desigualdade e da miséria nos Estados Unidos; das populações de rua e da carcerária; e dos crimes cometidos por religiosos. Observemos que, para o autor, “o único ensinamento moral legítimo é o que se fundamenta no cristianismo”. Acrescentaríamos que se trata do cristianismo de prática fundamentalista.

insistir que é impossível uma educação moral e ética sem a presença da religião protestante. A extensa argumentação de Dabney conduz ao seguinte:

[...] Não obstante o fato de não termos o direito de pedir ao Estado para difundir nossa teologia, temos, contudo, o direito de exigir que não se oponha a ela. *E educar almas dessa maneira é opor-se à nossa teologia*. Eis a razão por que um ensino não cristão é um ensino anticristão” (Dabney, 2019, p. 44).

Existe uma contradição percebida pelos religiosos fundamentalistas como a brecha necessária à imposição de sua teologia: o Estado contemporâneo não pode difundir a teologia fundamentalista, caso contrário, isto é, caso o Estado difundisse a teologia fundamentalista ele seria um Estado religioso fundamentalista; entretanto, o Estado contemporâneo também não pode se opor aos cristãos fundamentalistas, isto é, a que os cristãos mantenham sua teologia e sua prática religiosa. Nesta circunstância contraditória frente ao Estado, os cristãos fundamentalistas exigem o direito estatal à crença e à prática religiosa para, quando possível, impor ao Estado sua crença e sua prática religiosa. A legislação que protege todas as confissões religiosas é utilizada pelos fundamentalistas em termos de “temos o direito”; afinal, segundo a compreensão fundamentalista, “um ensino não cristão é um ensino anticristão”. É uma estratégia de utilizar-se da democracia para submetê-la ao fundamentalismo<sup>787</sup>. Rushdoony questiona a neutralidade na educação:

[...] Se Deus é de fato o Criador dos céus e da terra, e se o Deus da Escritura é o Deus vivo, eliminá-lo da educação não é neutralidade, mas inimizade; a consideração mais importante de todas não é considerada. Nenhum homem pode ser neutro para com Deus. A ideia de neutralidade pressupõe uma objetividade da parte do homem que não é sustentável. Além disso, não nos é possível presumir que a neutralidade seja essencial para o estabelecimento da verdade; se um homem é neutro para com todas as coisas, então todas as coisas são igualmente sem sentido para ele [...] (Rushdoony, 2019b, p. 82).

Na compreensão da pedagogia fundamentalista, é preciso que a teologia fundamentalista atravesse o conteúdo escolar. Não estamos nos referindo a que certos temas religiosos aparecem no currículo escolar e sim que todo o currículo se oriente em perspectiva fundamentalista: “Os cidadãos cristãos estão autorizados por Deus (e não pelo Estado) a sustentar que o único ensino adequado para uma alma

---

<sup>787</sup> “[...] Para uma educação que pretende ser democrática, negligenciar a fé bíblica da maioria dos americanos, ou pelo menos o maior elemento na população, dificilmente é democrático! Ainda mais, negligenciar a fé religiosa que é básica à civilização ocidental não apenas *não* é uma postura neutra, mas é de fato uma postura de hostilidade agressiva [...]” (Rushdoony, 2019b, p. 84-85).

caída é o ensino da redenção [...]” (Dabney, 2019, p. 45-46). Não pode haver neutralidade religiosa<sup>788</sup>. Esta é uma questão concreta da potência fundamentalista: os religiosos fundamentalistas se percebem como chamados pela divindade ou autorizados por ela à batalha pela fé. Eles agem por submissão e obediência a um poder maior do que o poder estatal, do qual, em teologia fundamentalista, o próprio poder do Estado deriva. O fundamentalismo marca uma posição clara e ativa a respeito do dogma fundamentalista na educação como um todo e no currículo escolar em particular. Finalmente, pergunta Dabney: “A educação das crianças é uma função cívica ou eclesiástica? Não é propriamente uma função doméstica que cabe aos pais? [...]” (Dabney, 2019, p. 53). A esta questão responde:

[...] Primeiramente, lemos nas Escrituras que Deus estabeleceu a família pela união de uma mulher com um homem, numa só carne, para a vida, para o fim declarado de “buscar a descendência que prometera” [Malaquias 2.15]. Isto não implica que Deus olha para os pais, nos quais se fundamenta a família, como os agentes responsáveis desse resultado?

No Quinto Mandamento, Deus vinculou o filho não com o presbítero ou o magistrado, mas com seus pais, o que evidentemente confere a estes a autoridade apropriada e primacial [...]

Em segundo lugar, o modo como Deus opera no curso da natureza demonstra onde estão depositados o poder e o dever da educação. Deus determinou que os pais decidam em que momento a criança iniciará sua carreira adulta [...]

Em terceiro lugar, Deus deu aos pais influências sociais e morais tão singulares, tão extensas, que nenhum outro poder terreno, ou todos os demais poderes juntos, podem substituí-los na formação do caráter da criança [...]” (Dabney, 2019, p. 53-54).

Para teólogos fundamentalistas, a educação das crianças é uma função que cabe exclusivamente aos pais. Não compete ao Estado nem mesmo à igreja a educação das crianças. Outro autor fundamentalista é igualmente enfático: “[...] Precisamos manter a política fora da educação. O Estado não possui o direito de governar as escolas [...]” (Rushdoony, 2019, p. 63). A compreensão fundamentalista se justifica no próprio dogma fundamentalista, segundo interpretado também por

---

<sup>788</sup> “[...] O humanismo atribui valor máximo à espécie humana. Para ele, em essência, a humanidade desempenha o papel da divindade. Todavia, os cristãos conservadores acreditam que a espécie humana se divide em dois grupos: salvos e perdidos. Essa divisão da divindade (a espécie humana) não poderia ser tolerada pelos humanistas. Mas se trata de uma diferença teológica impossível de ser encoberta. As escolas estatais foram fundadas para exterminá-la – o que equivale, na prática, à erradicação cristã” (Wilson, 2015, p. 23). Na concepção fundamentalista há uma distinção fundamental entre cristãos e não cristãos: os primeiros estão salvos e os demais estão perdidos. Uma pedagogia fundamentalista deve considerar que não pode haver uma mesma pedagogia para os crentes e para os descrentes, para os fiéis e os infiéis. Por isso, o ensino a respeito da redenção, isto é, da salvação perpassa o currículo pedagógico fundamentalista.

fundamentalistas<sup>789</sup>. De acordo com John Frame: “As Escrituras deixam claro que os pais têm a obrigação de criar seus filhos num ambiente que seja não somente centrado em Cristo, mas inclusive *saturado* de Cristo [...]” (Frame, 2019, p. 93). As leituras fundamentalistas são seletivas e desconsideram as mediações do próprio texto – o contexto social que fez nascer o texto e o contexto social ao qual o texto se destina – e as mediações históricas do texto ao leitor contemporâneo. Obviamente, em um contexto tribal seminômade as instituições da organização social se desenvolvem de acordo com as necessidades de seu próprio contexto. A compreensão se assenta na prática religiosa a fim de justificá-la. Então, a divindade precisa “operar no curso da natureza, determinar que os pais decidam quando a criança iniciará sua carreira adulta”. Frente à realidade contemporânea podemos, inclusive, perguntar: Quantas famílias têm condições de decidir quando a criança iniciará a carreira adulta? Para os autores citados por nós nesta seção, a responsabilidade dos pais em relação a filhos e filhas deve ter como critério os valores da fé na hora de optar por uma escola e pela instrução das crianças<sup>790</sup>. Dito isso,

[...] O Estado deveria encorajar os esforços individuais e voluntários ao preservar o escudo imparcial da proteção legal sobre toda propriedade que possa ser dedicada à educação. Deveria encorajar todos os esforços privados, e poderia ajudar aqueles cuja pobreza e adversidades incapacitaram-nos a criar adequadamente seus próprios filhos. (Dabney, 2019, p. 59).

Dabney chega à mesma conclusão de autores neoliberais<sup>791</sup>. Friedman (1984) considerava que o papel do governo deveria se restringir a fiscalizar e a garantir a qualidade dos serviços prestados pelas instituições educacionais; e a providenciar, caso necessário, *voucher* educacional. Friedman defendia o livre mercado, a competitividade da iniciativa privada e a liberdade de as famílias escolherem as instituições educacionais para seus filhos e filhas. Rothbard (2013) foi ainda mais incisivo do que Friedman. Para Rothbard, o Estado deveria se abster completamente da Educação: “Um sistema de educação obrigatória, financiado pelos impostos, é o modelo completo de um estado totalitário” (Rothbard, 2013, p. 25). Não se permite

<sup>789</sup> Tivemos oportunidade de considerar a leitura fundamentalista da Bíblia Conferir a seção “4.1.4 Fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e leitura da Bíblia”.

<sup>790</sup> “[...] claramente os pais têm a responsabilidade última pela educação dos seus filhos, tanto religiosa como secular, e eles não deveriam permitir que seus filhos, numa idade jovem, frequentem uma escola que viole seus valores fundamentais ou que não permita nenhuma supervisão substancial por parte dos pais” (Frame, 2019, p. 94).

<sup>791</sup> Para uma exposição adequada remetemos à seção “2.2.2 Educação e neoliberalismo...”.

nem que o Estado custeie a educação: “A educação custeada pelo Estado é uma educação totalitária [...]” (Rushdoony, 2019, p. 65). Dabney defende a educação domiciliar como modelo de instrução às crianças e que compete aos pais educar e instruir as crianças. O autor chegou a conclusões parecidas porque partiu das mesmas premissas ideológicas que os neoliberais: sob a linguagem da religião Dabney guarda uma perspectiva comum com os neoliberais em relação ao Estado. Devemos destacar, a despeito de ausência de objetividade dos autores acima relacionados, que estamos diante de um Estado capitalista, portanto, um Estado que existe em função e partir do capital.

Após mencionarmos, em linhas gerais, os principais aspectos de uma pedagogia fundamentalista, precisamos mencionar o livro de Johnny Enlow, *A profecia das sete montanhas*<sup>792</sup>. A ideia de dominar as sete áreas de influência tem sido amplamente divulgada no Brasil, e o *The Send* expressou bem a ideologia dominionista voltada à Educação (Figura 10). Para Enlow, a educação está impregnada de concepções humanistas, racionalistas, ateístas e liberais. Em linhas gerais, ele mantém a compreensão de outros autores fundamentalistas a respeito destes conceitos. Em determinados momentos estes conceitos são utilizados por eles como sinônimos. Enlow apresenta a área da educação como uma das sete áreas de influência a ser conquistada. Segundo o autor: “Educação é o conhecimento ou habilidade obtida ou desenvolvida através do processo da aprendizagem [...]” (Enlow, 2009, p. 107).

---

<sup>792</sup> Para uma compreensão melhor acerca da “profecia das sete montanhas”, remetemos à seção “4.1.3 Dos três chifres às sete montanhas...”. A razão pela qual destacamos esta obra é que ela tem sido popular no Brasil e tem sido uma das bases do movimento *The Send*. Conferir a seção “4.3 Conversão: acolhimento e identidade”.

Figura 10: 40 dias de jejum pelas universidades.



Fonte: <https://www.instagram.com/thesendbrasil/>.

Percebemos que sua compreensão em torno do papel da educação segue a mesma doutrina fundamentalista de que as instituições educacionais “[...] deveriam servir de local para treinar e admoestar no temor de Deus. A instrução foi dada no contexto de uma visão de mundo que colocava Deus no centro da vida como Único, e caberia a nós orbitar a sua volta [...]”, por isso, sua conclusão é que “[...] Ele [Deus] era o fundamento de todas as áreas de ensino” (Enlow, 2009, p. 108). O autor parte do pressuposto de que a função das instituições educacionais deve estar em

consonância com a promoção da fé religiosa<sup>793</sup>, segundo compreendida por teólogos fundamentalistas. Se existe uma divindade em torno da qual a vida humana deveria orbitar, nenhuma dimensão da vida humana deveria escapar desta influência gravitacional. Por instrução – utilizando como chave de compreensão outros autores fundamentalistas – devemos supor a lei mosaica e a lei natural. Assim como em referência a outras “montanhas a serem conquistadas”, Enlow interpreta alegoricamente certos textos bíblicos para justificar suas posições:

O terceiro maior inimigo da nação de Israel na Terra Prometida eram os Amorreus. (Ver Deuteronômio 7:1). A palavra Amorreus significa “gabar-se”, “projetar-se”, “alpinista”, “agir com orgulho”, “o orgulho pertence ao coração de”. Essas definições em conjunto descrevem o pensamento básico do humanismo. Os Amorreus precisam ser derrotados para podermos conquistar a montanha da educação.

O humanismo é uma filosofia ética que prioriza as qualidades universais e o intelecto. É fortalecido pelo racionalismo e rejeita a validade universal da justificação, como a dependência da fé, do sobrenatural ou das verdades divinamente reveladas [...] (Enlow, 2009, p. 111).

Para ideólogos fundamentalistas, há um obstáculo intransponível entre uma pedagogia fundamentalista e uma pedagogia humanista. Para Enlow, por exemplo, o que domina a educação é o humanismo e, neste caso, esta “filosofia ética prioriza as qualidades universais e o intelecto”, ou seja, é racional; rejeita a validade universal da doutrina cristã da justificação pela fé e a dependência da fé na divindade de cristãos fundamentalistas; do sobrenatural para explicar as relações humanas e sociais; e as verdades divinamente reveladas como compreendidas a partir da leitura fundamentalista dos textos sagrados. Por oposição, a pedagogia fundamentalista é uma pedagogia que privilegia os dogmas fundamentalistas, segundo interpretados por fundamentalistas. Seria a adoção dos princípios e dos valores fundamentalistas aplicados à educação. Para o autor: “O irmão gêmeo siamês do humanismo é o ateísmo, que nega a existência de Deus [...]”<sup>794</sup> e “As correntes liberais são a cobertura

<sup>793</sup> Uma das principais justificativas da função das instituições de ensino está em consonância a um passado perdido: “A primeira escola pública americana foi fundada, em 1635, pelo ministro puritano John Cotton. Na prática, toda escola pública tinha ministros como diretores. Leitura, escrita e matemática tinham um valor secundário comparado com o ensino dos caminhos de Deus. Com o objetivo de prepararem se para a vida neste mundo, os alunos precisavam saber como relacionar-se com Deus, como orbitar ao redor de quem Ele é e o que Ele espera” (Enlow, 2009, p. 108). Esta referência a um passado mítico e idealizado aproxima a extrema direita e o fundamentalismo religioso.

<sup>794</sup> Enlow guarda a mesma perspectiva acerca de um juízo final que a maior parte dos cristãos. Logo após mencionar o ateísmo, o autor prossegue: “[...] Muito em breve não teremos que lidar mais com isso. O julgamento de Deus será tão claramente manifestado que não haverá sombra de dúvida de que realmente existe um Deus. A única questão será: O que você fará a esse respeito - submeter-se ou ser destruído? Será simples assim” (Enlow, 2009, p. 111).

tanto para o humanismo como para o ateísmo [...]” (Enlow, 2009, p. 111). À semelhança das outras áreas de influência, Enlow indica a existência de uma ação demoníaca sobre a Educação:

[...] Acredito que esse principado [que está no topo e comanda a Educação] seja Belzebu. Seu nome significa “senhor das moscas”, e essas moscas representam as mentiras que ele conta. Ele é o baal das mentiras, aparentemente um líder substituto de lucifer, portanto ele pode ser mais uma das faces de Satanás. Sem levar em consideração a sua real identidade, a própria definição do nome belzebu já nos dá uma idéia a respeito de sua principal estratégia, suas mentiras. Toda mentira eficaz carrega em si uma porção da verdade. Para o rato é o queijo que carrega o veneno que vem a matá-lo. Belzebu tem colocado ratoeiras em muitas esferas da educação. Nem precisamos enumerar as armadilhas da filosofia, o que seria uma tarefa interminável e tediosa em que muitos vêm trabalhando por anos. Deus está para acabar com todas essas armadilhas à medida que Ele estabelecer a verdade central que muito em breve ressoará por todo o mundo. A verdade de Deus se contrapõe às mentiras de Belzebu:

- Existe um Deus.
- Ele é eficaz nos assuntos de interesse dos homens.
- Ele possui padrões definidos para a conduta moral.
- Você precisa adotá-Lo ou você sentirá a Sua fúria (Enlow, 2009, p. 112-113).

Como indicado anteriormente<sup>795</sup>, cristãos fundamentalistas adeptos da batalha espiritual creem que governos, pessoas e territórios têm uma entidade espiritual que orienta, objetivamente, as ações políticas. Dito de outro modo, indivíduos em posição de decisão são inspirados ou influenciados por potentados espirituais (angelicais ou demoníacos) a agir de acordo com valores divinos ou demoníacos. De acordo com Enlow, a “potestade” que governa a Educação é *Belzebu*, a espalhar mentiras através da educação e da filosofia. Esta entidade espiritual que governa a Educação só pode ser “destronada” através da oração e da ocupação dos espaços e das instituições educacionais por pessoas comprometidas com as práticas fundamentalistas. Por isso, na agenda fundamentalista há uma clara intenção de formação como estratégia de preencher e de assegurar certas posições de decisão e de poder. A formação, neste sentido, deve começar cedo, ainda na primeira infância. Novamente, o autor recorre à imagem de juízo da divindade: “Os juízos de Deus são liberados para especificamente conter e neutralizar os enganos de satanás [...]” (Enlow, 2009, p. 113). Entretanto, desta vez, toma como exemplo de juízo situações concretas de desastres que podem afetar uma cidade ou uma nação.

---

<sup>795</sup> Conferir a seção “4.2.1 Teologia da Prosperidade e Teologia da Batalha Espiritual”.

Naturalmente, toda essa compreensão implica em um apelo aos professores e às professoras: “[...] Os professores precisam ser dotados do poder do Espírito Santo, pois eles se oporão aos professores comprovadamente seculares (mundanos) [...]” (Enlow, 2009, p. 114). Os professores terão uma participação ativa na guerra pela fé, por isso, terão necessidade de um poder espiritual. Serão mais necessários fora das igrejas do que em seu interior. Terão um destacado papel frente a alunos, alunas e aos seus colegas de trabalho. No entanto, para Enlow, “[...] não é suficiente ter professores espiritualmente dotados; precisa haver uma reforma no sistema de certificação e currículo” (Enlow, 2009, p. 115). Ter professores comprometidos com as práticas fundamentalistas é uma parte essencial, mas insuficiente<sup>796</sup>. De acordo com fundamentalistas é preciso reformar o sistema de ensino, em que o próprio sistema de ensino passe por uma “reforma religiosa”, por assim dizer, de comprometimento com a fé fundamentalista.

Segundo Enlow, “Nós nascemos com um processador direito do cérebro e um processador esquerdo do cérebro. Isso significa que o lado direito e o lado esquerdo literalmente processam informações de uma maneira totalmente diferente” (Enlow, 2019, p. 115). Para o autor, o Belzebu tem feito com que a educação privilegie o lado esquerdo do cérebro<sup>797</sup>. Ao ingressar nas séries iniciais, as crianças chegam utilizando o lado direito do cérebro, que seria o lado mais imaginativo, mais intuitivo,

---

<sup>796</sup> Parece-nos que a valorização da profissão de professor está ligada à adoção do dogma fundamentalista por parte do docente. Em geral, parece-nos ainda que há uma desconsideração geral pelo contexto do fazer docente, pelas condições do trabalho docente: “[...] O professor mediado de hoje não é um *scholar*. Ele está disposto a fazer uma pesquisa apenas se lhe for necessária para uma promoção. Tão logo se torna um professor titular e efetivo, desinteressa-se em aprender, pois o seu mundo é um lugar melhor para se esconder *da* educação do que um lugar *para* a educação. Poucos professores são professores aceitáveis; eles não estão suficientemente interessados no ensino e na erudição para além do pouco que se requer atualmente deles [...]” (Rushdoony, 2019, p. 68).

<sup>797</sup> De acordo com Enlow: “Nosso cérebro esquerdo é verbal e processa as informações analiticamente e seqüencialmente. Ele olha primeiramente para as porções individuais de informação para depois colocá-las juntas para ver o todo. Este processador funciona passo a passo. As palavras são a principal lembrança da informação. Este lado do cérebro é altamente organizado e gosta de listas, de planejamentos, regras e de manter controle sobre o tempo. Adora observar. É lógico, seqüencial, racional, analítico e objetivo. O cérebro esquerdo escuta o que foi dito e comunica-se verbalmente. Nosso cérebro direito, entretanto, é visual e processa a informação intuitivamente e simultaneamente. Ele olha primeiramente para a figura inteira, e então examina os detalhes. O córtex cerebral direito é conectado com o córtex esquerdo por fibras nervosas que permitem a passagem de mensagens entre eles. O processador direito é o criativo, enquanto que o esquerdo é o robótico para acessar qualquer coisa que seja dada. Ao contrário do método do lado esquerdo, o cérebro direito processa tudo de uma vez. As suas chaves de memória são as imagens (na mente). Ele não é altamente organizado, mas é orgânico e responde por associação. Gosta de saber o porquê das coisas, e não é sensível na questão do tempo. Adora participar, tocar e sentir. Este lado do cérebro gosta ainda de padrões, metáforas, analogias, interpretação de papéis, e imaginação, e pode ser subjetivo e sem sentido. O cérebro direito escuta como alguma coisa é dita, inflexão vocal e maneirismos” (Enlow, 2009, p. 115-116).

mais criativo, então, o sistema escolar a modifica fazendo com que ela utilize o lado esquerdo do cérebro, de palavras, mais analítico, mais lógico; e, à medida que avança nos estudos, mais a criança se distancia do uso do lado direito do cérebro. De acordo com Enlow: “[...] O lado esquerdo, quando se torna dominante, oprime as coisas do Espírito de Deus. Já o lado direito não é o reino de Deus, mas é a parte do cérebro que Deus criou para estar aberta para responder aos Seus caminhos [...]” (Enlow, 2009, p. 120-121). A maneira como o autor interpreta a estrutura cerebral e a forma do pensamento humano nos parece um tanto estranha. Primeiro porque o autor compreende uma oposição em A *ou* B e não uma relação dialética de pensamento e apreensão da realidade em A e B. Segundo porque de acordo com o dogma fundamentalista uma mesma divindade criou o cérebro humano como é<sup>798</sup>.

Frente a esta predileção do sistema de ensino pelo lado esquerdo do cérebro, seria necessária uma revolução educacional que não apenas incluísse o criacionismo e os Dez Mandamentos, mas que reconduzisse à prioridade do lado direito do cérebro. Este lado mais imaginativo e mais subjetivo seria mais sensível às coisas espirituais e aos milagres. A estratégia imediata de reforma educacional seria através da oração, tendo em vista que o “[...] ponto principal é lembrar que esta é uma batalha espiritual, portanto a oração precisa preceder e acompanhar todas as estratégias que Deus der [...]” (Enlow, 2009, p. 128); orações orientadas pelo lado direito do cérebro (Enlow, 2009, p. 128). A ação estratégica seria conquistar as três principais instituições de ensino norte-americanas: Harvard, Princeton e Yale; instituições fundadas por cristãos e que, ao longo da história, formaram relevantes políticos estadunidenses. “A ação estratégica precisa ser implantada no nível estudantil, curricular e no corpo docente universitário [...]” (Enlow, 2009, p. 129). Todo o argumento de Enlow, do início ao fim do capítulo, assenta-se na ideia de um mundo sobrenatural, de uma batalha espiritual, de uma disputa entre forças espirituais antagônicas pela Educação.

---

<sup>798</sup> “O lado esquerdo foi designado para servir aos interesses do lado direito. Ele deveria nos ajudar a nos organizarmos e mantermos o ritmo enquanto acessamos a realidade com o lado direito do cérebro. Ao invés de submeter o lado direito ao racionalismo do lado esquerdo, fomos criados para submeter o lado esquerdo às percepções do lado direito” (Enlow, 2009, p. 122).

Por mais que se afirme que não se pretende impor uma religião<sup>799</sup>, trata-se de uma perspectiva fundamentalista cristã evangélica para a Educação. Na contramão desta concepção, compreendemos a educação como “[...] transmissão-assimilação do saber sistematizado [...]” (Saviani, 2013, p. 17) e as condições necessárias para que essa relação de aprendizagem e de troca de saberes efetivamente aconteça. Autores fundamentalistas – com destaque àqueles supracitados – só admitem uma educação fundamentalista, com a predominância da religião. Entretanto, não quaisquer religiões ou todas elas e, sim, a religião praticada por fundamentalistas. Não há concessão nem mesmo para outras expressões do cristianismo. A religião em perspectiva fundamentalista deve atravessar todo o fazer educacional: desde a formação de professores e professoras, incluindo o comprometimento destes com a fé fundamentalista, o currículo e a prática escolar.

### *5.3.2 Projeto educação domiciliar e Projeto Escola Sem Partido: expressões do conservadorismo e do reacionarismo*

Após explicitarmos as principais características do que chamamos de pedagogia fundamentalista, encontrando-as nos textos de referências de teólogos fundamentalistas, nós precisamos exemplificar esses traços distintivos em dois projetos que ganharam atenção pública e política nos últimos anos: a *educação domiciliar* e o *Escola Sem Partido*. Não pretendemos, nesta pesquisa, aprofundar esses dois importantes projetos em curso<sup>800</sup>, dado ao fato de que eles não se configuram como recorte principal de nossa pesquisa, mas como exemplos de como o tema fundamentalismo religioso e educação se entrelaçam no cotidiano brasileiro.

---

<sup>799</sup> O último parágrafo do capítulo acerca da Educação termina da seguinte maneira: “[...] A conquista da montanha [da Educação] não implica na imposição de religião a ninguém, ela simplesmente cria um ambiente que permite que as crenças dos cristãos em Deus venham a competir com as outras religiões. Se apresentarmos o verdadeiro evangelho de Jesus, Ele será tão atrativo que atrairá todos os homens para Si mesmo” (Enlow, 2009, p. 129).

<sup>800</sup> Tais temas têm desdobramentos analíticos complexos e profundos e podem ser conferidos em detalhes em teses, artigos e obras completas que tratam especificamente desses projetos. A esse respeito, sobre o *Escola Sem Partido*, indicamos a tese de Brandão(2022) “Escola sem Partido e o ataque à liberdade de ensino: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação”; o artigo de Penna(2021) intitulado “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola”; o artigo de Raquel Dias(2021) denominado A literatura sobre o *Escola sem Partido* e os temas principais: um estado da arte. Para aprofundar o tema Educação Domiciliar recomendamos o dossiê Homeschooling e o direito à educação (Proposições, V.28, 2017) com a análise de vários estudiosos da área.

A rigor, não são os únicos projetos conservadores e reacionários para educação brasileira e, talvez, nem mesmo os que têm se efetivado com mais agilidade. Estamos nos referindo à educação militarizada ou à militarização da educação pública que, a despeito da decisão do Governo Lula III, tem avançado em alguns estados da federação<sup>801</sup>. Todo um conjunto de iniciativas voltadas à educação evidencia como a educação tem se tornado um campo em disputa no século XXI. Nós relacionamos (Martins, 2019; 2021) a Reforma do Ensino Médio, a Nova Base Nacional Comum Curricular, a educação domiciliar, a precarização do Ensino Superior e do ensino profissionalizante, a militarização da educação pública, o Escola Sem Partido, a investida contra professores, professoras e profissionais da educação e contra as universidades públicas como expressões de um ataque concentrado contra a educação pública.

Em nossa compreensão as iniciativas acima relacionadas – e outras mais que poderiam ser mencionadas – evidenciam que a educação pública está sob ataque. A educação é uma dimensão social através da qual é possível perceber a confluência, a incidência das agendas que demarcamos ao longo do trabalho. Em ordem de nossa exposição: o neoliberalismo, a extrema direita, o bolsonarismo e o fundamentalismo religioso. O caso do bolsonarismo é emblemático por se tratar de um consórcio pelo poder, que compreende setores do agronegócio, do Centrão, das forças de segurança, do fundamentalismo religioso, do judiciário, do neoliberalismo, entre outros. Portanto, a educação permite uma visão privilegiada de como diversos atores sociais apresentam suas propostas para educação. Apesar de as propostas advirem de diferentes segmentos sociais, eles acabam se concentrando como expressões do neoliberalismo, da extrema direita, do bolsonarismo e do fundamentalismo religioso. E, neste sentido, a educação domiciliar e o Escola Sem Partido evidenciam estes aspectos confluentes muito bem.

Se nos perguntarmos pelas origens dos dois movimentos por nós considerados, poderemos ter que indicar que são projetos completa ou parcialmente importados. A educação domiciliar é um modelo educacional aceito em países como Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Noruega, Portugal e Suíça, que surgiu, possivelmente, em circunstâncias climáticas em que as crianças tinham dificuldades

---

<sup>801</sup> Concentrados no Sul e no Sudeste do Brasil, projetos estaduais de escolas militarizadas avançam, especialmente, no estado de São Paulo.

de frequentar diariamente a escola. Rapidamente, passou a ser uma alternativa à escola em razão de ideias econômicas e religiosas dos pais e responsáveis. O Escola Sem Partido surgiu em 2004, através do advogado Miguel Nagibe, inspirando-se “[...] em iniciativas semelhantes, como *No Indoctrination*, *Campus Watch* e *Creation Studies Institute (CSI)* nos Estado Unidos, contrárias a uma suposta doutrinação em escolas americanas [...]” (Araújo, 2021, p. 283). Em vista disto, os projetos educação domiciliar e Escola Sem Partido só podem ser adequadamente compreendidos levando em consideração o contexto em que se colocam como alternativas no cenário educacional brasileiro, a partir segunda década do século XXI<sup>802</sup>.

Precisamente, o contexto ao qual nos referimos é de aceleração do neoliberalismo, do avanço da extrema direita, da chegada do bolsonarismo ao poder e da expansão do fundamentalismo religioso, todos sob o signo da crise contemporânea do capitalismo. Na conjuntura internacional, o avanço da extrema direita em economias de capitalismo desenvolvido, inclusive, em países imperialistas foi, dialeticamente, causa e consequência da mesma crise. A profunda alteração nas relações de trabalho e nas condições de trabalho, o trabalho flexível, impõe um novo modelo educacional para formação de trabalhadores e de trabalhadoras. A agenda de ajuste fiscal intensificou a flexibilização, a privatização, a publicização e a terceirização com consequências às relações sociais públicas e privadas. A ordem do capitalismo contemporâneo se tornou um terreno fértil a respostas neoliberais, de extrema direita e de fundamentalistas religiosos. É neste complexo cenário que certos atores sociais apresentam os projetos da educação domiciliar<sup>803</sup> e do Escola Sem Partido.

O primeiro projeto a exemplificar nossos estudos é a educação domiciliar, a educação ou instrução familiar em casa. A princípio o nome pode não transmitir a ideia que se pretende. A educação domiciliar é a educação domiciliar, oferecida por pais ou por responsáveis dentro do ambiente familiar, no próprio lar. Primeiro, consideraremos as justificativas ou as defesas à educação domiciliar no Brasil; segundo, consideraremos criticamente essa proposta para educação básica. Em linhas gerais, são apresentadas quatro razões (Martins, 2021) a que famílias optem

---

<sup>802</sup> No caso dos dois projetos relacionados como exemplo da confluência de interesses conservadores, econômicos e reacionários, não nos concentraremos em suas origens nem no desenvolvimento histórico. Nossas considerações serão em ambos como alternativas à educação pública, através de uma exposição crítica e teórica.

<sup>803</sup> De acordo com artigo do Brasil Paralelo: “O homeschooling já é praticado no Brasil em 30 mil lares, aproximadamente, segundo Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) [...]” (Brasil Paralelo, 2021).

pela educação doméstica: a violência nas escolas, especialmente, as situações de *bullying*; as crenças, a religião e os valores da família; a falta de infraestrutura nas escolas; e baixa qualidade do ensino<sup>804</sup>. Estas razões são apresentadas por pais, por responsáveis e por adeptos da educação doméstica. Entretanto, devemos olhar melhor razões ou benefícios da educação doméstica, segundo seus proponentes.

A proposta de Educação Domiciliar tem avançado a passos largos. A expressão disso é que o Projeto de Lei 3179 ainda de 2012, que propõe a educação domiciliar, relatado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR) saiu da gaveta e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2022. Outra iniciativa relevante foi a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). Fundada em 2010, por decisão de um grupo de famílias, a Aned tem sido um destacado espaço de difusão dos ideais da educação doméstica, mediante a promoção de atividades, elaboração de materiais didáticos, além de pressionar o parlamento por aportes legais que regulamentem a educação domiciliar. O *site* da Aned fornece aos seus adeptos vasto material “formativo” e se utiliza do *slogan* “Você tem o direito de decidir o que é melhor para seu filho”<sup>805</sup>. Nele é possível acessar um *link* para se tornar sócio. Os argumentos são sedutores e prometem aos pais e responsáveis: “Vai receber um documento informativo que será enviado todos os meses; conferências de mentoria mensal com nossos especialistas; descontos exclusivos com parceiros da Aned, incluindo descontos com advogados” (Aned, 2024). Observa-se pelo exposto, a intenção, dentre outras, de acionar a justiça para fazer valer o desejo de cada família pela educação domiciliar.

Afirmamos, mais uma vez, como impressiona a proximidade desse discurso com o ideário neoliberal, especialmente de Friedman (1985) e de Rothbard (2013), cujo pilar de sustentação de suas premissas é a liberdade de escolha para, assim, preservar as ditas liberdades individuais. As vontades individuais, mesmo que venham de encontro aos interesses coletivos, se elevam à categoria de prioritárias e qualquer coisa que venha contra isso é tida como totalitária e antidemocrática. Mises, em total sintonia com a educação domiciliar afirma:

---

<sup>804</sup> “A prática [da educação doméstica] é mais forte, por exemplo, nos EUA, Canadá e Austrália. **Muitos pais não confiam nas escolas, educam em casa por preferência religiosa, evitam o problema do *bullying* e também o problema da violência nos colégios**” (Brasil Paralelo, 2021).

<sup>805</sup> Disponível em: <[https://aned.digital/?gad\\_source=1&gclid=Cj0KCQjw97SzBhDaARIsAFHXUWCf-CbltpY9NW9linsbBFaYNXF3fdgOuYIKGIImRi414V1-hVDeWpmAaAuQ\\_EALw\\_wcB](https://aned.digital/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw97SzBhDaARIsAFHXUWCf-CbltpY9NW9linsbBFaYNXF3fdgOuYIKGIImRi414V1-hVDeWpmAaAuQ_EALw_wcB)>. Acesso em: 13 de jun. de 2024. Para mais informações, consultar também: <<https://aned.org.br>>.

Há, de fato, uma única solução: o Estado, o governo e as leis não devem, de modo algum, preocupar-se com a escola e a educação. A criação e a instrução dos jovens devem ser inteiramente deixadas a cargo dos pais e de instituições e associações privadas. (Mises, 2010b, p. 132 apud Oliveira e Barbosa, 2017).

Para ilustrar a repercussão da proposta de educação domiciliar, selecionamos três matérias que apresentam os benefícios e as razões à adoção da educação doméstica (Quadro 6). O primeiro é de um portal vinculado à Educação da Rede Adventista de Educação, que apresenta sete benefícios da educação domiciliar; o segundo, do site Jusbrasil, em artigo assinado por Gustavo Carreires Guiotto, com dez razões para educação domiciliar; e, finalmente, do portal Brasil Paralelo, que destaca oito benefícios da educação domiciliar. Apenas um benefício aparece nos três textos: a educação personalizada. Outros dois aspectos aparecem em dois autores: flexibilidade e o conteúdo escolhido pelos pais. Entretanto, a despeito de tudo o que relacionamos – o que os próprios autores dos artigos relacionaram – somente nas conclusões é que emergem as verdadeiras intenções e os verdadeiros objetivos da educação doméstica. Para o Homeschool Advento: “O mais importante na prática do Homeschool é formar filhos e filhas de caráter simétrico, de firmeza moral, e qualificados para serem úteis para Deus e para a sociedade” (Homeschool, [s.d.]). Não temos meios de saber o que significa, exatamente, “caráter simétrico”. Podemos supor que esta simetria se refira aos próprios valores dos pais, à moral e à utilidade para Deus e para a sociedade.

Quadro 6 – Benefícios da educação domiciliar segundo seus proponentes.

<b>Benefício</b>	<b>Homeschool Advento</b>	<b>Gustavo Guiotto (Jusbrasil)</b>	<b>Brasil Paralelo</b>	<b>Pode ocorrer na educação pública</b>
Flexibilidade	✓	✓		✓
Não ser controlado pela escola		✓		
Os pais que escolhem o que os filhos estudam	✓	✓		

Educação personalizada	✓	✓	✓	✓
Interação intelectual		✓		✓
Autoconfiança		✓		✓
Legalidade		✓		
Rede de suporte		✓		✓
Os pais também ganham conhecimento		✓		✓
Os resultados são comprovados		✓		✓
Incentivo à pesquisa e busca pelo conhecimento	✓			✓
Possibilita associar as experiências da vida com o conhecimento das ciências	✓			✓
Estimula o desenvolvimento da autodisciplina	✓			✓
Promove maior unidade familiar	✓			
Educação não instrumentalizada para vestibulares			✓	✓
Liberdade criativa			✓	✓

Cuidado especial			✓	✓
Brincadeiras livres			✓	✓
Competição ou cooperação			✓	✓
Formas diferenciadas de aprendizado			✓	✓
Janelas de concentração			✓	✓

Fonte: Elaboração do Autor.

[...] O tutor tem a nobre missão de ajudar o aluno a se tornar, de fato, um homem, não meramente um cidadão com direitos e deveres sociais, mas um ser humano que busca o auto-conhecimento e usa suas potencialidades de modo a deixar-se conduzir pela educação, que o transformará em um homem em sua completude. (Guiotto, 2018).

Guiotto exclui direta e indiretamente qualquer enfoque religioso. No entanto, não nos parece que os aspectos por ele relacionamos – tornar-se um homem, um ser humano que busca autoconhecimento, que se deixa conduzir pela educação e ser transformado em um homem em sua completude – encontrem na educação doméstica melhores condições de se desenvolver. Ao contrário. Provavelmente, quanto mais circunscrito a si mesmo e ao seus, restringindo seu ambiente de convivência social, menor a possibilidade de autoconhecimento e de desenvolvimento das potencialidades além dos limites impostos pelo seu grupo de referência imediato. O ser humano se desenvolve ante outros seres humanos; se conhece ao conhecer o gênero humano. Não estamos afirmando que isto não possa ocorrer na educação doméstica e sim que a possibilidade é menor. Retornemos aos benefícios da educação doméstica acima relacionados.

As justificativas à educação doméstica têm uma característica comum: aspectos verdadeiros ou parcialmente verdadeiros em relação à escola são

incorporados para embasar ou para legitimar a educação doméstica. É verdade que alguns componentes curriculares podem ir de encontro à crença de pais e de responsáveis? É verdade que a infraestrutura de centenas de milhares de escolas deixa a desejar ou são inadequadas à prática educacional? É verdade que existe violência nas escolas? É verdade que a educação está orientada aos testes padronizados? É verdade que a educação estimula a competição ao invés de cooperação? A todas estas perguntas podemos responder “sim”. Entretanto, estes dados verdadeiros seriam suficientes para justificar a educação doméstica? Pais, responsáveis e adeptos da educação doméstica acreditam que sim. Não temos como saber se a ideia da educação procura se legitimar apenas em fatos da realidade, apesar de suspeitarmos que do determinante ideológico. Todas as questões – apesar de sua importância – não apontam para uma solução fora da educação pública.

Deveríamos mudar o conteúdo das disciplinas a fim de não enfrentarmos as crenças de pais e de responsáveis? Tomemos alguns exemplos práticos. David Wilson – um dos mais importantes defensores da educação domiciliar – afirma, categoricamente, que a escravidão foi um período áureo na história dos Estados Unidos; Marco Feliciano (Republicanos) afirmou que os africanos são descendentes de Cam<sup>806</sup> e que a África é um continente amaldiçoado, o que explicaria as doenças, a fome, a miséria e o paganismo (Balza, 2011). Por qual razão o que estes dois pastores ensinam deveria ser considerado em sala de aula? Há quem afirme que a terra é plana. Em nome da liberdade ou da educação democrática esta ideia deve ser ensinada em sala de aula? Para além dos três exemplos mencionados, deveríamos ensinar o criacionismo judaico-cristão em paralelo à teoria da evolução ou que não houve Ditadura Civil-militar em 1964 ou que os papéis para homens e para mulheres devem ser definidos por uma interpretação religiosa?

O currículo da educação domiciliar é orientado pela adoção de conteúdos ancorados na perspectiva moral, econômica e política que rege seus idealizadores, ou seja, de cariz conservador, neoliberal e, em alguns casos, até reacionário. Logicamente, não poderíamos esperar outro tipo de conteúdo. É preciso criar mecanismos de autoalimentação e de autopromoção, de maneira que essa política de educação doméstica ganhe tração à medida em que é implementada, produzindo

---

<sup>806</sup> Noé teria tido três filhos: Sem, Cam e Jafé. Cada um deles seria a origem de um grande povo. Cam (ou Cão ou Cã) teria sido amaldiçoado pelo pai e, nele, toda sua descendência. Trata-se de um mito de origem em referência aos cananeus – resultado de conflitos e guerras com os antigos hebreus.

maior convencimento em pais, mães, responsáveis e suas crianças e, quiçá, maior reconhecimento social. Entretanto, é preciso dizer mais: o currículo é parte de um programa maior de formação ideológica – a envolver tanto a religião quanto o mercado – que perpassa outras instituições e estruturas da vida social<sup>807</sup>. Propositamente, a convivência social se dá em espaços que tendem a afirmar o valor da educação domiciliar, porque estimula-se relacionamentos sociais restritos à família e à igreja; ambientes propagandeados como seguros para educação, para instrução e para o desenvolvimento das crianças.

A educação domiciliar abre um mercado educacional editorial. Quer dizer, cria uma demanda até então inexistente em terras brasileiras. Não havia necessidade de material didático para educação doméstica porque não havia educação doméstica regulamentada no país. Agora, surgem editoras publicando conteúdo para educação domiciliar, guias de orientação para pais, para responsáveis e para tutores de educação doméstica. Além do material pedagógico específico, pode surgir um mercado de professores de aluguel ou professores particulares, no que seria alguma coisa como “uberização docente”, para uma ou para várias disciplinas. Professores que se apresentem a si mesmos como *microempreendedores individuais* ou vinculados a empresas que terceirizam o trabalho docente.

Uma outra problemática questão que se impõe à educação doméstica se refere à socialização, embora a socialização de uma criança não ocorra apenas na escola. De fato, uma criança pode ter outros ambientes de socialização além da escola: escola de futebol, de dança, de luta, de música, praças, parques, shoppings, igreja e etc. – resgatando o que fora mencionado nos artigos acima referenciados. Entretanto, a socialização é uma questão bastante ampla e não deve ser tomada em um sentido tão genérico como nos parece que os defensores da educação doméstica fazem<sup>808</sup>. Socialização não é apenas estar em um ambiente com outras pessoas, mas

---

<sup>807</sup> Como benefício da educação doméstica dois artigos consideram o fato de os pais definirem como e o quê vão ensinar aos seus filhos: “Desde cedo os pais percebem quais são as aptidões e áreas de maior interesse de seus filhos. No modelo Homeschool de educação, os pais educadores possuem tanto a liberdade quanto o incentivo para aprofundar-se em seus estudos de interesse. Isso não resulta no fato de que a criança estude somente o que ela gosta, mas até mesmo o que não lhe agrada pode ser apresentado a ela de modo mais interessante” (Homeschool, [s.d.]). Guiotto (2018) traz a mesma argumentação, acrescentando três ou quatro linhas. Em termos práticos é difícil imaginar de que instrumentais pedagógicos pais e mães dispõem para realizar essa tarefa.

<sup>808</sup> “Em última análise, sem que a criança seja privada de seus amigos em idades próximas, é melhor aprender a socialização com adultos do que com colegas da mesma idade, que não sabem o que é melhor para si mesmos” (Brasil Paralelo, 2021). A mesma ideia aparece em Frame: “[...] Esses

é conviver com o diferente. O diferente, inclusive, pode ser aquele que tem mais dificuldade de aprender um conteúdo, ou aquele que aprende de uma forma mais rápida ou mais lenta; o diferente pode ser aquele que realmente pensa diferente, cujas crenças da família são diferentes; o diferente pode ser aquele que torce por outro time, que gosta de jogos e desenhos diferentes e que, de alguma forma, ajudará a perceber que o mundo se estende para além daquilo que representa a minha família e os seus gostos pessoais. Nesse sentido, o ambiente escolar deve zelar pela tolerância ao diferente. Ademais, este é, inclusive, um dos princípios que rege a LDB nº 9394/96, que em seu Art. 3º, inciso IV, menciona o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1996). Ao frequentar a escola e exercitar o respeito ao diferente, os horizontes da sociabilidade das crianças se expandem, tornando-a mais empática e tolerante.

A educação doméstica tende a maior responsabilização da família, agora, sem a parceria com a escola e com a sociedade. Quaisquer pessoas que trabalham com Educação sabem a dificuldade de envolver as famílias no processo educacional. Na educação domiciliar, as próprias famílias se tornam responsáveis exclusivas pela instrução de suas crianças. Dizer isto é quase uma obviedade. A Educação – como temos defendido – depende da presença da sociedade. Falar em presença pode não transmitir a ideia corretamente. A sociedade precisa *participar* da Educação, do fazer educacional. Educação é uma construção social que compreende a sociedade e a família, sob os auspícios do Estado. Por sociedade devemos compreender diversas entidades da sociedade, sobretudo, as famílias. A educação doméstica está propondo pensar um modelo educacional não apenas sem a participação da sociedade, mas excluído da sociedade.

A educação domiciliar deixa a cargo das famílias *toda a* instrução das crianças. Em termos práticos seria um acúmulo de funções e de papéis educacionais em torno da família. Entretanto, nem todas as famílias gozam das mesmas condições materiais e imateriais. É preciso condições objetivas e subjetivas para que essa modalidade de educação se torne possível. Nem todas as pessoas das famílias – de

---

princípios bíblicos parecem implicar que as melhores companhias para crianças em crescimento são adultos maduros, não outras crianças. Sabendo quão danosa é a pressão dos pares nas crianças, mesmo em ambientes cristãos. Ocasionalmente pode ser benéfico, mas no todo é prejudicial [...] enviá-las a uma escola onde seus *principais* mentores são outras crianças (isso é exatamente o que acontece em qualquer escola) pode muito bem ser um equívoco, ainda que essa escola seja cristã” (Frame, 2019, p. 100). Nós temos certas dúvidas sobre a socialização das crianças com os adultos, exatamente, porque criança é criança e adulto é adulto. Assumimos, porém, que não temos propriedade para falar a respeito desse assunto.

uma família específica que adote a educação doméstica – se responsabilizarão da mesma maneira. De certa maneira, seria de esperar diante de conhecimentos adquiridos, da habilidade de ensinar e de aprender e do tempo disponível para os compromissos com a educação doméstica. Nós suspeitamos que haverá uma sobrecarga sobre as mulheres. Mesmo em uma situação possível de *uberização de professores e professoras, de plataformização do trabalho docente* – com utilização das novas tecnologias –, de *professores-empresas* ou *tutores particulares*, o trabalho das mães – ou outro responsável –, permaneceria: tanto em transmitir o conteúdo quanto em acompanhar “as lições extras”.

A educação domiciliar, como defendido por segmentos religiosos fundamentalistas, pressupõe um determinado modelo de família. A rigor, um modelo idealizado de sociedade e de família. Esse núcleo familiar capaz de viabilizar – ou de quem é cobrado – a educação doméstica tem seus papéis rigidamente definidos: ao homem compete os papéis de procriador, protetor e provedor, cuja ação se dá no ambiente social exterior ao lar; à mulher compete os papéis da maternidade, do gerenciamento da casa, da satisfação sexual do marido e do cuidado com os filhos, cuja ação se dá no ambiente social restrito ao lar. Estes papéis estão pré-definidos por uma leitura fundamentalista da Bíblia e pela história da formação social brasileira e, no caso da mulher, geralmente um tempo de trabalho não pago. O pagamento está em servir ao marido e aos filhos. Afora esses trabalhos gerais, acrescenta-se mais um: a instrução formal das crianças. O apelo a uma suposta tradição bíblico-teológica é apenas uma cortina de fumaça ideológica para um modelo de sociedade e de família cuja ascendência recai sobre o homem.

Existe uma certa idealização da própria relação pai/mãe e filho/filha ou tutor e aluno. Como se as próprias características de uma função paternal ou de uma função maternal fossem suficientes como características de uma função docente ou ao exercício de uma instrução pedagógica, do fazer educacional. Entretanto, precisamos olhar para além da idealização e da romantização das famílias brasileiras: somente no primeiro semestre de 2021 foram 50.098 (cinquenta mil e noventa e oito) denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Destes episódios, 81% ocorreram dentro da casa da vítima<sup>809</sup>. Estamos nos referindo apenas a situações que

---

<sup>809</sup> Os dados são do Dique 100 (Ministério dos Direitos, 2021). Segundo o Ministério do Direitos Humanos, em 2020 o número de denúncias chegou a 53.533.

foram denunciadas. Em vista disto, o apelo do Fundo das Nações Unidas para Infância: “[...] a escola é, sempre, um espaço de proteção contra as diversas formas de violência. Grande parte da violência contra crianças e adolescentes acontece dentro de casa, com agressores conhecidos [...]” (UNICEF, 2022). Efetivamente, as escolas são espaços mais seguros para crianças e para adolescentes<sup>810</sup>.

Façamos um exercício inventivo. Imaginemos uma família formada por pai e mãe que concordem com adoção da educação domiciliar antes mesmo do nascimento da criança. Segundo eles, é preciso proteger as crianças dos comunistas, dos homossexuais e da “ideologia de gênero”, porque ambos são favoráveis à família como a divindade criou. O casal acredita que o conteúdo escolar da educação básica tende a formar comunistas e homossexuais. Eles se preparam para chegada da criança e se organizam para educação doméstica. À medida em que os anos se passam e eles se revezam na educação-instrução da criança, percebem que o comportamento da criança não é tão masculino como gostariam que fosse. Esta criança não teve outros espaços de socialização que não os supervisionados pelos pais. Entretanto, a criança é o que é. Um dia, os pais chegaram para buscá-la na escola dominical e presenciaram outras crianças apontando para seu filho chamando-o de “viadinho” – expressão pejorativa para se referir a meninos homossexuais ou com traços afeminados. Aqueles pais foram alcançados por seu medo.

Parece-nos, portanto, que a educação domiciliar apresenta uma solução extremamente individualista para uma questão social pendente. Coloca-se como solução para a educação – e para o avanço do conteúdo educacional e da instrução – a educação doméstica que, a rigor, é um modelo de educação restrita a um número pequeníssimo de famílias ao invés de se colocar um projeto social coletivo visando a melhoria da escola pública e da educação pública. Isso significa um recorte de classe. Quantos pais e quantas mães dispõem de um tempo diário<sup>811</sup> de qualidade com seus filhos e filhas? Quantos pais e mães têm jornada de trabalho que lhe dê condições de passar quatro ou cinco horas com seus filhos e filhas apenas para educação e para instrução de conhecimentos científicos? Quantas famílias têm condições de adquirir o

---

<sup>810</sup> A acentuarmos este aspecto da violência doméstica contra crianças e adolescentes não queremos disputar em que ambiente as crianças e adolescentes sofrem mais violência. Apenas nos amparamos em um dado da realidade. Da mesma forma que nem toda família registra situação de violência intrafamiliar, algumas escolas registram episódios de violência.

<sup>811</sup> “Todavia, um pai cristão precisará de tempo: não somente para ensinar as Escrituras, mas também para *desensinar* os valores aprendidos da sociedade em geral, incluindo professores e colegas da escola pública [...]” (Frame, 2019, p. 95).

material didático da educação doméstica, preparar as aulas com antecedência ou ainda contratar um tutor ou um professor particular?

Não podemos nutrir nenhum tipo de ingenuidade ou qualquer nível de idealismo de que toda a sociedade vai se empenhar em favor da escola pública abrindo mão, se possível, da própria educação de seus filhos e filhas. Na sociedade em que vivemos muitas famílias buscarão o melhor para seus filhos e filhas, especialmente, as famílias de melhor condição socioeconômica. Entretanto, professores, professoras e profissionais da Educação devem considerar a melhoria da educação como um todo, especialmente, da escola pública. Assim sendo, mesmo que a educação doméstica não tenha como objetivo melhorar a educação pública, ela acaba se colocando como modelo concorrente e alternativa à educação pública<sup>812</sup>. Em diversas propagandas isso é parte do discurso: ao invés de deixar o seu filho na escola promova a educação doméstica em seu lar<sup>813</sup>.

Um dos grandes argumentos dos arautos da educação domiciliar é que esta expressa-se pelo princípio democrático, uma vez que permite aos pais a possibilidade de escolher não apenas em que escola os filhos devem estudar, mas, mais que isso: escolher não estudar em nenhuma delas e, sim, em suas próprias casas. Dessarte, é necessário cruzarmos as nossas linhas de análise para compreender as origens e as motivações desse discurso. Esta pesquisa não pretende ir à fundo na gênese desse processo por não ser esse seu recorte central, porém, por certo, é relevante destacar a estreita ligação da educação domiciliar com os desígnios neoliberais, especialmente com as premissas defendidas por Friedman (1984) e Rothbard (2013)<sup>814</sup>. Ravitch (2011), ao estudar o sistema escolar norte-americano, destaca a forte influência de Friedman na legitimação do segregacionismo escolar<sup>815</sup>.

Uma analogia sobre essa proposta nos permitiria afirmar que a visão de Friedman sobre educação é a de que a oferta educacional é como se fosse um grande

---

<sup>812</sup> A educação doméstica como alternativa à escola pública se depreende tanto nos artigos mencionados nesta seção quanto nas obras anteriormente referidas (Rothbard, 2013; Wilson, 2015; Araújo Neto, 2019). Conf.: seção “2.2.2 Educação e neoliberalismo” e seção “5.2 Projetos educacionais que se fundamentam...”.

<sup>813</sup> Os proponentes da educação doméstica fazem questão de afirmar que não se trata de uma “escola em casa”. Segundo seus autores é um modelo educacional para o ambiente familiar.

<sup>814</sup> A respeito do tema neoliberalismo e educação, remetemos à seção “2.2.2 Educação e neoliberalismo: a educação como mercadoria”.

<sup>815</sup> A autora afirma que: “Em um sistema verdadeiramente opcional, ele [Friedman] insistia em que todas as escolas fossem operadas privadamente, todos os estudantes seriam incluídos em escolas que seus pais escolhessem. Haveria escolas só de brancos, escolas só de negros e escolas mistas” (Ravitch, 2011, p. 136).

*fast food*, em que você escolhe o que consumir, com quem consumir, em que local e condições desejaria realizar esse consumo. Seria assim se a sociedade não fosse dividida em classes. Ao contrário, um elevadíssimo estrato das populações mundiais que acessam a educação não tem condições objetivas (não tem recursos financeiros) e subjetivas (em muitas escolas nem conseguem entrar, dada à baixa formação anterior, o que os reprova em testes de acesso que fazem a rede privada e algumas escolas públicas) sequer mínimas para fazer a escolha por uma escola que lhe agrade, o que dirá estudar em sua própria casa, entregue às baixíssimas condições materiais de ambientes apertados, insalubres e até perigosos.

Quando se trata, por exemplo, de flexibilidade em relação ao aprendizado; de uma educação personalizada e individualizada à partir das necessidades de cada criança; de uma interação intelectual com o(a) aluno(a); de que os(as) alunos(as) desenvolvam a autoconfiança; de uma rede de apoio ao desenvolvimento integral dos discentes; de pais que adquirem conhecimentos ao participarem da educação e da instrução dos filhos e filhas; de resultados comprovados na apreensão de novos conhecimentos; de incentivo à pesquisa e à busca de novos conhecimentos; da associação entre as experiências cotidianas com o conhecimento das ciências; um incentivo à pesquisa e à busca pelo conhecimento; a possibilidade de associar o conhecimento às experiências da vida; o estímulo ao desenvolvimento da autodisciplina; uma educação não orientada aos testes padronizados e aos vestibulares; maior liberdade criativa ao aprendizado; cuidado especial com as crianças com necessidades especiais; brincadeiras livres; estímulo à cooperação; formas diferenciadas de aprendizado; levar em consideração a capacidade de concentração das crianças: todos estes aspectos podem ser desenvolvidos na escola.

Em verdade, algumas escolas conseguem alcançar os objetivos acima relacionados. A escola pública pode alcançar excelentes resultados: desde que haja um investimento real na formação dos profissionais da educação, na formação continuada, na política de salários, nas condições objetivas de trabalho, com disponibilidade de materiais pedagógicos e tecnológicos; desde que ocorra um investimento modernizando os espaços de educação para além de cadeiras, mesas e quadros; desde que haja uma reorganização das salas de aula e das turmas, em menor número e com mais profissionais disponíveis; desde que haja uma maior parceria entre as famílias, os professores e professoras, a comunidade escolar e todos

os profissionais envolvidos na educação e na instrução das crianças; desde que além do conhecimento humano cientificamente sistematizado as crianças tenham acesso à cultura, aos esportes, ao lazer e à música; desde que exista um esforço social em favor da educação e da transformação social para além do capitalismo, da forma mercadoria e do trabalho abstrato.

Também a violência escolar – e urbana – terá como solução uma nova ordem social. A violência só pode ser solucionada coletivamente. Com isto, estamos partindo do pressuposto de que a violência escolar é um sintoma da violência social, de uma sociedade violenta, de famílias violentas. A violência é uma forma de linguagem e uma prática social. O próprio modelo de produção e de reprodução social se assenta na violência. Nas palavras de Karl Marx: “[...] A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (Marx, 2017b, p. 821). Teríamos que aprofundar a relação entre violência social e violência escolar e pensar alternativas presentes e futuras<sup>816</sup>.

Outra tentativa de impor o ideário fundamentalista tem sido designado de *Escola Sem Partido*. A orientação geral do Escola Sem Partido (ESP) é que os professores e professoras se abstenham de temas sociopolíticos, político-econômicos e outros relacionados à fé e à sexualidade. Provavelmente, a inspiração venha de uma certa prática docente alijada, em que tais conteúdos, quando necessários, não recebem análises na sala de aula ou acréscimos e debates mais consistentes a partir da própria vivência dos discentes. O Escola sem Partido surgiu no Brasil em 2003 e, curiosamente, teve também uma motivação de fundo religioso. Seu idealizador foi o advogado Miguel Francisco Urbano Nagib. Este ficou indignado quando sua filha lhe relatou que o professor de História havia comparado Che Guevara (liderança da revolução de Cuba) a São Francisco de Assis (santo da Igreja Católica). Nagib, profundamente insatisfeito, escreveu uma carta acusando o professor de doutrinação dos estudantes, providenciou 300 cópias e as distribuiu no estacionamento da escola. A denúncia fracassou, os pais de alunos não o apoiaram e ele ainda foi chamado à direção da escola para se explicar. Como resposta à sua indignação, Nagib elaborou um site com vídeos, posts, argumentos e proposta de um projeto de lei sobre o tema do doutrinação. A partir daí, o movimento foi ganhando corpo como Movimento Escola Sem Partido e, em todo Brasil, muitas propostas de lei

---

<sup>816</sup> Aprofundaremos a questão da violência escolar em publicação futura.

foram sendo apresentadas. Raquel Monteiro Brandão (2022) afirma que Nagib define o ESP como

[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação políticoideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (apud Escola sem Partido, 2014). Adicionalmente, explica que o EsP é "uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. (2022, 109).

Raquel Dias Araújo (2021) relaciona as seguintes categorias que expressam os objetivos e o próprio projeto Escola Sem Partido: (i) “desdemocratização *versus* democracia”, em que o acento reacionário do projeto representa uma ameaça ao direito à educação e à democracia brasileira; (ii) Escola Sem Partido como discurso e como movimento reacionário; (iii) “doutrinação”, um conceito genérico para se referir ao contraditório, àquilo que se opõe ao reacionarismo do projeto e àquilo que seus defensores compreendem como esquerda; (iv) “gênero e ‘ideologia de gênero’” que, ao lado da categoria anterior, se tornou a mais utilizada por proponentes do projeto; (v) “criminalização dos(as) professores(as)”; (vi) “ideologia e neutralidade”; (vii) “currículo escolar”, no centro das lutas de classes; (viii) “educar *versus* instruir”, aproximando-se daquilo que vimos em relação à educação doméstica.

É possível reconhecer que, historicamente, a educação guarda uma pequena tradição de militância em solo brasileiro<sup>817</sup>. Entretanto, esta prática militante é contextual e conjuntural: ela depende do contexto sociopolítico e da conjuntura, ou seja, da consciência de classe, do avanço das pautas regressivas e da correlação de forças – o que não indica que os anseios de educadores(as) serão atendidos. A práxis docente pode representar uma ameaça a famílias, a grupos, a instituições e a organizações que defendem, a todo custo, a estrutura social. Logicamente, a primeira intenção de segmentos conservadores é conservar a estrutura de dominação social. A práxis docente pode representar uma ameaça a famílias, a grupos, a instituições e a organizações porque pode ajudar a desenvolver a criticidade e a inspirar uma práxis revolucionária. Daí que algumas disciplinas sejam mais perigosas que outras – justamente aquelas que tiveram tempo reduzido em reformas educacionais como a do Novo Ensino Médio<sup>818</sup>. Esse viés de controle explica o cerceamento às falas dos

<sup>817</sup> Conferir a resistência à Ditadura Civil-militar por parte do movimento estudantil e as manifestações contra do Governo Temer.

<sup>818</sup> Conferir as seções “3.1.5 Reforma do Ensino Médio” e “3.1.6 Base Nacional Comum Curricular”.

professores e a proposta de constante vigilância sobre a educação e o fazer educacional. Em uma de suas inúmeras falas, ocupando audiência na Câmara dos Deputados, Nagib argumentou:

Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma, mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral é o padre, o pastor, o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o ponto. (Apud Penna, 2021, Miguel Nagib em Audiência Pública na Câmara dos Deputados 14/02/2017).

Impressiona a forma ideologicamente distorcida que Nagib compreende o papel dos professores. Mesmo que mergulhássemos nas origens da escola (por volta de 605 a.C.), mesmo que a escola tenha nascido para atender aos interesses da classe dominante da época (a nobreza ociosa), já naquele período, o professor (preceptor) expressava visões de mundo naquilo que ensinava (Ponce, 2001). Se avançarmos no decurso da história, na Idade Média, a escola sob o controle da Igreja Católica, os sacerdotes imprimiam toda visão de mundo que queriam sobre o trabalho escolar com o argumento da inspiração divina e sob o amparo da Filosofia da Essência (Manacorda, 1996); caminhando mais um pouco na história, a oferta da educação moderna também carrega o fazer docente empregnado de visões de mundo, fortemente influenciadas pelo ideário burguês (Ponce, 2001). Como é possível observar, o argumento de que o professor não deve passar de um burocrata que só expressa aquilo que está no currículo não se sustenta no importante chão da história.

Talvez, a fala do Nagib acima citada nos dê contornos evidentes de que, na verdade, a proposta de uma escola sem partido seja a proposição de uma escola com partido, mas que seja o “partido deles”; é isto que os movimentos de professores e de estudantes têm expressado como forma de resistência através do “Escola sem Mordça” – importante espaço de reação e de garantia de expressão dos professores. O “Escola sem Mordça” tem desafiado as investidas do ESP e tem avançado inclusive do ponto de vista legal, como uma proposição no Rio de Janeiro que chegou a aprovar o PL Escola Sem Mordça para que estudantes, funcionários e professores sejam livres para expressarem suas teses. Se analisarmos a questão do ponto de

vista nacional, não se trata de garantir isto na Lei, mas apenas de fazer a lei ser cumprida, uma vez que a LDB Nº 9394/96 expressa, claramente, em seus princípios educacionais: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1996).

Um projeto que cerceasse o direito ao fazer educacional – como o *Escola Sem Partido* – precisaria contar com uma fiscalização eficiente. Esta vigilância ao trabalho docente torna-se possível com o advento dos aparelhos tecnológicos e das tecnologias à disposição de um clique. Se a coordenação deve vigiar os professores e professoras, e estes uns os outros, aos alunos e às alunas cabem a efetiva fiscalização. Nas devidas proporções, o *Toyotismo* implementa uma certa vigilância e cobrança coletiva-individual, em um modelo de produção flexível que tende a avançar socialmente. Talvez, pudéssemos recorrer ao próprio período da Ditadura Civil-militar no Brasil em que professores e professoras, alunos e alunas, pastores e cristãos, comunistas e progressistas, militantes e democratas, cidadãos em geral eram acusados de subversivos e de comunistas. Muitas daquelas acusações eram anônimas, no entanto, suficientes para as primeiras diligências. Em períodos de perseguição ao pensamento divergente, a Justiça pode permanecer funcionando formalmente ou então ser, ela mesma, suspensa<sup>819</sup>. Para Gallego,

Professores são atacados pelo MBL, por seguidores de Bolsonaro, por deputados do PSL porque estariam doutrinando os alunos e transformando as salas de aula em palanque político. É a lógica do Escola sem Partido: um ensino neutro, despolitizado, desideologizado frente à perversão política e partidária da sala de aula. (Gallego, 2019, p. 17).

A criminalização e sua conseqüente penalização podem ocorrer virtualmente. Nenhum pai ou responsável por aluno e aluna pode se contentar com a exposição midiática do fato: é preciso apontar o agente (supostamente) comunista, isto é, o(a) professor(a). Determinado professor(a) pode ser alvo de um *linchamento virtual*, físico e até responder processo, mesmo que não haja nenhuma lei nacional no momento que respalde o ESP<sup>820</sup>. No caso do linchamento virtual, não há mais

<sup>819</sup> Conferir a seção “2.2 Modelo neoliberal e neoliberalismo à brasileira”.

<sup>820</sup> A imprensa tem divulgado vastamente os vários casos de professores assediados, processados, agredidos por tratarem de assuntos considerados impróprios para sala de aula. A exemplo, uma professora que sofreu processo disciplinar por falar de feminismo. (disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-17/professora-de-ingles-sofre-processo-disciplinar-por-falar-sobre-feminismo-em-cidade-berco-do-mbl.html>>).

presunção de inocência ou direito à ampla defesa. O advento das tecnologias da comunicação e das redes sociais imprime um caráter de eternidade àquilo que é lançado na internet; é uma letra escarlate permanente. Seria quase impossível remover todos os *posts* etc. A utilização das redes para destruir reputações tem sido uma arma política amplamente utilizada na política. Conta com certa benevolência, convivência e inocência de grande parte da população, já convencida de que o marxismo invadiu as escolas e as universidades.

O ESP parte de percepção a respeito das escolas e das universidades. Nesta perspectiva, as escolas e as universidades seriam verdadeiros centros de instrução e formação *marxista*<sup>821</sup>. Em regra, por marxista compreendem tudo o que é crítico ou que destoa do pensamento de acordo com a escola *apartidária*<sup>822</sup>. Através de atenta observação, é possível chegar à conclusão de que a Educação brasileira está longe – no conteúdo e na prática – de ser marxista. Sobretudo, em se tratando da *educação básica*. Porém, é preciso, além de frequentar escolas e universidades, possuir mínimas compreensões conceituais e epistemológicas<sup>823</sup> acerca da prática marxista. A propaganda *anticomunista* e *antimarxista*, para obter apoio social, não precisa demonstrar, objetivamente, a dominação comunista ou marxista em sala de aula. Basta gritar que as universidades públicas são comunistas e são marxistas. Quaisquer críticas ao ESP são rotuladas de marxistas.

De acordo com Kalil, os adeptos do Escola Sem Partido consideram que “[...] o Estado se torna corrupto quando passa a tratar no ambiente escolar de questões que seriam atribuições das famílias – como a orientação ideológica ou política ou mesmo a educação sexual.” (Kalil, 2018, p. 10). Nós mencionamos como pais, mães e responsáveis argumentam de forma semelhante ao defender a educação doméstica: é preciso impedir que as crianças tenham acesso a determinados conteúdos curriculares. Se no primeiro caso, da educação domiciliar, as justificativas principais se concentram na crença da família e na estrutura escolar, o ESP é mais

---

<sup>821</sup> De acordo com Paulo Saldaña: “Os programas de pós-graduação em filosofia no Brasil não têm forte presença de disciplinas sobre Karl Marx. Somente 4% de todas as matérias dos programas de mestrado e doutorado nessa área têm o pensador alemão como tema ou referência. A produção acadêmica sobre o autor também é baixa nessa área. O levantamento feito pela Anpof (Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia) mostra que, de 46 programas de pesquisa na área, 12 têm disciplinas que abordam Marx diretamente, ou 4% do total de 338 disciplinas” (Saldaña, 2019).

<sup>822</sup> Por marxista, leia-se comunista, gramsciana, leninista, socialista, trotskista etc. As diferenciações conceituais acerca destas tradições importam pouco ou nada. A rigor, tudo o que é crítico é comunista.

<sup>823</sup> Como no caso do estudante de graduação que jurava, de joelhos no chão e mãos aos céus, que *Michel Foucault* era o maior representante do marxismo nas universidades brasileiras.

amplo: não apenas a crença religiosa da família deve ter precedência como o que a família acredita em termos culturais, políticos e sociais. Há uma predileção por temas que envolvam o corpo e a sexualidade.

Como dialogar com a demanda do ESP? Certamente, um professor ou professora não pode utilizar-se de sua posição, de todo tempo em que dispõe na sala de aula e da audiência cativa de alunos e de alunas para *doutriná-los*, o que é, curiosamente, o que ocorre com a educação domiciliar e o que parece ocorrer com o ESP. Como exercício teórico vamos inverter os papéis: Queremos um professor ensinando que não houve Ditadura no Brasil? Os cristãos querem uma professora ensinando *religiões de tradição africana*? Nas questões propostas há diferenças essenciais: um professor que ensina que não houve Ditadura no Brasil está tentando reescrever a história e, portanto, a serviço de um projeto político-social; uma professora que ensina sobre as religiões de tradição africana está instruindo seus alunos e alunas, desde que não queira convertê-los. Este adendo é importante porque o projeto ESP compromete a prática docente e o conteúdo docente.

Afirmar que a escola precisa ser *sem partido*, quer dizer, *apartidária*, é negar a própria constituição da escola. A origem da escola pública está em atender as demandas do capitalismo incipiente. Também, nega que a escola e tudo aquilo que a cerca – a política educacional, o currículo, o fazer docente e a estrutura do espaço escolar – é resultado das lutas de classes. Tanto os agentes que gravitam em torno da escola quanto os elementos em torno dos quais ela gravita, são expressões das correlações de forças. Em certo sentido, frente às próprias demandas sociais trazidas por alunos(as), a realidade em que eles e elas vivem, é praticamente impossível não problematizar alguns conteúdos. Pensemos concretamente: os meios de transporte e o deslocamento da criança à escola; a cadeia alimentar dos seres vivos, a alimentação escolar e a insegurança alimentar de uma parcela da população brasileira<sup>824</sup>; o ciclo da água, os recursos hídricos e a água potável nas torneiras; as estações do ano, o clima, as enchentes e as secas (as mudanças climáticas). O fazer educacional

---

<sup>824</sup> Consideramos que os aspectos materiais da educação e do fazer educacional deveriam ser problematizados em sala de aula como políticas públicas a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF); dos recursos públicos destinados à Educação e dos contingenciamentos e cortes de verbas públicas; e do direito à educação. A este respeito conferir a seção “2.4.4 Direito à educação”.

possibilita a apreensão de um conhecimento para além da manutenção do ordenamento social e que pode contribuir à emancipação humana.

Uma das principais tarefas dos projetos em questão – educação domiciliar e Escola Sem Partido – é ocultar o caráter ideológico. Já demarcamos suficientemente que a Educação é, em sua vinculação ao Estado liberal, naturalmente ideológica. E, dentro das circunstâncias históricas que temos acentuado, da conjuntura nacional e internacional, a educação responde, em toda sua estrutura e em seu funcionamento, às demandas da produção e da reprodução social. Estamos nos referindo à política educacional e ao fazer educacional, ao currículo e ao ensino. Tanto o modelo de educação domiciliar quanto o projeto ESP estão profundamente arraigados à ideologia de ajuste neoliberal, de avanço da extrema direita e do crescimento do fundamentalismo religioso. Ambos os projetos propagam uma suposta neutralidade<sup>825</sup> da educação. Sérgio Lessa foi assertivo: “O discurso contra as ideologias dos bolsonaristas nada mais é que outra ideologia!” (Lessa, 2019, p. 24). Em nome de uma suposta dominância do comunismo na educação, seus proponentes apresentam dois projetos ideológicos limitando o conteúdo escolar e o fazer educacional.

A educação pública sob o governo neoliberal se propõe a produzir subjetividades submissas, se dirige a destruir e impedir todo pensamento, toda ação crítica e toda organização coletiva que denuncie e resista às formas de opressão e exploração que se vem instalando no campo da educação pública [...] (Martínez; Seoane, 2020, p. 32, tradução livre)<sup>826</sup>.

Do que consideramos neste capítulo, é preciso assinalar, claramente, que os projetos educacionais que têm por base o neoliberalismo, a extrema direita, o bolsonarismo e o fundamentalismo religioso evangélico estão a serviço de interesses capitalistas<sup>827</sup>. Estes projetos expressam os ideais neoliberais, de extrema direita, do bolsonarismo e da religião fundamentalista. A perspectiva materialista histórico-dialética revela a educação “[...] como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; faz parte da superestrutura e,

<sup>825</sup> “[...] A Escola Sem Partido ambiciona banir os professores de esquerda das escolas de ensino médio com o argumento de risco da politização da educação e a ideia de que esta é ruim para a ‘neutralidade’ [...]” (Goldstein, 2019, p. 23).

<sup>826</sup> “La educación pública bajo el gobierno neoliberal se propone producir subjetividades sumisas, se dirige a destruir e impedir todo pensamiento, acción crítica, organización colectiva que denuncie y resista las formas de opresión y explotación que se vienen instalando en el campo de la educación pública [...]”.

<sup>827</sup> É desnecessário diferenciar se se trata do capital internacional ou nacional, já que o mais importante é delimitar os interesses de classes. Ainda que, sob certas circunstâncias, haja uma divisão de interesses entre os próprios capitalistas, não é o caso da Educação.

junto com outras instâncias culturais, atua na reprodução da ideologia dominante [...]” (Gamboa, 2002, p. 104). São essas determinações econômicas e as relações com a ideologia dominante que precisamos descortinar – o que nos esforçamos por fazer. Apesar do discurso dos dois projetos supramencionados, a ideologia dominante na educação brasileira é a ideologia da classe dominante<sup>828</sup>. A ideologia se percebe, ainda, em que a ausência de fundamento real não diminui em nada as concepções que cercam a educação doméstica e o Escola Sem Partido. Em perspectiva oposta, chamamos atenção à concepção de uma educação mais ampla:

[...] Quando as circunstâncias sob as quais vive esse indivíduo só lhe permitem o desenvolvimento [uni]lateral de uma quali[dad]e às custas de todas as demais, [se] elas lhe proporcionam material e tempo para desenvolver só Uma qualidade, então esse indivíduo logra apenas um desenvolvimento unilateral, aleijado. Não há pregação moral que ajude. E o modo como se desenvolve essa qualidade preferencialmente favorecida depende, por sua vez, de um lado, do material de formação que lhe é oferecido, de outro lado do grau e do modo como as demais qualidades permanecem reprimidas [...] (Marx; Engels, 2007, p. 257).

As condições materiais só permitem aos indivíduos um desenvolvimento unilateral, em que eles desenvolvem apenas parte de suas qualidades humanas. O que os projetos que exemplificam as ideias fundamentalistas e as ideias neoliberais para educações fazem é, exatamente, aprofundar a formação unilateral. A educação como está posta pelo neoliberalismo e pelo fundamentalismo religioso acaba por desenvolver apenas parcialmente as potencialidades humanas, em vista de submeter a formação educacional ao lucro, tendo como ideal de cidadão o consumidor; submetendo a formação educacional à religião, tendo como ideal o cidadão religioso. Em sendo assim, os dois projetos respondem pelo ser humano contemporâneo: não todo ser humano, porém, aquele a quem mais interessa a permanência das condições de formação unilateral. O desenvolvimento unilateral é uma consequência da condição humana de estranhamento e de alienação (Macanorda, 2017). Ao contrário do homem unilateral, Marx fala em termos de homem *onilateral*. De acordo com Sousa Junior:

O conceito de onilateralidade, por seu turno, diz respeito a uma formação humana de caráter mais amplo, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa, com a correspondente divisão social do trabalho, com as relações

---

<sup>828</sup> “[...] a doutrinação na escola existe desde seu surgimento, mas não tem sido uma doutrinação da esquerda, mas das classes dominantes [...]” (Araújo, 2021, p. 291).

de alienação e estranhamento, com o fetichismo, com o antagonismo de classes [...] (Sousa Junior, 2010, p. 84).

O desenvolvimento de plenas capacidades humanas só pode ocorrer com a superação da sociedade e das condições que formam o ser humano unilaterel. O que neoliberais e fundamentalistas religiosos pretendem é cercear e limitar ainda mais as condições objetivas de desenvolvimento humano e social, alterando o currículo, reduzindo disciplinas e cerceando o pensamento crítico.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SÍNTESE PARA O CAMINHO DE VOLTA

Nossa Tese analisou em que medida as propostas educacionais de orientação fundamentalista religiosa, socialmente relacionadas à extrema direita e ao neoliberalismo, excluem a perspectiva de uma formação crítica e emancipatória e fortalece os interesses de uma educação para formação do ser humano religioso, do indivíduo estranhado e do sujeito disponível ao trabalho sob a forma capitalismo. Procuramos considerar, ao longo do trabalho, a imbricada e complexa relação social entre o Estado e a religião, o público e o privado, o direito e sua efetivação, a história do Brasil e o Brasil contemporâneo, o neoliberalismo e a educação, o Governo Temer e o Governo Bolsonaro, a extrema direita e o bolsonarismo, o conhecimento científico e o conhecimento religioso, a religião e o capitalismo, o fundamentalismo religioso e a educação. Ao abstrairmos um elemento como a religião, estamos cientes de que se trata de uma questão delicada, capaz de ferir as pessoas mais sensíveis quanto ao tema, especialmente, aquelas que professam a fé como a que analisamos ao longo do trabalho. Precisamos, por isso, afirmar, de pronto, que a religião tem sua legitimidade social na esfera privada, não lhe cabendo, portanto, quaisquer tipos de ingerência sobre a educação, sobre a escola, sobre o trabalho docente, sobre o currículo escolar e sobre as políticas públicas de educação.

Partimos, a todo momento, da realidade como se nos apresenta – ou como temos condições de apreendê-la cientificamente. Assim, nos perguntamos acerca de um fato dado: a relação social entre educação e religião, ou, mais propriamente, a presença da religião nas propostas em torno da política educacional. Esta questão está assentada na história e na cultura brasileiras, na legislação educacional e na prática docente. Qualquer criança que ingresse no sistema educacional brasileiro se depara, mais cedo ou mais tarde, com a religião. De fato, elementos religiosos perdurarão até por volta do 9º ano. Questionamos a permanência dessa justaposição entre educação e religião, em que a educação nos parece instrumentalizada pela religião. Até porque, em tese, uma não precisa da outra para se legitimar. É preciso reconhecer, portanto, a interligação entre essas duas grandezas sociais. O passo seguinte, inevitável, seria questioná-las, senão individualmente, como que interrelacionadas na sociedade brasileira e na política educacional.

Nos propusemos o seguinte objetivo geral: Analisar a ideologia de cunho religiosa fundamentalista para educação no Brasil contemporâneo, à luz do materialismo histórico-dialético. Desde o primeiro momento evidenciamos nosso referencial teórico-metodológico: o materialismo histórico-dialético e, no decorrer do trabalho, fizemos questão de acentuar um ou outro aspecto teórico-metodológico que nos parecesse necessário frente aos objetivos específicos. Ao longo do Capítulo 2, “Brasil! Mostra a tua cara”, apresentamos os principais aspectos da formação e do desenvolvimento cultural, econômico, educacional, religioso e social da sociedade brasileira. Chamamos atenção para o processo de colonização e para a colonização permanente, mencionando a colonização propriamente dita, a escravização, as capitanias hereditárias e a religião. Por aqui, religião e educação apareceram relacionadas desde o início.

Ainda no Capítulo 2, examinamos os elementos constitutivos do modelo neoliberal em um contexto de crise do capital e suas relações com a educação e com a religião. Tivemos a oportunidade de traçar as principais características do neoliberalismo e de apresentar as principais ideias de três ou quatro de seus expoentes, com destaque para as concepções neoliberais acerca da educação. Tratamos do neoliberalismo relacionado à subjetividade, o trabalho estranhado e o adoecimento em decorrência da precarização do trabalho. Procuramos compreender o Brasil contemporâneo a partir de sua formação sócio-histórica e político-econômica, da crise contemporânea do capitalismo e dos ciclos de ajuste neoliberal. Realizamos uma discussão acerca do Estado, da Democracia e da Constituição Federal de 1988, com destaque para o direito à educação. Passamos pelas Manifestações de Junho seguindo até o golpe contra a Democracia e contra Dilma Rousseff. Assim, alcançamos os dois primeiros objetivos específicos.

No Capítulo 3, “Bolsonarismo como movimento sociopolítico”, procuramos compreender o bolsonarismo como movimento sociopolítico formado por um consórcio pelo poder em um contexto internacional e nacional de avanço da extrema direita e do fundamentalismo religioso. Para tanto, foi preciso partir de onde tínhamos parado no capítulo anterior: foi necessário tratar do Governo Temer e da retomada das contrarreformas. Para melhor compreensão do bolsonarismo e da extrema direita brasileira, tratamos da extrema direita internacional, a fim de colocar o contexto global de avanço da extrema direita. Finalmente, chegamos ao bolsonarismo e o consórcio

de poder que assumiu o Estado brasileiro, procurando evidenciar seus principais atores. Fizemos uma discussão acerca da prática bolsonarista. Assim, alcançamos o terceiro objetivo específico.

No Capítulo 4, “Fundamentalismo religioso”, descrevemos a gênese, o desenvolvimento histórico e a função social do fundamentalismo religioso na sociedade e nas lutas de classes. Procuramos compreender os atores religiosos brasileiros protestantes, pentecostais, neopentecostais e evangélicos. Apresentamos as quatro expressões contemporâneas do fundamentalismo religioso e buscamos um conceito de fundamentalismo religioso em diálogo com diversos autores e autoras. Expusemos as características da leitura fundamentalista da Bíblia. Concluímos o capítulo com algumas notas de Engels e de Marx a respeito da religião. Assim, alcançamos o quarto objetivo específico.

No Capítulo 5, “Fundamentalismo religioso e educação”, analisamos as propostas, planos e projetos que o fundamentalismo evangélico tem para Educação, utilizando como exemplos a educação domiciliar e o Escola Sem Partido. Iniciamos pela relação social entre educação e religião. Propusemos uma discussão acerca do conhecimento religioso ou conhecimento teológico<sup>829</sup> e expusemos as principais concepções teórico-metodológicas do fundamentalismo para educação. Assim, alcançamos o quinto objetivo específico.

Nesse panorâmico recorte de nossos objetivos é possível estabelecer a seguinte síntese: a religião é parte essencial do projeto de colonização e da sociedade brasileira, em suas diversas expressões africanas, católicas, indígenas e protestantes; aliada à educação, é parte do projeto de poder daquilo que podemos chamar de classes dominantes, uma educação historicamente conservadora, às vezes, tomando a forma de educação moral e de educação religiosa, e dividida entre educação para as classes mais altas e educação para as classes mais baixas; contou com volumosos

---

<sup>829</sup> Ao nos propormos a questionar, dialeticamente, o conhecimento religioso como conhecimento da realidade, não nos propusemos a tratar o tema em termos de bom ou mau. Marx advertiu que este antagonismo de procurar solucionar problemas eliminando o mau e apresentando uma categoria como antídoto da outra, resulta em que a “[...] dialética não é mais o movimento da razão absoluta. Não há dialética; há, no máximo, a moral pura” (Marx, 2017a, p. 105). De fato, ao criticar a relação social entre religião e educação, nos marcos do capitalismo, não tomamos na qualidade de bom ou mau. Até porque, em termos investigativos, isso seria um juízo de valor precipitado, no mínimo. Além disso, seria uma simplificação grosseira do problema. Seria abordar o problema da maneira que os próprios teóricos fundamentalistas religiosos da educação fazem – a boa educação é a educação por princípios religiosos – e, com isso, permaneceríamos à margem da questão. Por tudo, uma abordagem meramente moral não expõe, adequadamente, o problema, porque a moral na sociedade capitalista é uma expressão como outra qualquer da forma mercadoria.

investimentos públicos e privados, em sentido divergente, enquanto em determinado momento procurou-se superar os graves problemas educacionais brasileiros, por outro, a educação tomou forma de mercadoria; a cada avanço da política e da prática educacional, especialmente, no período Republicano, havia uma reação conservadora, ora católica ora neoliberal; procurou-se superar os graves problemas educacionais a partir daquilo que resultou na Constituição Federal no contexto das lutas de classes e da correlação de forças; com o ajuste fiscal, com o avanço da extrema direita e com o crescimento do fundamentalismo religioso, a educação se tornou um dos principais espaços de disputa, em vista de seu papel central na formação do ser humano; dois projetos expressam bem as principais ideias do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo para educação: a educação doméstica e o Escola Sem Partido. Essa reflexão possibilitou comprovar uma afirmação que apareceu pela primeira vez na *Introdução: a educação pública está sob ataque*.

Ao analisarmos o tema ao qual nos propusemos, isto é, o objeto da nossa pesquisa, nós iniciamos por características mais gerais do surgimento daquilo que conhecemos como nação e como povo. Ou seja, daquilo que nós somos e que nos constituem enquanto o povo e enquanto a nação; daquilo que esteve, está e estará dentro e diante de nós. Ao fazermos o percurso que julgamos necessário considerando o neoliberalismo, a extrema direita e o fundamentalismo religioso nós sempre levamos em conta a perspectiva de Brasil. Por isso, nós tivemos condições de falar de um neoliberalismo à brasileira, de uma extrema direita à brasileira e de um fundamentalismo religioso evangélico brasileiro. Significa dizer que as três categorias centrais, os três conceitos, as três vivências político-econômicas, tocaram em elementos próprios ou singulares da sociedade brasileira, em uma relação social profundamente dialética de dar-receber.

Significa dizer mais do que dissemos no parágrafo anterior: significa dizer que o Brasil não recebeu passivamente nem o neoliberalismo, nem a extrema direita e nem o fundamentalismo religioso. Apesar de o protestantismo que chegou ao Brasil jamais ter se identificado com cultura brasileira (Mendonça, 2005, p. 51), em parte, por conta do espírito anticatólico, o protestantismo assimilou parte da cultura e se apropriou de parte dela, especialmente, na primeira quadra do século XXI, utilizando o “gospel” como adjetivo para festas e ritmos culturais brasileiros. Portanto, queremos destacar a forma ativa – mesmo que em termos restritos poderíamos dizer reativa, já

que a reação é uma forma de ação, ainda que provocada – com que a sociedade brasileira colaborou para moldar uma perspectiva neoliberal específica, assim como uma extrema direita específica e um fundamentalismo religioso específico. Não negamos que estas formas possam se apresentar de maneira regionalizada, como uma expressão ou uma reverberação dos muitos “Brasis”, mas acentuamos que estes país continental soube realizar *seu próprio neoliberalismo, sua própria extrema direita e seu próprio fundamentalismo religioso evangélico*.

A irracionalidade bolsonarista é, como quaisquer racionalidades, *seletiva*. Como prática ela alcança o ser humano em sua totalidade tornando-o capaz de alimentar-se daquilo que corrobora sua racionalidade, como acontece com os dogmas de seitas religiosas. A subjetividade bolsonarista é moldada na crença apenas em suas próprias instituições que, de alguma forma, propagam essas racionalidades: os templos, os tribunais, os quartéis e o mercado. Suas organizações realizam uma consistente formação ideológica. O desenvolvimento dessa racionalidade é possível com uma comunicação que sabe se aproveitar do desenvolvimento tecnológico e comunicacional, através de uma extensa rede que se desenvolveu ao longo da história, como as igrejas evangélicas, os tribunais e os quartéis. É naturalmente seletiva porque consome aquilo que lhe convém: rigorosamente, existe a formação militar, a formação econômica e a formação religiosa. Sua seletividade também se apresenta em demarcações que possam eximir os seus partidários<sup>830</sup>.

Esse conjunto de racionalidades pode parecer incoerente ou absurdo do ponto de vista de outras racionalidades. A força mobilizadora da irracionalidade bolsonarista é indiscutível. Nela, pessoas acampam em frente a quartéis acreditando na possibilidade de uma intervenção militar, sendo capazes de abandonar empregos, de deixar familiares, estar sob sol e chuva; pessoas fazem longos períodos de intercessão, dentro e fora de templos, cobertas pela Bandeira Nacional, acreditando que seres angelicais ou espirituais podem interferir no processo eleitoral; formam um círculo e, com a lanterna dos celulares acesas sobre as cabeças, enviam pedido de socorro a um general<sup>831</sup>; se penduram à cabine de um caminhão ou impedem pessoas

---

<sup>830</sup> Certas expressões se popularizam em discurso: “Bandido bom é bandido morto”, desde que não se trate de...; ou “corrupção é crime”, desde que não envolva... Difícil avaliar casos mais extremos da seletividade bolsonarista envolvendo notórios bolsonaristas, como dois jogadores de futebol e os mandantes do assassinato de Marielle Franco e de Anderson Silva.

<sup>831</sup> As filmagens desse episódio logo se espalharam pelas redes sociais como sendo um pedido de ajuda a extraterrestres (Oliveira, 2022). Não foi o caso. Entretanto, em vista da irracionalidade bolsonarista parece crível.

que se dirigem à cirurgia de ultrapassar um bloqueio. Outras cenas icônicas poderiam ser mencionadas<sup>832</sup>. Ao alcançar o ser humano em sua integralidade, a irracionalidade bolsonarista põe em movimento não apenas o intelecto. Ao agir sobre o ser cognoscente, atua em seus sentimentos e em seus recursos financeiros. *O ser humano bolsonarista desenvolve sua prática de acordo com a ideologia irracional*. Sua racionalidade apresenta um filtro para quaisquer críticas, sejam advindas de outras racionalidades seja de considerados traidores do grupo ou movimento. *A irracionalidade bolsonarista está relacionada à própria irracionalidade do real*.

A fim de compreendermos adequadamente a prática bolsonarista, fizemos uma síntese didática da dialética de negação e uma síntese didática da dialética de afirmação do bolsonarismo. E queremos chamar atenção à prática: fundamentalistas religiosos têm uma prática, tanto que o comportamento religioso que importante é do religioso praticamente; os neoliberais têm uma prática. As sínteses abaixo expostas são divisões didáticas porque na negação já se compreende uma afirmação e na afirmação, por sua vez, já se encontra uma negação. O binômio dialético negação-afirmação não aparece aqui como oposição, como negação *ou* afirmação, e sim como complementariedade, negação e afirmação. Entretanto, didaticamente se faz necessária porque queremos ressaltar um valor negativo e, também, alguns valores afirmativos, indo além daquilo que consideramos acerca dos grupos ou de segmentos sociais que compõem o bolsonarismo. Queremos, no possível, compreender as ações, as irracionalidades, as subjetividades e os valores dos sujeitos singulares que se apresentam no fundamentalismo religioso, no neoliberalismo e no bolsonarismo. A razão pela qual optamos por essa categoria do bolsonarismo em nossas considerações finais é que ela, como consórcio pelo poder, como representante de parte da sociedade brasileira, compreende o neoliberalismo, a extrema direita e fundamentalistas religiosos sendo, portanto, uma expressão contemporânea desses valores neoliberais, de extrema direita e de fundamentalistas religiosos.

(i) Síntese didática da dialética de negação dos valores.

Como, em um primeiro momento nos esforçamos por apresentar grandes segmentos da sociedade brasileira que aderiram ao bolsonarismo, naquilo que

---

<sup>832</sup> A fim de zelar pela qualidade acadêmica, excluímos as crenças nas *fake news* envolvendo Lady Gaga, a primeira-ministra do Tribunal de Haia; Mia Khalifa, diretora do tribunal de Haia; General Benjamin Arrola; a renomada juíza Anna Ase (Jornalistas..., 2022).

chamamos de consórcios pelo poder, será necessário, ainda, expressar os valores desse movimento sociopolítico. Estes valores, claro, podem estar integrados ou representados nos grupos ou em segmentos sociais anteriormente relacionados. Para Esther Solano, por exemplo, o militarismo e a religião representam valores fundantes do bolsonarismo. Em entrevista concedida à jornalista Uirá Machado, da *Folha de São Paulo*, Solano afirma que: “[...] o bolsonarismo é muito mais profundo e muito mais estruturante da sociedade brasileira. Se a gente não entender isso, a gente não entendeu nada do que é o bolsonarismo” (Machado, 2023). A autora se refere ao elemento representativo do bolsonarismo com o qual estamos em total acordo; elemento estruturante da sociedade. Neste sentido, ainda segundo a autora, o bolsonarismo não é apenas “[...] a síntese da negação: antissistema, antipolítica, antiesquerda, antipetista [...]”, mas

[...] ele também representa uma forma de entender o mundo. Sem entender o valor da ordem, do fundamentalismo religioso, da rejeição à pauta identitária, o valor de toda uma lógica do patriarcado branco masculino de classe, sem entender tudo isso, a gente não vai entender a raiz profunda do bolsonarismo. (Machado, 2023).

O bolsonarismo é um movimento profundamente enraizado na sociedade brasileira ou – como afirmamos anteriormente – resultado de condições sócio-históricas e político-econômicas. O bolsonarismo defende a grande propriedade de terras e a propriedade dos meios de produção, enxergando nos ricos o mérito exclusivo de sua riqueza, como conquista pessoal, resultado de seu esforço e, quiçá, benção de Deus. Não parece lhe incomodar a expropriação de terras indígenas para extração de bens vegetais ou minerais; ou queimadas a fim de abrir terreno para criação de gado ou outros produtos para exportação. Considera um direito legítimo o enfrentamento armado a movimentos sociais do campo que defendem a reforma agrária ou a desapropriação de terras improdutivas. O bolsonarismo defende a economia de livre mercado, ou seja, endossa, na íntegra, o discurso do Estado mínimo e da privatização de todas as empresas públicas e dos bens públicos. Aponta, costumeiramente, o Estado como fonte de corrupção e enaltece à iniciativa privada, de forma a ver nesta a única destinatária possível dos recursos públicos. O bolsonarismo defende, ora publicamente ora não, lugares sociais bem definidos para gênero, para raça e para classe social. Os limites estabelecidos são entre brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, homens e mulheres e ricos e pobres. As

demarcações sociais devem ser claras, com os homens brancos, heterossexuais e ricos no topo da pirâmide; e tendo a mulher negra, miserável e lésbica no último extrato da base. À mulher pertence, prioritariamente, a administração do lar, sob supervisão do marido, e o cuidado com os filhos.

É bem possível que um ou outro aspecto não seja endossado por todos os bolsonaristas. Uma pessoa bolsonarista pode, especialmente, a partir do que foi a Pandemia da Sars-Covi-2, considerar que certas áreas do Estado, como o Sistema Único de Saúde (SUS), não podem ser entregues à iniciativa privada, fazendo com que as pessoas dependam de seus próprios recursos financeiros para serem atendidas. No entanto, essas posições são minoritárias e, como exceção, apenas comprovam a regra. Como resultado de uma construção histórico-ideológica o bolsonarismo é um “pacote completo”, um todo que a pessoa adere, sem opção de negligenciar nenhuma parte do credo. Queremos dizer que não há, de nossa perspectiva, “bolsonarismo moderado”. O bolsonarismo contém uma prática a determinar, dogmaticamente, os detalhes da vida social e da vida privada em consonância com seus valores, impostos, especialmente, aos mais pobres. Comumente, o que não se afina ao bolsonarismo recebe, por parte dos bolsonaristas, a acusação de comunista. *O anticomunismo é a grande síntese da dialética negativa do bolsonarismo.*

O anticomunismo cumpre um importante papel social de primeira ordem: mobilizar os segmentos sociais do bolsonarismo e as classes trabalhadoras em apoio às pautas capitalistas, conservadoras e reacionárias. Como esboçamos, o medo do comunismo está entranhado na cultura brasileira. Em diversos momentos em que parece que as classes trabalhadoras adquiriram algum direito, e que elas conseguiram melhor condição de emprego e de renda, ressurgem a ameaça do comunismo; em circunstâncias de crise do capitalismo e, com ela, a necessidade de manter ou aumentar as taxas de lucro, cortando direitos e empregos, ressurgem a ameaça do comunismo. Ao abraçar suas ideologias – sendo ele mesmo a expressão e o portador de uma ideologia capitalista – o bolsonarismo é uma força gravitacional centrípeta da burguesia e, nesta condição, capaz de atrair as classes médias e as classes trabalhadoras estabelecendo, assim, uma barreira contra a mínima possibilidade de consciência crítica.

Georg Lukács havia notado como a coalização antifascismo – na II Guerra Mundial – havia se voltado, rapidamente, contra o comunismo. A propaganda de países de capitalismo desenvolvido, especialmente, que assumia forma de imperialismo, falava em “[...] ‘totalitarismo’, termo agora usado para se referir indiscriminadamente tanto ao fascismo quanto ao comunismo [...]” (Lukács, 2020, p. 664). Este discurso é importantíssimo porque procura confundir os conceitos de nazismo, de fascismo e de comunismo, como se fossem uma só e a mesma coisa; como se cada um, a seu modo, tivesse o mesmo objetivo histórico-social. Não acidentalmente, encontramos pessoas afirmando que o nazismo é um sistema político-econômico de esquerda. Para averiguar a identidade econômica-social dos regimes fascistas e nazistas, é preciso constatar o crescimento do capitalismo monopolista na Itália e na Alemanha, respectivamente. Contraditoriamente, “[...] a ideologia ‘antitotalitária’ assume, inevitavelmente, e de um modo cada vez mais nítido, traços fascistas” (Lukács, 2020, p. 665) a excluir, de pronto, as ideias comunistas.

De acordo com Lukács: “A ‘cruzada’ contra o comunismo, contra o marxismo-leninismo, é uma velha herança da democracia burguesa transmutada reacionariamente [...]” (Lukács, 2020, p. 665). A burguesia é uma classe revolucionária que assumiu as rédeas de uma revolução bem-sucedida. Contou, para isto, com a participação efetiva de classes trabalhadoras. Uma vez no poder e alcançando seus objetivos de conformar a sociedade e a estrutura social de acordo com o Capital, é preciso se opor à possibilidade de organização e de emancipação dos trabalhadores e aos interesses imediatos e revolucionários das classes trabalhadoras. É que, ao realizar a divisão social do trabalho sob o novo modo de produção, o novo sistema gera outra classe verdadeiramente revolucionária. Estando correta essa síntese, não resta às classes burguesas e ao Estado democrático burguês outra alternativa a não ser manterem-se alertas contra o comunismo utilizando, para isso e sempre que possível, todo aparato do Estado, órgãos e organizações sociais a ele vinculado ou não, seus aparelhos ideológicos e repressivos.

Na propaganda anticomunista dois aspectos são importantes. O primeiro deles é o discurso anticomunista, isto é, o conteúdo propriamente dito da mensagem. Quanto mais genérico o discurso anticomunista, melhor. Na seguinte direção: “contra o comunismo, defendemos a liberdade”. Neste caso, sem precisar dizer, exatamente, o que se compreende por liberdade ou por comunismo. Vários outros conceitos e

ideias podem ser incorporadas abstrata e genericamente. A propaganda anticomunista anuncia que valores sociais e humanos se encontram ameaçados pelo comunismo: a fé judaico-cristã, parte constitutiva do Ocidente, a família tradicional e a nação. Vale, por exemplo – como vimos –, para o *slogan* Deus, pátria, família e liberdade. É preciso dizer que, com o estabelecimento do comunismo, a população perderá muitas de suas – assim consideram – conquistas; como os comunistas lutam contra a propriedade privada dos meios de produção, é preciso dizer que os comunistas são contra a propriedade privada. Não teria sentido, como anticomunista, esclarecer de que se trata o comunismo e qual sua práxis. Essa propaganda se torna mais eficiente quando articulada por ex-comunistas<sup>833</sup>. À semelhança de São Paulo, apóstolo, um perseguidor convertido à causa pode convencer muito mais.

Em paralelo, como o segundo aspecto é que o discurso anticomunista não pode estar restrito ao conhecimento intelectual. O discurso ideológico inclui a subjetividade: ele deve tocar o ser humano por inteiro; ele deve despertar certas emoções, especialmente, o *ódio* e o *medo*. Medo e ódio são poderosos catalizadores e mobilizadores sociais. O medo de que os comunistas tomem o que adquirir e, mais ainda, que venha a cooptar meus filhos e minhas filhas. O medo de que os comunistas invadam minhas terras ou mudem as cores e os símbolos pátrios. Medo e ódio acabam, também, sublinhando uma identidade social, ainda que por oposição, compondo o que temos delineado como síntese dialética negativa. Um sentimento que brotou nos últimos anos e que também tem sua força social mobilizadora é o *orgulho* de direita, quer dizer, o orgulho de ser de direita.

(ii) Síntese didática da dialética de afirmação dos valores.

Como vimos, o bolsonarismo é um movimento sociopolítico brasileiro, com grande adesão e com grande aderência social. Devemos compreender, adequadamente, que o bolsonarismo é tanto a representação de segmentos da sociedade brasileira e, assim, seu porta-voz legítimo, quanto sua expressão. O bolsonarismo é como uma planta cujas raízes estão fincadas nas terras da história brasileira; e seus frutos são conforme a árvore. É tão brasileiro quanto o Pau-Brasil.

---

<sup>833</sup> O mesmo raciocínio vale para marxistas (ex-marxista), trotskistas (ex-trotskista), petistas (ex-petistas), “esquerdistas” (ex-esquerdista), feministas (ex-feminista), gays (ex-gay) e etc. Não importa que, de nossa perspectiva, inexista “cura gay” ou “ex-gay”. O que fica é o depoimento de uma pessoa que afirma, publicamente, que tinha uma determinada posição política e de gênero e que hoje não a tem mais; que se converteu ou que encontrou a verdade; que está livre.

Mesmo cientes de que é um movimento em curso – o que impõe limites a qualquer análise – nos perguntamos: é possível esboçarmos uma *prática* bolsonarista? A racionalidade bolsonarista é um emaranhado de irracionalidades, cujos eixos principais são o fundamentalismo religioso, o judicialismo, o militarismo e o neoliberalismo. Uma ou outra pode sobressair, a depender da ocasião e de circunstâncias objetivas. Mesmo quando parece que podem entrar em conflito, elas se mantêm aliançadas no objetivo de permanecer no poder e disputam, com outros projetos políticos e entre si mesmas, o poder do Estado.

Quando afirmamos que o bolsonarismo é o mais importante movimento sociopolítico dos últimos anos, estamos destacando que ele possui ressonância social. Uma parte expressiva da sociedade brasileira se identifica com os valores defendidos pelo bolsonarismo. Há dois movimentos simultâneos e dialéticos: o bolsonarismo é o representante e a representação de segmentos sociais brasileiros. Devemos lembrar a formação do Brasil colonizado, escravagista, da grande propriedade de terras, religioso. Centenas de milhares de pessoas encontraram nos políticos bolsonaristas sua exata representação e no movimento bolsonarista sua voz. O que parece um escândalo ou um absurdo para parte da sociedade, para outra parte é a medida exata da expressão e de posicionamento sociopolítico esperado. O bolsonarismo é uma voz que ecoa setores da sociedade brasileira. E a representação política é apenas uma de suas representações. Conta, também, com representação artística, discente, docente, empresarial, esportiva, musical etc. Portanto, o bolsonarismo expressa uma visão de mundo que tem ressonância social.

A questão referente aos valores é um tanto subjetiva. Por subjetiva relembramos que se trata da valores próprios de um ser humano em relação social. É um valor singular de um indivíduo singular ou de uma sociedade de indivíduos singulares, dialética e objetivamente construído a partir da realidade material em relação com a sociedade e com outros indivíduos singulares. Ao nos referirmos a valores subjetivos do bolsonarismo, estamos tratando de valores próprios do bolsonarismo dialética e objetivamente construídos a partir das relações materiais. Então, a adesão ideológica de certos grupos ou de segmentos sociais passa pela compreensão singular das condições objetivas de existência e da perspectiva em relação a estas condições. Uma família que tinha dois ou três funcionários domésticos e, após a Lei Nº 150/2015, teve que manter apenas uma, se vê ameaçada por um

direito conquistado por uma categoria que lhe servia prontamente antes da regulamentação. A mesma família já se considerava injustiçada pela Lei Nº 12.711/2012, acerca do ingresso de cotistas em universidades públicas e em institutos federais, mesmo que o número de vagas tenha aumentado consideravelmente no período. Talvez, um membro desta família também se sinta desconfortável em ver o aeroporto cheio ou as “empregadas domésticas” viajando à Disney.

Os valores subjetivos pragmáticos e de interesses imediatos perpassam, também, outros grupos e segmentos sociais. Mencionamos a adesão ao bolsonarismo por parte de caminhoneiros, motoristas de aplicativos e taxistas. A rigor, devemos considerar condições de trabalho mediadas por plataformas digitais. Estas categorias que mencionamos convivem com condições diárias de exploração e de precarização do trabalho dependendo, exclusivamente, de seu tempo de trabalho que é, simultaneamente, tempo de vida. Todas elas precisam do consumo do mercado interno. Para sermos mais exatos: caminhoneiros, taxistas e trabalhadores mediados por plataformas digitais necessitam de políticas econômicas que priorizem o consumo e o mercado interno. Por isso, é tão importante uma política econômica para o preço dos combustíveis, por exemplo. Pela própria condição de trabalho observamos, empiricamente, que grande número destes trabalhadores passam o dia de trabalho sintonizados em rádios que transmitem em suas programações análises políticas e programas jornalísticos. As análises políticas e os programas jornalísticos, majoritariamente, têm como linha editorial a ideologia dominante, isto é, discursos ideológicos acerca da meritocracia, do empreendedorismo, do individualismo, da liberdade individual, da verdade etc. Ao concentrar as análises e as interpretações no esforço pessoal e na força de vontade, isto é, no indivíduo, omite a atuação do Estado.

Os valores subjetivos podem ser pragmáticos e com base em interesses imediatos. E não estamos dizendo que haja algo imoral acerca dos interesses imediatos. Nossa discussão não é moral. O interesse pela sobrevivência é imediato e, obviamente, completamente justificado. Estamos afirmando que os grupos e os segmentos sociais bolsonaristas têm os valores construídos e nutridos por uma condição claramente vinculada às disputas por melhores condições objetivas. Mesmo que exista um distanciamento entre segmentos do agronegócio, do extrativismo, de garimpeiros, de madeireiros e de posseiros, todos estão ligados à terra. A disputa pela terra faz com que sejam vistos como inimigos os agricultores familiares, os ativistas

do campo<sup>834</sup>, os indígenas, os quilombolas e quaisquer movimentos que lutem pelo meio ambiente, pela proteção ambiental e pela repartição da terra. A *terra* é um valor dentro do bolsonarismo ao ser identificada com a *propriedade privada* e a liberdade individual de autodefesa – o porte e a posse de arma de fogo. No entanto, nas atuais condições produtivas, a apropriação da terra por poucos é essencial na produção social, naquilo que Karl Marx havia tratado na “assim chamada acumulação primitiva”.

No que delineamos em termos de um consórcio pelo poder conta com, a partir de seus principais atores, centros de formação e de difusão de seus pensamentos. As principais ideias de fundamentalistas, de militaristas e de neoliberais são transmitidas em escolas e em cursos formais. Fundamentalistas têm seus seminários, militares suas escolas de formação e neoliberais – parece-nos – predominam nas faculdades de economia. A exceção parece ser a extrema direita que construiu canais informais e *think tanks*, através das mídias digitais, de encontros e de institutos. Em certos ambientes estas ideologias se encontram e tendem a se fortalecer e se alimentar mutuamente. Uma celebração religiosa pode concentrar a reflexão em linguagem teológica em torno de valores militaristas e neoliberais, por exemplo. A formação do sujeito religioso é mais do que a transmissão do conhecimento da religião, ou do conhecimento religioso, é a formação de um sujeito para a religião, cujo centro seja a religião, é a garantia de permanência da própria religião como centralidade da vida. Porém, o desenvolvimento deste ser humano religioso não é linear, contínuo, crescente, porque outros aspectos interferem no próprio ser humano, especialmente, quando se desvincula total ou parcialmente do ambiente religioso.

Uma categoria que perpassa os principais atores mencionados por nós (do consórcio pelo poder) é a categoria *autoridade*. A religião, até naturalmente, contém um forte componente de autoridade. Não precisamos nos referir à divindade, cuja autoridade deve ser compreendida, em termos religiosos, como *soberana*. As figuras e as imagens que remetem à divindade devem ser sempre de autoridade, como *o absoluto* ou *o eterno*, e sua descrição teológica ocorre em termos de *onipotência* e de *eternidade*. O “grande rei que se assenta no trono do universo”, cuja palavra é imutável, que está acima de todos os tronos, poderes, principados, potestades, anjos,

---

<sup>834</sup> De acordo com o relatório organização britânica Global Witness, entre os anos de 2012 e 2021 ocorreram 342 assassinatos de ativistas do campo no Brasil. Este dado coloca o país em primeiro lugar, evidenciando a violência em torno da terra.

demônios, que governa o mundo visível e invisível. Queremos nos referir à autoridade eclesiástica, aos sacerdotes, como mediadores do sagrado, como intérpretes do sagrado, como autoridades e referência em uma comunidade de fé ou de um movimento religioso. O exército é outra instituição cuja autoridade precisa se fazer sentir. Sua presença e sua autoridade são reconhecidas de forma objetiva: através de suas armas, de seu uniforme, de sua patente, de suas estrelas e condecorações, bater-lhe continência. Uma estrutura hierárquica militar, portanto, bélica, de controle das armas e da expertise da guerra, é uma estrutura autoritária. A extrema direita tem como uma de suas características organizacionais suas lideranças. O ambiente político da extrema direita exige líderes fortes, que se imponham pela força ou pelo carisma, que com destemor falem aquilo que seus representados não têm condições de falar. O neoliberalismo conta também com seus chefes, com suas autoridades e referências, com seus especialistas, premiados, sempre que possível. Somente eles sabem “ler a realidade” e ouvir “as necessidades do mercado”.

Entre os valores caros ao militarismo estão a reverência à autoridade, o respeito à hierarquia e à ordem social. O militarismo se constituiu após o processo de redemocratização como uma sociedade dentro da sociedade brasileira: a família militar. A forma de trabalho é a forma de vida a garantir educação militar, acesso a programas de saúde em hospitais militares, lazer em clubes militares e aposentadoria militar. Outro valor é o *nacionalismo* meramente retórico. Os discursos inflamados contra a suposta dominação chinesa não se reproduzem em relação aos Estados Unidos; e nem em direção a projetos vinculados ao Norte global, mesmo quando adquirem empresas estratégias nacionais. É um nacionalismo adepto da privatização, da mundialização do capital e da permanência do Brasil como exportador de *commodities*. Segmentos lava-jatistas evidenciaram a contradição entre a submissão à Constituição Federal e a defesa de interesses externos e de corporações internacionais.

Servem ao bolsonarismo, como valor abstrato, a defesa do *cristianismo institucionalizado*, especialmente, de perfil conservador ou reacionário. Este destaque é importante porque não se trata de quaisquer religiões institucionalizadas e, sim, daquela que expressa ou dialoga com os valores fundamentalistas e neoliberais. O conservadorismo religioso se expressa entre católicos, evangélicos e espíritas; em nossa compreensão, mais propriamente, no fundamentalismo religioso. Então,

importa pouco qual seria a afluyente da cristandade, desde que reacionária, desde que fundamentalista, desde que prática. Entre os valores do fundamentalismo, naquilo que Ricardo Quadros Gouvêa (2012) chamou de “piedade perversa”, estão o sectarismo, o legalismo e o dogmatismo. Outro valor do bolsonarismo é o *militarismo*. A retórica militarista se apropria da ideia de nacionalismo. O nacionalismo, enquanto valor, está presente em diversos movimentos de extrema direita mundo a fora. Entretanto, aqui há duas particularidades em relação ao bolsonarismo: uma delas se refere à origem dos imigrantes: se forem europeus ou norte-americanos, serão bem-vindos; se forem latino-americanos ou caribenhos, servirão ao trabalho precarizado e serão, socialmente, desvalorizados por suas nacionalidades de origem.

Há um aspecto a ser destacado: o *fanatismo*. No interior do bolsonarismo pelo menos três segmentos estão mais próximos do fanatismo: o econômico, o militar e o religioso. Lembrando que o movimento bolsonarista em si é político, ou seja, envolve economia, militarismo, política e religião. O fundamentalismo religioso mais que quaisquer outras experiências religiosas está muito perto do fanatismo. A religião pode, por sua própria natureza, descambar para o fanatismo. É que religião e fanatismo operam em uma frequência: a crença. O fanático crê cega e absolutamente em seu líder, em sua instituição, em seus dogmas, ao ponto de morrer ou de matar. No entanto, nem todo economista é fanático e nem todo fanatismo se assenta na economia; nem todo político é fanático e nem todo fanatismo se assenta na política; nem todo religioso é fanático e nem todo fanatismo se assenta na religião. Entretanto, são terrenos férteis a desenvolver comportamentos fanáticos. Uma questão central é a justificativa de pelo que morrer<sup>835</sup>, pelo que viver e pelo que matar<sup>836</sup>. O que se torna mais complicado quando há uma legitimação social. Não se trata de morrer pelas suas ideias ou ideais, o que seria um tipo de idealismo ou de martírio. Estamos considerando uma forma política no espaço público.

Outro valor do fundamentalismo religioso é a *verdade*. A verdade é um dos valores inegociáveis para os religiosos. Em geral, o religioso se apresenta como

---

<sup>835</sup> Mesmo um sentimento nobre como o amor pode se tornar irracional. Vejamos o início da canção: “Você não merece mesmo assim eu te amo. Você não merece mesmo assim eu te quero. Você não merece mesmo assim eu sou maluco. Mato e morro por você [...]” (Cecília; Rodolfo. Mato e morro por você). O problema desta metáfora é que vez em quando alguém decide que ela deve ser literal.

<sup>836</sup> O general da reserva Ridauto Fernandes escreveu o seguinte no final de novembro de 2020: “[...] ‘Por alguns valores, um militar passa (facilmente) por cima de muita coisa. Desculpem os que se sentirem ofendidos, mas por minha Pátria eu morro. E também mato e faço coisas que não vou listar aqui, para não provocar chilikues’ [...].” (Gaspar, 2023).

alguém que descobriu a verdade. Não pode ser uma verdade em construção ou mesmo uma parte da verdade. Precisa se afirmar como detentor da verdade: a verdade absoluta, a verdade imutável. Podemos supor que, em um nível menor, também neoliberais se apresentem como possuidores da verdade: a verdade do livre mercado; a verdade para fazer a economia crescer. Neste sentido, a aproximação entre religião e neoliberalismo é maior: de crenças e de soluções mágicas.

Talvez, um fator agregador das irracionalidades que formam a racionalidade bolsonarista seja que elas endossam, por completo, o *livre mercado*. Tanto o fundamentalismo religioso, quanto o judicialismo e o militarismo advogam as ideias principais do neoliberalismo. Não estamos afirmando que todos os juristas, ou que todos os militares, ou que todos os religiosos ou mesmo que todos os agentes do mercado sejam bolsonaristas. Consideramos que, dentro de cada uma destas racionalidades há relações com a irracionalidade bolsonarista, expressões e correlações com esta irracionalidade. Este é um fato inegável diante das identidades do bolsonarismo. Se, de um lado, propõem uma radicalização do livre mercado, de outro, advogam que o Estado imponha limites à moral individual e às pautas identitárias. São juristas, são militares e são religiosos defendendo a financeirização da economia e, por consequência, a mercantilização da vida.

Muito próximo ao valor do livre mercado, está o valor do *negócio*. O mercado só se realiza do negócio, no comércio, da troca. O neoliberalismo é uma forma de fazer negócio, é uma proposta de o Estado negociar. Essa realidade do mercado fez surgir uma religião, ou melhor, uma expressão religiosa, que também se realiza como negócio, como comércio de bens simbólicos religiosos, por meio da troca, do intercâmbio, de dar e receber. Uma forma de expressar o negócio neoliberal, o ajuste fiscal, é justamente a linguagem religiosa do *sacrifício*. É necessário que a sociedade se sacrifique para sustentar o ajuste fiscal. Entretanto, apenas uma parte da sociedade é realmente sacrificada, penalizada: a explorada é a que mais sofre.

Tanto para militares quanto para fundamentalistas religiosos a *guerra* cumpre uma função e tem um sentido. O sentido da guerra não se apreende apenas da própria guerra, mas a própria guerra cumpre uma função. A guerra tem um sentido para a existência dos militares e para a existência de fundamentalistas religiosos, sempre atentos e a postos para quando a guerra for deflagrada. Parece-nos bastante evidente que os militares se fazem mais necessários num contexto de guerra e que a

própria existência dos militares indica, em tempos de paz, preparação para tempos de guerra. A guerra, em certo sentido, faz parte da identidade militar: uma formação militar para guerra. O próprio conhecimento militar é um conhecimento relacionado à guerra: armamentos, estratégia, logística etc. Os religiosos também têm o seu próprio conceito de guerra: batalha espiritual, batalha pela fé, guerra religiosa, guerra pela divindade, guerra santa. Como vimos, o fundamentalismo religioso travou suas primeiras batalhas no interior do protestantismo e, só então, com o conjunto da sociedade em oposição ou como reação aquilo que consideravam, por parte da modernidade, um ataque aos fundamentos da fé e à própria fé.

Os religiosos também encontram na guerra um sentido que podemos chamar de um sentido espiritual da guerra. Que seria, a rigor, uma interpretação espiritual da guerra, assim ocorreu tanto nas guerras consideradas "guerras religiosas" quanto nas guerras "seculares". Para além das "guerras santas", religiosos em geral e fundamentalistas religiosos em particular, souberam dar uma explicação das guerras, uma justificativa espiritual, até, de filhos da luz contra filhos das trevas. Não passou despercebido a políticos e a militares uma espiritualização da guerra, como expressão das forças do bem contra as forças do mal. Em outro nível, como mencionamos, fundamentalistas religiosos acreditam que estamos no meio de uma constante batalha entre as forças do bem e as forças do mal. São dois níveis religiosamente distintos, mas religiosamente relacionados: o mundo material e o mundo espiritual. Tanto no plano físico quanto no plano espiritual trava-se uma batalha espiritual pelo governo do mundo e pelo destino das almas humanas, e um de seus campos de batalha é a educação.

Nesta batalha quase diária, fundamentalistas religiosos contam com suas próprias armas, que poderíamos chamar de "armas espirituais": a Bíblia, como palavra da divindade ou "a espada do espírito"; a oração; e o jejum. No entanto, logo fundamentalistas perceberam que precisariam de outras armas a fim de se colocar no espaço público, entre as quais, empregar os recursos financeiros na propaganda e na promoção do fundamentalismo; na criação de instituições para promover a teologia fundamentalista, formando e treinando teólogos fundamentalistas; na aquisição de sistemas de comunicação, como imprensa, rádio, televisão e internet, visando a formação ideológica de seus quadros e a mobilização da opinião pública; e a

ocupação de espaços públicos por pessoas comprometidas com a prática fundamentalista, ou seja, por cristãos fundamentalistas praticantes.

A extrema direita possui sua própria história nas guerras. Em verdade, o próprio sistema capitalista só foi possível graças a várias guerras e conflitos localizados e à violência. O novo modo de produção e reprodução social se impôs pela força. É mesmo na origem do sistema e de sua violência que surgem duas classes antagônicas, distintas. Nos permitindo um salto histórico: uma das maiores guerras contemporâneas contou com o protagonismo da extrema direita. À frente da Alemanha na II Guerra estava o partido de extrema direita. No contexto que estamos analisando, precisamos mencionar a guerra de desinformação.

A irracionalidade bolsonarista pode considerar *inimigo* qualquer representação assim demarcada em quaisquer de suas racionalidades. Ela que aponta os inimigos. Este inimigo, claro, pode ser real ou não. Nesse sentido, cumpre um importantíssimo papel aquilo que João Rocha (2023) chamou de “mídia esfera extremista”<sup>837</sup>. A existência na imaginação bolsonarista é suficiente para que exista na realidade, uma realidade projetada pelos medos bolsonaristas. Na irracionalidade o imaginado se torna real. Os inimigos dos militares são os desertores, os anarquistas, os estrangeiros, os colonizadores, os pacifistas, os desarmamentistas, os antipatriotas. Os inimigos dos religiosos fundamentalistas são todos os religiosos que não comungam de sua fé, os não religiosos, o satanás e seus demônios, os desviados e os apóstatas, os ecumênicos, os teístas, os agnósticos, os incrédulos e os ateus. Os inimigos dos judicialistas são os críticos da interferência do Judiciário, de sua diferenciação entre ricos e pobres, entre brancos e negros; são críticos da Lava-jato. Os inimigos do neoliberalismo são os críticos do livre mercado, das privatizações, da publicização, da flexibilização, das parcerias público-privadas; são os favoráveis à intervenção do Estado, à planificação, à tomada e à abolição do Estado capitalista. Os supostos inimigos do bolsonarismo são ideológica e historicamente construídos nos espaços ideológicos bolsonaristas. Em alguns casos como mencionamos há algumas linhas como caricatura apenas acentuando os traços mais marcantes. Essas generalizações escondem as exceções. Pior, elas podem ser abrangentes ao ponto de servir de rótulos a qualquer pessoa, que pode ser apontada como “inimiga”. No

---

<sup>837</sup> “No interior da mídia esfera extremista, a *retórica do ódio* encontra seu habitat e conduz a uma perversa *pedagogia da desumanização do outro*, sem a qual a extrema direita não seria capaz de inventar inimigos imaginários todo o tempo [...]” (Rocha, 2023, p. 33).

entanto, há um espantinho que carrega todos esses adjetivos, como demonstramos na síntese didática da dialética de negação bolsonarista: o comunista.

A principal emoção mobilizada é o *medo*. Perpassando os valores negativos e os valores afirmativos, como temos delineado, existe: o medo do comunismo, o medo de perder a liberdade e o medo da miséria. O medo se apresenta de maneiras distintas e confluentes entre os atores e os segmentos mencionados. Os militares têm medo da derrota, de perder a patente, de não mais pertencer à família militar. Os religiosos têm medo de perder a salvação, de estar possuído pelas forças malignas, de perder a fé, da apostasia. Os neoliberais têm medo da revolução, da inexistência do Estado capitalista, de uma ordem social pós-capitalista.

O tema da *liberdade*, ou melhor, o conceito de liberdade ganharia força durante a Pandemia, quando o bolsonarismo questionava as medidas sanitárias de distanciamento e de proteção, sobretudo, a exigência do *lockdown*. Era necessário fechar todos os espaços públicos que reuniam ou concentravam pessoas, incluindo os templos religiosos. Foi quando uma parte expressiva do bolsonarismo passou a propagar que, diante de medidas de distanciamento e de proteção em razão da Sars-Cov-2, a liberdade individual estava ameaçada. Essa ideia de liberdade retornaria em outros momentos, como nos casos referentes à liberdade de expressão ou de opinião e à liberdade de manifestação de rua pedindo golpe. Nestes casos a liberdade de expressão e a liberdade de manifestação estão circunscritos naquilo que o próprio bolsonarismo compreende como liberdade de expressão e como liberdade de manifestação. No caso desta última, liberdade de manifestação de rua se apresenta com um suposto direito que a liberdade concede para pedir uma ruptura democrática ou um Golpe de Estado<sup>838</sup>; no caso da liberdade de opinião, parece significar direito à livre opinião, mesmo que estas opiniões tenham certo conteúdo intolerante, misógino, preconceituoso e racista.

Um valor como a liberdade precisa tocar ou dialogar com outros valores internos de outros segmentos do bolsonarismo a fim de fazer sentido para todo o movimento e passar a ser parte da identidade do todo. Neste caso – referente à liberdade –, toca nos fundamentalistas religiosos para os quais a liberdade está

---

<sup>838</sup> Francisco Carlos Teixeira considera três possíveis tentativas de Golpes bolsonaristas: a primeira em setembro de 2021, com os discursos presidenciais em Brasília e em São Paulo; após da derrota eleitoral em 2022, em que circulou no interior do bolsonarismo uma “minuta do golpe”; e 08 de janeiro de 2024 (Teixeira, 2023).

vinculada à experiência religiosa, à expressão pública da religião – mesmo que, a partir do dogma, critique outras religiões e outras formas de expressar a sexualidade que não aquelas endossadas por fundamentalistas –, no sentido de ser espiritualmente livre, e o contexto da Pandemia oportunizou aquilo que eles chamam de perseguição aos cristãos (cristofobia). Quando se trata dos militares, a liberdade também é um valor. Um valor, inclusive, pelo qual se deve lutar e, se preciso, morrer. O cerceamento da liberdade significa a submissão a uma potência estrangeira. No caso dos neoliberais, a liberdade é um valor inegociável porque todas as teses neoliberais se assentam na doutrina do livre mercado, da livre circulação de mercadorias, do livre comércio e da liberdade individual de escolher. Dentro do judiciário, ou melhor, dentro do Direito, a liberdade também é um valor: o direito à liberdade e a uma vida livre, que só pode ser suspenso ou suprimido em caso de violência ou violação ao regramento legal.

Ao assumir a ideia de liberdade em termos bolsonaristas, o bolsonarismo realiza o mesmo movimento com o campo progressista e com as esquerdas que fizera em relação às instituições: deixa às esquerdas a defesa de um suposto cerceamento da liberdade de opinião e da liberdade de manifestação. As esquerdas acabam tendo que defender, dentro do Estado democrático de direito, as instituições deste Estado liberal e, também, os limites à liberdade de manifestação e à liberdade de opinião, como propagam os bolsonaristas. Parece ocorrer uma inversão, portanto, entre aquilo que se constitui historicamente como pauta de esquerda, que é a liberdade irrestrita de manifestação e de opinião e aquilo que se constitui pauta da extrema direita, que é o cerceamento à livre manifestação e à livre opinião – mesmo que consideremos que liberdade irrestrita de opinião e de manifestação seja apenas uma retórica do bolsonarismo. Claro que, como mencionamos, esta liberdade de manifestação e de opinião se circunscreve dentro da própria lógica bolsonarista de liberdade de opinião e de manifestação. O bolsonarismo demonstra, empiricamente, a dificuldade de lidar com as ideias divergentes e com o contraditório. Ao tomar o conceito de liberdade de forma abstrata e dentro das próprias ideias que o bolsonarismo têm acerca da liberdade, precisamos tematizar e problematizar este conceito específico de liberdade.

Ao mesmo tempo, a liberdade é um valor historicamente ausente para amplos segmentos da sociedade brasileira, em um contexto de colonização e de escravidão. A liberdade é um valor, portanto, para indígenas, para negros e para o

próprio país que exige uma independência formal da potência colonizadora – e a partir do século XX, ao imperialismo. Em se tratando dos segmentos mais fragilizados e mais dependentes, a liberdade será sempre condicionada e sempre restrita. Estamos nos referindo, justamente, àqueles segmentos históricos que mais almejam a liberdade e que mais sofreram com sua ausência: os expropriados, os indígenas, os miseráveis, os negros e os quilombolas. Portanto, a liberdade não é uma só e a mesma coisa em círculos bolsonaristas e em círculos não bolsonaristas. Assim, reiteramos a necessidade de tematizar, de problematizar e de especificar o tema da liberdade, seja em referência à liberdade individual ou à liberdade social.

Os projetos educacionais que consideramos – educação domiciliar e o Escola Sem Partido – se constituem enquanto partes de um desenho neoliberal para educação e de um desenho fundamentalista para educação. Por isso, só podem ser adequadamente compreendidos quando relacionados à mercantilização da educação, ou seja, ao seu empresariamento; e quando se relacionam ao avanço do fundamentalismo religioso e de seu projeto social de poder. De maneira quase surpreendente, fundamentalismo religioso e neoliberalismo se encontram em projetos de políticas públicas para a educação. Além de apresentarem propostas para educação vinculadas ao mercado e à religião, pretendem *conservar a estrutura social* centrada na mercadoria, na própria lógica do capital, na redução do conteúdo científico, no silenciamento de quaisquer críticas. Ambos os projetos convergem na restrição do pensamento docente e discente, na destruição do pensamento crítico, expressamente, da educação crítica. Caso fossem implementados, uma das consequências ao longo do tempo seria a constituição de subjetividades submissas e acríticas, exclusivamente voltadas ao mercado e à religião.

Os dois projetos têm uma base moral liberal e judaico-cristã. O que seria, inicialmente, uma contradição, já que a tradição liberal clássica teve como um dos objetivos a libertação dos domínios da religião. Entretanto, a moral pertence ao mesmo domínio da ideologia dominante. O avanço do conservadorismo, do neoliberalismo e do fundamentalismo religioso sobre a Educação ocorre ao mesmo tempo em que se esvazia os conteúdos científicos, especialmente, àqueles ligados à filosofia, à política e à sociologia. Há um deslocamento de eixos centrais da Educação: a ciência é substituída ou submetida ao mercado, à ideologia dominante e à religião. O que quer orientar o currículo não é a ciência e sim a doutrina religiosa, a doutrina

ideológica de extrema direita e a doutrina neoliberal. Uma ciência pode ser ultrapassada por uma ciência melhor, mas não por uma religião. E nem mesmo a religião pode ser suprimida por uma religião melhor. Religião – como o fundamentalismo religioso – só pode assentar-se no dogma religioso.

As agendas neoliberal e fundamentalista para educação mistificam a realidade ao estabelecer como polos em disputa progressistas e conservadores ou fiéis e infiéis, ao invés de ricos e pobres. É preciso até mesmo refinar – à luz desta análise –, que liberais podem ser progressistas para educação – como foram um dia ao tensionar ciência e religião na sociedade –, e extremamente conservadores na economia, exigindo a política do livre-mercado e a apropriação da educação como mercadoria; assim como o neoliberalismo se apropria das pautas identitárias e das minorias sem contestar a acumulação de capital. Neste caso, sob o manto do progressismo esconde-se o conservadorismo. Semelhantemente quando no centro do debate se coloca a questão fiéis-infiéis: sob o manto da religião esconde-se o conservadorismo. Somente a relação social ricos-pobres, expropriados-apropriadores é capaz de revelar a relação capitalistas-trabalhadores, ou seja, a relação social entre capital e trabalho, a exploração da força de trabalho e a concentração de renda e de riqueza. É preciso, portanto, discernir a lutas de classes.

Nesta quadra da história estamos diante da obrigatoriedade da educação sem as condições objetivas para que ela se efetive. É a exigência da educação – “direito à educação” – só pode se realizar mediante a efetivação de outros direitos sociais. Um dos principais desafios é a desigualdade social: o fato de as pessoas serem naturalmente desiguais, em razão de aspectos biológicos e geográficos, não as torna socialmente desiguais. O critério da naturalização da desigualdade entre as pessoas é um critério levado à sério apenas em perspectiva econômica. O que o mercado propõe é que não haja medidas de correção das desigualdades, e que o fazer educacional desconsidere as condições objetivas, naturalizando-as diante do mercado. Ocorre que o mercado, de si mesmo, é incapaz de corrigir ou de reduzir distorções; a tendência do livre mercado é acirrar as desigualdades.

Ao problematizarmos o “direito à educação”, precisamos considerar o conteúdo da educação. Por sua própria natureza, a educação envolve a instrução, a transmissão e o acesso ao conhecimento humanamente sistematizado. E são muitos os conhecimentos científicos aos quais crianças, adolescentes, jovens e adultos

podem alcançar. Ao dizermos que uma determinada pessoa ou grupo “pode” alcançar certo conhecimento, nos referimos às condições objetivas para aprendizado cultural, físico, intelectual e tecnológico. As condições reais de vida é que determinam se um indivíduo pode ou não acessar um conhecimento. Existe um determinado número ou uma quantidade de conhecimento que todos e todas precisam, especialmente, aqueles que lhes oportunizem caminhar por si mesmos. Estamos nos referindo à política educacional, a educação custeada pelo Estado. Apenas com certo grau de conhecimento científico é possível não se deixar prender pelas teorias anticientíficas, conspiracionistas e negacionistas.

Quando defendemos que os indivíduos podem e devem acessar determinado número ou quantidade de conhecimento humanamente sistematizado, questionamos os critérios utilizados pelos dois projetos que analisamos. Tanto a educação domiciliar quanto o Escola Sem Partido estabelecem parâmetros para o currículo e para o fazer docente, dissociadas da perspectiva emancipatória. No primeiro caso, predomina o anticomunismo, no segundo, a religião. Pouco importa se a razão para defender a Ditadura como revolução salvadora do Brasil é política, ou se a proibição do evolucionismo em detrimento do criacionismo é religiosa. Concretamente, crianças e adolescentes deixam de receber as informações corretas, de acordo com os fatos históricos e as principais teorias científicas.

Nestes exemplos, o conhecimento é filtrado por ideologias que expressam uma perspectiva conservadora e fundamentalista do conhecimento, da ciência, da história e do ser humano. De uma forma e de outra existe um esvaziamento dos conteúdos. A educação é parte de um processo histórico-político. Tanto a educação domiciliar quanto o Escola Sem Partido comprometem a prática docente e o conteúdo escolar. Por diferentes vias, os dois modelos educacionais cerceiam o fazer educacional e o currículo escolar. Pautas abertamente ideológicas sobressaem diante da transmissão do conhecimento. Sob a desculpa de que o professor não pode decidir o que ensinar, adeptos da educação doméstica e do Escola Sem Partido dizem o que os alunos devem aprender; limita-se o direito de aprender ao abrigo da liberdade de escolha dos pais e dos responsáveis, submetidos às ideologias descritas por nós.

Podemos afirmar que as pessoas envolvidas com o fundamentalismo religioso evangélico brasileiro e com suas expressões reconstrucionistas, teonomistas, dominionistas e das sete montanhas têm executado o papel que lhes

cabe. Podemos afirmar que as pessoas envolvidas com o neoliberalismo brasileiro e com suas expressões de ajuste fiscal, de flexibilização, de privatização e de publicização têm executado o papel que lhes cabe. Por mais que parte da sociedade se choque com discursos de demonização da política e do ambiente político, com demonização de políticos e de outras religiões, este comportamento é justamente o que se espera de pastores e de políticos fundamentalistas. À medida que se expressam em termos fundamentalistas no espaço público, maior respeitabilidade eles e elas adquirem entre fundamentalistas. É uma ação política orientada pelo fundamentalismo e para o fundamentalismo. O que se espera é, justamente, comprometimento com as práticas e com os valores fundamentalistas. Fundamentalistas religiosos esperam que seus líderes religiosos e políticos cruzem os limites entre Estado e Igreja, ultrapassem as fronteiras do público e do privado e misturem política e religião. Algo semelhante podemos dizer no que se refere ao neoliberalismo: é preciso radicalizar o discurso neoliberal.

À guisa de concluir, asseveramos que em tempos hodiernos, a classe trabalhadora não só do Brasil como de todo o mundo tem seu desafio histórico posto à mesa: contrapor-se ao projeto burguês-religioso de educação da extrema direita e pensar, sob os marcos da radicalidade, um novo projeto educativo que venha contribuir para não só se contrapor por meio de reformas ao receituário educacional neoliberal e ao reacionário da extrema direita, como erigir uma proposta de educação que tenha como horizonte a sociedade sem classes, assentada nos interesses sociais coletivos e na transformação das relações humanas com os homens/mulheres e com a natureza. O desafio está posto, a tarefa é hercúlea, mas é urgentemente necessária, sob pena de toda humanidade sucumbir nos escombros do capital.

## REFERÊNCIAS

ABÁDIA DA SILVA, Maria. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, julho-diciembre, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ABDALA, Vitor. Operação da PM e PRF deixa pelo menos oito mortos no Rio de Janeiro. Ação ocorre na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/operacao-da-pm-e-prf-deixa-pelo-menos-oito-mortos-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 set. 2023.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod\\_resource/content/1/Abranchessergio%281988%29\\_PresidencialismodeCoalizao.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/Abranchessergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. *In*: AVRITZER, Leonardo; KÉRCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ADAMS, Jay E. **Conselheiro capaz**. Tradução de Odair Olivetti. 9. ed. São Paulo: Editora Fiel, 2003.

ADAMS, Jay E. **Manual do conselheiro cristão**. Tradução de João Bentes. 6 ed. São Paulo: Editora Fiel, 2006.

AGÊNCIA BRASIL. Presidente Bolsonaro assina filiação ao PL. O ato de assinatura da ficha de filiação ocorreu na manhã de hoje. **Agência Brasil**, Política, Brasília, 30 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/presidente-bolsonaro-assina-filiacao-ao-pl>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

AGÊNCIA IBGE. Em dezembro, taxa de desocupação fica em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas Econômicas, 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8#:~:text=O%20percentual%20m%C3%A9dio%20de%20trabalhadores,\(7%2C3%20milh%C3%B5es\).>](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8#:~:text=O%20percentual%20m%C3%A9dio%20de%20trabalhadores,(7%2C3%20milh%C3%B5es).>)>. Acesso em: 21 out. 2023.

AGÊNCIA O GLOBO. Após perdão de dívidas, bancada evangélica busca benefícios tributários. Aliados alertam Bolsonaro sobre a importância de consolidar o apoio evangélico após o retorno do ex-presidente Lula ao cenário eleitoral. **Exame**, Brasil,

19 de março de 2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/apos-perdao-de-dividas-bancada-evangelica-busca-beneficios-tributarios/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

AGOSTINI, Renata. Ministro da Educação diz que filmar professores em aula é direito dos alunos. Weintraub também afirmou que irá analisar conteúdo de vídeos compartilhados por Bolsonaro e filho. **Estadão**, Política, 28 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

AGRICULTURA. Com a disponibilização de R\$ 364,2 bilhões em crédito rural, Mapa fez o maior Plano Safra da história. Concessão de crédito rural beneficiou iniciativas de conversão de pastagens degradadas e premiou produtores comprometidos com a sustentabilidade. **Ministério da Agricultura e Pecuária**, Notícias, 27 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-a-disponibilizacao-de-r-364-2-bilhoes-em-credito-rural-mapa-fez-o-maior-plano-safra-da-historia>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

AGUIAR, Sofia; SOUZA, Matheus de. "Não posso garantir" candidatura à reeleição, diz Bolsonaro. Ainda sem definir filiação partidária, presidente volta a colocar em dúvida se vai tentar um novo mandato. **Terra**, Política, 28 de julho de 2021. Disponível em: <[https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/nao-posso-garantir-candidatura-a-reeleicao-diz-bolsonaro,e7ae110b2144af39bec2fff536d8b060o1vrnybd.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/nao-posso-garantir-candidatura-a-reeleicao-diz-bolsonaro,e7ae110b2144af39bec2fff536d8b060o1vrnybd.html?utm_source=clipboard)>. Acesso em: 23 jan. 2024.

AHRENS, Jan Martínez. Trump reduz os impostos dos mais ricos e das empresas. Casa Branca apresenta a “maior reforma fiscal da história”, que corta taxa máxima de 39% para 35% Medida simplifica a declaração em três faixas de incidência de tributos e duplica deduções. **El País**, Brasil, Internacional, Washington, 26 de abril de 2017 Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/internacional/1493225181\\_581649.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/internacional/1493225181_581649.html)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

AINZ, Alexandra. Acotando el concepto de fundamentalismo: una definición. **Anales de teologia**, vol. 13, n. 1, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/323629643\\_Acotando\\_el\\_concepto\\_de\\_fundamentalismo\\_una\\_definicion](https://www.researchgate.net/publication/323629643_Acotando_el_concepto_de_fundamentalismo_una_definicion)>. 15 jan. 2022.

ALENCAR, Gedeon Freire de. Um país laico com um governo terrivelmente cristão? **Interações**, v. 25, n. 14, enero-junio, 2019.

ALESI, Gil; ROSSI, Marina; OLIVEIRA, André de. “Estou assustado com a ‘República de Curitiba’”, diz Lula em grampo. Em gravações, ex-presidente critica o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. **El País**, Brasil, São Paulo, 18 de março de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458177244\\_587512.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458177244_587512.html)>. Acesso em: 17 jan. 24.

ALMEIDA, Marco Rodrigo. Esquerda cresceu onde radicalizou sua pauta, afirma Vladimir Safatle. Entrevista com Vladimir Safatle. **Folha de São Paulo**, Poder, São

Paulo, 21 de setembro de 2017. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1920342-esquerda-cresceu-onde-radicalizou-sua-pauta-afirma-vladimir-safatle.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. *In*: VVAA. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção feminismos plurais).

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Camarez. Cronologia do Junho de 2013. *In*: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Camarez. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

ALVARENGA, Bianca. Lula, Dilma ou Bolsonaro: em qual governo os bancos mais lucraram? Segundo dados da Economatica, os maiores bancos brasileiros (Itaú, Bradesco, BB e Santander) lucraram R\$ 1,3 trilhão nos últimos 20 anos. **Metrópoles**, Negócios, 28 de fevereiro de 2023. Disponível em:  
<<https://www.metropoles.com/negocios/lula-dilma-ou-bolsonaro-em-qual-governo-os-bancos-mais-lucraram>>. Acesso em: 21 out. 2023.

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, n. 9, 2010. Disponível em: <<https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/download/103/106>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011b. (Mundo do trabalho).

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **RET**, Estudos do Trabalho, a. V, n. 8, 2011a. Disponível em:  
<[https://www.academia.edu/36908716/Trabalho\\_subjetividade\\_e\\_capitalismo\\_manipulat%C3%B3rio](https://www.academia.edu/36908716/Trabalho_subjetividade_e_capitalismo_manipulat%C3%B3rio)>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **IHU**, Instituto Humanitas Unisinos, 01 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 13 abr. 2024.  
ALVES, Rita de Cássia Gonçalo. **Urbanidade golpel**: megatemplos evangélicos na experiência urbana. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

ALVIM, Mariana; SANCHES, Mariana. 'O governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu', diz Temer. **BBC News Brasil**, São Paulo, 22 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49053623>>. Acesso em: 14 set. 2023.

AMARAL, Luciana; CARAM, Bernardo. Teto de gastos significa o governo 'cortar na própria carne', diz Temer Presidente discursou em evento no Palácio do Planalto nesta segunda. Para ele, restringir gastos pode gerar impopularidade num primeiro momento. **G1**, Política, 07 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/teto-de-gastos-significa-o-governo-cortar-na-propria-carne-diz-temer.html>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atílio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. *In*: **La trama del Neoliberalismo**: mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100609031734/4anderson.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ANDRÉ, Tamara Cardoso. Teorias da pesquisa em educação e ensino: esboço didático a partir do método de Marx. **Trama**, v. 14, n. 33, 2018. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/19058>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ANTUNES, Anderson. The Richest Pastors In Brazil. **FORBES**, 17 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/?sh=22c132605b1e>>. Acesso em: 23 mar. 23.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões na nossa época – 58).

APPLE, Michael W.; OLIVER, Anita. Indo para a direita: a educação e a formação de movimentos conservadores. *In*: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção estudos culturais em educação).

AQUINO, Yara. Temer participa de reunião do Conselho Militar de Defesa em Brasília. O encontro ocorre dias após o presidente decretar intervenção federal. *Agência Brasil*, Política, Brasília, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-02/temer-participa-de-reuniao-do-conselho-militar-de-defesa-em-brasilia>>. Acesso em: 22/01/24.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. *In*: **CADERNOS de Política Exterior**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, FUNAG, Brasília, v. 3,

n. 6, dez. 2017. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ARAÚJO, Raquel Dias. A literatura sobre o Escola Sem Partido e os temas principais: um estado da arte. **Revista Dialectus**, a. 10, v. 23, mai.-ago. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71861>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ARAÚJO, Victor. **A religião distrai os pobres?** – o voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes. São Paulo: Edições 70, 2022.

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Centro de Estudos da Metrópole**, Notas Técnicas, n. 20, 17 de maio de 2023. Disponível em: <[https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem\\_na\\_midia\\_anexos/NT20.pdf](https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2024.

ARENS, Eduardo. **A Bíblia sem mitos**: uma introdução crítica. 3. ed. Tradução de Celso Márcio Teixeira. São Paulo: Paulus, 2007.

ARIAS, Juan. A doce tirania das cores. Vale a pena colocar em risco nossa vida pela fidelidade a uma cor? No final das contas, somos todos de muitas cores, talvez de todas. **El País**, Brasil, Coluna, 13 de outubro de 2014. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/31/politica/1414788833\\_292061.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/31/politica/1414788833_292061.html)>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ASSMANN, Hugo. **La Iglesia electrónica y su impacto en América Latina**. San José: DEI, 1987.

ASSMANN, Hugo; MATE, Reyes. Introducción. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre la religión**. Edición preparada por Hugo Assman e Reyes Mate. Salamanca: Ediciones Síguime, 1974.

ASSUNÇÃO, Clara. Relatório denuncia perseguição a professores que discutem gênero e sexualidade. Human Rights Watch aponta campanha de políticos oportunistas que usam desinformação para desacreditar educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. **Rede Brasil Atual**, Cidadania, 12 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/perseguiacao-professores-que-discutem-genero-e-sexualidade/>>. Acesso em: 06 set. 2023.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx”. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AZEVEDI JÚNIOR, Aryovaldo de Castro; BIANCO, Erica Cristina Verderio. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **Revista Eco**

**Pós**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em:  
<[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/5](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/5)>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BACOCINA, Denize. Grupo acusa tropas brasileiras de abusos no Haiti. **BBC Brasil**, Washington, 15 de novembro de 2005. Disponível em:  
<[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051115\\_denizehaiti](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051115_denizehaiti)>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros; ARAÚJO, Sinval Silva. O bolsonarismo e o Brasil Profundo: notas sobre uma pesquisa. **VII Enecult**: encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador, 27-30 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132106.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Bancada evangélica quer ser 30% do Congresso, diz seu novo presidente. Aliado de Silas Malafaia, Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) assume liderança do bloco nesta quarta (9). **Folha de São Paulo**, São Paulo, Eleições, Congresso Nacional, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bancada-evangelica-quer-ser-30-do-congresso-diz-seu-novo-presidente.shtml>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Mulheres são 58% do grupo religioso, que é mais representativo na região Norte; negros são 59% dos fiéis. **Folha de São Paulo**, Política, Belém, 13 de janeiro de 2020. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado". **UOL**, Política, São Paulo, 31 de março de 2011 [01 de março de 2013]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BANCROFT, Emery H. **Teologia elementar**: doutrinária e conservadora. Tradução de João Marques Bentes e W. J. Goldsmith. São Paulo: Editora Batista Regular, 1995.

BÁRBARA, Vanessa. Bolsonaro disse que sua 'especialidade é matar.' Ele tem sido fiel à palavra. 31 de março de 2022. **The New York Times**, Opinião, Disponível em:  
<<https://www.nytimes.com/pt/2022/03/31/opinion/bolsonaro-brazil-amazon.html>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BARBON, Júlia. Datafolha: Eleitor de Bolsonaro desconfia das urnas, defende armas e vê otimismo na economia. Veja o que pensam os apoiadores do presidente, que atrai homens, empresários, idosos e mais escolarizados. **Folha de São Paulo**,

Política, Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/datafolha-eleitor-de-bolsonaro-se-vacinou-menos-contracovid-e-desconfia-das-urnas.shtml>>. Acesso em: 16 de abr. 2024.

BARBOSA, Renan. “O que elegeu Bolsonaro não foram os militares, foi a ideologia”, diz Damares Alves. Ministra abre o jogo sobre “grupo ideológico” do governo e detalha posições do Ministério sobre defesa da vida e da família, ensino domiciliar e combate à violência contra a mulher e a população LGBT. **Gazeta do Povo**, Ideias, Brasília (DF), 08 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-elegeu-bolsonaro-nao-foram-os-militares-foi-a-ideologia-diz-damares-alves-ejfy1vv5750qqlxhudj636c6d/>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BARBOSA, Rubens. Protecionismo de Trump ameaça estabilidade do comércio mundial. O embaixador Rubens Barbosa não descarta a possibilidade de uma guerra comercial entre os países envolvidos. **Jornal da USP**, Atualidades, Colunista, 06 de março de 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/protecionismo-de-trump-ameaca-estabilidade-do-comercio-mundial/>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, Celso Rocha de. O bolsonarismo tentou soltar Brazão. Deputados queriam evitar o risco baixíssimo de pagar pelos crimes que de fato cometeram. **Folha de São Paulo**, Congresso Nacional, 13 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2024/04/o-bolsonarismo-tentou-soltar-brazao.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BASÍLIO, Ana Luiza. Filmar professores em sala de aula é um direito, declara Weintraub. Ministro da Educação se posicionou após aluna filmar professora e denunciá-la nas redes; Bolsonaro publicou o vídeo em seu Twitter. **Carta Capital**, Educação, 29 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/filmar-professores-em-sala-de-aula-e-um-direito-declara-weintraub/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BASSETS, Marc. Trump questiona o compromisso dos Estados Unidos com a OTAN. Republicano condiciona defesa dos aliados a uma maior contribuição financeira deles à organização. **El País**, Internacional, Cleveland, 21 de julho de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/internacional/1469104657\\_953458.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/internacional/1469104657_953458.html)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BASTIAN, Jean-Pierre. **La mutación religiosa de América Latina**: para una sociología del cambio social en la modernidade periférica. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. PUC, Goiás, 1994. Disponível em: <<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BBC NEWS BRASIL. Por que as grandes petroleiras dos EUA não apoiam a retirada do Acordo de Paris para o clima anunciada por Trump. Por mais contraditório que pareça, poderosas empresas ligadas ao setor de energia nos EUA, que, em teoria, seriam beneficiadas pela retirada do país do Acordo de Paris sobre Clima, apoiavam o protocolo de combate ao aquecimento global. **BBC News Brasil**, 02 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40131136>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BBC NEWS BRASIL. Soldados da ONU levaram cólera ao Haiti, diz relatório. **BBC News Brazil**, 07 de dezembro de 2010. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101207\\_haiti\\_colera\\_jf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101207_haiti_colera_jf)>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião**. Tradução de Nélio Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENOIT, A. Hector. Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital. **Orientação Marxista**, 2009. Texto extraído do livro “Marxismo e ciências humanas”. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com/2009/02/da-logica-com-um-grande-l-logica-de-o.html>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BENOIT, A. Hector. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, 1996. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo16Art1.2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo16Art1.2.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BERKHOF, Luis. **Sumario de doutrina cristiana**. Traducido por David Vila. 2. ed. Michigan: T.E.L.L., 1966.

BERMÚDEZ, Ana Carla. Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha. **UOL**, Educação, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BERNARDO, Jessica. Governo de SP instala app em celulares de professores sem autorização. Aplicativo Minha Escola SP foi instalado em celulares de uso pessoal; deputado do Psol acionou MPSP contra [a] medida. **Metrópoles**, São Paulo, 31 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/sao-paulo/governo-de-sp-instala-app-em-celulares-de-professores-sem-autorizacao>>. Acesso em: 07 set. 2023.

BIANCARELLI, Aureliano. Universidades federais plantam maconha com aval da Justiça para estudos inéditos no Brasil. Enquanto UFV, de Viçosa (MG), deu a largada para o primeiro programa brasileiro de melhoramento genético, UFRRJ, do Rio de Janeiro (RJ), pesquisa cultivo da cannabis. **Globo Rural**, Pesquisa e Tecnologia, 25 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://globorural.globo.com/Noticias/Pesquisa-e-Tecnologia/noticia/2020/11/universidades-federais-plantam-maconha-com-aval-da-justica-para-estudos-ineditos-no-brasil.html>>. Acesso em: 06 set. 2023.

BIANCHI, Alvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. *In.*: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e democratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. (Coleção pensar político).

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. “Criando esperança por meio da ação”: 10/9 – Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. **Biblioteca Virtual em Saúde**, Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/criando-esperanca-por-meio-da-acao-10-9-dia-mundial-de-prevencao-ao-suicidio-2/#:~:text=Entre%202010%20e%202019%2C%20ocorreram,todas%20as%20regi%C3%B5es%20do%20Brasil.>>. Acesso em: 04 set. 2023.

BIMBATI, Ana Paula. Bolsonaro engana ao dizer que escolheu ministros por critérios técnicos. **UOL**, UOL Confere, São Paulo, 06 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/09/06/bolsonaro-engana-escolha-ministros-criterio-tecnico.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BIRrane, Alison. Descubra se você é viciado em trabalho (e como isso pode afetar sua saúde). **BBC News Brasil**, BBC Capital, 03 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-37962403>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BIZARRIA, Deborah. Por que as pessoas caíram na propaganda enganosa da 123milhas? O que a empresa fazia era, na prática, uma espécie de pirâmide. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 25 de agosto de 2023. Disponível em: <>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BOAS, Alessandro Vilas. Som do Secreto Vol.2/ Som do Reino/ 02/ Ser Mudado/ Alessandro Vilas Boas Feat. André Aquino. **YouTube**, Som do Reino, 03 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nGQPfKvBGD4>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? *In.*: BOBBIO, Norberto [et. al.]. **O Marxismo e o Estado**. Tradução de Frederica L. Boccardo e René Levie. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de ciências sociais – v. 8).

BOCCHINI, Bruno. São Paulo vai usar IA para elaborar aulas digitais da rede pública. Governador disse que ferramenta não irá substituir professor. **Agência Brasil**, São Paulo, 17 de abril de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-04/sao-paulo-vai-usar-ia-para-elaborar-aulas-digitais-na-rede-publica>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BOITO, Armando. Teoria política da corrupção. **O comuneiro**, Revista Eletrônica, n. 21, set. 2015. Disponível em: <[https://www.ocomuneiro.com/nr21\\_06\\_ArmandoBoito.html](https://www.ocomuneiro.com/nr21_06_ArmandoBoito.html)>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BOITO JUNIOR, Armando. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**, n. 44, 2017. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo2017\\_10\\_01\\_17\\_43\\_21.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_43_21.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BOLDRINI, Ângela. Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar o Planalto. Em discurso, ele defendeu agenda liberal na economia e conservadora nos costumes. **Folha de São Paulo**, Política, Eleições 2018, Brasília, 07 de março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BOLLE, Monica Baumgarten de. Em nome do quê? A política econômica do governo Bolsonaro. *In*: VVAA. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOLSONARO, Carlos. Bolsonaro é recepcionado por aspirantes da AMAN (nov/2014). **YouTube**, 29 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

BOMFIM, Camila. Governo distribui livros na PRF com recomendação de leitura da Bíblia e gera incômodo em servidores. PRF trata assunto como 'assistência espiritual' e diz que não há queixas registradas na Ouvidoria do órgão. Para servidores, governo não deveria misturar religião e trabalho. **G1**, Política, Brasília, 28 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/26/governo-distribui-livros-na-prf-com-recomendacao-de-leitura-da-biblia-e-gera-incomodo-em-servidores.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BOMFIM, Mariana. Responsável pela crise, mercado foi obrigado a seguir regras mais rígidas. Após bagunçar a economia mundial e ser salvo pelos governos, o mercado financeiro aprendeu alguma lição? **UOL**, Economia, São Paulo, 15 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/15/crise-de-2008-10-anos-mercado-licao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BONINO, José Miguez. *Rostos do protestantismo latino-americano*. Tradução de Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOWLER, Kate. **Blessed**: a history of the American prosperity gospel. New York: Oxford University Press, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos – 20).

BRASIL. **Ato Institucional Nº 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1964. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-02-65.htm](https://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 4**, de 07 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de dezembro de 1966. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-04-66.htm](https://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 6.840-A**, de 2013. (Da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio). Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=A vulso+PL+6840/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=A vulso+PL+6840/2013)>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto N.º 10.004**, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Presidência da República. Brasília, DF, 05 de setembro de 2019. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto N.º 847**, de 11 de outubro de 1890 – Publicação Original. Promulga o Código Penal. Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Sala das sessões do Governo Provisório, 11 de outubro de 1890, 2º da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional N.º 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Congresso Nacional. Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL, Márcia. Família de menina morta pela PRF diz que 28 agentes estiveram no hospital no dia do crime. Informação consta do pedido de prisão dos 3 policiais rodoviários envolvidos na morte de Heloísa. PRF alegou que despachou viaturas em apoio aos agentes, 'caso houvesse uma manifestação popular e a possibilidade de agressão aos policiais envolvidos na ocorrência'. **G1**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/18/familia-de-menina-morta-pela-prf-diz-que-28-agentes-estiveram-no-hospital-no-dia-do-crime.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [s.d.]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei complementar N.º 150**, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos

Jurídicos. Brasília, DF, 01 de junho de 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 10.609**, de 20 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Congresso Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10609.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10609.htm)>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 16 de julho de 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.365**, de 29 de novembro de 2016. Altera a Lei Nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobrás o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. [s.l.], 29 de novembro de 2016. Disponível em: <[BRASIL. \*\*Lei Nº 13.415\*\*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União \[da\] República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 2017a. Seção 1, p. 1-3. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>>. Acesso em: 29 mar. 2024.](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13365&ano=2016&ato=a6cMza650dZpWT889#:~:text=ALTERA%20A%20LEI%20N%C2%BA%2012.351,REGIME%20DE%20PARTILHA%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O.>. Acesso em: 14 set. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei Nº 13.429**, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF, 31 de março de 2017. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 13 de julho de 2017. Disponível: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.341**, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 13 de junho de 1964. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4341.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 7.783**, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 28 de junho de 1989. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7783.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.663**, de 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 14 de junho de 1993. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1989\\_1994/L8663.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de setembro de 1969. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0869.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0869.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.429**, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 mar. 2017b. Seção 1, p. 1-2. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/lei-terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 de julho de 2017c. Seção 1, p. 1-7. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL PARALELO. O que é homeschooling e como funciona? 8 benefícios em relação às escolas. **Brasil Paralelo**, Entretenimento e Educação, 01 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-homeschooling>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRESCIANI, Eduardo. 'O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui', diz Bolsonaro a comandante do Exército. General Villas Boas causou polêmica ao publicar textos na véspera de julgamento sobre Lula no STF. **Globo**, Política, Brasília, 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/o-senhor-um-dos-responsaveis-por-eu-estar-aqui-diz-bolsonaro-comandante-do-exercito-23341238>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, a. 49, n. 1, jan-mar 1998. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1462/1/1998%20Vol.49%2cn.1%20Bresser%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 24.

BRODY, David. Exclusive: Donald Trump to Brody File: 'I believe in God. I am Christian.' **CBN News**, April 11, 2011. Disponível em: <<https://www1.cbn.com/thebrodyfile/archive/2011/04/11/exclusive-donald-trump-to-brody-file-i-believe-in-god>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRONOSKI, Bruna. Quase 800 indígenas foram assassinados durante governo Bolsonaro, aponta relatório. Documento do Conselho Indigenista Missionário quer Comissão da Verdade para investigar mortes e conflitos armados. **Agência Pública**, Reportagem, Poder socioambiental, 26 de julho de 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/07/quase-800-indigenas-foram-assassinados-durante-governo-bolsonaro-aponta-relatorio/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Ilson Kayser. São Paulo: Teológica, 2004.

BURRELL, David James. O conhecimento de Deus. *In.*: TORREY, R. A. (Ed.); FEINBERG, L.; WIERSBE, Warren W. **Os fundamentos**: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

CAETANO, Guilherme. 'Bolsonarismo é uma lepra': Abraham Weintraub ataca ex-chefe em meio a investigações sobre Mauro Cid. Ex-ministro rompeu com Bolsonaro em 2022 após o ex-presidente rechaçar apoiá-lo na disputa pelo governo de São Paulo. **O Globo**, Política, São Paulo, 18 de junho de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/bolsonarismo-e-uma-lepra-abraham-weintraub-ataca-ex-chefe-em-meio-a-investigacoes-sobre-mauro-cid.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CÂMARA. Jair Bolsonaro. Biografia. **Câmara dos Deputados**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CAMARGO, Isabela; HANNA, Wellington. Diretor-geral da PRF posta em rede social pedido de voto em Bolsonaro e depois apaga. G1 procurou assessoria de Silvinei Vasques. Também neste domingo, TSE mandou diretor-geral da PRF interromper 'imediatamente' operações sobre transporte público de eleitores. **G1**, Eleições, Brasília, 30 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/diretor-geral-da-prf-posta-em-rede-social-pedido-de-voto-em-bolsonaro-e-depois-apaga.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2023.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, setembro/novembro 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13458/15276/16432> >. Acesso em: 26 mai. 2023.

CANIATO, Bruno. 'Superstars' evangélicos: os influenciadores que mobilizam milhões na web. Artistas, youtubers e tiktokers conquistam fiéis e dão rosto ao fenômeno da onda evangélica no Brasil. **Veja**, 25 de julho de 2023. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/superstars-evangelicos-os-influenciadores-que-mobilizam-milhoes-na-web>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CANTANHÊDE, Eliane. Declaração de Villas Bôas expressa posição do alto comando do Exército. Villas Bôas afirmou que a instituição compartilha o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade. **Estadão**, Política, 03 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/declaracao-de-villas-boas-expressa-posicao-do-alto-comando-do-exercito/>>. Acesso em: 18 set. 2023.

CAPELO, Rodrigo. Quem é o consumidor evangélico? GEO Eventos, que irá lançar em 2013 a Feira Internacional Cristã, tenta entender o comportamento do religioso para gerar oportunidades de negócio. **Época negócios**, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2012/11/quem-e-o-consumidor-evangelico.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CARAM, Bernardo. 'Este governo há de ser um governo reformista', diz Temer. Em pronunciamento no Planalto, presidente disse que quer concluir 2017 com 5 reformas aprovadas; além da previdenciária, fiscal e trabalhista, ele quer aprovar as reformas tributária e política. **G1**, Política, Brasília, 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-que-reforma-trabalhista-tera-facil-tramitacao-no-congresso.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CARDIM, Maria Eduarda. Especialistas em educação afirmam que há leis contra filmagens em salas. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou, nesta segunda-feira (29/4) que gravar os mestres é um direito dos alunos. **Correio Brasiliense**, Política, 30 de abril de 2019. Disponível em: <[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/30/interna\\_politica,752276/especialistas-em-educacao-afirmam-que-ha-leis-contras-filmagens-em-sala.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/30/interna_politica,752276/especialistas-em-educacao-afirmam-que-ha-leis-contras-filmagens-em-sala.shtml)>. Acesso em: 06 set. 2023.

CARNEIRO, Lucianne; ROSAS, Rafael. IBGE: Tempo de deslocamento ao trabalho no país é de 4,8h por semana, mas chega a 7,8h em SP. "As capitais são os locais com maior tempo gasto nesses trajetos de casa para o trabalho e de volta", afirma Máira Bonna Lenzi, analista da Pesquisa Nacional de Saúde do instituto. **Valor Econômico**, Brasil, Rio de Janeiro, 07 de maio de 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/07/ibge-tempo-de-deslocamento-ao-trabalho-no-pais-e-de-48h-por-semana-mas-chega-a-78h-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CARO, Isaac; FIDIAKOWA, Evguenia. Los fundamentalismos religiosos: etapas y contextos de surgimiento. **Fermentum**, Revista Venezolana de sociología y Antropología, v. 10, n. 29, sep.-dic., 2000. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/705/70511228008.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CARRANZA, Brenda. O Brasil, fundamentalista? **Encontros Teológicos**, n. 52, a. 24, 2009. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/327/314>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro fez população pagar por aposentadoria de pastores, acusa presidente do Sindifisco. Segundo Isac, o benefício fiscal dado aos líderes evangélicos foi formalizado pelo Executivo, sem passar pelo Congresso; caso está no TCU. **Carta Capital**, Carta Expressa, 14 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-fez-populacao-pagar-por-aposentadoria-de-pastores-acusa-presidente-do-sindifisco/>>. Acesso: 23 mai. 2024.

CARTA CAPITAL. Malafaia diz que conversa diariamente com Bolsonaro: 'Sobre pandemia, cloroquina e azitromicina'. 'Se for convocado [pela CPI da Covid], vou lá e digo as conversas que eu tenho com o presidente', afirmou o pastor. **Carta Capital**, Carta Expressa, 20 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/malafaia-diz-que-conversa-diariamente-com-bolsonaro-sobre-pandemia-cloroquina-e-azitromicina/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CARTA CAPITAL. Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou "Ponte para o Futuro". **YouTube**, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=wPphw\\_VUquM&t=17s](https://www.youtube.com/watch?v=wPphw_VUquM&t=17s)>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARTA CAPITAL. Temer volta a defender que Bolsonaro é continuidade de seu governo. O ex-presidente assumiu que votou em Bolsonaro, mas discorda de bandeiras do sucessor. **Carta Capital**, Política, 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-volta-a-defender-que-bolsonaro-e-continuidade-de-seu-governo/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, Número Especial, p. 267-280, nov. 2016. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5978>>. Acesso em: 23 out. 2023.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3864>>. Acesso em: 23 out. 2023.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; Zientarski, Clarice; Rech, Hildemar Luiz. Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro. **Educação**, v. 45, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/36739>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CARVALHO, Daniel. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. Após críticas de diversos setores, como líderes políticos e ministros do Supremo, presidente negou ser a favor do AI-5.

**Folha de São Paulo**, Política, Brasília, 20 de abril de 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>>. Acesso em: 16 set. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Carol. Missão enriquecer: Ex-presidente da Assembleia de Deus de Sergipe comprou mansão, imóveis e carros de luxo – e foi denunciado por ter usado dinheiro dos fiéis. Ex-tesoureiro da igreja apontou Virgínio de Carvalho como responsável por se apropriar das doações feitas à Missão Reviver. Em 10 anos, o patrimônio do pastor engordou 5.800%. **Intercept Brasil**, 06 de julho de 2023.

Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2023/07/06/ex-presidente-da-assembleia-de-deus-de-sergipe-comprou-mansao-imoveis-e-carros-de-luxo-e-foi-denunciado-por-ter-usado-dinheiro-dos-fieis/>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CASTRO, Fernando; NUNES, Samuel; NETTO, Vladimir. Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça Ligação foi feita às 13h32 desta quarta-feira (16). Em outra conversa, Lula diz que não iria para o governo para se proteger. **G1**, Paraná RPC, 16 de março de 2016. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Nascente, 1985.

CAXTON, Nicholas James. The Niagara Creed: Its History, Theology, and Relevance. **Faculty of the Seminary & Graduate School of Religion**, Greenville, October 2019. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/38983304/The\\_Niagara\\_Creed\\_Its\\_History\\_Theology\\_and\\_Relevance](https://www.academia.edu/38983304/The_Niagara_Creed_Its_History_Theology_and_Relevance)>. Acesso em: 09 mai. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. d. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CÉSAR, Daniel. Bolsonaro ficou furioso com Guedes após Lula baixar preço do gás. Ex-presidente quis saber por que seu ministro não fez a mesma coisa. **Último Segundo**, Colunas, Daniel César, 19 de maio de 2023. Disponível em:

<<https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/daniel-cesar/2023-05-19/bolsonaro-furioso-guedes-lula-gas.html>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CHAGAS, Eduardo. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011.

CHAGAS, Eduardo. O pensamento de Marx sobre a subjetividade.

**Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago., 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/trans/a/qhWBvjmF5DjWmyMZvc3pzGN/?format=pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CHASIN, José. Posfácio: Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. *In*: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. *In*: BORON, Atilio. **Filosofia Política Contemporânea**: controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Abril, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Chaui.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CHAVES, Eduardo. **O Fundamentalismo na Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos**. 02 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://chaves.space/2021/12/02/o-fundamentalismo-na-igreja-presbiteriana-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CHEVITARESE, André Leonardo; CAVALCANTI, Juliana; DUSILEK, Sérgio; MARIA, Tayná Louise de Maria (Orgs). **Fundamentalismo religioso cristão**: Olhares transdisciplinares. Rio de Janeiro: Klíne, 2021.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CLARKSON, Frederick. The rise of Dominionism: Remaking America as a Christian Nation. **Political Research Associates**, December 5, 2005. Disponível em: <<https://politicalresearch.org/2005/12/05/the-rise-of-dominionismremaking-america-as-a-christian-nation>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CLINE, Austin. Biography: Jarry Falwell. **Agnosticism/Atheism**, Glossary, Jarry Falwell, [s.d.]. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20030104032958/http://atheism.about.com/library/glossary/western/bldef\\_falwelljerry.htm](https://web.archive.org/web/20030104032958/http://atheism.about.com/library/glossary/western/bldef_falwelljerry.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

COELHO, Allan da Silva; SUNG, Jung Mo. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20384>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

COLEMAN, John A. Fundamentalismo global. Perspectivas sociológicas. *In*: KÜNG, Hans; MOLTSMANN, Jürgen (Dir.). **Fundamentalismo**: um desafio ecumênico. Petrópolis: Vozes; Concilium, 1992. (Concilium – 241).

COLEMAN, Simon. **The globalization of Charismatic Christianity**: Spreading the Gospel of Prosperity. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COMUNICAÇÃO. Millenium explica a diferença entre liberal, neoliberal e libertário. **Instituto Millenium**, 17 de julho de 2020. Disponível em: <<https://institutomillenium.org.br/millenium-explica-a-diferenca-entre-liberal-neoliberal-e-libertario/>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CONJUR. Villas Bôas revela em livro como o Alto Comando do Exército ameaçou o STF. **Consultor Jurídico**, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-fev-12/villas-boas-revela-alto-comando-exercito-ameacou-stf>>. Acesso em: 18 set. 2023.

CONSEJO de seguridad. Resolución 1542 (2004) Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004. **Naciones Unidas**. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/520532?v=pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Pacote anunciado pelo governo deve liberar R\$ 1,2 trilhão aos bancos. Medidas têm o objetivo de evitar falta de recursos e facilitar concessão de crédito. Volume é quase 10 vezes maior do que o movimentado na crise de 2008. Presidente do BC diz que não há risco de quebra de instituições. **Correio Braziliense**, Economia, 24 de março de 2020. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas\\_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml)>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COSTA, Mariana. 'Imbrochável, imbrochável, imbrochável', grita Bolsonaro no 7 de Setembro. Ao lado de Michelle, presidente Jair Bolsonaro discursou para apoiadores após participar de desfile militar em comemoração ao bicentenário da Independência. **Estado de Minas**, Política, 07 de setembro de 2022. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/07/interna\\_politica,1391900/imb-rochavel-imb-rochavel-imb-rochavel-grita-bolsonaro-no-7-de-setembro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/07/interna_politica,1391900/imb-rochavel-imb-rochavel-imb-rochavel-grita-bolsonaro-no-7-de-setembro.shtml)>. Acesso em: 28 out. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 117-126. Disponível em: <>. Acesso em: 07 jan. 2023.

COUTO, Marlen; ARBEX, Thais. Bolsonaro teve 40 compromissos oficiais com evangélicos só em 2019. **Extra**, 16 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-teve-40-compromissos-oficiais-com-evangelicos-so-em-2019-24251823.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CREED. The Niagara Creed. **Theology Central**, nov. 19, 2020. Disponível em: <<https://www.theologycentral.net/blog/the-niagara-creed/>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

CRUZ, Maurício Stunitz. Público e privado: o surgimento e a evolução dos conceitos. **Bate Byte**, Paraná, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.batebyte.pr.gov.br/Pagina/PUBLICO-E-PRIVADO-O-SURGIMENTO-E-EVOLUCAO-DOS-CONCEITOS#:~:text=Chega%2Dse%20ent%C3%A3o%20aos%20nossos,as%20rel>>

a%C3%A7%C3%B5es%20pol%C3%ADticas%20da%20sociedade.>. Acesso em: 04 set. 2023.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!** – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CUNHA, Carlos Alberto Motta. Fundamentalismo à brasileira: perfil e enfoque do Protestantismo de Missão no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, set.-dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/23696>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CUNHA, Chistina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ Instituto de Estudos da Religião, 2017. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2017/03/27/religiao-e-politica-medos-sociais-extremismo-religioso-e-eleicoes-2014>>. Acesso em: 24 out. 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão golpe**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Mysterium, 2007. (Temas Teológicos Contemporâneos).

CUNHA, Magali do Nascimento. A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica: o discurso do mundo “gospel”. **Caminhando**, v. 7, n. 2[10], 2002. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/1465>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: tendências e desafios para a ação. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020. Disponível em: <<https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CUNHA, Magali. **MyNews explica**: evangélicos na política brasileira. São Paulo: Edições 70, 2022. Disponível em: <<https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Pelo governo de Deus”: a inserção de novos movimentos fundamentalistas estadunidense na arena política no Brasil durante o Governo Trump. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 23, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/download/8670270/29465/127658>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CUNHA, Magali do Nascimento. Sobre não generalizar evangélicos. Eles dizem pertencer ao mesmo segmento religioso cristão, mas têm perspectivas de fé relacionadas a visões e práticas tão distintas! **Carta Capital**, Diálogos da Fé, 03 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sobre-nao-generalizar-evangelicos/>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

CUNNINGHAM, Lore. Transcript of Interview of Loren Cunningham on Original 7 Mountains Vision. **Archive Today**, november 19, 2007. Disponível em: <<https://archive.is/e9zT6#selection-355.1-355.74>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

DA REDAÇÃO. No Provoca, Itamar Vieira Junior explica o que é o “Brasil Profundo” Termo é muito usado em pesquisas e o autor destrincha seu significado durante entrevista a Marcelo Tas. Entrevista com Itamar Vieira Júnior. **Cultura**, Entretenimento, 25 de outubro de 2022. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2022/10/25/5160\\_no-provoca-itamar-vieira-junior-explica-o-que-e-o-brasil-profundo.html](https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2022/10/25/5160_no-provoca-itamar-vieira-junior-explica-o-que-e-o-brasil-profundo.html)>. Acesso em: 09 abr. 2024.

DABNEY, R. L. Sobre a educação secular. *In.*: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org). **A desgraça do ateísmo na educação**. tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto e Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo, 2019.

D'ÁVILA-LEVY, Claudia Masini; CUNHA, Luiz Antônio (Orgs). **Embates em torno do estado laico**. São Paulo: SBPC, 2018.

DAYTON, Donald W. **Raíces teológicas del pentecostalismo**. Tradución de Elsa R. de Powell. Michigan: Libros Desafío, 2012.

DEFESA. Nota Oficial do Ministro de Estado da Defesa e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. **Ministério da Defesa**, 14 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/nota-oficial-do-ministro-de-estado-da-defesa-e-dos-comandantes-da-marinha-do-exercito-e-da-aeronautica>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DELGADO, Malu. Afinal, o que é o “Centrão”? **Goethe-Institut**, Política brasileira, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.goethe.de/prj/hum/pt/dos/ctr/24737158.html>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Biblioteca da educação).

DESIDÉRIO, Mariana. “Corrupção na Odebrecht é a mais organizada da história do capitalismo”. Para Transparência Internacional, esquema da Odebrecht não tem paralelo no mundo. Em entrevista, diretor diz que criminosos deveriam ser banidos da empresa. **Exame**, Negócios, 21 de setembro de 2018. Acesso em: <<https://exame.com/negocios/corruptcao-na-odebrecht-foi-a-mais-organizada-da-historia-do-capitalismo/>>. Disponível em: 28 ago. 2023.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. Tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

DE UNIVERSA. Em vídeo, Edir Macedo diz que proibiu filhas de estudarem antes de casar. **Universa UOL**, Direitos da Mulher, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/24/edir-macedo-diz-que-so-deixou-filhas-fazerem-faculdade-apos-casamento.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 25 jul. 2024

DEZAN, Matheus Lopes. Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro com criptomoedas: estado da arte. **Consultor Jurídico**, 01 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-jan-01/publico-pragmatico-combate-corrupcao-lavagem-dinheiro-criptomoedas>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. **Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos econômicos**, Nota Técnica, n. 172, março de 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** – a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DIP, Andrea; VIANA, Natália. Os pastores de Trump chegam a Brasília Com financiamento do vice-presidente americano, Capitol Ministries, que tem o objetivo de “converter” políticos a uma visão evangélica da política, já abriu ministérios em seis países latinoamericanos desde 2017. **El País**, Brasil, Transnacionais da fé, 12 de agosto de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932\\_778084.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932_778084.html)>. Acesso em: 22 mai. 2024.

DUAYER, Mario. Antirrealismo e absolutas crenças relativas. **Verinotio**, n. 14, a. VIII, out., 2012. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/127/117>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DUAYER, Mario. **Marx**: o método da economia política como crítica ontológica. [s.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <[https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2019/11/marx\\_-o-mc3a9todo-da-economia-polc3adtica-como-crc3adtica-ontolc3b3gica-mc3a1rio-duayer.pdf](https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2019/11/marx_-o-mc3a9todo-da-economia-polc3adtica-como-crc3adtica-ontolc3b3gica-mc3a1rio-duayer.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2023.

DUNN, James D. G. **Unidade e diversidade no Novo Testamento**: um estudo das características dos primórdios do cristianismo. Tradução de José Roberto C. Cardoso. Santo André: Editora Academia Cristã, 2009.

DUNNING, Brian. As cinco manobras da negação da ciência. **Questão de Ciência**, Artigo, 19 de setembro de 2019. Disponível em:

<<https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2019/09/19/cinco-manobras-da-negacao-da-ciencia>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Las metáforas teológicas de Marx**. Navarra: Editora Verbo Divino, 1993. Disponível em: <[https://enriquedussel.com/txt/Textos\\_Libros/46.Metaforas\\_teologicas\\_de\\_Marx.pdf](https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/46.Metaforas_teologicas_de_Marx.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2023.

DUTRA, Daniele. Hospital nega internação a funcionária que teve AVC no local, dizem colegas. **UOL**, Saúde, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/08/24/funcionaria-hospital-internacao-negada-estado-grave.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DWECK, Esther. A agenda neoliberal em marcha forçada. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos – 85).

EICHRODT, Walther. **O homem no Antigo Testamento**. Tradução de Jalmar Bowden. São Paulo: Associação Acadêmica João Wesley, 1965.

ELIADE, Mircea. Mitos de la creación y de los orígenes. *In*: ELIADE, Mircea. **Historia de las creencias y de las ideas religiosas IV: las religiones en sus textos**. Lo tradujo al castellano J. Valiente Malla. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1980.

ELIADE, Mircea; COUTILIANO, Ioan P. Cristianismo. *In*: ELIADE, Mircea; COUTILIANO, Ioan P. **Dicionário das religiões**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

EMOCIONANTE I. Veja o que Michelle Bolsonaro falou na Lagoinha. Portal do Trono. **YouTube**, 07 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-gbJvTIK04>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

EMPRESA ligada a secretário de Educação firmou três novos contratos com o governo Tarcísio. OUTRO LADO: Estado diz que licitações são de outras áreas, e Multilaser, da qual Renato Feder foi CEO, afirma não haver impedimentos legais. **Folha de São Paulo**, Educação, São Paulo, 11 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/empresa-ligada-a-secretario-de-educacao-firmou-tres-novos-contratos-com-o-governo-tarcisio.shtml>>. Acesso em: 07 set. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010a. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Apêndice. Sobre a história do cristianismo primitivo. *In*: ENGELS, Friedrich. **Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2024. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. *In*: ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução**: as guerras camponesas na Alemanha e revolução e contra-revolução na Alemanha. Tradução de Eduardo L. Nogueira e Conceição Jardim. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. Vol. 1. (Assim lutam os povos).

ENGELS, Friedrich. Discurso diante da sepultura de Marx. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976. Vol. 2.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude**. Tradução de Nélio Schneider, Ronaldo Vielmi Forte e José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. Introdução à guerra civil na França, de Karl Marx, 1891. *In*: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. **Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2024. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975. Vol. 1.

ENGELS, Friedrich. **Nova gazeta renana**: órgão da democracia. Tradução, introdução e notas de Livia Cotrim. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ENGELS, Friedrich. Prefácio, 1845. *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Prefácio, 1878. *In*: ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015a. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Prefácio, 1885. *In*: ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015b. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Prefácio, 1892. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975. Vol. 1

ENGELS, Friedrich. Prefácio, 1885. *In*: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012a. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. Princípios do comunismo. *In*: ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude**. Tradução de Nélio Schneider, Ronaldo Vielmi Forte e José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975. Vol. 1.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

ENGUIA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. (Educação, teoria e crítica).

ENLOW, Johnny. **A profecia das sete montanhas**. Tradução de Angela Turin. São José dos Campos: Editora Shofar, 2009.

ERDMAN, Charles. The church and socialism. *In*: TORREY, R. A.; DIXON, A. C. **The fundamentals: a testimony to the truth**. Michigan: Baker Book House, 1988. (Vol. IV).

ESTADÃO CONTEÚDO. Bolsonaro sobre STF: temos 2 ministros, 20% daquilo que gostaríamos. Com o ex-ministro da Justiça e o ministro Kassio Nunes Marques, Bolsonaro já conseguiu emplacar dois magistrados na cúpula do Judiciário. **Estado de Minas**, Política, Supremo, 02 de dezembro de 2021. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/12/02/interna\\_politica,1327940/bolsonaro-sobre-stf-temos-2-ministros-20-daquilo-que-gostaríamos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/12/02/interna_politica,1327940/bolsonaro-sobre-stf-temos-2-ministros-20-daquilo-que-gostaríamos.shtml)>. Acesso em: 16 set. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Enel mais que dobra lucro líquido em 2023, para 3,44 bilhões de euros. Já o lucro líquido em termos ajustados – ou “rendimento ordinário líquido” – aumentou quase 21% para 6,51 bilhões de euros. **InfoMoney**, Mercados, 21 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/enel-mais-que-dobra-lucro-liquido-em-2023-para-344-bilhoes-de-euros/>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. Ministro da Educação diz que filmar professores em aula é direito dos alunos. Bolsonaro compartilhou no Twitter, na manhã de domingo, um vídeo com a legenda 'professor tem que ensinar e não doutrinar'. **Estado de Minas**, Política, 28 de abril de 2019. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/28/interna\\_politica,1049668/ministro-educacao-diz-que-filmar-professores-aula-e-direito-dos-alunos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/28/interna_politica,1049668/ministro-educacao-diz-que-filmar-professores-aula-e-direito-dos-alunos.shtml)>. Acesso em: 06 set. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Ministro da Educação diz que universidades federais plantam maconha. Abraham Weintraub afirmou a jornal que há no campus "laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas" porque a polícia não pode entrar no local. **Exame**, 23 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha/>>. Acesso em: 06 set. 2023.

ESTEVAM, Paloma. Mindset de crescimento nas equipes educacionais: você sabe como desenvolvê-lo? Confira agora 4 dicas! **Rubeus**, 08 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://rubeus.com.br/blog/mindset-de-crescimento-em-equipes-educacionais/>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ESTUDOS BÍBLICOS EVANGÉLICOS. Pastora Angela Valadão falando sobre a História do Brasil (mar/2016). **YouTube**, 24 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LpbiXMv1Xh0&t=1s>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

EVANGELISTA, Ana Paula. Suicídio é maior entre trabalhadores agropecuários, revela estudo. **Fio Cruz**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/suicidio-e-maior-entre-trabalhadores-agropecuarios-revela-estudo#:~:text=No%20m%C3%AAs%20dedicado%2C%20mundialmente%2C%20C3%A0,os%20postos%20de%20trabalho%20ocupados.>>. Acesso em: 04/09/23.

FALCÃO SILVA, Maria Luiza. Plano Real e âncora cambial. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 3 (87), pp. 387-407, julho-setembro/2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/PbxtzNVZvNwcVcRVfdJqkj/?format=pdf>>. Acesso em: 21 out. 2023.

FERNEDA, Gabriel; BERNARDES, Vinícius. SP abre mão de verba para material didático e usará só livro digital a partir do 6º ano. Em nota, a Secretaria de Educação afirmou que "permanece ativa no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para a distribuição de livros literários". **CNN Brasil**, São Paulo, 01 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sp-abre-mao-de-verba-para-material-didatico-e-usara-so-livro-digital-a-partir-do-6o-ano/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuda no modelo econômico. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia desenterrada**: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. França anuncia proibição do uso de vestimenta muçulmana em escolas públicas. Ministro da Educação diz que alunos não poderão usar abaya, traje comum em países de maioria árabe. **Folha de São Paulo**, União Europeia, São Paulo, 28 de agosto de 2023. Acesso em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/franca-anuncia-proibicao-do-uso-de-vestimenta-muculmana-em-escolas-publicas.shtml#:~:text=O%20governo%20da%20Fran%C3%A7a%20ir%C3%A1,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20franc%C3%AAs%2C%20Gabriel%20Attal>>. Disponível em: 28 ago. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. 'In Fux we trust', diz Moro a Deltan em mensagem sobre ministro do STF. Ex-magistrado e procurador comemoraram aproximação de juiz do Supremo com a Lava Jato, segundo site. **Folha de São Paulo**, Política, São Paulo, 12 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/in-fux-we-trust-diz-moro-a-deltan-em-mensagem-sobre-ministro-do-stf.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Pastores se destacam entre líderes que orbitam governo de Bolsonaro. Católico, presidente tem como conselheiros Malafaia e Feliciano e se aproximou de outros evangélicos. **Folha de São Paulo**, Governo Bolsonaro, Rio de Janeiro, 29 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/pastores-se-destacam-entre-lideres-que-orbitam-governo-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FOLHAPRESS. 'Brasil acima de tudo': conheça a origem do slogan de Bolsonaro. Brado de paraquedistas do Exército brasileiro surgido no final da década de 1960 inspirou o presidencial. Grupo era chamado de Centelha Nativista. **Gazeta do Povo**, Política, República, Eleições 2018, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FRAME, John. Escolas cristãs. *In.*: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org). **A desgraça do ateísmo na educação**. tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto e Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Sabrina. Se não facilitarmos a vida de quem produz não vai ter emprego, diz Bolsonaro. 'Temos que tirar o Estado de cima desses caras'. Cumprimentou o Congresso pela reforma. Defendeu acabar com a "ideologia de gênero". **Poder 360**, 11 de julho de 2019 [05 de agosto de 2019]. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/se-nao-facilitarmos-a-vida-de-quem-produz-nao-vai-ter-emprego-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Introdução: Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In.*: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Org.). **Brasil em transe**: Bolsonarismo,

Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. (Coleção pensar político).

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1993. Doi: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.69813>. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/69813>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Com colaboração de Rose D. Friedman. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas).

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola Sem Partido”: imposição da mordaza aos educadores. **E-Mosaicos**, Revista multidisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e cultura, UERJ, v. 5, n. 9, junho de 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/download/24722/17673>>. Acesso em: 14 jan. 24.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Biblioteca da educação, série I, escola; v. 11/).

FULDA, Hans Friedrich. Tese para a dialética como método de exposição (no “Capital” de Marx). **Crítica Marxista**, n. 45, 2017. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/documento2018\\_06\\_29\\_20\\_36\\_57.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2018_06_29_20_36_57.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

G1. 76% apoiam intervenção no Rio, mas 71% não percebem melhora na segurança, diz Datafolha. O levantamento foi feito em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram ouvidas 1.012 pessoas de quarta (20) a sexta-feira (22). **G1**, Rio de Janeiro, 25 de março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/maioria-continua-apoiando-intervencao-no-rio-mas-nao-percebe-melhora-na-seguranca-diz-pesquisa-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

G1. Deputada estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores. Secretaria de Educação assegura 'liberdade de ensino' e diz que uso de celulares é proibido em escolas públicas e privadas do estado. **G1**, Santa Catarina NSC TV, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2023.

G1. Em reunião ministerial, Bolsonaro diz: ‘Eu não vou esperar foder a minha família toda’; assista. Imagens foram divulgadas nesta sexta-feira (22) pelo ministro do STF Celso de Mello. Declaração foi feita durante reunião do dia 22 de abril, cujo vídeo

está sendo usado pelo ex-ministro Sergio Moro para provar que a interferência do presidente da República na Polícia Federal. **G1**, Política, 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

G1. 'Eu sou do Centrão', diz Bolsonaro ao ser questionado sobre Ciro Nogueira na Casa Civil. Atualmente sem partido, presidente já foi filiado ao PP, sigla presidida pelo senador Ciro Nogueira e que integra Centrão. **G1**, Brasília, Política, 22 de julho de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/22/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-sobre-ciro-nogueira-na-casa-civil.ghtml>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

G1. Genivaldo Santos morreu em virtude de asfixia mecânica provocada por componente químico, diz IML de Sergipe. Homem morreu por asfixia e insuficiência respiratória durante abordagem de policiais rodoviários federais. Vídeos mostram que agentes usaram spray de pimenta e gás lacrimogêneo dentro de porta-malas de viatura com a vítima dentro. **G1**, Sergipe, 02 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/09/02/caso-genivaldo-laudo-da-policia-criminalistica-diz-que-ele-morreu-em-virtude-de-asfixia-mecanica-provocada-por-componente-quimico.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2023.

G1. Governo Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha. Rejeição à gestão do emedebista recuou para 62% no fim do governo, apontou o instituto. Levantamento ouviu 2.077 pessoas em 130 municípios entre os dias 18 e 19 de dezembro. **G1**, Política, Brasília, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2023.

G1. Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista. Dilma fez pronunciamento a jornalista após decisão de senadores. **G1**, Política, São Paulo, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html#:~:text=Me%20emocionei%20com%20o%20sofrimento,hist%C3%B3ria%20ser%C3%A1%20implac%C3%A1vel%20com%20eles.>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

G1. Jair Bolsonaro toma posse nesta terça-feira em Brasília como 38º presidente da República. Eleito pelo PSL com mais de 57 milhões de votos, capitão reformado do Exército será o sucessor de Michel Temer. Cerimônia de posse iniciará às 14h45, com desfile até o Congresso. **G1**, Política, Brasília, 31 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/31/jair-bolsonaro-toma-posse-nesta-terca-feira-em-brasilia-como-38o-presidente-da-republica.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

G1. Leia a íntegra do discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU. Presidente falou na ONU 20 anos após primeira participação na Assembleia Geral, em 2003. Lula voltou a usar frase 'O Brasil voltou', que tem dito em fóruns internacionais, e cobrou reforma de instituições. **G1**, Política, 19 de setembro de 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/19/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2023.

G1. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Declarações ocorreram em reunião do dia 22 de abril, cujas imagens foram divulgadas nesta sexta (22) pelo ministro do STF Celso de Mello. **G1**, Política, 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

G1. The Send acontece neste sábado em 3 estádios: veja tudo o que você precisa saber. Evento tem show, pregações e promete 'avivamento' para milhares de pessoas. **G1**, Pop & Art, 08 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/02/08/the-send-acomtece-neste-sabado-no-morumbi-veja-tudo-o-que-voce-precisa-saber.ghtml>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

GABATZ, Celso. A importância do dinheiro nas práticas religiosas das denominações neopentecostais: uma análise a partir da Teologia da Prosperidade. **Revista Ciências Da Religião - História e Sociedade**, 10(2). Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/5054>>. Acesso em: 01 de mai. 2024.

GABINETE DO MINISTRO. **Portaria N. 983, de 26 de agosto de 2016**. Dispõe sobre a criação e as atribuições do Grupo de Trabalho de Serviços Relacionados à Educação – GTSRE. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/wp-content/uploads/2016/09/portaria-983-2016-tisa.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GABINETE DO MINISTRO. **Portaria normativa N. 20, de 13 de outubro de 2016**. Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES, integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa N. 10, de 6 de maio de 2016. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-020-2016-10-13.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GABLER, Johann Philipp. On the proper distinction between Biblical and Dogmatic Theology and the specific objectives of each. J. P. Gabler and the Distinction between Biblical and Dogmatic Theology: Translation, Commentary, and Discussion of His Originality. **Scottish Journal of Theology**, 33 (1980). Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/scottish-journal-of-theology/article/j-p-gabler-and-the-distinction-between-biblical-and-dogmatic-theology-translation-commentary-and-discussion-of-his-originality/62558FB288578ABF54F023E270CC07C9>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GAMBOA, Sílvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In*: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Biblioteca da educação, série I, escola; v. 11/).

GASPAR, Malu. 'Por minha Pátria eu morro. E também mato e faço coisas que não vou listar aqui', escreveu alvo da PF. **O Globo**, Malu Gaspar, 29 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/09/se-minha-patria-estiver-precisando-providenciarei-para-que-o-agressor-seja-neutralizado-disse-general-alvo-da-pf.ghtml>>. Acesso em: 04 out. 2023.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos – 317).

GERMER, Claus. O método materialista e dialético de Marx e Engels. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/42063>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GIANNOTTI, José Arthur. Considerações sobre o método. *In*: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

GIELOW, Igor. 'Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis', diz Villas Boas. Para o comandante do Exército, o presidente eleito é mais político do que militar. **Folha de São Paulo**, Política, Governo Bolsonaro, São Paulo, 11 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2023.

GIELOW, Igor. Líder dos caminhoneiros é Bolsonaro, diz ex-ministro que enfrentou greve de 2018. Sindicalismo em rede surgiu no movimento traumático de maio daquele ano, avalia Jungmann. **Folha de São Paulo**, Economia, 09 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/lider-dos-caminhoneiros-e-bolsonaro-diz-ex-ministro-que-enfrentou-greve-de-2018.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓIS, Bruno; CAPPELLI, Paulo. Com aval de Bolsonaro, Congresso permite perdão de R\$ 1,4 bi em dívidas de igrejas. Deputados e senadores derrubaram veto que havia sido recomendado pela equipe econômica. **O Globo**, Política, Brasília, 17 de março de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/com-aval-de-bolsonaro-congresso-permite-perdao-de-14-bi-em-dividas-de-igrejas-24929369>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

GOLDSTEIN, Dana. Progressives, Meet Goldwater. A new documentary gives a history lesson on American ideology. **Internet Archive**, September 21, 2006.

Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20080918032826/http://www.campusprogress.org/sounddivision/1176/progressives-meet-goldwater?type=printer>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? *In.*: SINGER, André [et. al]. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta vermelha).

GOMES, Karina. “É o momento de a igreja ocupar a nação”, diz Damares Alves. À DW, ministra defende que igrejas podem ajudar a “transformar o Brasil”. “Ideologia de gênero” manipulou movimento gay, e combater gravidez precoce apenas com abstinência poderia levá-la a “cadeia ou hospício”, diz. **Deutsche Welle**, Política, Genebra, 28 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

GONDIN, Ricardo. **O evangelho da nova era**: Uma análise e refutação bíblica da chamada Teologia da Prosperidade. 2. ed. São Paulo: Abba Press, 1993.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**: da Reforma Protestante ao século 20. Tradução de Paulo Arantes, Vanuza H. F. de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. (Volume 3).

GOSSETT, Don. **Há poder em suas palavras**: suas palavras estão carregadas de dinamite. Tradução de Yolanda Krievin. São Paulo: Vida, 1991.

GOUVÊA, Ricardo Quadros. **Piedade pervertida**: um manifesto anti-fundamentalista em nome de uma teologia de transformação. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

GOUVÊA, Ricardo Quadros. Prefácio – a miséria do fundamentalismo. *In.*: MARTINS, Ivan Carlos Costa. **Fundamentalismo religioso e política**: perspectivas escatológicas a partir de uma teologia crítica. São Paulo: Editora Recriar, 2022.

GOVERNO FEDERAL. Dúvidas sobre o Prouni. **Portal único de acesso ao ensino superior**. Ministério da Educação: [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GOVERNO. **PNLD**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Vol. 3).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: temas da cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio

Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Vol. 4).

GRANADO, Luís Felipe. CEO pede que desemprego cresça para que empresas controlem empregados. Segundo Tim Gurner, CEO do Gurner Group, funcionários se tornaram arrogantes desde a pandemia de Covid-19. **IG**, Economia, 14 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2023-09-14/ceo-desemprego-controlar-funcionarios.html>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GRANJEA, Julianna; DANTAS, Tiago. Jovens da Igreja Universal marcham e se dizem ‘prontos para a batalha’ em culto. Chamado de “Gladiadores do Altar”, projeto tem o objetivo de formar novos pastores e causa polêmica na internet. **O Globo**, Brasil, Religião, 03 de março de 2015 [08 de janeiro de 2020]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/religiao/jovens-da-igreja-universal-marcham-se-dizem-prontos-para-batalha-em-culto-15490716>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GREENWALD, Glenn; NEVES, Rafael; ‘VAZAMENTO SELETIVO ... &#128584’. Dallagnol mentiu: Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações. **Intercept Brasil**, As mensagens secretas da Lava Jato Parte 27, 29 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil: revisão das despesas públicas. Volume I: Síntese. Novembro de 2017. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GUIMARÃES, André Augusto. Ontologia e crítica: o método em Marx. **Econômica**, v. 1, n. II, dezembro de 1999. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/259616693\\_Ontologia\\_e\\_critica\\_o\\_metodo\\_em\\_Marx\\_V1\\_N2\\_Andre](https://www.researchgate.net/publication/259616693_Ontologia_e_critica_o_metodo_em_Marx_V1_N2_Andre)>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, Arthur; SOARES, Paulo Renato; MARTINS, Marco Antônio. Temer é chefe de organização criminoso há 40 anos, diz Lava Jato no RJ. Ex-presidente foi preso na manhã desta quinta-feira (21). A prisão teve como base a delação de José Antunes Sobrinho, dono da Engevix, que disse ter pago R\$ 1 milhão em propina. **G1**, Rio de Janeiro, 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/21/temer-e-chefe-de-organizacao-criminosa-ha-40-anos-diz-lava-jato-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2023.

GUIOTTO, Gustavo Carreires. Homeschooling: 10 razões para a educação domiciliar. Quando os pais se encorajam a retirar seus filhos da escola para a prática do homeschooling, eles encontram um grande tesouro: o crescimento humano dos filhos e por consequência o fortalecimento da estrutura familiar como um todo. **Jusbrasil**, 2018. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/homeschooling-10-razoes-para-a-educacao-domiciliar/576186906>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HAILER, Marcelo. 16 escândalos de corrupção do governo Bolsonaro. Apesar do discurso de que sua gestão está imune a atos ilegais, o governo federal acumula uma série de escândalos que envolvem propinas e favorecimento em licitações.

**Revista Fórum**, Política, 23 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://revistaforum.com.br/politica/2022/6/23/16-escandalos-de-corrupcao-do-governo-bolsonaro-119158.html>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. 7ª edição. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Traducción de Juan Mari Madariaga. Quito: Editorial IAEN, 2014. (Prácticas constituyentes – 4).

HARVEY, David. Exceso de acumulación, devaluación y "primer corte" a la teoría de las crisis. *In.*: HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Traducción de Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. las crisis en la economía espacial del capitalismo. Dialéctica del imperialismo. *In.*: HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Traducción de Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna**: biografia e desenvolvimento de sua obra, volume 1: 1818-1841. Tradução de Claudio Cardinali. São Paulo: Boitempo, 2018.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. **Roteiro**, v. 45, jan.-dez., 2020. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2177-60592020000100203&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-60592020000100203&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião**: abordagens clássicas. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2009. (Coleção sujeitos e sociedades).

HOVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da "nova direita" brasileira. *In.*: DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HOLANDA, Marianna. 'Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja', diz Damares Alves. Em palestra de 2013, futura ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também disse que 'ninguém nasce gay'. **Estadão**, Política, 06 de

dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves/>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

HOLE, Günter. Fundamentalismo, dogmatismo, fanatismo. Perspectivas psicológicas. *In.*: KÜNG, Hans; MOLTSMANN, Jürgen (Dir.). **Fundamentalismo**: um desafio ecumênico. Petrópolis: Vozes; Concilium, 1992. (Concilium – 241).

HOMESCHOOL. Homeschooling: os benefícios da Educação Domiciliar.

**Homeschool Advento**, [s.d.]. Disponível em:

<<https://homeschooladventista.com.br/os-beneficios-da-educacao-domiciliar/>>.

Acesso em: 04 jun. 2024.

HOORNAERT, Eduardo (et. al). O padroado português. *In.*: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. Discurso evangélicos e discurso colonialista. *In.*: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. **História do cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

HÜLSMANN, Jörg Guido. *40 anos depois*: o duradouro legado de Mises. **Instituto Mises**, Economia, Artigos, 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/1709/40-anos-depois-o-duradouro-legado-de-mises#:~:text=Como%20era%20de%20se%20esperar,sendo%20concedido%20pela%20quinta%20vez.>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

IACOMINI, Franco. **Evangélicos no Brasil**: como uma minoria invisível se transformou num agente de transformação social e política. [s.l.]: Gazeta do Povo, 2020. Disponível em: <<https://assinaturas.gazetadopovo.com.br/ebook-evangelicos-no-brasil/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ICE, Thomas D. What is Dominion Theology? **Article Archives**, Liberty University, 74, may 2009. Disponível em: <[https://digitalcommons.liberty.edu/pretrib\\_arch/74/](https://digitalcommons.liberty.edu/pretrib_arch/74/)>. Acesso em: 23 mai. 2024.

ICL ECONOMIA. Augusto Aras emite parecer favorável à ação de Lula que questiona perda de poder de voto da União na Eletrobras. Procurador-geral da República, Augusto Aras, concorda parcialmente com o governo que manteve 43% das ações ordinárias da companhia, considerando o controle direto e outras formas de participação, mas teve o poder de voto da União reduzido a menos de 10% do capital votante após a lei. **ICL Economia**, 17 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://icleconomia.com.br/parecer-favoravel-voto-da-uniao-eletobras/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013-2023). **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 8, 2023. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21155>>. Acesso em: 05 abril. 2024.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. Em desespero, Temer não esconde o toma lá dá cá para se manter no poder. **Brasil de Fato**, Colunistas, 05 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/05/em-desespero-temer-nao-esconde-o-toma-la-da-ca-para-se-manter-no-poder>>. Acesso em: 14 set. 2023.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe? – para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta vermelha).

JORNALISTAS LIVRES. Veja as mais loucas fake news que os bolsonaristas acreditam. De Lady Gaga primeira-ministra do tribunal de Haia até general Benjamin Arrola; veja as melhores fake news bolsonaristas. **Jornalistas livres**, 08 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/veja-as-mais-loucas-fakenews-que-os-bolsonaristas-acreditam/>>. Acesso em: 22 set. 2023.

KAWAGUTI, Luis. Como os militares reagiram às declarações de comandante do Exército. **UOL**, Política, Rio de Janeiro, 04 de abril de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/04/04/como-os-militares-reagiram-as-declaracoes-de-comandante-do-exercito.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 set. 2023.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da Reforma do Ensino Médio brasileiro: Lei Nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/WzZ7F8ztWTshJbyS9gFdddn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

KONDER, Leandro. É possível fazer o socialismo com fé em Deus? *In.*: KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Orgs). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. (REMIR trabalho).

LABRE, Pollyana; PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. Desmilitarizar as políticas educacionais. Escola não é quartel. Nenhuma escola para crianças ou adolescentes deveria emular o quartel seja ele militar, policial ou de bombeiros. A educação dos militares deve ser objeto de ensino superior ou especializações, e direcionada para aqueles que terão as armas enquanto profissão. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 31 de março de 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/escola-nao-e-quartel/#:~:text=da%20seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica,-,Nenhuma%20escola%20para%20crian%C3%A7as%20ou%20adolescentes%20dev>>

eria%20emular%20o%20quartel,ter%C3%A3o%20as%20armas%20enquanto%20pr ofiss%C3%A3o.>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LACÉ, Andréia Mello; SANTOS, Catarina de Almeida; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, set./dez., 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96856>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAGO, Luís Aranha Correia do. “Milagre Econômico brasileiro” (Verbetes). **Fundação Getúlio Vargas**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

LANDIM, Raquel. “Era nítido que a questão era com o Lula”, diz delator da Lava Jato em filme. Entrevista de Alexandrino Alencar foi concedida para o documentário “Amigo Secreto”, da diretora Maria Augusta Ramos, que estreia dia 16 de junho. **CNN Brasil**, 14 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/era-nitido-que-a-questao-era-com-o-lula-diz-delator-da-lava-jato-em-filme/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LARA, Lorena; CATUCCI, Anaísa; BORBA, Bibiana. 135 anos da Lei Áurea: Brasil resgatou 1.201 trabalhadores em condições análogas às de escravo em 2023. Trabalhadores em casos de escravidão contemporânea são submetidos a condições degradantes e supostas dívidas com empregadores. **G1**, Trabalho e Carreira, 13 de maio de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/05/13/135-anos-da-lei-aurea-brasil-resgatou-1201-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravo-em-2023.ghtml>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LASMAR, Mônia Medeiros. **A influência da religião na política brasileira**: da colonização indígena pelos jesuítas à banca evangélica no Congresso Nacional. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

LASSANCE, Antonio. **O Plano Marshall**: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão).

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. **Análise preliminar do Future-se**. ADUFCG, Rio de Janeiro, 22 de julho de 2019. Disponível em: <<https://adufcg.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Sobre-o-FUTURE-SE-notas-prelim-rleher-22-07PDF.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

LEIRNER, Piero C. Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado. **Antropolítica**, Niterói, n. 53, set.-dez., 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/49832>>. Acesso em: 05 abri. 24.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LEMINSKI, Paulo. **Jesus**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. (Encanto radical – 49).

LENIN, Vladimir Ilich. El socialismo y la religión. *In*: ASSMANN, Hugo; MATE, Reyes. **Sobre la religión II**. Edición preparada por Hugo Assman e Reyes Mate. Salamanca: Ediciones Síguime, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgy4GVPJ5rNYZQfWYBPPb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 24.

LINHARES, Jorge. **Bênção e maldição**: as palavras têm um poder muito maior do que você imagina. 47. ed. Belo Horizonte: Editora Getsêmani, 2009.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. **Veja**, Brasil, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LÖWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxBBBcNqHyKkckfW6Qn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In.*: SINGER, André [et. al]. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta vermelha).

LÖWY, Michel. Marx e Engels como sociólogos da religião. Traduzido por Frank Roy Cintra Ferreira. **Lua Nova**, n. 43, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/jbvKLfL5B7zBHY3tPmQRqxB/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

LÖWY, Michel. Marxismos e cristianismos: nota crítica sobre diversas publicações acerca da relação entre marxismo e cristianismo. **A terra é redonda**, Colunistas, 17 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/marxismos-e-cristianismos/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

LUCENA, Eleonora de. 'Ricos nutrem ódio ao PT e a Dilma', afirma ex-ministro. Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira. **Folha de São Paulo**, Poder, São Paulo, 01 de março de 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2023.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos).

LUND, E.; NELSON, P. C. **Hermenêutica**: regras de interpretação das Sagradas Escrituras. Traduzido por Etuvino Adiers. São Paulo: Vida, 1998.

LUPION, Bruno. "Igrejas evangélicas são 'welfare state' informal". Em entrevista à DW Brasil, antropólogo Juliano Spyer aponta que elite brasileira tem uma visão "estereotipada e muito arrogante" sobre a realidade dos evangélicos, que podem superar número de católicos no país em 2032. Entrevista com Juliano Spyer. **DW Brasil**, Sociedade, Brasil, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/igrejas-evang%C3%A9licas-s%C3%A3o-estado-de-bem-estar-social-informal/a-55208669>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **O socialismo e as igrejas**: o comunismo dos primeiros cristãos. São Paulo: Iskra, 2015.

LYS, D. Ungir ou unção. *In.*: ALLMEN, Jean-Jacques von (Dir.). **Vocabulário bíblico**. Tradução de Alfonso Zimmermann. São Paulo: ASTE, 2001. p. 589-590.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias**: deuses ou demônios? 15. ed. Rio de Janeiro, Universal, 2005.

MACHADO, Maria das Dores; MARIZ, Cecília L.; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristão. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, v. 23, 2021. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/357640588\\_Articulacoes\\_politico-religiosas\\_entre\\_Brasil-USA\\_direita\\_e\\_sionismo\\_cristaos](https://www.researchgate.net/publication/357640588_Articulacoes_politico-religiosas_entre_Brasil-USA_direita_e_sionismo_cristaos)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MACHADO, Uirá. Bolsonarismo representa forma de entender o mundo, é estruturante, diz socióloga. Nas pesquisas de Esther Solano, Michelle e Tarcísio aparecem como potenciais sucessores do ex-presidente. Entrevista com Esther Solano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Política, 03 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bolsonarismo-representa-forma-de-entender-o-mundo-e-estruturante-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MACIEL, Alice. Emissários evangélicos de Trump atuaram para mudar embaixada brasileira em Israel. Ex-senador e pastor Magno Malta (PL) confirma que demanda de evangélicos por mudança de embaixada no Brasil veio depois de ação de Donald Trump “Vou dizer por que Bolsonaro não tem outra opção e ele vai mudar a embaixada do Brasil em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém. O primeiro [...]. **Sul 21**, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticiapolitica/2019/08/emissarios-evangelicos-de-trump-atuaram-para-mudar-embaixada-brasileira-em-israel/>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

MAÍRA, Cynara. Michelle Bolsonaro diz em evento que papel da mulher é ser “mãe, esposa e ajudadora”. Veja fala da primeira-dama de Jair Bolsonaro em evento no Palácio do Planalto com apoiadores do candidato à presidência. **JC**, Blog de Jamildo, 06 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/10/15094528-michele-bolsonaro-diz-em-evento-que-papel-da-mulher-e-ser-mae-esposa-e-ajudadora.html>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MALAFAIA, Silas. Entrevista exclusiva com Jair Bolsonaro – parte 1. **YouTube**, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2lju58SlN\\_E&t=594s](https://www.youtube.com/watch?v=2lju58SlN_E&t=594s)>. Acesso: 16 abr. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2017.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos – 150).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 44, março 1966. Disponível em:

<<https://scholar.google.com.br/citations?user=UoWfPd0AAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

MARINATTO, Luã; MARZULLO, Luísa. PGR de Aras se alinhou a Bolsonaro e filhos em 95% das manifestações no STF. Levantamento do GLOBO analisou as peças processuais de 184 ações apresentadas ao Supremo contra o ex-presidente ou seus herdeiros. **O Globo**, Política, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/pgr-de-aras-se-alinhou-a-bolsonaro-e-filhos-em-95percent-das-manifestacoes-no-stf.ghhtml>>. Acesso em: 16 set. 2023.

MARINI, Luisa. Em 27 anos de câmara, Bolsonaro prioriza militares e ignora saúde e educação. **UOL**, Congresso em foco, 07 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/na-camara-bolsonaro-prioriza-militares-e-ignora-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MARIUTTI, Eduardo Barros. O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. Texto para Discussão. **Instituto de Economia**, Unicamp, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MARTELLO, Alexandre. Renúncia fiscal soma R\$ 400 bi em 2017 e supera gastos com saúde e educação. Classificadas pelo Fisco como 'perda de arrecadação', renúncias tributárias foram concedidas pelos governos nas últimas décadas a fim de estimular setores da economia ou regiões. **G1**, Economia, Brasília, 03 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/renuncia-fiscal-soma-r-400-bi-em-2017-e-supera-gastos-com-saude-e-educacao.ghhtml>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MARTÍNEZ, María Elena; SEOANE, Viviana Isabel. Disputas por el derecho a la educación y la educación pública en América Latina. Políticas, instituciones y sujetos en la gubernamentalidad neoliberal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, ANPAE, v. 36, n. 1, jan./abr., 2020. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/126202>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos – 57).

MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. Segundo o Diap, aumentou o número de parlamentares ligados a segmentos. **Agência Brasil**, Política, Brasília, 09 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. Consenso e conjuntura no Brasil do presente: notas de uma ideologia da educação como mercadoria. *In*: ZIENTARSKI, Clarice et al (Org.). **Política educacional no Brasil**: contextos e práticas 2. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2021.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. **Fundamentalismo religioso e política**: perspectivas escatológicas a partir de uma teologia crítica. São Paulo: Editora Recriar, 2022.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. **Terceirização do trabalho no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro**: a questão educacional em tela. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 201. 2019.

MARTINS, Ivan Carlos Costa; ROCHA, Antônia Rozimar Machado e. “Haja paz sobre Israel”: religiosidade evangélica e sionismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 20, n. 42, p. 343-362, 2024. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/12575>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/>>. Acesso em: 28/07/23.

MARTY, Martin E. Fundamentalism. *In.*: LACOSTE, Jean-Yves. **Encyclopedia of Christian Theology**. New York: Routledge, 2005. Vol. 1.

MARTY, Martin E. O que é fundamentalismo? Perspectivas teológicas. *In.*: KÜNG, Hans; MOLTMANN, Jürgen (Dir.). **Fundamentalismo**: um desafio ecumênico. Petrópolis: Vozes; Concilium, 1992. (Concilium – 241).

MARX, Karl. [Cartas]. Destinatário: Friedrich Engels. 14 de enero de 1858. *In.*: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. **Cartas sobre “El Capital”**. Edición de Anolan Águila. Habana: Editora Política, 1983. p. 85-86.

MARX, Karl. [Cartas]. Destinatário: Ludwig Kugelmann. 06 de marzo de 1868. *In.*: MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. **Cartas sobre “El Capital”**. Edición de Anolan Águila. Habana: Editora Política, 1983. p. 200-201.

MARX, Karl. [Cartas]. Destinatário: Pável V. Ánnenkov. 28 de dezembro de 1846. *In.*: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. *In*: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. Introdução. *In*: MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011d. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Carlos. Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional. *In*: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Obras escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1973. (Tomo II).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**: órgão da democracia. Tradução, introdução e notas de Livia Cotrim. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011c. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. Tradução e seleção de textos de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista. Tradução e seleção de textos de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017c. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017d. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: manuscrito de 1861-1863: cadernos I a IV. Tradução de Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b. (Economia política e sociedade, vol. 1).

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição, 1873. *In*: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Prefácio da primeira edição, 1867. *In*: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Prefácio [à 2ª edição de 1869]. *In*: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011c. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Prefácio, 1859. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. Prólogo, 1847. *In*: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Salário, preço e lucro: observações preliminares. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, [s.d.]. Vol. 3.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, [s.d.]. Vol. 3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martonaro. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**: a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre la religión**. Edición preparada por Hugo Assman e Reyes Mate. Salamanca: Ediciones Síguime, 1974.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÁXIMO, Wellton; GANDRA, Alana. Petrobras pagará R\$ 87,8 bi em dividendos do segundo trimestre. Tesouro receberá R\$ 32,1 bi, elevando a R\$ 39 bi total recebido no ano. **Agência Brasil**, Economia, Brasília/ Rio de Janeiro, 28 de julho de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-07/petrobras-pagara-r-878-bi-em-dividendos-do-segundo-trimestre>>. Acesso em: 14 set. 2023.

MAZIEIRO, Guilherme; ARAÚJO, Carla. Evangélicos querem chefe do MEC com "princípios" da campanha de Bolsonaro. **UOL**, Política, Brasília, 09 de julho de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/09/evangelicos-querem-chefe-do-mec-com-principios-da-campanha-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 set. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCINTIRE, C. T. Fundamentalism. *In.*: ELWELL, Walter A. (Ed.). **Evangelical Dictionary of Theology**. Michigan: Baker Book House, 1984.

MCINTIRE, C. T. The Fundamentals. *In.*: ELWELL, Walter A. (Ed.). **Evangelical Dictionary of Theology**. Michigan: Baker Book House, 1984.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. A agenda do mercado e a educação no Governo Temer. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 1, ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MELO, Demian. A direita grana as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *In.*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, João Ozório de. Leis que proíbem a adoção da xaria pelos tribunais dos EUA proliferam. **Consultor Jurídico**, 01 de janeiro de 2018. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2018-jan-01/leis-proibem-adocao-xaria-tribunais-eua-proliferam#:~:text=Entre%20os%20pa%C3%ADses%20que%20adotam,%2C%20Indon%C3%A9sia%2C%20Mal%C3%A1sia%20e%20Nig%C3%A9ria.>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MEMORIAL da Democracia. Grande Irmão dos EUA ajuda golpistas. Operação Brother Sam lançou frota naval dos EUA em direção ao Brasil. **Memorial da Democracia**, [s.d.]. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/grande-irmao-dos-eua-ajuda-golpistas#card-9>>. Acesso em: 21 out. 2023.

MEMORIAL da Democracia. Marcha reage 'com Deus' contra Jango. De rosários nas mãos, setores da classe média protestam contra 'perigo comunista'. **Memorial da Democracia**, [s.d.]. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango#card-3>>. Acesso em: 21 out. 2023.

MEMORIAL da Democracia. SNI: nasce o monstro da espionagem. Serviço controla a vida de cidadãos brasileiros dentro e fora do país. **Memorial da Democracia**, [s.d.]. Disponível em: <[http://memorialdademocracia.com.br/card/sni-nasce-monstro-da-espionagem#:~:text=O%20SNI%20se%20tornou%20o,Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20\(Sisni\).](http://memorialdademocracia.com.br/card/sni-nasce-monstro-da-espionagem#:~:text=O%20SNI%20se%20tornou%20o,Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20(Sisni).)>. Acesso em: 21 out. 2023.

MENDES, Lucas. Aras diz que enfrentou corporativismo ao rebater fala de que destruiu Lava Jato. Procurador-Geral da República afirma que institucionalizou e despersonalizou o Ministério Público. **CNN Brasil**, Brasília, 07 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/aras-diz-que-enfrentou-corporativismo-ao-rebater-fala-de-que-destruiu-lava-jato/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. *In.*: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola; Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, 1990a.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 67, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13455>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantes, pentecostais & ecumênicos**: o campo religioso e seus personagens. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Vocação ao fundamentalismo: introdução ao espírito do protestantismo de missão no Brasil. *In.*: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola; Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, 1990b.

MERELES, Carla. Entenda as manifestações “Fora Temer!”. **Politize**, 20 de setembro de 2016 [27 de junho de 2023]. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/manifestacoes-fora-temer-entenda/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, setembro/dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339954301004>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo et. al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Magda Lopes e Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011b. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **Para além do leviatã**: crítica do Estado. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.

MEZ, Kristin Kobes Du. **Jesus e John Wayne**: como o Evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos. Tradução de Elissamai Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022.

MICHELLE Bolsonaro discursa durante ato na Avenida Paulista. SBT News. **YouTube**, 25 de fevereiro de 2024a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lYyH-9skd0w>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MICHELLE Bolsonaro discursa no Rio: “Precisamos de gente de bem”. O Tempo. **YouTube**, 21 de abril de 2024b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L2yDVzP0lu8>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILAN, Betty. Entrevista com Elisabeth Roudinesco. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 19, n. 3, 388-402, set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/pMRz8QncKHRq7f5YW6mzB7R/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio**. MEC: Estúdio Labirin.to, 2017. Disponível em: <<https://anec.org.br/wp->

content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Síndrome de Burnout. **Ministério da Saúde**. [s.l.] [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrom,e,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho.>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. O número se refere ao primeiro semestre de 2021. O total de denúncias registrado pelo Disque 100 no período foi de 50,1 mil. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, 14 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contracrianças-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

MISES, Ludwing von. **A mentalidade anticapitalista**. Tradução de Carlos dos Santos Abreu. 4. ed. São Paulo: LVM, 2018.

MISES, Ludwing von. **As seis lições**. Traduzido por Maria Luiza Borges. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwing von Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwing von. **Liberalismo**. Traduzido por Haydn Coutinho Pimenta. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwing von Mises Brasil, 2010.

MÕES, Malu. “Vamos ficar ainda muito tempo no poder”, diz Damares sobre evangélicos. Ministra participou do Simpósio Cidadania Cristã junto a Bolsonaro e outros ministros. **Poder 360**, 05 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/vamos-ficar-ainda-muito-tempo-no-poder-diz-damares-sobre-evangelicos/>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MORENO, Felipe. Entidade calcula os custos da crise de 2008: US\$ 14 trilhões. Um dos danos mais visíveis custos é a alta taxa de desemprego nos EUA, que permanece em níveis elevados até hoje. **InfoMoney**, Mercados, Economia, 10 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/entidade-calcula-os-custos-da-crise-de-2008-us-14-trilhoes/>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, abr.-jun., 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MOURA, Bruno de Freitas. Dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza. Desigualdade de gênero impede desenvolvimento. **Agência Brasil**, Economia, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/dupla-jornada-para-mulheres-leva-ciclo-de-pobreza>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. Elas usam em média 21,3 horas semanais, enquanto os homens, 11,7. **Agência Brasil**, Geral, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023b. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. (Série princípios).

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Novas perspectivas – 23).

MUDDE, Cas. **A extrema-direita hoje**. Tradução de João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MÜLLER-FAHRENHOLZ, Geiko. O que é fundamentalismo, hoje? Perspectivas psiquiátricas. *In.*: KÜNG, Hans; MOLTMANN, Jürgen (Dir.). **Fundamentalismo**: um desafio ecumênico. Petrópolis: Vozes; Concilium, 1992. (Concilium – 241).

MÜLLER, Marcos Lutz. **Exposição e método dialético em “O Capital”**. [s.n.] [s.l.], 2015. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a30-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. **Tempo Social**, USP, v. 17, n. 1, jul. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/JQqQ8L5krmg7GHnj4pgdgdgdf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MOYSÉS, Adriana. ‘Eleitor típico de Bolsonaro é homem branco, de classe média e superior completo’. Pesquisadora está lançando o livro ‘O ódio como política’, fruto de seus estudos com movimentos neofascistas e eleitores do presidenciável do PSL. **Carta Capital**, Política, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/eleitor-tipico-de-bolsonaro-e-homem-branco-de-classe-media-e-superior-completo/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NABUCO, Joaquim. **Obras completas de Joaquim Nabuco I**: minha formação. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NAKAGAWA, Fernando. Enel SP cortou 36% dos empregados desde 2019. Universo de clientes atendidos pela elétrica italiana cresceu 7% na região metropolitana; empresa nega que tenha reação às emergências menos eficiente que

no passado. **CNN Brasil**, 05 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/enel-sp-cortou-36-dos-empregados-desde-2019/>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

NASSIF, Tamara. Número de bilionários no mundo bate recorde e chega a 2.781, com Bernard Arnault no topo; veja ranking global. Super-ricos tem fortuna somada de US\$ 14,2 trilhões, segundo ranking da revista Forbes. **Folha de São Paulo**, Economia, São Paulo, 02 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/numero-de-bilionarios-no-mundo-bate-recorde-e-chega-a-2781-com-bernard-arnault-no-topo-veja-ranking-global.shtml#:~:text=S%C3%A3o%202.781%20no%20mundo%20todo,desde%20%20recorde%20de%202021.>>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NAVES, Márcio Bilharinho. Prefácio. *In*: ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Lívia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

NEGRI, Fernanda De; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Nota Técnica, n. 123, novembro de 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12605?mode=full>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

NEGRI, Marcelo (Coord.). Mapa da riqueza no Brasil. **FGV Social**, Centro de políticas sociais, fevereiro de 2023. Disponível em: <[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/MapaDaRiquezaIRPF\\_Curta\\_FGV\\_Social\\_Neri.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/MapaDaRiquezaIRPF_Curta_FGV_Social_Neri.pdf)>. Disponível em: 08 fev. 2024.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

NEVES, Rosa Maria Corrêa; BORBA, Siomara. Reflexões sobre metodologia marxiana: estudos a partir de algumas contribuições de crítica marxista. **VIII Colóquio Internacional Marx e Engels**, Marxismo e ciências humanas, Campinas, 2015. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19452>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da igreja crista**. 10. ed. Tradução e adaptação de J. Maurício Wanderley. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1997.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NIEBUHR, H. Richard. **As origens sociais das denominações cristãs**. Tradução de Antonio Gouvêa Mendonça. São Paulo: Ciências da Religião; ASTE, 1992.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Leitura bíblica fundamentalista no Brasil: pressupostos e desenvolvimentos. **Caminhando**, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Caminhando/article/view/1466>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

NORTH, Gary. The Intellectual Schizophrenia of the New Christian Right. *In*: JORDAN, James B. The Failure of the American Baptist Culture. **Christianity and Civilization**. N° 1, Spring 1982. Geneva Divinity School.

NOVAES, João; MACHADO, Rodolfo. Losurdo: produção das emoções é novo estágio do controle da classe dominante. Para filósofo marxista italiano, com a televisão e as novas mídias, a burguesia não tem somente o monopólio das ideias. Entrevista com Domenico Losurdo. **Opera Mundi**, Política e Economia, São Paulo, 04 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/losurdo-producao-das-emocoes-e-novo-estagio-do-controle-da-classe-dominante/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Victor. França proíbe vestimenta islâmica em escolas. **Diário do Centro do Mundo**, Essencial, 28 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/franca-proibe-vestimenta-islamica-em-escolas/>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

O DIA. Bolsonaro diz 'I love you' para Trump, que desdenha: 'Bom te ver de novo'. **Isto É**, O Dia, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O GLOBO. Escolas de luxo: matrícula mais cara do Brasil custa até 21 salários mínimos; veja as maiores mensalidades. Levantamento da Forbes apontou as 27 instituições mais caras do país; 17 delas ficam em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/epoca/noticia/2023/11/28/escolas-de-luxo-matricula-mais-cara-do-brasil-custa-ate-21-salarios-minimos-veja-as-maiores-mensalidades.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

O GLOBO. 'Propina em Bíblia' e lobby de pastores: entenda o esquema investigado pela PF. Ex-ministro Milton Ribeiro e pastores que tinham acesso livre ao MEC foram presos nesta quarta-feira. **O Globo**, Política, Brasília, 22 de junho de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/propina-em-biblia-e-lobby-de-pastores-entenda-o-esquema-investigado-pela-pf.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2023.

OLIVEIRA, Caroline; MOTORYN, Paulo. Operação da PF investiga fraude na intervenção federal no RJ em 2018; Brasil de Fato havia revelado caso em 2021. Apesar de não ser alvo da operação, um dos investigados é o general Walter Braga Netto, então interventor federal no RJ. **Brasil de Fato**, Política, São Paulo, 12 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/12/operacao-da-pf-investiga-fraude-na>>

intervencao-federal-no-rj-em-2018-brasil-de-fato-havia-revelado-caso-em-2021>. Acesso em: 27 mar. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Joana. Plano econômico de Paulo Guedes, guru de Bolsonaro, depende de uma ‘bala de prata’ para funcionar. Propostas de privatizações e reformas “radicais” na Previdência e no sistema tributário demandam a arte de negociar com 30 partidos que estão representados no Congresso. **El País**, Brasil, Eleições Brasil 2018, São Paulo, 09 de outubro de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720\\_526769.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html)>. Acesso em: 14 set. 2023.

OLIVEIRA, José Carlos. Presidente sanciona sem vetos projeto que destina royalties do petróleo para educação e saúde. **Agência Câmara de Notícias**, Educação, Cultura e Esportes, 09 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/414175-presidente-sanciona-sem-vetos-projeto-que-destina-royalties-do-petroleo-para-educacao-e-saude/>>. Acesso em: 23 out. 2022.

OLIVEIRA, Mariana. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. Ministro também manteve investigações sobre Lula com o juiz Sérgio Moro. Ex-presidente ainda pode recorrer da decisão ao plenário do Supremo. **G1**, Política, TV Globo, Brasília, 18 de março de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, Mariana. Temer sanciona reajuste de até 41,4% para Judiciário e de 12% para MPU. STF informou que aumento será feito de forma escalonada, em 8 parcelas. Segundo a Casa Civil, lei que reajusta salários foi assinada sem vetos. **G1**, Política, Brasília, 20 de julho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/temer-assina-reajuste-de-ate-41-para-servidores-do-judiciario-diz-stf.html>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

OLIVEIRA, Rebeca. Folha erra ao dizer que bolsonaristas pediam socorro a extraterrestres. Não é possível dizer, a partir de post, que bolsonaristas com celular na cabeça pediam ajuda a luzes no céu. **Folha de São Paulo**, #hashtag, Eleições, 30 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2022/11/em-porto-alegre-patriotas-com-celulares-na-cabeca-pedem-socorro-a-luzes-que-surgiram-no-ceu.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2023.

OPPENHEIMER, Mark. ‘Christian Economics’ Meets the Antiunion Movement. **New York Times**, Beliefs, April 29, 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/04/30/us/30beliefs.html>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. **Research Gate**, 29 de setembro de

2019. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/336147850\\_A\\_economia\\_brasileira\\_no\\_governo\\_Temer\\_e\\_Bolsonaro\\_uma\\_avaliacao\\_preliminar](https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar)>. Acesso em: 27 mar. 2024.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações.

**Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, mai.-ago. 2011, p. 221-237. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9646/6746>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ORO, Ari Pedro. “Podem passar a sacolinha”: um estudo sobre as representações do dinheiro no Pentecostalismo Autônomo brasileiro atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 53 (210), 1993. Disponível em:

<<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/2773>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

ORO, Ivo Pedro. **O outro é o demônio**: uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996. (Temas da atualidade).

ORR, James. Ciência e fé cristã. *In.*: TORREY, R. A. (Ed.); FEINBERG, L.; WIERSBE, Warren W. **Os fundamentos**: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto (Coord.). Pesquisa de opinião. Manifestação “em defesa do Estado democrático de direito” São Paulo, 25 de fevereiro 2024. **Monitor do Debate Político no Meio Digital**, 25 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.monitordigital.org/2024/02/26/manifestacao-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito-sao-paulo-25-de-fevereiro-2024/>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

OUÇA TRECHOS dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado 'Folha' divulgou conversa gravada de ministro e ex-dirigente da Transpetro. No diálogo, em março, Jucá teria sugerido 'pacto' para barrar Lava Jato. **G1**, Política, Brasília, 23 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

OVERTON, William. Memorandum Opinion. *In.* McLean v. Arkansas Bd. of Ed., 529 F. Supp. 1255 (E.D. Ark. 1982). **U.S. District Court for the Eastern District of Arkansas** - 529 F. Supp. 1255 (E.D. Ark. 1982). January 5, 1982. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/529/1255/2354824/>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

OYAMA, Thaís; BONIN, Robson. Exército foi sondado para decretar estado de defesa, diz general. Segundo o general Eduardo Villas Bôas, políticos de esquerda fizeram a consulta nos dias que antecederam o impeachment de Dilma Rouseff. **Veja**, Brasil, Política, 21 de abril de 2017 [24 de abril de 2017]. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/exercito-foi-sondado-para-decretar-estado-de-defesa-diz-general>>. Acesso em: 18 set. 2023.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentido do método. **Argumentos**, Fortaleza, n. 21, a. 11, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43871>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PAJOLLA, Murilo. Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon. Com devastação recorde em 2022, floresta perdeu o equivalente aos estados de Alagoas e Sergipe nos últimos quatro anos. **Brasil de Fato**, Lábrea, 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon#:~:text=80%25%20das%20%C3%A1reas%20desmatadas%20no,para%20%20outro%3A%2011%25.>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PALHARES, Isabela. App do governo de SP é instalado sem autorização em celulares de professores e alunos. OUTRO LADO: Programa da Secretaria de Educação foi instalado por erro, diz gestão Tarcísio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/app-do-governo-de-sp-e-instalado-sem-autorizacao-em-celulares-de-professores-e-alunos.shtml#:~:text=Quando%20Feder%20era%20secret%C3%A1rio%20de,plataforma%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado.>>. Acesso em: 07 set. 2023.

PALS, Daniel L. **Nove teorias da religião**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2019. (Coleção antropologia).

PANASIEWICZ, Roberlei. **Fundamentalismo religioso**: história e presença no cristianismo. [s.l.; s.d]. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/ENSINO\\_RELIGIOSO/artigos/8fundamentalismo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINO_RELIGIOSO/artigos/8fundamentalismo.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PANASIEWICZ, Roberlei. Olhar hermético ou hermenêutico: fundamentalismo religioso, origens e desafios. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 29, 2008. Disponível em: <<https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Roberlei%20Panasiewicz.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PAPE, Dionísio. **Evangelização**: um estilo de vida. São Paulo: ABU Editora, 1994.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. Metodologia da pesquisa em educação: analítica e dialética. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118142011.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PATRIARCA, Paola; RODRIGUES, Rodrigo. Governo de SP não adere a livros didáticos do MEC para 2024 e diz que usará material próprio e 100% digital a partir do 6º ano. Secretaria de Educação diz que decisão se deu porque a rede estadual “possui material didático próprio alinhado ao currículo do Estado e usado nas 5,3 mil

escolas”. Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais diz que medida é extrema; primeira vez que o estado de São Paulo fica fora do PNLD. **G1**, São Paulo, 01 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/01/governo-de-sp-nao-adere-livros-didaticos-do-mec-para-2024-e-diz-que-usara-material-proprio-e-100percent-digital-a-partir-do-6oano.ghtml>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

PAULA, Carolina de; JÚNIOR, João Feres; JÚNIOR, Walfrido Jorge Warde; VALIM, Rafael. **Bolsonarismo no Brasil**: pesquisa qualitativa nacional. Junho de 2021. IREE; Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública. Disponível em: <<https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

PAULA, Robson Wander. A Teologia da Prosperidade e sua relação com o consumismo: uma análise a partir do contexto brasileiro. **Revista Pax Domini**, v. 1, jul./dez., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fbnovas.edu.br/index.php/paxdomini/article/view/22>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, nº 3 (144), julho-setembro, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/58LMxGpNSp9jjK4C4dvhFcM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PAULANI, Leda Maria. A dependência redobrada. Estaríamos finalmente deixando para trás a situação de dependência e submissão que secularmente nos caracteriza? E como combinar essa interpretação auspiciosa com os claros sinais de desindustrialização, de recusa do investimento em decolar, de retrocesso para uma posição periférica de país produtor de commodities? **Le Monde Diplomatique Brasil**, Economia, 03 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-dependencia-redobrada/>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, n. 10, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4554>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. *In.*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?** – Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAULUZE, Thaiza. Material didático do ensino fundamental da rede estadual de SP tem erros de ortografia: ‘Ingraterra’. Falha foi identificada por alunos e professores no material de história. Livros são formulados pela própria Secretaria Estadual da Educação. Governo lamenta e diz que apostilas estão sendo corrigidas. **G1**, São Paulo, 24 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/24/material-didatico-do-ensino-fundamental-da-rede-estadual-de-sp-tem-erros-de-ortografia-e-palavras-cruzadas-que-nao-completam.ghtml>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as doutrinas da Bíblia**. Tradução de Lawrence Olson. Belo Horizonte: Editora Vida, 1987.

PEDUZZI, Pedro. Assembleia Legislativa do PR aprova terceirização da gestão de escolas. Votação ocorreu em meio a protestos de estudantes. **Agência Brasil**, Política, Brasília, 04 de junho de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-06/assembleia-legislativa-do-pr-aprova-terceirizacao-da-gestao-de-escolas>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PEIXOTO, Roberto; PUTINI, Júlia; FRAGA, Lorena. Alertas de desmatamento batem recorde no Cerrado; na Amazônia, área é a menor em 4 anos. Segundo dados do Deter, o Cerrado teve 6.359 km<sup>2</sup> de área desmatada, a maior para o bioma desde o início da sua série histórica em 2017. Área representa quase o mesmo tamanho de Macapá. **G1**, Meio Ambiente, São Paulo e Brasília, 03 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/03/alertas-de-desmatamento-batem-recorde-no-cerrado-na-amazonia-taxa-e-a-menor-em-4-anos.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018).

PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do Bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, jan.-abr., 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

PETROBRÁS. Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina. **Petrobrás**, Fatos e Dados, 14 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acesso em: 14 set. 2023.

PETROBRÁS. Novas fronteiras de exploração: Margem Equatorial. **Petrobrás**, [s.d.]. Disponível em: <[https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/novas-fronteiras/?gclid=CjwKCAjw3oqoBhAjEiwA\\_UaLtsa0EVYMr0CHrosFBZ0TT\\_poJUbfq4SV-TFklgluzR1x5\\_boJ\\_dtUhoCqIUQAvD\\_BwE](https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/novas-fronteiras/?gclid=CjwKCAjw3oqoBhAjEiwA_UaLtsa0EVYMr0CHrosFBZ0TT_poJUbfq4SV-TFklgluzR1x5_boJ_dtUhoCqIUQAvD_BwE)>. Acesso em: 14 set. 2023.

PICUSSA, Roberta. Outsiders: um conceito de difícil operacionalização na Ciência Política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ffzhYNmjfhVZmHGhCyBQWzJ/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 19, dezembro 87, pp. 26-45. Disponível em: <<https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, UNESP, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30353>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PIXLEY, George V. **O reino de Deus**. Tradução de I. F. L. Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1986. (Temas bíblicos).

PLATÃO. **A república**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. (Coleção obra prima de cada autor).

PODER 360. 'O Lula tá preso, babaca', grita Cid Gomes para petistas em ato pró-Haddad. **Poder 360**, 15 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/o-lula-ta-preso-babaca-grita-cid-gomes-para-petistas-em-ato-pro-haddad/>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PODER 360. Casos de trabalho análogo à escravidão crescem 41% em 2023. Disque 100 fez 1.229 registros de janeiro a maio deste ano, segundo o Ministério dos Direitos Humanos. **Poder 360**, 03 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/casos-de-trabalho-analogo-a-escravidao-crescem-41-em-2023/>>. Acesso em: 18 out. 2023.

POMPEU, Ana. Toffoli escolhe novo general para assessorá-lo no Supremo. **Conjur**, Segurança Pública, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-nov-27/toffoli-escolhe-general-assessor-lo-supermo/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

POPKIN, Richard. A crise intelectual da Reforma. *In.*: POPKIN, Richard. **História do ceticismo de Erasmo a Spinoza**. Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

PORTAL da Legislação. Atos Institucionais. **Portal da Legislação**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais#:~:text=Normas%20elaboradas%20no%20per%C3%ADodo%20de,n%C3%A3o%20est%C3%A3o%20mais%20em%20vigor.>>. Acesso em: 21 out. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. Administração. *In.*: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 6. ed. Brasiliense: São Paulo, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. Post scriptum, em 1976. *In.*: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Fernando Holiday está invadindo escolas públicas em São Paulo. O vereador Fernando Holiday tem invadido escolas públicas em São Paulo de forma ilegal e com caráter policialesco. Educadores reclamam de assédio,

censura e relatam tentativas de entrar à força em salas de aula. Ministério Público foi acionado. **Pragmatismo Político**, Educação, 05 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/fernando-holiday-esta-invadindo-escolas-publicas-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 06 set. 2023.

PRESSE, France. Trabalho infantil nos EUA cresceu 69% desde 2018; governo anuncia medidas. De acordo com especialistas, problema se agravou com a chegada de menores latino-americanos desacompanhados nos Estados Unidos. **G1, Mundo**, 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/27/trabalho-infantil-nos-eua-cresceu-69percent-desde-2018-governo-anuncia-medidas.ghtml>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PROBLEMAS Brasileiros. “Depois de Bolsonaro, o bolsonarismo permanecerá”. Entrevista com Rosana Pinheiro Machado. **Problemas Brasileiros**, 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://revistapb.com.br/entrevistas/depois-de-bolsonaro-o-bolsonarismo-permanecera/>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

QUEIROZ, Carlos. **A oração nossa de cada dia**: aprendendo a orar com Jesus. Viçosa: Editora Ultimato, 2013.

QUEIROZ, Carlos. **Em busca da espiritualidade**: o mercado da fé e o evangelho da graça. Viçosa: Editora Ultimato, 2013.

R. B. Quanto o Governo Temer perdeu (e seus adversários ganharam) com a greve. Agenda pró-reformas liberais sofre mais um abalo e projetos de oposição ganham força para a eleição. **El País**, Brasil, São Paulo, 04 de junho de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527523479\\_591698.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527523479_591698.html)>. Acesso em: 14 set. 2023.

RAMOS, Rafael. Pastores oram pelo presidente Donald Trump na Casa Branca. Líderes também participaram de reunião sobre tráfico humano. **Pleno News**, Home, Fé, 01 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://pleno.news/fe/pastores-oram-pelo-presidente-donald-trump-na-casa-branca.html>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

RAMOS, Silvia (Coord.). **Intervenção Federal no Rio de Janeiro cinco anos depois**: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios/CESec, 2023. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-cinco-anos-depois-uma-analise-de-operacoes-policiais-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro-entre-2018-e-2022/>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

RAVITCH, Diana. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REDAÇÃO CONJUR. Diálogos mostram que lavajatistas queriam influir em turma do Supremo. **Consultor Jurídico**, 15 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-jun-15/dialogos-mostram-lavajatistas-queriam-influir-turma-stf/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

REDAÇÃO CONJUR. Presidente interino. Michel Temer assume Presidência e divulga nomes de 24 ministros. **Consultor Jurídico**, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mai-12/michel-temer-assume-presidencia-divulga-nomes-21-ministros/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

REDAÇÃO RBA. Caso Americanas é corrupção que usa fraude como método e blinda controladores, afirma integrante da CPI. Para deputado, o principal desafio da CPI é não deixar que se faça uma “blindagem” dos donos da varejistas [sic], o trio de bilionários Lemann, Telles e Sicupira. “Muito difícil imaginar que não soubessem ou tenham sido enganados”. **Rede Brasil Atual**, Política, Escândalo, 16 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/caso-americanas-e-corrupcao-que-usa-fraude-como-metodo-e-blinda-controladores-afirma-integrante-da-cpi/>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

REDAÇÃO RBA. Neoliberalismo é o oposto da democracia, diz estudioso francês. **Rede Brasil Atual**, Eleições 2014, Contraponto, 18 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/neoliberalismo-e-o-oposto-da-democracia-diz-estudioso-frances-284/>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

REDAÇÃO BEDUKA. Saiba qual a diferença entre liberalismo e neoliberalismo e entenda essas duas ideologias com profundidade. **Beduka**, Filosofia, 18 de maio de 2023. Disponível em: <<https://beduka.com/blog/materias/filosofia/qual-a-diferenca-entre-liberalismo-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

REDAÇÃO TERRA. Relembre as três denúncias contra Temer em seu governo. Político fez um governo breve e agitado por escândalos de corrupção. **Terra**, Política, 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-tres-denuncias-contra-temer-em-seu-governo,d350a37b2545302ef69557d4937165fcotmj1tdq.html>>. Acesso em: 14 set. 2023.

REDAÇÃO. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. Segundo levantamento do jornal Valor Econômico, retorno sobre patrimônio líquido das instituições financeiras subiu com Lula, mas caiu. **Veja**, Mercado, Economia, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc>>. Acesso em: 21 out. 2023.

REDAÇÃO BRASIL... O Decálogo de Lenin é real? Saiba mais sobre o pensamento e os crimes do líder comunista. Nos últimos anos, os supostos 10 mandamentos de Lenin foram o centro de diversos debates em redes sociais. **Brasil Paralelo**, Notícia, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-decalogo-de-lenin>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

REDAÇÃO. Com emendas dos senadores, desestatização da Eletrobras é aprovada na Câmara. **Senado Notícias**, 21 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/21/com-emendas-dos-senadores-desestatizacao-da-eletobras-e-aprovada-na-camara>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

REDAÇÃO. Governo Bolsonaro acumula escândalos de corrupção; confira os principais. Bolsonaro diz não haver corrupção em seu governo, mas casos envolvendo a compra da vacina Covaxin, Ricardo Salles, tratoração e pastores no MEC impactam a gestão. **Estadão**, Política, 22 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

REDAÇÃO. Por que as Mulheres Muçulmanas usam Véu? Por que as Mulheres Muçulmanas usam Véu? As muçulmanas são conhecidas por usarem o hijab. Quais os fundamentos para o uso do mesmo? Só as muçulmanas usam o véu? Entenda mais sobre esta obrigação. **Iqaraislam**, [s.d.]. Disponível em: <<https://iqaraislam.com/por-que-as-mulheres-muculmanas-usam-veu>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

REDAÇÃO. Propina em ouro, via bíblia e no pneu: entenda o escândalo dos pastores e ‘gabinete paralelo’ no MEC. Sem vínculos com o setor de ensino e sem possuir cargo público, grupo de pastores passou a comandar a agenda do ministro Milton Ribeiro, da Educação, formando uma espécie de “gabinete paralelo” que interferia na liberação de recursos. **Estadão**, Política, 29 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/propina-em-ouro-via-biblia-e-no-pneu-entenda-o-escandalo-dos-pastores-e-gabinete-paralelo-no-mec/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

RFI. Quem era Samuel Paty, o professor decapitado na França ao ensinar a liberdade de expressão. Samuel Paty, de 47 anos, foi morto após mostrar caricatura de Maomé em uma aula; alunos, pais, colegas e amigos o descreveram como um homem gentil, apaixonado pela profissão. **G1**, Mundo, 17 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20201017-quem-era-samuel-paty-o-professor-decapitado-na-fran%C3%A7a-ao-ensinar-a-liberdade-de-express%C3%A3o>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. O que um cristão precisa saber sobre a teologia da prosperidade. **Revista Caminhando**, v. 12, n. 19, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/1191>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Um olhar sobre o atual cenário religioso brasileiro: possibilidades e limites para o pluralismo. **Caminhando**, v. 27, n. 2, jul.-dez., 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6342597.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Seis “teses” sobre fundamentalismo: provocações iniciais. *In.*: ALMEIDA, Leandro Thomaz de (Org.). **Rostos do fundamentalismo**: abordagens histórico-críticas. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/346526067\\_Seis\\_teses\\_sobre\\_fundamentalismo\\_provocacoes\\_iniciais](https://www.researchgate.net/publication/346526067_Seis_teses_sobre_fundamentalismo_provocacoes_iniciais)>. Acesso em: 11 mai. 2024.

RIBEIRO, Wallace Cabral. Religião, política e luta de classes: as reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso. **Revista Ensaios**, v. 17, jul.-dez. 2020, p. 7-25. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/13792>>. Acesso em: 24 out. 2023.

ROCHA, Daniel. Da “minoría silenciosa” à Maioria Moral: transformações nas relações entre religião e política no fundamentalismo norte-americano na década de 1970. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 40, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/YyQYkDK4j89LcxDLYbtsPcD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

ROCHA, Daniel. Sob o estigma do fundamentalismo: algumas reflexões sobre um conceito controverso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, mai.-ago., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/24126>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Retórica do ódio de dissonância cognitiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Vol. 1).

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, Sônia. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, texto para discussão nº 721, Rio de Janeiro, abril de 2000. Disponível em: <[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0721.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0721.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2023.

ROCHA, Sônia. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, texto para discussão nº 439, Rio de Janeiro, dezembro de 1996. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2048>>. Acesso em: 21 out. 2023.

RODAS, Sérgio. Central de inteligência do governo é inconstitucional, dizem advogados. **Conjur**, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-18/central-inteligencia-inconstitucional-dizem-advogados/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RODRIGUES, Marinês Poloschi. Uma discussão sobre o conceito de clássico. **Revista Fronteira Digital**, a. III, v. 5, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/fronteiradigital/article/view/1539>>. Acesso em: 26 out. 2023.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMERO, Paulo. **Evangélicos em crise**: decadência doutrinária na igreja brasileira. 2. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1996.

ROMERO, Paulo. **Supercrentes**: o Evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade. 6. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1996.

ROSSI, Edson. Educação não precisa de dinheiro, precisa de docência e decência. Dar orçamento e não controlar é a forma mais fácil de desviar dinheiro público num País de pobres e mal-educados. **Istoé Dinheiro**, Geral, 03 de abril de 2023. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/educacao-nao-precisa-de-dinheiro-precisa-de-docencia-e-decencia/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROTHBARD, Murray N. **Educação**: livre e obrigatória. Tradução de Filipe Rangel Celeti. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

ROTHENBURG, Denise. “Se eu errar, o PT volta”, diz Bolsonaro em entrevista exclusiva. Presidente eleito fala da montagem do governo, reafirma o papel dos militares no ministério e sinaliza a determinação de colocar seu programa em marcha sem demora, começando pela reforma da Previdência. Na semana que vem, ele estará em Brasília. **Correio Brasiliense**, Política, 02 de novembro 2018.

Disponível em:

<[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/02/interna\\_politica,717119/em-entrevista-bolsonaro-reafirma-papel-dos-militares-no-ministerio.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/02/interna_politica,717119/em-entrevista-bolsonaro-reafirma-papel-dos-militares-no-ministerio.shtml)>. Acesso em: 17 jan. 2024.

RULERS of the world: read Karl Marx! On his bicentenary Marx’s diagnosis of capitalism’s flaws is surprisingly relevant. **The Economist**, May 3rd 2018. Disponível em: <<https://www.economist.com/books-and-arts/2018/05/03/rulers-of-the-world-read-karl-marx>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

RUSHDOONY, R. J. Política e educação. *In.*: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org). **A desgraça do ateísmo na educação**. tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto e Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo, 2019a.

RUSHDOONY, R. J. Soberania e educação. *In.*: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org). **A desgraça do ateísmo na educação**. tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto e Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo, 2019b.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise *no* neoliberalismo ou crise *do* neoliberalismo. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/14547>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SAAD FILHO, Alfredo. A atualidade da economia política marxista. **Crítica Marxista**, n. 30, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/288989241\\_A\\_Atualidade\\_da\\_Economia\\_Politica\\_Marxista](https://www.researchgate.net/publication/288989241_A_Atualidade_da_Economia_Politica_Marxista)>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALDAÑA, Paulo. COLETTA, Ricardo Della. Governo prevê 216 escolas militares até 2023 e Bolsonaro diz que modelo tem de ser imposto. Gestão anunciou ampliação do número de unidades que receberão apoio federal para se militarizarem. **Folha de São Paulo**, Educação, 05 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-preve-216-escolas-militares-ate-2023-e-bolsonaro-diz-que-modelo-tem-de-ser-imposto.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SALDAÑA, Paulo. Marx está presente em apenas 4% de disciplinas de pesquisa em filosofia. Levantamento em cursos de pós-graduação foi feito pela Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia. **Folha de São Paulo**, Brasília, 19 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/marx-esta-presente-em-apenas-4-de-disciplinas-de-pesquisa-em-filosofia.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SALDAÑA, Paulo. Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro; ouça áudio. Em áudio de reunião com prefeitos obtido pela Folha, Milton Ribeiro fala sobre pedidos de apoio para construção de igrejas. **Folha de São Paulo**, Política, Brasília, 21 de março de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SALDAÑA, Paulo. Na mira de Bolsonaro, obra de Paulo Freire é pilar de escolas de elite. Programa federal fala em expurgar autor, mas sem oferecer explicações. **Folha de São Paulo**, Educação, Brasília, 06 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/na-mira-de-bolsonaro-obra-de-paulo-freire-e-pilar-de-escolas-de-elite.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SALOMÃO, Thiago. Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto? Começou a circular na internet imagens de carros com adesivos colados na entrada do tanque de gasolina, onde a presidente aparece de pernas abertas, com a entrada do tanque de gasolina ficando entre suas pernas. **InfoMoney**, Blog da redação, 01 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SALVÀ, Peppe. “Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro”. Entrevista com Giorgio Agamben. Tradução de Selvino J. Assmann. **Instituto Humanitas Unisinos**, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SANDLIN, Andrew. O credo da reconstrução cristã. **Monergismo**, tradução Sabino de Felipe Araújo Neto, 17 de março de 2009. Disponível em:

<<https://monergismo.com/o-credo-da-reconstrucao-crista/>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

SANTOS, Bárbara Ferreira; BRETAS, Valéria. As fotos dos protestos contra Temer e por eleições diretas. Manifestações nas duas principais cidades do país pediram a saída de Michel Temer (PMDB) da presidência neste domingo, 4. **Exame**, Brasil, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/veja-as-fotos-de-protestos-contr-o-governo-de-michel-temer/>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SANTOS, Bruno dos. Acreditem: O Brasil está debaixo de maldição. Todas as instituições estão desacreditadas no Brasil. Ninguém confia em governo, política, polícia, médicos, juízes, pastores, etc... **Guiame**, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://guiame.com.br/colunistas/bruno-dos-santos/acreditem-o-brasil-esta-debaixo-de-maldicao.html>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SANTOS, Cláudia dos. ‘Não há mais Consenso de Washington’, diz presidente do Eurasia Group. Ian Bremmer afirma que “o papel do Estado vai crescer” em meio à crise provocada pela pandemia. **O Globo**, Economia, Rio, 18 de abril de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/nao-ha-maisconsenso-de-washington-diz-presidente-do-eurasia-group-24976880>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SÃO PAULO. **Lei Nº 14.798**, de 06 de junho de 2012. Institui o “Dia dos PMs de Cristo”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 06 de junho de 2012. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14798-06.06.2012.html>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. A materialidade da ação pedagógica e os desafios da pedagogia histórico-crítica. *In*: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas**. 2. ed. rev. Campinas: Editora Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, jan./dez., 2020. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-60592020000100202#fn1](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100202#fn1)>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sistema de educação: subsídios para a conferência nacional de educação. **Ministério da Educação**, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/conae\\_dermevalsaviani.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/conae_dermevalsaviani.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. *In*: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea).

SCHMIDT, Flávia de Holanda. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2022. (Publicação preliminar). Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT\\_Presenca\\_de\\_militares\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SCHROEDER, Lucas. Após morte de Heloísa, Gilmar Mendes diz que PRF “merece ter a sua existência repensada”. Decano do Supremo Tribunal Federal (STF) relembrou ainda a morte de Genivaldo de Jesus Santos, morto asfixiado em uma viatura da corporação. **CNN Brasil**, São Paulo, 16 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apos-morte-de-heloisa-gilmar-mendes-diz-que-prf-merece-ter-a-sua-existencia-repensada/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

SCHROEDER, Lucas. SALEME, Isabelle; FRANCO, Ellis. Morre menina de 3 anos baleada na cabeça por agente da PRF no RJ. Criança estava internada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, desde o último dia 7; policiais envolvidos na ação foram afastados. **CNN Brasil**, São Paulo, 16 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/morre-menina-de-3-anos-baleada-na-cabeca-por-agente-da-prf-no-rj/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

SEARA, Berenice; VIDON, Filipe. Projeto que extingue a Uerj será votado nesta semana em comissão da Assembleia. **Extra**, Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://extra.globo.com/blogs/extra-extra/post/2023/09/projeto-que-extingue-a-uerj-sera-votado-nesta-semana-em-comissao-da-assembleia.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2023.

SEGALLA, Vinicius. Exclusivo: grupo de 700 igrejas vende bíblias com símbolo da PM-SP e dá seminário em quartéis. **Diário do Centro do Mundo**, 30 de julho de 2023a. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-grupo-de-700-igrejas-vende-biblias-com-simbolo-da-pm-sp-e-da-seminario-em-quarteis/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SEGALLA, Vinicius. Exclusivo: Ligada ao Republicanos, de Tarcísio, Universal realiza ao menos 40 eventos com a PM-SP. Braço policiaisco da igreja de Edir Macedo, a Universal nas Forças Policiais, comandada pelo ex-major Rony Negreiros, realizou formaturas de PMs e eventos de passagem de comando no estado. Veja a lista. **Revista Fórum**, Política, 23 de julho de 2023b. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2023/7/23/exclusivo-ligada-ao-republicanos-de-tarcisio-universal-realiza-ao-menos-40-eventos-com-pm-sp-139939.html>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SEIS tweets que marcaram o general Villas Boas à frente do Exército. Cerimônia nesta quinta marca o fim do ciclo de um dos comandantes mais ativos politicamente desde a redemocratização. **Terra**, 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/seis-tweets-que-marcaram-o-general-villas-boas->

a-frente-do-exercito,29d941338403067505f832801fa6bce5515er842.html>. Acesso em: 18 set. 2023.

SEM diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito. Após ser questionada sobre formação acadêmica, ministra diz que título é bíblico. **Folha de São Paulo**, Política, Governo Bolsonaro, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. **Relatório final**. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021). Senado Federal, Brasília, DF, 26 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SENRA, Ricardo. Steve Bannon declara apoio a Bolsonaro, mas nega vínculo com campanha: 'Ele é brilhante'. Entrevista com Steve Bannon. **BBC News Brasil**, Washington, 26 de outubro de 2016. Disponível em: <Steve Bannon declara apoio a Bolsonaro, mas nega vínculo com campanha: 'Ele é brilhante'>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SERAFINI, Mariana. A cartilha de Feder. Controle ideológico e lucros para sua própria empresa movem o secretário da Educação. **Carta Capital**, Política, 07 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-cartilha-de-feder/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

SGARIONI, Mariana. Saiba como é a iniciação em diferentes religiões. **Folha de São Paulo**, 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u254.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SHALDERS, André. 'Acabei com a Lava-Jato': as medidas de Bolsonaro que já enfraqueceram a operação. **BBC News Brasil**, Brasília, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472964>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, Camila da. Funcionário do Burger King urina na roupa após ser proibido de ir ao banheiro durante expediente. 'Se eu sair daqui, eu levo advertência. A segunda vez, eu levo suspensão. E a terceira eu levo uma justa causa', relatou Santos; a rede lamentou o episódio. **Carta Capital**, Sociedade, 19 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/funcionario-do-burger-king-urina-na-roupa-apos-ser-proibido-de-ir-ao-banheiro-durante-expediente/>>. Acesso: 28 ago. 2023.

SILVA, Hedgard Rodrigues; HERMIDA, Jorge Fernando. Os métodos de investigação e exposição em Marx e a pesquisa no campo educacional. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 3, dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45404>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SILVA, Ivandias da; BARBOSA, Wilmar do Valle. **Religião e política**: Jerry Falwell e a presença do fundamentalismo evangélico no espaço público americano. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

SILVA, Mariana Favareto; QUINTELA, Siumara Silveira Melo. A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e o ontológico na definição de um objeto de investigação científica. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro, São Paulo, v. 1, 2014. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074624.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SILVEIRA, Wilson; MIRANDA, Tiago. Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%. Essa é a maior renovação desde a redemocratização. O PSL foi o partido que ganhou mais deputados novos, 47 de uma bancada de 52 parlamentares. **Câmara do Deputados**, Política e Administração Pública, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

SIMÃO, Edna; PUPO, Fábio. Reforma trabalhista vai gerar 6 milhões de empregos, diz Meirelles. **Valor Econômico**, Brasília, 30 outubro 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5176096/reforma-trabalhista-vai-gerar-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SIQUEIRA, Gutierrez Fernandes. **Quem tem medo dos evangélicos?** – religião e democracia no Brasil de hoje. São Paulo: Mundo Cristão, 2022.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In*: VVAA. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **A crise da escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-destrutiva à crise regressivo-destrutiva do Capital. 2. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Práxis, ontologia e formação humana**. Lisboa: Lisbon Internacional Press, 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUSA, Arnaldo Vieira. Lei da Anistia: o direito entre a memória e o esquecimento. **Cadernos UNDB**, São Luís, v. 4, jan/dez 2014. Disponível em: <[https://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/4\\_-\\_lei\\_da\\_anistia.pdf](https://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/4_-_lei_da_anistia.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, jan.-jun., 2019. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/23478/21169](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478/21169)>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STF. STF julga orçamento secreto inconstitucional. A decisão limita o uso de emendas de relator do tipo RP-9 a erros e omissões. **Supremo Tribunal Federal**, 19 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=499330&ori=1#:~:text=Por%20maioria%20de%20votos%2C%20o,identificadas%20pela%20sigla%20RP%2D9.>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

STOTT, John R. W. **Contracultura cristã**: a mensagem do Sermão do Monte. Tradução de Yolanda M. Krievin. São Paulo: ABU Editora, 1981.

STREECK, Wolfgang. ¿Cómo estudiar el capitalismo contemporáneo? *In.*: STREECK, Wolfgang. **¿Cómo terminará el capitalismo?** Ensayos sobre un sistema en decadencia. Traducción de Jose Amoroto, Álvaro García-Ormaechea, Juanmari Madariaga y Ethel Odriozola. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública. *In.*: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção estudos culturais em educação).

SUNG, Jung Mo. Mercado religioso e mercado como religião. **Horizonte**, v. 12, n. 34, abr./jun., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n34p290>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

TAMAYO, Juan José. Fundamentalismo y diálogo interreligioso. **Koinonia**, Servicio Bíblico Latinoamericano, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.servicioskoinonia.org/relat/327.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TAMAYO, Juan José. Otro mundo posible: los nuevos horizontes teológicos. **Encuentros Multidisciplinares**, Universidad Autónoma de Madrid, n. 21, sep.-dic., 2005. Disponível em: <[https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/679962/EM\\_21\\_4.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/679962/EM_21_4.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *In.*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!** – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TAVARES, Flávia; RIBEIRO, Aline. João Doria: “Eu não sou político, não”. O prefeito de São Paulo faz política o tempo todo – e é um dos políticos que mais lucram com o descrédito dos políticos. **Época**, Política, 25 de abril de 2017. Disponível em: <[https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=post](https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=post)>. Acesso em: 26 ago. 2023.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Os três golpes de Estado de Jair Bolsonaro. O que emerge de tal disposição repetitiva da busca pelo golpe de Estado é um caráter irremediavelmente antidemocrático e ditatorial. Não podemos apostar num “gradualismo” inercial para combatê-lo. **Carta Capital**, Artigo, 17 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/artigo/os-tres-golpes-de-estado-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

TEIXEIRA, Luiz Fernando. Bolsonaro apoia Villas Bôas: 'Partido do Exército é o Brasil'. A fala de Villas Bôas, às vésperas do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi entendida como um recado aos ministros do Supremo Tribunal Federal. **Estadão**, Blog do Fausto Macedo, 04 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/bolsonaro-apoia-villas-boas-partido-do-exercito-e-o-brasil/>>. Acesso em: 18 set. 2023.

TENENTE, Luiza. Por que a Suécia desistiu da educação 100% digital e gastará milhões de euros para voltar aos livros impressos? Entre os mais ricos do mundo, país vinha, desde a década de 1990, adotando uma estratégia massiva de informatizar os materiais didáticos e as aulas. Resultados em provas de leitura e conselhos de órgãos de saúde fizeram novo governo mudar a postura. **G1**, Educação, 07 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/07/por-que-a-suecia-desistiu-da-educacao-100percent-digital-e-gastara-milhoes-de-euros-para-voltar-aos-livros-impressos.ghtml>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

TERRA. Mercado evangélico cresce ao apostar em consumidor fiel. De moda a aplicativos religiosos, segmento movimentada cerca de R\$ 21,5 bilhões por ano. **Terra**, Economia, Meu negócio, Dinheiro em dia, 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/mercado-evangelico-cresce-ao-apostar-em-consumidor-fiel,ccccff10d0f6156d00846f3f517978c3mgqxuxdu.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

THIESSEN, Henry Clarence. **Palestras em teologia sistemática**. São Paulo: Editora Batista Regular, 1997.

TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. 4. ed. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 2007.

TOGNINI, Enéas. **Geografia da Terra Santa**: I volume. 2. ed. São Paulo: Louvores do Coração, 1983.

TOGNINI, Enéas. **Renovação espiritual no Brasil**: experiências do autor. São Paulo: Associação Religiosa Imprensa da Fé, [s.d.].

TOKAMIA, Mariana. Educação tem mais de 900 projetos de lei em tramitação no Congresso. **UOL**, Educação, 15 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/08/15/educacao-tem-mais-de-900-projetos-de-lei-em-tramitacao-no-congresso.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06 set. 2023.

TOLEDO, Raisa. Como é o desempenho do Brasil no ranking global de alfabetização? Pior que Turquia e Azerbaijão. Desafios do País incluem melhores estratégias de avaliação, investimento em formação docente e ensino de tempo integral. **Estadão**, Educação, 08 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/educacao/como-e-o-desempenho-do-brasil-no-ranking-global-de-alfabetizacao-pior-que-turquia-e-azerbaijao/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

TONET, Ivo. **O deus mercado**. Maceió, junho de 2016. Disponível em: <[https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O\\_DEUS\\_MERCADO.pdf](https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O_DEUS_MERCADO.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2024.

TREZZI, Humberto. Recém-eleito, Javier Milei põe em xeque condenação à ditadura militar na Argentina. Futuro presidente questiona o número oficial de mortos do regime e promete revisar indenizações. **GZH Mundo**, Nova visão, Notícia, 24 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2023/11/recem-eleito-javier-milei-poe-em-xeque-condenacao-a-ditadura-militar-na-argentina-clpby9m86001d0159e5u56bcv.html>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo. Fux proíbe Folha de entrevistar Lula e determina censura prévia. Ministro atendeu a um pedido de suspensão de liminar formulado pelo partido Novo. **Folha de São Paulo**, Política, Eleições de 2018, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/flux-suspende-decisao-de-lewandowski-que-autorizava-entrevista-de-lula-a-folha.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

UMC. Why do we have Social Principles? **Ask The UMC**, A ministry of United Methodist Communications, may 07, 2019. Disponível em: <<https://www.umc.org/en/content/ask-the-umc-why-do-we-have-social-principles-where-did-they-come-from>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

UNICEF. UNICEF alerta para os riscos da educação domiciliar. Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, e que seguirá para o Senado, dá opção aos pais de assumir a responsabilidade pelo ensino e pode impactar negativamente a educação de crianças e adolescentes. **UNICEF para cada criança**, Brasil, Brasília, 22 de maio

de 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-os-riscos-da-educacao-domiciliar#:~:text=Mais%20de%201%2C4%20milh%C3%A3o,bons%20professores%20e%20da%20escola.>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

UOL. Guedes chamou Sergio Moro para ministério antes do 2º turno, diz Bebianno. **UOL**, Política, São Paulo, 18 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/18/guedes-chamou-sergio-moro-para-ministerio-antes-do-2-turno-diz-bebianno.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

UOL. Sede de revista é atacada em Paris e deixa 12 mortos. **UOL**, Internacional, São Paulo, 07 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/01/07/sede-de-revista-e-atacada-por-homens-armados-em-paris.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

UROEVA, Anna. La primera traducción en Rusia. **Revista Los Trabajos y los Días**, a. 9, n. 6/7, noviembre de 2017. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/LosTrabajosYLosDias/article/download/5704/4715/>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

VARGAS, Neide César; MARQUES, Rosa Maria. Educação em Mises, Hayek e Rothbard: fundamentos para uma privatização extrema. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/dKdQjt9ycVtGvy8Yc6rrhJv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

VELASCO, Irene Hernández. ‘Geração digital’: porque, pela 1ª vez, filhos têm QI inferior ao dos pais. Entrevista com Michel Desmurget. **BBC News Brasil**, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54736513>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

VELASQUES FILHO, Prócoro. Deus como emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangelical. *In.*: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola; Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, 1990a.

VELASQUES FILHO, Prócoro. O nascimento do “racismo” confessional: raízes do conservadorismo protestante e do fundamentalismo. *In.*: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola; Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, 1990b.

VELIQ, Fabiano. Slavoj Žižek e a religião. **Revista Ensaios Filosóficos**, v. XIX, Jul. 2019. Disponível em: <[https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/09\\_VELIQ\\_Ensaios\\_Filosoficos\\_Volume\\_XIX.pdf](https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/09_VELIQ_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIX.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. Popularidade de Temer tem 3% de aprovação, diz pesquisa CNI/Ibope. **Agência Brasil**, Política, Brasília, 28 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniiboep>>. Acesso em: 14 set. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. Amazônia e segurança pública foram temas citados pelo presidente. **Agência Brasil**, Política, Brasília, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

VICKERY, Tim. Tim Vickery: A religiosidade brasileira muitas vezes é fé de conveniência. **BBC News Brasil**, 28 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/blog-tim-vickery-40734804?fbclid=IwAR2hWklR8gi25637AflR3lf1jodasZL5hyxKFmNTbtXtx3r6y8svuMAQ7vw>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!** – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VVAA. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção obra-prima de cada autor - 49).

WETERMAN, Daniel. ‘Confio muito no governo que vem aí’, afirma Michel Temer. Em homenagem, presidente diz que seu sucessor, Jair Bolsonaro, deverá seguir ‘mesma linha’. **Estadão**, Política, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/confio-muito-no-governo-que-vem-ai-afirma-michel-temer/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

WHITELAW, Thomas. A concepção bíblica de pecado. *In*.: TORREY, R. A. (Ed.); FEINBERG, L.; WIERSBE, Warren W. **Os fundamentos**: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

WHITELAW, Thomas. Existe um Deus? *In*.: TORREY, R. A. (Ed.); FEINBERG, L.; WIERSBE, Warren W. **Os fundamentos**: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. **Peterson Institute for International Economics**, november 1, 2002. Disponível em: <<https://www.piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WILSON, Douglas. **Por que as crianças precisam da educação cristã**. Tradução de Davi James Dias. Brasília: Editora Monergismo, 2015.

WIZIACK, Julio. Bolsonaro beneficia evangélicos e aliados com sanção de lei para TV paga. Em busca da reeleição, presidente permite que canais de empresários e de igrejas ganhem sobrevida com renovação de licenças vencidas. **Folha de São Paulo**, Economia, Folhajes, Brasília, 25 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bolsonaro-beneficia-aliados-com-sancao-de-lei-para-tv-paga.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. Tradução de Antônio Steffen. São Paulo: Editora Hagnos, 2007.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

WRIGHT, George F. O testemunho arqueológico para as escrituras. *In.*: TORREY, R. A. (Ed.); FEINBERG, L.; WIERSBE, Warren W. **Os fundamentos**: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

YOUYOUA, Wu; KOSINSKIB, Michal; STILLWELL, David. Computer-based personality judgments are more accurate than those made by humans. **PNAS**, v. 112, n. 4, January 12, 2015. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1418680112>>. Acesso: 22 mar. 2024.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Hermenêutica fundamentalista: uma estética do interpretar. **Estudos de Religião**, a. XXII, n. 35, jul.-dez., 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ZANINI, Fábio. Em culto, novo ministro da Educação disse que homem tem que impor o caminho no lar. Pastor e professor universitário, Milton Ribeiro afirmou que quando o pai é ausente, o inimigo ataca. **Folha de São Paulo**, Painel, 10 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/07/em-culto-novo-ministro-da-educacao-disse-que-homem-tem-que-impor-o-caminho-no-lar.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ZANINI, Fábio; MELLO, Patrícia Campos. Governo Bolsonaro 'vai dar tão certo que vamos ficar 4, 8, 12 anos', afirma Damares. Ovacionada em conferência conservadora, ministra dos Direitos Humanos diz que Tupã, deus tupi-guarani, elegeu o presidente. **Folha de São Paulo**, Política, Governo Bolsonaro, 12 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/governo-bolsonaro-vai-dar-tao-certo-que-vamos-ficar-4-8-12-anos-afirma-damares.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Doi:10.11606/T.2.2012.tde-11102012-111708. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/pt-br.php>>. Acesso em: 07 nov. 2023.